17
2017

# Revista de História da Sociedade e da Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Governo da República
Portuguesa

PEST-OE/HIS/UI0311/2014

**Estatuto editorial** / ***Editorial guidelines***
A ***Revista de História da Sociedade e da Cultura***, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Antiguidade à Época Contemporânea), noticiário de atividades científicas e recensões críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem atividades em rede com o referido Centro de investigação.
***The Journal of History of Society and Culture***, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Antiquity until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Center for the History of Society and Culture – FCT, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Center.

**Director** / ***Director***
Irene Vaquinhas – CHSC da U. Coimbra / irenemcv@fl.uc.pt

**Conselho Editorial** / ***Editorial Board***
Amadeu Carvalho Homem [CHSC, U. Coimbra (Portugal), c.homem@sapo.pt]; Ana Maria Jorge [CEHRU, U. Católica Portuguesa (Portugal), secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt]; António Oliveira [CHSC, U. Coimbra (Portugal), 0312925901@netcabo.pt]; Fernando Catroga [CHSC, U. Coimbra (Portugal), fcatroga@hotmail.com]; Fernando de Sousa [CEPESE, U. Porto (Portugal), cepese@cepese.pt]; Irene Vaquinhas [CHSCU, U. Coimbra (Portugal), irenemcv@fl.uc.pt]; João Paulo de Oliveira Costa [CHAMU, U. Nova de Lisboa (Portugal), cham@fcsh.unl.pt]; Mafalda Soares da Cunha [CIDEHUSU, U. Évora (Portugal), cidehus@uevora.pt]; Maria Manuela Tavares Ribeiro [CEIS XXU, U. Coimbra (Portugal), ceis20@ci.uc.pt]; Maria Alegria Marques [CHSC, U. Coimbra (Portugal), mfm@fl.uc.pt]; Maria Helena Coelho [CHSCU,U. Coimbra (Portugal), coelhomh@gmail.com]; Maria José Azevedo Santos [CHSCU, U. Coimbra (Portugal), mazevedo_santos@yahoo.com]; Zulmira Santos [CIHEU, U. Porto (Portugal), ciuhe@esoterica.pt].

**Avaliadores externos** / ***External referees***
Adeline Rucquoi [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (França), rucquoi@free.fr]; Alice Raviola [U. Turim (Itália), aliravi@yahoo.it]; Ana Isabel Buescu [U. Nova de Lisboa (Portugal), anabuescu@netcabo.pt]; Ana Leonor Pereira [CEIS XX, U. Coimbra (Portugal), aleop@ci.uc.pt]; Ângela Barreto Xavier [ICS, Lisboa (Portugal), angela.xavier@ics.ul.pt]; Avelino Freitas Meneses [U. Açores (Portugal), ameneses@uac.pt]; Bernardo Vasconcelos e Sousa [U. Nova de Lisboa (Portugal), bjsvs@netcabo.pt]; Cristina Scheibe Wolff [U. Federal Santa Catarina (Brasil), cristiwolff@gmail.com]; Domingo González Lopo [U. Santiago de Compostela (Espanha), domingoluis.gonzalez@usc.es]; Evergton Sales Souza [U. Federal da Bahia (Brasil), evergtons@yahoo.com.br]; Fernanda Rollo [U. Nova de Lisboa (Portugal), fernandarollo@netcabo.pt]; Fernando Bouza Alvarez [U. Complutense, Madrid (Espanha), ortegal@eucmax.sim.ucm.es]; Francisco Contente Domingues [U. Lisboa (Portugal), fcdomingues@mac.com]; Francisco Garcia Fitz [U. Cáceres (Espanha), dirdptohist@unex.es]; Helena Maria Gomes Catarino [U. Coimbra (Portugal), hcatarino@ci.uc.pt]; Hermínia Vasconcelos Vilar [U. Évora (Portugal)]; Inês Amorim [U. Porto (Portugal), inesamorimflup@gmail.com]; Isabel dos Guimarães Sá [U. Minho (Portugal), isabelsa@ics.uminho.pt]; Isabel Drummond Braga [U. Lisboa (Portugal), isabeldrumondbraga@hotmail.com]; João Paulo Avelãs Nunes [U. Coimbra (Portugal), jpavelas@fl.uc.pt]; João Rui Pita [U. Coimbra (Portugal), jrpita@ci.uc.pt]; Jorge Alves [U. Porto (Portugal), jorge.f.alves@sapo.pt]; José Augusto Pizarro [U. Porto (Portugal), pizarro@letras.up.pt]; José M. Amado Mendes [U. Coimbra (Portugal), jamendes@universidade-autonoma.pt]; Laura Mello e Souza [U. São Paulo (Brasil), laurams@usp.br]; Luís Miguel Duarte [U. Porto (Portugal), lduarte@letras.up.pt]; Luís dos Reis Torgal [U. Coimbra (Portugal), lrtorgal@netcabo.pt]; Luísa Trindade [U. Coimbra (Portugal), trindade.luisa@gmail.com]; Magda Pinheiro ([ISCTE-IUL, (Portugal), magda.pinheiro@iscte.pt]; Manuel Ferreira Rodrigues [U. Aveiro (Portugal), mfr@ua.pt]; Maria Amélia Polónia [U. Porto (Portugal), amelia.polonia@gmail.com]; Maria de Fátima Nunes [U. Évora (Portugal), mfn@uevora.pt]; Maria Helena Santana [U. Coimbra (Portugal), mahesa@netcabo.pt]; Maria João Vaz [ISCTE-IUL (Portugal), maria.vaz@iscte.pt]; Maria José Moutinho Santos [U. Porto (Portugal), mjsantos@letras.up.pt]; Maria Marta Lobo [U. Minho (Portugal), martalobo@ics.uminho.pt]; Maria Rita Robles Monteiro Garnel [UNL (Portugal), rgarnel@netcabo.pt]; Mário Jorge Barroca [U. Porto (Portugal), mbarroca@letras.up.pt]; Nuno Gonçalo Monteiro [ICS, Lisboa (Portugal), Nuno.Monteiro@iscte.pt]; Paula Pinto Costa [U. Porto (Portugal), gfec@letras.up.pt]; Paulo Almeida Fernandes [CEAUCP-CAM (Portugal), paulojorgefernandes@sapo.pt]; Ramon Villares [U. Santiago de Compostela (Espanha), hmravipa@usc.es]; Raquel Henriques [U. Nova de Lisboa (Portugal), raquelhs10@gmail.com]; Rui Bebiano [U. Coimbra (Portugal), ruibebiano@gmail.com]; Stéphane Boisselier [U. Poitiers (França), stephane.boissellier@univ-poitiers.fr]; Stuart Schwartz [U. Yale (EUA), stuart.schwartz@yale.edu]; Susana Serpa Silva [U. Açores (Portugal), sserpasilva@sapo.pt].

**Coordenadora científica do volume** / ***Volume editor***
Maria Helena da Cruz Coelho / coelhomh@gmail.com

**Coordenação Editorial** / ***Editor Coordinator***
Sónia Nobre [CHSC, U. Coimbra (Portugal)] / sonianobre@uc.pt

**Propriedade** / ***Ownership***
Centro de História da Sociedade e da Cultura

**Endereços** / ***Address***
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra. Portugal.

**Normas para a submissão de artigos:** http://chsc.uc.pt/publicacoes/revista-de-historia-da-sociedade-e-da-cultura/normas-de-edicao/; http://chsc.uc.pt/en/publications/journal-of-the-history-of-society-and-culture/editorial-norms/ • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC

**Design e paginação:** Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

**Depósito legal:** 168142/01 • **ISSN** 1645-2259

**Direitos de autor** / ***Copyright*** **©**
Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.
https://doi.org/10.14195/1645-2259_17

17

2017

# Revista de História da Sociedade e da Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# Índice

Editorial . . . . . 9

## Artigos

Un exorcismo judío medieval en contexto: el exorcismo de la hija del emperador Basilio I
A Jewish Medieval Exorcism in Context: the Exorcism of Emperor Basil I daughter . . . . . 13
Eunate Mirones Lozano

Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de "huma livraria copiosa"
Historical-artistic approach to two liturgical manuscripts of the scriptorium of the Monastery of Alcobaça from the last quarter of the twelfth century or the beginning of "a copious bookstore" . . . . . 33
Catarina Fernandes Barreira

A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada
The Military Campaign of Ceuta (1415) Revisited . . . . . 63
João Gouveia Monteiro

Capitães das fortalezas do Índico no tempo do Conselho da Índia – (1604-1614) – Continuidades e rupturas da vertente social do Estado da Índia
"Captains of the Indian fortresses at the time of the Council of India (1604-1614) – Continuities and ruptures of the social aspect of the State of India" . . . . . 79
Ana Teresa Hilário

Os Borges de Carvalhais, Senhores de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo
Borges de Carvalhais, Lords of Ferreiros, Avelãs de Cima and Ílhavo . . 103
Luís Seabra Lopes

Memórias da Casa Pia das Convertidas. Instituição, Espaços e Agentes face ao Problema da Prostituição em Lisboa (Séculos XVI-XX)
Memories of Casa Pia das Convertidas of Lisbon. Institution, Houses and Agents (16th-20th Centuries) ..... 129
Delminda Miguéns Rijo

Território e redes de comunicação em finais do século XVIII. Ideias e projetos do superintendente José Diogo Mascarenhas Neto
Territory and communication networks at the and of 18th century. Ideas and projects of the general superintendent José Diogo Mascarenhas Neto ..... 155
Ana Cristina Araújo

O deputado Mouzinho da Silveira na legislatura Cartista de 1826-1828: os caminhos da Ocasião
The deputy Mouzinho da Silveira in the 1826-1828 portuguese chartist legislature: the paths of the "Ocasion" ..... 185
Fernando Jorge Cardoso Guedes

A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista
Foundlings welfare: Lisbon's wheel closure in the 19th century ..... 211
Joana Paulino

O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos
The 1878 Portuguese-British treaty: history of a technodiplomatic accord in three acts ..... 229
Hugo Silveira Pereira

Os amores de Pedro e Inês. Inspiração histórica e Naturalismo na pintura portuguesa oitocentista
The love story of Pedro and Inês. Historical subjects and Naturalism in portuguese eighteenth-century painting ..... 253
Lara Miguel Bule

A intervenção política e governativa de Domingos Leite Pereira durante a Primeira República (1910-1926)
The political and governmental intervention of Domingos Leite Pereira during the First Republic (1910-1926) ..... 277
Pedro Figueiredo Leal

1916: Italia-Chile, Barison-Schiavon y sus edificios en el centenario
1916: Italy-Chile, Barison-Schiavon and their buildings in the centenary 295
José Alberto Moráis Morán

A Ação de um Governador – Aspetos do Governo de Maia Magalhães em Macau
Between Governor and Local People – The Government of de Maia Magalhães in Macao. . . . . 315
Célia Reis

Au cœur des archives du SNI : le regard d'un organisme de l'État Nouveau sur le mouvement des ciné-clubs portugais
Inside the SNI's archives: the Portuguese cine-club movement through the eyes of the New State . . . . . 337
Eurydice Da Silva

A "neutralidade colaborante" e a propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial
"Collaborating neutrality" and propaganda in Portugal during World War II . . . . . 355
Débora Cardoso

Revolução dos Cravos e educação popular. As associações de educação popular em Portugal (1974-1986)
"The Carnation Revolution and Popular Education. Popular Education Movements in Portugal (1974-1986)" . . . . . 371
Pierre Marie

*In memoriam* Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues (1936-2016). . . . . 391
Maria Alegria Marques

**Recensões**. . . . . 399

**Notícias** . . . . . 425

Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2016. Breve descrição das atividades desenvolvidas . . . . . 431

Teses de Doutoramento e/ou 3º Ciclo e Dissertações /Relatórios de Mestrado e/ou 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores integrados do CHSC em 2016-2017. . . . . 433

# Editorial

No termo de um novo ano civil, sai a público o 17º volume da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, publicação que tem conseguido manter a periodicidade anual desde a sua fundação, no ano de 2001. O presente número, relativo ao ano de 2017, apresenta um leque significativo de artigos, dezanove no seu todo, a que se juntam recensões e notícias. O falecimento, no decurso do corrente ano, do Doutor Manuel Augusto Rodrigues, membro integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura desde a sua fase inicial, suscita um texto da Doutora Maria Alegria Marques, marcado pela memória e pela saudade, e que evoca o seu percurso. Constitui uma forma sensível e singela de prestar homenagem ao Homem, ao Docente, ao Investigador e ao Académico, a que todos nos associamos.

A pluralidade de temas abordados neste número da Revista, que se estendem cronologicamente desde a Alta Idade Média aos nossos dias, configura um conjunto diversificado de matérias, entre problemáticas de natureza política, religiosa, artística, social, assistencial e cultural de distintas latitudes, nomeadamente, para além de Portugal, da Itália, do Chile, de Macau e da Índia.

Na sua maioria, os artigos são da autoria de investigadores não vinculados ao Centro de História da Sociedade e da Cultura, provenientes de múltiplas universidades e unidades de investigação, nacionais e estrangeiras, tanto europeias (Espanha, França e Grã-Bretanha) como da América Latina (Chile), sendo redigidos nas línguas portuguesa, espanhola e francesa.

A resposta internacional à chamada de artigos parece refletir a projeção que a Revista tem alcançado nos meios académicos e científicos, fruto, em parte, da exigência de qualidade que a pauta, da sua divulgação em plataformas digitais internacionais (*Impactum* e *Dialnet*), bem como do esforço de abertura do CHSC a outras unidades de investigação, aspeto bem espelhado nas múltiplas iniciativas realizadas em parceria no decurso dos últimos anos. Deve-se, também, à dedicação e disponibilidade de investigadores, sejam os que procedem à arbitragem científica de artigos propostos, os que colaboram com as suas publi-

cações ou aqueles que coordenam cada número. É o caso da Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, coordenadora do presente volume, a quem muito se agradece o empenhado e valioso contributo. Uma palavra também de reconhecimento ao trabalho, nem sempre visível mas fundamental, da Dra. Sónia Nobre, bolseira desta Unidade de Investigação, pela constante disponibilidade.

Espera-se que a *Revista de História da Sociedade e da Cultura* continue a saber *inventar-se* e a *reinventar-se*, abrindo caminhos de criação e de futuro...

*Irene Vaquinhas*
Coordenadora Científica do CHSC

# Artigos

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_1

# Un exorcismo judío medieval en contexto: el exorcismo de la hija del emperador Basilio I

## *A Jewish Medieval Exorcism in Context: the Exorcism of Emperor Basil I daughter*

Eunate Mirones Lozano
Universidad de Salamanca – USAL
eunatemironeslozano@usal.es

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 31/01/2017

**Resumen**: El episodio del exorcismo de la hija de Basilio I, llevado a cabo por un reputado judío, de nombre Rabí Shephatiah, aparece en lo que, a primera vista, no aparenta ser otra cosa que una crónica familiar judía. Sin embargo, el especial hincapié con que el autor relata los prodigios y milagros atribuidos a los protagonistas de la crónica, la transforman inadvertidamente, en un fascinante y casi prototípico relato prosopográfico. El exorcismo que da título al artículo es uno los relatos más extraordinarios recogidos en el libro. Este testimonio nos servirá de punto de partida y conclusión para estudiar la práctica del exorcismo judío desde el primer caso del que tenemos noticia dentro de la tradición judía. Contextualizarlo nos permitirá comprender mejor, no sólo el texto en cuestión, sino la percepción del fenómeno en su conjunto para dicha tradición.

**Palabras clave**: medieval; exorcismo; judíos; hebreo

**Abstract**: The episode of the exorcism of Basil's daughter, performed by a reputed Jew called Rabbi Shephatiah, appears in a book we can consider, at first sight, just as a Jewish familiar chronicle. Nevertheless, it comes out that the author, in his attempt to glorify his forefathers for the next generations to be aware of it, refers mostly wonderful and fantastic accounts of miracles and prodigies carried out by those ancestors he is singing the prizes of. Thus, he composes, inadvertently, a fascinating prototypical paradoxographic work. The exorcism we deal with here is one of the most extraordinary events included in the book, and serves us as point of departure to go through Jewish exorcising practice from the first case of possession recorded in Jewish tradition. Placing Basil's daughter exorcism in context we get to understand better not only the text discussed, but also exorcism in Jewish tradition as a whole.

**Keywords**: exorcism; medieval; Jews; Hebrew

## 1. Introducción

El primer objetivo del presente artículo es situar en contexto una ceremonia de exorcismo llevada a cabo en la Edad Media por un rabino judío, Rabí Shepha-

tiah capaz, entre otros prodigios, de conjurar a los demonios[1]. Rabí Shephatiah es convocado por el emperador bizantino Basilio I para exorcizar a su hija, al fracasar en el intento otros reputados especialistas cercanos a la corte. Con el fin de entender del modo más preciso posible el sentido e importancia de este episodio, se trazarán las huellas que este tipo de prácticas han dejado en los textos judíos, desde su antecedente más lejano en el tiempo hasta el que le precede con mayor inmediatez. Se estudiará, en fin, cómo describe la tradición judía 'la expulsión de los malos espíritus' en sus escritos a lo largo de su historia.

La ceremonia en cuestión se describe con detalle en un escrito titulado *Megilaat Ahimaaz*, una crónica familiar judía escrita en prosa rimada y elaborada por un tal Ahimaaz ben Paltiel. Se conoce muy poco del autor, tan sólo se sabe que fue un poeta litúrgico nacido a principios del siglo XI en Capua, de familia originaria de Oria. En cuanto al propósito del cronista, parece que pretende fundamentalmente glorificar a sus antepasados y dejar constancia de su importancia y prestigio dentro de su comunidad. Para ello referirá numerosos milagros y sucesos fabulosos llevados a cabo por sus familiares más remotos, atribuyéndoles así importancia y fama inequívoca ante el público al que va dirigida la obra. Con estos relatos prodigiosos el autor dará un testimonio indirecto de determinados comportamientos y creencias de una comunidad judía en un momento dado y en una geografía determinada. Comportamientos y creencias que, con toda probabilidad, compartían otras comunidades judías en la Europa de la época y podrían ser hasta cierto punto extrapolables.

Con el propósito de contextualizar el acontecimiento narrado en la crónica de Ahimaaz, iremos atrás en el tiempo hasta el primer testimonio escrito sobre un exorcismo del que da noticia la tradición judía. El exorcismo que aquí se trata es el único conservado para este periodo de la Edad Media y las razones de que sea así están aún por dilucidar. El fenómeno en si no desaparece nunca, aunque siempre esté en proceso de transformación. A partir de mediados del siglo XVI, y sobre todo en el siglo XVII, los relatos de posesión proliferan significativamente en el ámbito judío. Con variaciones, como decimos: a partir del siglo XVI el concepto de reencarnación – גילגול – gana peso entre los pensadores judíos y el demonio deja de ser el protagonista. No será éste el que infringe el daño; el que posee será un fantasma, el alma de un difunto (Vos y Otten 2011: 130). Con todo, la idea del exorcismo como ceremonia ideal para expulsar a los malos espíritus, en la versión que proceda, sigue intacta recobrando, como queda dicho,

[1] Elegimos el término "demonio" con preferencia a otros que designan el mismo concepto, por tratarse del vocablo más común y fácilmente identificable. De igual modo, advertimos que no deja de ser una categoría históricamente construida a partir de las traducciones griegas, y después latinas, de la biblia hebraica y, por tanto, no es siempre lo preciso que se desearía para los casos que se presentan.

nueva fuerza y presencia en los escritos de tradición judía posteriores al periodo que se trata aquí.

Con la información que se pueda recabar tanto de las ceremonias que pretendían expulsar los malos espíritus, como de aquellos que las operaban, quizás se puedan perfilar algunos aspectos menos conocidos de las comunidades judías en tiempos medievales. Los exorcistas[2] han sido, y siguen siendo, personajes imponentes dotados de cualidades extraordinarias. Presentes desde tiempo inmemorial en culturas y geografías muy distintas y distantes, nunca han dejado de fascinar. Desempeñan las veces de un espejo capaz de reflejar informaciones fundamentales sobre las sociedades que los albergan y, en ocasiones, veneran. Queremos tratar de entender qué papel jugaban estos hombres; cuál era su importancia real, su función; su razón de ser y cómo evoluciona su posición, su rol, con los tiempos. A partir de ahí, observar cómo cambia la percepción de las ceremonias judías de este tipo y cómo se percibe al maestro de ceremonias, – el exorcista-, a los ojos de aquellos que recurrían a ellas, y lo que esto puede significar. Conscientes de que son objetivos demasiado ambiciosos, debido en gran medida a la limitación impuesta por las fuentes, – de las que hablamos a continuación-, nos conformaremos con acercarnos todo lo posible a nuestro propósito. Como mínimo, en el ejercicio de alcanzar dicho objetivo, aportaremos y ampliaremos información valiosa sobre un asunto que siempre ha despertado curiosidad e interés tanto entre especialistas como entre profanos.

## 2. Fuentes

Es importante advertir sobre la naturaleza de nuestras fuentes cuya objetividad histórica es muy cuestionable. Debido a su fragilidad en este sentido, habremos de fijar nuestra atención más en el porqué se escribe un determinado texto y cómo es recibido y difundido, que en su fiabilidad histórica. A esta carencia se suma el hecho de que los testimonios con los que contamos son escasos, no siguen un orden cronológico sistemático, y son de muy distinta naturaleza. El estudio más exhaustivo hasta la fecha sobre el exorcismo judío lo ha realizado Gideon Bohak; y él mismo acusa la dificultad de estudiarlo metódicamente para periodos tan determinantes de la historia como, por ejemplo, la Antigüedad tardía (Bohak 2012: 280). Existen estudios importantes que tratan el tema en parte o de refilón, pero ninguno que trate el asunto que nos interesa en exclusividad y lo analice a lo largo de un periodo tan largo como el que aquí proponemos.

---

[2] Nos decidimos por utilizar el término 'exorcista' en todos los casos, a sabiendas de que en alguna ocasión pueda resultar anacrónico. Con todo, 'exorcizar' del griego ἐξορκισμός, que significa literalmente 'obligar mediante juramento, conjurar', es de todas las posibilidades la más adecuada.

En cualquier caso, no hay que olvidar que, aunque contáramos con abundantes fuentes de información más o menos fidedignas, los textos antiguos preservados no son necesariamente lo que sucedió. Son fruto de una larga transmisión oral que se pone por escrito en un proceso también muy largo. Las diferentes historias se transmiten con un propósito distinto en función de la época, geografía y grupo al que van dirigidas. Representan una sola realidad, y por lo general una realidad sesgada. El que narra consciente o inconscientemente selecciona, el que lo pone por escrito también, y el que lo escucha transforma a su manera lo que recibe de aquellos. La historia entonces sufrirá cambios e interpretaciones voluntarios o no en su caminar. Las conclusiones que se puedan sacar serán, en consecuencias, limitadas también.

Con todo, y a pesar de las dificultades respecto a las fuentes hasta aquí expuestas, consideramos posible la obtención de información pertinente para el objetivo a alcanzar. En el caso que nos ocupa, la presentación exhaustiva de los testimonios de exorcismos recogidos a lo largo de la historia textual de la tradición judía da una panorámica valiosa y consistente para el lector que se acerca por primera vez a estas noticias. Y permite, al que las conoce de antemano, poner orden y contrastar informaciones. La razón, en fin, de recorrer todas las evidencias al respecto en un periodo de tiempo tan extenso, es hacer una lectura lo más amplia posible del fenómeno, de modo que nos haga más comprensible la lectura del caso que titula el artículo, que se sitúa en un contexto geográfico y temporal muy concreto. En este sentido nuestro objetivo está cumplido, puesto que tras el estudio queda claro que la ceremonia que se describe no es un caso aislado ni mucho menos pionero, sino el resultado de una larguísima tradición de esta práctica, que se remonta hasta tiempos ancestrales y cuya esencia cambia muy poco con el pasar del tiempo.

## 3. Antecedentes

### 3.1. Antecedentes legendarios

Dada la heterogeneidad de los textos antiguos que nos informan sobre exorcismos, y teniendo en cuenta la dificultad para datarlos con precisión, hemos optado por presentar una relación de este fenómeno a lo largo de los tiempos en función de la fecha en la que se presupone tuvo lugar el acontecimiento o vivió el protagonista del mismo. Es decir, no establecemos un orden cronológico siguiendo la fecha aproximada de redacción del texto. No se abandona la idea de hacer una reflexión teniendo en cuenta los contextos sociales e históricos en que se reciben los textos y las supuestas autorías de los mismos, así como sus posibles fechas de redacción. Se trata únicamente de una solución práctica que permite una exposición más clara de los datos con los que se cuenta.

Siguiendo esta pauta, la primera figura legendaria de la tradición judía que se relaciona en los textos con la expulsión de los demonios se remonta a una época muy remota, a los tiempos del diluvio universal: Noé. Noé tendrá que intervenir a favor de sus nietos que, en palabras de sus padres, están seducidos por los demonios. Noé pide a Dios que se compadezca de sus hijos y que 'no tengan potestad sobre ellos los malos espíritus, para que no los extirpen de la tierra'. Dios ordenará que una décima parte de los espíritus permanezca con Mastema[3] y que las otras nueve desciendan 'al lugar de suplicio'. Los ángeles ilustrarán a Noé ofreciéndole las herramientas necesarias para luchar contra estos demonios que han quedado bajo la potestad de Mastema y no han sido destruidos por Dios. Estos remedios los escribirá Noé en un libro que pasará después a manos de su hijo Sem, y de este a sus descendientes (Jub. 10, 1-14). El relato se recoge en el libro de los Jubileos, texto peseudoepigráfico de origen hebreo, canónico para la iglesia etíope y cuya datación estimada hacia el año 100 a. de C. sigue siendo hoy muy controvertida (Vanderkam 2001).

En segundo lugar encontramos a Abraham en lucha también con los demonios. En el *Apócrifo de Génesis*, – manuscrito del Mar Muerto incompleto y del que sobreviven pocas columnas escritas en arameo- , se presenta a Abraham imponiendo las manos e implorando para expulsar un mal espíritu (1QApGn 20, 16-24). La datación del manuscrito es controvertida y el rango de posibles fechas va del siglo III a. de C. hasta el siglo primero de nuestra era. En él se relata cómo el faraón pide a Abraham que ruegue por él y su casa para que sea expulsado el mal espíritu, y Abraham obra el prodigio imponiendo sus manos sobre la cabeza del faraón. Es el primer testimonio escrito de la tradición judía del que se tiene noticia refiriendo el ritual de la imposición de manos. No se conoce antes ni por los escritos rabínicos ni por el antiguo testamento. La técnica de Abraham que combina el rezo, con la imposición de manos y el conjuro para alcanzar su objetivo guarda, sin embargo, sorprendente paralelo con el modo de hacer de Jesús de Nazaret. Hay, sin embargo, una diferencia: Jesús utilizaba la imposición de manos para curar, curar por medio del contacto corporal. La expulsión de demonios la llevaba a cabo, según los testimonios, por medio de un conjuro.

David, expulsando un mal espíritu que atormenta a Saúl, será la siguiente personalidad en el tiempo capaz de conjurar los malos espíritus dentro de la tradición judía. En el libro primero de Samuel se relata cómo Dios se aparta de Saúl y cómo, por Su mediación, un espíritu malvado aterroriza[4] a Saúl. Sus

---

[3] Según el libro de los jubileos, Mastema, del hebreo "hostilidad", es un ángel, el jefe de aquellos demonios que los ángeles caídos engendraron con las mujeres; tal vez uno de esos mismos demonios. En la mitología hebrea Mastema es un ángel que persigue el mal; que ejecuta los castigos de Dios; tienta a los seres humanos y pone a prueba su fe.

[4] El término hebreo que usa para decir "aterrorizar", –בעת-, es el mismo que se usará ya en el siglo IV de nuestra era para expresar el estado de perturbación que precede a una posesión (vid. Talmud Babli. Meg. 3ª)

siervos le hablan de un hombre virtuoso de nombre David, entre cuyas cualidades destaca su maestría al tocar la cítara. Gracias a su destreza musical logrará calmar el ánimo perturbado de Saúl. Éste lo llamara a su lado y se cuenta que, cada vez que le invadía aquel tremendo malestar '…tomaba David la cítara, la tocaba, y Saúl encontraba calma y bienestar y el espíritu malo se apartaba de él…' (1Sam 16, 14-23). La capacidad terapéutica de la música se conocía desde tiempos inmemoriales. Lo que entonces se consideraba una cura efectiva para expulsar a los demonios, hoy sería considerado por los expertos en psicoterapia como una herramienta eficaz para resolver una depresión leve en el caso de Saúl. Sin embargo, es obvio que en tiempos de Samuel creían en la posibilidad real de que los malos espíritus invadieran un cuerpo y perturbaran el alma, y asimismo, en la posibilidad efectiva de expulsarlos con la ayuda de la música adecuada.

Este episodio del exorcismo de Saúl que leemos en Génesis aparecerá en relecturas posteriores de forma recurrente. El *Liber Antiquitatum Biblicarum o Pseudo-Filón,* relata la historia bíblica desde Adam hasta la muerte de Saúl con omisiones, modificaciones, y adiciones que tienen paralelos en otras tradiciones judías. En él se cuenta de nuevo cómo se envía a buscar a David para que cure a Saúl con su música, afligido por un mal espíritu. Sin embargo, en este relato el sonido de la cítara no será suficiente, y David deberá improvisar un salmo con el que amonesta directamente al espíritu, recordándole que no es más que una criatura secundaria aparecida tras la creación (*LAB* 60,2-3). David seguirá interpelando al espíritu, recordándole sus orígenes en estos términos: '¿Acaso no recuerdas que vuestra creación se ha desencadenado a partir de una disonancia en el caos?'. Insistiendo así en el hecho de que los demonios y los seres humanos no son de la misma sustancia y que por esta razón ha de abandonar el cuerpo del hombre. Al oír el salmo de David el espíritu dispensa a Saúl y abandona su cuerpo. Los estudiosos no se ponen tampoco de acuerdo con la datación de este texto, que sitúan entre el siglo primero y mediados del siglo II de nuestra era. Margen temporal donde, por otro lado, también situaríamos un manuscrito de Qumrán que atribuye a David la composición de unos salmos recomendados para leer frente a los poseídos (11QPsa. 27-10). De entre los salmos y canticos para distintos rituales que se le atribuyen a David, dotado por Dios con el talento y discernimiento necesario para componerlos, se conocen unos 'cánticos a llevar a cabo ante los poseídos'[5].

Se observa por estos relatos que David ocupaba un lugar de importancia notable en el imaginario judío en lo que se refiere a la cruzada contra los demo-

[5] 11QPsa. 27-10. La palabra que usa en hebreo aquí es פגועים, de la raíz 'golpear, pegar'; por extensión y en este contexto la traducimos por poseídos, siguiendo la traducción de Florentino García Martínez (García Martínez 1992: 282). El mismo término se utilizará en literatura posterior al hablar de aquellos poseídos por el demonio (Vid. Talmud Babli: Sab. 6.8b; Erub. 10.26c)

nios. Sin embrago, el exorcista por antonomasia dentro de la tradición judía será, sin lugar a dudas, su descendiente directo: Salomón[6]. Se recogen testimonios de sus cualidades y su popularidad como tal en textos de distinta índole, siendo el más significativo a este respecto el *Testamento de* Salomón. Se trata de uno de los textos mágicos más antiguos atribuidos a Salomón, un catálogo pseudoepigráfico de demonios, auténtico manual de demonología y exorcismo, cuya redacción se sitúa entre el siglo I al III de nuestra era.

Otro texto fundamental que atestigua los poderes de Salomón es el *Talmud de Babilonia* (*T.B.* Git. 68b), donde se le menciona desafiando y sometiendo a Asmodeo por medio de un anillo mágico. La tradición del anillo de Salomón está también atestiguada en los cuencos mágicos. Estos cuencos, también llamados cuencos atrapa-demonios, proceden de la antigua Mesopotamia y existen algunos de los siglos II y III antes de Cristo. Están escritos en su interior, – a veces también en el exterior -, y se usaban para pedir la protección de las familias contra ellos, colocándolos en las esquinas de las habitaciones o en el umbral de la vivienda. Tras leer el encantamiento, el bol era colocado boca abajo. Su escritura elegante seducía a los demonios y sus poderosos encantamientos los atrapaban en su interior impidiéndoles escapar y hacer daño a los moradores de las viviendas (Naveh y Shaked 1987). También se sabe del famoso sello de Salomón por un amuleto galileo del siglo III y algunos Papiros mágicos griegos, en especial el PGM[7] IV 3009: "Yo te conjuro por el sello que Salomón puso en la lengua de Jeremías y éste habló" (Duling 1975: 232-252). Los Papiros mágicos griegos son una colección de textos, escritos la mayoría en griego antiguo, – pero también en copto, egipcio demótico, etc.-, hallados en los desiertos de Egipto, que arrojan luz de algún modo sobre el sincretismo mágico-religioso del Egipto grecorromano y su área circundante. Su datación recorre un largo lapso de tiempo: desde el siglo I a. C. al siglo IV (Naveh y Shaked 1993).

Siempre del mismo anillo habla también el historiador judío Flavio Josefo en un episodio de exorcismo narrado en sus *Antigüedades Judías* (AJ: VIII: 1,4). La ceremonia la protagoniza un judío de nombre Eleazar, que expulsa un demonio que poseía a un hombre, y lo hace en presencia de Vespasiano y los suyos. La ceremonia comienza acercando a las fosas nasales del endemoniado un anillo que tenía en su sello una raíz de una de las clases mencionadas por Salomón. El poseído aspiraba y el demonio salía por su nariz. El mismo autor se extiende en este escrito sobre las artes del rey Salomón en el ejercicio de combatir a los demonios, – τὴν κατὰ τῶν δαιμόνων τέχνην –. Cuenta cómo dejó por escrito sus preciosos conocimientos al respecto, compo-

---

[6] Hay estudios de enorme interés del rey Salomón en su imagen más esotérica, imagen ésta extendida y bien conocida en algunas corrientes del judaísmo y del cristianismo en la Antigüedad Tardía (Torijano 2002)

[7] Papyri Graecae Magicae

niendo encantamientos para conjurar las enfermedades y formulas de exorcismos para aquellos que son poseídos por el demonio (*AJ*: VIII, 42).

Todo lo dicho queda refrendado por otro escrito de distintas características denominado *Sabiduria de Salomon*. De fecha incierta, lo más probable es que fuera escrito en el siglo primero a. de C. En él Salomón habla en primera persona de sus talentos: "Así pues me ha otorgado un conocimiento preciso de lo real. Me ha enseñado [ … ] la naturaleza de los animales y los humores de las bestias salvajes, los impulsos violentos de los espíritus y los pensamientos de los hombres; las variedades de las plantas y las virtudes de las raíces"[8].

La profusión de referencias en la tradición literaria judía al rey Salomón como maestro en estas lides lo convierten en el exorcista *par excellence*. De ahí la contundente frase del rey David cuando, refiriéndose sin duda a Salomón, dice al conjurar él mismo al demonio, que 'nacerá de sus flancos aquel que le vencerá' (*LAB* 60,3). Esta cualidad legendaria de Salomón trascenderá incluso la literatura judía, y así Orígenes, en su comentario a San Mateo, confirma que aún en el siglo II se expulsaban los demonios con la ayuda de los conjuros compuestos por Salomón (Patrick: 1885).

La leyenda que hace de Salomón el 'exorcista entre los exorcistas' continuará asimismo presente en los evangelios. Y así, Jesús de Nazaret invocará al 'hijo de David', para que le ayude en un exorcismo cuyo testimonio recoge Mateo (12:22-24). Jesús, como judío, hereda de sus ancestros sus modos para expulsar los malos espíritus. Se presentará a sí mismo con estas palabras: "Hoy y mañana arrojaré demonios" (Lucas 12,32). Aparece expulsando demonios en múltiples ocasiones en los evangelios, en especial en el de Marcos. Su actividad como exorcista ha sido exhaustivamente estudiada en importantes trabajos desde hace muchos años, y sigue siendo hoy objeto de estudio de plena actualidad (Twelftree 2007; Eve 2002; Smith 1988; Grelot 1979; Vermez 1998).

La última figura bíblica investida de poderes curativos de la que dan noticia los textos preservados será Daniel. En esta ocasión el testimonio es más indirecto y la identidad del propio Daniel debatida, por no aparecer su nombre. Con todo, hacemos una breve mención del episodio por no haber tampoco argumentos definitivos para descartarlo. El relato se recoge en un fragmento de Qumrán llamado "la oración de Nabónides". Este fragmento hallado en la cuarta cueva de Qumrán, y desafortunadamente muy dañado, se inspira en la historia de Nabucodonosor del libro de Daniel. La parte que interesa es la que relata como un *gazer* judío de los hijos de Judá fue capaz de curar una ulcera maligna que afectaba al rey desde hacía siete años. La palabra *gazer*, que se aplica aquí a un judío

---

[8] *Sabiduría de Salomón* (Σοφία Σολομῶνος), 7, 17-20. Se trata de un texto del Antiguo Testamento para católicos y ortodoxos, pero que no figura en el canon de las biblias de tradición protestante ni judía. Pertenece a los escritos de los judíos alejandrinos y es de autor anónimo.

identificado como Daniel, aparece varias veces en el libro refiriéndose a mago o adivino (Dan. 2, 26; 4,7; 5.7, 11). Hay autores que consideran que el vocablo ha de traducirse por exorcista (Dupont-Sommer 1960: 253; Vermez 1998: 73); y otros que, por el contrario, convienen que las argumentaciones dadas no son etimológicamente viables (Eve 2002:186). Nosotros hacemos solo mención del hecho sin entrar a debatir, ya que la discusión escapa a los límites de nuestro estudio.

### 3.2. Predecesores menos celebres o desconocidos

Al rabino protagonista del exorcismo que tiene lugar en el palacio del emperador Basilio, no sólo le preceden en su práctica para expulsar demonios grandes figuras de la tradición judía más antigua, como las referidas en el apartado anterior. Se conocen asimismo otros testimonios de esta práctica en la tradición textual hebrea, pero llevados a cabo por personajes menos celebres, o bien anónimamente. El más famoso es el que aparece en el libro de Tobit. Una sobrina de Tobit, de nombre Sara, con quien Tobit quiere casar a su hijo Tobías, sufre una maldición demoniaca provocada por un tal Asmodeo. Sara ha tenido ya siete pretendientes que no han sobrevivido la noche de bodas. Tiene todas las virtudes de una doncella casadera, – la joven es inteligente, decidida y muy guapa,- (Tob. 6,12); pero la maldición que padece le hace muy infeliz queriendo incluso perder la vida. Entonces aparece Tobías para rescatarla y ayudado del ángel Rafael logrará acabar con Asmodeo, el demonio que atormenta a Sara.

Rafael indica a Tobías cómo se ha de llevar a cabo el exorcismo con instrucciones muy precisas. Le dice que ha de quemar el corazón y el hígado de un pez, produciendo humo que, en presencia de hombre o mujer afectados de demonio o espíritu maligno, logrará la desaparición del maleficio (Tob 6,8). Así pues, tras los esponsales, Tobías, ya en la alcoba matrimonial sacará de la alforja el hígado y el corazón del pez echándolos al brasero del incienso, y el olor del pez, ayudado de una oración especifica a Dios, alejará al demonio. El demonio escapa hasta el confín de Egipto. Rafael lo persigue y allí lo atrapa "atándolo de pies y manos" (Tob. 8, 2-3)[9]. Quemar incienso u otras resinas y plantas olorosas en los dormitorios, era y es costumbre frecuente en el Medio Oriente. Herodoto escribe que 'siempre que un varón babilonio tiene relaciones con una mujer, se sienta cerca del incienso quemado; y también la mujer hace lo mismo' (*Historias*, I 198). Flavio Josefo lo refiere asimismo en sus *Antigüedades* (VIII 2 -5).

Es interesante señalar que hasta aquí sólo una vez se ha nombrado al demonio, en el relato de Noé, que llama Mastema al jefe de los demonios. Los nombres

[9] Existía la creencia popular muy extendida y atestiguada en los dos testamentos de que los malos espíritus vagaban por las regiones desérticas (cf. Is 13,21; 34,14; Bar 4,35; Mt 12,43-44; Mc 5,2.10).

de los malos espíritus que perturban el alma de Saúl no se conocen, son "malos espíritus" sin identificar; del mismo modo que aquellos que expulsa Abraham imponiendo las manos, o David y Salomón. A partir del relato de Tobit se introduce un nombre nuevo que tendrá mucha presencia: Asmodeo. Asmodeo, en griego Ασμοδαίος, en hebreo אַשְׁמְדָאִי (ʾašməḏʾāy) es el rey de los demonios. Una definición muy precisa de la naturaleza de este demonio la encontramos en el *Testamento de Salomón*, texto del que hemos hablado anteriormente en el que Asmodeo se presenta así: "Mi función es la de conspirar contra los nuevos esposos, para impedirles que se conozcan. Destruyo la belleza de las vírgenes y cambio sus corazones. Llevo a los hombres a accesos de locura y de codicia, y aunque tengan sus mujeres, las dejan por mujeres que son de otros maridos, aunque pequen y caigan en actos homicidas" (Conybeare 1898: 6).

En los pseudoepigráficos hay testimonio de exorcismos, aunque de modo algo impreciso. La mención más concreta es quizás la que aparece en el libro primero de Enoc en varios pasajes: especialmente significativos son 1En. 1: 69, 12-15 y 1En. 40, 7. También se puede adivinar, aunque de forma menos clara, en el *Apocalipsis de Abraham*, texto de origen judío, considerado normalmente como parte de la literatura apocalíptica, compuesto entre los siglos I y II a. de C. (*Apoc*. Ab. 14:5–8). Un testimonio algo más preciso de un personaje desconocido llevando a cabo un exorcismo es el del judío Eleazar mencionado más arriba. Eleazar, en palabras de Flavio Josefo, comenzaba su ceremonia acercando a las fosas nasales del endemoniado un anillo que tenía en el sello una raíz de una de las clases mencionadas por Salomón, lo hacía aspirar y le sacaba el demonio por la nariz. Tras esto, el hombre caía inmediatamente al suelo y Eleazar adjuraba al demonio a que no volviera nunca más, siempre mencionando a Salomón y recitando el encantamiento que había compuesto. Para convencer a los espectadores de la veracidad de su poder ponía a cierta distancia una copa llena de agua o una palangana, y ordenaba al demonio que lo derramara al salir del cuerpo del hombre y así el público sabría del éxito de la ceremonia (*AJ*, VIII, I-IV).

Por último, en lo que se considera documentos específicos de la Comunidad de Qumrán, – distintos de los denominados Escritos Bíblicos y Apócrifos del Antiguo Testamento-, hay menciones interesantes a la posesión y los conjuros para expulsar los malos espíritus. De especial interés son los Salmos donde se refieren los encantamientos para expulsar a los malos espíritus (4Q510-4Q511). Consisten en una colección de fórmulas versificadas y enumeradas en la que además de alabar a Dios en forma de cántico, se da la información necesaria para expulsar demonios y malos espíritus. Es posible que estas fórmulas tuviesen un carácter práctico y fueran utilizadas en las expulsiones de demonios y malos espíritus. Sin embargo, no hay ninguna indicación en toda la literatura de Qumrán que regule este tipo de prácticas. Así pues, todo parece indicar que nos encontramos ante imprecaciones, en forma de oraciones, que solicitan a Dios la

protección para la liberación de cualquier peligro relacionado con los demonios y los malos espíritus. Es decir, que más que fórmulas rituales, son salmos de carácter preventivo y que se recitan con ánimo de protegerse de las adversidades se presenten estas del modo y en la forma que sea (Duhaime y Legrand 2011: 135).

### 3.3. Antecedentes rabínicos

Hasta aquí hemos hecho mención de todos aquellos testimonios dentro de la tradición judía que recogen noticias sobra la práctica del exorcismo llevada a cabo por figuras eminentes o anónimas dentro de esta tradición. Tras un recorrido exhaustivo de todos los testimonios conservados se comienza a perfilar una idea más aproximada del lugar que ocupaba la práctica exorcística en este ámbito. Ya hemos hablado de las limitaciones consustanciales a los textos con los que trabajamos. Lo que leemos es una sola realidad, la del narrador, que al narrar, interpreta, selecciona datos y los dispone e interrelaciona para que tengan sentido para él y el público al que va dirigida la narración. Asimismo, no siempre relata acontecimientos coetáneos, las más de las veces habla de acontecimientos del pasado que él propone como verdad de lo acontecido. Y no es posible saber cuánto de verdad hay en ello, porque no sabemos siquiera si el que escribe opera por veracidad o verosimilitud persiguiendo algún objetivo que a nosotros se nos escapa.

Sin embargo, incluso atendiendo a tantos condicionantes, alguna información en firme se puede siempre obtener. Sabemos, por ejemplo, que hay un factor común que se advierte en todos y cada uno de los testimonios hasta aquí referidos: sus autores, como todos los judíos a los que se dirigen, creían en el influjo de los malos espíritus sobre las personas. Del mismo modo que creían que todas las fuerzas del maligno juntas no podían nada contra una persona buena, justa, piadosa que invocaba el nombre del Señor, al que están siempre sometidos todos los ejércitos celestiales y los espíritus del mal. En el caso de los testimonios que siguen, que resultan ser los que más rasgos en común tienen con nuestro texto, se percibe igualmente esa misma condición. Los dos rabinos que mencionaremos a continuación llevan a cabo su tarea por mediación de Dios, y sólo gracias a Él logran vencer a los demonios.

La literatura tanaítica recogida en la Misná y la Tosefta carece casi por completo de historias de milagros atribuibles a los rabinos. Los fenómenos milagrosos en esta literatura se restringen al mundo de los relatos bíblicos. El primero de los testimonios que tenemos de un rabino capaz de controlar las fuerzas del mal, aparece mencionado primero en la Misná, pero sus prodigios solo se relatan en el Talmud. Hablamos de Hanina ben Dosa, que vivió en Arab, ciudad galilea del distrito de Séforis, alrededor del siglo I de nuestra era. En aquel tiempo Yoha-

nan ben Zakai era allí jefe religioso de la comunidad. Parece que Hanina fue su discípulo y que logró curar a su hijo en una de sus intervenciones más notorias. La tradición rabínica lo retrata como hombre devoto y capaz de prodigios y curaciones milagrosas. Se observa que realiza sus milagros, como venimos de decir, sólo por mediación de Dios; como advierte M. Smith (1951:81), los milagros son hechos en favor de Hanina, pero no es él personalmente quien realiza los milagros. Así pues, cuando evita el ataque de la reina de los demonios, Azrath, es sólo por mediación de los cielos que le protegen. La reina de los espíritus reconoce que no puede hacer daño alguno a Hanina porque goza de una protección especial en el cielo. La parte del relato donde parece que Hanina tiene cierto dominio sobre los malos espíritus es cuando acuerda con Agrath que los ángeles de destrucción no puedan rondar por los espacios habitados todos los días, como antes hacían, sino sólo las noches del miércoles y del sábado (*TB Erub*. 29b; *Pesaj*. 112b-113a).

Hanina ben Dosa, se escapaba a la corriente que empezaba a florecer ligada con fuerza a la *halajá*[10], y su conducta no era en muchos casos la exigida por el código legal y moral que se iba estableciendo oralmente y que acabaría quedando por escrito en la Misná y se ampliaría más tarde en el Talmud. De hecho, cuando la reina de los espíritus evita atacarlo, Hanina incumplía un principio básico de conducta y observancia religiosa caminando solo por la noche. Su falta de interés por los asuntos legales y rituales y su concentración exclusiva en asuntos morales es muy similar a la actitud de Jesús, con el que tienen mucho en común como ya señalara hace tiempo Vermez (1998 y ss.). No se le cita jamás como autoridad legal en la Misná ni en el Talmud. Tres de sus *logia* se reproducen en el tratado Ética de los Padres, o Pirqe Avot, incluido en el orden cuarto de Neziqim, que expande el dicho de Proverbios de que "el principio de la sabiduría es el temor de Dios" (Prov 9,10; Sal 111,10). Es interesante ver que estos dichos no versan sobre asuntos legales, sino que son más bien de tipo sapiencial, lo que constata la idea de que vive al margen de la corriente general tan preocupada por ajustarse a una estricta y exigente ley. La *halajá,* que se convertirá en piedra angular del judaísmo rabínico, no acepa en principio comportamientos como el de Hanina. Con todo, figuras de la talla Yohanan ben Zakai, considerarán en gran estima sus virtudes, y lo cierto es que nunca se le llega a desacreditar, a pesar de que no sea lo suficientemente escrupuloso en el seguimiento de la ley.

La razón de que sean pocos los casos de relatos milagrosos en este corpus textual puede deberse a que los tannaitas, – los redactores de la Misná y la

[10] La *halajá* es la recopilación de las principales leyes judías, y posteriormente las leyes talmúdicas y rabínicas, así como sus tradiciones y costumbres. Las leyes religiosas en el judaísmo, como en muchas otras culturas, no distingue claramente entre la vida religiosa y la no religiosa. Así pues la *halajá* es una guía para las prácticas y creencias religiosas, pero también dirige el comportamiento del día a día.

Tosefta – quieren subrayar que el judaísmo es accesible a todos por igual, siendo Dios accesible a todos los judíos por igual y no sólo a ciertos individuos. Exaltar los dones de personajes como Hanina debilitaría además la autoridad institucional de la comunidad. En la época tanaítica los rabinos pretendían arrogarse la autoridad que anteriormente había estado en manos de los sacerdotes y, por tanto, cualquier judío que reivindicase un acceso a Dios al margen de la nueva estructura rabínica les resultaba problemático. Con todo, la dimensión rabínica de Hanina está presente en la Misná desde el primer momento, pues se le titula siempre rabí, lo que denota un respeto y la otorgación de cierta autoridad (M.Ab 3,9).

A partir del siglo III se ve con buenos ojos que algunos líderes destaquen dentro de la sociedad y se diferencien, porque hace falta para renovar la confianza de los fieles. Sobre todo ante las crisis padecidas por las comunidades judías en Babilonia a manos de los sasánidas y en Palestina a manos de los bizantinos. Las circunstancias requieren la presencia de líderes dotados de cualidades extraordinarias. Y, de hecho, la figura del mismo Hanina se percibe de otro modo cuando se menciona en el Talmud, siguiendo el hilo de lo dicho. Se observa que los redactores del Talmud, – los amoraítas-, dan un giro a esta tendencia de la Misná que evita destacar las cualidades prodigiosas de individuos aislados; y así queda reflejado en la multiplicación de relatos milagrosos en sus escritos. El motivo quizás sea un cambio en la manera de percibir a los líderes religiosos del pueblo.

Si bien los relatos sobre prodigios son más abundantes en el texto talmúdico, sólo encontramos uno que se ajusta a los parámetros de este estudio, que pretende únicamente describir a aquellos hombres capacitados para luchar contra los demonios. El ejemplo que encontramos en el Talmud nos habla de un rabino muy distinto a Hanina ben Dosa. Se trata de Rabí Simon bar Yochai. De él se sabe que vivió en Galilea durante la época de la dominación romana y después de la destrucción del segundo Templo de Jerusalén, lo que sitúa su vida entre finales del Siglo I y el Siglo II de la era cristiana. Su carácter, formación y su autoridad como rabino son completamente distintas a las de de Hanina. Fue uno de los más eminentes discípulos de Rabi Akiva y sus decisiones legales tienen mucho peso en la literatura rabínica siendo, de hecho, el cuarto sabio más veces mencionado en la Misná. Además de ser reconocido como una autoridad legal indiscutida, es famoso también por ser autor de numerosos milagros, de los que nos interesa uno en particular que relatamos a continuación.

Alrededor del año 138, es enviado a Roma como embajador, para solicitar al emperador Antonino Pío la abolición de una serie de decretos que prohibían el cumplimiento de ciertas prescripciones fundamentales para la observancia del culto judío. Se cuenta que logró, al igual que Shepatiah, la benevolencia imperial tras exorcizar a la hija del emperador (TB, Me'ilah 17a-b).Cuando se dirigía

a Roma, Rabí Simón diviso un espíritu sentado en lo alto de un mástil al que interpeló de inmediato. Respondiéndole el espíritu que estaba allí para hacer un milagro por él y ayudarle en su empresa. Al preguntarle cuál era ese milagro, el espíritu le dice que tiene intención de entrar en el estomago de la hija del emperador y gritar: ¡Traedme a Rabí Simón! Le explica que tiene que susurrar a los oídos de la doncella y así se marchará. Como señal de su partida todos los recipientes de cristal de palacio se romperán. Rabí Simón sigue las instrucciones del espíritu y todo ocurre como ha sido previsto. El emperador le ofrece lo que desee en recompensa por la cura de su hija y Rabí Simón le dice que sólo le interesa una cosa, y es que sean derogados todos los decretos emitidos en contra de los judíos. El emperador agradecido cancela los decretos y Rabí Simón parte en paz.

No aparecen más testimonios en la literatura judía sobre exorcismos llevados a cabo por rabinos hasta el tiempo del texto que da punto de partida a este artículo. Es, sin duda, un lapso de tiempo muy amplio y las razones de que así sea son imposibles de esclarecer de momento. Está por descubrir si se puede sacar alguna conclusión a partir de esta ausencia de testimonios más allá de la no preservación de los mismos. Como veremos, el episodio que tienen lugar en el palacio del emperador Basilio se parece tanto al suceso protagonizado por Rabí Simón bar Yohai, que parece que la historia de Rabí Shepatiah es en esencia una revisión adaptada de la historia talmúdica, de la que pudo haber otras versiones entre uno y otro acontecimiento que no se han conservado.

## 4. El exorcismo de la hija del emperador de Bizancio Basilio I

El episodio que sigue se incluye, como apuntábamos al principio del estudio, en la crónica familiar escrita por Ahimaaz ben Paltiel. En el texto las narraciones de carácter mágico y de naturaleza mística, las historias fantásticas, abundan en tal medida, que acaban por ser las protagonistas reales del texto; al que colocan en el ámbito de la narración legendaria. Para ello reutilizan muchos elementos de la tradición hebrea talmúdica y medieval, en la que confluyen lo mágico, místico y popular. En este sentido es una extraordinaria fuente para conocer las creencias populares y supersticiones de las comunidades judías del sur de Italia de la época del autor y por extrapolación, las de otras comunidades judías en territorios colindantes. La mayor parte de los relatos de carácter mágico y sobrenatural en los que aparecen brujas, demonios y otros seres malignos hunden sus raíces, de forma más o menos directa, en la tradición rabínica.

Así pues, se puede decir que el escrito de Ahimaaz participa en gran medida de las características propias de la literatura de maravillas, y como tal ha sido tratado en ocasiones. Si bien, resulta difícil determinar el género literario al que pertenece por tratarse de un texto muy singular. Su singularidad hace tan

imprecisa su definición que ha sido denominado de muchas formas distintas sin resultar ninguna definitiva: genealogía, epopeya, hagiografía, saga, crónica. Esta última es la denominación que ha encontrado mayor aceptación, siendo considerado tradicionalmente como un texto historiográfico. No obstante, la realidad es que se ajusta con dificultad a los parámetros de lo que se considera una crónica medieval hebrea al uso. Ahimaaz no se acomoda a las formulas habituales de los cronistas hebreos medievales, cuyo objetivo, – más religioso que histórico- , puede ser de dos tipos, a saber: mostrar la perpetuación a lo largo de la historia de la Ley mosaica, escrita y oral, y la transmisión de la tradición de una generación a otra; o bien, el relato detallado de las persecuciones y desgracias que padecieron los judíos a lo largo de la historia. Con todo, por no encontrar mejor ubicación en las clasificaciones generales de literatura hebrea medieval, y dada su especial naturaleza, sigue encontrándose entre los textos historiográficos escritos en lengua hebrea en la Edad Media[11].

El texto donde se encuentra el fragmento que nos interesa, ha sido editado y traducido en varias ocasiones (Bonfil 2012; Colafemmina 2002; Klar 1944; Salzman 1924). Presentamos a continuación, en traducción propia del hebreo al español, el episodio que nos interesa. En él se narra cómo en una ocasión, Rabí Shephatiah, intercede positivamente ante el emperador de Bizancio, Basilio I (867-886), evitando así la conversión de los judíos de Oria al cristianismo, y lo consigue exorcizando a su hija. Basilio I había mandando llamar a Rabí Shephatiah, pues había llegado a sus oídos su reputada sabiduría, su gran sagacidad y profundo conocimiento de la Torá y quería dialogar con él. Para persuadirle promete recibirle con todos los honores en palacio, concediéndole cualquier petición que le pudiera hacer; y asegurándole también que volvería a casa sano y salvo. Llegó entonces a Constantinopla y el rey lo puso a prueba. Resultó del agrado del rey y de su gente. Debatieron distintos asuntos y el emperador reconoció que Rabí Shephatiah le había derrotado con su sabiduría. Tras esto le agasajó, le invitó a comer a su mesa y le ofreció todo tipo de manjares. Después en secreto solicitó su ayuda para un asunto personal:

> Basilio tenía una hija a la que adoraba en extremo, y un demonio la hizo desgraciada y no era capaz de curarla. Lo emplazó en secreto, implorando y suplicando: "Ayúdame Shephatiah, y cura a mi hija de su enfermedad". Y él respondió: "Por supuesto que lo haré, con la ayuda de Dios, el Sadday". Entonces le preguntó: "¿Hay algún lugar especial que no sea susceptible de contener una capilla?". El rey contestó: Boccaleone, 'el justo'. Allí tengo un jardín. Él observó de arriba abajo y le pareció que Boccaleone, que significa 'boca de león', era adecuado. Llevó allí a

[11] La historiografía hebrea medieval, por su peculiaridad, se escapa a las definiciones a las que estamos acostumbrados tradicionalmente. Para un análisis en profundidad del tema se recomienda la lectura de los últimos estudios al respecto (Cantera Montenegro 2002)

> la doncella y exorcizó al demonio en nombre de Aquel que habita lo más alto; de Aquel que actúa en las alturas y el inframundo; de Aquel que estableció la tierra con su sabiduría, Aquel que formó las montañas y el mar y que suspende la tierra en el vacío. Y el demonio gritó: "¿Por qué ayudas a la hija de este hombre malvado que con perfidia se conduce y ha provocado tanto dolor al pueblo errante? Dios me la entregó para humillarla y destrozarla. Ahora aléjate de mí, pues no saldré de aquí". Él contestó al demonio: "No prestaré atención a tus palabras. Sal en nombre de Dios, así él (Basilio) sabrá que existe un Dios en Israel". Salió de inmediato y escapó apresuradamente. Pero lo agarró y lo colocó en una vasija de plomo que cerró por todos lados, sellándola en nombre de su Creador y la arrojó hundiéndola en aguas profundas. Y entonces la doncella se dirigió en silencio, con calma y apaciblemente hacia el rey y la reina. Shepathiah se dirigió al rey para obtener permiso para irse; y el rey trato de disuadirle de su fe, tentándole primero con regalos y, al no conseguirlo, amenazándolo. Sin embargo, se acordó de su promesa y el favor que le hiciera y le dio finalmente permiso para partir. Le convocó personalmente y le dijo: "Shephatiah, si me pides mi fortuna, te la daré; y si no quieres dinero te otorgaré pueblos y ciudades; pues así escribí que colmaría tus aspiraciones y deseos". Y él respondió humildemente, con tristeza y lágrimas: "Si mi señor quiere favorecer a Shephatiah, deje a aquellos que se ocupan de la ley sabia, no les aparte de la Torá de Dios, no los empuje al desierto, afligidos y desesperados. Y si en esto no quiere complacerme, haga mi señor algo por mi; que no haya en mi ciudad conversión forzosa[12].

Y así fue como Rabí Shepatiah consiguió que su ciudad quedara eximida del decreto. La intención de esta historia, lo mismo que la de Rabí Simón bar Yohai, es la misma: una historia maravillosa acerca de un rabino experto en milagros, que es enviado a la corte en misión política. Misión que resulta exitosa gracias a sus habilidades como hacedor de milagros. En ambos casos logran la abolición de los decretos emitidos en contra de los judíos gracias a un exorcismo poco común. Exorcizan un demonio del cuerpo de la hija del emperador, no de una mujer común. Se les supone ciertamente un gran poder, puesto que, de no tener éxito, podrían incluso empeorar la situación de los judíos.

Ambos, a parte de exorcistas exitosos, eran sobre todo reputados rabinos e importantes personalidades de su comunidad. Así pues, estos relatos no informan únicamente acerca de magia y superstición popular. De algún modo informan también sobre la sociedad en la que el milagro tiene lugar. El exorcismo no ocurre en secreto. Expresa la necesidad de la sociedad por esta especie de magos, doctores que curan al enfermo con poderes sobrenaturales. Y no son solo "magos", son también líderes en su comunidad. El poder de curar al enfermo no está al alcance de cualquiera. El liderazgo de estos rabinos refleja aspectos

[12] Se traduce a partir de la última edición del texto hebreo publicada ( Bonfil 2012:267)

sociales – la posición de poder que detentan- y folclóricos al tiempo. El exorcismo es una expresión poderosa de lo popular y folclórico y un sabio, titulado rabí, envuelto en misiones diplomáticas con el poder gobernante requiere estar en lo más alto de la escala social y de poder de la comunidad. En ambos casos se trata de una expresión literaria de una situación recurrente para los judíos medievales. Siempre en minoría tratando de preservar su religión y prerrogativas bajo gobiernos poderosos que tratan de asimilarlos a su credo.

No es importante la veracidad de estas historias, obviamente cuestionable, sino lo que estas reflejan, lo que pretende trasladar el que las escribe, el modo en que las recibe el público. El relato de Rabí Simón y el de Shephatiah se parecen demasiado, en esencia están contando lo mismo. Hay indicios, además, de que la historia de Rabí Simón, que sería la predecesora inmediata de la nuestra, sea asimismo copia de otro relato anterior que ni siquiera es de origen judío. Hay noticia de una historia relacionada con el apóstol Bartolomé que exorciza a la hija del rey de la India cuando se encuentra allí en misión evangelizadora. En este caso, cuando el rey quiere recompensarle con oro por la curación, el apóstol lo rechaza conviniendo que su única compensación sería lograr la conversión del rey y los suyos al cristianismo (Bacher 1897). Y aún hay otra historia similar protagonizada en esta ocasión por Abercius, obispo de Hierapolis que, a la edad de 72 años es convocado por el emperador Marco Aurelio para exorcizar el demonio que posee a su hija Lucilla. Lo consigue sin dificultad y vuelve a su diócesis en paz y recompensado por los emperadores agradecidos[13].

## 5. Conclusiones

Parece claro que el relato de Shephatiah es una versión más de una sola historia contada con variaciones en distintos tiempos y lugares. Extraña en la primera lectura que un emperador cristiano recurra a los servicios de un exorcista judío, habiendo, como parece por lo textos recién mencionados, experimentados exorcistas de su misma religión. Lo cierto es que entre musulmanes, judíos y cristianos había un intercambio real a la hora de expulsar espíritus. Existen testimonios de judíos recurriendo a musulmanes para llevar a buen fin el exorcismo de un correligionario; y también recibiendo la ayuda de curanderos cristianos con el mismo propósito (Chajes 2003: 93).

Por otro lado, hay testimonios que indican que los judíos tenían un talento especial para exorcizar demonios y así lo leemos de mano de Orígenes en su obra *Contra Celso* (libro IV). Justino Mártir, uno de los primeros apologistas cristianos, habla en la misma línea en su obra *Diálogo con Trifón* (85,3). Gideon

[13] El relato aparece recogido hacia el 900-950 de nuestra era por Simeon Metaphrastes ("Acta Sanctorum" (vol. IX., Oct. 22, 1896)

Bohak(2012: 97), menciona cómo Luciano de Samosata cuenta con sarcasmo las maneras de un exorcista judío a sus ojos. El relato que hace Luciano nos traslada la hostilidad y burla que se hace en algunas ocasiones de un exorcista por parte de sus contemporáneos, y al tiempo nos advierte con su testimonio que la figura del exorcista judío era común en el siglo segundo de nuestra era, no sólo en Palestina, sino también en otras partes del imperio romano. Cyril Mango (1992: 127) menciona también cómo personalidades de la iglesia bizantina recurren a los servicios de judíos para que intercedan por ellos en su trato con el demonio.

Los testimonios presentados nos obligan a replantearnos la recepción de este tipo de ceremonias por la comunidad judía, su evolución y el papel que el ejercicio de estos prodigios juega a nivel político dentro de su comunidad y en la relación de los judíos con el poder superior que les gobierna en los distintos países donde son 'huéspedes' en minoría. Nos dibuja un aspecto importante de este fenómeno, y una formula de poder variable y muy condicionada por las circunstancias, pero al tiempo incuestionable y siempre eficaz. Nos obliga, en fin, a una reflexión atenta de la importancia que puede llegar a tener una ceremonia de este tipo, cuyas razones y consecuencias van más allá de la superstición o las creencias confiadas de un grupo religioso.

## Bibliografia


BACHER, Wilhelm (1897). "La legende de l'Exorcisme d'un demon par Simon B. Yohai", *Revue des Études Juives*, 35, 285-287.

BOHAK, Gideon (2012). *Ancient Jewish Magic: A History*. Cambridge: Cambridge University Press.

BOHAK, Gideon (2008). "Jewish Exorcisms Before and After the Destruction of the Second Temple" *Was 70 C.E. Really a Watershed: On Jews and Judaism before and after the Destruction of the Second Temple*, Daniel S. Schwartz et al. (eds.), Leiden: Brill. 277-300

BONFIL, Robert (2012). *History and Folklore in a Medieval Jewish Chronicle: The Family Chronicle of Ahima'az Ben Paltiel*. Leiden: Brill.

CANTERA MONTENEGRO, Enrique (2002). "La historiografía hispano-hebrea" , *Espacio, Tiempo y Forma,* Serie III, Medieval, 15, 11-75

COLAFEMMINA, Cesare (2001). *Ahima'az ben Paltiel. Sefer Yuhasin—Libro delle discendenze: Vicende di una familia ebraica di Oria nei secoli IX–XI.* Bari: Messaggi editori.

CONYBEARE, Frederic C. (1898) "The Testament of Solomon", *Jewish Quarterly Review*, 11: 1-45

DUHAIME, Jean y LEGRAND, Thierry (2011). *Los rollos del mar Muerto*. Estella (Navarra): Verbo Divino.

DULING, Priest D.C. (1983). "Testament of Solomon", en *The Old Testament Pseudepigrapha*, vol. 1, Ed. J. H. Nueva York; Doubleday: Charlesworth, J.H.

DULING, Priest D.C. (1983). "Salomon, Exorcism, and the Son of David". *Harvard Theological Review*, 68.3/4.

DUPONT-SOMMER, André (1960). *Exorcismes et guérisons dans les écrits de Qoumrân*. Leiden: Brill.

EVE, Eric (2002). *The Jewish Context of Jesus' Miracles*. Sheffield: Sheffield Academic Press.

GRELOT, Pière (1979) "Los Milagros de Jesús y la demonología judía", en *X. Leon-Dufour. Los milagros de Jesús según el Nuevo Testamento*, Madrid: Cristiandad.

FLAVIO JOSEFO (2009) *Antigüedades Judías*, trad. Jose Vara Donado. Madrid: Akal.

HADOT, Jean. (1987). "Livre des antiquités bibliques". *La Bible. Ecrits intertestamentaires*. Paris: Gallimard.

KLAR Benjamin (1944) *Ahimaaz ben Paltiel. The Chronicle of Ahima'az: a Book of Genealogie.* Jerusalén: Tarshish Books.

MANGO, Cyril (1992), "Diabolus Byzantinus", *Dumbarton Oaks Papers*, 46, *en Homo Byzantinus. Papers in Honor ofAlexander Kazhdan*, 215-223.

MILLÁS VALLICROSA, José María (1934). "Los manuscritos hebraicos de la Biblioteca Capitular de Toledo" *Al-Andalus,* 2, 395-429.

NAVEH, Joseph y SHAKED, Shaul (1987). *Amulets and magic bowls : Aramaic incantations of late antiquity.* Jerusalén: The Hebrew University Magnes Press; 2ed. (1ed. 1985)

NAVEH, Joseph y SHAKED, Shaul (1993) *Magic Spells and Formulae: Aramaic Incantations of Late Antiquity*. Jerusalén: The Hebrew University Magnes Press.

NEUBAUER, Adof (1895). "Sefer Yuhasin", *Mediaeval Jewish Chronicles and Chronological Notes*, 2, 113–132. Oxford: Clarendon Press.

J. PATRICK (1885). "Origen Comentary on Matthew" en *P. Schaff, Ante-Nicene Fathers*, vol. IX, Edinburgo: Allan Menzies. D.D. T&T Clark.

SALZMAN, Marcus (1924). *The Chronicle of Ahimaaz.* Nueva York: Columbia Columbia University Press.

SMITH, Morton (1951). *Tannaitic Parallels to the Gospels*, Filadelfia: Society of Biblical Literature.

SMITH, Morton (1988) *Jesús el Mago*. Barcelona: Martínez Roca.

TORIJANO, Pablo A., (2002) *Solomon the Esoteric King. From King to Magus, Development of a Tradition,* Leiden: Brill

VANDERKAM, James (2001). *The Book of Jubilees.* Sheffield Academic Press, 2001.

VERMEZ, Geza (1998) *Jesús el judío.* Barcelona: El Aleph.

VOS, Nienke / OTTEN, Willemien, eds. (2011). *Demons and the Devil in Ancient and Medieval Christianity.* Leiden: Brill.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_2

# Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de "huma livraria copiosa"

## *Historical-artistic approach to two liturgical manuscripts of the scriptorium of the Monastery of Alcobaça from the last quarter of the twelfth century or the beginning of "a copious bookstore"*

Catarina Fernandes Barreira[1]
Instituto de Estudos Medievais – FCSH – Universidade Nova de Lisboa
cbarreira@fcsh.unl.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 05/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 06/03/2017

**Resumo:** Neste artigo é nossa intenção estudar dois manuscritos litúrgicos iluminados, um Coletário-ritual (Alc. 166) e um Saltério-hinário (Alc. 11), produzidos no *scriptorium* de Alcobaça em finais do séc. XII. A análise do seu conteúdo litúrgico e da decoração iluminada, a par com a comparação com outros manuscritos oriundos do mesmo mosteiro, permitirão afinar a sua datação e confirmar a sua origem alcobacense e o seu contexto de produção.

**Palavras-chave:** Alcobaça, Liturgia, Manuscrito, *Scriptorium,* Iluminuras.

**Abstract:** This article aims to study two illuminated liturgical manuscripts from the monastic library of Alcobaça, a Collectary – ritual (Alc. 166) and a Psalter-hymnal (Alc. 11), both from the late twelfth century. The analysis of its liturgical contents and illuminated decorations, along with its comparison with other illuminated manuscripts from the same monastery, intends to accurate their context and dates of production and their origin in this Cistercian house.

**Keywords:** Alcobaça, Liturgy, Manuscript, *Scriptorium*, Illumination.

## O scriptorium de Alcobaça no séc. XII

A produção de manuscritos no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça tem, nas últimas décadas, atraído a atenção dos investigadores portugueses. Destes, cumpre destacar o contributo decisivo de Aires A. Nascimento[2], mas também

[1] Bolseira de Pós-Doutoramento FCT com a refª SFRH/BPD/70067/2010.

[2] Por questões de espaço, e porque a sua bibliografia para o assunto em questão é extensa, destacamos só os trabalhos que vamos mencionar neste artigo: Nascimento, 1978; Nascimento 1979; Nascimento e Diogo 1984, Nascimento 1985, Nascimento 1991, Nascimento 1992a, Nascimento 1992b, Nascimento 2012.

de Adelaide Miranda, Horácio Peixeiro[3], Manuel Pedro Ferreira[4] e Joaquim Oliveira Bragança[5], entre outros. Os trabalhos desenvolvidos por Aires A. Nascimento no campo da Codicologia e, em particular, em torno das encadernações alcobacenses (Nascimento e Diogo 1984; Nascimento 1992b; Nascimento 2012) demonstraram que o *scriptorium* do Mosteiro foi o local de origem da maioria dos manuscritos da sua livraria que chegaram aos nossos dias. Para além da caracterização e "identificação de um *scriptorium*" (Nascimento 1992b: 155), Aires A. Nascimento confirmou ainda que as orientações que estiveram na base da constituição da biblioteca de Alcobaça foram semelhantes às encontradas para outras abadias cistercienses, nomeadamente para a abadia-mãe, Claraval, apesar da forte ligação de Alcobaça com o contexto local (Nascimento 1992b: 156 e 162).

Fundado o cenóbio em abril de 1153 (Gomes 2000; Gomes 2013a), a comunidade monástica ficou instalada em acomodações provisórias: a edificação da igreja e as instalações conventuais tiveram início duas décadas e meia depois, em 1178 (Gusmão 1992: 22 e 23; Gomes 1998: 11; Gomes 2002: 207). Em 1227 está documentado um pedido do abade de Alcobaça ao Capítulo Geral para mudar a abadia, ou seja, das instalações provisórias para as novas (Marques 2008: 53), corroborando, segundo os historiadores Artur Nobre de Gusmão, Mário Barroca e Saul Gomes, uma mudança ocorrida alguns anos antes, em 1223 (Gusmão 1992: 23; Barroca 2000: 90, 130 e 157; Gomes 2002: 208 e 233). A igreja foi consagrada a 20 de outubro de 1252, pelos bispos de Lisboa e Coimbra, como ficou registado no *Livro das Eras* de Sta. Cruz de Coimbra (Nascimento 1992b: 161; Gomes 2000: 39; Gomes 2002: 202 e 208).

No entanto, o *scriptorium* de Alcobaça iniciou a produção de manuscritos iluminados ainda em finais do séc. XII, um funcionamento atestado por vários autores (Nascimento 1991: 121-145; Nascimento 1992b: 149 – 162; Miranda 1996; Guerra 2003: 226; Nascimento 2012: 292)[6].

Das quase cinco centenas de manuscritos que nos chegaram[7], cerca de 19 foram identificados por Aires A. Nascimento no Índice do Inventário dos

---

[3] No campo da história da arte, assinalamos os trabalhos de Adelaide Miranda: Miranda 1996; Miranda 2000; Miranda 2007. Nos últimos anos tem vindo a dedicar-se, com uma equipa multidisciplinar, ao estudo do mapeamento da cor nos manuscritos de Alcobaça (bem como de Sta. Cruz e Lorvão): Miranda *et al* 2008 e Miranda e Melo 2014. Os contributos de Horácio Peixeiro: Peixeiro 1986; Peixeiro 1991; Peixeiro 2007.

[4] Este investigador é um especialista no campo dos manuscritos com notação musical: Ferreira 2009; Ferreira 2013; Ferreira e Araújo 2013.

[5] No que concerne a manuscritos litúrgicos cistercienses ver Bragança 1984; Bragança 2008.

[6] A propósito da produção de manuscritos em instalações provisórias, ver Suárez González 2005: 270.

[7] Segundo Aires A. Nascimento, em 1775 o *Index Codicum* descrevia 476 códices (Nascimento 2012: 207). O *Inventário dos Códices Alcobacenses* em 1930/32 contabilizava 456 códices, número a que se somaram os 8 que estavam no Arquivo Nacional Torre do Tombo e que se reuniram com os da BNP, totalizando 464 (Nascimento 1979: 205-206; Nascimento 1985: 107; Nascimento 2012: 205-214 e 237). Joaquim

Códices Alcobacenses como pertencentes ao séc. XII[8] (Nascimento 1978: 523). O autor veio ainda juntar a este núcleo mais antigo do *scriptorium* de Alcobaça os cinco códices que constituem o *Legendário alcobacense*, datável dos finais do séc. XII (Alc. 418 a 422). Este teve como modelo o *Legendário de Claraval*, disponível a partir do último terço do séc. XII para circular entre abadias-filhas. No entanto, a sua recepção não foi passiva, mas o seu conteúdo foi adaptado às circunstâncias litúrgicas locais através da adição de novas entradas, relacionadas com o contexto português (Dolbeau 1984; Nascimento 1992a: 149-150; Benulic 2007; Nascimento 2012: 291 e 292).

Devem incluir-se no conjunto anterior o Alc. 238, que investigações recentes vieram datar um dos seus textos, o *De Avibus*, entre 1180 e 1190 (Castro *et al.* 2014: 37), e uma Bíblia em cinco volumes, Alc. 427 a 431 (Nascimento 1978: 523; Nascimento e Diogo 1984: 15), que Adelaide Miranda e Luís Sousa dataram como tendo sido copiada em finais do séc. XII (Miranda 2015: 34; Sousa 2016: 112). Ainda segundo Luís Sousa, de data próxima é o manuscrito Alc. 157, uma Bíblia glosada (Sousa 2016: 113).

Como tem vindo a ser demonstrado por Aires A. Nascimento, o Fundo de Alcobaça respeitante ao séc. XII também inclui manuscritos elaborados noutros *scriptoria*: o Alc. 143, datado de 1185, teve origem no *scriptorium* do Mosteiro do Lorvão, uma origem atestada pelo seu cólofon, embora se desconheça em que data passou a fazer parte da biblioteca alcobacense (Nascimento 2012: 295, 402 e seguintes; Nascimento 2016: 34).

Ao analisarmos o tipo de manuscritos do séc. XII preservados, que atinge os 32 espécimes (Anexo I), há um dado bastante evidente: só dois manuscritos se destinam diretamente ao uso litúrgico, um Coletário-ritual (Alc. 166) e um Saltério-hinário (Alc. 11). Como explicar esta ausência de manuscritos litúrgicos para o período em questão? Onde estão os primeiros manuscritos, contemporâneos da fundação de Alcobaça e necessários ao funcionamento da comunidade, como o testemunham os *Capitula*[9] cistercienses?

---

Oliveira Bragança localizou um Processional- Tropário do Mosteiro, o COD. 6207 na Biblioteca Nacional (Bragança 1984). Para Manuel Pedro Ferreira o *scriptorium* de origem do Il. 115 foi, muito provavelmente, Alcobaça (Ferreira 2016: 319-326). Saul Gomes localizou, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, um Coletário de Alcobaça, Ms. 893 (Gomes 2013b: 430; Gomes 2009: 58). A este número somámos mais dois manuscritos: um *Ordinário do Ofício Divino*, hoje na Biblioteca Nacional da Austrália (Barreira 2015: 136) e um *Ritual* atualmente na posse da Paróquia de Salzedas (Rêpas e Barreira 2016; Barreira e Rêpas 2016).

[8] Indicamos a sua cota: Alc. 11, Alc. 136, Alc. 152, Alc. 154, Alc. 166, Alc. 231, Alc. 232, Alc. 248, Alc. 332, Alc. 333, Alc. 335, Alc. 336, Alc. 357, Alc. 358, Alc. 367, Alc. 423, Alc. 424, 425 e 426 (Nascimento 1978: 523).

[9] "De construendis abbatiis. VIIII. (…) Nom mittendum esse abbatem nouum in locum nouellum sine monachis ad minus XII$^{cim}$, nec sine libris istis: psalterio, hymnario, collectane, antifonario, gradali, regula, missali." (Waddell 2002: 512).

À excepção da Regra de S. Bento, o conjunto de livros necessários à fundação de novas abadias eram todos litúrgicos (Bell 2013: 140). Este "pacote-inicial" de manuscritos era geralmente oferecido pela abadia-mãe (Nascimento 1992b: 153; Jamroziak 2013: 210). Em relação a Alcobaça e aos manuscritos necessários para assegurar o funcionamento da vida monástica[10], Aires A. Nascimento menciona que desapareceram os "livros primitivos para podermos comprovar se isso se verificou entre Claraval e Alcobaça, logo no início. De tempos subsequentes, porém, não restam dúvidas." (Nascimento 1991: 123). De igual modo, também Manuel Pedro Ferreira, no que concerne aos manuscritos de Alcobaça e aos seus traços paleográficos, refere que as suas particularidades tiveram como modelo os manuscritos de Claraval, o que confirma "por fontes desta última abadia, conservados na Mediateca de Troyes." (Ferreira e Araújo 2013: 197).

Uma justificação para o desaparecimento dos livros primitivos pode estar no facto de, à semelhança do que ocorreu em Claraval, os manuscritos litúrgicos terem sido reutilizados, mais tarde, nas encadernações – o estudo e a datação dos fragmentos das encadernações dos códices alcobacenses vão decerto contar uma história da biblioteca e da produção do *scriptorium* de Alcobaça diferente da que hoje conhecemos.

José Mattoso chamou há muito a atenção para a concomitante escassez e pobreza da documentação do cenóbio para o séc. XII, que relaciona com "o facto de o mosteiro ter sido destruído antes de 1195 por uma incursão de sarracenos que matou grande parte dos monges ou mesmo toda a comunidade." (Mattoso 2002: 185). Esta incursão poderia ter sido responsável pela ausência dos manuscritos oferecidos por Claraval e também pela quantidade diminuta de manuscritos litúrgicos?

Sobre este tópico, Saul Gomes cita os Capítulos de 1195 e 1197 e refere que "Deve merecer acolhimento, pelos elementos mencionados, como dado histórico positivo, a notícia ou tradição alcobacense de ter sido dizimada toda ou a maior parte da comunidade religiosa local em 1195" (Gomes 2002: 223). No entanto, outros dados atestam a sobrevivência de parte dos monges alcobacenses após tal incursão: ainda segundo Saul Gomes, o abaciado de D. Mendo estendeu-se de 1191 a 1206, ano em que este viria a falecer (Gomes 2002: 229; Gomes 2012: 140); da mesma época "são também Frei Pedro Froidiz e Frei Fernando Mendes que vemos serem nomeados diversas vezes pelo papa Inocêncio III para presidir "causas gravíssimas", particularmente este último, que ascenderia à cátedra abacial em 1206…" (Gomes 2000: 48; Gomes 2002: 228).

---

[10] "Quos libros non liceat habere diversos. X. Quos libros non licet habere diversos. Missale, epistolare, textus, collectaneum, graduale, antiphonarium, regula, psalterium, lectionarium, kalendarium, ubique uniformiter habeantur." (Canivez I 1933: 13; Waddell 2002: 513)

Sobre a questão da invasão, Manuel Pedro Ferreira destaca, em relação a 1190, que "there is some evidence of an attack on the nearby monastery of Alcobaça during this short siege (between 5 and 11 July)" (Ferreira 2013: 301), mas que a data de 1195 para a referida incursão Almóada é improvável (Ferreira 2013: 302). E se, efetivamente, a jovem comunidade monástica sofreu danos – humanos e materiais – o seu impacto ou profundidade não podem ter sido, como referiram Maur Cocheril e José Mattoso, graves ou tão graves ao ponto de se pensar num extermínio dos monges (Cocheril, 1966; Mattoso 2002). Neste caso, se tivesse ocorrido, quer Thomas Amos, quer Manuel Pedro Ferreira sublinham que esse acontecimento decerto que era lembrado e comemorado pela Ordem (Amos I 1988: xviii; Ferreira 2013: 304 e 305). Os *Statuta* de 1195 fazem uma referência vaga ao assunto, reportando-se ao ano anterior: *Statutum est Anno praeterito ut pro tribulatione terrae sanctae et incursu Saracenorum in Hispaniam…* (Amos I 1988: xviii; Waddell 2002: 306).

Efetivamente, ao consultarmos a documentação de Alcobaça, verificamos que, para o período em questão, há um número significativo de referências ao abade D. Mendo, mencionado por Saul Gomes, e a frades do Mosteiro durante este abaciado[11]. E António Joaquim R. Guerra confirmou, para 1192, a existência de um *scriptorium* em Alcobaça (Guerra 2003: 226). Logo, parece-nos que a posição de Manuel Pedro Ferreira constitui a hipótese mais plausível, ou seja, a comunidade monástica sofreu alguns danos, mas estes não podem ter sido tão graves ao ponto de terem tido como consequência o extermínio dos monges.

## 1. O Coletário-ritual Alc. 166[12]

Um Coletário é, como o nome indica, um manuscrito que contém as coletas, quer as do Ofício Divino, quer as da Missa[13]. Neste caso, estamos perante um

---

[11] Por questões de espaço, não vamos enumerar a documentação onde aparece o abade, mas só as referências a monges/frades de Alcobaça. T.T., *Mosteiro de Alcobaça*, 1.ª incorp. Maço 1: docs. 36 e 37, ambos de 1187, redigidos por um monge; o mesmo Pedro (que se intitula como *Frater Petrus monacus*) terá sido o responsável pelo doc. 40, de 1188; T.T., *Mosteiro de Alcobaça*, 1.ª incorp. Maço 2: doc. 9, de 1190, uma venda aos *frades de Alcobaça*, Frei Martinho *notauit* e foram testemunhas *Fratrer Brunu* e *Frater Gunsalvus*; doc. 18, de 1191, menciona o celeireiro Pedro Mendes e um frade, Gonçalo Soares; o doc. 22, de 1192 é uma venda *aos frades* de Alcobaça; o doc. 26, de 1195 dirige-se *ao abade e frades*; o doc. 28 datado de 1196 menciona Frei Egas, converso de Alcobaça; Saul Gomes publicou um documento de cerca de 1193, um texto fragmentário do processo judicial que opôs Sta. Cruz de Coimbra e Alcobaça, sobre os direitos desta abadia. Neste documento estão mencionados, como testemunhas do Mosteiro, quinzes monges. (Gomes 2000: 57 e 59).

[12] Sobre este manuscrito ver Pereira 1996: 144; Miranda 1996: 132 e 266; Mattoso 2002: 278 e 279 e, em particular, Mattoso 2001: 65 e seguintes, Cavero Dominguez *et al*, 2013: 128 e seguintes. Thomas Amos atribui-lhe uma origem francesa (Amos II 1989: 33).

[13] Sobre Coletários ver Pereira 1996: 144 (onde o autor menciona este coletário) e Waddell 2007: 65 e seguintes.

Coletário para a celebração do Oficio Divino, porque contém os *capitula* (leituras breves) e as coletas (orações) para as horas de *vesperas*, *laudes, prima, sexta* e *nona*, do Próprio do Tempo e do Santoral. A coleta de *laudes* – específica para cada festividade – repete a coleta da missa respetiva, neste caso a primeira oração que fechava os ritos iniciais e o momento penitencial, antes das leituras bíblicas. Coletário-ritual porque a seguir às coletas do Comum dos Santos e da Dedicação da Igreja, este manuscrito integra um conjunto de orações e fórmulas rituais que vamos desenvolver mais adiante, como as orações para a entrada e saída de monges, a unção dos enfermos e as exéquias dos defuntos. Importa pois analisar a sua utilização em contexto litúrgico e no âmbito do quotidiano da comunidade monástica.

### 1.1. Descrição codicológica do manuscrito

Este manuscrito, em pergaminho de boa qualidade, de tacto macio e de espessura média (Guerra 2003: 88 e 97), encontra-se em mau estado de conservação: a margem inferior dos fólios está bastante danificada[14], decerto pelo uso intenso, o que favoreceu o desgaste material dos mesmos. O manuscrito mede 265 x 185 mm e totaliza 154 fólios, divididos em 19 cadernos (quaternos), com algumas exceções, assinaladas na Tabela 1, que nos merecem alguns comentários. O 1º caderno, com seis fólios, é uma adição posterior. Os últimos fólios (fls. 150-154) foram adicionados ao núcleo inicial do manuscrito, em cronologias diferentes e que importa contextualizar devidamente, no âmbito da análise litúrgica. O 3º caderno, só com 7 fólios, não teve perda de texto[15], mas resultou decerto de um aproveitamento de pergaminho. No que diz respeito aos reclames, só são visíveis no 16º, 17º e 18º cadernos, cuja numeração, em algarismos romanos, coincide com o número de cadernos do núcleo do manuscrito, ou seja, XV, XVI e XVII, respetivamente. A foliação é moderna, feita a lápis na margem superior e o manuscrito exibe o carimbo da livraria de Alcobaça (fólios 1 e 2).

O texto apresenta-se numa só coluna, com 15 linhas, à exceção do Calendário e das adições, e a primeira linha de texto de cada fólio situa-se acima da caixa de texto, uma característica comum a manuscritos anteriores ao séc. XIII (Muzerelle 2013: 115). No que diz respeito ao tipo de letra, parece-nos um tipo de letra de transição da carolina para a gótica, mais concretamente protogótica porque já apresenta algumas das características da escrita gótica (traços de arranque e de fuga nas hastes das letras, que as adensam nas pontas, e a alternância entre traços finos e grossos), mais precisamente *littera protogothica formata* (Amos II 1989: 33). A uni-

[14] Agradecemos de forma penhorada ao Serviço de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, nomeadamente à Dr.ª Teresa Ferreira e à Dr.ª Ana Cristina, apesar do mau estado do manuscrito, nos autorizaram a sua consulta e a realização de fotografias para o podermos estudar.

[15] Há continuidade entre a *feria III* do fólio 28v e o inicio do fólio 29, com a *feria IIII*.

dade de regramento (UR) do núcleo do manuscrito é bastante regular, cujo regramento, feito a ponta seca, está de acordo com os dados levantados para alguma da documentação desta época, em Alcobaça (Guerra 2003: 135) e por isso integráveis num bom planeamento de trabalho, bastante cuidado (Nascimento 2016: 38). O picotamento dos fólios só raramente é visível, decerto por terem sido aparados, embora também se verifique o desgaste dos mesmos na margem de goteira, decorrente do manuseamento significativo. O manuscrito está iluminado com grandes iniciais folheadas, de dimensão variável, que refletem uma organização hierarquizada da ornamentação em relação às festas que assinalam; iniciais mais pequenas foram usadas para pontuar as festas de menor importância litúrgica (3 a 4 UR) e o início das coletas (2 UR), cujas características desenvolveremos mais adiante.

No que concerne à encadernação do manuscrito, mede 288 x 185 x 65 mm e apresenta pastas de papelão cobertas por pele castanha. Devido ao desmembramento da encadernação, as pastas estão soltas, bem como a lombada, exibindo cinco nervos e as respetivas tranchefilas da cabeça e pé. Há destacamento da pele em alguns locais das pastas. As folhas de guarda são em papel, tal como a primeira folha do manuscrito que, para além da cota antiga e do nome do manuscrito em latim, exibe o carimbo da livraria de Alcobaça.

De referir, e porque nos parece importante para contextualizar o tempo de uso deste manuscrito, que, nos últimos cadernos, nomeadamente a partir do fl. 146, a margem inferior dos fólios se encontra num significativo estado de degradação, com perda de pergaminho: o manuscrito parece ter sofrido algumas intervenções de "restauro" que, pelas suas características, devem ter sido realizadas pelos próprios monges e que consistiram em agregar, à margem de pé dos fólios, através de colagem, fragmentos de outros manuscritos, de diferentes cronologias[16].

### 1.2. Conteúdo litúrgico do manuscrito e sua datação

O conteúdo litúrgico de um manuscrito constitui-se como um tema de grande interesse, e é geralmente a análise do Calendário, do Próprio dos Santos e das adições, em articulação com os *Statuta Capitulorum,* que nos permite chegar a uma datação aproximada[17], exercício que nem sempre é possível. É nossa intenção neste artigo confirmar a data de produção deste manuscrito no séc. XII, como é referido no *Inventário*[18] e a sua associação ao *scriptorium* de Alcobaça. Em relação ao seu conteúdo, as suas seções foram estruturadas na Tabela 1.

---

[16] Estas intervenções são comuns nos manuscritos de Alcobaça. No Alc. 63, um *Ordinário do Ofício Divino* de 1483, no fl. 148v inclui uma receita "para solfar qualquer livro velho que for roto antes que se encaderne" (Nascimento e Diogo 1984: 89).

[17] Ver Leroquais 1934: XCVII e seguintes; Canivez 1933/41; Waddell 2002 e Legendre 2008: 186-187.

[18] Melo 1930/2: 135 e 136; Nascimento 1978: 11.

**Tabela 1.** Conteúdo do manuscrito Alc. 166

| Cadernos | Fólios | Conteúdo |
|---|---|---|
| 1º (6 fólios) | Fl. 1 ao fl. 6v | (Adição) Calendário |
| 2º | Fl. 7 ao fl. 14v | Colecta de Sta. Ursula (fl. 7).<br>Próprio do Tempo (fl. 7v em diante): do 1º domingo do Advento ao 25º domingo (fl. 64v). |
| 3º (7 fólios) | Fl. 15 ao fl. 22v | |
| 4º | Fl. 23 ao fl. 29v | |
| 5º | Fl. 30 ao fl. 37v | |
| 6º | Fl. 38 ao fl. 45v | |
| 7º | Fl. 46 ao fl. 53v | |
| 8º | Fl. 54 ao fl. 61v | |
| 9º | Fl. 62 ao fl. 69v | Próprio dos Santos (início fl. 65). |
| 10º | Fl. 70 ao fl. 77v | |
| 11º | Fl. 78 ao fl. 85v | |
| 12º | Fl. 86 ao fl. 93v | |
| 13º | Fl. 94 ao fl. 101v | |
| 14º | Fl. 102 ao fl. 109v | Continuação do Próprio dos Santos (termina no fl. 104).<br>Comum dos Santos (início fl. 104 até ao fl. 115). |
| 15º | Fl. 110 ao fl. 117v | Coletas para a Dedicação da Igreja; Nova dedicação da igreja e aniversário (termina fl. 116v)<br>Orações (fl. 116v ao fl. 118):<br>*Oratio super fratres egredientes de coquina*<br>*Oratio super egredientes*<br>*Oratio super fratres redeuntes de uia* |
| 16º | Fl. 118 ao fl. 125v | *Ordo ad inungendum infirmum* (fl. 118 ao fl. 125v). |
| 17º | Fl. 126 ao fl. 133v | *Ordo sepeliendi defunctum* (início no fl. 125v ao fl. 142v). |
| 18º | Fl. 134 ao fl. 141v | |
| 19º | Fl. 142 ao fl 149v | Continuação do *Ordo sepeliendi defunctum* (termina no fl. 142v).<br>Coletas para as comemorações dos aniversários pelos defuntos (fl. 142 ao fl. 147).<br>Adições (fl. 147v ao fl. 149). |
| 5 fólios | Fl. 150 ao fl. 154 | Continuação das adições (até ao fl. 153v; fl. 154 vazio). |

Assim, no que diz respeito ao Calendário, o *Inventário* refere que se trata de uma adição, um caderno de seis fólios acrescentado posteriormente ao manuscrito[19], uma informação que a nossa observação codicológica e a análise das festividades veio a confirmar. Daqui se depreende que o Calendário não estava previsto no projeto inicial deste Coletário-ritual. Desconhecemos a data em que o Calendário foi agregado ao núcleo do manuscrito mas, a avaliar pelo estado de degradação da margem inferior dos fólios, o desgaste parece ter ocorrido numa fase em que o

[19] Melo 1930: 135; Miranda 1996: 265.

Calendário já havia sido adicionado ao núcleo primitivo. E de certeza muito antes de o manuscrito ter recebido a encadernação atual e o carimbo da livraria.

O Calendário é um importante instrumento de organização do culto, onde estão assinaladas as festas autorizadas pelos Capítulos Gerais, de modo hierarquizado e com indicações para a sua celebração: as mais importantes são as festas com doze lições (*XII lc*) e, de seguida, as comemorações (*cõm*). Geralmente, as primeiras beneficiam de um ofício específico no Próprio dos Santos (Lebigue 2014: 41 e seguintes; Maître 2015: 17).

**Tabela 2**. Calendário do Alc. 166

| Data e santo | Data da autorização pelo Capítulo Geral | Calendário |
|---|---|---|
| Janeiro, 3: Sta. Genoveva | 1257 (com.) | Adição |
| Janeiro, 17: Sto. Antão abade | 1260 (XII lc, 1 missa) | Quase apagado |
| Fevereiro, 1: Vigília Purificação da Virgem | 1294 | Não |
| Fevereiro, 9: 8ª Purificação da Virgem | 1294 | Não |
| Março, 20: S. Cuthberto bispo e conf. | 1226 (com.) | Sim |
| Abril 29: Roberto abade | 1259 (2 missas) | Quase apagado |
| Maio, 6: S. João *ante portam latinam* | 1246 (XII lc, 1 missa) | Sim |
| Junho, 13: Sto. António de Lisboa | | Adição |
| Junho, 28: S. Julião de Mans | 1267 | Não |
| Julho, 20: Sta. Margarida | 1260 (com.) | Sim |
| Agosto, 5: S. Domingos | 1255 (XII lc, 1 missa) | Adição |
| Agosto, 11: Coroa de Espinhos | 1292 | Adição |
| Agosto, 25: S. Ludovico conf. | 1298 (XII lc, 2 missas) | Adição |
| Agosto, 27: 8.ª S. Bernardo | 1295 (XII lc, 1 missa) | Adição |
| Setembro, 7: Vigília da Festa da Natividade da Virgem | 1292 | Não |
| Setembro, 15: Oitava da Natividade da Virgem | 1245 | Sim |
| Setembro, 17: S. Lamberto bispo | 1246 (XII lc, 1 missa) | Sim |
| Outubro, 4: S. Francisco conf. | 1259 (XII lc, 1 missa) | Sim |
| Outubro, 20: Dedicação de Alcobaça | (20 de outubro de) 1252 | Sim |
| Outubro, 21: Onze Mil Virgens | 1220 (com.); 1260 (XII lc, 1 missa); 1262 (2 missas) | Adição |
| Novembro, 16: Sto. Edmundo bispo | Em 1247 a festa passou a ser assinalada a 8 de junho | Sim |
| Novembro, 19: Sta. Isabel | 1235 (com.) | Adição |
| Dezembro, 1: Sto. Elígio bispo | 1230 (com); 1287 (XII lc) | Sim: a *com*. foi raspada e por cima XII lc |

O pergaminho do Calendário encontra-se deteriorado, em particular na margem inferior dos fólios, pelo que não é muito claro afirmar com certeza se determi-

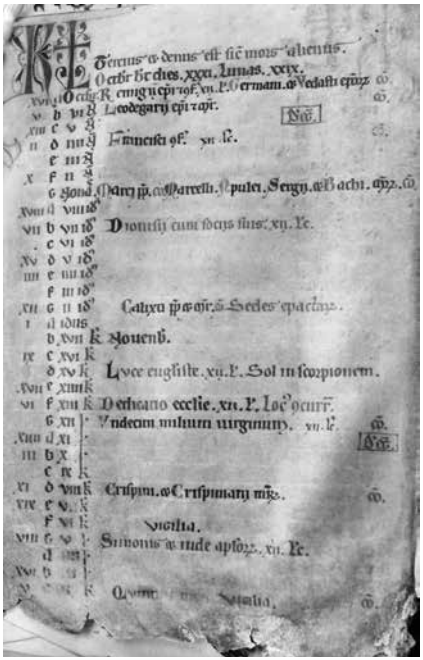


**Fig. 1.** Calendário, fólio do mês de Outubro (fl. 5v), BNP, Alc. 166, Coletário-ritual, Fotografia de Catarina Fernandes Barreira

nada festa, correspondente aos últimos dias de cada mês, foi ou não adicionada. A partir da sua análise, este Calendário tem assinalada, a 20 de outubro, a festa da *Dedicatio ecclesie* (fl. 5v, Fig. 1), implicando a sua elaboração em data posterior a 1252. Uma data que podemos dilatar mais um pouco, porque tem indicadas as festas de S. Francisco (1259) e a Sta. Margarida (1260)[20]. Desconhecemos porque é que determinadas festas, como a de Sta. Isabel (1235), S. Domingos (1255) e Sta. Genoveva (1257) aparecem sob a forma de adições. Ou porque é que a festa das Onze Mil Virgens aparece assinalada primeiro como uma comemoração (1220) e, adicionada por mão distinta, as doze lições (1260, mesmo ano que Sta. Margarida). Terá o calendário sido copiado por um modelo anterior, elaborado antes de 1247 (data em que a festa de S. Edmundo passou a ser assinalada no dia 8 de junho) ou mais recuado, até 1235, por causa de Sta. Isabel e que, por motivos que ignoramos, este Calendário não foi atualizado em relação a algumas festividades? Assim, de acordo com os dados disponíveis, terá sido em torno de 1260 que o Calendário foi agregado ao núcleo do manuscrito, uma vez que não há motivos para pensarmos que não tenha sido feito intencionalmente para este códice.

Segundo Nicolas Bell, uma razão que pode justificar algumas destas discrepâncias, é que, na prática:

> "the application of these changes to the calendar was far less systematic than the General Chapter intended: it depended on abbots being present at the meetings, and their diligence in passing the necessary emendations on for inclusion in the books." (Bell 2013: 264).

Neste Calendário foram ainda assinalados, em data posterior à data da cópia do Calendário, os aniversários do rei Afonso II, a 25 de março (fl. 2), o da rainha

[20] "Item statuit et ordinat Capitulum generale ut commemoratio beatae Margarrethae fiat tertio decimo kalendas augusti per Ordinem universum. Collecta : *omnipotens sempiterne Deus, qui infirma*." (Canivez II 1934: 464).

sua mulher. D. Urraca, no dia 4 de novembro (fl. 6) e por fim, o aniversário de D. Afonso, primeiro rei de Portugal, a 5 de dezembro (fl. 6v). Ou seja, nos dias indicados, correspondentes às datas dos óbitos dos sufragados, lembravam-se o rei fundador, cuja memória vai ser enaltecida em Alcobaça pelo menos até aos finais do séc. XV, inícios do XVI[21], bem como dos dois monarcas que estavam tumulados na galilé, à entrada da igreja, assunto que já abordámos noutro lugar (Rêpas e Barreira 2016: 220). Estes dados documentam que, em Alcobaça, a partir da 2.ª metade do séc. XIII, já se começa a organizar uma "liturgia funerária em função dos benfeitores do mosteiro" (Mattoso 2001: 81).

No que concerne ao cromatismo do Calendário, as festas de doze lições foram escritas com vermelhão, vermelho-escuro e verde, em alternância; as comemorações escritas a tinta de escrita/preto. Este significado das cores em relação à hierarquia das festas nos Calendários teve início em meados do séc. XIII e não se verifica nos calendários mais antigos (Lebigue 2014: 60). Desconhecemos em que data é que começou a ser aplicada nos Calendários de Alcobaça, mas este Calendário deve ter sido um dos primeiros a exibir esta organização.

Em relação ao núcleo do Coletário-ritual, ele tem início com o Próprio do Tempo, com as coletas para o Ofício do 1º domingo do Advento (fl. 7v), passando pela Festa da Santíssima Trindade (fl. 58v), autorizada em 1175[22] e termina com as coletas respeitantes ao 25º Domingo depois do Pentecostes (fl. 64v).

O Santoral inicia-se com a festa de Sto. Estevão[23] (fl. 65, Fig. 2) celebrado a 26 de dezembro, e vai até às coletas

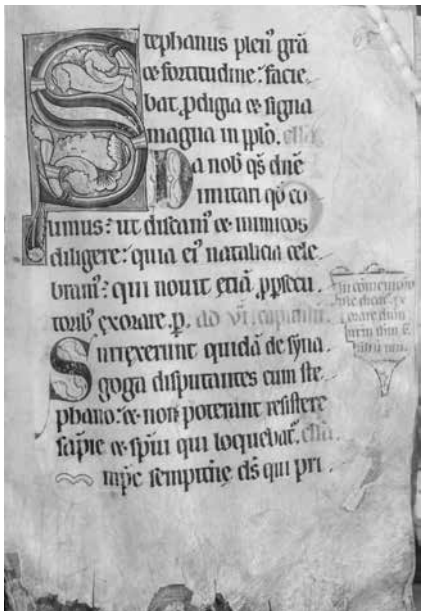


**Fig. 2.** Início do Santoral (fl. 65), BNP, Alc. 166, Coletário-ritual, Fotografia de Catarina Fernandes Barreira

[21] Este aniversário foi também assinalado no Calendário do Alc. 63, um Ordinário do Oficio Divino de 1483. A propósito da memória do primeiro rei em Alcobaça ver Rêpas e Barreira 2016: 230; Sobre as memórias relativamente aos reis da primeira dinastia até D. Afonso IV, temos o *Chronicon*, uma adição inserida no final do Alc. 66, um breviário de inícios do séc. XIV. Com uma lista dos Reis que foram em Portugal, ver também o Alc. 62, um Ordinário do Ofício Divino in Barreira 2016b e Barreira 2015.

[22] "Hystoria de Trinitate cantabitur et missa dicetur sicut in festo unius apostoli" (Leroquais 1934: XCVII).

[23] Sobre a questão do início do Santoral com Estevão ver: Zaluska e Damongeot 2015: 108; Baury 2010: 160; Bell 2013: 260; Barreira *et al*. 2016: 260; Barreira 2016a.

de Sto. André apóstolo (fl. 104), a 30 de novembro. É através das festividades que integram o Próprio dos Santos, em articulação com o Capítulo Geral, e das informações contidas nas anotações das margens, que vamos propor uma data para a elaboração do núcleo deste Coletário-ritual. As indicações nas margens dos fólios respeitantes ao Santoral são em número significativo e documentam um trabalho de constante atualização em relação às comemorações litúrgicas autorizadas pelo Capítulo Geral, sob a forma de notas e apontamentos marginais que se estendem, pelo menos, até finais do séc. XIII.

Pela análise do Santoral e do confronto com as notas nas margens, cujos dados estão compilados na Tabela 3, este manuscrito deve ser posterior a 1185[24] e anterior a 1191, confirmando-se assim o funcionamento do *scriptorium* alcobacense neste período, o que está de acordo com o documentado, por outras vias, por António Joaquim R. Guerra (Guerra 2003: 226).

**Tabela 3**. Santoral do Colectário Alc. 166

| Santo | Data da autorização do Capítulo Geral | Menção no Santoral |
|---|---|---|
| Sta. Maria Madalena | 1175: XII Lc | Sim |
| S. Bernardo de Claraval | 1175: XII Lc | Sim (com a indicação de que se deve fazer como para S. Bento) |
| S. Vicente[1] | 1184 (2 missas); 1185: XII lc | Sim |
| S. Tomás, bispo de Cantuária[2] | 1185: 1 missa (1191: 2 missas) | Sim |
| S. Marcial, bispo | 1991 (comm.) | Não: ref[a] na margem |
| S. Malaquias, bispo | 1991: XII Lc | Não: ref[a] na margem |
| S. Julião (Mans) bispo e conf. | 1193 (comm.) | Não: ref[a] na margem |
| S. Pedro de Tarentaise, bispo e conf.[3] | 1196 | Não: ref[a] na margem |
| Sto. Antão (abade)[4] | 1198 (comm); 1260: XII Lc | Não: ref[a] na margem |
| S. Nicolau, bispo[5] | 1199: XII Lc e 2 missas | Sim |

[1] Sobre esta celebração, ver Waddel, 2002: 129

[2] Sobre esta festividade ver Waddell, 2002: 125. O estatuto que se refere a esta festividade, em 1185, apenas lembra que este santo é para ser celebrado com duas missas pelos cistercienses ingleses e com uma missa por toda a ordem. Ver também Cavero Dominguez et al, 2013: 154 e seguintes, sobre as coletas deste santo.

[3] Waddell, 2002: 374, 379 e 402.

[4] Waddell, 2002: 403.

[5] A partir do levantamento feito por Leroquais, vemos que a festa de S. Nicolau foi autorizada a sua celebração, em 1199, com duas missas (Leroquais, 1934: XCVIII). Destacamos, no entanto, que a festa já era celebrada antes, com doze lições e uma missa (Waddell: 2002: 424) e por isso não é de estranhar que apareça no Santoral.

[24] Nos *Statuta* de 1186, há uma indicação sobre a celebração em honra de S. Nicomedes em Cister e nas outras abadias (Waddell 2002: 134). O Santoral deste Coletário tem assinalada a sua comemoração.

Ao Santoral sucedem-se as coletas do Comum dos Santos, da Dedicação da Igreja, nova Dedicação e as coletas do aniversário da Dedicação (fls. 115 a 116v); em seguida três orações: *Oratio super fratres egredientes de coquina*[25], *Oratio super egredientes* e *Oratio super fratres redeuntes de uia*[26]. Sobre estas orações, a primeira recitada sobre os frades ao sair da cozinha, e a última sobre os frades regressados da rua, Michel Andrieu menciona que estas fórmulas, entre outras, são comuns nos Pontificais e provêm do Sacramentário Gelasiano do séc. VIII, escrito por um monge (Andrieu 1931: 531; Vogel 1958: 117). No universo dos manuscritos cistercienses, registámos a presença destas orações no manuscrito Dijon 114, um códice copiado entre 1182 e 1188 no Mosteiro de Cister (Berman 2010: 48 e 244) para servir de exemplar, um modelo[27] a partir do qual seriam copiados os manuscritos necessários à fundação de uma nova abadia, no intuito de assegurar uma prática litúrgica uniforme (Bell 2013: 263; Falmagne 2012: 17). As referidas orações, entre outras orações e bênçãos, aparecem sequencialmente, tal como neste manuscrito, na parte respeitante ao Coletário (fl. 148v): a seguir ao Comum dos Santos e da Dedicação da igreja e antes dos dois *ordines* que vamos tratar em seguida.

O Alc. 166 prossegue[28] com dois rituais, o *Ordo ad inungendum infirmum*, ou sacramento da unção dos enfermos e o *Ordo ad inhumandum fratrem mortuum*, ou ritual dos defuntos. Estes *ordines* mereceram ambos um estudo de José Mattoso a propósito da sua origem e das diferenças face aos rituais de Cluny (Mattoso 2001: 63 a 82). Também nós tivemos oportunidade de os estudar muito recentemente noutro lado, a propósito de um outro manuscrito de Alcobaça, um *Ritual* (Rêpas e Barreira 2016: 216; Barreira *et al.* 2016: 258). Pensamos que este Coletário-ritual é o testemunho mais antigo que conhecemos dos dois *ordines* em Alcobaça, documentados posteriormente num conjunto de outros manuscritos (Bragança 2008: 426; Rêpas e Barreira, 2016: 216). Em relação ao primeiro *Ordo,* a unção dos enfermos, este aparece sempre acompanhado por uma Ladainha dos Santos (Fig. 3) que assinala o momento em que a morte se aproxima e todos os monges se reúnem em torno do irmão agonizante, após a recitação do Credo, invocando a intercessão de toda a Corte celeste (Mattoso 2001: 66).

---

[25] Ver Regra de S. Bento (Costa 2007: 104).

[26] Ver Regra de S. Bento (Costa 2007: 148).

[27] "In hoc volumine continetur libri ad divinum officium pertinentes quos utique non dicet in ordine nostro diversos habere. Sunt autem hic in unum corpus ea maxime ratione redacti ut presens liber sit exemplar invariable ad conservandam uniformitatem et corrigendam in aliis diversitatem." (Berman 2010: 244).

[28] Na mudança de caderno, entre o fl. 117v e o fl. 118 (ver Tabela 1), o n.º de linhas por fólio passa a oscilar entre 14 e 15 linhas e a distância entre as linhas de regramento aumenta ligeiramente (passa de 13mm para 14mm).

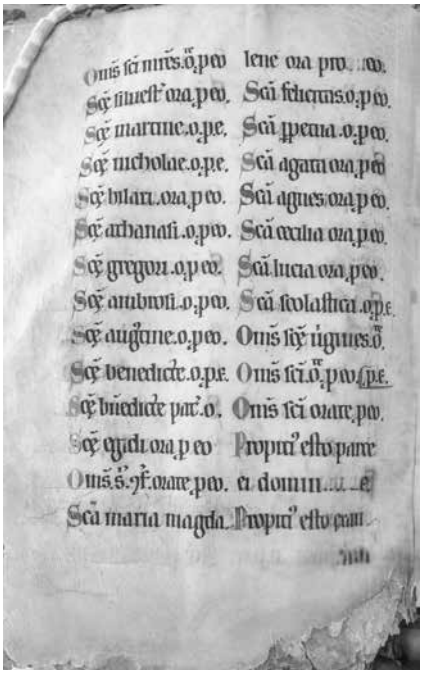


**Fig. 3.** Ladainha dos Santos (fl. 125v), BNP, Alc. 166, Coletário-ritual, Fotografia de Catarina Fernandes Barreira

A Ladainha é outro elemento importante para confirmar a datação deste manuscrito no intervalo 1185 – 1191, devido aos santos aí invocados, que careciam também de autorização dos Capítulos Gerais. Segundo Manuel Pedro Ferreira:

"the introduction of a new saint in the Litany apparently required a commemoration with a feast of twelve lessons; but this was not always enough ( … ) For example, St. Bernard himself was commemorated with solemn Matins and two masses a quarter-century before he was introduced into the Litany." (Ferreira 2013: 297).

A Ladainha dos Santos do sacramento da extrema-unção do Coletário – ritual Alc. 166 corresponde totalmente à Ladainha do mesmo *ordo* do manuscrito Dijon 114, fl. 149v. Destacamos, em ambas, a ausência de S. Bernardo, cuja invocação só foi autorizada em 1200. A seguir à Ladainha, temos o *Ordo ad inhumandum*, ou *Ordo sepeliendi defunctum*um ritual mais longo, que vai desde a preparação do corpo do monge falecido, à sua condução até à igreja, para a celebração dos ofícios de corpo presente (ofício dos defuntos e missa), concluindo com a procissão que acompanha o cadáver até ao cemitério e as orações aí proferidas (Mattoso 2001: 67 e 68).

Depois do ritual das exéquias, o Alc. 166 prossegue com um conjunto de coletas para a celebração dos aniversários pelos defuntos (fls. 142-145). Estas comemorações, em honra dos bispos e abades da ordem, dos monges e familiares da ordem, de caracter coletivo, também se encontram no já mencionado manuscrito Dijon 114 (fl. 151) e desenrolam-se pela mesma ordem. Sobre estes sufrágios, Mattoso menciona, no âmbito do culto dos mortos em Cister, que "os monges brancos restringiram drasticamente os sufrágios pelos estranhos, mas aumentaram-nos pelos membros da sua ordem" (Mattoso 2001: 79 e 80). Os sufrágios são os seguintes (por questões de espaço, não indicamos as coletas): *Pro episcopo defuncto; In aniversario episcoporum et abbatum; Per presenti defuncto; Pro tricenario et in commune parentum nostrum; Pro femina defuncta; Fratribus nostre congregationis et parentibus nostris* e por fim, *Pro tri-*

*cenario cisterciense* (fl. 144v)[29]. Em Alcobaça, estes sufrágios reaparecem nos seguintes manuscritos, por ordem cronológica: Alc. 67, um Coletário para a tércia, de 1442; Alc. 278, um Livro de Usos de 1444; numa adição do séc. XV do Breviário Alc. 54; no *Ritual de Salzedas* de finais do séc. XV, inícios da centúria seguinte e no Alc. 105, um *Caeremoniale monasticum* de 1716 (Rêpas e Barreira 2016: 218).

Seguem-se algumas bênçãos (fls. 145 e 145v) e o *Pater noster*. Estas bênçãos também estão no manuscrito Dijon 114, fl. 151, na parte respeitante ao Coletário. É interessante perceber os paralelismos entre os dois manuscritos, nomeadamente ao nível da sequência pela qual se apresentam: a seguir ao Comum dos Santos, ambos têm a Dedicação da igreja, as orações, os rituais da unção dos enfermos e das exéquias, as coletas pelos aniversários dos defuntos e as bênçãos. O manuscrito Dijon 114 prossegue com o Calendário, o alcobacense continua com um conjunto de coletas para o Santoral, que foram sendo adicionadas num intervalo cronológico que não é desprovido de interesse.

As adições de coletas ao núcleo primitivo deste Coletário – ritual (com início no fl. 147v) e a sua ordem também ajudam a confirmar as datações propostas e o tempo de uso do manuscrito: à coleta de S. Bernardo (com missa própria em 1202) sucede a de Sta. Catarina (1207); no fl. 148, a coleta *Undecim milium virginum* (1220[30]) e de Sto. Edmundo, arcebispo (1247); no fl. 148v os *capitula* e as coletas para as horas de *vesperas*, *laudes, prima, sexta* e *nona* do ofício *Undecim milium virginum* (1260[31]); no fl. 149, os *capitula* e as coletas para as horas de *vesperas*, *laudes, prima, sexta* e *nona* do ofício *In solemnitatis sacramenti altaris* (1318); S. Malaquias (oficio próprio para Claraval em 1274; 1295 para toda a ordem[32]); no fl. 151, *In conceptione beate Marie* (1356)[33] e *Beate Anne*, mãe da Virgem (1366 para a sua comemoração; doze lições/uma missa, à consideração do mosteiro, em 1375; com doze lições em 1454)[34]. No

---

[29] Sobre a celebração destes sufrágios na abadia de Alcobaça, ver Rêpas e Barreira 2016: 218 e seguintes.

[30] Segundo Manuel Pedro Ferreira, 1220 para as casas femininas da Ordem (Ferreira 2013: 300). "Petitio Domini Coloniensis super Commemoratione undecim martyrum vigilia facienda annuatim in festum earum admittitur, duodecimo kalendas novembris ad vesperas antiphona *O quam pulchra es amica mea*; in laudibus antiphona *Prudentes Virgines*, versus *Adducentur regi virgines*; collecta : *Exaudi nos Deus* personaliter." (Canivez I 1933: 518).

[31] "Item petitio illustrissimi regis Francorum de faciendo officio undecim millium virginum cum duodecim lectionibus et una missa in universis abbatiis, exauditur, et iungitur de Campo et de Valle Sancti Lamberti abbatibus ut ad inveniendum ipsarum officum quam citius fieri poterit diligentius elaborent; et ipsum officium deferant ad proximam sequens Capitulum generale." (Canivez II 1934: 464).

[32] "Item, quoniam sanctorum splendor mirabilis indeficienti lumine ubique radiat et coruscat, ad honorem beatissimi patris nostri Bernardi, qui totum Ordinem nostrum decorat, illuminat et venustat, generale Capitulum ordinat et diffinit quod in die octavo festivitatis eius duodecim lectiones et una missa per universum Ordinem habeantur, et quod historia propria B. Malachiae episcopi per totum Ordinem decantetur." (Canivez III 1935: 279)

[33] Maître 2015: 19, 21 e 22.

[34] Leroquais 1934: XCIX; Maître 2015: 19, 21 e 22.

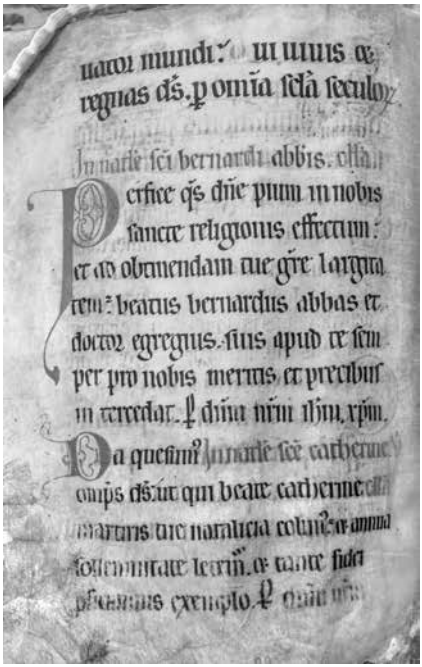


**Fig. 4.** Coletas de S. Bernardo e Sta. Catarina (fl. 147v) BNP, Alc. 166, Coletário-ritual, Fotografia de Catarina Fernandes Barreira

que diz respeito ao tipo de letra, o ofício anterior, *In conceptione beate Marie* apresenta muitas semelhanças com o tipo de letra dos manuscritos alcobacenses da 2.ª metade do séc. XV, bem como as suas iniciais de cor, e o ofício respeitante a Sta. Ana parece ser já em letra do séc. XVI. Estas adições ao núcleo do manuscrito, que vão desde 1202 aos finais do séc. XV, inícios do séc. XVI, não se limitam a assinalar as novas festividades do Santoral cisterciense, mas refletem determinadas orientações litúrgicas e documentam um tempo de uso do manuscrito que se estende, pelo menos, até os inícios do séc. XVI. E, associadas à adição do Calendário, refletem uma atitude ativa e identitária face aos manuscritos litúrgicos e ao seu uso.

O manuscrito prossegue, no fl. 152, com os *capitula* e as coletas para o ofício *Exaltatione sancte corone Domini* (autorizado em 1240)[35] e novamente o ofício *In solemnitatis sacramenti altaris*, terminando as adições com a coleta de S. Brás e uma coleta *Pro infirmis*, no fl. 153v. Como se percebe, a ordem cronológica anterior foi aqui contrariada. No estado atual dos nossos trabalhos, é difícil encontrar uma justificação para a repetição do ofício *In solemnitatis sacramenti altaris*[36], redigido sequencialmente em relação ao *Exaltatione sancte corone Domini*. A partir do tipo de letra e das características da decoração iluminada destes fólios, a primeira típica de meados do séc. XIV e a do segundo ofício de inícios do séc. XV, perguntamos se terão sido os fólios 152 e 153 inseridos no manuscrito, na ordem que hoje conhecemos, numa outra cronologia, contemporânea talvez da sua reencadernação? Também não sabemos se estes dois fólios foram feitos para este manuscrito.

Em síntese, ao núcleo deste Coletário-ritual, redigido entre 1185 e 1191, foi adicionado, no início do códice, um caderno com um Calendário, datado de cerca de 1260 e, no fim do manuscrito, nos últimos fólios, um conjunto de

[35] Maître 2015: 19.

[36] Sobre esta festividade, ver Walters, Barbara, Corrigan, Vincent and Ricketts, Peter (2006). The Feast of Corpus Christi. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press

coletas que testemunham a sua atualização e o seu uso de 1202 até pelo menos aos inícios do séc. XVI.

Para Isaías da Rosa Pereira, esta conexão, do Coletário, com o Ritual, é frequente, nomeadamente para manuscritos anteriores ao séc. XII (Pereira 1996: 157). A junção entre ambos ainda nos merece mais alguns comentários, porque também se verifica num outro manuscrito cisterciense, outrora pertencente ao Mosteiro de Arouca e que foi estudado por Aires A. Nascimento (Nascimento 2004: 1047 e 1048), Joaquim Oliveira Bragança (Bragança 2008: 425 e seguintes) e, em particular, por Ana Suárez González (Suárez González 2012: 87 – 114 e Suárez González 2016: 111 e 112)[37]. O manuscrito de Arouca também contém as duas orações relativas à entrada e saída de monges do Coletário-ritual de Alcobaça, bem como o ritual da unção dos enfermos. Do *scriptorium* de Alcobaça saiu, em 1442, um outro coletário, o Alc. 67, que também tem os *ordines* (unção dos enfermos e defuntos). No entanto, não podemos dizer que tenha tido muito êxito em Alcobaça, porque o que temos vindo a constatar é que os *ordines* mencionados (unção dos enfermos e exéquias) foram preferencialmente copiados nos breviários a partir do séc. XIII até ao séc. XV.

Por fim, ainda em relação a este Coletário-ritual, interessa-nos sublinhar a sua proximidade, do ponto de vista litúrgico, com o manuscrito Dijon 114, o que constitui um contributo significativo em torno da questão da unanimidade e uniformidade litúrgica em contexto cisterciense, um assunto que já abordámos noutro lado, ainda que para uma cronologia mais tardia (Barreira 2016a: 33 – 54).

## 2. O Saltério-hinário Alc. 11[38]

Com origem no mesmo contexto que o Coletário-ritual é o Saltério-hinário *non feriatum* Alc. 11, um manuscrito que, segundo o Índice de Aires A. Nascimento, data do séc. XII (Nascimento 1978: 523). O Saltério aparece mencionado nos *Statuta* como um manuscrito indispensável à fundação de novas abadias. Este tipo de manuscrito podia ser utilizado com duas funções distintas, mas próximas: a litúrgica[39] e uma outra, que se relacionava com o seu uso em contexto de aprendizagem, junto dos noviços. Os monges deveriam *saber de cor* os 150 salmos, não só porque essa aprendizagem, que começava cedo, era funda-

[37] Segundo Ana Suárez González é constituído por duas partes distintas, sendo que a parte constituída pelo Coletário e pelos diferentes rituais, deve ter sido copiada entre 1240 e 1250 (Suárez González 2012: 97 e Suárez González 2016: 111).

[38] Miranda 1996: 254, 407 e 431.

[39] Jean Baptiste Lebigue, sobre os Saltérios, afirma que "les psautiers sont ceux dont on peut affirmer avec le plus de certitude qu'ils n'ont jamais été utilisés lors des cérémonies liturgiques." (Lebigue 2007: 54).

mental para o ensino da leitura e da escrita, mas também porque os recitavam no decurso dos sete dias da semana, ao longo da sua vida monástica[40].

### 2.1. Descrição codicológica do manuscrito

Este Saltério-hinário, em pergaminho macio de espessura média, revela sinais de desgaste decorrentes de uso intenso: o pergaminho está escurecido, com parte do texto esvanecido e, no canto inferior direito dos fólios, exibe marcas de utilização frequente. No entanto, o seu estado de conservação geral constitui um indício de que a encadernação exerceu, com sucesso, a sua função protetora.

O manuscrito mede 235 x 145mm, e tem um total de 247 fólios, distribuídos por 31 cadernos (quaternos). Os primeiros 13 cadernos, até ao fl. 105v, foram numerados na margem inferior, no verso dos fólios; a partir do 14º caderno uns têm reclame, outros não. O 27º caderno só tem 7 fólios, bem como o último caderno. O fl. 113 exibe um tipo de letra diferente e foi adicionado para substituir um fólio anterior, o último do 14º caderno: talvez o fólio se tenha deteriorado a ponto de ser necessário a sua substituição por outro.

O texto distribui-se numa coluna, com 16 linhas, à exceção das adições, nos últimos fólios, com um número de linhas irregular. Também neste caso, a primeira linha de texto situa-se acima da caixa de texto, uma característica comum aos manuscritos anteriores ao séc. XIII (Muzerelle 2013: 115). Em relação ao tipo de letra, parece-nos um tipo de letra de transição ou *littera protogothica formata* (Amos I 1988: 21), tal como o tipo de letra do Coletário-ritual, porque já apresenta algumas das características da escrita gótica, mas não todas. A UR do núcleo do manuscrito é bastante regular, cujo regramento, quase invisível, parece ter sido feito a plumbagina (Guerra 2003: 135), sem marcas visíveis de picotamento e, tal como verificamos para o Coletário-ritual, estes dados atestam o funcionamento de um *scriptorium* com um cuidado planeamento de trabalho (Nascimento 2016: 38). O manuscrito tem foliação moderna, a lápis, com duas repetições (optámos por usar a foliação que o mesmo exibe, para não gerar confusões) e exibe o carimbo da livraria de Alcobaça (fls. 2 e 4).

A encadernação do manuscrito, em pastas de madeira forradas a pele castanha, revela muitos sinais de desgaste, com três nervos espalmados e visíveis na parte interior – o fólio de guarda, um fragmento de pergaminho com texto, está repuxado na zona dos nervos. O sistema de articulação entre os nervos e a tábua é mencionada por Aires A. Nascimento como uma variante de semi-sigmático C, de carácter tardio (Nascimento e Diogo 1984: 56 e 86).

O desgaste dos fólios, à semelhança do que observámos no manuscrito anterior, levou a que, na nossa opinião e a partir das características rudimentares

[40] Conforme a Regra de S. Bento (Costa 2007: 85 e seguintes).

que apresentam, um monge diligente realizasse algumas "intervenções", como, por exemplo, a que se observa no fl. 123: perdeu-se parte do fólio (e do texto) e foi adicionado um "remendo" com o texto em falta. Observámos também, no interior dos cadernos, a presença de fio de costura relativamente recente. Na parte correspondente ao Saltério, há alguns desenhos integrados no texto (fins de linha, interior das iniciais) que, dadas as suas características, são decerto de datação posterior.

### 2.2. Conteúdo litúrgico do manuscrito

Como fólio de guarda o códice tem um fragmento de um manuscrito litúrgico – ao que tudo indica, oriundo de um missal. O Saltério tem início no fl. 2v, com a maior inicial ornada do manuscrito, um B de *Beatus uir*, com que se inicia o Salmo 1. Os Salmos destacados com iniciais folheadas foram os 20, 26, 38, 51, 52, 73, 79, 80, 97[41], terminando o último salmo no fl. 188v.

De seguida, o conjunto de cânticos destinados a serem cantados na hora de *laudes*: Cântico de Isaías (Is. 12); Ezequias (Is. 38, 18-20); Ana (1 Samuel 2, 1-10); 1º de Moisés (Ex. 15, 1-19); Oração de Habacuc (Habuc 3, 2-19) e o 2º de Moisés (Deuteronómio 32, 1-43). Seguem-se o hino *Te Deum*, o cântico *Trium puerorum* e os três cânticos do Novo Testamento: o Cântico de Zacarias (Lucas 1. 68-79), o *Magnificat* (Lucas 1, 46-55) e o Cântico de Simeão (Lucas 2, 29-32). Estes últimos destinavam-se a ser recitados, cada dia, em *Laudes*, *Vésperas* e *Completas*, respetivamente. Esta secção do manuscrito termina com o Credo de Atanásio ou *Symbolum Athanasianum* e com o *Gloria in excelsis,* no fl.207v.

No fl. 208 tem início um conjunto de hinos para os *Singulis diebus*, destinados às diferentes horas do Oficio Divino. Em seguida, hinos organizados segundo o Temporal: para o Advento, Natividade, Epifania, Oitavas da Epifania, Quadragésima, Domingo de Ramos, etc. até Pentecostes, fl. 224v. A partir do fl. 225, os hinos do Santoral: Sto. Estevão, S. João Evangelista, Sta. Inês, *In omnibus solemnpnitatibus Beate Marie*, Sta. *Ágata*, Sta. Cruz, S. João Baptista, Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, Maria Madalena, S. Lourenço e, no fl. 238v, está indicado *De Sancto Bernardo ad vésperas* com uma inicial, I e nada mais (tal como observamos num outro manuscrito, o Alc. 140). Não é claro o facto de S. Bernardo ter Ofício Próprio desde 1175, e o seu hino só aparecer mencionado, sem o respetivo texto: não dispunham os monges, à época, do seu hino? Na linha seguinte, *Ad completas et ad III de octavas beate Marie*, logo seguido da rubrica S. Miguel arcanjo[42]. No fl. 233, o hino para o

[41] De modo geral e a partir do XIII, os oito salmos que "dividem" o conjunto dos 150 são os seguintes: 26, 38, 52, 68, 80, 97 e por fim o salmo 109 (Sousa 2015: 28), o que resulta no assinalar, por meio de iniciais distintas, determinados salmos, numa seleção ligeiramente distinta da que se observa neste manuscrito.

[42] Nos *Statuta*, em 1200: "Commemoratio beati Bernardi fiat in horis beatae Mariae in laudibus et ad vesperas. Ad vesperas : *Benedictio Domini…* ; ad benedictus: *Consurgens diluculo…* Collecta : *Adesto supplicatio-*

dia de Todos-os-Santos, seguido dos hinos de S. Martinho e de Sto. André. No fl. 236v, começam os hinos do Comum dos Santos, que terminam no fl. 238v.

O manuscrito pelo qual estes hinos foram copiados resultou da segunda resenção, depois de 1140 e, tal como nos *corpus* de hinos que advieram desta resenção apresenta, no Temporal, e maioritariamente no Santoral, alguns hinos divididos, com a indicação – *divisio* – assinalada a vermelho (Waddell 1984: 88). Este conjunto de hinos aparece nos seguintes manuscritos, todos Saltérios, de datação posterior e, ao que tudo indica, copiados no *scriptorium* de Alcobaça: Alc. 140, Alc. 138 (ambos do séc. XIII, segundo Nascimento 1978: 523) e o Alc. 137, datado de 1346. Este ultimo integra já, sequencialmente e por extenso, os hinos de S. Vicente e de S. Bernardo (*Bernardus doctor…* ).

A seguir aos hinos do Comum dos Santos, *Christe, cunctorum dominator alme*, um hino usado em vésperas, no Oficio da Dedicação da Igreja (Waddell 2007: 637). No fl. 240 tem início uma Ladainha: a seguir ao primeiro mártir, Estevão, segue-se Lourenço, Vicente ( João e Paulo adicionados na margem, com letra posterior), Martinho, Nicolau (com Pedro, Edmundo, Malaquias e Roberto assinalados na margem, com letra posterior), Bento (Bernardo adicionado na margem) e por fim nas Santas Virgens, Madalena, Ágata e Inês (com Catarina assinalada na margem, com letra posterior). As adições marginais parecem ser todas da mesma mão, com a mesma cor de tinta. A partir dos santos presentes na Ladainha e dos que foram assinalados à margem podemos dizer que a Ladainha deve ser anterior a 1191 (dada a ausência de Malaquias), ou copiada por um manuscrito anterior, mas de certeza que a Ladainha não é posterior a 1200, por causa da ausência de S. Bernardo (Choisselet e Vernet 1989: 378 e seguintes).

O fl. 242 requer a nossa atenção, a propósito de uma outra Ladainha, precedida da seguinte indicação: *Quando infirmus morti penitus appropinquauerit, dicatur litania ista. Si post letaniam anima nondum egressa fuerit dicantur vii psalmi penitentiales* (Choisselet e Vernet 1989: 268). É a alusão ao momento em que os monges se reúnem em torno do irmão moribundo para entoar a Ladainha e os sete salmos penitenciais, mas sem os *ordines* da unção dos enfermos e sem o ritual das exéquias. Esta simplificação terá a ver com fins pedagógicos, com o uso do manuscrito junto dos noviços? Esta última Ladainha é igual à do manuscrito anterior, o Coletário-ritual Alc. 166: sem a presença de S. Bernardo e com a dupla invocação de S. Bento. Este fólio tem na margem um conjunto de indicações, com letra posterior, escritas antes das informações relativas à Ladainha: *Agnus dei, Kyrieleison*, entre outras preces: *Exurgat Deus, Saluum fac populum tuum*, etc. que se leem mal. Na margem inferior, as coletas, *Ecclesiae tua*, que pertence ao formulário *Pro adversitate ecclesiae* e respetivos sufrágios; e por fim, a coleta *Deus a quo sancta desideria*, que pertence à *Missa pro pace*. Estas indicações marginais

*nibus nostris, omnipotens Deus… Iustum deduxit Dominus…* et in litaniis nominetur." (Canivez I 1933: 250).

estão todas presentes nas *Definitiones* relativas a 1195, mas que se reportam aos estatutos do ano anterior[43].

No fl. 245v duas orações: *Deus cui soli competit* e *Commendamus ti, domine*. Os fólios seguintes são adições, inseridos no fim do último caderno (é visível a pestana de um deles no início do último caderno): o primeiro tem o hino de S. Vicente, *Sanctissimum Vincentium mundi* e no verso deste, o hino de S. Bernardo, *Bernardus doctor*. Estas duas adições significam que o núcleo do manuscrito foi redigido em data anterior a 1175, quando se atribui à comemoração de S. Bernardo "propriuum officium et due misse" (Canivez I 1933: 82). Ou, outra hipótese, o manuscrito que serviu de modelo a este Saltério-hinário era anterior a 1175 e não é despiciendo pensar que poderá ter sido um dos manuscritos que Claraval ofereceu a Alcobaça, aquando a sua fundação. Nesse caso, quando o *scriptorium* alcobacense copiou este manuscrito, inseriu nos hinos do Santoral a menção ao hino de S. Bernardo, mas ainda não tinha o texto disponível para cópia.

No último fólio, o fl. 247, mais referências aos *Statuta* de 1195, n.º 1: escritas a vermelho, as preces *Exurgat Deus… Salvum fac populum…* e a coleta: *Omnipotens sempiterne deus, in cuius manu sunt omnium potestates et omnia iura regnorum, respice ad christianorum benignus exercitum ut gentes que in sua feritate confidunt, potentie tue dextera comprimantur*. E no verso, novamente a coleta *Deus a quo*. Perguntamos porquê esta insistência, neste manuscrito, nas orientações litúrgicas, deste *Statuta* de 1195? Segundo Waddell, aí se explicitam as coletas a usar nas orações contra a invasão sarracena (os *Statuta* de 1194 não o faziam) e, por isso, a coleta do ano anterior deveria ser emendada, substituindo-se *respice ad romanum benignus imperium* por *respice ad christianorum benignus auxilium* (cujo termo, neste manuscrito, ou de forma propositada, ou por erro de cópia, foi substituído pela palavra *exercitum*). Ou seja, esta adição ao núcleo do manuscrito é posterior a setembro de 1195.

Assim, tendo em conta a ausência de S. Bernardo nas Ladainhas, o que faz com que o manuscrito seja anterior a 1200, e as informações do fl. 247, copiado depois do Capítulo Geral de 1195, fólio que deve ter sido adicionado ao núcleo do manuscrito, numa data não muito distante, podemos dizer que este Saltério-hinário deve ter sido produzido depois de 1175, porque se refere ao hino de S. Bernardo, mas antes de 1195.

## 3. Os manuscritos e a sua decoração iluminada

Em relação à ornamentação iluminada destes dois manuscritos, o seu significado só pode ser compreendido no contexto do códice, e em relação com o texto (Nascimento 2012: 320). Uma das funções da decoração iluminada é a de

[43] "The present statute expands on the preceding one: on all Fridays there is to be a procession (after chapter) from chapter room into church, where the community kneels for the chanting of the seven penitential psalms, the litany (this refers to the "Short" Litany, that is, *Kyrie… Christe… Kyrie*), the Lord's prayer, a series of versicles and responses and the collect *Ecclesiae tua*." (Waddell 2002: 306 e 307).

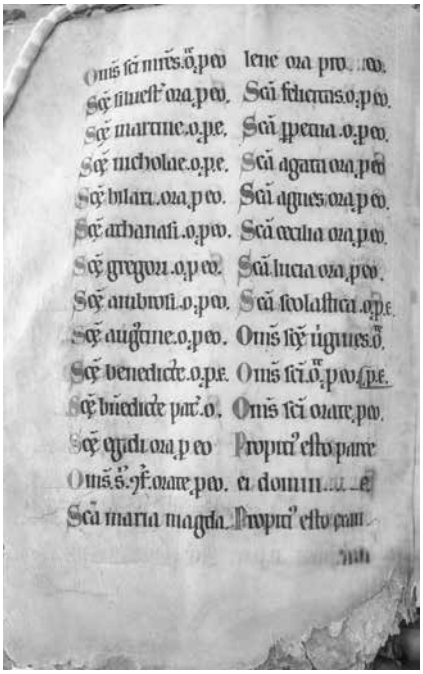


**Fig. 5.** Detalhe de uma inicial iluminada (fl. 90v) BNP, Alc. 166, Coletário-ritual, Fotografia de Catarina Fernandes Barreira

estruturar o texto e orientar a leitura de forma organizada, através de hierarquias visuais (Nascimento 2012: 349; Coutinho 2016: 73; Miguélez Cavero *et al* 2016: 227 a 234).

A decoração iluminada do núcleo do Coletário-ritual foi organizada do seguinte modo: as festividades mais importantes do Temporal e do Santoral foram assinaladas com uma inicial folheada de grandes dimensões a verde, vermelho escuro, vermelhão e azul, para além do branco (para fazer matizes) e do preto (usado no contorno), por vezes emoldurada num fundo de cor, recortado. As iniciais mais pequenas, com um folheado mais discreto, utilizam duas ou três cores e foram usadas para pontuar as festas de menor importância litúrgica (3 a 4 UR) e o início das coletas (2 UR) (Miranda 1996: 266). Esta paleta de cores está de acordo com as investigações que uma equipa multidisciplinar tem vindo a confirmar para o *scriptorium* de Alcobaça nos sécs. XII e XIII (Miranda e Melo 2014: 13 e 14; Castro *et al* 2014: 42 e 43; Miguélez Cavero *et al* 2016: 227 a 234).

No que concerne ao Saltério-hinário, o início do Saltério exibe uma grande inicial folheada, sobre um fundo azul, já bastante desvanecida e os salmos 20, 26, 38, 51, 52, 73, 79, 80, 97 foram assinalados com iniciais folheadas (na iniciais verdes, por causa das características do verde garrafa, ocorreu o destacamento do pergaminho: fl. 29v, fl. 89 e fl. 99v). A pontuar o início dos cânticos e dos hinos temos iniciais de cor mais pequenas (2 UR).

Como vimos, em termos decorativos, estes dois manuscritos são distintos: os meios e o tempo empregues na decoração iluminada do Coletário-ritual diferem da iluminação, mais discreta, do Saltério-hinário. Uma razão que o justifique poderá estar no facto de, no caso do Coletário-ritual, ele ser um manuscrito de uso diário na celebração do Ofício Divino e nas orações e de utilização pontual na parte respeitante aos *ordines*. No caso do Saltério-hinário, apesar de conter os hinos necessários para os Ofícios, deve ter sido um manuscrito pensado também para uso dos noviços na aprendizagem dos 150 salmos e, à semelhança do manuscrito anterior, com um uso esporádico no caso da entoação das Ladainhas (Mattoso 2002: 215).

Do ponto de vista formal, os motivos que caracterizam a decoração iluminada destes dois manuscritos – iniciais que exploram os entrelaçados e as folhagens[44] – vão caracterizar também alguns dos manuscritos seus contemporâneos, nomeadamente os volumes Alc. 420 e Alc. 422 do conjunto de códices que compõem o já referido *Legendário Alcobacense*, ou da Bíblia Alc. 427 – 431, em particular os códices Alc. 427 e Alc. 429. A decoração iluminada destes manuscritos influenciou a ornamentação de um conjunto de missais dos inícios do séc. XIII: Alc. 249, Alc. 251, Alc. 252, Alc. 255, Alc. 256, Alc. 257 e Alc. 259.

**Tabela 4**. Iniciais do Coletário-ritual e dos Missais Alc. 249, 251, 252, 257 e 259

Coletário-ritual Alc. 166, fl. 7v

Missal Alc. 249, fl. 159

Missal Alc. 252, fl. 130v

Coletário-ritual Alc. 166, fl. 65

Missal Alc. 249, fl. 154

Missal Alc. 257, fl. 118

Coletário-ritual Alc. 166, fl. 80

Missal Alc. 251, fl. 214v

Missal Alc. 259, fl. 2v

[44] Sobre as suas características formais, Adelaide Miranda refere proximidades com o *Channel Style* (Miranda 1996: 407).

Estas semelhanças de ornamentação entre os manuscritos têm uma explicação: "Monasteries with large homemade libraries operate largely in a vacuum and tend to create ingrown families of books with similar script, ornament and display script that we can structure in time." (Stirnemann 2008: 156). E isto é bem visível nas características que as iniciais apresentam: os pequenos pontos brancos (por vezes em conjunto de três pontos) a preencher os fundos de cor e as iniciais, bem como o modo de caracterizar as folhagens no interior das iniciais mais pequenas, que marcam as secções internas, quer do Coletário-ritual, quer dos Missais.

**Tabela 5**. Iniciais de cor do Coletário-ritual Alc. 166 e do Missal Alc. 251

Coletário-ritual Alc. 166, fl. 55

Missal Alc. 251, fl. 5

Coletário-ritual Alc. 166 fl. 77

Missal Alc. 251, fl 233v

Coletário-ritual Alc. 166 fl. 77

Missal Alc. 251, fl 67

## Notas finais

Através da análise litúrgica de dois manuscritos, um Coletário-ritual e um Saltério-hinário e da sua contextualização, acreditamos ter conseguido comprovar que o *scriptorium* de Alcobaça produziu manuscritos iluminados no último quartel do séc. XII, entre 1175/85 e 1195. Antes de nós, Aires A. Nascimento já havia atestado, através da análise codicológica, em particular das encadernações, a produção de códices em Alcobaça nos finais do séc. XII (Nascimento 1984 e Nascimento 1992b). Por outra via, que não a litúrgica, mas através de minuciosa análise paleográfica ao fundo documental do Mosteiro, António Joaquim R.

Guerra já havia confirmado o funcionamento do *scriptorium*, ou seja, a produção de códices no último quartel do séc. XII (Guerra 2003). O intervalo cronológico apurado ajuda a repensar a questão da destruição causada pela incursão Almóada, por causa do funcionamento do *scriptorium* no referido período.

Desta problematização resultaram dados significativos para a questão da uniformidade litúrgica em Alcobaça, nomeadamente em relação à aplicação prática das decisões tomadas pelos Capítulos Gerais, decorrente quer da análise dos manuscritos, quer das suas adições. Por outro lado, confirmámos que a decoração iluminada destes dois manuscritos, mas em particular as iniciais folheadas que caracterizam o Coletário-ritual, influenciaram a produção iluminada posterior, nomeadamente os missais dos inícios do séc. XIII.

## Bibliografia


AMOS, Thomas L. (1988). The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon, vol. I: Manuscripts 1-150. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library

AMOS, Thomas L. (1989). The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon, vol. II: Manuscripts 151- 301. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library

ANDRIEU, Michel (1931). Les ordines romani du haut moyen âge: Les manuscrits. Louvaina: Spicilegium sacrum Lovaniense.

BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAÚJO, Rita e CASANOVA, Conceição (2016). "Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça *scriptorium*", Journal of Medieval Iberian Studies. Looking Ahead: New Approaches to Medieval Iberian Heritage, Routledge, Vol. 8, n.º 2, 252 – 282.

BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel (2016). "Um Ritual de Alcobaça em Salzedas", Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja, Lisboa, n.º 12, 28 – 35.

BARREIRA, Catarina Fernandes (2016a). "Questões em torno da unanimidade litúrgica no Mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV", Revista de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, n.º 16, 33 – 54.

BARREIRA, Catarina Fernandes (2016b). "O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208", Cadernos de Estudos Leirienses, n.º 11, 2016, 329 – 341.

BARREIRA, Catarina Fernandes (2015). "Questões em torno dos Ordinários do Oficio Divino de Alcobaça", in Carla Varela Fernandes (coord.), Imagens e Liturgia na Idade Média. Lisboa: Secretariado Bens Culturais da Igreja, n.º 4, 131 – 152.

BARROCA, Mário Jorge (2000). Epigrafia Medieval Portuguesa: 862 – 1422. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1º vol.

BAURY, Ghislain (2010). "Une Bibliothèque Médiévale de Moniales Cisterciennes en Castille. Cañas et les *membra disjecta* de son missel", Cîteaux. Commentarii cisterciensis, t. 61, fasc. 2-4, Scourmont, 141-183.

BELL, Nicolas (2013). "Liturgy" in Mette Birkedal Bruun (Edit.), The Cistercian Order, Cambridge: Cambridge University Press, 258 – 267.

BENULIC, Barbara (2007). "Cistercian Legendarium (Alc.421) from Alcobaça: the problem of ornamented quire signatures", Zbornik za umetnostno zgodovino vol. 43, 205-218.

BERMAN, Constance H. (2010). The Cistercian Evolution. The Invention of a Religious Order in Twelfth- Century Europe. Oxford: Penn.

BRAGANÇA, Joaquim Oliveira (2008). Liturgia e Espiritualidade na Idade Média. Lisboa: Universidade Católica Editora.

BRAGANÇA, Joaquim Oliveira (1984). Processional – Tropário de Alcobaça: Manuscrito 6207 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Instituto Gregoriano de Lisboa.

CANIVEZ, Josephus Maria (1933/41). Statuta Capitulorum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786. Bibliothèque de la revue d'histoire ecclésiastique. Louvain: Bureaux de la Revue.

CASTRO, Rita, MELO, Maria João e MIRANDA, Adelaide (2014). "The Secrets behind the colour of the Book of Birds" in Adelaide Miranda e Alicia Miguélez (edit.) Portuguese Studies on Medieval Illuminated Manuscripts. Barcelona/Madrid, Brepols, 31-55.

CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria (Coord.), FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina, GALVÁN FREILE e SUÁREZ GONZÀLEZ, Ana (2013). Tomás Becket y la Península Ibérica (1170 – 1230). León: Universidad de León e Instituto de Estudios Medievales.

CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide (1989). Les "Ecclesiastica officia" cisterciens du XIIème siècle. Reiningue : La Documentation Cistercienne, vol. 22.

CYRILLE, Vogel (1958). Le Pontifical Romano-germanique du Xe siècle. Éléments constitutifs avec indication des sections imprimées. Revue des Sciences Religieuses, tome 32, fascicule 2, 113-167.

COCHERIL, Maur (1966). Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal. Paris/ Lisboa: Société d'éditions e Livraria Bertrand.

COSTA, Sara Figueiredo (2007). A Regra de S. Bento em Português. Lisboa: Edições Colibri e FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

COUTINHO, Maria (2016). "Dispositivos visuais, ordenação e memorização. Breve comentário às iniciais, diagramas e ao *loquela digitorum* dos alc. 424 a 426" in Barreira, Catarina Fernandes (Coord.) Luz, Cor e Ouro. Estudos sobre manuscritos iluminados. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 65-88.

DOLBEAU, François (1984). «Le Legendier d'Alcobaça», Analecta Bollandiana, 102, 263 -296.

FALMAGNE, Thomas (2012). Les Cisterciens et leurs bibliothèques. Troyes: Médiathèque du Grand Troyes

FERREIRA, Manuel Pedro (2013). "Dating a Fragment: A Cistercian Litany and its Historical Context," in Leandra Scappaticci (ed.), *'Quod ore cantas corde credas':* Studi in onore di Giacomo Baroffio Dahnk. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 70, 293-313.

FERREIRA, Manuel Pedro e ARAÚJO, Mara Fortu (2013). "Recitação do texto sacro: Claraval e Alcobaça" in José A. Carreiras (dir.), Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património. Alcobaça: Jorlis, Tomo II, 195-203.

FERREIRA, Manuel Pedro (2009). "Um fragmento de Alcobaça, o canto dos pregadores e os seus livros de coro na Biblioteca Nacional", Actas do IV Congreso Internacional sobre El Cister en Portugal y en Galicia: Los Caminos de Santiago y La Vida Monástica Cisterciense, tomo II, Braga/Oseira, 732 – 753.

FERREIRA, Manuel Pedro (2016). "Breves notas sobre o Iluminado 115" in Catarina Fernandes Barreira (Coord.) *Luz, cor e ouro. Estudos sobre manuscritos iluminados.* Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 319 – 326.

GOMES, Saul (2013a). "Abbés et vie régulière dans l'abbaye d'Alcobaça (Portugal) au Moyen Âge: un bilan" in Jean-François Cottier, Daniel-Odon Hurel, Benoît-Michel Tock, (coord.), Les personnes d'autorité en milieu régulier. Des origines de la vie régulière au XVIIIe siècle. Saint-Etienne, 137-150.

GOMES, Saul (2013b). "A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores" in José A. Carreiras (dir.), Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património. Alcobaça: Jorlis, Tomo II, 423-448.

GOMES, Saul (2009). "Manuscritos medievais iluminados e fragmentos" in A. G. Maia do Amaral (coord.) *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 58.

GOMES, Saul (2002). "Entre memória e história: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215)", Revista de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, n.º 2, 187-256.

GOMES, Saul (2000). "Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça", Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Atas do Colóquio Internacional. Lisboa: IPPAR, 27-72.

GOMES, Saul (1998). Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI. Lisboa: MC e IPPAR.

GUERRA, António Joaquim R. (2003). Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Lisboa: Centro de História.

GUSMÃO, Artur Nobre (1992). A Real Abadia de Alcobaça. Lisboa: Livros Horizonte.

JAMROZIAK, Emilia (2013). The Cistercian Order in Medieval Europe. 1090-1500. London: Routledge.

LEGENDRE, Olivier (2008). "Some Tools for Dating and Localizing Manuscripts", Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History, n.º 11, Pace University Press, New York, 181-196.

LEROQUAIS, Victor (1934). Les Bréviaires manuscrits des bibliothèques publiques de France. Paris, vol. 1.

LEBIGUE, Jean-Baptiste (2014). "Rits et couleurs. Acronymie et chromonomie des calendriers liturgiques au Moyen Age" in Claudia Rabel (org.), Le manuscrit enluminé. Études réunies en hommage à Patricia Stirnemann. Paris: Leopard d'Or, 39-73.

MAITRE, Claire (2015). Le bréviaire cistercien Troyes, Bibliothèque Municipale, MS.2030. Fribourg, Academic Press.

MARQUES, Maria Alegria (2008). Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal. Coimbra: Edições Colibri e FLUC.

MATTOSO, José (2002). Obras Completas. Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores

MATTOSO, José (2001). Obras Completas. Poderes Invisíveis. O Imaginário Medieval. Lisboa: Círculo de Leitores

MELO, Arnaldo Faria de Ataíde (1930-32). Inventário dos Códices Alcobacenses. Lisboa: Biblioteca Nacional, 5 vols.

MIGUÉLEZ Cavero, ALICIA, Maria João, MIRANDA, Maria Adelaide, CASTRO, Rita e CASANOVA, Conceição (2016). "Beatus manuscripts under the microscope: the Alcobaça Beatus and the Iberian Cistercian tradition revisited", Journal of Medieval Iberian Studies. Looking Ahead: New Approaches to Medieval Iberian Heritage, Routledge, Vol. 8, n.º 2, 217-251.

MIRANDA, Adelaide (2015). "Bíblias Iluminadas no Portugal Medieval. Estudos" in Luís Correia de Sousa (coord.), Sacra Pagina. Textos e Imagens das Bíblias portáteis do século XIII pertencentes às coleções portuguesas. Lisboa: Paulus Editora, 31-36.

MIRANDA, Adelaide e MELO, Maria João (2014). "Secrets et découvertes en couleur" in Adelaide Miranda e Alicia Miguélez (edit.) Portuguese Studies on Medieval Illuminated Manuscripts. Barcelona/Madrid, Brepols, 1-29.

MIRANDA, Adelaide, LEMOS, Ana, CLARO, Ana, MIGUEL, Catarina e MELO, Maria João (2008). "A Cor na Iluminura Portuguesa uma abordagem interdisciplinar", Revista de História da Arte, Lisboa: Instituto de História da Arte n.º 5, 228-245.

MIRANDA, Adelaide (2007). "A Iluminura românica em Portugal" in Yarza Luaces (coord.), La miniatura medieval en la Peninsula Ibérica. Murcia, 375-418.

MIRANDA, Adelaide (2000). "Manuscritos bíblicos românicos de Santa Maria de Alcobaça", Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Atas do Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998. Lisboa, Ministério da Cultura. IPPAR, 375-386.

MIRANDA, Adelaide (1996). A Iluminura Românica em Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça. Tese de Doutoramento, FCSH, UNL.

MUZERELLE, Denis (2013). "L'écriture» in Paul Géhin (dir.) Lire le manuscrit médiéval. Paris : Armand Colin, 85-121.

NASCIMENTO, Aires A. (2016). Os antigos códices de Lorvão. Balanço de pesquisa e recuperação de tradições. Penacova: Município de Penacova.

NASCIMENTO, Aires A. (2012). Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.

NASCIMENTO, Aires A. (2004), "Livros e tradições hispânicas no mosteiro cisterciense de Arouca". Escritos dedicados a José María Fernández Catón. II, León, 1047-1048.

NASCIMENTO, Aires A. (1992a). "Legendarium Alcobacense", Nos Confins da Idade Média. Lisboa, 149-150.

NASCIMENTO, Aires A. (1992b). "Le scriptorium d'Alcobaça: identité et corrélations", Lusitânia Sacra, 2.ª série, Tomo IV, 149-162.

NASCIMENTO, Aires A. (1991). "A experiência do livro no primitivo meio alcobacense", Atas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo". Braga: Universidade Católica e Câmara Municipal de Alcobaça, 121-145.

NASCIMENTO, Aires A. (1985). "Reliure médiévale du Fonds Alcobaça dans la Bibliothèque Nationale de Lisbonne", Calames et Cahiers – Mélanges L. Gilissen, Bruxelas, 107-117.

NASCIMENTO, Aires A. e Diogo, António (1984). Encadernação Portuguesa Medieval. Alcobaça. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

NASCIMENTO, Aires A. (1979). "Em busca dos códices alcobacenses perdidos", Didaskália, 9, 279-288.

NASCIMENTO, Aires A. (1978). Inventário dos Códices Alcobacenses. Tomo VI (Índices). Lisboa: Biblioteca Nacional

PEIXEIRO, Horácio (2007). "As cores das imagens. A propósito da cor na iluminura alcobacense dos séculos XIV e XV", Revista de História da Arte. Lisboa, n.º 3, 103-129.

PEIXEIRO, Horácio (1991). "Um missal cisterciense iluminado (Alc. 26) e as representações da Virgem e de São Bernardo", Atas do IX Centenário do nascimento de S. Bernardo. Universidade Católica e Câmara Municipal de Alcobaça, Braga/Alcobaça, 195-218.

PEIXEIRO, Horácio (1986) Missais iluminados séculos XIV e XV. Contribuição para o Estudo da Iluminura em Portugal. Lisboa: Tese mestrado, FCSH UNL.

PEREIRA, Isaías da Rosa (1996). "Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais", Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita, **n.º** 3, Universidad de Alcalá de Henares, 133-161.

RÊPAS, Luís Miguel e Barreira, Catarina Fernandes (2016). "Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça" in Carla Varela Fernandes (coord.), Imagens e Liturgia na Idade Média. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 211 -236.

SILVA, Manuel Teles da (1724). Colecçam dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa. Lisboa: Impresso na Oficina de Pascoal da Silva

SOUSA, Luís Correia (2016). In Principio. A Bíblia Medieval em diálogo com a pintura de Ilda David. Lisboa: BNP

SOUSA, Luís Correia (2015). Sacra Pagina. Textos e Imagens das Bíblias portáteis do século XIII pertencentes às coleções portuguesas. Lisboa: Editora Paulus.

STIRNEMANN, Patricia (2008). "Dating, Placing and Ilumination", Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History, 11, Pace University Press, New York, 155-166.

SUÁREZ González, Ana (2016). "Silencio como en el claustro (entre libros cistercienses de los siglos XII y XIII" in Ramon Baldaquí Escandell (edi.) Lugares de Escritura: El Monasterio. Alacant: Publicaciones de la Universitat d'Alacant, 69-122.

SUÁREZ González, Ana (2012). "Notas "de viaje" sobre un libro viajero (Arouca, Museu de Arte Sacra, Livro L-Ms. 19), Rudesindus. Miscelánea de arte y cultura 8, 87-114.

SUÁREZ González, Ana (2005). "El libro en los claustros cistercienses (una aproximación c. 1140-1240)", El Monacato en los Reinos de Léon y Castilla (siglos VII-XIII). Fundación Sánchez Albornoz, 264-325.

WADDELL, Crysogonus (2007). The primitive Cistercian Breviary. Fribourg, Academic Press.

WADDELL, Crysogonus (2002). Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter. Belgium: Cîteaux: Commentarii cistercienses.

WADDELL, Crysogonus (1984). The Twelfth-century Cistercian Hymnal. Kentucky: Cistercian Publications.

ZALUSKA, Yolanta e Damongeot, Marie-Françoise (2015). «Analyse liturgique du Lectionnaire de la messe (mss 177, fragment 1, et 154) et de l'Epistolier (ms 156) conservés aux Archives départementales de la Dordogne», Manuscrits de Cadouin: Actes du colloque de Périgueux. Dordogne: Archives départementales de la Dordogne, 98-149.

## Anexo I

| Cota | Tipologia | Datação |
|---|---|---|
| Alc. 11 | Saltério-hinário | XII |
| Alc. 136 | *Liber quaestionum,* Isidorus Hispalensis | XII |
| Alc. 143 | *Miracula S. Thomae Cantuariensis* | 1185 |
| Alc. 152 | Obras várias (sermões, epístolas, homilias, etc.), Bernardus Claravallensis | XII |
| Alc. 154 | *De Arca Noe,* Hugo de Sancto Victore | XII |
| Alc. 157 | *In duodecim Prophetas Minores glossa,* Pseudo Hieronymus | XII |
| Alc. 166 | Coletário-ritual | XII |
| Alc. 231 | (códice formado por dois códices distintos)<br>*Martyrologium* e Regra de S. Bento (até ao fl. 136) | XII |
| Alc. 232 | *Expositio de tabernaculo* e Epistola, Petrus Cellensis | XII |
| Alc. 238 | *Opuscula,* Vários autores | XII |
| Alc. 248 | *Opuscula,* Vários autores | XII |
| Alc. 332 | *De Civitate Dei,* Augustinus | XII |
| Alc. 333 | *Expositio in libris Regnum,* Rabanus Maurus | XII |
| Alc. 335 | *Epistolae,* Hieronymus | XII |
| Alc. 336 | *Expositio super Hieremiam profetam,* Hieronymus | XII |
| Alc. 357 | *Sermones in Cantica Canticorum,* Bernardus Claravallensis | XII |
| Alc. 358 | *Sermones de tempore,* Bernardus Claravallensis | XII |
| Alc. 367 | *Opuscula,* Autores vários | XII |
| Alc. 418 a 422 | *Legendarium per annum,* Rogerius Fuldensis (?) | XII |
| Alc. 423 | Expositio in Evangelium Lucae, Beda Venerabilis | XII |
| Alc. 424 a 426 | *Elementarium doctrinae erudimentum ,* Papias | XII |
| Alc. 427 a 431 | Bíblia | XII |

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_3

# A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada

## *The Military Campaign of Ceuta (1415) Revisited*

João Gouveia Monteiro
Centro de História da Sociedade e da Cultura
Centro de História da Universidade de Lisboa
joao.g.monteiro@sapo.pt

Texto recebido em/Text submitted on 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on 15/03/2017

**Resumo:** Este artigo procura revisitar os aspetos militar relacionados com a conquista portuguesa da praça norte-africana de Ceuta, no verão de 1415. Os ângulos de abordagem considerados são seis: i) a planificação estratégica da campanha; ii) o recrutamento de gentes de armas para integrarem a frota; iii) o financiamento da campanha; iv) a dimensão da logística envolvida; v) o armamento individual; vi) por fim, a planificação e execução tática da campanha, o aspeto que merece uma reapreciação mais demorada e problematizadora ao longo deste texto.

**Palavras-chave:** Ceuta, guerra medieval, D. João I.

**Abstract:** This article tries to revisit the military aspects related to the Portuguese conquest of the North African city of Ceuta, in the summer of 1415. The approach angles considered are six: i) the strategic planning of the campaign; ii) the recruitment of warriors to join the fleet; iii) the financing of the campaign; iv) the bulk of the logistics involved; v) individuals arms and armour; vi) finally, the tactical planning and execution of the campaign, the aspect that deserves a more time-consuming and problematizing review throughout this text.

**Keywords:** Ceuta, medieval warfare, King John I[st].

O sexto centenário da conquista de Ceuta, celebrado em 2015, constituiu um tempo de muitas lições ministradas *por* historiadores, de muitas evocações e de muitos colóquios e livros, mas foi também um tempo de grandes lições *para* os historiadores e para a comunidade científica em geral: quem esperaria um tal entusiasmo por este acontecimento singelo da nossa história? Quem adivinharia, um ou dois anos antes, uma tamanha mobilização de atenções por parte da imprensa escrita e falada, com o epicentro do fenómeno a ser registado nos dias 21 e 22 de agosto de 2015? Poucas evocações da história portuguesa suscitaram um interesse tão grande dos *media* e do público em geral, ao longo das últimas décadas. E ainda bem que assim foi, embora estejamos conscientes de que terá sido a circunstância de, no nosso imaginário coletivo, a tomada de Ceuta ser vista como o tiro de partida para o período de ouro da História de Portugal (uma interpretação que está hoje distante de gerar consenso entre os historiadores) que, em boa medida, se encontrou por detrás do regozijo nacional com que a data foi recordada.

Seja como for, não restam dúvidas de que a operação de 1415 constituiu um marco importantíssimo da nossa história secular e ainda bem que ela tem sido evocada, sob diversos ângulos, muito interessantes e complementares. Recordo, a título de exemplo, os grandes congressos organizados pela Academia da Marinha, pela Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e pelo Instituto de Estudios Ceutíes, assim como o rico ciclo temático de conferências "As décadas de Ceuta (1385-1460)", realizado na Universidade Autónoma de Lisboa entre outubro de 2015 e maio de 2016, sob a coordenação científica dos Senhores Professores Doutores Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Gostaria de regressar ao tema que desenvolvi neste último evento científico, revisitando e reapreciando os aspetos estritamente militares da conquista da primeira praça ultramarina portuguesa. Para este efeito, decidi eleger seis ângulos de abordagem da maior operação militar da nossa história medieval.

Falarei, em primeiro lugar, da **planificação estratégica da campanha**, que é talvez o aspeto que mais me impressiona em toda esta evocação. Não conheço nenhuma outra operação medieval portuguesa que tenha sido preparada com tanta antecedência e com tanto cuidado. D. João I deve ter começado a pensar seriamente na empresa logo após a assinatura da paz com Castela, em outubro de 1411 (não acredito que o possa ter feito muito antes, tal era o risco de pôr em causa um esforço de décadas de consolidação no poder e de afirmação da dinastia avisina). Num tempo em que não havia ainda exércitos permanentes (que, após o desaparecimento das legiões romanas, só reaparecem na cena europeia em meados do século XV, com as «Companhias de Ordenança» do rei Carlos VII de França), quatro anos para preparar uma operação militar era um luxo absolutamente singular.

Para mais, o monarca português – tudo o indica – tratou de manter o projeto o mais possível em segredo, partilhando-o apenas com os filhos mais velhos e com um escol de colaboradores e de altos funcionários da cúria régia, tendo mesmo evitado convocar as cortes para conseguir autorização para o lançamento de um imposto extraordinário que, segundo a prática costumeira, viabilizasse a cobrança de recursos para preparar a expedição.

Em síntese, tudo foi feito com muito tempo, na maior discrição e com um grau de exigência e de profissionalismo exemplares. Isto implicou mesmo uma rocambolesca operação de espionagem da praça magrebina, interpretada pelo prior do Hospital (Álvaro Gonçalves Camelo) e pelo capitão-mor da frota (Afonso Furtado), a pretexto de uma missão diplomática na Sicília, creio que concretizada no verão de 1412 (M. Henr, II, 10: 49-50, n. 1). O estudo sobre como atacar a Ceuta merínida teve, assim, direito a uma maqueta de arquiteto, improvisada nos aposentos régios com meio alqueire de favas, um novelo de fita, duas cargas de areia e uma escudela, materiais com que se produziu uma

réplica da cidade, com as suas muralhas e torres, os seus terrenos e declives e os ancoradouros mais propícios a um futuro desembarque dos cristãos (Zurara, C.T. Ceuta, XV-XVIII: 48-59) …

Como se não bastasse, D. João I – monarca assaz astuto e experiente nas coisas da guerra – tratou ainda de organizar manobras de diversão visando distrair as atenções dos reinos ibéricos (e não só) acerca dos verdadeiros motivos e alvos da campanha. É aqui que podemos incluir a rábula organizada com a cumplicidade do «duque da Holanda» (provavelmente o duque da Zelândia), a pretexto de vingar algumas afrontas sofridas por embarcações mercantis portuguesas que costumavam navegar por águas da Frísia e do Mar do Norte. É impressionante a descrição que Gomes Eanes de Zurara – de longe a nossa fonte mais importante (e, a meu ver, uma fonte globalmente credível) – faz acerca do aturdimento dos reinos vizinhos com o que estava a preparar-se em Portugal (id., XXXI-XXXIV: 97-109). Daí resultou, como se sabe, o envio de espiões desses monarcas para Lisboa, com o fito de tentarem perceber o que é que realmente estava a acontecer em Portugal. É aqui que se enquadra a presença do castelhano Rui Díaz de Vega em Lisboa, a partir de abril de 1415, e o detalhado relato que ele enviou ao seu senhor, o rei Fernando I de Aragão. Para grande fortuna nossa, essas missivas sobreviveram e constituem uma fonte de excecional importância para a reconstituição dos aspetos militares da campanha. Com todas as suas limitações (por exemplo, dificuldade em destrinçar claramente entre as várias categorias de besteiros que a Coroa mobilizava: do conto, de quantia, de cavalo), Rui Díaz fornece-nos, em carta datada de 23 de abril de 1415, dados muito interessantes sobre o número de barcos, sobre as tripulações, sobre os soldos, sobre os materiais instalados a bordo e sobre vários outros aspetos relevantes da campanha (M. Henr., II, 57: 132-146).

O meu segundo ângulo de observação diz respeito ao **recrutamento de gentes de armas para integrarem a frota**. Como tenho sublinhado ao longo do último quarto de século, no Portugal dos finais da Idade Média uma hoste régia era formada por uma soma de parcelas com proveniências distintas e claramente identificáveis: a nobreza contribuía com um número significativo de "lanças", que eram essenciais por constituírem o núcleo duro do exército e praticamente o único que tinha formação militar; as Ordens Militares acrescentavam a esse pecúlio os seus (relativamente magros) contingentes de homens de armas, geralmente bastante eficientes e disciplinados; a população concelhia (gente da lavoura ou dos mesteres) garantia o grosso da 'carne para canhão', através do sistema dos «aquantiados» e dos «besteiros do conto», já para não falar na milícia (algo híbrida, porque recrutada no universo concelhio mas elevada ao estatuto de vassalidade régia) dos «besteiros de cavalo»; finalmente, acrescentavam-se a estas parcelas mercenários contratados no exterior (em

número habitualmente reduzido: algumas centenas, na melhor das hipóteses) e, por vezes, pequenos contingentes de homiziados que cumpriam penas longas em lugares inóspitos e a quem era prometida uma comutação ou mesmo um perdão de pena, caso integrassem a hoste régia (Monteiro 1998: 27-134).

Não sabemos ao certo quantos combatentes integraram a armada que conquistou Ceuta em 1415. O espião Rui Díaz de Vega fala em 18 600 a 19 000 combatentes, entre os quais 4685 vassalos régios (incluindo 700 que haviam sido feitos de novo), 1900 besteiros a cavalo (munidos das suas armas e bestas), 3000 outros besteiros (sem armas), 4000 peões munidos de escudos e 5000 lanceiros (M. Henr., II, 57: 132-146)[1]. Para fornecer esta estimativa ao rei de Aragão, o espião alega ter consultado pessoalmente os livros das apurações, ou seja, os cadernos que continham os registos resultantes dos alardos e das convocatórias ordenadas pelos anadéis e coudéis do reino, isto é, pelos oficiais responsáveis pela mobilização militar da população concelhia. Pelo seu lado, o alferes-mor do reino, João Gomes da Silva, numa carta que dirigiu ao arcebispo de Santiago (de quem parece ter sido amigo) na hora da partida da frota do Restelo, afirma que a armada se compõe de 270 velas, galés e outras fustas mais pequenas, que levam a bordo 7000 a 7500 homens de armas, 5000 besteiros e até 20 000 ou 21 000 homens de pé, ou seja, entre 32 000 e 33 500 combatentes (M. Henr. II, 68: 64).

Convém recordar que, graças a uma preciosa indicação de Fernão Lopes inserta no antepenúltimo capítulo da Segunda Parte da *Crónica de D. João I*, sabemos que, nos inícios do século XV, aproveitando a bonança que havia nas relações com Castela (porventura após a celebração das tréguas luso-castelhanas por 10 anos ratificadas em Santarém em 1402, ou então logo a seguir à paz de 1411), o conselho régio joanino decidiu fixar uma "hordenança certa pera deffenssam de seus reinos, de tres myl e duzemtas lamças" (Lopes, C.D.J., II, CCII: 453-454). Destas, 500 "lanças" (combatentes completamente equipados) deveriam ser fornecidas pelo núcleo restrito (uma ou duas dezenas, no máximo) dos principais vassalos do reino (os chamados «capitães»), enquanto os pequenos vassalos (oriundos da pequena nobreza ou nem isso) deveriam garantir 2360 "escudeiros de huma lança", cabendo as restantes 340 lanças às Ordens Militares: 100 a cargo do Mestre de Cristo e dos seus comendadores, 100 sob a responsabilidade do Mestre de Santiago, 80 por conta do Mestre de Avis e, finalmente, 60 pelas mãos do Prior do Hospital. Em síntese, o nosso esboço de 'primeiro exército fixo de defesa' incluiria uma fina-flor de 320 dezenas de homens de armas convenientemente equipados e, muitos deles, montados, dos quais 15,62% seriam assegurados pelos grandes fidalgos (que recebiam "contias" anuais mais chorudas), 73,75% pela vassalagem miúda registada no «Livro dos Vassalos» e 10,62% pelas Ordens Militares.

[1] Veja-se também Monteiro e Costa 2015: 37; e Duarte 2015: 168.

Também sabemos, graças ao arrolamento dos besteiros do conto de 1421 incorporado nas *Ordenações Afonsinas*, que nesta data a organização militar do reino previa a existência de perto de 5000 besteiros do conto (geralmente mesteirais) distribuídos por um pouco mais de 300 unidades de recrutamento, entre cidades, vilas, julgados, coutos, honras, terras das Ordens Militares e terras chãs (O. Af., I, LXIX: 437-447). Quanto aos besteiros de cavalo, julgo ter demonstrado que se tratava de uma milícia restrita, um escol criado em 1392, com 500 atiradores distribuídos pelo reino e colocados sob a tutela de um capitão e coudel-mor chamado Álvaro Anes de Cernache (Monteiro 1998: 72-73). Já no que diz respeito aos «aquantiados», ou seja, aos moradores do reino (com exceção dos clérigos, dos fidalgos e dos vassalos do rei) que mantinham casa própria e cuja fortuna pessoal era regularmente avaliada de modo a inseri-los num determinado escalão a que correspondiam obrigações próprias em matéria de posse de cavalos e/ou armas, é impossível calcular com exatidão o seu número potencial de efetivos, que rondaria talvez os 10 000 ou mais (id.: 49 e 91).

Assim, ao tempo de Ceuta, a realeza poderia contar, em condições ideais, com até cerca de 20 000 combatentes, dos quais 5000 ou 6000 a cavalo e sete ou oito milhares de atiradores. Mas, para tanto, era preciso que a mobilização fosse intensiva e exaustiva (cobrindo todas as comarcas do reino), fosse feita com larga antecedência e (ao contrário do que aconteceu em Aljubarrota, por exemplo) recaísse sobre um país não dividido internamente e que estivesse fortemente galvanizado em torno de um projeto 'nacional'. Provavelmente, terá sido justamente isto que sucedeu em 1415, pois parece inegável o entusiasmo que a expedição suscitou e a antecedência e os cuidados mil com que foi preparada. De Inglaterra, de França (nomeadamente da Gasconha e da Picardia) e também da Alemanha acorreram alguns homens de armas a juntar-se à frota que se preparava sobretudo em Lisboa e no Porto (Duarte 2015: 167). É praticamente certo que, apesar da coincidência com a campanha de Harfleur-Agincourt, pelo menos um capitão inglês, chamado Edmund Arnald (um empresário da Gasconha sedeado em Dartmouth), agindo como capitão mercenário por sua conta e risco, participou na campanha portuguesa de 1415 com quatro ou cinco navios mercantes adaptados a navios de combate, a bordo dos quais seguiam muitos arqueiros e outros combatentes, em número indeterminado (Faria in Monteiro et al. 2017)[2]. Aliás, no citado relatório enviado a Fernando I de Aragão, o agente Rui Díaz de Vega menciona a presença no rio Tejo de 10 navios ingleses (oito naus e duas barcas mercantis), somando 850 toneladas, os quais estavam preparados para integrar a expedição levando, cada qual, a bordo 20 homens.

[2] Sobre as relações luso-inglesas na época da expedição a Ceuta, veja-se também Faria 2013; e, claro, o estudo clássico (1955) e ainda insubstituível de Russell 2000.

Tendo tudo isto em conta, e não ignorando as isenções, deserções e outras falhas que o sistema de mobilização militar tardo-medieval português comportava, parece-nos legítimo admitir que a armada que partiu do Restelo a 24 de julho de 1415 tivesse reunido muito perto do máximo que era então possível mobilizar de gentes, talvez em número de 18 000 a 20 000, eventualmente transportadas em cerca de duas centenas de navios (para os barcos, cf. Duarte 2015: 69). Devemos, no entanto, admitir que, entre aquela gente, figurasse um número não despiciendo (10 a 15%) de não combatentes (pessoal auxiliar, serviçais, homens dos mesteres), pelo que a cifra 'útil' de combatentes efetivos deveria ser mais reduzida. No total, e considerando também a indicação do espião aragonês de que teriam sido então feitos muitos vassalos novos (o que não nos custa admitir, tendo em conta aquilo que sabemos sobre o modo de proceder de D. João I em tempo de guerra), talvez não seja exagero pensar em 3500 lanças da pequena, média e alta nobreza, das Ordens Militares e da guarda do rei, perto de 4000 besteiros, cerca de 7500 aquantiados e 1000 outros homens de armas, entre mercenários e homiziados. Um número impressionante para um reino que teria então cerca de um milhão e meio de habitantes e que vivia – financeiramente falando – dias muito difíceis.

Só o grande entusiasmo pela campanha (ainda que esta fosse de destino incerto) e a antecedência inédita com que ela foi lançada podem explicar uma tal mobilização. Zurara dá claramente conta dos esforços feitos pelos infantes para reunirem os coudéis e os anadéis das comarcas e desencadearem uma mobilização maciça dos homens por eles tutelados (C. T. Ceuta, XXIX: 88); e explica mesmo que foi ordenado ao escrivão da puridade, Gonçalo Lourenço de Gomide, que mandasse fazer cartas em nome do rei para serem enviadas a todos os oficiais, coudéis e anadéis, mandando-lhes que organizassem de imediato os seus alardos e que enviassem depois para a corte os respetivos cadernos, com a indicação exaustiva dos nomes, das idades e do equipamento dos homens disponíveis para servirem na campanha de Ceuta (id., XXI: 66-67). Também sabemos ter sido providenciado o pagamento dos soldos e das «contias» anuais que eram devidas aos vassalos e a todas as pessoas que a tal tinham direito, tendo D. João I enviado "cartas de percebimento" aos senhores, aos fidalgos e aos homens de conta, para que se aprestassem a ir na armada e para que lhe mandassem dizer urgentemente com quanta gente sua (isto é, com quantos homens recrutados nas suas terras e senhorios) tencionavam servi-lo naquela aventura, de maneira a que o monarca pudesse rapidamente reunir a verba necessária ao pagamento dos respetivos soldos (id., XXIX-XXX, pp. 88-90). O espião aragonês explica até que os homens de armas portugueses receberiam 700 libras ao mês, enquanto os besteiros principais teriam direito à mesma coisa e os restantes atiradores e homens de pé a 400 libras; e acrescenta que o soldo das fustas estava pago com um adiantamento de cinco semanas e

que os vassalos tinham recebido as suas quantias de 1414 e de 1415 (M. Henr., II, 57: 136).

Aqui chegados, toco já no terceiro ângulo da minha revisitação – o do **financiamento da campanha**. De facto, a inusual decisão de evitar a convocação das cortes para reunir a verba necessária a tamanho empreendimento implicou uma série de medidas extraordinárias, de que destacaremos: uma desvalorização monetária (mais uma!), com a cunhagem, de dia e de noite, de reais brancos novos nos fornos a cargo de Rui Pires do Alandroal, o tesoureiro da moeda (Zurara, C. T. Ceuta XXI: 66-67); a afetação das valiosas rendas de Lisboa à expedição; a requisição compulsiva de bens alimentares e de equipamentos nas grandes cidades, em especial na capital, que terá ficado muito "gasta" de pão e de mantimentos, ao ponto de o monarca decidir conceder isenção do pagamento da dízima e da sisa aos mercadores que importassem ou que trouxessem por mar os cereais e os legumes de que Lisboa tanto precisava[3]; a imposição aos grandes fidalgos que não fossem na armada do pagamento de um marco de prata (caso dispusessem de uma «contia» superior a 100 000 libras), ao passo que os sete bispos do reino teriam de emprestar 50 marcos, os arcebispos (de Braga e de Lisboa) o dobro dessa verba, e os clérigos ricos de igreja deveriam empenhar-se em recolher o mais que conseguissem junto dos cidadãos abastados das suas áreas de intervenção (M. Henr. II, 57: 136); quanto aos homens comuns que não fossem mobilizados para a campanha, teriam de emprestar armas e bestas àqueles que partiam na armada, comprometendo-se estes a devolver-lhas em bom estado no prazo de dois meses contado a partir do regresso da frota. Também as comunas de mouros e de judeus foram oneradas com grandes cobranças em prata, tal como refere o citado relato de Rui Díaz de Veja; foi ainda lançada uma requisição compulsiva de sal aos produtores, com vista ao pagamento de uma parte significativa dos navios estrangeiros envolvidos na operação. Em tudo isto foram decerto cometidos muitos abusos (c. exemplos em Monteiro e Costa 2015: 31-32), justificados com os nobres objetivos da expedição, que Jorge de Faro (1965: 66) calculou ter custado ao reino um total de 280 000 dobras.

Neste enorme esforço organizativo, impressiona também **a dimensão da logística envolvida** – o quarto ângulo de análise que escolhi. Em minha opi-

[3] Cf. Braga e Braga 1998: 18-19; temos registo de tais isenções para os anos de 1413, 1414 e 1415. A título ilustrativo, lembrem-se também as reclamações apresentadas em cortes, nos anos a seguir à expedição; por exemplo, nas Cortes de Lisboa de 1439, os procuradores de Garvão alegaram junto do Regente (o infante D. Pedro) que D. João I tinha lançado naquele lugar, aos lavradores que os possuíam, certo trigo e cevada para Ceuta, bens esses que nunca lhes tinham chegado a ser pagos (IHES, FLUC, Col. Cortes, Cortes de Lisboa de 1439, Capítulos Especiais de Garvão, n.º 2, fls. 160v.º-161). Já depois da finalização deste artigo, ocorreu a publicação das Cortes de 1439, do que damos conta na bibliografia final deste trabalho.

nião, as páginas mais belas da crónica de Zurara dizem precisamente respeito ao fervor com que foram assumidos, um pouco por todo o reino mas sobretudo nas regiões de Lisboa e do Porto, os preparativos da expedição: alfagemes a limpar armas; homens e mulheres comuns a fazer biscoito e a salgar enormes quantidades de carne e de outras vitualhas; marinheiros a correger navios e a aparelhar guarnições; calafates e mesteirais a acabar e a embelezar as naves estacionadas no rio Tejo; carniceiros a decepar vacas e bois, a esfolar os animais, a cortá-los e a salgá-los, enfiando-os depois nos tonéis e nas "botas" onde haveriam de ser transportados; pescadores e suas mulheres a abrir e a salgar pescadas, cações e raias espalhados ao Sol; tanoeiros a reparar vasilhas para transporte de vinhos, de toucinho, de azeite, de vinagre, de carnes e de peixes secos e salgados, entre muitas outras vitualhas; alfaiates e tosadores a fabricar e a engalanar as primeiras librés de guerra de que temos notícia; carpinteiros a encaixar os trons e as bombardas nos seus reparos e a cuidar da engenharia neurobalística (em grande quantidade e de grande dimensão) que seria necessário instalar para armar o cerco; cordoeiros a compor guindastes, cabos e outra cordoaria de linho; entre outros aspetos (C. T. Ceuta, XXX: 90-93).

Foram dezoito meses de grande afã logístico, que permitiram que a frota levasse a bordo, não apenas mantimentos para muitos dias (Rui Díaz explica que os mais ilustres levavam comida para três meses)[4], mas também um material de assédio impressionante, que além dos trons e das bombardas incluía as peças necessárias para no local se poder montar um palanque de madeira, dois engenhos de arremesso de pedras (em minha opinião, provavelmente trabucos de tração humana), diversas escadas de assalto e uma sólida torre móvel de madeira forrada de guardas de alcornoco (para dificultar a combustão), com 28 braças de altura, cinco sobrados de madeira e as rodas necessárias para permitir a aproximação às muralhas de Ceuta[5]! Com estas peças seguia uma vasta panóplia de ferramentas, como por exemplo machados, enxadões, pás, martelos, pregos e tudo o mais que era comum nestas ocasiões. Ao que parece, a supervisão desta componente de logística militar da campanha terá ficado a cargo do monarca (Zurara, C. T. Ceuta, XXIX: 89).

A talho de foice, devemos apreciar agora **o armamento individual** (o quinto ângulo da minha observação), que em grande medida seria trazido de casa pelos próprios combatentes, como era ainda tradição nesta época: no mesmo documento (de março de 1414) em que D. João I renova a antiga regra de ninguém (mestres de navios, marinheiros ou senhores, em especial os de Lisboa) poder

---

[4] Cf. M. Henr. II, 57: 135-136: "Cada uno que lyeve pera cada ome tres fanegas de pan cocho [biscoito] et tres cantaras et medja de vjno et su carne et pescado, en tal manera que lyeven complymento de tres meses".

[5] Sobre estes engenhos, em especial sobre o «castelo de madeira», vejam-se as reflexões de Duarte 2015: 82.

fretar barcos para levarem castanhas, avelãs, nozes e outros mantimentos a terra de mouros, insiste-se também na proibição do comércio de lanças, de dardos, de espadas, de solhas, de bacinetes, de cotas de malha, de bestas e até de ferro ou aço com os infiéis, tudo isto sob pena de morte e de confisco e repartição dos respetivos navios entre a Coroa e os acusadores (Chanc. Port., D. João I, vol. III, t 3: 162-163, de 23-03-1414).

Mas há também numerosas referências ao confisco de arneses (a mais completa e sofisticada proteção de tronco e de membros dos finais da Idade Média), designadamente no contexto de reuniões de cortes realizadas muito depois da expedição. Por exemplo, na assembleia celebrada em Lisboa, em 1427, os procuradores de Guimarães lamentaram o facto de os escudeiros do infante D. Henrique terem requisitado aos aquantiados em armas da cidade uma série de arneses com que D. Fernando de Bragança, Gonçalo Pereira e outros combatentes haveriam de servir no ataque a Ceuta, espólio esse que nunca lhes tinha chegado a ser devolvido, contrariamente ao que fora estipulado (IHES, FLUC, Col. Cortes, Cortes de Lisboa de 1427, Capítulos Especiais de Guimarães, n.º 2, fl. 175v.º).

Convém também notar que houve lugar à aquisição de armas em Inglaterra (apesar de ali estar em marcha a campanha que desaguaria na famosa batalha de Agincourt), pois, meio ano antes da partida da frota lusitana, João Vaz de Almada recebeu autorização de Henrique V para levar para o rei de Portugal 400 lanças, enquanto, meses depois, o seu filho Álvaro Vaz (o futuro «conde de Avranches») obteve autorização do mesmo monarca para equipar seis homens de armas com outros tantos arneses e para adquirir em Inglaterra 350 lanças para serviço do rei de Portugal, com dispensa de todos os direitos (M. Henr, II, 36: 94-95, de Westminster 26-09-1414; e id., 51: 123-124, de Westminster, 20-01-1415).

Completando o rol das armas que seguiram a bordo da armada que zarpou de Santa Catarina no dia de São Tiago, o cronista refere – ao descrever os preparativos para o ataque, ensaiados a bordo dos navios na madrugada do próprio dia 21 de agosto de 1415 – com quanto entusiasmo se pregavam os arneses, se experimentavam as atacas dos gibões (para verificar se eram suficientemente fortes), se brandiam as fachas (achas-de-armas, ou seja, armas de choque da mesma família das maças e dos martelos de armas), se sacavam das bainhas e se agitavam no ar as espadas, observando se o seu gume se anunciava capaz de ferir os mouros (C. T. Ceuta, LXVIII: 193). Se a tudo isto acrescentarmos as centenas ou milhares de escudos que, com toda a certeza, seguiam a bordo (e a que o próprio espião ao serviço da Coroa aragonesa alude, como vimos), então teremos uma lista bastante completa e previsível (tendo em conta o padrão europeu coevo) das armas defensivas e ofensivas que viajaram com el-rei para o Norte de África naquele verão quente de 1415.

Resta-me analisar a questão (bem complexa) da **planificação e execução tática da campanha**. O primeiro aspeto a considerar tem que ver com o comando da expedição. Uma vez que o monarca seguia a bordo, não restam dúvidas de que a liderança da campanha lhe pertenceu. Ao seu lado, seguiam praticamente todas as figuras gradas da corte ou do regime, como os três infantes legítimos mais velhos (Duarte, Pedro e Henrique), o conde de Barcelos (D. Afonso, também ele filho de D. João I), o condestável (D. Nuno Álvares Pereira), o marechal (Gonçalo Vasques Coutinho), o alferes-mor (João Gomes da Silva), o almirante, o capitão-mor, os mestres de Cristo e de Santiago, o prior do Hospital, diversos altos funcionários régios (a começar pelo vedor da Fazenda, João Afonso de Alenquer, a quem Zurara atribui a sugestão do ataque a Ceuta – IX: 27), a generalidade das principais figuras das Casas dos infantes (como o governador da Casa de D. Henrique, Vasco Fernandes de Ataíde, uma das poucas baixas fidalgas no combate de Ceuta), o anadel-mor dos besteiros de cavalo (Afonso Anes de Cernache), entre muitas outras pessoas respeitáveis. Em terra parece ter ficado apenas, entre os notáveis, o mestre de Avis, Fernão Rodrigues Sequeira, amigo pessoal e antigo aio do monarca, incumbido da preciosa tarefa de garantir a segurança do reino e a dos infantes mais novos (João e Fernando).

A composição desta armada tem surpreendido historiadores de várias gerações pela sua rara qualidade: se acaso as coisas corressem mal durante a viagem marítima ou no ataque à praça magrebina, o reino – acabado de sair de uma guerra muito desgastante com Castela – poderia ficar em maus lençóis (Saraiva 1988: 242; Duarte 2015: 96, 108) … Adivinha-se, portanto, que os índices de confiança eram elevados e que tudo foi feito para garantir que o monarca seguisse o mais bem acompanhado possível. Tendo em conta a autoridade de D. João I e a sua larga experiência militar (sobretudo em operações de cerco, nas quais, pelas minhas contas, deve ter consumido quase 600 dias da sua vida entre 1384 e 1400, de Tuy a Campo Maior, ou de Lisboa a Coria e a Alcántara), seria de esperar que as decisões do monarca fossem inquestionáveis. E, no entanto, não é essa a imagem que frequentemente transparece da leitura da *Crónica da Tomada de Ceuta*: apesar de rodeado do núcleo duro formado por aqueles que o acompanhavam desde o início da sua saga rumo à conquista do poder (no célebre conselho de Torres Vedras, em 1414, o rei terá lembrado que "todos os que aqui estaaes fostes comigo naquelles meus primeiros trabalhos" – XXVI: 80), várias das opiniões do monarca foram contestadas nos sucessivos conselhos régios realizados antes, durante e depois da conquista da praça; em especial – para o que aqui mais nos importa – na reunião decisiva realizada a 19-20 de agosto na Ponta do Carneiro, perto de Algeciras, durante a qual o monarca marcou a ofensiva final para o dia seguinte e impôs um plano de ataque que não terá sido do agrado de muitos dos seus conselheiros (id., LXII-LXIV: 181-187). O

que é que mais pode ter contribuído para esta reiterada divisão de opiniões no seio do conselho de guerra joanino (a fazermos fé na narrativa de Zurara)? Em meu entender, talvez a veterania de alguns dos seus companheiros os pusesse mais à vontade para contraditar as opiniões do monarca; ou talvez a impaciência e o ardor de muitos dos mais novos (a começar pelos infantes Duarte, Pedro e Henrique) os colocassem com frequência em rota de colisão com as estratégias supostamente mais ponderadas e cautelosas do velho rei.

Este ponto é importante, tanto mais que o decurso da operação parece confirmar algum conflito entre aquilo que foi programado e o que se verificou no terreno. Destacarei apenas dois aspetos particularmente ilustrativos. Por um lado, e como já referi, D. João I apostou fortemente no secretismo da operação, certamente como forma de garantir um efeito surpresa máximo na hora de concretizar o ataque a Ceuta. Todavia, a frota portuguesa atravessou o estreito de Gibraltar e ancorou na baía de Algeciras no dia 10 de agosto, apenas tendo atacado em força a grande cidade merínida onze dias mais tarde – a 21 de agosto de 1415! Parece seguro afirmar-se que esta *décalage* – que deitou por terra qualquer aspiração de apanhar os muçulmanos completamente de surpresa – se ficou sobretudo a dever às dificuldades de navegação, que fizeram abortar um primeiro movimento ofensivo lançado no dia 12 de agosto, criando uma situação quase caricata: durante quatro ou cinco dias (até reagrupar em Algeciras a 16 de agosto), a frota lusitana andou 'entre Cila e Caríbdis', com as naus a serem por duas vezes arrastadas para nascente, na direção de Málaga (devido ao nevoeiro e aos ventos), enquanto o grosso da armada sob o comando do rei tentava, sem sucesso, substituir a sua primeira posição a norte de Ceuta (12 de agosto) por uma concentração de recurso mais a sul, no ancoradouro de Barbaçote, dois dias mais tarde (Monteiro e Costa 2015: 42-47).

Podemos muito bem argumentar não ser legítimo imputar a D. João I (que, de resto, não tinha qualquer experiência da guerra marítima) grandes responsabilidades por este primeiro insucesso, que a natureza e as reconhecidamente difíceis condições de navegabilidade no estreito podem por si sós explicar. Mas não deixa de ser chocante perceber a forma como este revés parece ter abalado a confiança de muitos dos expedicionários (para além de ter tranquilizado os muçulmanos, criando-lhes talvez a ilusão de que o ataque teria abortado): se Zurara não fugiu muito à verdade, no conselho realizado poucos dias depois na Ponta do Carneiro, muitos houve que terão advogado um regresso imediato a Portugal, enquanto outros defenderam a construção de um projeto alternativo, que poderia bem passar por um ataque a Gibraltar (C.T. Ceuta, LXII-LXIV: 181-187).

O rei não aceitou nenhuma das possibilidades, e com toda a lógica: não tinha consumido vários anos de esforços a preparar uma campanha daquela magnitude para depois regressar a casa com o rabo entre as pernas, ou exibindo apenas

como troféu o rochedo de Gibraltar (o que, ainda por cima, lhe poderia causar graves dissabores diplomáticos com Castela). Assim, o monarca agendou o ataque decisivo para o dia seguinte e impôs o seu próprio plano de ataque: a frota dividir-se-ia, com o infante D. Henrique (ao comando dos barcos que reunira no Porto) a aproximar-se da Almina e a ancorar na praia de Santo Amaro, na zona nordeste do istmo (a parte residencial e mais fortemente amuralhada da praça). Enquanto isso, o monarca, com o resto da armada, fingiria tomar o rumo da baía sul (Barbaçote), com o objetivo manifesto de dividir as forças muçulmanas e de as levar a acreditar que o grosso da armada portuguesa desembarcaria por esse lado. Quando tal sucedesse, o rei daria um sinal e D. Henrique e os seus homens tratariam de lançar as pranchas em terra e de ocupar a praia de Santo Amaro, a eles se juntando depois, tão depressa quanto o possível, o resto da armada. Deste modo, o ataque português concentrar-se-ia todo ele sobre a porta da Almina, na zona nordeste da cidade, esperando-se que fosse depois possível avançar para poente, através das ruas interiores da praça (ib.).

Este plano contrariava a vontade de vários dos conselheiros régios, que preferiam uma ofensiva sobre a outra banda da cidade, onde se poderiam organizar e defender melhor, graças à abertura de fossos e à instalação dos artifícios de cerco que transportavam a bordo. Contudo, como bem observou o general Loureiro dos Santos (2004: 80-81), o rei deve ter querido evitar dividir as suas forças, e não quis correr o risco de ser obrigado a enfrentar, simultaneamente (e tal como sucederia 22 anos mais tarde ao infante D. Henrique no inferno de Tânger), os Mouros que residiam em Ceuta e aqueles que supostamente acorreriam do exterior, pelo lado do continente, para defenderem a sua amada praça.

Ora, se o plano do monarca parece compreensível, já a sua execução dá que pensar. É que, sempre segundo o cronista, os homens não suportaram a espera pelo sinal do rei: a certa altura, João Fogaça, vedor do conde de Barcelos, mandou o seu batel avançar para a praia de Santo Amaro. Num ápice, os homens que seguiam a bordo começaram a desembarcar, seguindo o exemplo do futuro comendador de Santiago, Rui Gonçalves. Ao ver isto, o infante D. Henrique – receoso, talvez, de ficar para trás – meteu-se também ele num batel e avançou com o seu alferes (Mem Rodrigues de Refoios) e com outros dos seus homens para a praia. Ao aperceber-se, ao longe, do que se estava a passar, o infante D. Duarte optou por abandonar o grosso da frota, que seguia com o rei, para se juntar ao irmão. De repente, na praia de Santo Amaro, já havia uma centena e meia de cristãos a travarem as primeiras escaramuças com os Mouros. Estes, sem os conseguirem conter, recuaram na direção da Porta da Almina. No entanto, era já tarde demais, pois muitos outros cristãos tinham entretanto chegado à praia; por isso, os infantes, em lugar de esperarem pelo pai, acharam que o melhor seria correrem atrás dos muçulmanos e impedi-los de cerrarem a Porta da Almina. Se bem o pensaram, melhor o fizeram: ao final da manhã, três centenas de cris-

tãos entraram de roldão pela dita passagem e penetraram no arrabalde, frisando Zurara que o primeiro que assim o fez terá sido Vasco Martins de Albergaria. Com os infantes, introduziram-se no arrabalde da Almina perto de 500 combatentes, frustrando dessa maneira o plano de defesa da cidade, que aparentemente consistia em travar os cristãos assim que estes pisassem a praia, tirando partido da sua suposta menor mobilidade, devido ao peso dos arneses que envergavam. Pouco a pouco, a frota do rei alcançou, toda ela, a praia de Santo Amaro e os homens foram desembarcando e foram-se juntando-se, cada qual ao ritmo que podia e que queria, aos demais companheiros no ataque à cidade (Monteiro e Costa 2015: 60-63).

O que se seguiu foi uma luta de rua pura e dura, muito ao sabor das circunstâncias do momento, uma espécie de Estalinegrado em versão medieval e marroquina, em que os únicos imperativos táticos parecem ter sido, por um lado, a divisão em três colunas (julgo que para mitigar o congestionamento e cobrir os diversos arruamentos da urbe) e, por outro, a ocupação dos pontos altos, para ganharem vantagem no combate direto e para evitarem expor-se ao despejo, pelos muçulmanos, de projéteis de todo o tipo (setas, lanças, pedras, entre outros). Este ambiente, que se prolongou desde o início até ao final da tarde (Zurara afirma que cerca das 19h30 estava tudo consumado – LXXXVII: 234), pode ter sido propício à prática de façanhas marciais por parte de muitos cristãos (e o cronista aproveita para destacar o caso do infante D. Henrique, sobre o qual centra agora descaradamente a sua narrativa), mas nada de bom sugere quanto ao rigor tático da operação! Em boa verdade, se as coisas aconteceram deste modo, o plano fixado na Ponta do Carneiro foi totalmente desprezado, o desembarque foi feito precipitadamente e à revelia do rei, que se viu desautorizado pelos seus próprios filhos no momento mais delicado da campanha…

Não deixa de ser paradoxal este desfecho, que só não trouxe dissabores suplementares porque a defesa da praça se mostrou surpreendentemente débil: o alcaide Salah ibn Salah fugiu cedo (talvez logo que soube que os cristãos tinham conseguido forçar a entrada na cidade – ib., LXXXIII: 226), o socorro do rei de Fez não chegou a tempo (ao que parece, nem "ao atar das feridas", como diria Fernão Lopes) e a população de Ceuta (talvez já bastante diminuída desde que percebera, nos dias anteriores, que iria ser atacada por uma armada poderosa) ficou entregue a si própria. Aparentemente, tendo sido ocupado sem qualquer resistência o castelo (onde os cristãos só encontraram um simpático biscainho e um genovês!), apenas o combate pela posse da poderosa torre de Fez, no extremo poente da cidade, parece ter sido verdadeiramente penoso, até que ali se conseguiu hastear, já ao lusco-fusco, a bandeira do infante D. Duarte (ib., LXXXVI : 232-233).

Este contraste entre uma operação bem planeada e uma execução algo precipitada e um pouco de improviso, apesar da veterania do comandante da armada

e de muitos dos seus companheiros, serve afinal para travar o nosso entusiasmo e para nos lembrar que estamos ainda a falar de um exército tipicamente medieval, sem treino regular conjunto, sem comando profissional e onde a tentação da bravata cavaleiresca está sempre presente e condiciona muitas vezes os resultados, geralmente influenciando-os de forma negativa, como foi há anos claramente demonstrado por Claude Gaier (2009: 119-136).

No caso da operação em apreço, devido ao tamanho do exército, ao ardor dos assaltantes e à fragilidade da resistência muçulmana, o ataque acabou por redundar num sucesso fulgurante, provavelmente muito acima das expetativas iniciais (tendo até em conta a quantidade de material de cerco que fora transportada a bordo e que nem sequer precisou de ser instalada). Mas, logo na discussão que se seguiu – acerca de manter ou não a cidade –, bem como na escolha do futuro capitão da praça, voltamos a ter a sensação de um comando dividido e de projetos pouco consolidados, se não mesmo algo contraditórios.

Nada que nos deva surpreender. Esta hoste real que conquistou Ceuta era ainda, em muitos aspetos, filha das hostes que tinham consumado a reconquista portuguesa entre meados do século XII e meados do século XIII. Jogavam agora num cenário diferente, mas combatiam o mesmo tipo de adversário e souberam adaptar-se facilmente a isso e a todas as circunstâncias envolventes. Se analisarmos o que foi a guerra na região de Ceuta nas décadas que se seguiram (pelo menos até 1458, o ano em que aquela cidade deixou de ser um enclave português em África e passou a ter a companhia de Alcácer Ceguer), percebemos que as técnicas e as táticas militares utilizadas pelo astuto capitão D. Pedro de Meneses e pelos seus sucessores são extremamente parecidas com as da guerra contra a mourama na finisterra portuguesa: ataques de surpresa, golpes de mão fulgurantes, movimentos noturnos, criação de áreas tampão à volta da cidade, elevado nível de espionagem e de contra-espionagem, instalação de atalaias nos pontos altos, recurso a sinos de alarme, vigilância exaustiva (até com recurso a galgos levados pela trela), repartição de despojos (o famoso "quinto das cavalgadas"), troca de prisioneiros, manobras de intimidação psicológica, complemento de operações terrestres com ações marítimas, etc[6].

Só num particular esta peleja se diferenciou claramente da guerra da Reconquista: nos primeiros tempos, em Ceuta, os cristãos não dispunham de cavalos… A fidalguia sentiu profundamente essa limitação e, aos poucos, tratou de mandar vir (ou mesmo de transportar) para a praça norte-africana um conjunto de montadas: começaram por ser 14, vindas de Castela (Zurara, C. T. Ceuta,

[6] Acerca da defesa de Ceuta sob o comando de D. Pedro de Meneses (1415-1437), é fundamental ver-se outra narrativa de Zurara, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Veja-se também, com muito proveito, Duarte, 2003: 409-417. Deve ver-se ainda a interessante biografia do conde D. Pedro assinada por Campos, 2008.

XVI: 55-56) e terão talvez chegado a um máximo de uma ou duas centenas de animais. Na companhia desses fiéis companheiros, esta nova terra de fronteira (sinónimo de risco, mas também de oportunidades) ganhou outra alegria e pôde converter-se num palco muito apetecível para a fidalguia mais aguerrida e mais sequiosa de obter pelas armas a glória e o proveito que não lhe chegavam por outras vias. É curioso recordar que Ceuta, na primeira metade do século XV, foi procurada por portugueses e por nobres de outros reinos (por exemplo, por Aragoneses e Catalães) para palco dos seus feitos de armas, para as suas batalhas *a ultranza*, que eram verdadeiros duelos de armas que o Conde D. Pedro de Meneses arbitrava com a sabedoria e a autoridade que todos lhe reconheciam (Monteiro 1998: 438-439).

Ao mesmo tempo, "a guerra de Ceuta" (não apenas a da conquista do verão de 1415, mas sobretudo a da manutenção da praça pelos anos fora) constituiu uma autêntica 'escola' que ajudou a forjar a expansão ultramarina portuguesa. Como tem sido salientado pelos historiadores (Monteiro e Costa: 171; Duarte: 240), houve uma Casa de Ceuta em Lisboa, antes da Casa da Índia; houve uma "carreira de Ceuta", antes da "carreira da Índia"; houve toda uma geração de homens que circulou durante muitos anos pelo "mar do meio" para garantir a manutenção (contestada, mas nunca renunciada) de uma conquista que teve, pelo menos, o mérito de iniciar um novo caminho para Portugal. É extraordinário, comovente mesmo, que este feito tenha sido ainda iniciado e liderado por aqueles que – de cabelos "ruços" e membros já castigados pelo peso de cinco a seis décadas de uma vida dura e cheia de perigos – tinham estado também juntos, trinta anos antes, no campo de batalha de São Jorge–Aljubarrota. Grande geração, esta, e grande legado!

## Bibliografia

### Fontes

*Chancelarias Portuguesas, D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, Volume III, Tomo 3.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1439)*. Edição preparada por João José Alves Dias e Pedro Pinto; Transcrições de Carlos Silva Moura e Pedro Pinto. Revisão de João José Alves Dias e Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Coleção de Cortes*.

LOPES, Fernão, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*, ed. de W. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

*Monumenta Henricina*, dir. e org. de A. J. Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974 (16 vols.).

*Ordenações Afonsinas*, apresentação de M. J. Almeida e Costa, nota textológica de E. Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (5 vols.).

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*, edição de F. M. Esteves Pereira, Academia das Ciências de Lisboa: 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, apresentação de J. A. de Freitas Carvalho, Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses: 1988.

## Estudos

BRAGA, Isabel D., BRAGA, Paulo D. (1998), Ceuta Portuguesa (1415-1465). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

CAMPOS, Nuno Silva (2008), D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta. Lisboa: Sete Caminhos.

DUARTE, Luís Miguel (2003), "A guerra em Marrocos: aprender tudo de novo", in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), Nova História Militar de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, vol. I (coord. de José Mattoso).

DUARTE, Luís Miguel (2015). Ceuta 1415. Seiscentos anos depois. Lisboa: Livros Horizonte.

FARIA, Tiago Viúla de (2013), The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c.1369–c.1449). D. Phil. Thesis: University of Oxford.

FARO, Jorge de (1965), Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios documentais). Lisboa: Publicação do Centro de Estudos Económicos.

GAIER, Claude, "Témérité et bravade chevaleresques: une composante tactique embarrassante", Revista de História das Ideias, n.º 30, 2009.

MONTEIRO, João Gouveia (1998). A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média. Lisboa: Editorial Notícias.

MONTEIRO, João Gouveia, COSTA, António Martins (2015). 1415. A conquista de Ceuta. Lisboa, Manuscrito.

MONTEIRO, João Gouveia, MARTINS, Miguel Gomes, FARIA, Tiago Viúla de (2017). "Another 1415: Portugal's Military Landscape at the Time of Agincourt", Journal of Medieval History, Volume 43 (Special Issue: «Agincourt in context: war on land and sea». Guest editors: Rémy Ambühl and Craig Lambert).

RUSSELL, Peter E. (2000), A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos. Trad. port., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (ed. orig. 1955).

SANTOS, José Loureiro dos (2004), Ceuta, 1415. A conquista. Lisboa, Tribuna.

SARAIVA, António José (1988), O crepúsculo da Idade Média em Portugal. Lisboa: Gradiva.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_4

# Capitães das fortalezas do Índico no tempo do Conselho da Índia – (1604-1614) – Continuidades e rupturas da vertente social do Estado da Índia

## *"Captains of the Indian fortresses at the time of the Council of India (1604-1614) – Continuities and ruptures of the social aspect of the State of India"*

Ana Teresa Hilário
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL
ana.teresa.052@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 29/03/2017

**Resumo**: Pelo presente artigo revela-se a importância de estudar o fenómeno da nomeação dos capitães da Índia e de o compreender quando comparado com conjunturas anteriores, e fases diferentes Estado da Índia. Através do estudo do grupo de homens que durante os seus dez anos de funcionamento o Conselho da Índia escolheu para capitanearem as fortalezas de Goa, Diu, Ormuz, Malaca e Baçaim podemos perceber uma vertente social do Estado da Índia, bem como encontrar pontos em que esta se alterou, ou não, com o passar dos anos, e relacionar estas rupturas e/ou continuidades com os momentos vividos.

**Palavras-chave**: Estado português da Índia, Conselho da Índia, Fortalezas do Índico, Capitães do Índico.

**Abstract**: This article reveals the importance of studying the phenomenon of naming captains to the Indian fortresses and understanding that when compared with previous situations, and different stages of the portuguese empire. By studying the group of men during his ten years of operation the Council of India chose to command the fortresses of Goa, Diu, Hormuz, Malacca and Bassein we can see the social aspect of this empire, and find points on which it is changed, or not, over the years, and relate these disruptions and / or continuities with the lived circumstances.

**Keywords**: Indian Portuguese State, Council of India, Indian Fortresses, Captains of Indian fortresses.

No âmbito do nosso mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos foi-nos proposta uma revisita ao Conselho da Índia, organismo criado em 1604 por Filipe III de Espanha, II de Portugal, com vista a agilizar a administração do império português, e à obra fundadora de Francisco Mendes da Luz sobre esta instituição.

Por tal, tomámos o Conselho da Índia como objecto de investigação, analisando-o à luz das novas correntes historiográficas. Aqui conte-se o esforço crescente para pensar e escrever uma história menos centrada em conjunturas e actores políticos particulares, e mais enquanto partes de um todo, onde centros e periferias se multiplicavam e influenciavam mutuamente. Há que apontar também a forma como o poder central passou a ser estudado, tendo vindo a acontecer uma inversão da tendência de olhar para o rei como única fonte de poder, passando-se a perspectivá-lo como "pólo onde se cristalizam ou por onde se canalizam as pretensões de poder de grupos" (Hespanha 1982: 332-333).

No entanto, depressa percebemos que a abrangência das matérias que passaram em 1604 a estar sob a alçada do Conselho da Índia nos impedia de estudar este organismo em todas as suas vertentes de ação, pelo que fomos obrigados a definir critérios. Porque a tarefa de nomeação dos oficiais das capitanias era considerada "uma das coisas que mais importam ao serviço de Vossa Majestade no Estado da Índia", dependendo deles o bom governo do espaço asiático, uma vez que "os erros dos que mal administram em partes tão remotas mais perjudiciais e piores de remedear" (Luz 1969: 3), optámos por circunscrever a nossa análise ao grupo de capitães que foram nomeados pelo Conselho da Índia para as principais capitanias do Índico.

Todas as fortalezas serviam um propósito específico dentro do conjunto em que se encontravam inseridas. No entanto, o seu constante aumento não nos permite estudar todos os oficiais nomeados para todas as fortalezas, pelo que restringimos a nossa análise a cinco enclaves: Goa, Ormuz, Malaca, Diu e Baçaim. Abrangemos, desta forma, a costa ocidental indiana, a Pérsia e a Insulíndia. Justifique-se a ausência de Moçambique, escala principal da navegação entre Lisboa e o Estado da Índia, mas que preferimos não incluir no nosso trabalho pelo facto de se contar apenas uma nomeação para esta capitania, no Índice da Chancelaria de Filipe III.

Numa primeira fase deste artigo exploramos de que forma evoluíram as tendências de nomeações para as capitanias em análise no tempo longo. Em seguida, numa análise do tempo curto, temos em conta como foram e quem foram os fidalgos agraciados com a concessão destas cinco capitanias nos dez anos de funcionamento do Conselho da Índia. Depois de identificados estes capitães, procuramos enquadrá-los socialmente tendo em conta as suas ligações familiares ascendentes e descendentes, bem como analisar que motivos estiveram por detrás das suas nomeações.

A nossa principal base documental são as cartas de nomeação dos capitães das referidas capitanias, inseridas nos seus Livros de Chancelaria. Esta documentação permite-nos perceber as motivações de cada nomeação, a ascendência de alguns dos nomeados ou ainda que serviços teriam sido anteriormente pres-

tados pelo nomeado ou pelos seus familiares mais directos. Apesar da relevância inequívoca das Consultas das reuniões do Conselho da Índia para quem queira perceber a sua dinâmica de funcionamento, estas não nos permitem conhecer a posição de cada um dos homens do Conselho, uma vez que não são descritivas do voto de cada um em cada posição tomada.

## O tempo longo: de D. João III a Filipe III

Os entrepostos militares que nas ilhas e costas do Índico asseguraram aos portugueses a manutenção do seu espaço asiático receberam diferente atenção ao longo dos reinados. Por tal, julgámos importante perceber de que forma foi evoluíndo, entre os reinados de D. João III e de Filipe III, a dinâmica de nomeação de capitães para as fortalezas em estudo.

| | Total de nomeados | Média por ano |
|---|---|---|
| D. João III | 59 | 1,6 |
| D. Sebastião | 41 | 1,7 |
| Filipe II | 70 | 4,1 |
| Filipe III | 99 | 4,3 |

Na coluna da esquerda apresentamos o valor da soma de todos os nomeados para as capitanias de Goa, Ormuz, Malaca, Diu e Baçaim nos reinados de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, Filipe II e Filipe III. Na da direita, o valor da média de nomeações por ano, em cada um destes reinados. Conclui-se facilmente a tendência generalizada de crescimento da média do número de capitães nomeados anualmente. Entre o tempo de governação de D. João III e o de D. Sebastião o aumento foi muito pouco significativo, especialmente quando comparado com os valores do reinado seguinte, e tendo em conta que nessa altura estava já consolidada a presença portuguesa na maioria destes locais e a importância destas fortalezas no seio do Estado da Índia. Será, no entanto, particularmente acentuado entre a dinastia de Avis e os valores dos reis castelhano, o que é em grande parte explicado pela tendência crescente de nomeação de capitães pelo sistema de "vagante dos providos". Por este sistema a concessão das capitanias das fortalezas era feita pelo monarca não necessariamente quando surgia a necessidade de prover as fortalezas, quando o capitão em funções terminava o seu triénio de exercício, mas sim quando houvesse necessidade de agraciar determinada pessoa. Consequentemente, qualquer indivíduo nomeado em vagante só poderia exercer o seu cargo depois de terem exercido os seus triénios todos aqueles que tivessem sido nomeados antes de si. Criava-se assim algo semelhante a uma lista de espera,

ou, pelas palavras de Mafalda Soares da Cunha, "uma bolsa de candidatos aos diferentes cargos que funcionava como uma garantia permanente para o recrutamento" (Cunha 2008: 6).

Para a coroa, este método tinha a vantagem de garantir o contentamento dos seus súbditos e a recompensa pelos serviços prestados sem que tal correspondesse obrigatoriamente a um aumento das despesas ou dos postos existentes (Oliveira e Rodrigues 1992: 312). No entanto, constituindo-se as nomeações como património pessoal daqueles que eram indigitados por via deste sistema, e sendo geralmente elevado o tempo compreendido entre a data das nomeações e o momento de exercício das mesmas, acabava por se tornar um inconveniente para o funcionamento e gestão do espaço ultramarino. Se tivermos em conta a tabela seguinte, percebemos de que forma se podia tornar impossível que a pessoa agraciada pela mercê chegasse efectivamente a exercer o ofício.

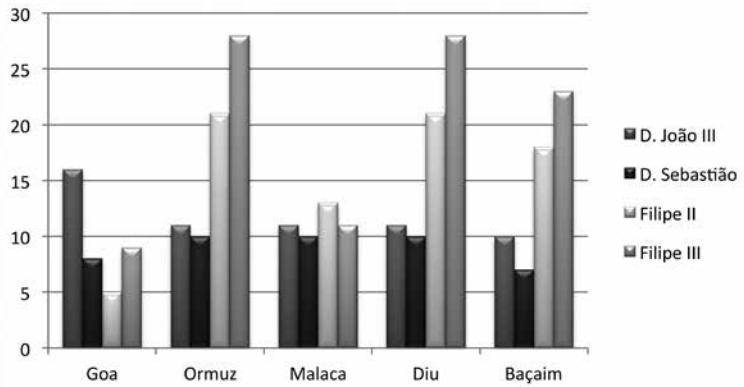
| **Capitania de Goa** | **Número de momeados** | **Tempo assegurado pelas nomeações** |
|---|---|---|
| D. João III | 16 | 48 anos |
| D. Sebastião | 8 | 24 anos |
| Filipe II | 5 | 15 anos |
| Filipe III | 10 | 30 anos |
| Total | 38 | 117 anos |
| **Capitania de Ormuz** | | |
| D. João III | 11 | 33 anos |
| D. Sebastião | 10 | 30 anos |
| Filipe II | 21 | 63 anos |
| Filipe III | 28 | 84 anos |
| Total | 70 | 210 anos |
| **Capitania de Malaca** | | |
| D. João III | 11 | 33 anos |
| D. Sebastião | 10 | 30 anos |
| Filipe II | 13 | 39 anos |
| Filipe III | 11 | 33 anos |
| Total | 45 | 135 anos |
| **Capitania de Diu** | | |
| D. João III | 11 | 33 anos |
| D. Sebastião | 10 | 30 anos |
| Filipe II | 21 | 63 anos |

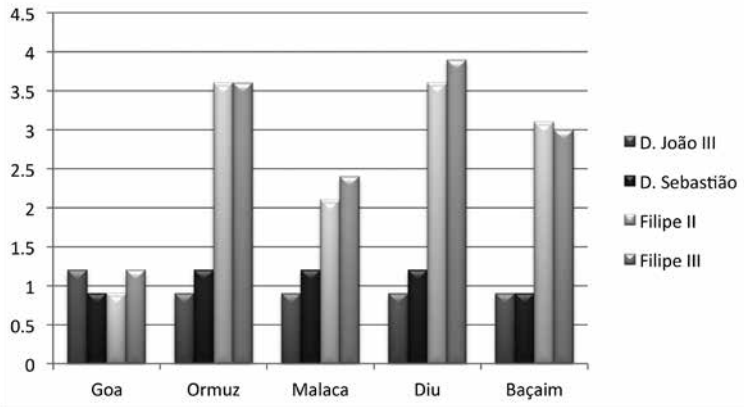
| | | |
|---|---|---|
| Filipe III | 28 | 84 anos |
| Total | 70 | 210 anos |
| **Capitania de Baçaim** | | |
| D. João III | 10 | 30 anos |
| D. Sebastião | 7 | 21 anos |
| Filipe II | 18 | 54 anos |
| Filipe III | 23 | 69 anos |
| Total | 50 | 174 anos |

Tendo em conta o número de capitães nomeados e multiplicando-o pelos três anos que cada um devia estar à frente da capitania que lhe correspondia, podemos perceber que no século compreendido entre 1521 e 1621, que separa o reinado de D. João III do de Filipe III, são nomeados capitães suficientes para assegurar estas cinco capitanias por um tempo sempre superior ao tempo efectivo.

O valor associado a Goa é, eventualmente, não tão elevado como podíamos esperar, e mostra-nos que não há um número tão desajustado de capitães nomeados, quando comparado com o tempo de exercício que fica assegurado pelas nomeações. Tal pode ser explicado pelo facto de neste local se encontrarem os vice-reis e governadores, bem como grande parte do aparato militar do Estado da Índia, o que tornaria menos gravosa a ausência de um capitão nesse local do que noutros mais isolados e distantes do centro governativo. Além disso, o estatuto superior de Goa quando comparado com outras fortalezas tornava-a uma fortaleza simbolicamente mais valorizada e, tanto mais, quanto menor fosse o número de homens a serem indigitados para servir nela. Não estranhamos, pois, que 1621 governador da Índia se queixasse ao rei pelo facto de se encontrar por prover a capitania de Goa "por não haver outra pessoa provida dela por Vossa Majestade senão eu [Fernão de Albuquerque] que a tenho (…) e por estar ocupado neste Governo a não posso servir" (Documentos Remetidos da Índia XVII: 236).

Por outro lado, nos casos de Ormuz e Diu as nomeações feitas durante um século asseguravam mais de duzentos anos de exercício. Por tal se percebe que em muitos casos já não era ao indivíduo que tinha sido agraciado que cabia o exercício das funções em questão, ou porque devido ao seu envelhecimento optava por renunciar a favor de parentes, ou porque pelo seu falecimento a mercê era herdada, ou pelos seus filhos e genros ou até pelos segundos maridos das viúvas (Costa e Rodrigues 1992: 313). Por isso, muitas vezes acabavam por estar à frente das fortalezas não aqueles que tinham feito os serviços que os tornavam capazes de servir proveitosamente, mas sim, em alguns casos, indivíduos sem preparação para os cargos que iam ocupar (Ibidem: 313).




O primeiro gráfico mostra-nos o número efectivo de nomeações nas cinco capitanias em análise entre os reinados de D. João III e o de Filipe III. O segundo, por outro lado, mostra-nos a média de nomeações por reinado em cada uma das capitanias. A observação de ambos leva-nos a reparar, tal como já havíamos reparado quando analisámos as capitanias no seu conjunto, num aumento significativo entre as nomeações feitas pelos reis de avis e aquelas feitas pelos seus sucessores castelhanos. Salve-se, uma vez mais, a excepção de Goa, que apresenta uma diminuição entre o reinado de D. Sebastião e o de Filipe II.

Podemos dizer que um capitão nomeado por triénio para cada uma das capitanias seria o número ideal para que existisse um equilíbrio entre o número de nomeados e os anos assegurados pelo exercício efectivo dos cargos em questão. Contrariamente ao que esperávamos, tendo em conta as tabelas apresentadas antes, esta lógica numérica é respeitada com bastante frequência. O segundo

gráfico ajuda-nos a perceber isso mesmo. Para Goa as nomeações nunca ultrapassam a média de um nomeado por triénio. Nas restantes fortalezas só durante os reinados de Filipe II e Filipe III estes números sobem para médias de – arredondando os valores para números efectivos – três nomeações por triénio em Ormuz, Diu e Baçaim, e duas em Malaca.

## O tempo curto: o Conselho da Índia (1604-1614)

Instituído em 1604 por via de um regimento estante hoje na Biblioteca da Ajuda, o Conselho da Índia foi criado para que por ele passassem todas as matérias "de qualquer qualidade" respeitantes aos territórios ultramarinos portugueses, exceptuando-se as ilhas dos Açores e Madeira e as praças do Norte de África, consideradas já prolongamentos geográficos do reino português. A abrangência era, como se vê, enorme.

Quando em Abril de 1613 se procedeu à revisão do primeiro regimento, e se tentaram colmatar as falhas do primeiro de modo a resolver os problemas de funcionamento que sempre condicionaram os trabalhos do Conselho, definiu-se de forma clara que por este tribunal deviam passar "os despachos das mercês que pedirem as pessoas que me tiverem servido, e estiverem servindo, ou forem servir à Índia, e mais partes ultramarinas" (Luz 1952: 536). Chegadas as petições à mesa do Conselho, cabia ao secretário encarregue desta repartição fazer

> "decreto dos papéis de cada um dos requerentes declarando particularmente o que constar das certidões, vendo se estão justificadas e passadas na forma de minhas provisões e requerendo-se satisfação de serviços herdados ou doados se apresentará com eles juntamente sentença do Juíz das justificações de minha Fazenda per que conste pertencer a satisfação deles às partes que as requererem, e sempre com os papéis dos tais serviços e requerimentos se apresentará certidão do livro dos registos das mercês assim da pessoa que requerer como da de cujos serviços pedir satisfação" (Ibidem: 551-552).

Além de exigir esta documentação, devia o secretário também confirmar a sua autenticidade. Define-se, pelo artigo seguinte, que eram válidas apenas as petições de pessoas que tivessem servido na Índia por um espaço de tempo superior a oito anos. Eram aceites petições com menos tempo de exercício apenas em caso de serem feitas por homens que se tivessem ferido em serviço nas partes ultramarinas ou quando as famílias de falecidos no desempenho de funções no Estado da Índia requeressem a recompensa pelos actos dos seus parentes (Ibidem: 552).

Tendo-se em conta a demorada comunicação entre o reino e o Estado da Índia, e

> "para que se guarde inteiramente justiça às pessoas que me servirem nas ditas partes da Índia, e não percam o que lhes é devido por se não despacharem seus papéis tão depressa como os dos outros que sendo inferiores no serviço e merecimentos se antecipam na deligência do requerimento",

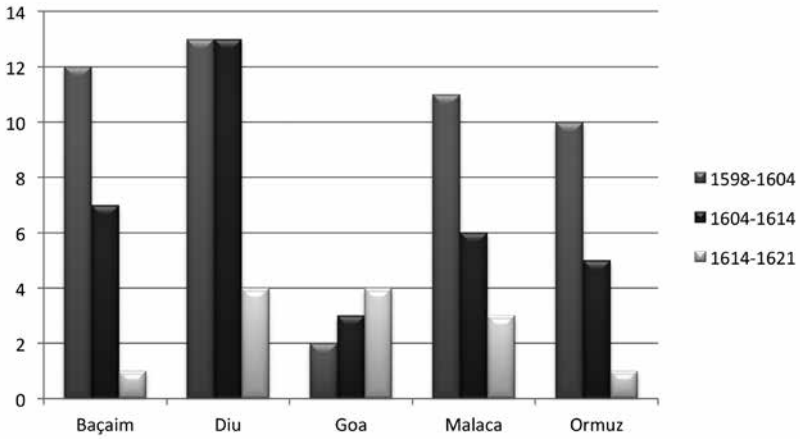
opta-se por dar precedência à resolução destes requerimentos quando estes tivessem de ser expedidos para a Índia e que o Presidente e os Conselheiros considerassem ter "mais e melhores serviços" (Ibidem: 555).

Há ainda dois artigos que parecem ter como finalidade controlar a ocupação de cargos nas partes ultramarinas, no sentido de garantir os bons serviços prestados fora do reino e a ocupação dos cargos pelas pessoas escolhidas. No primeiro, lê-se que em casos de pedidos de renuncia de mercês de capitanias de fortalezas, não deve o Conselho da Índia dar-lhes despacho, a menos que esses pedidos fossem no sentido de passar a dita mercê para genros ou filhos do nomeado (Ibidem: 556). No outro, por sua vez, decreta-se a obrigatoriedade que os providos de cargos e ofícios no Brasil e na Guiné tinham de "embarcar para as ditas partes dentro de oito meses do dia em que lhe for feita a mercê cabendo-lhe entrar nos tais ofícios". Incumprido este tempo limite, o cargo em questão seria de novo dado como vago, e novo nome seria levado a votação (Ibidem: 559).

Como vimos, em todo o reinado de Filipe III este número ascendeu a um total de noventa e nove capitães nomeados entre as capitanias de Goa, Ormuz, Malaca, Diu e Baçaim. Destes noventa e nove, pelo menos trinta e quatro capitães foram escolhidos pelo Conselho da Índia[1], o que corresponde a uma média de cerca de 4,7 nomeações por ano nos treze anos de reinado em que não houve Conselho da Índia (os períodos compreendidos entre 1598-1604 e 1614-1621) e uma média ligeiramente inferior enquanto o Conselho esteve activo (1604-1614), de 3,4 nomeações por ano. Num primeiro olhar, somos levados a concluir que nos vinte e três anos de reinado de Filipe III, os dez de funcionamento do Conselho da Índia corresponderam a uma quebra do número de nomeações relativamente aos anos em que o Conselho não esteve activo. No entanto, se alterarmos a nossa forma de abordar o assunto e dividirmos o reinado de Filipe III em três fases distintas, cada uma correspondendo aos períodos anterior, coincidente e posterior ao funcionamento deste tribunal, percebemos que os

[1] Dos nossos cálculos não consta a totalidade do nosso objecto de análise, uma vez que, ou por motivos de mau estado da documentação que nos impediram de a consultar, ou por ser imperceptível a leitura das datas de nomeação, há quatro capitães cujas datas de nomeação desconhecemos e que, por isso, não pudemos incluir na nossa análise. Destes, três foram nomeados para a capitania de Baçaim e um para a de Goa.

seus dez anos de funcionamento não representaram linearmente esta quebra no número de nomeações.




Por esta perspectiva, percebemos que a descida do número efectivo de nomeações entre os três espaços temporais definidos é, em quatro das cinco capitanias em estudo, uma realidade. Apenas a capitania de Goa se constitui, neste caso, como uma excepção, contrariando a tendência de decréscimo, enquanto Diu apresenta valores iguais na primeira e na segunda fase, mas desce significativamente na terceira. Além disso, numa análise global, os dados mostram-nos que nos seis anos anteriores à criação do Conselho da Índia foram nomeados quarenta e oito homens para estas capitanias; no período seguinte falamos de trinta e quatro e nos últimos seis anos são nomeados treze capitães. Tal corresponde a uma média de oito nomeações por ano entre 1598 e 1604, 3,4 nomeações por ano nos dez anos seguintes e 1,8 no último período.

Pelo acima exposto, percebemos que estamos perante um processo gradual e bastante significativo de diminuição do número de nomeações nas diferentes conjunturas do reinado em questão. A quebra que referimos inicialmente não se encontra assim claramente associada ao funcionamento do Conselho da Índia, representando sim estes dez anos uma tendência de decréscimo que se mantém após o fim do tribunal.

Mafalda Soares da Cunha mostrou-nos que os inconvenientes do sistema de vagante dos providos no que dizia respeito às capitanias-mores das naus da Índia foram abertamente discutidos a partir de 1608 no Conselho de Portugal (Cunha 2008: 4). Somos levados a pensar que os receios demonstrados pelas autoridades relativamente à falta de habilitações daqueles que acabavam por exercer este cargo por herança ou renúncia do verdadeiro agraciado se estenderam à ocupação das fortalezas.

A conjuntura específica que se fazia sentir nas águas do Índico nesta altura deve ser explicitada, especialmente porque tendemos a associar as preocupações das autoridades governativas relativamente aos inconvenientes do sistema de vagantes se prendem, em grande parte, com o clima de insegurança e enfraquecimento de poder sentidos no Índico.

O grande catalisador do conflito com os "hereges" neerlandeses foi o bloqueio ao porto de Lisboa, visto como uma oportunidade "para avançarem para as especiarias, cortando os altos ingressos ao soberano hispânico e trazendo os produtos asiáticos directamente para os seus países" (Magalhães 1998: 11). As acções dos neerlandeses que tinham em vista a concretização deste objectivo foram desenvolvidas tanto pela via do corso e perturbação da navegação portuguesa como pelo ataque directo a possessões territoriais de domínio português e tentativa de estabelecimento de alianças com os locais, com o intuito de enfraquecer a aceitação dos locais relativamente à presença lusa.

No respeitante ao total de danos causados pelo corso no período em análise, consideramos dispensável aqui proceder à análise detalhada dos cálculos e percentagens obtidos por cada autor que se tem dedicado a este assunto, apesar de importar ter em conta que, dependendo dos métodos utilizados, diferentes resultados são apresentados[2]. Os dados obtidos pela historiografia mais recente permitirem-nos esbater um pouco os efeitos directos e indirectos do corso holandês, durante muito tempo apresentados como totalmente catastróficos, mas ainda assim convém ter em conta que os ataques holandeses e a sua presença no Oriente foram sem dúvida suficientes para preocupar os seus contemporâneos.

Por outro lado, a ameaça territorial ganha particular ênfase após 1602, aquando a criação da VOC, Companhia das Índias Orientais holandesa, fruto da fusão de diversas pequenas companhias comerciais que optam pela união de recursos, numa primeira fase com motivações económicas, mas havendo rapidamente um aproveitamento político do cabedal militar de que esta dispunha (Murteira 2011: 177).

Podemos dividir os ataques territoriais perpetrados pelos rebeldes da VOC em duas conjunturas diferentes, diferenciadas pelo empenho dos inimigos dos portugueses na sua empresa, a primeira ocupando as primeiras

---

[2] Vejam-se, a este propósito: Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes (1998). Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; André Murteira (2006). A Carreira da Índia e o corso neerlandês, 1595-1625. Tese de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; Rui Landeiro Godinho (2005). A Carreira da Índia: aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649). Lisboa: Fundação Oriente.

três décadas da companhia neerlandesa e caracterizada por ataques descontinuados às possessões portuguesas e na qual se inserem os ataques a Amboíno, Tidore, Peleacate, Moçambique e Malaca. O Conselho da Índia é contemporâneo desta primeira conjuntura que referimos, e em cima da sua mesa de trabalho estará sempre a preocupação com as investidas dos "rebeldes". A iniciar-se segunda metade da década de trinta encontramos uma segunda conjuntura, que traz consigo ofensivas mais sustentadas e continuadas, tendo resultados muito mais relevantes e com consequências mais graves para a presença portuguesa nas terras do Oriente, como a tomada de Malaca em 1641 e o ataque a Ceilão.

Não obstante a inexistência de conflitos armados recorrentes na parte Ocidental do Índico nesta primeira fase da quezília, é um facto inegável que os holandeses marcaram a sua presença, nomeadamente em territórios como Guzerate, onde os rebeldes mantiveram uma rede de feitorias mas não ergueram fortalezas nem contaram nesse local com forças navais permanentes, não interferindo de forma ofensiva com o Estado da Índia.

Contrariamente ao aumento dos conflitos com os vizinhos europeus que abalaram as possessões portuguesas no Índico, o espaço temporal que ocupa este artigo corresponde a um período de calmia no que diz respeito aos projectos de expansão de vizinhos asiáticos. De facto, ainda que de 1570 até cerca de 1640, o Estado da Índia tenha lidado com uma "avassaladora progressão do império mogol para sul e em direcção ao mar" (Flores 2015: 34), a verdade é que o período de funcionamento do Conselho da Índia corresponde a um certo "desvanecimento" das preocupações com o avanço do vizinho mogol, associado a uma fase de enfraquecimento e de redireccionamento dos projectos deste (Ibidem, 238-239). Não quer isto dizer que as autoridades portuguesas em Goa e Madrid tenham deixado de prestar atenção aos mogóis, mantendo-se sempre plasmado na correspondência trocada entre estes dois centros políticos o receio daquilo que um avanço excessivo destes podia acarretar para o Estado da Índia (Ibidem, 239-241)[3].

[3] Não nos cabe aqui entrar nos meandros dos projectos de expansão deste império nem da forma como o Estado da Índia geriu a colisão que existia entre eles e as suas fronteiras. Para isso, cf. Flores, Jorge (2015). Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640. Coimbra: Imprensa da Universidade, com especial foco nos capítulos quinto, sexto e sétimo, que se ocupam destas questões no tempo cronológico de que nos ocupamos neste artigo.

| Fortaleza | Nome do capitão | Nomeação | Chancelaria de Filipe III |
|---|---|---|---|
| Goa | Manuel de Oliveira de Azevedo | 1607 | L20, Fl270v |
| | Simão de Sousa de Castro | 1607 | L26, Fl93v |
| | Tomé de Sousa de Arronches | 1611 | L31, Fl44 |
| Ormuz | D. Cristóvão de Noronha | 1608 | L18, Fl270 |
| | Cristóvão de Távora | 1608 | L23, Fl77 |
| | D. Duarte de Lima | 1608 | L17, Fl244 |
| | D. Francisco de Lima | 1614 | L31, Fl141v |
| | D. Jorge de Alencastro | 1608 | L18, Fl315v |
| Malaca | Diogo de Melo de Sampaio | 1613 | L30, Fl120 |
| | Diogo de Melo de Castro | 1612 | L29, Fl210 |
| | D. João de Mascarenhas | 1612 | L32, Fl31 |
| | João Pinto de Morais | 1611 | L36, Fl256v |
| | Luís de Melo de Sampaio | 1610 | L23, Fl257 |
| | Manuel da Silva de Sousa | 1609 | L21, Fl187 |
| Diu | D. Afonso Henriques | 1613 | L23, Fl130 |
| | D. António de Eça | 1614 | L31, Fl103v |
| | Duarte Pacheco Pereira | 1613 | L32, Fl61 |
| | Fernão de Saldanha | 1612 | L32, Fl11v |
| | D. João de Almeida | 1605 | L23, Fl168v |
| | João Furtado de Mendonça | 1605 | L14, Fl187 |
| | D. João da Silva | 1608 | L20, Fl314v |
| | D. Lopo de Almeida | 1607 | L18, Fl262 |
| | Luís Falcão | 1611 | L23, Fl67v |
| | Manuel de Miranda Henriques | 1613 | L31, Fl212 |
| | Manuel Pereira da Silva | 1612 | L32, Fl53v |
| | Nicolau de Castilho | 1606 | L14, Fl328v |
| | Salvador Pereira da Silva | 1605 | L6, Fl121v |
| Baçaim | Bartolomeu Pereira de Miranda | 1613 | L26, Fl274 |
| | Fernão de Sampaio da Cunha | 1611 | L23, Fl252 |
| | Francisco de Macedo de Meneses | 1611 | L42, Fl200v |
| | D. João de Sousa | 1608 | L36, Fl146 |
| | Jorge de Lima Barreto | 1612 | L42, Fl31 |
| | Luís de Brito de Melo | 1606 | L18, Fl91 |
| | Pedro de Sousa de Meneses | 1610 | L23, Fl328v |

Pelo acima exposto, aumentam os cuidados das autoridades governativas em Madrid e em Lisboa e não se estranha que se opte pela diminuição das nomeações e da bolsa de nomeados e se entenda que a complexa conjuntura vivida no Índico obrigava a um maior cuidado na hora da escolha dos capitães e a uma garantia que aqueles que exerciam as mercês eram efectivamente homens nomeados, que haviam sido considerados capazes, e não os seus herdeiros. Abrandar o ritmo de nomeações era, à partida, diminuir o tempo de espera entre a nomeação e o exercício efectivo da mesma e, assim, garantir que esta podia ser exercida por quem a tinha recebido.

## Motivos de escolha

Para que possamos perceber a lógica de nomeações que norteou a escolha dos capitães por parte dos conselheiros da Índia, precisamos de perceber que motivos foram apresentados como justificação da entrega de tais mercês a estes homens. De facto, o que importa realmente perceber é até que ponto estas nomeações estão revestidas de cariz político, se têm o peso de linhagens e ascendentes a promovê-las, e se se destinam a alimentar redes de poder ou se, pelo contrário, é nas qualidades de cada um destes indivíduos que os conselheiros da Índia se baseiam para aconselharem o monarca no sentido de os nomear capitães das cinco fortalezas em estudo. Os dados constantes nas trinta e quatro cartas de nomeação que consultámos encontram-se representados na tabela e no gráfico abaixo.

| Nome do capitão | Serviços seus | Serviços de terceiros |
|---|---|---|
| D. Afonso Henriques | x | |
| D. António de Eça | x | |
| Bartolomeu Pereira de Miranda | x | |
| D. Cristóvão de Noronha | x | |
| Cristóvão de Távora | | x |
| Diogo de Melo de Sampaio | x | |
| Diogo de Melo de Castro | x | |
| D. Duarte Lima | | x |
| Duarte Pacheco Pereira | x | x |
| Fernão de Sampaio da Cunha | x | |
| Fernão de Saldanha | | x |
| D. Francisco de Lima | x | |
| Francisco de Macedo de Meneses | | x |
| D. João de Sousa | x | x |

| Nome do capitão | Serviços seus | Serviços de terceiros |
|---|---|---|
| D. João de Almeida | x | x |
| D. João da Silva | x | |
| João Furtado de Mendonça | x | |
| D. João de Mascarenhas | | x |
| João Pinto de Morais | x | |
| D. Jorge de Alencastro | x | |
| D. Jorge de Lima Barreto | x | |
| Lopo de Almeida | x | |
| Luís de Melo de Sampaio | x | x |
| Luís Falcão | x | |
| Luís Brito de Melo | x | |
| Manuel de Miranda Henriques | – | – |
| Manuel de Oliveira de Azevedo | x | |
| Manuel Pereira da Silva | | x |
| Manuel da Silva de Sousa | x | x |
| Nicolau de Castilho | x | x |
| Pedro de Sousa de Meneses | x | |
| Salvador Pereira da Silva | x | |
| Simão de Sousa de Castro | x | |
| Tomé de Sousa de Arronches | x | |

Pelo facto de estarmos perante cinco capitanias consideradas de topo no conjunto do Estado da Índia, não é surpreendente que a maioria dos capitães que estudámos tenha sido provida com as mesmas havendo respeito aos seus próprios serviços. Tal evidencia-se ainda mais se a esses 65% de capitães adicionarmos também os 15% que foram nomeados havendo respeito não apenas

aos seus serviços, mas que também já os tinham prestado. Assim, chegamos à conclusão de que 80% dos capitães nomeados no período de funcionamento do Conselho da Índia o foram por terem até à data das nomeações desempenhado funções no Estado da Índia. Tenhamos em conta, o mais que a documentação nos permitir, cada um destes casos.

Capitães como D. António de Eça, Diogo de Melo de Sampaio, Duarte Pacheco Pereira, D. Francisco de Lima, D. João de Almeida, D. João da Silva, D. João de Sousa, Jorge de Lima Barreto, Luís Brito de Melo, Manuel da Silva de Sousa, Nicolau de Castilho e Pedro de Sousa de Meneses são nomeados com a única justificação de terem prestado serviços no Estado da Índia, seguindo as cartas, na sua maioria, a mesma fórmula: "havendo respeito aos serviços que (*nome do nomeado*), fidalgo de minha casa, me fez/me tem feito nas partes da Índia, servindo de soldado e capitão de navios". Não são acrescentados outros pormenores nos casos que citámos. Apenas nos casos de D. Francisco de Lima e de Manuel da Silva de Sousa se pode ler que a nomeação recai sobre eles também como recompensa por serviços – não especificados – no reino.

As restantes cartas de nomeação são bastante mais detalhadas, e por isso permitem-nos com mais facilidade situar os capitães e os seus serviços no Estado da Índia. As de Bartolomeu Pereira de Miranda, Diogo de Melo de Castro, Fernão de Sampaio da Cunha e João Pinto de Morais referem a presença destes homens ao serviço do vice-rei Martim Afonso de Castro (1605-1607). Destes, os dois primeiros são nomeados por terem estado no desembarque em Achém e no combate contra os holandeses em Malaca; por seu turno, tanto Fernão de Sampaio da Cunha como João Pinto de Morais estiveram apenas em Malaca, tendo este último capitaneado um galeão nessa ocasião. São estas nomeações quatro nomeações compreendidas entre os anos de 1611 e 1613, e para as capitanias de Baçaim e Malaca.

Um outro grupo de oficiais pode ser definido tendo em conta os motivos apresentados nas cartas de mercê para justificar as nomeações. D. Afonso Henriques, D. Cristóvão de Noronha, Lopo de Almeida, Luís de Melo de Sampaio e Manuel de Oliveira de Azevedo são nomeados como recompensa pelos seus serviços aquando os assaltos à fortaleza de Cunhale que aconteceram, como vimos, durante o vice-reinado de D. Francisco da Gama, o primeiro capitaneado por D. Luís da Gama em 1598 e o segundo em 1600, sob as ordens de André Furtado de Mendonça.

Além destes grupos de capitães nomeados como recompensa pela sua presença e bons serviços nos dois momentos a que aludimos, há também algumas cartas que demonstram a existência de outro tipo de motivações, sendo, em alguns casos, os mesmos homens a que aludimos nos dois parágrafos anteriores. Fernão de Sampaio da Cunha, além de ter estado em Malaca com Martim Afonso de Castro, esteve também com André Furtado de Mendonça "nas ocasiões de

guerra", e é também por isso que é indigitado com a capitania de Baçaim. Igualmente, Lopo de Almeida é agraciado não apenas pela sua presença em Cunhale, mas também por ter acompanhado André Furtado de Mendonça, capitaneando um galeão na Armada do Sul; Luís Falcão é considerado merecedor da capitania de Diu por ter servido com satisfação nas guerras de Baçaim e enquanto Capitão-Mor de Baçaim; Luís de Melo de Sampaio, além de presente no assalto ao Cunhale, esteve também na tomada do morro de Chaul em 1594. D. Jorge de Alencastro havia servido em Ceuta, até que passou à Índia na companhia de Rui Lourenço de Távora. Por fim, Salvador Pereira da Silva é indigitado com a capitania de Diu por ter estado presente nas Armadas do Norte e Simão de Sousa de Castro é nomeado como recompensa pelos seus serviços na Índia, desempenhados após 1584, quando seguiu para aquelas partes provido da capitania de Mangalor.

Podemos supor que nestes vinte e três casos apresentados, correspondentes a 65% do total das nomeações, sejam casos em que o peso da linhagem esteja ausente – ou suficientemente esbatido para que não lhe seja feita referência –, e que tenha sido apenas por recompensa do valor pessoal destes homens que a nomeação ocorre. No que diz respeito aos capitães em cujas cartas encontramos referências ou somente aos seus graus de parentesco com terceiros, ou aos seus serviços, conjugados com os de familiares, devemos subentender que, no primeiro caso, é apenas o peso da linhagem que conta, sendo, como veremos, nomeações herdadas e, no segundo caso, que apesar dos satisfatórios serviços prestados pelo nomeado, é também pelo seu nome pela sua família que a nomeação acontece. Analisemos ambas as situações, e as especificidades de cada uma.

A estes juntam-se os nomes de Duarte Pacheco Pereira, D. João de Almeida, D. João de Sousa, Luís de Melo de Sampaio, Manuel da Silva de Sousa e Nicolau de Castilho, nomeados havendo respeito a serviços praticados por si, mas pesando também os préstimos e influência de familiares. Já referimos, em todos estes casos, quais foram as motivações que estiveram por detrás das suas nomeações. Resta agora perceber quem foram os parentes que influenciaram ou deixaram estas mercês como herança. No caso de Duarte Pacheco Pereira, era João Pacheco o dono da mercê e após o seu falecimento recaiu a sua herança sobre D. Guiomar de Meneses, sua filha que, por sua vez, renuncia-a a favor de Duarte Pacheco Pereira que, pelo que pudemos perceber pela leitura da carta, era seu filho e, por isso, neto do agraciado. A carta de nomeação de D. João de Almeida refere serviços não especificados, praticados por si e pelo sogro, D. João de Sousa, por ser casado com D. Violante, a filha mais velha deste capitão e, por isso, aparentemente, a sua herdeira. Os serviços de D. João de Sousa são herdados depois do pai, D. António de Sousa, ter morrido sem servir na capitania de Baçaim, para a qual estava indigitado, e de Dona Cecília, sua mãe, ter renunciado

os direitos que tinha sobre tal mercê. Luís de Melo de Sampaio, a quem já aludimos aquando a referência ao grupo de capitães presentes na tomada da fortaleza do Cunhale, além de ser nomeado por esser serviços, é-o também por herdar a recompensa pelos serviços do irmão, Tristão de Melo, que morre solteiro e sem filhos ao serviço do Estado da Índia, depois da mãe de ambos renunciar a esta herança a favor de Luís. Manuel da Silva de Sousa, por sua vez, é agraciado por respeito aos serviços do tio, Álvaro Dias de Sousa, e Nicolau de Castilho é-o a pedido do vice-rei de Lisboa, D. Pedro de Castilho, ainda que se refiram, como vimos, não especificados serviços do mesmo no Estado da Índia.

Situação diferente é a das seis nomeações nas quais encontramos referência apenas a serviços prestados por terceiros: D. Cristóvão de Távora, D. Duarte Lima, Fernão de Saldanha, Francisco de Macedo de Meneses, D. João de Mascarenhas e Manuel Pereira da Silva. Nenhum destes homens parece ter estado na Índia, ou ter prestado serviços relevantes nessas partes, pelo menos até à data das suas nomeações, e todos foram nomeados tendo em conta os serviços de pais, irmãos e tios. D. Cristóvão de Távora é nomeado como recompensa pelos serviços do pai, Rui Lourenço de Távora, ainda em vida deste, que aliás se tornaria vice-rei da Índia no ano a seguir ao da nomeação do filho. Lembre-se ainda que este fidalgo era cunhado de D. Francisco da Gama, como vimos, duas vezes vice-rei da Índia, em exercício do cargo de presidente do Conselho da Índia no momento da nomeação de Cristóvão de Távora como capitão de Ormuz. D. Duarte Lima é nomeado pelos serviços do pai, D. António de Lima, e Fernão de Saldanha recebe a capitania de Diu depois do seu pai e de três irmãos deste terem morrido em funções no Estado da Índia. Uma vez que nenhum dos tios tinha descendência, tornou-se Fernão de Saldanha o herdeiro das mercês por eles merecidas. Não conseguimos detectar, nem no caso de Lima nem no de Saldanha a mercê já estava feita aos seus familiares e se estes homens somente a herdam, ou se lhes é feita directamente, por já não poderem ser recompensados aqueles que de facto tinham exercido funções. Francisco de Macedo de Meneses herda a capitania de Baçaim, que havia sido entregue ao seu pai em 1602, depois de este a ter também herdado de Henrique de Macedo, seu pai, nomeado em 1589. D. João de Mascarenhas herda a capitania do tio, D. Vasco de Mascarenhas, após a morte deste, e depois de renunciada pelo seu pai, que era o primeiro herdeiro do irmão. Manuel Pereira da Silva, é nomeado pelos serviços desempenhados pelo irmão, Salvador da Silva Pereira, que foi agraciado com a capitania de Diu em 1605 pelos motivos que acima expusemos.

Importa diferenciar os dois casos típicos que encontramos associados a estas nomeações em que não são os serviços dos próprios nomeados a terem peso na sua escolha para serem agraciados. Em alguns casos estamos perante capitães que, não tendo folha de serviços no Oriente, são escolhidos por respeito aos serviços de parentes e tendo em conta a influência destes; noutros, são homens que

herdaram capitanias com que os seus familiares estavam indigitados aquando a sua morte. Tenhamos como exemplos ilustrativos os casos de D. Cristóvão de Távora e de D. João de Mascarenhas. Como vimos, nenhum dos dois havia servido na Índia pelo menos até às datas das suas nomeações. A carta de Cristóvão de Távora demonstra-nos que, apesar da ausência de folha de serviços relevantes na Índia, é directamente a si que o rei entrega a capitania. Pelo contrário, D. João de Mascarenhas, apesar de provido, é-o apenas por herança, não lhe sendo feita directamente a si nenhuma mercê. A influência da linhagem parece clara, e dificilmente podemos considerar a hipótese de não ter sido a preeminência dos seus familiares na Índia e no reino que tenha promovido esta nomeação dos dois capitães, especialmente se tivermos em conta os cargos desempenhados pelos dois homens associados a estas mercês[4].

No entanto, de um modo geral parecemos estar em condições de afirmar que as escolhas para as capitanias em estudo são baseadas essencialmente no critério do mérito pessoal de cada indivíduo. Sempre que não encontramos, nas cartas de concessão de mercê, menção ao pai ou a qualquer outro familiar, devemos supor que tal seja um sinal que há menos "legado familiar" e mais mérito pessoal absoluto por detrás da nomeação e estes casos, como vimos, constituem uma maioria. No que diz respeito aos casos em que estão referenciados serviços pessoais e serviços de terceiros, notamos que em cinco dos seis casos, a carta de nomeação se apresenta na sua forma mais básica, não referenciando nenhum momento específico da presença destes capitães no Estado da Índia. São portanto – apenas – cinco casos em que somos levados a considerar que tenha sido essencialmente o peso da linhagem a promover que as nomeações fossem feitas. Por fim, aqueles capitães que são providos sem serem referenciados serviços dos próprios, parecem-nos na sua maioria mercês herdadas, e não concedidas directamente a fidalgos sem experiência. Em termos de instabilidade militar como foram aqueles sob a nossa análise, foi maioritariamente procurado que os homens indigitados nestas capitanias principais do Estado da Índia fossem homens competentes e com provas dadas dessa competência, e não indivíduos escolhidos para manter redes de poder ou agraciar linhagens.

## Enquadramento social do grupo

Para podermos perceber qual o enquadramento social destes capitães, optámos por seguir em grande parte a metodologia adoptada por Andreia Martins de Carvalho na sua análise dos capitães das fortalezas do Estado da Índia nomeados durante o tempo de governo Nuno da Cunha (Carvalho 2006: 72-106). Tal

[4] O mesmo pode ser dito relativamente a Nicolau de Castilho, que ainda que tenha exercido funções nas partes da Índia, é nomeado a pedido do Bispo D. Pedro, de Castilho seu tio.

como esta autora, tivemos em conta, tanto quanto nos foi permitido, as características da ascendência destes capitães: o tipo de serviços que haviam sido desempenhados pelos seus pais, qual a sua hierarquia de nascimento e a dos seus progenitores e quais as carreiras dos seus irmãos.

É neste ponto que a escassez de fontes mais condiciona o nosso trabalho. Dos trinta e quatro capitães, pudemos encontrar apenas um reduzido número destes indivíduos no *Nobiliário* e na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Por isso, não são poucas as vezes em que apesar de sabermos que cargos foram desempenhados pelos pais e irmãos dos capitães, não conseguimos distinguir as suas hierarquias de nascimento. É esta uma questão que pode futuramente ser colmatada com uma aprofundada consulta dos livros de Chancelaria, que não nos foi possível concretizar pelas condicionantes temporais associadas ao projecto de dissertação.

Quando estudou o reinado de D. João III e o governo de Nuno da Cunha, Andreia Martins de Carvalho concluiu que 43% dos capitães daquele tempo eram filhos segundos, aos quais se somam 11% de filhos ilegítimos (Carvalho 2006: 79). Sabendo que nos momentos iniciais da construção do império português este serviu, socialmente falando, para canalizar os filhos segundos da nobreza, que por via da instituição da primogenitura e da ausência de guerras no reino se viam impossibilitados de manter o seu *status*, os dados avançados pela historiadora supracitada praticamente não carecem de explicação. O que nos interessa perceber é se esta característica social do Estado da Índia sofreu alterações de relevo entre o segundo quartel do século XVI e o primeiro do século seguinte. Vejamos casos concretos.

D. Afonso Henriques é o segundo filho de D. Jorge Henriques, caçador-mor do infante D. Luís, por sua vez filho primogénito de D. Brás Henriques, também caçador-mor do mesmo infante. Não parece que nenhum destes dois indivíduos tenha servido no espaço ultramarino. Contrariamente, tanto D. Afonso Henriques como o seu irmão mais novo serviram na Índia, o primeiro sendo, como se viu, nomeado capitão de Diu depois de dezasseis anos de serviço, e o segundo, D. Jorge, sendo capitão de Malaca e governador da Ilha da Madeira em 1626 (Gaio XVI: 81). Sobre o irmão mais velho, não há qualquer detalhe no *Nobiliário* que nos permita perceber que tipo de funções desempenhou ao longo da sua vida, mas supomos que, caso tivesse passado à Índia, tal fosse referenciado (Ibidem XVI: 103).

Situação semelhante é a de D. Cristóvão de Noronha, filho segundo de D. Pedro de Noronha e de D. Catarina de Ataíde. D. Pedro, primogénito, herdou a casa do seu pai, tornando-se senhor de Vila Verde. Foi também Vedor da Fazenda e, como tantos fidalgos portugueses, morreu na Batalha de Alcácer, ao lado de D. Sebastião. Teve cinco filhos homens, dos quais apenas D. Cristóvão parece ter servido nas partes da Índia, uma vez que um morreu jovem, outro

pereceu também em Alcácer e de um terceiro não nos são dadas informações. O primogénito, por seu turno, herdou a casa do pai, tendo servido sempre no reino.

São, em ambos os casos, fidalgos oriundos de linhagens de renome, detentores de distinções no reino, em que apenas os secundogénitos serviram no ultramar. Primogénitos com casas, terras e cargos a herdar parecem optar por permanecer no reino e não passar à Índia. Os dois casos a que aludimos são apenas dois exemplos. A verdade é que dos dez capitães cujas hierarquias de nascimento conseguimos apurar, oito são secundogénitos e um ilegítimo[5]. Ainda que seja uma estimativa assente numa parcela reduzida do nosso universo de estudo, a verdade é que o padrão existe, e permite-nos concluir que pouco menos de um século depois, o espaço ultramarino ainda não havia ultrapassado a capacidade de atractividade do reino, mantendo-se o serviço no ultramar uma opção para quem não as tinha no reino. Além disso, o único capitão que apurámos ser primogénito foi Cristóvão de Távora que, como vimos, apresenta a situação especial de ser familiarmente chegado às figuras de relevo que foram Rui Lourenço de Távora e D. Francisco da Gama.

Noutro ponto podemos estabelecer comparação com os dados obtidos pela dissertação de Andreia Martins de Carvalho, tendo em conta a ascendência dos capitães. A sua pesquisa levou-a a concluir que uma grande maioria dos progenitores dos capitães nomeados entre 1529 e 1538 eram titulares (11%), alcaides-mores (20%), senhores de terras (27%) e detentores de cargos palatinos (9%) (Carvalho 2006: 79). Não parece que haja capitães cujos progenitores tivessem servido no império, naquelas primeiras nomeações para as capitanias do Estado da Índia. Pelo contrário, nos dados que tivemos sob análise, encontramos um elevado número de capitães nomeados cujos pais tinham prestado serviços além-mar. Dos dezassete capitães cujos pais conseguimos identificar e distinguir profissionalmente, onze tinham prestado serviços no império[6]. Assim, se no reinado de D. João III estávamos ainda perante os primeiros passos do império português, e perante as primeiras gerações de fidalgos que aí serviam, volvido quase um século, encontramos já famílias com tradição de serviços no Estado da Índia por mais de uma geração.

Por fim, há que referir que todos os capitães nomeados pelo Conselho da Índia para estas cinco capitanias eram todos homens da Casa Real, mais concretamente, Fidalgos. Esta é uma tendência encontrada também no tempo de Nuno

---

[5] D. Afonso Henriques, D. António de Eça (ilegítimo), D. Cristóvão de Noronha, Diogo de Melo e Castro, D. João de Almeida, João Furtado de Mendonça, Luís Falcão, Manuel de Miranda Henriques e Nicolau de Castilho.

[6] São estes os pais de D. António de Eça, Bartolomeu Pereira de Miranda, Cristóvão de Távora, Diogo de Melo de Castro, D. Duarte Lima, Duarte Pacheco Pereira, Fernão de Saldanha, Francisco Macedo de Meneses, D. João de Sousa, Luís Falcão e Manuel Pereira da Silva.

da Cunha, quando era já possível encontrar uma "participação esmagadora dos membros da Casa Real no processo, e em especial, uma elevada percentagem de fidalgos da Casa Real" (Carvalho 2006: 12).

## Conclusão

Através da observação do fenómeno das nomeações no tempo longo compreendido entre 1521 e 1621, pudemos concluir que há uma clara tendência de crescimento do número de capitães nomeados por ano, ao longo dos quatro reinados em estudo. Esta, por seu turno, é bastante significativa entre o governo da dinastia portuguesa e o da dinastia castelhana.

No entanto, os problemas advindos do facto do número de nomeações ser tão superior à necessidade efectiva de provimento das capitanias, associado às crescentes questões levantadas sobre um sistema de nomeações que promovia uma perda de controlo por parte do poder central, numa fase em que a experiência se revelava fulcral para dar resposta aos novos desafios, parecem fazer surgir uma tendência de decréscimo do número de capitães nomeados para estas cinco capitanias, ao longo do reinado de Filipe III. Assim, ainda que este valor aumente quando comparado com o reinado anterior, a verdade é que, nas três conjunturas que definimos para procedermos à análise deste reinado – antes, durante e depois do Conselho da Índia –, a tendência é de decréscimo.

Relativamente ao grupo de trinta e quatro capitães que foram nomeados pelo Conselho da Índia, e fazendo o contraponto com os dados obtidos por Andreia Martins de Carvalho para o tempo de governo de Nuno da Cunha, no reinado de D. João III, concluímos que nos anos que separam os nossos focos de análise, há características que se mantêm imutáveis, enquanto noutros pontos concluímos que o Estado da Índia e os homens que nele serviram evoluíram e se modificaram. No que diz respeito à hierarquia de nascimento dos capitães nomeados entre 1604 e 1614 e à dos seus progenitores, e ainda que só tenhamos conseguido obter um reduzido número de resultados devido à já explicada escassez de fontes, lográmos encontrar um padrão, coincidente com aquele que foi encontrado para o período compreendido entre 1529 e 1538 pela supracitada historiadora. Na maioria dos casos os capitães eram filhos segundos e, por isso, homens sem direito a herdar senhorios, títulos ou cargos dos pais, ou então filhos varões de homens que haviam sido secundogénitos e que por isso já haviam também sido encaminhados para o serviço no espaço ultramarino. Conclui-se então que o poder de atractividade do reino continuava a ser aparentemente superior, quando comparado com o do espaço ultramarino.

Encontramos respostas diferentes das que esta historiadora encontrou quando analisamos as funções desempenhadas pelos progenitores dos capitães,

notando-se no século XVII a existência de linhas familiares com tradição de serviço no império, uma vez que muitos dos progenitores dos capitães nomeados neste ano já tinham eles próprios servido no império, o que não era notado ainda no reinado de D. João III. Esta afirmação leva-nos ao outro ponto de comparação que estabelecemos com os dados alcançados pelo estudo sobre os capitães de Nuno da Cunha. Pelo contrário, no tempo do Conselho da Índia, notamos a existência de linhagens com mais de uma geração de serviços no Estado da Índia, uma vez que grande parte dos capitães cuja ascendência pudemos apurar eram filhos de fidalgos que tinham já servido na Índia.

Por fim, pela análise dos motivos que justificavam as nomeações dos capitães estudados, notamos a consciência por parte dos membros do Conselho no sentido de prover sempre homens capazes de lidar com a complexa situação militar com que o Estado da Índia lidava neste início de século, sendo encontrados pouquíssimos casos em que a nomeação recaia sobre um indivíduo sem experiência, ou em que se note que o peso do nome ou da linhagem era superior ao do mérito próprio e dos serviços desempenhados por si até essa data.

## Referências

### Fontes Manuscritas


**• Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

*Chancelaria de Filipe II, Livros de Padrões e Doações*, Livros 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44.

**Índice da Chancelaria de D. João III**: Nomes comuns

**Índice da Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique**: Nomes comuns

**Índice da Chancelaria de D. Filipe I**: Livros de Padrões e Doações: Nomes comuns

**Índice da Chancelaria de D. Filipe II**: Livros de Padrões e Doações: Nomes comuns


### Fontes Impressas


Gaio, Felgueiras (1938-1941). Nobiliário das Famílias de Portugal. 17 Volumes. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles.

Luz, Francisco Mendes da (ed.) (1960). Livro das cidades e fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da India, e das capitanias e mais cargos que nelas há, e da importância delles. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Separata da Revista Studia, N.º 6.

## Estudos


Carvalho, Andreia Martins de (2006). Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538). Lisboa: FCSH-UNL.

Costa, João Paulo Oliveira e; Rodrigues, Vítor Luís Gaspar (1992). Filipe, Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan. Madrid: Mapfre.

Cunha, Mafalda Soares da (2008). O império português no tempo de Filipe III. Dinâmicas político-administrativas. Acedido através de old.www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/msc_2009_Filipe_III.pdf e consultado em 25/11/2016, 21h35m.

Flores, Jorge (2015). Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Godinho, Rui Landeiro (2005). A Carreira da Índia: aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649). Lisboa: Fundação Oriente.

Guinote, Paulo; Frutuoso, Eduardo; Lopes, António (1998). Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Hespanha, António Manuel (1982). História das instituições: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina.

Luz, Francisco Mendes da (1952). O Conselho da Índia: contributo ao estudo da história da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Murteira, André (2006). A Carreira da Índia e o corso neerlandês, 1595-1625. Tese de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Teixeira, André (2008). Fortalezas do Estado Português da Índia, Arquitectura militar na construção do império de D. Manuel I. Lisboa: Tribuna da História.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_5

# Os Borges de Carvalhais, Senhores de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo

## *The Borges of Carvalhais, Lords of Ferreiros, Avelãs de Cima and Ílhavo*

Luís Seabra Lopes
Professor Associado, Universidade de Aveiro
lsl@ua.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 21/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 23/04/2017

**Resumo:** O vasto domínio senhorial frequentemente referido como "senhorio de Carvalhais" esteve na posse dos Borges e de seus descendentes desde meados do século XV até à reforma liberal. Abrangia os antigos concelhos de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo, no distrito de Aveiro. Não existem estudos aprofundados sobre a história deste senhorio. A própria série cronológica dos chamados "senhores de Carvalhais" só é bem conhecida a partir de António Borges de Miranda, 3º senhor de Carvalhais na linha dos Borges, indivíduo nascido por volta de 1470. Neste artigo, a série dos senhores de Carvalhais na linhagem Borges é identificada e enquadrada no contexto histórico dos séculos XV e XVI.

**Palavras-chave**: nobreza; domínios senhoriais; genealogia; senhorio de Carvalhais; família Borges.

**Abstract:** The vast seigniorial domain of Carvalhais was held by the Borges family and descendants from the mid-fifteenth century until the liberal reform. It integrated the old counties of Ferreiros, Avelãs de Cima and Ílhavo, in the modern district of Aveiro. There are no in-depth studies on the history of this seigniorie. The chronological series of the so-called "lords of Carvalhais" is only well known from António Borges de Miranda, 3rd lord of Carvalhais in the Borges line, an individual born around 1470. In this article, the series of lords of Carvalhais in the Borges lineage is studied in the historical context of the 15th and 16th centuries.

**Keywords**: nobility; seigniories; genealogy; seigniorie of Carvalhais; Borges family.

## I. Introdução

Quem passa por Carvalhais (f. Moita, c. Anadia), não deixará de reparar num edifício nobre de dois pisos, dos séculos XVII-XVIII, cuja origem quase caiu no esquecimento. Trata-se do antigo paço dos senhores da terra (Silveira 1910-1911). Serviu de residência aos ouvidores do senhorio de Carvalhais e, pontualmente, aos próprios senhores da terra (Lopes 2016). Um edifício com essa função documenta-se já no foral manuelino de Ferreiros, c. Anadia, a propósito de um casal localizado em Carvalhais e "*que se chamaua do paço*" (Madahil

1942). O antigo concelho de Ferreiros teve foral dado por Dom Sancho I em 1210, sendo por isso um dos mais antigos de todo o distrito de Aveiro (Santos 1993). O paço de Carvalhais era, no entanto, a cabeça de um domínio senhorial mais vasto, que abrangia, não só o concelho de Ferreiros, mas também os antigos concelhos de Avelãs de Cima e Ílhavo.

Não existem estudos aprofundados sobre a história deste senhorio. A própria série cronológica dos chamados "senhores de Carvalhais" só é bem conhecida a partir de António Borges de Miranda, 3º senhor de Carvalhais na linha dos Borges. O presente artigo identifica a série dos senhores de Carvalhais na linhagem Borges enquadrando-a no contexto histórico da época. O tratamento dado a esta família senhorial na literatura disponível é analisado na secção II. A secção III reúne alguma informação essencial sobre a formação do senhorio de Carvalhais e os senhores que teve a partir de meados do século XIV. A série dos senhores de Carvalhais na linhagem Borges é estudada na secção IV. Finalmente, as origens e ascensão da família e o seu percurso até finais do século XVI são estudados na secção V.

**Fig. 1.**
Paço de Carvalhais, dos senhores de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo

## II. Uma nota historiográfica

Nesta secção, são analisados e desmontados vários equívocos que têm circulado sobre os Borges de Carvalhais. A Tabela I sistematiza as principais hipóteses historiográficas sobre a ascendência de António Borges de Miranda, senhor de Carvalhais no início do século XVI.

Alguns autores identificam António Borges de Miranda com um António Borges, natural de Lisboa, filho de Duarte Borges e neto de Pedro Borges (Madahil 1922: 1819; Fonseca 2007: 58). Contudo, esta hipótese de filiação baseia-se na informação de duas cartas de brasão de armas concedidas a esse António Borges, uma em 1535 (*AHG* n.º 118: p. 32) e outra em 1550 (Borrego 2003, n.º 49: 34-35). Ora, como António Borges de Miranda morreu em 1529, o António Borges das cartas de armas é necessariamente outro. Madahil (1922:

21, nota; 1938: 184) prometia aprofundar a genealogia dos Borges, mas parece que nunca chegou a fazê-lo.

Os restantes trabalhos são nobiliários tardios ou estudos mais recentes que, para a matéria em análise, se reportam a nobiliários. O nobiliário mais antigo é da segunda metade do século XVII, cerca de século e meio após a morte de António Borges de Miranda, e dois séculos depois de ter morrido o primeiro Borges de Carvalhais. Os nobiliários elaborados numa época mais próxima dos factos nada adiantam sobre a filiação de António Borges de Miranda (Góis ~1560; *LLS16*; *LLRP*).

A hipótese dominante na Tabela I, segundo a qual António Borges de Miranda seria filho de um Gonçalo Borges, é correcta. Documentalmente, prova-se que Gonçalo Borges foi legitimado em 1463 (e não em 1439), porteiro-mor e senhor de Carvalhais por doação de 1464.

Tabela I. Hipóteses historiográficas sobre a ascendência de António Borges de Miranda, 3º senhor de Carvalhais na linha dos Borges

| | Pai | Avô | Bisavô |
|---|---|---|---|
| A | Gonçalo Borges, senhor de Carvalhais, porteiro-mor | Duarte Borges | Diogo Borges, senhor de Gestaçô |
| B | Gonçalo Borges, senhor de Carvalhais, porteiro-mor | Duarte Borges, camareiro de Dom Duarte | Diogo Gonçalves Borges, senhor de Ourilhe, etc. |
| C | Gonçalo Borges, senhor de Carvalhais, porteiro-mor | Duarte Borges, camareiro-mor de Dom Duarte | |
| D | Gonçalo Borges, da Arruda, legitimado em 1439, senhor de Carvalhais | Rui Borges, camareiro-mor (D. Duarte) e porteiro-mor (D. Afonso V) | Diogo Borges |
| E | Gonçalo Borges, senhor de Carvalhais por doação de 1464 | Rui Dias Borges, senhor de Carvalhais | Diogo Gonçalves Borges, senhor de Ourilhe, etc. |
| F | Gonçalo Borges, senhor de Carvalhais por doação de 1464, porteiro-mor | Rui Borges, senhor de Carvalhais | Diogo Borges, comendador do Torrão, senhor de Gestaçô |
| G | Duarte Borges | Pedro Borges | |
| H | Gonçalo Borges, senhor de Carvalhais, porteiro-mor | Rui Borges de Sousa, alcaide-mor de Santarém, senhor de Carvalhais | Rui Borges, alcaide-mor de Santarém, senhor de Carvalhais |

(A) Alão <1693, III, 1: 176-177; (B) Silva <1705, tit. "Borges", §1, n.º 4-6; (C) Guerra 1965: 328, 350 e 410; (D) Alão <1693, V, 1: 25-26; (E) Gayo <1831, VII, tit. "Borges", §1, n.º 6, e §30, n.º 7-8; (F) Gayo <1831, I, tit. "Andrades Freires", §50, n.º 46; (G) Madahil 1922: 1819, e Fonseca 2007: 58; (H) Soveral 2004, II: 349-352.

Sobre o avô de António Borges de Miranda, os autores são bastante menos concordantes. Segundo uns, António Borges seria neto de um Duarte Borges, camareiro-mor de Dom Duarte. Segundo outros, seria neto de um Rui Borges, mas a caracterização deste Rui Borges varia bastante de autor para autor. Ora, pela doação do senhorio de Carvalhais a Gonçalo Borges, confirma-se que este era de facto filho de um Rui Borges, também senhor de Carvalhais. Averigua-se documentalmente que este Rui Borges foi almoxarife da alfândega de Lisboa e cavaleiro do Conselho d'el Rei Dom Afonso V.

Gayo conhecia a doação de 1464 e cita-a correctamente. No entanto, identifica aquele Rui Borges, senhor de Carvalhais, com um Rui Dias Borges, filho de Diogo Gonçalves Borges (Tabela I, hipótese E), e atribui-lhe seis filhos. Ora, como a doação declara que Gonçalo Borges era o único filho de seu pai, tudo leva a crer que o autor terá confundido o senhor de Carvalhais com um homónimo. Ao tratar de outra família, Gayo dá outra versão. Aí diz que Rui Borges, senhor de Carvalhais, teria sido filho de Diogo Borges, comendador do Torrão, e de sua mulher Genebra de Andrade (Tabela I, hipótese F), atribuindo-lhe os mesmos seis filhos que tinha dado ao Rui Dias Borges. No entanto, infere-se da documentação que aquele Diogo Borges e sua mulher não tiveram filhos, portanto o 1º senhor de Carvalhais não era filho desse casal[1].

Estas breves indicações dão uma ideia da fiabilidade de nobiliários elaborados vários séculos após os factos, com pouco acesso a fontes primárias, e com muita imaginação à mistura. A maior parte dos nobiliários transmitem informação de teor lendário que tem que ser usada com extrema precaução.

Numa obra recente, em que encontramos um capítulo sobre os Borges, o autor combinou informações dos nobiliários com informações colhidas nas chancelarias régias, etc. (Soveral 2004, II: 343-363). A citação frequente dos documentos coevos dá uma aparência de solidez mas, quando analisamos as propostas em pormenor, vemos que a utilização dos nobiliários e de outras fontes tardias em alguns casos prevaleceu sobre a leitura atenta dos documentos, levando a em erros desnecessários. O autor faz remontar o senhorio dos Borges a um suposto João Gonçalves Borges, não documentado, nascido por volta de 1350, que seria, nas suas palavras, senhor de "*Carvalhais (Mesão Frio), Ferreiros (Tondela ou Anadia?) e do Reguengo de Quintela (Moita, Anadia?)*". No entanto, o que se documenta é que o senhorio de Carvalhais, com Ferreiros, Quintela, Avelãs de Cima, Ílhavo, etc., esteve na posse de Gil de Ocem, sucedendo-lhe o filho Martim de Ocem, e após a morte deste passou para o infante Dom Pedro.

---

[1] ANTT, Ch. Afonso V, L. 23, fl. 63v; Leit. Nova, Beira, L. 1, fl. 46v-47. Ainda segundo Gayo (<1831, VII, tit. "Borges", §6, n.º 6, e XXII, tit. "Pachecos", §2, n.º 9), também um Álvaro Borges, c.c. Isabel ou Inês de Sousa, e o filho destes, Pedro Borges da Silva, teriam sido senhores de Carvalhais. Pelo contexto, isso teria acontecido na segunda metade do século XV. Não conheço qualquer fundamento para tais afirmações e não me parecem sequer credíveis, em face do que se documenta sobre Rui Borges e seu filho.

Segundo o mesmo autor, o senhorio de Carvalhais teria passado de João Gonçalves Borges para um filho, Rui Borges, e depois para um neto, Rui Borges de Sousa. Seria este último o pai de Gonçalo Borges, beneficiário da doação de 1464 referida acima. No entanto, resulta claro dessa doação e de outros documentos que Rui Borges, pai de Gonçalo Borges, ainda estava vivo em 1463-1464. Ora, sabemos que Rui Borges de Sousa, alcaide-mor de Santarém, morreu antes de 1462/05/17, data em que a sua herança já se encontrava em processo de partilhas[2]. Assim, este Rui Borges de Sousa não pode ser o pai de Gonçalo Borges, senhor de Carvalhais. O pai de Gonçalo Borges poderia ser o outro Rui Borges, suposto pai de Rui Borges de Sousa. No entanto, o autor atribui onze filhos a esse Rui Borges, o que contraria as informações da doação, segundo as quais Gonçalo Borges seria o único filho de Rui Borges.

Quanto ao pai de Rui Borges, portanto bisavô de António Borges de Miranda, os nobiliários fazem crer que terá sido um Diogo Borges, mas os detalhes variam bastante de autor para autor (Tabela I, hipóteses A a F). O assunto é abordado na secção V.1.

## III. A formação do senhorio de Carvalhais

Em 1355/01/19, os lugares que viriam a ser incorporados no domínio dos chamados "senhores de Carvalhais" ficaram abrangidos no dote de casamento da infanta Dona Maria, neta de Dom Afonso IV, com Dom Fernando de Aragão (*Provas*, I, doc. 35). Em 1376/03/25, na sequência da morte de Dona Maria, as terras que esta havia recebido em dote foram doadas à infanta Dona Beatriz (ANTT, Ch. Fernando, L. 1, fl. 189v-190v).

O espaço em estudo individualizou-se pouco tempo depois, já no início do reinado de Dom João I, quando este rei o doou ao Doutor Gil de Ocem, seu conselheiro. Em 1387/11/30, o filho, Martim de Ocem, que viria a ser tesoureiro-mor do rei e chanceler-mor do infante Dom Duarte, teve confirmação de todas as terras que tinham sido de seu pai [3]. Em 1416/04/04, a pedido de "*Martim d'Osem, do nosso conselho*", Dom João I confirmou aos moradores das terras de "*Auelaas de Cima e Carualhaes, que sam no julgado de Ferreiros,* [...] *e Ylhauo*", o privilégio de terem o seu juiz (ver nota 7). A carta de confirmação refere que aquelas terras tinham sido "*dadas a seu padre*". O foral manuelino de Ferreiros, refere um casal que "*o doutor Martim d'Osem* [tornou] *a fazer e encabescar*" (Madahil 1942).

---

[2] ANTT, Ch. Afonso V, L. 14, fl. 108v; já citado por Moreno, 1979-1980, II: 977. Esta incompatibilidade de datas é decisiva no sentido de diferenciar Rui Borges, senhor de Carvalhais, de Rui Borges de Sousa, alcaide-mor de Santarém. No entanto, Moreno (1979-1980, II: 741-742 e 976-977) já tinha diferenciado correctamente os dois contemporâneos com base em outros dados biográficos.

[3] *CPDJI*, II, 1, doc. 238. Sobre os Ocem, ver Freire, 1921-1930, II: 368-400.

No que diz respeito à transmissão hereditária do património senhorial, esta época foi de transição de um modelo de partilha equitativa para um modelo que privilegiava o filho varão primogénito (Sousa 2013). Um fenómeno relacionado é o da progressiva implantação do morgadio, ao longo dos séculos XIV e XV. Rosa (1995) estudou vários aspectos do comportamento linhagístico nesse contexto. A transmissão de ofícios burocráticos dentro das famílias é outro fenómeno que reflecte a mesma tendência (Caetano 2011: 10). A primazia dada aos varões primogénitos estabelecia uma liderança clara dentro de cada linhagem, dando-lhe maior visibilidade e prestígio. Este fenómeno de concentração do património no chefe da linhagem está na origem das grandes casas nobiliárquicas portuguesas, realidade que se torna notória no século XV. Foi também no século XV, sobretudo no início, que se registou o maior número de doações de senhorios jurisdicionais (Cunha, Monteiro 2010: 57). No caso de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo, o novo modelo começou por ser ensaiado com os Ocem, mas a doação não passou da segunda geração devido a extinção da linhagem. De facto, Martim de Ocem morreu, sem descendência, em 1431, ou finais do ano anterior (Freire 1921-1930, II: 381).

Em 1431/01/17, já se referencia em Verdemilho um "*casall do doutor Martim d'Osem que ora he do Senhor Jnfante Dom Pedro*" (MA 88: 175). Poucos anos depois, Dom Duarte doou o "*couto d'Avellaãs de Cima, e de Ferreiros, e do reguengo de Quintela, e d'Arcos, e dos lugares de Jlhauo e Villa de Milho, e dos casaes de Saa*" a seu irmão, o infante Dom Pedro, duque de Coimbra (*CPDD*, I, 2, doc. 810, de 1437/02/27). A lista de lugares é mais extensa, mas o espaço é o mesmo. A doação veio ampliar o vasto território que o duque já possuía de Coimbra até Aveiro, desde o tempo de Dom João I. O foral manuelino de Avelãs de Cima refere os "*tombos das ditas terras feitos pello Jmfãte Dom Pedro, sendo senhor dellas*" (Madahil 1941) e o de Ferreiros refere a "*jnquiriçam feita em tempo do jmfante Dom Pedro*" (Madahil 1942). Com a morte de Dom Duarte, ocorrida em 1438, Dom Pedro acabaria por assumir a regência do reino em nome de Dom Afonso V, então ainda criança. Desde o início, o problema da regência dividiu o reino, acabando por conduzir à batalha de Alfarrobeira, em 1449, em que morreu o próprio infante.

Pouco tempo depois, Dom Afonso V acabaria por doar a "*Ruj Borges novamente a terra de Carvalhaes, e por sua morte a Gonçalo Borges, seu filho*" ("*Copia das Mercês …*", *Provas*, II, doc. 8: 21). A palavra "*novamente*" certamente significa que a doação foi feita "de novo" e não por confirmação de uma doação anterior a um ascendente. Como se verá adiante, a doação ocorreu menos de um ano após a batalha de Alfarrobeira. Todo o historial posterior mostra que a designação "*terra de Carvalhaes*" era uma forma abreviada de identificar o senhorio que efectivamente abrangia aqueles três concelhos. A expressão tem origem no facto de o paço destes Borges ter sido levantado no lugar de Carvalhais.

Entretanto, Dom João II, que era neto materno do infante Dom Pedro, duque de Coimbra, viria a restaurar esse ducado na pessoa do seu filho Dom Jorge de Lancastre. Para esse efeito, deixou-lhe em testamento (1495) as terras que outrora tinham sido doadas ao infante Dom Pedro, incluindo as terras do senhorio de Carvalhais (*Provas*, II, doc. 28, de 1495/09/29). No entanto, essas terras não estavam na posse do rei, como por vezes se supõe, mas sim na posse de Gonçalo Borges, filho de Rui Borges. O rei reconhecia que algumas das terras estavam "*dadas a algumas pessoas*", e por isso passariam para o filho "*quando quer que vagarem*". A doação a Gonçalo Borges foi feita "*em sua vida*". Por sua morte, o senhorio de Carvalhais passaria para Dom Jorge. Porém, a doação acabou por ser renovada nos descendentes até ao século XIX.

## IV. Borges de Carvalhais: uma nova linhagem senhorial

A série dos senhores de Carvalhais na linhagem Borges será agora identificada. Sendo conhecidos os erros e contradições dos antigos nobiliários, especialmente notórios no caso dos Borges, o estudo que se segue centra-se na documentação coeva, com base na qual são esclarecidos todos os aspectos essenciais. Outros aspectos do seu percurso social serão estudados na secção V.

### 1. Rui Borges

Deverá ter nascido por volta de 1400. Foi almoxarife da alfândega de Lisboa e conselheiro régio. Em 1438/07/22, Dom Duarte doou a "*Ruj Borges, cauallejro de nossa casa e almoxarife da nossa alfandega de Lisboa*" uma tença anual de 150 000 reais brancos, a pagar na alfândega[4]. Encontram-se várias outras referências à actividade de almoxarife[5].

Em 1440/04/06, Dom Afonso V doou a "*Rruy Borjes, nosso almoxarife da dita alfamdega*" umas casas localizadas "*na dita çidade* [de Lisboa], *na Rua da Paadaria, porta com porta do paaço dos tabeliães*" (ANTT, Leit. Nova, Estrem., L. 10, fl. 80). As ditas casas tinham sido confiscadas ao "*escripvam da nossa alfandega da muy nobre leall çidade de Lyxboa*", Gonçalo Anes, por "*cousas que fez em*

[4] ANTT, Ch. Afonso V, L. 38, fl. 3, confirmação de 1439/11/02; já citado por Moreno, 1979-1980, II: 741.

[5] "*Ruj Borges, cavalleiro da nossa casa e almoxarife que ora he da nossa alfandega desta cidade de Lixboa*" ficou responsável por pagar moradia mensal de 140 000 libras a um nobre (ANTT, Ch. Afonso V, L. 19, fl. 50, de 1439/02/02); pagamento de 371 000 libras feito, em 1437-1439, por "*Rruy Borges, almoxarife da nossa alfamdega*" (*Marrocos*, I, doc. 131, de 1440/08/08); pagamento de 14 500 reais feito, em 1439-1440, por "*Rruy Borges, almoxarife que foy da nossa alfamdega da cidade de Lixboa*" (*Marrocos*, I, doc. 132, de 1440/08/10); Pagamento de 112 902 reais recebido, em 1440-1441, por "*Ruy Borges, almoxarife da alfandega de Lixboa em o dito tempo*" (*Marrocos*, I, adenda, doc. 94, de 1443/07/12); quitação a "*Ruy Borjas, que foy almoxarife d'alfandega dessa çidade*", das contas que tinha apresentado do seu almoxarifado (*CPDD*, II, doc. 84, de 1441/12/28).

*deserviço del Rey meu seenhor e padre*". Dom Duarte terá então prometido as casas a Rui Borges. A promessa vem a ser cumprida por Dom Afonso V na data referida. Pouco depois, em 1440/05/30, Rui Borges cessou funções na alfândega, deixando o cargo de almoxarife a Álvaro Borges, seu irmão (ANTT, Ch. Afonso V, L. 20, fl. 112v).

A doação das casas, que tinha sido feita "*deste dia pera todo o sempre*", veio a ser reiterada a "*Ruy Borjes, caualeiro de nossa casa*" em 1449/07/18 (ANTT, Leit. Nova, Estrem., L. 8, fl. 266). Esta confirmação ocorreu apenas dois meses após a batalha de Alfarrobeira, indicando que Rui Borges terá estado do lado do rei (Moreno 1979-1980, II: 741-742).

O senhorio de Carvalhais também deve ter sido doado a Rui Borges logo após a batalha de Alfarrobeira, em que morreu o anterior senhor da terra, precisamente o infante Dom Pedro. A doação não aparece, mas terá ocorrido provavelmente em data próxima da confirmação da posse das casas de Lisboa. Certo é que, em 1450/04/20, a pedido de Rui Borges, Dom Afonso V confirmou aos moradores das terras do senhorio de Carvalhais o privilégio de usarem a sua jurisdição. Nessa confirmação, o rei refere que "*o dito Ruy Borjes nos pedio por merece que, por quanto lhe nós hora fezeramos mercee das ditas terras …*" [6]. Esta doação vem reforçar a convicção de que Rui Borges terá estado ao lado do rei no conflito que terminou em Alfarrobeira.

Em 1464/09/26, sendo ainda vivo Rui Borges, é feita a doação do senhorio de Carvalhais, com Ferreiros, Avelãs de Cima, Ílhavo, etc., ao filho Gonçalo Borges, nos seguintes termos:

> "*… praz-nos que, por falleçimento do dito Rui Bories seu padre, elle* [Gonçalo Borges] *tenha e aia de nos* [as ditas terras] *em sua uida* […], *que per trespassamemto do ditto Rui Bories, metam loguo o dito Guomçallo Bories em posse das ditas terras* […], *porque nossa merçee he loguo d'agora pera emtam fazermos merçee das ditas terras ao dito Guomçallo Bories per a dita guisa*" [7].

A doação abrangia a "*iurdiçam çiuell e crime, mero e misto imperio*", "*padroados de igrejas que nos em elles auemos*", rendas, foros, etc. O rei reservava para si a correição e alçada, confirmação dos tabeliães, sisas, dízima nova e serviço novo dos judeus. Esta doação abrangia ainda as já referidas casas de Lisboa:

> "*Outrossi fazemos merçee ao dito Guomçallo Bories, em sua uida, per falleçimento do dito seu padre, das nossas casas que elle* [Rui Borges] *ora de nos tem na padaria de Lixboa, assim pella guisa que o dito seu padre de nos ha e possui*".

---

[6] ANTT, Gav. 15, m. 11, n.º 47; Reform. Gav., L. 29, fl. 232v-234v. Inclui carta de 1416/04/04 a Martim de Ocem. A transcrição em Leit. Nova, Estrem., L. 8, fl. 265-266, é parcial.

[7] ANTT, Ch. Afonso V, L. 14, fl. 108v; Leit. Nova, Estrem., L. 10, fl. 289v-290.

O rei justifica, em parte, a doação a Gonçalo Borges com os "*muitos e continuados serviços que Rui Borgees, do nosso comsselho, tem feitos a el Rey meu senõr e padre*" e, portanto, "*grandes merecimentos do dito seu padre*", que o rei pretendia "*galardoar*". A carta não identifica os serviços em causa, mas sendo serviços prestados no reinado de Dom Duarte, serão os serviços prestados enquanto almoxarife da alfândega de Lisboa. O apoio a Dom Afonso V no conflito com o infante Dom Pedro também deve ter contado.

Várias outras fontes documentam o Rui Borges, senhor de Carvalhais:

1. Em 1456/03/03, João Alvares foi nomeado escrivão das sisas de Carvalhais, São Lourenço do Bairro, Avelãs do Caminho e Aguada de Baixo, dizendo-se que era morador em "*Famalicam* [f. Avelãs de Cima]*, terra de Ruy Borjes, caualeiro da nossa cassa*" (ANTT, Ch. Afonso V, L. 15, fl. 9v).
2. Em 1464/09/03, foram doados a "*Ruj Borjes, fidalgo da nossa casa*" alguns bens em Vagos e Ílhavo que tinham sido confiscados a um morador em Vagos (ANTT, Ch. Afonso V, L. 8, fl. 70v.).
3. Pelo inventário dos pergaminhos do Mosteiro de Jesus de Aveiro, sabe-se também que Rui Borges aforou uma "*agoa em Val de Ilhavo*" a João de Penela, escrivão do almoxarifado de Aveiro, com obrigação de este construir um moinho[8].

Rui Borges era membro do Conselho del Rei, como se vê, em 1463, na legitimação do filho, referida adiante ("*Rruy Borjes, do consselho*") e, no ano seguinte, na doação a esse filho ("*Rui Borges, do nosso comsselho*"). Morreu, o mais tardar, nos primeiros meses de 1466. De facto, em 1466/07/09, a viúva do referido João de Penela doou ao Mosteiro de Jesus de Aveiro o moinho que este tinha construído no "*termo d'Illjauo, terra de Gonçalo Borges*"[9].

Rui Borges relacionou-se com uma mulher solteira, Maria Vaz, de quem teve o único filho já referido, no qual continuou o senhorio.

---

[8] *MJA*, II/3: 723-725. Não foi possível localizar o documento. A data indicada no inventário é "*28 de Janeiro de 1439*", o que não faz sentido, porque a terra tinha sido dada ao infante Dom Pedro dois anos antes, só tendo sido dada a Rui Borges em 1450 ou pouco antes.

[9] A doação do moinho, incluindo casas e levada, foi outorgada por Catarina Gonçalves, viúva de João de Penela, por alma de seu marido e filhos, com a condição de o mosteiro continuar a pagar o foro ao senhorio (Pergaminhos do Mosteiro de Jesus de Aveiro, Gaveta I, Pasta 1, n.º 254, no Arquivo da Universidade de Coimbra, V-3.ª D-M6-G1-25). O "*Ruy Borges cavaleiro*", fidalgo da casa real documentado em 1469 (*Provas*, II, doc. 8: 29), já não pode portanto ser o Rui Borges, senhor de Carvalhais, como admitiu Moreno (1979-1980, II: 742). Seria talvez o homónimo, que sabemos ter sido filho de Gomes Borges, e que também já tinha morrido em 1478 (Rosa 1995: 61).

**2. Gonçalo Borges de Carvalhais**

Foi cavaleiro fidalgo da casa real e porteiro-mor. Em 1463/10/24, "*Gonçallo Borjes, filho de Rruy Borjes, do Conselho, e de Maria Vaaz, molher solteira ao tempo de sua nascença*", foi legitimado por Dom Afonso V, a pedido do pai[10]. Com a legitimação, Gonçalo Borges ficava habilitado a "*trazer armas dereitas de sua jeeraçom* [...] *como outro qualquer fidalgo faria ou poderia fazer se de legitimo matrimonio nado fosse*".

Foi senhor de Carvalhais, Ferreiros, Avelãs de Cima, Ílhavo, etc., pela doação de 1464/09/26, já referida acima (ver nota 7). Pela mesma doação, foi senhor das casas da Rua da Padaria, em Lisboa, que também vinham de seu pai, facto que o liga de forma categórica ao almoxarife Rui Borges, e não a qualquer homónimo que possa ter existido na mesma época. Seria ainda muito novo nessa altura, porque o rei justifica a doação dizendo que Gonçalo Borges, "*segumdo sua hidade, nos tem muy bem servido*".

Em 1462, ainda antes da legitimação, "*Gonçalo Borges de Carvalhaes*" já era moço fidalgo da casa real com uma moradia de 900 reais (*Provas*, II, doc. 8: 42). Em 1466/07/09, na doação do moinho citada acima, já aparece como senhor de Ílhavo, portanto teria sucedido a seu pai no senhorio de Carvalhais.

Em 1469, o mesmo "*Gonçalo Borges de Carvalhaes*" já era cavaleiro fidalgo da casa real com uma moradia de 1800 reis (*Provas*, II, doc. 8: 25). Em 1475, "*Gonçalo Borges de Carvalhaes, Porteiro-Mor*" continuava a auferir a tença de 1800 réis (*id.*, *ibid.*: 34). Por esta referência, vê-se que Gonçalo Borges era porteiro-mor, cargo cuja principal responsabilidade seria controlar o acesso ao rei através do controlo das portas do palácio, coordenação dos porteiros, etc. (Sousa 1735-1749, IV: 744). Mais tarde, em 1499/08/29, Dom Manuel confirmaria a Gonçalo Borges, fidalgo e ainda porteiro-mor, uma tença (anual) de 20000 reais (ANTT, Ch. Manuel I, L. 41, fl. 108v). É de notar que os 1800 réis mensais importavam em 21600 reis anuais, montante que em 1499 terá sido arredondado para 20000 réis. Nessa altura, foi apresentada uma carta datada de 1467/03/06, na qual se terá estipulado pela primeira vez a tença.

Casou em 1468, ou no ano anterior, com Isabel de Sousa. Em 1468/03/28, "*dona Isabel de Sousa, filha d'Afomsso de Miramda, do nosso comselho, e mulher de Gomçallo Borges, fidallguo de nossa casa e nosso porteiro-mor*" obteve de Dom Afonso V uma tença de 1500 coroas de ouro "*pera ajuda de seu casamento*" (ver nota 13). Como o próprio Afonso de Miranda ocupava o cargo de porteiro-mor em 1450 e ainda voltou a ocupá-lo em 1469, tudo indica que Gonçalo Borges

[10] ANTT, Ch. Afonso V, L. 9, fl. 161v; Leit. Nova, Legit., L. 2, fl. 225; id. Míst., L. 3, fl. 41v; já citado por Moreno, 1979-1980, II: 742.

sucedeu a seu sogro no cargo[11]. Gonçalo Borges era porteiro-mor em 1468 e novamente em 1475, 1476, 1497 e 1499, mas pelo meio houve outros. Um deles foi o próprio sogro, em 1469. Em 1484, o porteiro-mor era Gomes Ferreira (*Provas*, II, doc. 29: 177).

Em 1476/07/30, Dom Afonso V prometeu a "*Gonçallo Borjes, fidalguo da mjnha casa e porteiro moor*" doar a "*huum seu filho que delle ficar*" as terras que aquele trazia por doação régia[12]. Em 1497/07/18, ainda foi referido como "*Gomçallo Borges, fidallguo de nossa casa e nosso porteiro mor*" (ver nota 13). Em 1498/02/12, um criado de Gonçalo Borges teve uma mercê régia (ANTT, Ch. Manuel I, L. 28, fl. 86v). Em 1504/04/15, Isabel de Sousa ainda foi referida como "*mulher de Gomçallo Borges*" (ver nota 13), indicando que este ainda estaria vivo. Terá morrido talvez por volta de 1510, com cerca de 60 anos. Em 1512, a tença referida parece que tinha passado para o filho e em 1513 este já aparece como senhor de Carvalhais.

Sendo referido nas listas de moradores da Casa Real como "*Gonçalo Borges de Carvalhais*", fica-se com a impressão de que Carvalhais seria a sua residência principal quando não estava na corte. No entanto, consta também que lhe "*chamarão da Arruda, parece que por viver nesta villa*" (Alão <1693, V, 1: 25-26). Houve de facto uma ligação dos Borges à região de Torres Vedras, Monte Agraço e Arruda, a partir do reinado de Dom João I (ver adiante secção V.1). Essa ligação poderá ter sido determinante para o casamento de Gonçalo Borges. Na verdade, o sogro foi precisamente comendador de Torres Vedras na Ordem de Cristo e alcaide-mor da mesma vila. A ligação parece que se prolongou para além da morte de Gonçalo Borges uma vez que, num fragmento de pergaminho do cartório notarial de Torres Vedras, ainda surge "*Dona Isabel, viuva do porteiro moor*" aforando um chão em nome de suas filhas órfãs (Pinto 2014: 48).

Na igreja paroquial da Moita (c. Anadia), mais precisamente na capela de São Gregório, que foi a capela dos Borges, conserva-se um túmulo que Gonçalves (1959: 81) datou de finais do século XV (Fig. 2). O túmulo ostenta um escudo pleno com leão rompante que aquele autor interpretou como representando as armas dos Borges, caso em que poderia ser o túmulo de Gonçalo Borges. No entanto, falta-lhe a bordadura de flores-de-lis característica das armas dos Borges (Freire 1921-1930, I: 89). Sem essa bordadura, as armas representadas são as

---

[11] ANTT, Ch. Afonso V, L. 34, fl. 30, de 1450/03/21, e numa lista de moradores da casa de Afonso V relativa ao ano de 1469 (*Provas*, II, doc. 9: 23). Em 1474, voltamos a encontrar referência a Afonso de Miranda entre os cavaleiros do conselho, já sem indicação de ser porteiro-mor (*Provas*, II, doc. 9: 24). Os livros de linhagens do século XVI também referem Afonso de Miranda como porteiro-mor (Góis ~1560: 103-104; *LLS16*: 327; *LLRP*, fl. 47v). A família de Violante de Sousa, sogra de Gonçalo Borges, está igualmente bem documentada (Góis ~1560: 341; *LLS16*: 129-130; Freire 1921-1930, II: 128 e 131; Vasconcelos 2012: 554-585).

[12] ANTT, Leit. Nova, Estrem., L. 7, fl. 142v.

dos Silvas, família do avô materno de Isabel de Sousa. Talvez, pois, este túmulo tenha sido de Isabel de Sousa e não de seu marido. O apelido Silva ainda seria recuperado por uma filha, Joana, e por dois netos do casal.

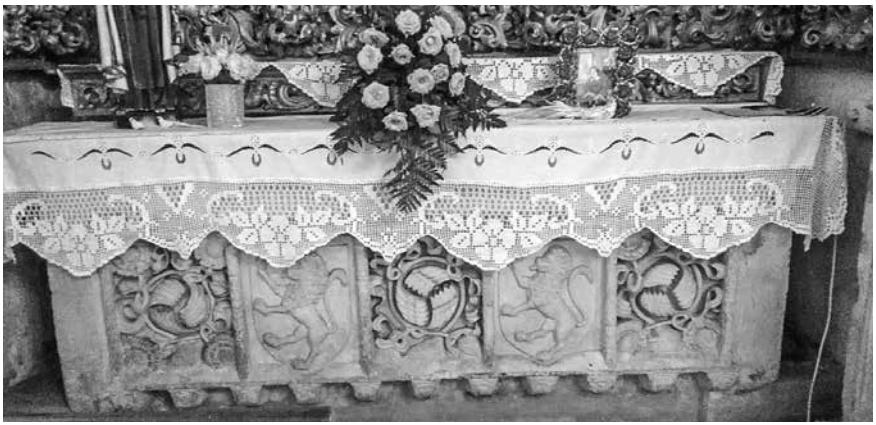


**Fig. 2.** Arca tumular do início do século XVI, com armas dos Silvas, existente na antiga capela dos Borges, que ainda hoje se conserva na igreja de Santiago da Moita (c. Anadia)

Filhos:

– António Borges de Miranda, que segue.

– Filipa de Sousa, c.c. Rui Pereira. Em 1504/04/15, Dom Manuel I transferiu a tença de Isabel de Sousa, a pedido desta, para seu genro Rui Pereira, fidalgo da casa real[13]. Em 1506/03/06, antes de partir para a Índia, Rui Pereira vendeu a tença a Fernando Coutinho (ANTT, Ch. Manuel I, L. 15, fl. 35v, de 1513/09/27). Trata-se seguramente de Rui Pereira Coutinho, capitão de uma das naus da armada de Tristão da Cunha, que partiu de Lisboa em 1506/04/06 (Góis 1558: 376378). Rui Pereira morreu nessa viagem na sequência de uma tempestade ao largo de Madagáscar.

– "*Ruy Borges, irmaõ de Antonio Borges*", cavaleiro da casa de Dom João III, com uma moradia de 2000 reis (*Provas*, II, doc. 132: 799). Terá casado pelo menos uma vez, sem geração (Alão <1693, III, 1: 177; Gayo <1831, VII, tit. "Borges", §31, n.º 9).

– Joana da Silva, c.c. Gonçalo da Silva, senhor de Abiul (*LLS16*: 127; Alão <1693, II, 2: 203). Em 1521/08/06, Dom Manuel I concedeu uma tença anual de 18000 réis a Joana da Silva, então já viúva de Gonçalo da Silva (ANTT, Ch. Manuel I, L. 18, 3v).

---

[13] ANTT, Ch. Manuel I, L. 15, fl. 35v36, e L. 19, fl. 11; Leit. Nova, Míst., L. 2, fl. 277v-278. Inclui a carta de Dom Afonso V, datada de 1468/03/28, que concedia a tença a Isabel de Sousa, bem como a respectiva confirmação, por Dom Manuel, em 1497/07/18.

### 3. António Borges de Miranda

Frequentemente referido como **António Borges**, era cavaleiro do Conselho del Rei Dom Manuel I (*Provas*, II, doc. 65: 353-356). Recebia 20 000 reis de tença anual, facto documentado entre 1512 e 1528 [14]. Parece ser a tença anteriormente atribuída a seu pai.

Como referido, a doação de Carvalhais foi confirmada a um filho de Gonçalo Borges em 1476. António Borges seria muito jovem ainda nessa altura. O foral manuelino de Ílhavo, dado em 1514/03/08, já o refere no capítulo dos montados: "*E assy aprouue a Amtonyo Borges que ora tem de nos os ditos direitos reaaes*" (Madahil 1922, doc. 11: 61; 1939: 187). No ano anterior, António Borges de Miranda tinha aforado um mato maninho a Duarte Borges, prior da Igreja de Ílhavo, possivelmente seu parente[15].

No cadastro de população de 1527, António Borges aparece como senhor nos três concelhos em que se dividia o senhorio (Freire 1908: 277; Colaço 1929: 156 e 159). Nesse espaço viviam então cerca de 1300 pessoas em 327 fogos e dezenas de povoações, hoje dispersas pelos concelhos de Anadia, Ílhavo e Aveiro. Em 1528/08/03, ainda foi emitida provisão para ser paga a tença anual a António Borges de Miranda (ver nota 14) e em 1529/01/23 ainda lhe foi passada carta para apresentar o meirinho de Carvalhais (ANTT, Ch. João III, L. 50, fl. 12v). Morreu ainda em 1529, ano em que Dom João III confirmou a posse do senhorio ao filho.

Segundo os nobiliários do século XVI, António Borges de Miranda terá casado em primeiras núpcias com Margarida Henriques, filha de Afonso Henriques, senhor de Barbacena e alcaide-mor de Portalegre, e de sua mulher Lucrécia Pereira de Berredo[16]. Entretanto, em 1525/04/13, António Borges estava consertado para celebrar segundo casamento, com Antónia Pereira de Berredo, prima co-irmã da sua primeira mulher (Alão <1693, I, 2: 127-128), aguardando para isso licença papal. Nessa data, Dom João III doou as "*terras de Carvalhaes e Ilhavo*", por morte de António Borges, ao filho varão primogénito que ficasse do casamento com Antónia Pereira. A doação passaria depois para a descendência varonil desse filho até um bisneto de António Borges (Madahil 1922, doc. 12: 68). Deste segundo casamento nasceu efectivamente um filho, Rui Pereira de Miranda, que sucedeu no senhorio de Carvalhais.

---

[14] ANTT, Corpo Cron., Parte II, mç. 33, n.º 19 (1512); *idem*, mç. 64, n.º 62 (1516); *idem*, mç. 69, n.º 191 (1517); *idem*, mç. 109, n.º 144 (1523); *idem*, mç. 135, n.º 90 (1526); *idem*, mç. 141, n.º 105 (1527); *idem*, mç. 150, n.º 81 (1528).

[15] Museu Nac. Arq., Pergam. Diversos, 16737, Ms/P/DIV, cx. 9, n.º 308.

[16] Góis ~1560: 115; *LLS16*: 245-246; *LLRP*, fl. 53v; Alão <1693, I, 2: 127; Freire 1921-1930, III: 153-158; Vasconcelos 2012: 450-453 e 678. Não há coincidência total nas informações.

Numa lista de moradores da casa de Dom João III, são identificados quatro outros filhos (*Provas*, II, doc. 132). Esta lista não refere Rui Pereira de Miranda, talvez por ser ainda muito novo. Supõe-se, assim, que os filhos que aparecem na lista sejam do primeiro casamento. Entretanto, se uns, presumindo que António Borges seria de idade avançada, duvidaram que pudesse ser pai de Rui Pereira, outros caíram no extremo oposto, atribuindo ao segundo casamento nada menos do que cinco filhos (Gayo <1831, VII, tit. "Borges", §30, n.º 10: 105). Ora, tal também não é plausível porque António Borges morreu apenas quatro anos após o casamento. Em todo o caso, na confirmação da doação a Rui Pereira, refere-se que este "*era o filho mais velho que por falecimento do dito António Borges, seu pae, ficára*", sugerindo que poderá ter havido mais filhos do segundo casamento. Um deles parece de facto ter sido filho do segundo casamento. Os filhos que foi possível identificar são os seguintes:

– "*Antonio Borges, filho de Antonio Borges*", que aparece como cavaleiro na lista de moradores da casa de Dom João III (*Provas*, II, doc. 132: 803). Deverá identificar-se com o António Borges que teve carta de cavaleiro em 1522/06/05 (ANTT, Ch. João III, L. 1, fl. 51). O "*António de Miranda, filho de António Borges de Miranda*", que foi para a Índia em 1560 (*Emmenta*, 26: 29), poderá ser ainda o mesmo, ou já um neto.

– "*Heytor Borges, filho de Antonio Borges de Miranda*", que aparece como escudeiro fidalgo na lista de moradores da casa de Dom João III (*Provas, ib.*: 825). Em 1560, "*António de Miranda, filho de Heytor Borges e de D. Joanna de Maris, moradores em Aveyro*", foi para a Índia (*Emmenta*, 26: 29).

– [?] "*Dona Guiomar da Silva*", falecida na freguesia da Moita em 1571/10/20, com testamento.

– [?] Luísa Henriques, freira em Lorvão, que em 1582 deixou aos priores da Moita algumas propriedades para se rezarem 12 missas por ano na capela de São Gregório, por sua alma e de seus pais, e para a sustentação da capela (Silveira 1910-1911). Uma lápide existente na igreja da Moita informa que a capela de São Gregório "*tem p*[er]*a esmola e cera das missas e se ace*[n]*der a ala*[m]*p*[a]*da* [nos] *d*[oming]*os e dias s*[na]*tos hv*[m]*as ieiras e*[m] *Pereira q*[ve] *p*[ar]*a isto foraõ e*[n]*tregves aos priores desta igr*[ej]*a*" (Gonçalves 1959: 82). Atendendo ao apelido, deverá ter sido filha de António Borges de Miranda e de sua primeira mulher.

– "*Simaõ de Miranda, filho de Antonio Borges*", que também aparece como escudeiro fidalgo da casa de Dom João III (*Provas*, *ib.*: 826). Deve identificar-se com o "*Simão de Miranda*" matriculado em Leis na Universidade de Coimbra em 1538/11/28 (AUC, IV-1ªD-1-1-3, fl. 176v) e com o "*Simão de Miranda Anriques*" que obteve o grau de bacharel em Leis dois anos

depois, em 1540/10/23 (*id*., cad. 3, fl. 46v). Deve ainda identificar-se com o "*Simão de Miranda Henriquez, comendador de Malta*", assim nomeado num letreiro da capela de Nossa Senhora do Socorro, por si fundada em Avelãs de Cima em 1592 (Henriques 1721).

– "*Gonçalo da Silva, filho de Antonio Borges de Miranda*", que aparece como moço fidalgo na lista de moradores da casa de Dom João III (*Provas*, ib.: 839). Terá sido clérigo (Alão <1693, III, 1: 177; Gayo <1831, VII, §30, n.º 9). Deverá identificar-se com o Gonçalo Borges, moço fidalgo da casa real e filho de António Borges, que em 1533 recebia uma tença de 20 000 réis paga no almoxarifado de Aveiro[17].

– Rui Borges Pereira, ou Rui Pereira de Miranda, do segundo casamento, que segue.

– "*Francisco Borges de Miranda, filho de António Borges de Miranda*", que foi para a Índia em 1560 (*Emmenta*, 26: 29). Uma vez que, tal como Rui Pereira de Miranda, não consta da lista de moradores da casa de Dom João III (*Provas*, II, doc. 132), deverá ser um filho mais tardio, provavelmente também do segundo casamento de seu pai.

**4. Rui Pereira de Miranda**

Nascido provavelmente em 1526, já estava órfão de pai em 1529/11/16, data em que Dom João III confirmou "*Ruy Borges Pereira*" como senhor de Carvalhais (ANTT, Ch. João III, L. 48, fl. 124-124v; Madahil, 1922, doc. 12: 67-69).

Rui Pereira de Miranda terá casado em 1543 com Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Sousa, senhor de Eixo, Requeixo e Óis da Ribeira[18]. Esta primeira mulher faleceu em 1551 (Gonçalves 1959: 108) sem geração. Rui Pereira de Miranda casou depois com Ana da Cunha, filha de João de Castilho, escrivão da câmara de Dom João III, escrivão da fazenda de Dom Sebastião, do Conselho del Rei Dom Henrique e alcaide-mor de Alenquer[19]. Em 1570, o casal terá instituído um morgado, com sede na capela de São Gregório Magno, que ainda se conserva na igreja da Moita (Silveira 1910-1911). Uma lápide existente nesta igreja informa que "*A capella de Sam Greg*[o]*rio te*[m] *obrigacaõ de dvas missas cada somana pela alma de sevs fvndadores*" (Gonçalves 1959: 82). A partir daqui, os senhores de Carvalhais passaram a ser também conhecidos como "morgados de Carvalhais".

---

[17] ANTT, Corpo Cron., Parte II, mç. 182, n.º 138.

[18] Alão, <1693, III, 1: 178; Silva, <1705, II: 286; Sousa, 1735-1749, XII: 568-571; Silveira, 1910-1911; Vasconcelos, 2012: 572.

[19] *LLRP*, fl. 278-278v.

Em 1574/12/16, Dom Sebastião ainda confirmou a posse do senhorio de Carvalhais a "*Ruy Pereira de Miranda, fidalgo da minha casa, que se chamava Ruy Borges Pereira*" (Madahil 1922, doc. 12: 6769). Morreu pouco tempo depois, com perto de 50 anos, deixando filhos do segundo casamento:

– André Pereira de Miranda, que segue.

– "*Francisco Pereira de Miranda*", que levantou em 1616/05/27 uma grande cruz de pedra no Monte Crasto, Anadia, com um letreiro que o identificava como filho de "*Ruy Pereira de Miranda e D. Anna da Cunha*" (Henriques 1721). Em 1595, "*Francisco Pereira de Miranda, filho de Ruy Pereira*" era um dos "*fidalgos cavalleiros*" da casa real com moradia de 2000 reais por mês e um alqueire de cevada por dia (*Provas* VI: 646). Por morte de Simão de Miranda Henriques, foi o 2º administrador da capela de Nossa Senhora do Socorro. Terá casado duas vezes, sem geração. Transmitiu a sua Quinta da Graciosa e a administração da capela a Sebastião Pereira de Miranda, filho do irmão que se segue (Guerra 1965: 331-332).

– "*Luis Pereira de Miranda, filho de Ruy Pereira e Dona Anna*", que casou em Avelãs de Cima em 1581 com Maria de Mariz, da Figueira de Boialvo, filha de Heitor de Mariz e Helena de Figueiredo. Enviuvando, Luís Pereira de Miranda fez-se clérigo. Em 1609, foi bispo de Cabo Verde, morrendo ao fim de um mês (Sousa 1722). São o tronco da família da Quinta da Graciosa (Guerra 1965).

– [?] "*Dona Vilante de Miranda, moradora em Saõ Pedro* [de Avelãs de Cima]", que morreu em 1607/02/25. Fez testamento em que deixou os bens a um António Francisco e sua mulher. Os registos paroquiais referem-se-lhe sempre como "*Dona*" ou "*Senhora Dona*" e vê-se que tinha uma relação próxima com os principais membros da família dos senhores de Carvalhais.

**5. André Pereira de Miranda**

Sendo o primogénito do segundo casamento de seu pai, deve ter nascido por volta de 1555. Em 1575/07/12, Dom Sebastião confirmou o senhorio de Carvalhais a André Pereira de Miranda, uma vez que o pai tinha morrido (Madahil 1922, doc. 12: 6770). Foi assim 5º senhor e 2º morgado de Carvalhais. Em 1575/07/23, obteve mercê régia para que "*os tabaleais das suas terras* [ … ] *se chamem e se possam chamar por elle Andre Pereira*" (*id*., *ib*.: 70).

Em 1576, "*André Pereira de Miranda, filho de Rui Pereira de Miranda*" era moço fidalgo da casa real com 1000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (*Provas*, VI: 640). Viveu na freguesia de Santiago da Moita, certamente em Carvalhais, com sua mulher, Filipa de Melo, filha de Rui de Melo

Pereira, comendador de Ribas na Ordem de Cristo[20]. Documenta-se a participação do "*Senhor André Pereira*" e da "*Senhora Dona Filipa*" como padrinhos em vários baptismos realizados na igreja da Moita até finais do século XVI.

Em 1594/09/10, Dom Filipe I confirmou a André Pereira as duas cartas de Dom Sebastião referidas acima (Madahil, ib.: 67-70). Em 1599/12/12, "*D. Luísa, sua filha e herdeira, por não haver filhos barões*" estava consertada para casar com "*Christóvão d'Almada, outrossy fidalgo da minha casa, filho de Fernão Roiz d'Almada*". Nessa data, atendendo aos serviços prestados pelos pais dos noivos, Dom Filipe II confirmava a doação do senhorio a essa filha e a seu futuro marido após o falecimento do pai dela, desde que o casamento se concretizasse.

Foi possível identificar as filhas seguintes:

– Luísa de Melo. Em 1601/09/25, tendo morrido André Pereira, Dom Filipe II confirmou o senhorio de Carvalhais a Cristóvão de Almada e a "*D. Luisa de Mello, sua mulher*" (Madahil, *ib*.: 67-72).

– Maria, b. 1578/11/04, em Santiago da Moita.

– Ângela de Melo, b. 1579/12/10, em Santiago da Moita, c.c. Francisco de Almeida (Alão <1693, III, 1: 178; Gayo <1831, VII, §30, n.º 11).

Com André Pereira termina, pois, a linhagem Borges no senhorio de Carvalhais. No entanto, o senhorio manteve-se na descendência dos Borges até ao fim do antigo regime. Essas origens foram lembradas quando o último senhor, D. José Maria de Almada Castro Noronha da Silveira Lobo, foi agraciado com o título de conde de Carvalhais.

## V. Percurso social

Estando agora esclarecida a série dos senhores de Carvalhais na linhagem dos Borges, será oportuno analisar também o seu percurso social, enquadrando-o no contexto da época.

### 1. Origens e ascensão

Se as razões que justificaram a doação do senhorio de Carvalhais a Rui Borges ficaram razoavelmente clarificadas na secção IV.1, será relevante perceber melhor os antecedentes da ascensão deste ramo dos Borges na sociedade da época.

[20] Gayo <1831, VII, tit. "Borges", §30, n.º 10.

A mudança dinástica com que culminou a crise de 1383-1385 deu oportunidade a uma renovação da nobreza, recompensando os indivíduos que tomaram o partido do mestre de Avis e penalizando os que tomaram o partido castelhano. O desempenho de funções militares, nomeadamente em África, continuou naturalmente a oferecer oportunidades de ascensão na sociedade da época (Cunha, Monteiro 2010).

Entretanto, a tendência para a curialização da nobreza, ditada pela crescente centralidade da corte na sociedade portuguesa, acentuou-se ao longo do século XV (Gomes 1995). Ao mesmo tempo, a burocracia régia, agora essencialmente laica e profissionalizada, constituiu-se num veículo importante para a ascensão social, dando origem à chamada nobreza de serviço. São relativamente abundantes os casos de famílias que, partindo das camadas populares ou da baixa nobreza, ascenderam na sociedade do século XV essencialmente pela via do desempenho de cargos na administração central. O caso dos Silveiras de Alvito, foi detalhadamente estudado por Caetano (2011). O mesmo autor recapitula alguns casos comparáveis: Castelobrancos, Silveiras de Sortelha, Alvarengas, Galvões e Lucenas.

Como se enquadram os Borges de Carvalhais neste contexto? A tentativa de resposta a esta pergunta encontra algumas dificuldades. De facto, os nobiliários mais antigos são praticamente omissos quanto aos Borges e a restante documentação não permitiu até agora esclarecer de forma fiável e inequívoca a ligação de Rui Borges, 1º senhor de Carvalhais, a outros indivíduos que usaram o mesmo apelido nos séculos XIV e XV. Ainda assim, algumas hipóteses plausíveis podem ser colocadas.

Os Borges começam a ter alguma visibilidade na sociedade portuguesa a partir de meados do século XIV. O epicentro parece estar a norte. Em 1363, contavam-se entre os naturais do mosteiro de Pedroso três indivíduos com o apelido Borges, com alguns filhos e filhas (São Payo 1987: 63). Um deles, Gonçalo Anes Borges, que tinha nessa altura dois filhos, também aparece como natural do mosteiro de Grijó em 1365 (Pizarro 1987: 451).

Nas décadas seguintes, encontramos vários indivíduos com os apelidos "Gonçalves Borges" que poderão ser filhos de Gonçalo Anes Borges:

– Gonçalo Gonçalves Borges, muito documentado entre 1374 e 1394, alvazil do crime em Lisboa em 1378-1379, partidário do mestre de Avis na crise de 1383-1385, referido como vassalo do rei em 1385 e beneficiário de um conjunto importante de doações régias antes e depois da crise (Farelo 2008: 449-451).

– Álvaro Gonçalves Borges, comendador do Casal na Ordem de Avis (ANTT, *Ch. Fernando*, L. 1, fl. 178, 1375/10/05).

– Gil Gonçalves Borges, a quem Dom João I doou a colheita de São Romão da Beira (*CPDJI*, I, 3, doc. 1109, 1385/11/25). Deve identificar-se com o Gil Borges, senhor de Alva, Reriz e do jantar de Santa Eulália de Rio de Asnes, terras que depois passaram para Diogo Borges, comendador do Torrão, provavelmente seu filho (*CPDJI*, III, 2, doc. 575, 1433/03/09).

– Diogo Gonçalves Borges, a quem Dom João I doou Ourilhe, Calvos e a portagem de Arco de Baúlhe (*CPDJI*, I, 2, doc. 773, 1385/06/14).

Este último, legitimado em 1374/03/23, é o único que se sabe ter sido filho de Gonçalo Anes Borges (*ANTT, Ch. Fernando*, L. 1, fl. 142**v**). Os outros talvez fossem seus filhos legítimos. Os dois últimos beneficiaram de doações régias em 1385, indicando que, tal como Gonçalo Gonçalves, terão estado ao lado do mestre de Avis na crise dinástica.

Dos Borges até agora referidos, Gonçalo Gonçalves Borges, parece ter sido o primeiro a fixar-se na região de Lisboa. Além do importante património já conhecido – em Celorico de Basto, Leiria, Monte Agraço e Oeiras (Farelo 2008: 449-451) –, Gonçalo Gonçalves teve também propriedades em Torres Vedras e Arruda. Com efeito, em 1423/03/24, o infante Dom João, mestre da Ordem de Santiago, emprazou a "*quintãa da Revaldeira*" em três vidas a "*Alvaro Borges, escudeiro*". Esta propriedade estava localizada "*em termo de Torres Vedras, como parte com quintãa que foy de Gonçalo Gonçalves Borgez*". O emprazamento abrangia ainda um casal "*no termo da Aruda, que chamom Moynho do Vento, que parte com casal de Gonçallo Gonçalvez Borges, ho qual casal sempre andou com a dicta quintãa da Revaldeira*" (*Livro dos Copos*, I, doc. 205). Deve ser o mesmo Álvaro Borges que, em 1428/10/15, é referido como tesoureiro do mestre de Santiago (*Livro dos Copos*, I, doc. 135). Deve ainda identificar-se com o "*Alvaro Borges almoxarife d'el Rey na alfandega de Lixboa*", que em 1440/08/17 foi testemunha num aforamento outorgado pelo mesmo infante Dom João (*Livro dos Copos*, I, doc. 174). Este seria portanto o Álvaro Borges, irmão de Rui Borges, que sabemos ter-lhe sucedido como almoxarife da alfândega de Lisboa (ver secção IV.1). As relações de vizinhança em Torres Vedras e na Arruda sugerem a existência de uma relação familiar próxima entre Álvaro (e Rui) Borges e o falecido Gonçalo Gonçalves. Como se viu na secção IV.2, a ligação a esta região ainda se mantinha na geração do 2º senhor de Carvalhais.

Segundo alguns nobiliários, Rui Borges seria na verdade filho de Diogo Gonçalves Borges, senhor de Ourilhe, etc. (Tabela I). Esta hipótese surge sem qualquer fundamentação nos nobiliários mais conhecidos, mas encontra-se fundamentada no nobiliário de Diogo Gomes de Figueiredo, obra do século XVII injustamente esquecida (Tarouca 1946). Reportando-se a documentação do início do século XVI, o autor afirma que Rui Borges, 1º senhor de Carvalhais,

era irmão de Gomes Borges, escrivão da chancelaria régia, de Gonçalo Borges, abade comendatário de Refoios de Basto, e de Duarte Borges, camareiro-mor de Dom Duarte, todos filhos de Diogo Gonçalves[21]. De acordo com os restantes dados, seriam provavelmente sobrinhos de Gonçalo Gonçalves.

Seja como for, parece lícito resumir que os Borges em que entroncam os senhores de Carvalhais se enquadram nas tendências gerais da nobreza em ascensão ao longo da dinastia de Avis. Partindo de uma origem na média nobreza regional, alguns elementos da família aproximam-se da corte, tomam o partido do mestre de Avis na crise dinástica e são recompensados por este. Ao longo do século XV, vários elementos da família ocupam lugares com algum destaque na corte (conselheiro régio, camareiro-mor, porteiro-mor, escrivão da chancelaria, almoxarife da alfândega de Lisboa, etc.) sendo recompensados por esses serviços.

## 2. As alianças matrimoniais

Se a proximidade ao monarca e o desempenho de ofícios na corte facilitavam a sempre almejada ascensão na escala social, uma estratégia complementar passava pelas alianças matrimoniais, sobretudo com elementos provenientes de linhagens de maior importância (Cunha 2009; Caetano 2011: 31). No caso dos Borges de Carvalhais, a investigação pormenorizada das alianças que estabeleceram, feita nos documentos da época, não caberia no presente artigo. Em todo o caso, a literatura disponível, desde os antigos nobiliários até aos trabalhos académicos mais recentes, fornece informação suficiente sobre o estatuto social da maior parte das famílias a que os senhores de Carvalhais se foram ligando pelo casamento. É de referir em especial o trabalho de Vasconcelos (2012) que, tendo por base reconstituições genealógicas detalhadas, estuda as relações entre a nobreza e as ordens militares nos séculos XIV a XVI. Na secção anterior, ficaram já citadas as principais referências sobre as origens familiares das esposas dos sucessivos senhores de Carvalhais. Essa informação permite caracterizar, em linhas gerais, a forma como foram consolidando a sua posição na sociedade portuguesa da época.

---

[21] "*Ruy Borges, senhor de Carvalhais* [e] *também porteiro-mor del Rey D. Afonso 5º,* [con]*forme consta, por hum instrumento de testemunhas, tirado no Couto de* [Ref]*oyos* [de Basto] *no anno de 1506, em que jura tes*[tem]*unha de 80 annos de idade, e hum* [neto?] *de D. Gonçalo Borges §*[10], *n.º 3, era* [filho] *de Diogo Gonçalves Borges, §*[9], *n.º 2,* [ir]*mão de Gomez Borges, do dito abbade* [D. G]*onçalo Borges e de Maria Borges, mulher de* [A]*lvaro Nunez de Meyrelles, e dos* [ma]*is que ahi declaramos, e que foy* [tam]*bem seu irmãõ Duarte Borges* [que a]*qui dizíamos, sem termos visto* [este] *instrumento, poderia ser seu pay* [...]. [O in]*strumento que dizemos foy tirado a re*[que]*rimento de Diogo Fernandes de Meyreles §___ e se conserva em poder de seu neto João Boto Pimentel, que no lo co*[mu]*nicou.*" (Figueiredo <1682, VII, tit. "Borges": 365, nota à margem, ligeiramente mutilada, em que o autor corrige o que ele próprio tinha escrito no seu texto inicial sobre esta família).

O 1º senhor de Carvalhais, Rui Borges, teve o seu único filho de uma mulher solteira, não se sabendo se chegou a casar. Apesar da obscuridade das origens, o 2º senhor, Gonçalo Borges, ligou-se pelo casamento a famílias da média e alta nobreza – Mirandas, Silvas, Sousas – com vários parentes próximos na posse de senhorios jurisdicionais e/ou tendo desempenhado cargos importantes, como porteiro-mor, chanceler-mor e alferes-mor. Pelos Sousas, entroncavam em Dom Afonso III. Por sua vez, o 3º senhor de Carvalhais, António Borges, casou em primeiras núpcias com uma bisneta de Henrique II de Castela. O 4º senhor, Rui Pereira de Miranda, parece ter casado também em primeiras núpcias nos Sousas, num ramo que possuía vários senhorios jurisdicionais e que tinha desempenhado cargos próximos do rei (mordomo-mor, pajem de lança). São de realçar também as ligações às ordens militares, sobretudo às de Cristo e de Santiago. Estas ligações estão presentes em quase todas as famílias a que os senhores de Carvalhais se ligaram pelo casamento.

Quando a varonia Borges se extinguiu, a herdeira, Luísa de Melo, 6.ª senhora de Carvalhais, casou com Cristóvão de Almada, sobrinho materno do famoso marquês de Castelo Rodrigo, Cristóvão de Moura, Vice-Rei de Portugal (Gayo <1831, II, tit. "Almada", §8, n.º 10-11). Este, nascido numa família da fidalguia empobrecida, tinha conseguido guindar toda a sua rede familiar ao topo da pirâmide nobiliárquica, graças ao papel político desempenhado junto de Filipe II (Cunha, Monteiro 2010).

Em resumo, poderá dizer-se que as opções matrimoniais dos senhores de Carvalhais oscilaram entre a média nobreza ligada à corte e a alta nobreza, contribuindo certamente para consolidar a sua posição e assegurar a renovação do senhorio de Carvalhais ao longo das sucessivas gerações da linhagem.

### 3. O primogénito e os seus irmãos

Com a primazia dada ao varão primogénito a partir do século XV, as linhagens organizam-se e hierarquizam-se de forma a facilitar, quer a sua ascensão na pirâmide nobiliárquica, quer a sua perpetuação no tempo (Cunha, Monteiro 2010; Sousa 2013). Surgem assim as casas nobiliárquicas, construção social cuja reprodução era um objectivo que tendia a sobrepor-se aos destinos individuais dos seus membros. Cunha (2009), com base numa análise exaustiva de dois grupos familiares, os Cunhas e os Meneses, desde o século XV até 1640, estudou as condições que facilitavam a continuidade das casas. O primogénito tendia a resguardar-se da actividade militar de forma a não colocar em risco a perpetuação da casa. A contenção matrimonial era utilizada como estratégia para evitar a dispersão dos bens não sujeitos à regra da primogenitura, embora pudesse colocar em risco a perpetuação da linhagem em caso de extinção do ramo primogénito.

No caso dos Borges, senhores de Carvalhais, a análise fica limitada pela escassez de informação fiável sobre os irmãos dos sucessivos senhores. Na secção IV foram identificados, com diferentes graus de certeza, 21 filhos dos primeiros 5 senhores de Carvalhais. O baixo número médio de filhos poderá ser mero reflexo da falta de informação.

Descontando os filhos que foram também senhores de Carvalhais, ficamos com 16 indivíduos, dos quais 8 eram homens. Verifica-se que 7 indivíduos terão casado pelo menos uma vez (44%), 2 tornaram-se religiosos (12.5% – Gonçalo da Silva e Luísa Henriques) e outros dois não parecem ter casado (12.5% – Guiomar da Silva e Violante de Miranda). Dos restantes quatro, um não teve geração (Simão de Miranda Henriques), deixando uma capela a um sobrinho, e outro partiu para a Índia em 1560 (Francisco Borges de Miranda). Dois outros elementos da família (um neto e outro que poderá ser filho ou neto do 3º senhor) partiram também para a Índia no mesmo ano.

Os três primeiros senhores de Carvalhais (Rui Borges, Gonçalo Borges e António Borges de Miranda) mantiveram ligações estreitas à corte e ao Rei. O 4º senhor, Rui Pereira de Miranda, não parece ter tido papel relevante na sociedade da época, e o 5º senhor, André Pereira de Miranda, viveu retirado da corte, precisamente em Carvalhais.

A regra habitual da primogenitura teve uma excepção no caso dos senhores de Carvalhais, na transição do 3º para o 4º senhor, dando origem a muita especulação. Nas palavras de um genealogista de finais do século XVII, "*Ruy Pereira de Miranda succedeo na casa de seu pai por assim o querer D. João III*" (Silva <1705, II: 286). Vale a pena rever o caso. Como se viu na secção IV.3, o rei renovou a doação do senhorio de Carvalhais no filho varão primogénito que ficasse do segundo casamento de António Borges de Miranda. Havia no entanto filhos do primeiro casamento que foram preteridos. O rei falava de razões ocultas: a doação era feita, tendo em conta, não só os serviços prestados por António Borges, mas também "*por outros respeitos que me movem*".

Especulou-se muito sobre as razões que teriam levado Dom João III a não seguir a regra habitual. A segunda mulher, Antónia Pereira de Berredo, "*dama da Rainha e também d'el Rey D. João o 3º* ", terá sido amante do rei e terá tido um filho dessa relação, morto prematuramente (Alão <1693, I, 2: 127-128). Com base nos factos, vários autores foram criando um verdadeiro enredo cheio de outros pormenores que não parecem comprovar-se documentalmente. Desde logo, presumia-se que António Borges teria casado de idade avançada com Antónia Pereira e especulava-se que Rui Pereira seria na verdade filho do rei (Gayo <1831, I, tit. "Andrades Freires", §52, n.º 7). Nas palavras de Joaquim da Silveira: "Não nos atrevemos a dizer que de sangue do marido gerecesse; os homens de 70 anos são pouco prolíferos". Contudo, António Borges teria cerca de 55 anos à data do segundo casamento, e não os 70 que lhe atribuíram.

Assim, embora as razões ocultas do rei possam de facto relacionar-se com a sua antiga amante, não parece necessário concluir que Rui Pereira tenha sido gerado pelo próprio rei.

Partindo do pressuposto, errado, de que o "filho do segundo matrimónio estava legalmente fora da sucessão dos vínculos de seu pae", acusava-se o rei de actuar de forma despótica, não respeitando as leis em vigor. A verdade é que a doação a António Borges era vitalícia e por sua morte ficava para Dom Jorge, duque de Coimbra e mestre de Santiago e de Avis. Assim o estabelecia o testamento de Dom João II, como vimos. O rei tinha por isso toda a legitimidade para doar o senhorio a quem entendesse, desde que para tal tivesse a concordância de Dom Jorge. Ora, de facto, por carta de 1525/02/06, o "*mestre e duque*" viabilizou a continuidade dos Borges em Carvalhais até ao bisneto de António Borges (Madahil 1922, doc. 12: 68).

## VI. Conclusão

Num contexto de história local, verificou-se a inexistência de estudos detalhados sobre as origens e primeiros titulares do senhorio de Carvalhais. Este estudo vem preencher essa lacuna. O senhorio formou-se no início do reinado de Dom João I por agregação dos concelhos de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo, no moderno distrito de Aveiro, em doação régia dessas terras a Gil de Ocem. Com a extinção da linhagem Ocem, estas terras foram integradas no vasto senhorio do infante Dom Pedro. Morto este na batalha de Alfarrobeira, o senhorio de Carvalhais voltou a individualizar-se ao ser doado por Dom Afonso V a Rui Borges, seu provável apoiante em Alfarrobeira, seu antigo almoxarife na alfândega de Lisboa e depois seu conselheiro. Embora não tenha sido possível localizar a doação, averiguou-se que Rui Borges já estava na posse do senhorio em Abril de 1450. A série de senhores de Carvalhais na linhagem Borges ficou bem esclarecida com base na documentação coeva. Verifica-se que a realidade documentada se afasta significativamente dos testemunhos transmitidos pelos antigos nobiliários. Estudou-se, por fim, o percurso social dos Borges até à extinção da varonia, em finais do século XVI. Em particular, estudou-se a ascensão deste ramo dos Borges, as suas alianças matrimoniais e as questões relacionadas com a transmissão ao primogénito e percursos dos restantes filhos. Verifica-se que o percurso dos Borges, senhores de Carvalhais, foi em larga medida um percurso representativo da nobreza senhorial na época.

**Post scriptum**: Este artigo foi submetido, revisto e aceite entre Novembro de 2016 e Abril de 2017. Em Abril de 2017, veio entretanto a público a monografia *Ílhavo: Terra Milenar*, coord. Saúl António Gomes, ed. C.M.

Ílhavo, na qual são transcritos alguns dos principais documentos utilizados no presente artigo. Esta monografia inclui também, da autoria de S.A. Gomes, o capítulo "Ílhavo: entre os Tempos Medievais e o Século XVI", com uma secção sobre os "Senhores de Ílhavo" (p. 154-161). Embora o âmbito seja até certo ponto semelhante, o presente artigo é bastante mais exaustivo e detalhado na recolha de informações e respectiva análise. Por sua vez, "Senhores de Ílhavo" colhe a maior parte da informação genealógica nos antigos nobiliários. O presente artigo diverge assim de "Senhores de Ílhavo" em bastantes pormenores, sobretudo genealógicos e cronológicos. Por limitação de espaço, não é possível enumerar todas as diferenças, mas o leitor interessado poderá facilmente identificá-las. Onde essas diferenças existem, o presente artigo fundamenta devidamente as interpretações seguidas.

Uma das diferenças mais significativas diz respeito à data da confirmação de privilégios aos moradores do senhorio de Carvalhais e Ílhavo feita a pedido de Rui Borges. Gomes (p. 157), baseando-se numa transcrição incompleta, assumiu que dataria de 1449/04/20, mas esta data, sendo anterior à batalha de Alfarrobeira, seria pouco plausível. A transcrição integral utilizada no presente artigo mostra que a confirmação data de 1450/04/20.

"Senhores de Ílhavo" (p. 158) contém alguma informação sobre disputas entre Gonçalo Borges e o mosteiro de Santa Cruz, ocorridas entre 1494 e 1498, as quais, por desconhecimento, não foram referidas no presente trabalho (ANTT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, L. 5º dos Autênticos, fl. 60v-63, e L. 1º dos Autênticos, fl. 127v-128).

## VII. Bibliografia


*AHG* = Visc. Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico*, Typ. Universal, Lisboa, 1872.

Alão <1693 = C. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, A.A.P.M. Vasconcelos, A.A.F. Cruz & E.E.A.C. Freitas (publ.), Liv. Fernando Machado, Porto, 1943-1948.

BORREGO, N.G. (2003) *Cartas de Brasão de Armas: Colectânea*, Dislivro Histórica, Lisboa.

CAETANO, P.N.P. (2011) *A Burocracia Régia como Veículo para a Titulação Nobiliárquica: o Caso do Dr. João Fernandes da Silveira*, dissert. dout., Faculdade de Letras, Porto.

COLAÇO, J.M.T.M. (1929) *Cadastro da População do Reino (1527): Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira*, Lisboa.

*CPDD* = *Chancelarias Portuguesas. Dom Duarte*, Inst. Nac. Investigação Científica, Lisboa, 1998-1999.

*CPDJI*= *Chancelarias Portuguesas. Dom João I*, CEH, Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, 2004-2006.

CUNHA, M.S. (2009) "Nobreza, Alianças Matrimoniais e Reprodução Social. Análise comparada dos Grupos Familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV – 1640)", in A.A. Andrade,

H. Fernandes e J.L. Fontes (coord.), *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Caleidoscópio, p. 741-786.

CUNHA, M.S., & N.G. Monteiro (2010) "Aristocracia, Poder e Família em Portugal: Séculos XV-XVIII", *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica*, Edições Colibri, Lisboa, pp. 47-75.

*Emmenta* = A.B. Freire (1907-1908) "Emmenta da Casa da Índia", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25.ª série, 1907, n.º 7, 233-241, n.º 8, 265-273, n.º 9, 311-319, n.º 10, 331-339, n.º 11, 366-375, n.º 12, p. 424-436, e 26.ª série, 1908, n.º 1, p. 18-32.

FARELO, M.S.S. (2008) *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissert. dout., Univ. Lisboa.

FIGUEIREDO, D.G. (<1682) *Genealogias Portuguesas*, Bibl. Nac. Portugal, códices n.º 13125 (vol. II), 13126 (vol. IV), 13127 (vol. V), 13128 (vol. VII) e 13129 (vol. VIII), provenientes do Arquivo Cadaval, segundo Tarouca, 1946, p. 644.

FONSECA, S. (2007) Ílhavo: Ensaio Monográfico. Séc. X ao Séc. XX, Papiro Editora.

FREIRE, A.B. (1908) "Povoação da Estremadura no XVIº Século", *Archivo Historico Portuguez*, VI, p. 241-284.

FREIRE, A.B. (1921-1930) *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., 2.ª edição, Impr. Universidade, Coimbra.

Gayo <1831 = M.J.C. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, A.A. Meireles e D.A. Afonso (publ.), 10 vols., Braga, 1938-1941.

Góis ~1560 = Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, A.M.F.P. Vasconcelos (intro. e transcr.), Inst. Port. Heráldica, Lisboa, 2014.

Góis 1558 = *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei D. Emmanuel escrita por Damião de Goes*, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1790.

GOMES, R.C. (1995) *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Difel, Lisboa.

GONÇALVES, A.N. (1959) *Inventário Artístico de Portugal. Volume VI: Distrito de Aveiro. Zona Sul*, Acad. Nac. Belas Artes (ed.), Lisboa.

GUERRA, L.B. (1965) *A Casa da Graciosa*, Livraria Cruz, Braga.

HENRIQUES, S.P.M. (1721) "Informação de Notícias dadas a Ordem do Illustrissimo Cabido da Cidade de Coimbra", publ. A.G.R. Madahil, "Informações Paroquiais do Distrito de Aveiro de 1721: Avelãs de Cima", *Arq. Dist. Aveiro*, IV, 1938, p. 21-24.

*LLRP* = *Liuro das Linhagens do Reino de Portugal*, Biblioteca Nacional de Portugal, códice n.º 980. Atribuído a António de Lima (<1582), com material posterior.

*LLS16* = A. Machado de Faria, *Livro de linhagens do século XVI*, Lisboa, 1957.

LOPES, L.S. (2016) "O Verdadeiro Paço de Carvalhais: da História à Reabilitação?", *Jornal da Bairrada*, Ano LXV, n.º 2373, 2016/09/01.

MA = *Milenário de Aveiro*, A.G. Rocha Madahil, (org.), C.M. Aveiro, 1959.

MADAHIL, A.G.R. (1922) *Illiabum. I. Um Projecto de Brasão d'Armas Concelhio*, Gráfica Conimbricense, Coimbra.

MADAHIL, A.G.R. (1938) "Forais do Distrito de Aveiro: Foral de Ílhavo", *Arq. Dist. Aveiro*, IV, p. 179-199.

Madahil, A.G.R. (1941) "Forais Novos do Distrito de Aveiro: Avelãs de Cima", *Arq. Dist. Aveiro*, VII, p. 66-75.

MADAHIL, A.G.R. (1942) "Forais Novos do Distrito de Aveiro: Carvalhais, Ferreiros, Fontemanha e Vale de Avim", *Arq. Dist. Aveiro*, VIII, p. 49-58.

*Marrocos* = Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, 2 volumes, 1915-1934.

*MJA* = D.M. Gomes dos Santos (1963-1967) *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, Est. História (Ultramarina e Continental), Publ. Culturais, n.º 65, 2 vols., 5 tomos, Diamang, Lisboa.

MORENO, H.B. (1979-1980) *A Batalha de Alfarrobeira*, 2 volumes, Coimbra.

PINTO, P. (2014) "Fragmentos de Pergaminho na Torre do Tombo: um Inventário Possível (1315-1683)", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14, 31-84.

PIZARRO, J.A.S. (1987) *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV)*, Porto.

*Provas* = A.C. Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 vols., Oficina Silviana, Lisboa Ocidental, 1739-1748.

ROSA, M.L. (1995) *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV: Modelos e Práticas do Comportamento Linhagístico*, Ed. Estampa.

SANTOS, A.P.F. (1993) "Ferreiros: o Único Concelho Medieval do Distrito de Aveiro", *Aqua Nativa*, n.º 5, Ass. Cultural de Anadia, p. 30-35.

SÃO PAYO, L.M.V. (1987) "Os naturais (Séculos XIII e XIV)", *Raízes e Memórias*, n.º 1, Ass. Port. Genealogia, p. 45-71.

Silva <1705 = MS. Silva, *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*, anot. C. Castelo Branco (anot.), M.A. Fernandes (apres. e rev.), 2 vols., Carvalhos de Basto, 2000.

SILVEIRA, J. (1910-1911) "Morgados de Carvalhais", *Jornal de Anadia*, 1910/04/02 a 1911/01/12. Republicação: *Aqua Nativa*, n.º 20, Ass. Cult. Anadia, 2001, p. 34-51.

SOUSA, A.C. (1722) "Catálogo dos Bispos das Igrejas de Cabo Verde, S. Thomé e Angola", *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa Ocidental.

SOUSA, A.C. (1735-1749) *História Genealogica da Casa Real Portugueza*, 20 vols., Oficina Silviana.

SOUSA, B.V. (2013) "Afirmação Social e Liderança Nobiliárquica em Portugal (Séculos XIIIXV)", *Studia Zamorensia*, vol. XII, p. 41-55.

SOVERAL, M.A. (2004) *Ascendências Visienses*, 2 vols., Porto.

TAROUCA, C.S. (1946) "Os Livros Genealógicos de Diogo Gomes de Figueiredo", *Brotéria*, vol. 42, p. 643-656.

VASCONCELOS, A.M.F.P. (2012) *Nobreza e Ordens Militares: Relações Sociais e de Poder. Séculos XIV a XVI*, Militarium Ordinum Analecta, vol. 12, CEPESE, Porto.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_6

# Memórias da Casa Pia das Convertidas. Instituição, Espaços e Agentes face ao Problema da Prostituição em Lisboa (Séculos XVI-XX)

## *Memories of Casa Pia das Convertidas of Lisbon. Institution, Houses and Agents (16th-20th Centuries)*

Delminda Miguéns Rijo
Investigadora Câmara Municipal de Lisboa
CITCEM – GHP
delminda.rijo@cm-lisboa.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 22/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 09/05/2017

**Resumo:** A reunião de fontes históricas documentais, algumas inéditas, sobre a Casa Pia das Convertidas de Lisboa, orientou-nos numa síntese sobre uma instituição que na sua génese se propôs retirar da sociedade e regenerar mulheres em situação de prostituição e de exclusão familiar e matrimonial, no decurso de um período que cobre toda a Idade Moderna e se prolongou até ao início do século XX.

Toda a narrativa é perpassada por temas como a fundação, os instituidores e as suas motivações, o impacto social, o quotidiano e o almejado "remédio de vida", expressando uma obra que, embora pré-existente à realização do Concilio de Trento, interpreta plenamente o espírito reformista daí saído.

**Palavras-chave:** Recolhimentos, Lisboa, Casa Pia das Convertidas.

**Abstract:** The meeting of historical documentary sources, some of them unpublished, on the "Casa Pia das Convertidas" in Lisbon, guided us in a synthesis about an institution that, in its genesis, was proposed to withdraw from society and regenerate women in situations of prostitution and family and marital exclusion, during a period that covers the entire Modern Age and continued until the beginning of the twentieth century.

The whole narrative is permeated by themes such as the foundation, the founders and their motivations, social impact, daily life and the desired "remedy of life", expressing a work that although pre-existent to the realization of the Council of Trent, fully interprets the reformist spirit that came out.

**Keywords:** Gatherings, Lisbon, House of Converted Women.

A reunião e análise de fontes históricas documentais sobre a Casa Pia das Convertidas de Lisboa, com destaque para o compromisso original que se considerava perdido[1] e que identificámos no Arquivo Histórico da Santa Casa da

[1] Cf. Maria Joana de Sousa Anjos Martins *Subsídios para o Estudo da Assistência Social Portuguesa. Os Recolhimentos de Lisboa. 1543-1623.* Dissertação para licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1961, p.194.

Misericórdia de Lisboa, corroboram e atualizam o conhecimento histórico sobre o quadro normativo primitivo e o funcionamento quotidiano daquele que terá sido um dos primeiros recolhimentos fundados em Portugal e domínios ultramarinos, destinado a mulheres convertidas[2].

O propósito deste estudo, fundamentado no referido *corpus* documental, é desenvolvido em três partes:

Numa perspetiva preambular, contextualizar a fundação da Casa Pia das Convertidas de Lisboa, enquanto medida assistencial conjunta das autoridades régia, eclesiástica e iniciativa civil, face ao problema da prostituição na capital (séc. XVI-XVIII);

Contribuir para a interpretação das etapas da sua "biografia", com enfoque no percurso institucional – fundação, agentes, objetivos;

Privilegiando o período entre os finais do séc. XVI e meados do séc. XVIII, perscrutar o quotidiano da Casa Pia das Convertidas dentro de portas, desde o ingresso até à reintegração da mulher na sociedade, relacionando-o pontualmente com Casas congéneres do espaço ibérico e outros recolhimentos de Lisboa[3].

## I

Em 1543 foi instituída a Casa de Santa Marta em Roma, vocacionada para o acolhimento e recolocação no "bom caminho" de mulheres arrependidas. Adotou como modelo os recolhimentos para mulheres arrependidas já existentes em Castela (Coelho 2006:257). Nesse mesmo ano foi fundado em Lisboa o Mosteiro das Penitentes, perfilando os mesmos objetivos.

O modelo terá ampla difusão no movimento de Contra-Reforma iniciado no século XVI e que trará profundas mudanças à igreja e sociedade ocidental. Este irá também influenciar a própria prática assistencial ao fomentar a ação catequizadora contra o pecado, sobretudo o público, direcionando a ação da caridade para os mais vulneráveis ao mesmo – os pobres e as mulheres (Mestre e Loja 2004:192).

---

[2] O primeiro recolhimento para mulheres penitentes foi o de Santa Marta, fundado em Évora c.1540, por iniciativa dos padres Gomes de Miranda e Luís de Melo. Outros exemplos de recolhimentos fundados para convertidas foram o de Santa Maria Madalena, em Goa, em 1609, o Recolhimento das Convertidas em Braga, em 1722, ou o Recolhimento de Mulheres Arrependidas de Igarassu, no Brasil, c. de 1735.

[3] Já estudados no âmbito de projeto «Da Cidade Sacra **à** Cidade Laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX» (PTDC/CPC-HAT/4703/2012) do Instituto de História da Arte (FCSH/NOVA), em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a Direcção-Geral de Arquivos e a Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/NOVA) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O alinhamento da pluralidade assistencial do Estado, da Igreja, de reis e poderosos na aplicação dos seus bens de alma e fundos monetários e patrimoniais, convergiu com algumas das determinações do Concílio de Trento, nomeadamente sobre a mulher e o seu papel na sociedade. De facto, a articulação da honra e da virtude feminina com a valorização do casamento, da família e da igreja (Coates 1998:218) mobilizaram a aplicação de muitos bens na fundação e manutenção de estruturas especializadas no afastamento da mulher dos perigos do mundo – os recolhimentos femininos.

Estes surgiram por toda a Europa, incluindo Portugal e alguns territórios ultramarinos, diferenciando-se de outros fundados em períodos anteriores e que promoviam o afastamento do século por vocação religiosa e não com objetivos de controlo social. Uns estavam mais vocacionados para resguardo de órfãs, viúvas, desamparadas e depositadas e outros para mulheres "perdidas", normalmente votivos a Santa Maria Madalena (Lopes 2010:101).

Quando os primeiros decretos conciliares chegam a Portugal, c. 1550, no reinado de D. João III, referindo a mulher em disposições sobre a virtude feminina e o casamento, já funcionavam em Lisboa por iniciativa régia, pelo menos desde 1543, dois recolhimentos sob administração da confraria da Paixão de Cristo – o Mosteiro das Órfãs Honradas e o Mosteiro das Convertidas, promovendo o primeiro a vigilância e preservação da honra e virtude de jovens órfãs e o segundo a recuperação de mulheres de vida dissoluta ou em perigo de nela cair.

Estas iniciativas harmonizam-se com outro movimento, coetâneo, de reforma da moral sexual, caraterizado por novas atitudes em relação ao corpo e a novas regras de comportamento "invadindo o pudor e a castidade todas as áreas da vida quotidiana" (Grieco 1991:92).

Alteraram-se conceitos anteriormente aceites, nomeadamente em relação ao papel da prostituta. As relações sexuais fora do casamento deixaram de ser olhadas como uma necessidade natural dos homens, passando a ser vistas como luxúria e a prostituta, anteriormente tolerada e considerada como um freio à lascívia, passou a ser encarada como o verdadeiro agente do vício (Sobremazas 2006:17).

A sexualidade foi alvo de maior policiamento "tornando-se um dos fantasmas das autoridades civis e religiosas" (Grieco, 1991:92) e o contexto de crises de mortalidade quase contínuas e a conjuntura migratória dos Descobrimentos, com ausência dos homens das famílias, evidenciaram a necessidade de intervenção num numeroso grupo de mulheres desamparadas e muito expostas à prática da prostituição.

Lisboa era a capital e palco de grandes movimentações populacionais e como tal tinha grande oferta de serviços sexuais, tornando-se relevante para os diversos poderes, em prol do bem comum e anulação dos maus exemplos, a retirada destas mulheres das ruas (Araújo 2015:128). As fontes documentais

eclesiásticas do séc. XVII atestam a dimensão do problema, sendo bem expressivos os números da Visitação do Arcebispado à freguesia do Loreto em 1628, a mesma onde se localizava a Casa Pia das Convertidas.

Excluindo outros indivíduos que dependiam da prostituição, como as alcoviteiras e alcoiceiras e alguns familiares, ou pessoas em relacionamentos ilegítimos que não configuravam casos de prostituição, mas frequentemente caiam nela, apurámos 75 mulheres denunciadas como devassas "de seu corpo" (AHPL, ms. 342, fl. 252 a 338, 1628), referindo-se os relatos quer à prática individual, com ou sem consentimento familiar (do marido ou dos pais), e a grupos de mulheres que coabitavam no mesmo espaço.

Tratando-se de um pecado público, que colocava em causa a estabilidade social, estava sujeito à aplicação de uma pena, variável consoante a gravidade. Por não dispor de arruamentos próprios, a prostituição era proibida nesta freguesia. Estava previsto na lei de D. Sebastião, de 1570, que as "mulheres de fortuna" fossem remetidas para ruas próprias "por se evitarem os muitos inconvenientes que se seguem de viverem e morarem misticamente com outra gente" (cit. Aguiar 1947:466).

Na primeira metade do século XVII houve grande produção legislativa que visava combater, ou pelo menos conter, a prostituição: o Regimento dos Quadrilheiros (1603) ordenava aos oficiais de justiça a identificação de prostitutas por bairros e a sua participação às autoridades; o Regimento dos Corregedores e Juízes do Crime dos Bairros de Lisboa (1608) na realização de devassas semestrais às pessoas "que dão ou consentem alcouce em casa, ás mães que prostituem suas filhas" (idem, 467). As cortes régias (1624 e 1628) também debateram o assunto, recomendando a averiguação dos pecados públicos para o âmbito local dos corregedores.

A Casa Pia das Convertidas de Lisboa acolhia mulheres deste contexto social ou em perigo de nele cair – a mesma Visitação reporta 24 maridos ausentes em vários territórios ultramarinos (AHPL, ms. 342, fl. 252 a 338, 1628), um fator de degradação social dos agregados e de cujo meio familiar o recolhimento também recebia mulheres.

Perante a dimensão do flagelo, o recolhimento significava uma das possibilidades de reabilitação, numa sociedade em que a imagem da mulher pública adquiriu uma nova vertente, a da mulher pecadora que afetava a estabilidade social, mas que podia salvar-se através da redenção (Sobremazas 2006:17).

Entre meados do séc. XVI e finais do séc. XVIII foram fundados em Lisboa, por iniciativa de um ou mais benfeitores, cerca de 25 recolhimentos. Alguns perduraram apenas na memória, limitando-se a sua narrativa a uma notícia, um nome, ou um sítio. Dos restantes, os primeiros e melhor documentados e por isso mais estudados, de maior dimensão e provavelmente com maior relevância social, foram o Recolhimento das Órfãs do Castelo (1543), o Recolhimento das

Donzelas Órfãs da Misericórdia (1594), o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo a São Cristóvão (1598) e o Recolhimento da Casa Pia das Convertidas (1543, c.1582)[4].

A tutela destas instituições foi exercida pelo Estado, através da Mesa da Consciência e Ordens, pela Igreja, ou por entidades por si designadas – Confrarias e Irmandades, de que a Misericórdia foi um exemplo relevante e que no Liberalismo recebeu a tutela e procedeu à reforma dos recolhimentos da capital. Ao contrário de outras cidades portuguesas, em Lisboa não encontramos a ação individual de um Bispo ou de outra dignidade da igreja, mas identificamos por exemplo, a fundação e administração por uma casa nobre, como o recolhimento do conde de S. Lourenço (ant. 1660), sobre o qual pouco se sabe.

A Casa Pia das Convertidas foi uma obra destinada à reforma e aproveitamento social de mulheres arrependidas, muito beneficiada com donativos e obrigações pias[5], particularmente nos reinados de D. João III a D. Filipe II, cuja importância social ficou bem expressa no preâmbulo do Compromisso de 1592:

> "Considerando isto algumas pessoas ilustres de sangue e de virtude pensando na elevação de tal obra e da graça de Deus e proveitosa à cidade de Lisboa [...] e nela há tantos e tão grandes mosteiros cheios de pessoas santas e religiosas que continuamente louvam e servem a Deus não convinha à sua grandeza faltar remédio para mulheres inda que pecadoras compadecendo-se com amor e caridade cristã do mau e perigoso estado das almas de algumas mulheres que por muitas ocasiões estão em pecado publico ofendendo a Deus com suas torpezas [...] ao menos achassem nesta cidade lugar seguro e aparelhado para delas se tirarem" (AHSCML, Compromisso da Administração da Casa da Piedade das Penitentes de Lisboa, s.p.).

## II

Em 1551, Cristóvão Rodrigues de Oliveira nomeia D. João III como o fundador do Mosteiro das Penitentes da Paixão de Cristo, por conselho de letrados e do seu confessor, frei João Soares (cf. Oliveira 1939: 74-75).

O manuscrito "Memórias Históricas do Recolhimento das Convertidas" remete a iniciativa para a rainha consorte D. Catarina da Áustria, em apoio à

---

[4] Todos eles já estudados por Reis, Maria de Fátima Dias, *Poder Régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna, os recolhimentos de Lisboa*, 2004 e Maria Joana de Sousa Anjos Martins *Subsídios para o Estudo da Assistência Social Portuguesa. Os Recolhimentos de Lisboa. 1543-1623.* Dissertação para licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1961.

[5] Fernão Mendes Pinto, falecido a 8 de Julho de 1583, legou à Casa Pia das Penitentes o manuscrito original de *A Peregrinação*. A obra foi posteriormente organizada por frei Belchior de Faria, aprovada pela Inquisição em 1603 e impressa em 1614 pelo editor Craesbeeck.

causa da negra Violante da Conceição, que começara por recolher prostitutas arrependidas num espaço que "tinha por detrás da Igreja de S. Cristóvão, de que trazia a chave, e ahi as sustentava com esmolas que tirava" (BNL, Memórias, fl. 180v). A "História Seráfica da Ordem dos Frades Menores na Província de Portugal" também refere Violante da Conceição, que indo em peregrinação a Roma, quis reproduzir em Lisboa o mosteiro de freiras da Ordem de Santo Agostinho, onde professavam mulheres penitentes (Esperança 1670: 519).

Frei Manuel da Esperança precisa a data da sua fundação, o dia 21 de Maio de 1543, com "trinta e três resolutas a mudar de vida", sob a regra de Santo Agostinho e o seu governo por freiras do mosteiro de Celas (Esperança 1670: 345). No ano seguinte, D. João III solicitou ao secretário em Roma, Baltasar de Faria, "graças e privilégios para um mosteiro de mulheres penitentes em que já então estavam recolhidas muitas" (apud Martins 1961:75), recebendo confirmação do papa Paulo III, em Março de 1544. Já então o recolhimento estava sob a tutela da Confraria da Paixão de N. Sr. Jesus Cristo (id. 1961:73), que também administrava o Mosteiro das Órfãs Honradas destinado a "filhas de ministros e fidalgas cujos pais houvessem falecido em serviço da coroa" (ANTT, Chancelaria D. João III, Liv. 5º, fl. 2).

A crise de subsistência de 1546 forçou a confraria a restituir a administração a D. João III (cf. ANTT, Corpo Cronológico, Mç. 78, Doc. 63), que a transferiu para o seu confessor e o governo interno para D. Filipa de Sousa, do convento de Chelas (História dos Mosteiros 1950:345).

Procurando-se um espaço mais adequado, o recolhimento foi transferido para a colina de Santana, junto da ermida da mesma evocação. A comunidade passou a dispor de cuidado espiritual apropriado e a assistir ao culto através de uma grade aberta na parede do edifício (BNL, Memórias, fl. 180v). Esta nova etapa é de continuidade, certificada pela carta régia de mercê de 1548 ao Mosteiro das Penitentes e Casa das Órfãs, "que se ora novamente hordenaram e fizeram na cidade de Lixboa" (ANTT, Chanc. D. João III, Livro 5º, fl. 2). E ainda pela consignação de uma mercê de 60 homens para pedir esmola para as órfãs e convertidas (cf. ANTT, Chanc. D. João III, L. 35, fl. 30 v). Mercês que denotam o empenho régio na continuação de uma instituição que não só combatia a prostituição, como recuperava socialmente mulheres que eram válidas para outro projeto – pelo casamento, cujos dotes consistiam em cargos ultramarinos, contribuíam para o governo e povoamento dos territórios além-mar.

O mosteiro das Penitentes da Paixão de Cristo permanecerá nestes moldes cerca de duas décadas, convertendo-se em 1561 no mosteiro de Sant'Ana[6] de religiosas da terceira Ordem de S. Francisco (Castro 1870:666). Apenas sete das

[6] Foi elevado a convento de religiosas a 2 de Julho de 1562, sob a regra de Santa Clara, com obediência aos Prelados da Província Observante de Portugal.

24 Penitentes da Paixão de Cristo ficaram no convento com intenção de professar (Conceição 1740:135).

Previamente a esta mudança, a rainha viúva D. Catarina pedira esclarecimentos sobre as Convertidas de Roma ao embaixador Lourenço Pires de Távora, que remeteu um caderno e cópia dos estatutos das Convertidas de Roma e a regra e traslado da bula das Convertidas de Castela (cf. ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 104, doc. 129). Dispunha-se talvez a dar continuidade à Casa, procurando-lhe uma regra mais adequada e eficaz face à realidade de Lisboa.

Só cerca de duas décadas depois haverá notícia de uma nova Casa de Convertidas em Lisboa e terá como principal figura o vigário geral dos religiosos capuchos de N. Sra. do Monte Carmelo, do convento de S. Filipe da Pampulha – frei Jerónimo Graciano da Madre de Deus.

Frei Belchior de Santa'Ana atribuiu-lhe a fundação e patrocínio da instituição, que manteria com as pregações e donativos que recolhia em diversas igrejas de Lisboa, como S. Roque ou S. Francisco da Cidade (cf. Sant'Ana 1657: 272-273). Para esta fase, aponta a "Memória Histórica" que o benfeitor seria um capitão castelhano, de apelido Cespedes, que conhecendo os recolhimentos de Castela e julgando-os adequados à realidade de Lisboa, teria pedido auxílio a frei Jerónimo Graciano. Talvez assim tivesse sido numa fase inicial, pois o patrocínio régio e o apoio de alguns nobres foram fundamentais para a concretização da obra, que permaneceu sob a proteção de corporações religiosas, primeiro de Agostinhos e depois de Jesuítas.

Segundo a "Memória Historica" a fundação da nova Casa Pia das Penitentes teria ocorrido em 1582, data em que o primeiro Provedor iniciou funções (cf. BNL, Memórias, fl. 210). O edifício primitivo estava localizado junto aos Fiéis de Deus, no Bairro Alto, e era contíguo à casa do benemérito capitão Cespedes. Mas a falta de condições para acolher uma comunidade de recolhidas ditou a transferência para outro edifício, localizado extramuros e entretanto desocupado pela congregação de religiosas flamengas. Ficava junto à ermida de N. Sra. da Glória, na atual avenida da Liberdade, onde possuía condições para a clausura – roda, capela e portaria (id., fl. 184).

Frei Jerónimo Graciano terá fundado uma confraria, nomeou o Provedor, o meirinho mor D. Duarte de Castelo Branco e redigido um regulamento (Santa Ana 1657:273). A ação espiritual, as confissões e as eleições da mesa eram assistidas pelos religiosos de S. Filipe (id. 1657:273), ficando a partir de 1588 sob a direção espiritual dos padres da Companhia de Jesus.

A maior exposição a perigos e desordens – alguns foram mesmo relatados nas crónicas sobre as Convertidas – em mosteiros e recolhimentos femininos edificados fora dos núcleos urbanos, terá talvez motivado os jesuítas a procuraram-lhe um novo local e a integrá-lo no interior da cidade. O Prepósito de S. Roque, o padre Pedro da Fonseca, enviou a Roma, em Maio de 1587, uma carta

na qual mencionava que a obra ainda não dispunha de casa e igreja próprias "que ya se le procura" (apud Martins 1961:83). A nova Casa seria formalizada a 28 de dezembro de 1587 e realizada uma procissão solene para o novo edifício no domingo, dia 19 de janeiro[7].

O ato processional de transferência do recolhimento para o Loreto contou com a participação das mais ilustres figuras da cidade, o Provedor e nobreza de corte, os irmãos da mesa e religiosos dos principais conventos de Lisboa, criando um espetáculo público, ritualizado e encenado na rua para maior efeito pedagógico. Alertava para uma obra que combatia o persistente mal social da prostituição, reforçando ao mesmo tempo o sentido de devoção e de obediência à Igreja e ao Estado, pois conjugava o mundo secular e o mundo eclesiástico plenos de adornos, figuras e simbologia (cf. Furtado 1997:251).

A procissão contou com todos os elementos que fascinariam qualquer população na Idade Moderna: a representação das principais ordens monásticas, a presença do poder local e as protagonistas da obra pia – trinta e oito mulheres descalças com o hábito de S. Francisco – e por fim a participação direta da nobreza pela Regente, que com a porteira finalizavam o cortejo e "levavam diante de si duas meninas de nove anos que se tiraram a suas mães desordenadas para que se não perdessem" (BNL, Memórias, fl. 196v).

O percurso, criteriosamente delimitado, saiu das "ortas da Anunciada" e entrou no núcleo urbano pelas Portas de Santo Antão, entrando depois na grande praça da cidade, o Rossio. Foram aqui relatados simbólicos episódios de arrependimento e devoção, que se repetiram noutros locais, numa intensidade crescente, que exaltavam na assistência a valia social e religiosa da obra. Prosseguiu por várias ruas até chegar à Calcetaria, onde decorreu o auge da encenação, com a assistência do vice-rei das janelas do Paço da Ribeira. Chegou às Portas de Santa Catarina e entrou no Bairro Alto, cumprindo-se o objetivo pedagógico sobre a assistência.

A encenação prosseguiu no recolhimento, colocando-se as mulheres nas varandas "onde com os cortinados se cobriram do povo que ocupava o pátio" (id., fl. 197). Ao aparato da procissão seguiu-se o da decoração, preparada para impressionar os que observassem o interior do recolhimento, ornamentado com ricos tecidos de damasco e brocado e objetos simbólicos (id., fl. 197).

Os jesuítas envolveram-se na promoção da obra das Convertidas junto da população, sobretudo até às primeiras décadas do séc. XVII, conforme transparece a produção epistolar jesuítica, acompanhando situações de risco, promovendo ações de sensibilização e intervenção junto da população-alvo.

---

[7] Creio que a data resulta de um erro de pena, devendo tratar-se de 1588, pois a carta de Pedro da Fonseca, de maio de 1587, dava conta que procuravam uma casa próxima de S. Roque para as acolher.

A exibição pública das recolhidas em certas cerimónias contribuía para a elevação social e religiosa da obra. Ocasionalmente participavam com cânticos em celebrações religiosas e nas exéquias dos benfeitores da Casa e noutros momentos simbólicos, como a colocação do Santíssimo Sacramento na igreja do recolhimento, em 1609, ato novamente revestido de aparato processional para deslumbre da assistência, o qual "[…] já entrava na igreja das convertidas quando o Senhor estava ainda em S. Roque" (id., fl. 202). Também aqui se manifesta o favor régio pelo privilégio concedido da utilização dos símbolos reais – os panos de rás em prata e seda do rei e a missa celebrada com os cantores da capela real (id., 203 v).

O terramoto de 1755 destruiu o recolhimento e a igreja, obrigando as Convertidas a abrigarem-se em barracas num descampado da cidade, na Fonte Santa (Castro 1870:435). Todavia, sendo uma instituição sob proteção régia, foi arrendado um terreno para a construção de uma barraca mais apropriada e pedida uma planta a Eugénio dos Santos (aviso régio de 30 de julho de 1756). Foi enviada a 3 de Setembro de 1756 ao conde de Povolide, mas desconhece-se se a obra foi executada (cf. ANTT, Providências L e LI que se deram no terramoto, pág. 278-279).

Segundo o olisipógrafo Pastor de Macedo, permaneceram temporariamente noutros locais – ao Rego e na Calçada de Santo André (Macedo 1942:257) até se fixaram na Rua do Passadiço, no convento que pertencera às Carmelitas Descalças (alvará de 22 de Abril de 1775), e que passou a asilo exclusivo de Convertidas, com a designação de Real Recolhimento da Natividade de N. Sra. e Santa Maria Madalena da Rua do Passadiço.

Em 1805, problemas financeiros fizeram equacionar a venda do edifício (ANTT, Chancelaria D. Maria I, Liv. 71, fl. 316 v), mas ficou sem efeito, evoluindo o estado de degradação. Em 1809, a Regente D. Maria da Graça Fortunata Cré de Sena queixava-se do estado de miséria da instituição, que atribuía à ausência de Provedor que "sempre fora nomeado por aviso régio" (ANTT, Ministério do Reino, Recolhimentos, cx. 109, ms. 982, s.p.). O afastamento do anterior, o conde de Caparica, expusera o recolhimento a "graves prejuízos temporais e espirituais" (id.), faltando-lhes os recursos para sobreviverem. As centenárias rendas dos vários almoxarifados estavam obsoletas e as recolhidas viviam de esmolas. A dimensão espiritual também sofrera um grande revés com a retirada do Santíssimo Sacramento da igreja, deixando a comunidade sem missa.

O parecer do Marquês de Borba (26 de Fevereiro de 1825) é dominado pela anotação do estado de precariedade, afirmando que as rendas se destinavam "ao parco sustento de dezassete recolhidas que ocupavam dezassete cubículos dos trinta e um que tem o edifício que necessita de obras para a sua conservação" (id.).

Sobre a reorganização dos recolhimentos da capital que juntou algumas instituições, por vezes sem um estudo prévio, o parecer apontava os inconvenientes da coabitação no recolhimento de dois tipos distintos de recolhidas – as "Filhas da Caridade" com as "Convertidas da Capital" (ANTT, Ministério do Reino, Recolhimentos, 109, ms. 982, s.p.). Foi por isso desfavorável à sua incorporação, dadas as possibilidades de conflito e a contradição dos estatutos, o que tornava a reorganização impraticável.

Mas a questão não ficou por aqui muito tempo. Em 1839, após nova averiguação aos recolhimentos da capital, o relatório do secretário geral José António Lopes (ANTT, Ministério do Reino, Ms. 2078) propunha a sua extinção devido à falta de Provedor e ao estado de abandono "logo que o das filhas da caridade tenha administrador para onde deviam ir as suas três únicas recolhidas e quatro pensionistas"(id.).

Mas não terá sido ainda a extinção das Convertidas, pois numa nota escrita em 1841 expõe-se que, ao contrário dos tempos antigos, quando "[…] muitas prostitutas se admitiam nesta casa, hoje porém nenhuma nela se admite e só ali existem huas quatro ou cinco, e já de avançada idade" (Cruz 1841: 215). A partir de 1851 transita para a Administração dos Recolhimentos da Capital e, em 1855, instalaram-se no edifício do recolhimento as recolhidas de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo, provenientes de Rilhafoles, cujo convento fora libertado para instalação do Hospital dos Coléricos. A instituição daqui resultante ainda existia em 1878, e era mencionada no roteiro das ruas de Lisboa em 1890. Em 1902 designava-se de N. Sra. Da Conceição do Passadiço e fora até então sua Regente D. Francisca da Purificação Pinto (AHPL, correspondência vigários da vara e párocos 1900-1903, Ms. 108, n.º 136).

No final, não obstante o esforço de adaptação feito após o liberalismo, perdera o impacto social. E ainda que os desígnios que levaram à sua fundação perdurassem – prevenir ou conter a proliferação da prostituição – a instituição já não lhe dava resposta, servindo apenas de local de abrigo a velhas prostitutas da capital.

Entre outras experiências que visavam a regeneração de prostitutas, foi fundado por iniciativa do tenente coronel João Luiz de Moura, governador civil de Lisboa, do major da polícia Ferreira do Amaral e do padre José Ferreira Governo, o Instituto de Santa Maria Madalena, em 1927, na travessa da Luz "para remediar ou atenuar a falta que fazia em Lisboa" (Macedo, 1942: 257-258) uma casa mantida pela caridade particular e por subsídios da assistência pública.

## III

O edificado dos recolhimentos já estudados para Lisboa, memoriado ou sobrevivente e adaptado a novos usos, apresenta uma organização arquitetónica

muito similar à conventual: espaços fechados sobre si, compostos por elementos construídos de contenção e clausura como a cerca, claustro, coro, grelha, confessionário, refeitório, dormitório, celas e cárcere. A Casa Pia das Convertidas de Lisboa, ao Loreto, encaixava quase integralmente neste modelo e integra o grupo dos que podem ser apenas memoriados.

A sua localização e delimitação geográfica ficaram inscritas no Tombo de Lisboa de 1756, quando o edifício já estava destruído e constava do elenco das propriedades desaparecidas ou danificadas pelo terramoto de 1755.

Edificado entre a rua do Loreto, a rua das Chagas e a rua da Horta Seca (GEO, Tombo de Lisboa, 1756:fl. 67), a configuração arquitetónica, posterior a 1610[8], consta da "Memória Histórica" feita pelo Provedor, por indicação de D. João V, c. 1730, que descreve não só o edifício, como relata a história da casa e as principais regras que a regeram. O rei, sensibilizado pelo estado de ruína da igreja e do recolhimento, patrocinou uma campanha de obras entre 1737 e 1744, sob direção inicial do arquiteto Custódio Vieira e finalizada por Manuel Vicente, mas cuja configuração desconhecemos (cf. ANTT, Minist. Reino, Recolhimentos, cx. 1101, mç. 983, s.p.).

A "Memória" descreve pormenorizadamente o interior do edifício, composto por dois pisos, a igreja e anexos e o claustro. Ultrapassada a porta principal pela rua do Loreto, a primeira divisão era dominada pelos elementos de comunicação com o exterior, o locutório e a roda, ficando-lhe contíguos os aposentos da Regente. Estes tinham acesso ao claustro e dispunham de uma capela privada, com altar, quadros e um painel de iconografia religiosa. A Regente tinha exclusividade de circulação por um corredor no piso superior, entre os dormitórios e a casa de lavor, ladeado de janelas que lhe permitiam observar a rua de um lado e os trabalhos manuais das recolhidas, do outro.

Na entrada principal, no patamar, de um lado seguia um corredor que conduzia aos cárceres e no lado oposto estavam as estruturas utilitárias e de suporte: a enfermaria, a casa do lavatório, a cozinha e o refeitório. O teto deste tinha três arcos e dispunha de um púlpito de onde se liam histórias de santas enquanto decorria a refeição. Na parede, entre as janelas altas e gradeadas de ferro, que davam para o exterior, para o claustro e outra para a rua, estava um painel da "Ceia do Senhor".

Voltando ao patamar, uma escada de dois lanços ligava ao piso superior, onde havia uma espécie de espaço de evasão controlada "uma formosa janela sobre a porta da portaria com grade de ferro e rota [onde] costumam ir aos domingos de tarde espairecer estando nos restantes dias fechada à chave" (Id., fl. 193v).

---

[8] Em 1610, a Câmara comparticipou no pagamento do edifício, contribuindo com 120 mil réis do dinheiro do real da água. A escritura só foi realizada em 1633.

Localizavam-se aqui os dois dormitórios, para convertidas e porcionistas, o que o distinguia de outras casas de recolhidas, que possuíam celas individuais. Era também o espaço de trabalho e da aprendizagem, das artes manuais e da doutrina. A casa de lavor tinha janelas e varandas viradas para uma vinha e comunicavam com o dormitório, a secreta e os espaços de arrumação, onde estavam guardados os bens das recolhidas.

O claustro, circundado de colunas de pedra e grades, onde assentavam as varandas dos dormitórios e da casa de lavor, tinha árvores de pomar, a botica, uma fonte, que era semanalmente abastecida por criados das cavalariças reais, e outros elementos indispensáveis à auto suficiência da Casa – nora, atafona, forno e local dos despejos (cf. BNL, Memórias, fl. 191v).

A igreja ficava na parte sul do recolhimento, com porta para a rua da Horta Seca. O acesso entre esta e o recolhimento era feito pelo confessionário, cuja chave estava na posse da Regente e da confraria. Era composta por uma nave e duas capelas laterais votivas à Crucificação e a N. S. da Natividade, com retábulos de talha dourada e "bons ornamentos" (Id., fl. 194v). O altar-mor dispunha de uma tribuna onde estava exposto o Santíssimo Sacramento, ladeado por Sto. António e Sta. Maria Madalena.

O coro alto era gradeado, possuía altar e três tribunas fechadas para a capela-mor e "em domingo da Santíssima Trindade de 1658, ouviam missa na tribuna das recolhidas, junto à capela mor" (ANTT, Inquisição de Lisboa, Proc. 557, fl. 28). A comunhão das recolhidas fazia-se por uma fresta, só aberta para o sacramento. Na sacristia, sobreposta por arcos com afixação das armas reais, reunia a Mesa todos os domingos, onde tratava dos despachos da Casa.

Para a administração e governo interno do Recolhimento da Natividade de Nossa Senhora e Santa Maria Madalena, a Mesa da confraria regulou-se pelo regimento que mandou vir de Castela: "um auto de pasta preta dourado e gravemente escrito que ofereceram a el rei Filpe 1º [ … ] tomando-o debaixo da sua proteção real" (BNL, Memórias, fl. 99), confirmado por alvará de 6 de Março de 1592.

O "Compromisso da Administração da Casa da Piedade das Penitentes de Lisboa" é um conjunto de normas, em quinze capítulos, que desde os finais do séc. XVI regulou a vida da instituição. À semelhança de outros recolhimentos, foi reformado e adaptado às novas realidades, de que resultou um documento normativo no séc. XVIII, intitulado "Estatutos que hão-de guardar as irmãs recolhidas em a casa da gloriosa e penitente Maria Madalena". Em doze capítulos esboça a regulação quotidiana da Casa, acrescentando, corrigindo e consolidando alguns artigos do primeiro.

A vida religiosa e as obrigações quotidianas e de dias santos é abordada nos quinze capítulos do "Compromisso da Administração … ", tratando de temas que vão da confissão aos procedimentos relacionados com a morte. Cinco capí-

tulos são dedicados à administração financeira, descreve a finalidade do Cartório e a sua composição. Traça o perfil dos cargos externos e internos. Na última parte formula as diretivas de comportamento quotidiano quanto ao vestuário, os comportamentos a adotar no dormitório, o desempenho nas tarefas de rotina e finaliza com a tipologia de castigos. Sobretudo nas ultimas matérias, que tocam à interpretação da regulação quotidiana do recolhimento, os "Estatutos que hão-de guardar as irmãs …" são mais esclarecedores. Aprofundam questões relacionadas também com a normalização do vestuário, a adoção de comportamentos no refeitório, no dormitório e em convívio; regulamenta o tratamento na doença e conclui com uma dissertação sobre a importância da clausura.

No seu conjunto, os estatutos consubstanciam as normas de funcionamento do recolhimento e os preceitos a que as mulheres estavam sujeitas (Araújo, 2015:128). Definem minuciosamente a vida da instituição, desde a administração e os oficiais nela envolvidos: o Provedor, o número de irmãos, tesoureiro, escrivão, solicitador e o sacerdote responsável pela administração espiritual da casa. O estatuto social exigido a cada um dos cargos, o Provedor por exemplo devia ser um "fidalgo de limpo sangue, de tal virtude e autoridade que o rei e principais e prelados e os grandes do reino" também fossem motivados a dotar a obra (AHSCML, Compromisso da Administração da Casa da Piedade das Penitentes de Lisboa, Capítulo dos Oficiais que hão-de Administrar esta casa, Tit. 1).

A Mesa era eleita anualmente, em presença de importantes dignitários[9] e assistida pela Companhia de Jesus, que dispunha de autoridade decretória nos assuntos da confraria, bem como a orientação espiritual e religiosa.

Entre as responsabilidades de administração da Mesa, contam-se a custódia dos livros com as determinações do governo da Casa – eleições, admissão de recolhidas, realização de casamentos, preparação das embarcações para o Brasil e Angola e assuntos da área administrativa e financeira[10]. A Mesa contava com um solicitador e um andador para a resolução dos assuntos exteriores[11]. A escolha dos cargos de serviço à casa era também da sua responsabilidade: o capelão, o advogado, o comprador e todos os que concorriam para a manutenção do recolhimento, como o aguadeiro e a criada para o serviço externo. O físico e o cirurgião e barbeiro pertenciam à Casa Real.

---

[9] A 8 de Setembro, dia do nascimento de N. Sra. era feito um rol a partir do livro das esmolas e confrades da casa, que era entregue ao andador. Este chamava os irmãos e as pessoas para votar: o arcebispo de Lisboa, os priores dos mosteiros, irmãos da casa e o prepósito de S. Roque deviam estar presentes nesse dia.

[10] Livros das recolhidas que foram servir, das que foram entregues a pessoas honestas; das embarcações que levaram mulheres para fora do reino; do depósito de bens; da receita e da despesa do tesoureiro; dos Acórdãos da Mesa; das Cartas e Provisões e resposta para fora do reino; dos irmãos e dos confrades e respetivas esmolas.

[11] Trajava um vestido de pano com a insígnia de Madalena em penitência, com um crucifixo bordado em prata rodeado pela frase *dit exit multum".*

Competia-lhe também a eleição e admissão das oficiais que integravam a clausura, todas recolhidas, à exceção da Regente e da porteira – duas oficiais responsáveis pela doutrina, uma oficial que ensinava lavores e outra oficial responsável pela área doméstica.

A eleição da Regente era precedida pelo escrutínio de pessoas "religiosas e virtuosas". Devia ser mulher nobre e honrada, embora de "condição branda para a consolação das penitentes" (AHSCML, Compromisso da Administração da Casa da Piedade das Penitentes de Lisboa, Capítulo dos Oficiais que hão-de Administrar esta casa, Tit. 1), pois pertencia-lhe o governo da casa: "[…] será de portas adentro a principal pessoa desta casa. Tomam como mãe e como a tal obedecerão em tudo" (BA, Regimento, cap. I, fl. 1). Devia pois supervisionar em permanência e ser o garante do equilíbrio da comunidade "não consentirá que haja bandos ou mexericos" (AHSCML, Compromisso, Do Ofício da Regente, Tit. 2, s.p.).

A estrita observância das normas, que cumpria e fazia cumprir (Araújo 2015:130), era apoiada no eficaz desempenho das restantes oficiais, que a auxiliavam na vigilância do trabalho, da limpeza da casa e do comportamento das recolhidas, garantindo a obediência e a clausura. Estrutura de comando que se verifica na maioria dos recolhimentos, quer seja no de Lisboa, no das convertidas de Braga ou no de S. Manços, só para citar alguns. Como afirma Liberato, sob a autoridade da Regente, os dias das recolhidas eram marcados pelos ritmos de trabalho e vivência religiosa, isoladas do mundo e da sua contaminação moral até que o casamento, a chegada dos maridos, o limite de tempo ou idade ditassem a sua saída (Liberato 2015:277).

A porteira possuía as chaves das portas, das janelas e da roda, que fechava "em tangendo as ave marias" (BA, Regimento, Do Ofício da Porteira, Tit. 7), entregando-as à Regente e novamente as abria pela manhã. Garantia a clausura e vigiava a comunicação, regrada e obrigatória com o exterior: para o abastecimento de mantimentos, a circulação de correspondência e o contacto, consentido superiormente, das recolhidas pelo ralo. As comunicações privadas com o exterior eram muito limitadas, estando esta norma muito presente nos regulamentos de outros recolhimentos. No de S. Manços, por exemplo, a correspondência estava também sujeita à atividade censória da Regente (Liberato 2004:287). A porteira devia permanecer na casa da roda e, na sua ausência, o locutório era encerrado. A entrada de estranhos na clausura só era permitida nas situações que exigissem a presença do padre confessor ou do médico, e acompanhados pela Regente e enfermeira, com aviso prévio às recolhidas para se resguardarem (BA, Regimento, cap. 12º, fl. 10).

A doutrina cristã era um aspeto elementar do processo de reforma, baseando-se o seu ensino numa cartilha, ministrada por duas recolhidas habilitadas. O mesmo se passava com o ensino de lavores, outra etapa fundamental para a regeneração. A aquisição das competências domésticas e manuais pertencia no

séc. XVIII ao domínio da vigária (cf. BNL, Memórias, fls. 193, 201), coadjuvada na casa de lavor pela roqueira. Esta oficial tinha a responsabilidade de preparar, distribuir e acondicionar os materiais de trabalho que consistiam em linho, massarocas, meadas, novelos e fusos.

O recolhimento tinha uma enfermaria, que estava sob a responsabilidade da recolhida enfermeira, auxiliada por uma ajudante da cozinha. Sob a supervisão do médico, aplicavam os tratamentos e adequavam a alimentação e o horário às doenças em curso (AHSCML, Compromisso, Da Enfermeira, 1º tit.).

A escolha da despenseira, também recolhida, dependia do carácter e de reconhecidas capacidades de gestão. Geria a lista de doentes, os mantimentos necessários para o uso diário e a manutenção da despensa quanto ao provimento de lenha, carvão e água. Competia-lhe também supervisionar a cozinha (Id., Da Despenseira, 1º tit.).

A terceira parte do Compromisso trata do processo de admissão, elencando as características necessárias e aquelas que ditavam a exclusão. Não obstante a abrangência do quadro teórico que norteava esta questão, um parecer do jesuíta Francisco Soares defendia o recolhimento arbitrário de mulheres com comportamentos impróprios, desde que com aval régio (ANTT, Armário Jesuítico, Livro 8, fl. 478).

De facto, conforme exemplificam alguns relatos das Cartas Jesuíticas de 1588, por exemplo, em que "hum padre acabou com huma mulher de ma vida se metesse nas convertidas e deixou o mao estado em que andava" (cit. Brockey 2006:10), indicia que o processo de admissão era pensado como uma situação temporária, que visava formar para reintegrar na sociedade. E nessa formação prevalecia a vertente religiosa e educativa para a vida doméstica (Reis, 2004:267).

O recolhimento tinha capacidade para trinta mulheres, cujos comportamentos fossem socialmente reprováveis – prostituição, relações ilegítimas e contexto familiar instável, que pretendessem reabilitar-se, havendo também relatos de fuga a violência doméstica. Só podia acolher "as [que] as rendas e esmolas da casa possam sustentar comodamente" (AHSCML, Compromisso,7º tit.).

Havia predisposição para receber mulheres mais jovens e bonitas, não só porque eram mais suscetíveis de entrar na prostituição, como também teriam acesso facilitado ao casamento. Podiam ser adotadas medidas temporárias, em casos secretos e de mulheres fugitivas, para as quais se procuravam alternativas junto das famílias.

O ingresso dependia também de outras questões religiosas, legais e sociais. Como fatores de exclusão surgiam as prostitutas "infames e vis que estão nos lugares públicos" (id., 10º tit.) devido ao perigo de instabilidade interna; as questões relacionadas com a fé e a justiça, com culpa da fé ou de feitiçaria, ser alcoviteira ou portadora de uma doença contagiosa; ter dívidas, ter culpa de adúltera ou de outro crime sujeito a prisão.

O processo de admissão começava pela proposta entregue na Mesa, que a avaliava, recorrendo às áreas de influência pessoal e residencial da candidata, onde se apurava se reunia as necessárias condições. Era feita uma biografia e após aceitação e período probatório[12] entrava na clausura, os seus bens pessoais eram inventariados e guardados e finalmente eram avaliadas as competências pessoais quanto a artes manuais e ao serviço doméstico. Finalmente, era-lhe atribuída a tarefa mais adequada às suas aptidões.

Desconhece-se para Lisboa o ritual de entrada, bem documentado noutros recolhimentos, podendo deduzir-se algumas semelhanças. Por exemplo, nas Convertidas de Braga, a entrada era precedida de confissão e comunhão, recebendo então o hábito pela mão da Regente (Araújo 2004:135).

A semelhança entre conventos e recolhimentos é também notória na entrada de freiras e recolhidas na clausura: o cumprimento de uma vida claustral, o afastamento do mundo e da esfera pública com o objetivo de protege-las, puni-las ou purificá-las (Fernandes 2013:5).

No universo dos recolhimentos femininos do período Moderno há um conjunto de circunstâncias que é análogo – o trabalho e a aquisição de competências domésticas e de lavores, encaradas como preparatórias para a vida e para boa gestão familiar, como recurso para a autonomia e capacidade de sustento; mas também as rotinas, o vestuário, ou a alimentação.

Outra circunstância transversal nestas instituições, era a subordinação a uma severa disciplina e a constante vigilância (id.), imperando na clausura o silêncio, a oração e a obediência – etapas consideradas fundamentais para a regeneração da mulher penitente.

Sendo a principal missão da Casa das Convertidas a formação da penitente para um futuro reingresso na comunidade e assumir um papel social conveniente ao bem comum, com ênfase no atrás descrito, tornava-se indispensável o conhecimento da doutrina cristã[13].

E a doutrinação baseava-se em preceitos, alguns quotidianos, de oração mental e vocal, de confissão e comunhão, de jejum e a disciplina, de silêncio e o capítulo das culpas.

O calendário da fé presidia no interior da instituição, a par da assiduidade da confissão e da comunhão. A oração e a missa, diária e em dias de festa, representavam um dos pilares e era assegurada pelo capelão. Contrariamente ao sacerdote das recolhidas de Braga, por exemplo, que devia ir à instituição sempre que era chamado (Araújo 2004:135), o das Convertidas de Lisboa tinha obrigação

---

[12] A regente recolhia a pretendente numa casa separada, tomavam informações e na 4.ª feira seguinte, "como era estilo", era recolhida em clausura.

[13] As orações a saber eram: o Pai Nosso, Avé Maria, Credo, Salvé Rainha, os Mandamentos, a definição de Santíssima Trindade.

de permanecer todas as manhãs na igreja. A prática espiritual e a pregação por outros sacerdotes era aceite nos estatutos e, na ausência de culto, faziam-se leituras de livros devotos.

A música era uma aptidão cultivada nas Convertidas, também considerada um meio de "descuidarem-se de seus cuidados" (BNL, Memória, fl. 201), aproveitando-se as melhores vozes que, acompanhadas ao som de rabecão, órgão ou cravo, participavam na entoação das missas de domingo e da semana santa.

O plano de reabilitação incluía o jejum e a disciplina "castigar os pecados da carne com a mortificação dela que esta seja a mezinha" (BA, Regimento, Cap. 5º, fl. 5v).

Enaltecia-se o silêncio na clausura, só devendo comunicar-se "senão mui manso sem serem ouvidas das que perto estiverem" (id., Cap. 6º, fl. 6), recriminando-se até a elevação da voz que pudesse ser ouvida na rua (id.).

O quotidiano era regido sob rigoroso horário, que previa horas de recreio e repouso, intercalado por exercícios religiosos e a quase constância da oração, mental e vocal. O combate ao ócio era um dos pilares fundamentais destas casas que deviam manter as mulheres permanentemente ocupadas (Araújo 2004:142).

A rotina começava ao amanhecer, despertando a comunidade no verão às cinco e no inverno às sete horas. À arrumação do dormitório, seguia-se uma primeira deslocação ao oratório. O plano de reabilitação contemplava o desempenho de todas as tarefas domésticas, da limpeza da casa e das roupas à preparação dos alimentos, ficando assim habilitadas a dirigir uma casa e uma família (AHSCML, Compromisso, Capítulo Da ocupação e da ordem do trabalho, 1º tit.).

Concluídas as tarefas, faziam a primeira refeição, às dez horas no verão, às onze no inverno e nos dias de jejum ao meio-dia. Regressavam novamente ao oratório, seguia-se um espaço de recreação sempre sob vigilância, sendo recomendadas apenas conversas e práticas insuspeitas. Proibiam-se quaisquer expressões de convívio mundano como risos, cantigas, confidências, considerados prejudiciais à comunidade e por isso sujeitos a castigos, sobretudo quando se tratava de agressões físicas e verbais, incluindo maledicência sobre o passado (id., Cap. 10º, fl. 9v).

A etapa seguinte era ocupada em tarefas rotineiras da casa ou na casa de lavor, onde simultaneamente prosseguia a formação espiritual, através da leitura de livros de ações espirituais. Desta forma prevenia-se a ociosidade e em resultado dessa aprendizagem ainda se produziam peças que contribuíam para a subsistência da comunidade[14] (AHSCML, Cap. De Como se hão de receber as mulheres que arrependidas de seus pecados se quiserem recolher nela, 13º tit.).

[14] As peças quando concluídas eram entregues ao Tesoureiro da casa, que recolhia o pano no armário do cartório. Dele se faziam lençóis, roupa para o serviço da casa e outra que se repartiam pelos pobres.

Havia outra oração ao entardecer, durante uma hora, seguida de breve pausa para conversa e fazia-se a última refeição do dia, às sete horas no verão e uma hora mais tarde no inverno. Regressavam ao oratório antes de dormir (ANTT, Inquisição de Lisboa, Proc. 557, fl. 76) e daí para o dormitório, às nove horas no verão e no inverno às dez. Havia um ritual de aspersão de água benta nas camas e uma última oração, fechando-se a porta à chave e impondo-se o silêncio até ao dia seguinte.

Este espaço era objeto de vigilância contínua, dormindo a Regente na cabeceira do dormitório e a vigária e a porteira, noutros lugares estratégicos. Certificavam-se que não partilhavam a cama, trocando de lugar todas as semanas, sob pena de severo castigo.

O conceito de privado não existia aqui, permanecendo uma lâmpada acesa toda a noite para dissuadir qualquer infração "deverão estar compostas toda a noite como quem tem sempre ante si a Deus" (BA, Regulamento, Cap. 10º, fl. 8v). A vigilância devia-se à conceção do corpo como fonte de pecado, estando interditos quaisquer contactos físicos entre as convertidas, consideradas mais suscetíveis ao pecado carnal e à voluptuosidade.

Os regulamentos sobre o vestuário anulavam quaisquer resquícios de individualidade e de vaidade. O uso de roupas próprias era permitido, mas sobreposto pelo hábito de N. Sra. do Monte do Carmo, pelo menos no séc. XVIII, podendo ainda usar capelo comprido quando as temperaturas eram mais baixas.

A importância de cortar com o mundo anterior surge em regras como a proibição de uso de sedas, na regulamentação dos toucados, linho ou holanda branca, o calçado deveria ser preto de "sapata de soleta e chapins serrados ou abertos" (BA, Regimento, cap. 8º, fl. 8). As proibições expressam essa rutura, não podiam usar "toalhas assafroadas ou com outras supérfluas galanterias, nem usar de posturas no rosto". A questão dos véus assafroados remonta às cortes de 1481-1482, quando se determinou que as prostitutas deveriam trajar distintamente das outras mulheres "que andem em corpo e sem chapins, com veos açafroados para que sejam distinguidas das mulheres honestas" (cit. Aguiar 1947:465), associando-se às disposições castelhanas sobre prostitutas, obrigadas a usar um penteado cor de açafrão com um pente elevado.

As refeições decorriam conforme o regulamento, reunindo-se no refeitório ao toque da campainha. Após a bênção da mesa, sentavam-se pela ordem indicada pela Regente e a refeição era acompanhada por uma leitura piedosa (BA, Regimento, Cap. 9º, fl. 8v.).

A dieta alimentar era composta de carne e jejum ou peixe às sextas-feiras. Comparando as ementas constantes de um rol de despesas de 1652, com as ementas da "Memória Histórica" de 1730, não se encontram grandes alterações na sua dieta. Em 1672 recebiam a quantidade para sete dias e era composta por meio litro de azeite, pão e seis rações de carneiro ou de galinha, nove rações de

porco e carvão para o seu processamento. Em 1730, recebiam diariamente dois pães, meio arrátel de carne e à noite dois ovos ou o correspondente em dinheiro para a ceia.

A alteração a esta dieta era permitida somente nos dias de festa, consumindo então arroz ou cuscus, fruta, "um marram na festa de Natal, um carneiro na Páscoa, na Quaresma um saco de legumes e uma arroba de bacalhau em dia de S. João" (BNL, Memória, fl. 201 v).

A violência não sendo comum, existia. Estavam proibidas quaisquer dinâmicas que a potenciassem. Na confissão, pública ou privada, por exemplo, proibiam-se as "historias alheas de aquele lugar e juntamente não se acusem de modo a descobrir os nomes das pessoas, ou pecados alheios" (BA, Regimento, Cap. 4º, fl. 5).

O quotidiano podia ser marcado por momentos de grande tensão, com violência verbal e física conforme relatos para a Casa de Santa Maria Madalena, em Braga, onde o incumprimento dos estatutos dava lugar, primeiro a admoestação por palavras, valendo a reincidência a ida para o Tronco (Araújo 2004:129). Na casa das Convertidas de Lisboa, existiam cárceres, mas desconhecemos quais as faltas que levavam à aplicação dessa medida. A medida máxima contra faltas cometidas por recolhidas era, no caso de Braga, comunicado ao arcebispo e no caso de Lisboa, ao Provedor.

Nas Convertidas de Lisboa, a gestão do conflito tinha enquadramento normativo no capítulo "das culpas", que previa uma reunião semanal para exteriorização dos delitos, através da confissão em comunidade. Julgava-se que este método diminuía a tensão no grupo e contribuía para a "quietação da casa e reformação dos costumes". Era o espaço onde se expunham as culpas e as queixas e onde se procurava a reconciliação.

No recolhimento das Convertidas de Braga, uma metodologia similar era desempenhada pela zeladora, um cargo intermédio entre a Regente e as recolhidas, que tinha a tarefa de publicitar as faltas e o incumprimento dos estatutos, assumindo uma função pedagógica (Araújo 2014:133).

O processo inquisitorial de Joana da Cruz, porteira das Convertidas elucida sobre a dinâmica do espaço, o conflito e a sua gestão. Denunciada à Inquisição pelo capelão da Casa, os testemunhos contra ela foram-se sucedendo ao longo do processo, que traça um quadro vivo do quotidiano. Não seria normal, nem representativo, mas distancia-se bastante do que estava regulamentado como, por exemplo, nos momentos da oração matinal que também serviam para socializar "estava em oração, muito enlevada. Perguntou-lhe o que tinha ao que ela disse que estava em grande sentimento [...]. Falava publicamente em presença de muitas mulheres desta casa" (ANTT, Inquisição de Lisboa, Proc. 557, fl. 42 v.).

Este episódio precipitou-se em conflito "afrontava as companheiras com nomes afrontosos e que nenhuma lhes chegava ao seu chapim" (ANTT, Inquisição de Lisboa, Proc. 557, fl. 29). Contém relatos de agressão, ferimentos e aplicação do castigo e transferência para o recolhimento da Conceição dos Cardais (id.). Como já foi referido, a severidade dos castigos era proporcional à culpa, variando da inibição de comer e, como neste caso, a entrega do caso ao Provedor, que a transferiu para outro recolhimento.

No seu longo percurso institucional, algumas crises mais severas afetaram o funcionamento da instituição e levaram à tomada de decisões não regulamentadas. O Provedor conde de S. João, perante uma conjuntura de instabilidade económica a que se associaram alguns comportamentos ilícitos, indagou o rei e os jesuítas, em 1631, se o elevado número de recolhidas num período económico difícil, conjugado com a falta de observância das convertidas, justificavam "aliviar a casa de alguma desta gente" (ANTT, Armário Jesuítico, Livro 8, fl. 478). O parecer dos jesuítas relembrou que era obrigação do Provedor cuidar dos interesses do recolhimento e contribuir para a sua subsistência. No entanto, se a comunidade estava instável, era admissível "aliviar de algumas pessoas das que tem sem escrúpulo ainda que elas hajam de tornar ao estado antigo porque [...] visto nam se alcançar o conserto da sua emenda, antes a sua estada é com danos de outras" (id.).

Desaconselhava a licença geral devido ao perigo de abandono massivo do programa de regeneração, propondo um período de reflexão para as mais "inquietas". Se o problema persistisse, justificava-se a saída ou a expulsão (id.). E quanto à questão das dificuldades financeiras, sobre a insuficiência dos rendimentos régios (Governo, 1633, fl. 32, Biblioteca da Ajuda, 51-VI-7), apontava Filipe III que o recolhimento das penitentes fora sempre muito favorecido pelos reis precedentes (Governo, 1632, fl. 8, Biblioteca da Ajuda, 51-VI-4).

A estadia na Casa das Convertidas terminava com a reabilitação da recolhida e o restabelecimento do contacto com o mundo exterior. É o tema da quarta parte do Compromisso, iniciando-se assim o processo de procurar "remédio" para as suas vidas, que era da responsabilidade do Provedor e irmãos da Mesa.

O casamento era a solução mais plausível e era encarado como um remédio e o marido o seu sustentáculo, quer fosse no reino ou nas conquistas. Se o recolhimento fora motivado devido a uma relação com um homem, dava-se preferência ao casamento de ambos. A Misericórdia atribuía às Convertidas dois dotes anuais, na primeira metade do século XVIII, de um legado de Afonso Dias de Medina (BNL, Memória, fl. 207 v).

Periodicamente eram enviadas convertidas para a Índia, Brasil e Angola, realizando-se a cerimónia previamente na igreja do Recolhimento, em presença do Provedor e mediante assinatura de um termo pelas partes. A título de exem-

plo, em 1609 foram enviadas catorze convertidas; Em 1620 o Provedor pedia ao conselho da Índia, uma mercê régia de mantimentos, para a embarcação e um subsídio para vestuário para dez recolhidas que pretendia enviar para o Maranhão (códice 32, fl. 32, AHU) e em 1632 foram seis.

Outras alternativas eram o serviço doméstico, onde aplicariam as competências adquiridas no recolhimento, inclusive ao serviço de casas nobres (AHS-CML, Compromisso, Prólogo). Foi também usual, funcionando quase como uma obra pia, pelo menos no século XVI, a atribuição a um homem casado e idóneo de uma recolhida a quem arranjaria casamento num determinado período de tempo, durante o qual lhe pagaria uma remuneração que completaria o seu dote (id., Cap. Do remédio das Mulheres Recolhidas, 3º tit.).

Além da família, do casamento ou do serviço numa casa, era possível a emancipação, sustentando-se com o fruto do seu trabalho, em companhia de mulheres virtuosas e aprovadas pela mesa (id., 4º tit.). Outra opção, que também implicava a existência de um dote, era a tomada de votos. O auxílio da mesa neste caso consistia na procura de um mosteiro para professar, sendo esta via muito escrutinada e com o parecer do confessor da pretendente.

Esta opção era automática por exemplo nas recolhidas da Casa Pia de Aporbation, em Valladolid, que usufruindo da articulação com o convento de S. Filipe da Penitência, após o processo de conversão que durava um ano, permitia às que o desejassem a passagem para o convento de S. Filipe da Penitência, abraçando a vida religiosa (http://revistaseug.ugr.es/index.php/cnova/article/view/2577/2727).

A morte em clausura foi para algumas a etapa final, sendo também esta matéria regulada no "Compromisso" e descrita na "Memória Histórica".

Toda a comunidade se mobilizava, começando o ritual com a participação do capelão ou de um padre da Companhia "para ajudar no trânsito", e de todas as convertidas que no coro a encomendavam a Deus, permanecendo apenas um irmão da Mesa na portaria.

A convertida era amortalhada num hábito e era velada "sobre uma alcatifa com quatro luzes e caldeira de água benta que lhe lançarão as irmãs porcionistas" (BNL, Memória, fl. 203 v). Rodeado o quarto de velas, os irmãos da Mesa colocavam o corpo no esquife coberto e transportavam-no para a igreja, enquanto outros acompanhavam com tochas, seguindo o capelão e o cura que rezavam responsos. Saiam pela portaria em procissão até à igreja onde era enterrada com solenidade.

Esta acabava por ser também uma representação, edificante para a comunidade e para a população, testemunhando a graça de uma boa passagem, envolta em símbolos e cumprindo todos os requisitos de uma "boa morte".

## Considerações Finais

Se procurarmos dimensionar a eficiência da Casa Pia das Convertidas de Lisboa nas proposições que estiveram na sua génese – retirar da sociedade e regenerar mulheres em situação de prostituição ou em perigo devido a exclusão familiar e matrimonial –, tendemos a considerá-la como uma instituição que cumpriu o seu papel e serviu objetivos sociais apreciáveis até ao advento do liberalismo. Foi certamente insuficiente para debelar um problema profundo da sociedade de Lisboa, conforme se observa pela continuidade legislativa e na expressividade dos números. Mas a sua proposta não era a de suprimir a prostituição, mas sim a de acolher e reabilitar.

Essa etapa implicava renúncia ao mundo e sujeição a um novo universo social e mental, cuja vida dentro de portas decorria sob os princípios da clausura, do silêncio, da obediência, entregues à ordenação do trabalho, da aprendizagem de lavores, à oração e sujeitas a normas de vestuário, alimentação e comportamento, até ao culminar do programa de conversão.

A instituição comprometeu-se com a moralização e regularização das relações afetivas, promovendo o casamento, envolvendo-se também no acolhimento e regeneração de mulheres provenientes de ligações ilegítimas e jovens e meninas retiradas de contextos familiares promíscuos e de violência doméstica.

Desde os seus primórdios em 1543, do Recolhimento das Penitentes Arrependidas, sob a alçada da Confraria da Paixão de Cristo, saíram recolhidas, dotadas e direcionadas pelo casamento, muitas delas para o projeto da expansão ultramarina para a Índia, Brasil, e também para Angola e Moçambique. Poderá esta linha ser aprofundada e, noutra etapa, constituir *per si* um estudo, construído a partir das suas histórias de vida e acompanhamento de percursos pessoais, procurando simultaneamente avaliar a dimensão que obtiveram no projeto ultramarino.

A proteção régia, alguma adaptação às solicitações que a sociedade, em mudança, lhe foi exigindo e a tradição sustentaram-lhe a continuidade até ao alvor do séc. XX.

## Bibliografia e Fontes

### Siglas

AHSCML – Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BA – Biblioteca da Ajuda

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

### Manuscritos

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Provedoria dos Recolhimentos da Capital, Recolhimento do Passadiço, Compromisso da Administração da Casa da Piedade das Penitentes de Lisboa, 6 de março de 1592.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Armário Jesuítico, Livro 8, fl. 478.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria D. Filipe I, Livro 3.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria D. João III, Livro 5, 35.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria D. Maria I, Livros 21, 71

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo n.º 557.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Mesa da Consciência e Ordens, Recolhimentos, cx. 1101, mç. 983, s.p..

Biblioteca da Ajuda, Estatutos que hão-de guardar as irmãs recolhidas em a casa da gloriosa e penitente Maria Madalena, [sd]. BA 49-II-29

Biblioteca Nacional, Despesas, códice 11452.

Biblioteca Nacional (1730). Manuscrito Memórias Históricas do Recolhimento das Convertidas (da Natividade). cota F. 4640.

Gabinete de Estudos Olisiponenses (1769). Livro da Receita e Despesa da fazenda do Real Recolhimento de N. Sra. Natividade Casa Pia das Convertidas feito para se lançarem as cargas e descargas na conta do tesoureiro Marçal dos Santos de Abreu no ano que corre Do primeiro de janeiro de 1769 para findar em o ultimo de dezembro do dia em que é escrivão Francisco José Alvares de Afonseca. Ms. Lv. 32.

## Bibliografia

AMBRÓSIO, António (1987). "D. Simoa de S. Tomé em Lisboa: o seu testamento e a sua capela", Revista Municipal, S. 2, 21, 3-22.

AGUIAR, Asdrubal A. (1947). Rápido escorço da prostituição nas idades média e moderna em Portugal" sep. Revista "A Medicina Contemporânea", Lisboa.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2015). "Um quotidiano marcado por regras: o primeiro regulamento do recolhimento de Santa Maria Madalena de Braga (século XVIII)", Do Silêncio à Ribalta, 127-143.

BELO, Filomena (1988)."Os Recolhimentos Femininos e a Colonização", Claro e Escuro, Revista de Estudos Barrocos. Quimera, 6-7, 123-136.

BROCKLEY, Liam M. (2006). "O Alcazar do CEO: The Professed House at Lisbon in 1588", Archivum Historicum Societatis Iesu, 89-135.

CASTRO, João Baptista de, Mappa de Portugal antigo e moderno (1870). 3.ª ed. revista e accrescentada, Typ. do Panorama.

COATES, Thimoty (1998). Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da (1740). Claustro Franciscano erecto no domínio da coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente, a de seus conventos e mosteiros. annos de suas Fundações, numero de Hospicios, Prefeituras, Recolhimentos, Parochias, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem collegialmente, tanto em Portugal como em suas Conquistas, Lisboa: Off. De António Isidoro da Fonseca.

COSTA, António Carvalho (1712). Corografia portuguesa e descriçam topografica do famoso reino de Portugal. Lisboa : na Of. de Valentim da Costa Deslandes. Tomo III.

CRUZ, Francisco Inácio dos Santos (1841). Da Prostituição na Cidade de Lisboa. Typ. Lisbonnense.

FRANCO, António (1719).A imagem da virtude em noviciado da Companhia no Real Colégio de Jesus de Coimbra, Universidade de Coimbra.

FURTADO, Júnia Ferreira (1997), Desfilar: A Procissão Barroca. Revista Brasileira de História, 33, 251-279.

GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES. História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas (1950-72). Lisboa: Câmara Municipal.

LOPES, Maria Antónia (2010). Proteção social em Portugal na Idade Moderna: Guia de estudo e investigação. Imprensa da Universidade de Coimbra.

MACEDO, Luís Pastor de (1942).Lisboa de Lés-a-Lés, vol. III. Lisboa: CML.

MAGALHÃES, António (2012). Pouco importa ter sangue nobre e ser de procedimento vil: mulheres em conflito no Recolhimento de S. Tiago (século XVIII) , in Estudos Regionais, II Série, n.º 6, pp. 133-154.

MARTINS, Maria Joana de Sousa Anjos (1961). Subsídios para o estudo da assistência social portuguesa: os recolhimentos de Lisboa: 1543-1623. Dissertação para a Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, [s.n.].

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1939). Sumário em que brevemente se contém algumas cousas, assim eclesiásticas como seculares, que há na cidade de Lisboa, pref. Augusto Vieira da Silva. Lisboa: 3.ª ed., [s.n.].

PEREIRA, Luís Gonzaga (1927). Monumentos Sacros de Lisboa em 1833. Lisboa.

REIS, Maria de Fátima Dias (2004). Poder Régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna, os recolhimentos de Lisboa, in Igreja, Caridade e Assistência na P.I. (Séc. XVI-XVIII), CIDEHUS/EU, Edições Colibri, Lisboa.

SANT'ANA, José Pereira de, padre (1745-1751). Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus dominios, Lisboa: Na Officina dos Herdeiros de António Pedrozo.

SILVA, João Marques (1894). Tombo de Lisboa 1756, Ms-Lv. 4.

SILVA, José Justino de Andrade (1854). Collecção chronologica da legislação portugueza. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva.

MACHADO, Carla Manuela Sousa (2014). Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (século XVII-XIII), Universidade do Minho, dis. de Mestrado policopiada, Braga.

## Internet

COELHO, António José, S.J. (2006).Cartas. Braga: Editorial A.O. http://www.jesuitas.pt/Admin/Public/Download.aspx?file…cartas-in%C3%A1cio.pdf (consultado em 1 de agosto de 2016).

ESPERANCA, Manuel da, O.F.M. (1586-1670). Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Lisboa: officina Craesbeeckiana. http://purl.pt/20706 (consultado em 3 de agosto de 2016).

MESTRE, Sílvia (2004). O Hospício de N. Sra. da Piedade de Évora: uma instituição assistencial pós-Tridentina. http://books.openedition.org/cidehus/210 (consultado em 7 de Janeiro de 2016).

Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, livro 1839, Portaria de 5 de Agosto de 1839, http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p305 (consultado em 6 de setembro de 2016).

SOBREMAZAS, Ainhoa Fernández. Prostitutas en la España Moderna. Historia 16, 2006, n.º 357, pp.8-37. file:///C:/Users/delminda/Downloads/Dialnet-InformeEspecial-1359011%20(2).pdf (consultado em 12 de janeiro de 2016).

TELES, Baltasar(1645 – 1647). Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal e do Que Fizeram nas Conquistas deste Reino os Religiosos que na mesma Província Entraram, nos Anos em Que Viveu Santo Inácio de Loiola. http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01908110 (consultado em 5 de agosto de 2016).

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_7

# Território e redes de comunicação em finais do século XVIII. Ideias e projetos do superintendente José Diogo Mascarenhas Neto

## *Territory and communication networks at the and of 18th century. Ideas and projects of the general superintendent José Diogo Mascarenhas Neto*

Ana Cristina Araújo*
Universidade de Coimbra – CHSC
araujo.anacris@sapo.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 01/05/2017

**Resumo:** Este artigo centra-se na política legal e no modelo de intervenção de José Diogo Mascarenhas Neto na fase de criação da Superintendência Geral das Estradas do Reino. Contextualiza as ideias dominantes sobre ordenamento territorial e analisa a prática regulamentar e administrativa de José Diogo Mascarenhas Neto no que toca à construção da rede de estradas no reino e à agilização do serviço público de correios. Numa perspectiva estadual, coerente com o moderno sistema de reordenamento territorial, fica demonstrado que José Diogo Mascarenhas Neto normaliza dois importantes ramos da administração pública, colocando sob a dependência da Fazenda Real alguns dos mais estruturantes programas de reforma, respeitantes ao sistema de comunicações, lançados pela monarquia absoluta, no ocaso do século XVIII. Sem renunciar ao primado que sempre acordara ao fomento das obras públicas e à instrução, toma a liberdade como condição intrínseca de progresso social e económico e adere, já no século XIX, ao liberalismo. No exílio, em Paris, José Diogo Mascarenhas Neto contribui, através da imprensa, para o debate público sobre a instrução e o fomento agrário, continuando a propugnar pelo progresso económico de Portugal.

**Palavras-chave**: Estado, José Diogo Mascarenhas Neto, Obras Públicas, Intendentes, Correios.

**Abstract:** This article focuses on the legal policy and on the model of adminstrative intervention of José Diogo Mascarenhas Neto in the beginnings of the General Superintendence of kingdom's roads. We contextualize the dominant ideas on territorial planning and we also analyze the regulatory and administrative practice of José Diogo Mascarenhas Neto in the process of building the kingdom's road network and launching the public postal service. In a state perspective, consistent with the modern system of territorial reordering, José Diogo Mascarenhas Neto normalizes two important branches of public administration, placing some of the most structurant reform programs concerning the communications system under the dependence of the Estate. These decisions ocurred in the end of the eighteenth century and they were supported by the absolute monarchy. Some years latter, without giving up the primacy given to the promotion of public works and education, he took liberty as an intrinsic

* Agradeço ao Doutor Carlos Moura Martins o estímulo dado à elaboração deste estudo, os comentários e as indicações gentilmente transmitidas.

condition of social and economic progress and adhered to liberalism. In the beginnings of the the nineteenth century, during his exile in Paris, José Diogo Mascarenhas Neto contributes, through the press, to the public debate on education and agrarian development, continuing to advocate for the economic progress of Portugal.

**Keywords**: State, José Diogo Mascarenhas Neto, Public Works, Intendants, Post Office.

## Introdução

Este estudo privilegia as ideias esclarecidas e a atuação metódica do primeiro superintendente geral das estradas do reino mas não centra a narrativa na pessoa do superintendente. Pretende, acima de tudo, acompanhar a carreira do ilustrado José Diogo Mascarenhas Neto, selecionado pela sua competência e formação académica para o exercício daquele importante cargo na administração do governo do reino. Com o objectivo de tornar evidente a aliança da razão técnico-científica com o governo burocrático do Estado, salientam-se, na linha de Max Weber (1966), os aspectos relacionados com o treino prévio para o cargo, a organização hierárquica e regulamentar da superintendência, a escrituração dos serviços e o registo de ordens em matérias de jurisdição do superintendente. O mesmo procedimento é adotado em relação à Superintendência Geral dos Correios e Postas, cujos serviços Mascarenhas Neto organizou, regulamentou e administrou, também de forma pioneira, em inícios do século XIX.

Levando em linha de conta a noção de aceleração do tempo trazida pela ideia de Revolução (R. Koselleck 2003) e a noção sociológica de campo político, a apreensão da trajetória pública de Mascarenhas Neto é dinâmica, porque "o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos" (P. Bourdieu 1989: 164). Logo, descurar o contexto do esgotamento das funções técnico-burocráticas de Mascarenhas Neto ao serviço da monarquia absoluta significaria renunciar à compreensão da natureza amovível do cargo de superintendente, ignorando a própria relação tensional do campo político. Por este motivo, afigurou-se pertinente acompanhar a ação política posterior de Mascarenhas Neto, tornando inteligível a sua adesão ao regime liberal.

A enfâse conferida a aspetos de natureza contextual contribui para realçar os traços comuns do pensamento e da ação de uma elite de poder e, por outro lado, demarcar o lado positivo e prático da atuação de Mascarenhas Neto. Beneficiando das perspectivas historiográficas abertas por estudos antigos e recentes, impunha-se desbravar, no domínio específico em que nos colocámos, novas fontes manuscritas e impressas. Neste campo, os documentos analisados e citados remetem para os fundos documentais discriminados no fim do artigo, preservados nos arquivos: Histórico do Ministério das Obras Públicas, Histórico Militar, Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Universidade de Coimbra e Biblioteca Pública Municipal do Porto.

## Inscrições reformistas no território

O conhecimento do território continental constituiu uma prioridade para o plano de reformas sustentado pela Secretaria de Estado do Reino, a partir dos anos oitenta do século XVIII. Esta política exigiu o concurso de especialistas, teóricos e administradores, mobilizou várias instituições e procurou replicar e adaptar para o caso português a experiência iniciada em França pelos intendentes de finanças Daniel-Charles Trudaine (1703-1769) e seu filho Jean-Charles Trudaine (1733-1777). O objetivo era o de fixar uma imagem rigorosa do território nacional para garantir uma uniforme e eficaz administração do espaço nacional, seguindo o exemplo do famoso *Atlas de Trudaine*, elaborado entre 1745 e 1780, e em que "l'entreprise cartographique apparaît comme un monument des Lumières techniciennes et administratives" (Beaurepaire 2014: 283).

Em Portugal, a convergência de objetivos de várias instituições académicas foi fundamental para o início do processo cartográfico de planificação de rede de estradas e para o lançamento do serviço nacional postal, tendo possibilitado a constituição de uma importante base documental de apoio à modernização técnico-administrativa do Estado. A Universidade de Coimbra, a Academia Real das Ciências e o Corpo de Engenharia Militar forneceram quadros técnicos que intervieram quer no levantamento de dados e na organização dos resultados, quer na execução e gestão de obras públicas. Os trabalhos de carácter instrumental realizados com o concurso de membros daquelas instituições, norteados por critérios científicos e alicerçados na observação e na experiência, favoreceram a produção de inúmeras memórias económicas, cadastros, indagações estatísticas, levantamentos locais, mapas das províncias e das comarcas, desenhos de projeção de sítios e estradas, acompanhados ou não de memórias explicativas (Amzalak 1943; Cruz 1970; Mendes 1981; Sousa 1995; Martins 2014).

Os estudos disponíveis requereram coordenação técnica e legislação prática sobre os novos ramos da administração central e periférica do Estado. Por questões de racionalidade política, a ideia de governabilidade, resultante da inscrição das obras públicas e do serviço de correios na esfera do Estado permitiu equacionar, de forma articulada, o ordenamento territorial e o desenvolvimento económico do reino, pensados em conjunto, dentro de uma lógica de harmonização de políticas de administração e de arrecadação fiscal (Cardoso 1989; Silva e Hespanha 1993; Capela 1997).

No centro político, a extensão da esfera governativa a novos ramos da administração não deixou também de ser equacionada do ponto de vista teórico. O magistrado José António de Sá, defensor e impulsionador da reforma das comarcas, sustentou que, para promover o bem público, era necessário que o "Estado conheça exactamente o numero, forças, natureza, génio, índole dos cidadãos de cada Provincia, para delles poder melhor usar em publica utilidade" e "que saiba

quaes são as leis particulares dos povos" para que se "possa melhor formar hum perfeito Codigo de Jurisprudencia; pois os costumes, foraes, e privilégios proprios e cada povo constituem huma jurisprudência particular, que limita as leis geraes, e faz huma parte essencial do Codigo Patrio" (Sá 1783: 5).

As mudanças introduzidas na concepção do exercício do poder político projetaram-se no campo legislativo, por meio do primado acordado à harmonização de particularismos jurídicos e à regularização de práticas e costumes locais. Esta linha programática parte do princípio de que a "Economia he sempre objecto de adiantamento" do Estado, porque "he a sciencia que praticamente aplica os produtos naturaes para uso da vida", requerendo "estudo do governo" e "dedução dos fieis planos de reforma" da sociedade (Sá 1783: 27-28). Correlativamente, a estatística, implicando a quantificação rigorosa e a aplicação de novas técnicas à administração, surgia como instrumento indispensável para a boa gestão dos recursos do Estado.

Para auxiliar a atuação de ministros e magistrados régios, José António de Sá publica as *Instruções Geraes para se Formar o Cadastro ou Mappa Artithemtico Politico do Reino* (1801). Em abono da mesma orientação, Manuel Travassos da Costa Araújo organiza e imprime as *Taboas Topograficas e Estatisticas de todas as Comarcas de Portugal e das terras de cada huma em ordem alfabética. Com a povoação existente no anno de 1801* (Sousa 1995).

Os dados estatísticos compilados durante o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho retomam a prioridade anteriormente acordada à política de reordenamento territorial pelo ministério de José Seabra da Silva (1788-1799). Neste ponto, há uma clara linha de continuidade de ação governativa por parte daqueles dois influentes ministros de D. Maria I, apesar do destaque que tem sido dado pela historiografia apenas ao governo ilustrado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. É claro que as políticas de melhoramento material que D. Rodrigo impulsionou quando assumiu funções políticas como ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1796-1801), presidente do Real Erário e secretário de Estado da Fazenda (1801-1803), foram ditadas por claras opções políticas e filosóficas. Algumas delas estavam já em curso de aplicação quando chegou ao governo, e outras, inspiradas pela leitura de obras de carácter técnico-científico, largamente representadas na sua biblioteca pessoal (Carolino 2013: 123), resultaram também da observação de projetos empreendidos no norte de Itália (Silva 2002: 2).

No campo das obras públicas, o programa de reformas lançado no reinado de D. Maria I, apesar de malogro que vai enfrentar na conjuntura das invasões francesas, assentava assim em três grandes pilares: administrativo, político-jurisdicional e técnico-científico. O ponto de partida do reordenamento territorial remetia para a elaboração do mapa geográfico e militar de Portugal, "cujos trabalhos de triangulação geodésica, de observações astronómicas e de medição

de um grau de Meridiano constituem o início do conhecimento científico do território continental" (Martins 2014: 2, 570). No plano político-jurisdicional, a representação cartográfica do território tinha subentendida a supressão das donatarias e apontava para uma visão uniforme do espaço, assente na demarcação das comarcas, concebidas como unidades administrativas funcionais em relação ao centro político (Silva 1998: 215-218). Correlativamente, a execução técnica de algumas redes viárias no território, ao minimizar os efeitos do isolamento das terras e ao incrementar o sistema de transportes e comunicações, tornava mais evidente a acessibilidade e a linearidade da própria representação cartográfica. Tem assim razão Carlos Martins quando sustenta que a Carta Geral do Reino, calculada e concebida por uma equipa dirigida pelo matemático e astrónomo Francisco António Ciera, nos anos de 1790 e 1791, pretendeu fornecer a primeira perspectiva linear rigorosa do território continental (Martins 2014: 1, 120). Apesar de inacabada, serviu de alicerce a outras reconfigurações espaciais e alterações de demarcação, posteriores à lei de 19 de julho de 1790, que aboliu as donatarias, lei que foi ampliada e clarificada pelo alvará de 7 de janeiro de 1792.

A lei de 19 de julho de 1790 propunha que "o uso e exercício prático da justiça e meios de ela se conseguir sejam iguais e uniformes" em todo o território nacional. Para tal, extinguia as justiças senhoriais e suprimia as demarcações de ouvidoria. Acabava com as isenções para atos de corregedoria e submetia todas as terras à justiça régia, que passavam assim a estar integradas, de pleno direito, no território do Estado. Esta tentativa de reordenamento jurídico-administrativo reforçava o poder periférico da comarca e vinha conferir maior unidade funcional às políticas do centro político.

Apesar da extinção das jurisdições donatárias, a unidade do espaço político-administrativo continuava, mesmo assim, a ser prejudicada pela existência de poderes justapostos encravados no território (Silva e Hespanha 1993: 44). Por este motivo, é razoável relacionar o arrastamento dos trabalhos de elaboração da Carta do Reino com o carácter inconclusivo dos levantamentos iniciados por duas equipas paritárias de engenheiros e magistrados, nomeadas em 1793, para procederem à demarcação dos novos limites das comarcas para as seis províncias do território metropolitano[1]. Conhecem-se apenas as descrições efetuadas pelos juízes demarcantes da província de Trás-os-Montes, Columbano Ribeiro de Castro (Mendes 1983), da província da Estremadura, José Abreu Bacelar Chichorro (Amzalak 1994) e o cadastro e mapas efetuados por Custódio José Gomes de Vilas-Boas para a província do Minho ( Cruz 1970).

[1] O modelo dos "inquéritos, estatísticas e memórias redigidas pelos juízes demarcantes, ajudantes demarcação e engenheiros" repetia os procedimentos anteriormente utilizados em Setúbal, de separação dos reconhecimentos topográficos, realizados por engenheiros, das descrições físicas e económicas das comarcas a cargo de magistrados (Silva, 1998: 395-397 e Martins 2014: 2, 580).

Em suma: os inquéritos, estatísticas, descrições e memórias redigidas pelos juízes demarcantes, ajudantes de demarcação e engenheiros, não sendo sistemáticos nem regulares, revelavam, todavia, que a reforma das comarcas obedecia a um propósito global de uniformização político-administrativa do território (Silva 1998: 395-397; Capela 1997). Este aspecto torna-se igualmente relevante para a compreensão da definição das vias estruturantes de comunicação, cujos trabalhos preparatórios ganharam evidência nos desenhos de traçado das estradas e cálculos das distâncias a percorrer coligidos a partir dos anos oitenta do século XVIII (Matos 1980; Martins 2014).

A fim de melhorar a coordenação das empreitadas e operacionalizar os projetos que vinham mobilizando engenheiros militares, magistrados e conselheiros régios, o ministro do Reino, José Seabra da Silva, instituiu novos dispositivos regulamentares e organismos de administração, fiscalização e controlo de obras públicas. Em 11 março de 1791, instituiu a Superintendência Geral das Estradas do Reino, nomeando o magistrado José Diogo Mascarenhas Neto para o lugar recém-criado de superintendente.

## Planeamento territorial e método de construção e conservação de estradas

Apesar dos constrangimentos orçamentais que experimentou no período em que esteve à frente da Superintendência Geral das Estradas, entre 1791 e 1799, Mascarenhas Neto procurou conferir uniformidade e unidade à política de melhoramento da rede viária. Percepcionou o território com um todo, coerente e coeso, unido por inscrições e vias de circulação úteis e necessárias à comunicação de homens, mercadorias, poderes e instituições. No eixo das transformações que empreendeu, entre 1791 e 1805, estão também os serviços das repartições do papel selado, correios e diligências.

A notável capacidade de regulamentação que revelou em todos estes ramos da administração pública era suportada por uma boa preparação doutrinal e técnica. Dominava a literatura estrangeira sobre engenharia de estradas, sendo defensor das técnicas de construção inglesas, conforme sustentou no *Methodo para construir as estadas em Portugal* (1790), a primeira obra do género publicada em Portugal. Sabia fazer uso dos úteis ensinamentos recebidos na sua formação universitária em Física, Mecânica e Geometria, cadeiras propedêuticas ao curso de Leis. Dominava a literatura filosófica das Luzes e, como jurista, para além do conhecimento da legislação nacional e estrangeira, procurava aliar, em matéria de política económica, o contributo da corrente agrarista de pendor fisiocrático com a moderna sistematização da ciência da Polícia no Estado, conhecendo e aplicando alguns dos ensinamentos de Gottlob von Justi, traduzido para português, em 1787, a partir da versão de Bartolomeo Felice (Vasconcelos 1786-1787).

O processo de modernização da rede viária, no quadro do sistema político conferido pelo Estado, era fundamental para o desenvolvimento integrado de todas as atividades económicas, como demonstrou Éric Brian ao estudar a política reformista da monarquia francesa em vésperas da Revolução (Brian 1994). Neste ponto, José Diogo Mascarenhas Neto concordava com Necker, Turgot e outros autores da escola fisiocrática, que acentuavam a vertente técnico-científica do progresso material das sociedades, sem desprezarem os seus sistemas de comunicações (B. Lepetit 1984). Por isso, recorria às políticas ensaiadas em França e outros países, para reafirmar a ideia de que à "proporção, que essas nações se forão civilizando, empregarão seus cuidados no Commercio, e na industria nacional: Os mais símplices princípios destes bastárão para lhes fazer conhecer que a facilidade do transporte de géneros de hum paiz para outro era a sua primeira base." (Neto 1790: 3).

Partindo do princípio de que a "falta de estradas boas amortece a Agricultura, e o Commercio, e por consequencia diminui em Portugal com outras mais causas a População" (Neto 1790: 67), reconhecia que, para construção de uma moderna rede viária, era preciso o concurso de abundante mão de obra e trabalho especializado de homens com "idéas certas, e práticas de História Natural, da Hidraulica, da Geometria e de Mecânica", ou seja, de engenheiros, filósofos e matemáticos formados, estes últimos, na Universidade de Coimbra (Neto 1790: 91-92).

Em relação à mão-de-obra, sustentava contra o uso antigo e contra a política de recrutamento forçado praticado também em França, a abolição do regime de corveia. O entendimento do trabalho como uma fonte de valor, fundamental para a fixação dos preços e para a livre circulação de mercadorias, levava-o a denunciar a ineficiência económica de "obrigar os povos com o seu trabalho gratuito" à construção de obras públicas, porque os mancebos retirados à lavoura e constrangidos à força a realizar aquelas tarefas vinham "sem ferramentas proporcionadas [...] e o seu trabalho descontente de nada serv(ia) ao público", podendo, ao invés, beneficiar outros sectores produtivos, nomeadamente a agricultura (Neto 1790: 51-52). Advogava, portanto, o recurso a trabalho pago à jorna, com cumprimento rigoroso de horário, divisão de tarefas e supervisão técnica. Conferia idêntico tratamento ao serviço de conservação e manutenção das estradas, que requeria trabalho regular remunerado. Conjugava esta perspetiva, mais voltada para a utilização do trabalho operário, com o aproveitamento, em simultâneo, de contingentes de presos cuja pena poderia ser comutada em serviço à comunidade. Uma semelhante ideia, conforme explicitava, "seria muito interessante ao Estado e á humanidade", o preso habituado ao trabalho deixava de ser "hum peso para a sociedade" e a pena passava ser encarada de forma positiva e reabilitante (Neto 1790: 80).

Em relação à *expertise* administrativa, financeira e técnica requerida pela construção e melhoramento de estradas, os seus conselhos, acolhidos pelo alvará

de 28 de Março de 1791, sinalizavam os meios técnicos, as regras de execução, os recursos humanos e os modelos de gestão mais adequados ao cumprimento das empreitadas, que se deviam ajustar ao critério da "comodidade, utilidade e economia". Idêntica orientação política se divisava em leis e regulamentos posteriores, de sua autoria, ou em projetos por si assinados de construção de estradas em que eram respeitadas as suas ideias sobre o tipo de piso, largura, conservação das mesmas, imposição de barreiras ou portagens e reforma dos carros.

Neste domínio, o conceito de economia não dispensava o conceito de polícia, patente em todas as fases do processo de administração de "obras públicas", conceito igualmente novo que pressupunha planeamento e regulação jurídica, rigor técnico na fase de concepção e controlo de execução. Em síntese, resumia Mascarenhas Neto, "a construção das estradas exige trabalhos, e conhecimentos maiores, do que contém a policia de as conservar" (Neto 1790: 91).

Para assegurar a solidez e o carácter duradouro das infraestruturas era preciso inovar tecnicamente e criar um ramo de administração do Estado para as obras públicas que coordenasse e garantisse a qualidade e a regularidade dos projetos a executar. Esta filosofia prática enformou, a partir de 1791, a sua ação como superintendente geral das estradas do reino. Por lei, competia-lhe policiar, regulamentar e prover os vários ramos da sua comissão de serviço, em coordenação com as equipas de engenheiros designadas pela Secretaria de Estado do Reino, que recebia, regularmente, despachos, relatórios, desenhos, memórias e contas da Superintendência. Cabia ainda ao superintendente garantir, no terreno, "o método e a coordenação dos trabalhos e a prontidão do pagamento de todo o tipo de despesas, de que dependia a tranquilidade dos trabalhadores e o bom governo das obras" (Martins 2014: 2, 728). Tinha mandato para expropriar terrenos, fazer avaliações e enquanto magistrado podia exercer jurisdição coerciva de forma a garantir o cumprimento das obras. Tanto os magistrados régios locais como os oficiais do exército deviam respeitar e cumprir as decisões do superintendente.

Mascarenhas Neto ideou e corporizou este ramo da administração do Estado, numa época em que a disciplina conhecida como "Ciência de Polícia" (*Polizeiwissenschaft*), assinava novas competências aos governantes, expandia as áreas de intervenção pública do Estado e conferia um cunho civilizador a todas as políticas empreendidas em nome do bem-estar e segurança das populações. Para o alargamento das atribuições do Estado, eram necessários "ministros encarregados de outros importantíssimos ramos da felicidade publica, que pertencem pela maior parte á defeza dos direitos de Vassalo, e Cidadão, provenientes da Soberania" (Neto 1790: 92). Entre as iniciativas que o Estado devia prover em prol da "felicidade pública" estavam as obras públicas. Neste domínio, a intervenção ministerial devia ser norteada pelo desenvolvimento económico do país e pela salvaguarda territorial do Estado, conforme sustentava Mascarenhas Neto.

Especificava ainda que em cada comarca "deveria haver hum conservador das estradas, que também o seria do commercio, fabricas, e agricultura, sendo obrigado a fazer tres visitas em cada anno em todas as estradas reaes, do commercio, e publicas do seu districto" (Neto 1790: 85).

Nestes termos, a sua esfera de intervenção comprovava a complementaridade existente entre a reforma do sistema judicial, pensada por Seabra da Silva e defendida pelos seus colaboradores diretos, o reordenamento territorial e o sistema de comunicações implementado no reino. Em suma, a carta de lei das donatarias e comarcas de 1790 rasgava novos horizontes à política de unificação do território, como o comprova o alvará de obras públicas de 28 de Março de 1791 e, consequentemente, os regulamentos e disposições da Superintendência Geral das Estradas. Estes diplomas, entrevistos em conjunto, fornecem a chave para um entendimento mais amplo da política reformista do Estado em matéria de território e rede de comunicações, em finais de século XVIII.

## Um magistrado na Superintendência Geral das Estradas. Projetos dirigidos por José Diogo Mascarenhas Neto

A confiança política e a competência técnico-administrativa foram critérios determinantes na escolha do superintendente geral das estradas (Subtil 1993: 185). Como temos vindo a afirmar, o exercício do cargo, colocado na dependência hierárquica do ministro do reino, foi confiado, em regime de comissão de serviço, a um magistrado de carreira, José Diogo Mascarenhas Neto[2], com conhecimentos de Matemática e de Física Experimental – de acordo com o modelo de formação da Faculdade de Leis, em vigor depois da reforma universitária de 1772 – e com provas dadas em matéria de fiscalização e direção de obras públicas.

Em Leiria, onde iniciou a sua carreira de magistrado régio, como juiz de fora, Mascarenhas Neto procurou promover, a partir de 1781, a economia local, melhorando a articulação regional e provincial da cidade com outros centos urbanos. Postulando, à maneira fisiocrática, que a riqueza do país, de base agrária, requeria a supressão de entraves à livre distribuição da produção agrícola e industrial começou por participar, ativamente, na organização e melhoramento da rede viária, com o objectivo de normalizar o mercado, dinamizar a circulação

[2] José Diogo Mascarenhas Neto, o magistrado escolhido para o cargo de superintende-geral das estradas, nasceu em Alcantarilha, termo da cidade de Silves, a 18 de Janeiro de 1750, no seio de uma família abastada. O pai, João Jacinto Neto, era capitão-mor de Ordenanças de Silves. Destinado à carreira da magistratura, ingressou, tardiamente, aos 23 anos, na Universidade de Coimbra, formando-se em leis em1780. (AUC – Certidão e Livro de matrículas, 1773, fl. 39; Actos e Graus, n.º 1, fl. 28v, 118V, fl. 136 e fl. 204). Após a formatura, Mascarenhas Neto foi provido no lugar de juiz de fora de Leiria (ANTT, Leitura de Bacharéis, 1780, m. 50, n.º 30; Registo Geral das Mercês de D. Maria I, vol. 11, fl. 218).

de bens e produtos e estimular a concorrência interna. Na sua área de jurisdição, manteve contactos estreitos com o conde de Valadares, inspetor-geral do Terreiro Público e inspetor-geral das Obras da Tapada do Ribatejo, mais tarde designadas Estradas Reais e Obras Públicas do Ribatejo. Este alto dignitário régio ocupava-se, então, do desenvolvimento da agricultura ribatejana, provendo, nomeadamente, a construção de cercas, valados e tapadas, com o propósito melhorar o abastecimento de cereais e de produtos agrícolas ao mercado da capital. Para a execução uma tal política de desenvolvimento, lançou uma vasta empreitada de construção viária, ou seja, abriu novas vias de transporte de pessoas e mercadorias e melhorou outras infraestruturas, como caminhos e pontes.

Na mesma altura em que surgiu o projeto um tanto utópico de rede viária ideado por Miguel Pinto Teixeira, em 1781, que previa também um eixo estruturante Norte–Sul, o conde de Valadares iniciou, de forma mais realista, o prolongamento a Santarém da estrada de Lisboa a Alverca, mandou reconstruir o troço de ligação das Caldas da Rainha ao Carregado e abriu a via que, a partir do Carregado, passaria pelo Alto da Serra até Rio Maior, em direção a Leiria, Coimbra e Porto (Martins 2014: 2, 585-592). Ao corrente dos modelos mais modernos de construção de obras públicas em Inglaterra, França e Espanha, o conde de Valadares empreendeu também a sinalização rodoviária sistemática e coerente nessa rede viária, colocando marcos de légua em pedra e placas direcionais bem visíveis nas vias (Matos 1980: 1, 491-500; Pato 1999: 63-75).

Para a execução do traçado da estrada de Rio-Maior a Leiria e fiscalização dos trabalhos no terreno, contou com o empenho e com a pronta colaboração do juiz de fora de Leiria, José Diogo Mascarenhas Neto. Foi, portanto, em contacto com o inspetor-geral das Estradas Reais e Obras Públicas do Ribatejo e acompanhando os trabalhos dos engenheiros e trabalhadores contratados para realizarem as empreitadas de construção da estrada que ligava a capital ao norte do país, que Mascarenhas Neto desenvolveu o gosto pela planificação, construção e conservação de infraestruturas viárias.

Depois da frutuosa e bem sucedida experiência no terreno das obras públicas e em resultado do bom governo na área da sua jurisdição, Mascarenhas Neto foi nomeado corregedor da comarca de Guimarães, por decreto de 29 de agosto de 1786, vindo a acumular, por provisão régia, a partir de 1787, a correição vimaranense com o exercício do cargo de juiz conservador do contrato do tabaco e saboaria na mesma comarca (ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv 11, fl. 218 e liv. 27, fl. 223v.).

Em Guimarães empreendeu, primeiro sob a direção de José Champalimaud de Nussane e num segundo momento sob a orientação de Joaquim Oliveira, a construção da estrada que ligava aquela cidade ao Porto. Com esta empreitada, iniciada em 1789, antecipou os trabalhos de levantamento, concepção e construção da estrada de Lisboa ao Porto, que mobilizaram duas grandes equipas de

engenheiros ocupados em rasgar e regularizar os troços rodoviários de ligação de Rio Maior a Leiria e desta cidade a Coimbra (Martins 2014: I, 122; II, 722, 730-734).

Na comarca vimaranense, o período compreendido entre 1789 e 1795, coberto em parte pela ação do corregedor Mascarenhas Neto, correspondeu a uma fase de grande concentração de projetos de infraestruturas. Segundo José Viriato Capela, aí os municípios sob correição régia gastaram entre "15 e 60% do total da despesa com edifícios, águas, ruas e calçadas e fontes" (Capela 1997: 67). Ao tomar posse do novo lugar, o corregedor procurou registar, também, os movimentos de população das freguesias de Guimarães e seu termo. Verificou que, entre 1781 e 1786, aquele território registara um saldo demográfico positivo de 1697 pessoas. Na verdade, esta tendência de crescimento manteve-se dentro de idênticos parâmetros no quinquénio seguinte. Os levantamentos efectuados sob a alçada de José Diogo Mascarenhas Neto apontavam, no final da década de oitenta, para uma população global da vila e termo da ordem dos 136 529 habitantes. A esta contagem global somavam-se os residentes de terras e concelhos ainda isentos de correição, estimados, em 1787, em 31923 pessoas (AHM – Mapas da população 1781-1790, DIV-4-1-11-05).

As marcas históricas da presença das populações no território despertaram ainda o seu interesse pelo termalismo, de tradição romana, conforme demonstram as referências, inscrições e medalhas que coligiu no local da Lameira e no sítio dos banhos. Na *Memoria sobre a Antiguidade de Caldas de Vizela* (1792), que publicou nas *Memorias de Litteratura Portugueza* da Academia Real das Ciências de Lisboa, José Diogo Mascarenhas Neto refere, expressamente, os benefícios sanitários e económicos que a reativação das termas traria à província do Minho. As análises químicas das águas e os elevados índices de fertilidade das terras de aluvião nas margens do rio Ave favoreciam, segundo argumenta, a concentração e diversificação de atividades económicas. Para além disso, "seria muito para desejar, e consequente das luzes do século, o aproveitamento daquelles banhos, edificando-se no sitio delles hum Hospital util e necessario á saude dos povos" (Neto 1792: t. 3, 107). Com esta memória e com as amostras e registos que a acompanham, Mascarenhas Neto conquistou a titularidade de sócio e o respeito dos seus pares da Academia Real das Ciências.

Paralelamente, a continuada incursão jurisdicional no domínio da construção e melhoramento da rede viária nacional marcava, definitivamente, o seu ascendente teórico e prático no planeamento do sistema de comunicações e no reordenamento territorial do reino. Por esse motivo, foi encarregado, mais tarde, pela Secretaria de Estado do Reino de acompanhar e prover os trabalhos de construção da estrada de Lisboa ao Porto. Em resultado desta disciplinada aplicação às obras públicas, redigiu, como referimos, em 1790, o famoso *Methodo para construir as estadas em Portugal*. Neste manual prático de construção de estradas,

dedicado ao príncipe do Brasil, D. João, evidenciava o seu cosmopolitismo e a sua vasta experiência no terreno, esclarecendo, desde logo:

> "Sobre este methodo, que a natureza ensina, praticado actualmente em Inglaterra, e na Escócia, e que os Francezes também principião a adoptar, he que eu me proponho escrever, pois me parece particavel em todas as Provincias deste Reino, e o mais vantajoso, e de menos custo, do que as calçadas, fundando-me não só na reflexão, mas também na experiencia da estrada, que principiei de Guimarães para o Porto, e no conhecimento, que tenho das Provincias de Portugal, por ter viajado em grande parte de todas ellas" (Neto 1790: 8).

Este pequeno e precioso livro, pelas propostas que encerra, antecipa, do ponto de vista regulamentar, não a ação mas o modelo de atuação de Mascarenhas Neto na Superintendência Geral das Estradas do Reino – organismo que tutelou de 1791 a 1799. Dele deriva a filosofia legal das obras públicas em Portugal, nos finais de século, ou seja, as disposições constantes do alvará de 28 de Março de 1791 não podem ser corretamente interpretadas sem recurso ao *Methodo para construir as estadas em Portugal* (1790). Retenha-se ainda que, do ponto de vista regulamentar, aquele diploma legal veio conferir dimensão nacional à política de modernização dos transportes e comunicações na medida em que definiu a estrutura da rede de estradas para o território continental, privilegiando o eixo Norte-Sul, ou seja, a ligação terrestre Lisboa-Porto, aproveitando o traçado moderno já realizado e projetando a ligação de Coimbra ao Porto em confluência com a melhoria de outras infraestruturas, rotas terrestres e fluviais.

## Regulamento e administração da Superintendência Geral das Estradas (1791-1799)

Por carta régia de 11 de março de 1791, Mascarenhas Neto é então nomeado superintendente geral das estradas do reino, cargo que acumula, a partir de 1794, com a beca de juiz ordinário da Relação do Porto (ANTT- Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 27, fl. 223v.). Na montagem burocrático-administrativa da superintendência e no despacho dos assuntos correntes e questões de planificação de obras esteve também envolvido o ajudante Alberto Carlos Menezes, bacharel formado em Leis e em Matemática pela Universidade de Coimbra.

Em abono do bom funcionamento das equipas de trabalho mobilizadas para a construção das obras de estradas, o superintendente, cerca dois anos após a sua nomeação, informava o ministro Seabra da Silva que as obras de que estava encarregado iam correndo "com progresso, observadas as regras e disciplina que prescrevem as instruçoens, dadas por V. Exª em virtude do Alvará de 28 de Março do anno proximo passado". A adesão das populações locais aos projetos em execução era fundamental para o bom êxito das empreitadas, pois,

conforme acrescentava, "não ha hum lavrador ou hum operario ou hum prezo constrangido, e os povos obedecem promptamente ás ordens que lhes dirijo". Outro aspecto salientado pelo superintende nesta importante missiva tinha que ver com as juntas de bois utilizadas nas obras e com a criação de prados artificiais para alimentar os animais. Neste ponto, especificava que,

> "desde Leiria athe Condeixa, todas as obras se praticão com bois da Fazenda Real e carros dos que propuz a V. Exª na memoria de 6 de Junho proximo passado. Os prados artificiaes que se acham estabelecidos nos baldios da Madalena para sustento da sua competente abogoaria he hum objecto que contenta bastante o meu zelo, e trabalho e que pode aumentar-se consideravelmente" (AHM – Carta 24 de novembro de 1792, Div 1-11-07-22).

Na memória referida, sobre meios de transporte terrestres, defende a substituição do modelo de carro de tração animal de rodado convencional, sobre eixo fixo, por um de carro mais adaptável aos declives do terreno, mediante a utilização de eixo móvel nos rodados e recurso a cantadeiras em cinta de ferro, para melhor calcar "as matérias da composição da estrada" (AHMOP, JDMN 6, 9fls.).

Em carta para Luís Pinto de Sousa, escrita também em finais de 1792, o superintende reforçava a ideia de que as obras de estradas adjudicadas e em construção decorriam com "com solidez, e boa ordem", devido, "por huma parte, ao zelo e inteligência dos officiaies Engenheiros, por outra ao sistema de escolher para Administradores rapazes instruidos nas sciencias naturaes, e livres do génio, e ideias forenses que não combinam com a prosperidade e economia publica". E concluía afirmando: "A Armonia entre os Engenheiros e Administradores satisfaz me infinitamente, e athe respeito as conferencias, que eles fazem comunicando as suas ideias reciprocamente para melhor progresso das suas respectivas comiçoens" (AHM – Carta 24 de novembro de 1792, Div 1-11-07-22).

Em termos financeiros, a administração da Superintendência regia-se pelo regulamento de 11 de maio de 1791, designado *Plano de Fazenda para a execução do Alvará de 28 de Março de 1791*, que regulamentava o funcionamento do respectivo serviço de obras públicas. De acordo com esta legislação, a contabilidade das obras a cargo da Superintendência Geral das Estradas obrigava ao registo rigoroso de verbas recebidas e gastas e à conferência periódica de todos os balanços de tesouraria. Na gestão corrente e orçamentação das verbas, a última palavra cabia ao superintendente, que devia rubricar as folhas do livro de registo da recebedoria e sancionar as tarefas de administração e contabilidade do ajudante do superintendente, Alberto Carlos de Menezes, do tesoureiro, Manuel José da Costa e do escrivão António José de Oliveira. De acordo com a lei de 11 de maio de 1791, estes e outros funcionários da Superintendência auferiam unicamente os seus ordenados, sem terem direito a propinas, emolumentos e remunerações acessórias, típicos de Antigo Regime.

Para a planificação do troço de estradas de maior extensão, Mascarenhas Neto concebia, depois de ouvidos os engenheiros de obra, com assinalável rigor e método, todas as fases necessárias ao cumprimento das empreitadas. É esta metodologia de trabalho que fica bem patente na sua "Memoria para a factura da estrada de Lisboa para o Porto, na qual se compreendem quatro partes: 1º delineamento; 2º construção; 3º governo económico; 4º plano de fazenda para distribuição e responsabilidade dos dinheiros" (AHMOP, JDMN 2, 11fls.).

Em abono da eficiência orçamental do serviço, o superintendente, instado a suspender as obras das estradas – em cumprimento da resolução de 29 de novembro de 1799 do marquês de Ponte de Lima – mandou elaborar um *Mappa de Balanço e Responsabilidade da Suprintendencia Geral das Estradas desde o princípio do seu estabelecimento em 1º de Mayo de 1791 athe 31 de Dezembro do presente anno de 1799* (ANTT, Ministério do Reino, maço 493, cx. 614). Neste importante documento, a despesa global com o planeamento e construção de estradas, ao longo de nove anos de exercício, é fixada em 430 363 291 contos de réis. Em termos de receitas, saliente-se que o Erário Público apenas contribuiu com a verba inicial, para os anos de 1791 e de 1792, de 38 contos de réis. O saldo positivo da Superintendência Geral das Estradas, estimado, no final do ano de 1799, em 447212180 contos de réis foi assegurado por receitas provenientes de vários cofres: da alfândega do Porto, da barra de Aveiro, das calçadas e ponte do rio Mondego, do Terreiro Público e das sisas cobradas nas comarcas do Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém.

A relação de despesa da Superintendência, acompanhada do registo sistemático dos recibos e demais documentos relativos a cada ano de exercício de contas, permite verificar que os picos de maior atividade construtiva ocorreram nos anos de 1792, 1793, 1794 e 1797. Globalmente, observa-se um decréscimo progressivo da despesa com as obras de construção da rede viária nacional (ANTT, Ministério do Reino, maço 493, cx 614).

Mascarenhas Neto, no ofício que acompanha o referido documento de síntese, elaborado pelo ajudante da superintendência, o bacharel Alberto Carlos de Menezes, coloca à disposição do governo toda a documentação gerada nos serviços da Superintendência, nomeadamente, "o livro das adjudicações de terrenos para a construção de estradas " e "dois tomos" com "as plantas, das obras praticadas na minha comissão de estradas, e cada hum delles está junto hum mappa de suplemento, que indica o estado da estrada, e as obras de que ainda não tenho plantas apuradas." (Ferreira 2008: 75).

Sobre a atividade desenvolvida em projeto e no terreno, o superintendente destaca o delineamento da estrada do Alentejo, de Aldeia Galega a Elvas, e o prosseguimento dos trabalhos de construção do troço de ligação de Coimbra ao Porto, que ficaram inacabados. Nos anos 1795, 1797 e 1798 diz ter melhorado o traçado e o pavimento da estrada de Lisboa às Caldas da Rainha e, a partir de

1798, salienta os recursos envolvidos no lançamento do serviço de diligências entre Lisboa e Coimbra.

Numa conjuntura de carestia e de fortes restrições orçamentais, motivadas pelo crescimento das despesas militares, o superintendente não só apresenta um saldo económico positivo nos seus serviços, de cerca de 17 contos de réis, como faz questão de acrescentar que, em 1799, se poderiam ocupar na construção de estradas quatro mil homens. Para além das obras sob sua alçada diz:

> "forneci madeiras de construção militar ao Arcenal do Exercito em 1793, e em 1794, mandei construir reparos para a Artelharia das fortalezas da Figueira e Buarcos [ … ] em 1797, e 1798 estabeleci hum abundante depozito de madeiras nos Armazens do Rio de Oeiras, e dos quaes se estão ainda servindo para objectos militares, e com ellas se tem feito reparos para a Artelharia das fortalezas, e torres até Cascaes" ( Ferreira 2008: 75).

Apesar dos resultados alcançados e do relato que faz do seu mandato, não escapa à acusação de ter sido um mau administrador, acusação feita por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos. Na verdade, meses antes de decretada a suspensão das obras de estradas e de afastado o superintendente, em finais de 1799, aquele ministro, em carta dirigida ao marquês mordomo-mor, reportando-se à avaliação das rendas e despesas do Conselho da Fazenda, já considerava ruinosa a superintendência Mascarenhas Neto. As críticas de D. Rodrigo, ditadas por razões talvez alheias à competência do superintendente, estendiam-se a outros campos da administração de Mascarenhas Neto. Alegava assim que este magistrado, "depois de ter mostrado a sua incapacidade nas estradas, foi encarregado do papel selado onde praticou o mesmo, e agora se dispõe a arruinar o novo estabelecimento do correio" (Coutinho 1993: t. 2, 125-126). Esta apreciação, datada de 1799, ocorre no ano em que Seabra da Silva é demitido da Secretaria de Estado do Reino pelo príncipe regente e em que José Diogo Mascarenhas Neto é afastado da Superintendência Geral das Estradas do Reino, na sequência da suspensão deste organismo público.

## Plano para uma política nacional de comunicações: correios, reforma de carros e serviço de diligências (1799-1805).

De qualquer modo, o magistrado que garantira a planificação da rede viária nacional e que regulamentara os serviços de obras públicas, racionalizando a administração da superintendência geral das estradas, contava com o apoio do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1788-1803), o 1º visconde de Balsemão (1801), Luís Pinto de Sousa Coutinho, vindo a trabalhar sob a sua alçada no domínio das comunicações postais.

Como é sabido, depois da extinção do ofício de correio-mor, por alvará de 16 de março de 1797, a tutela da "administração das postas, correios e diligências de terra e mar" passou a estar dependente do despacho da repartição dos Negócios Estrangeiros. Na sequência desta alteração, a distribuição do correio adquiriu o estatuto de serviço público, estabelecendo-se a sede do Correio Geral no Palácio do Monteiro-Mor, situado na rua dos Paulistas, em Lisboa (Neto 2005: 52-55). A organização e regulamentação da Superintendência Geral dos Correios e Postas foi então atribuída, em regime de comissão de serviço, a José Diogo Mascarenhas Neto, nomeado superintendente no ano de 1797 e exonerado das mesmas funções em 16 de Janeiro de 1805. Durante o sexénio em que esteve à frente do serviço estatal de correios, Mascarenhas Neto evidenciou domínio e capacidade de administração, qualidades "demonstradas em toda a legislação postal saída da sua pena" (Ferreira 1963: 116).

A atividade que desenvolveu neste ramo da administração pública ficou marcada, desde logo, pela elaboração do *Regulamento Provisional* de 1 de abril de 1799 e pela publicação, em junho do mesmo ano, das *Instruções Práticas para os Correios Assistentes*, também de sua autoria. Este documento estipula que o ofício de correio assistente podia ser fixado por contrato de arrendamento ou por comissão, não havendo direito, em qualquer dos casos, a pagamento de propinas e emolumentos mas apenas a salários. Com recurso a um tal sistema de provimento de pessoal, a "rede de correios interna continuou a ter como pontos de articulação os correios assistentes a instalar em todas as cidades e vilas principais cujos funcionários estabeleceram a continuidade entre os serviços da administração particular e os da administração régia (Neto 2005: 54).

Em traços largos, as *Instruções Práticas* especificam as relações do Correio Geral com as repartições locais, reorganizam a distribuição postal nas províncias, fixando atribuições e horários de pessoal, tempos de distribuição postal e taxas de serviço. Fornecem também indicações rigorosas e uniformes sobre pesagem da correspondência, registos, modalidades de distribuição postal nas terras, formas de transporte rápido e seguro das malas de correspondência, procedimentos de fiscalização, regras de contabilidade e penalizações. Para afiançar a exação do correio e reforçar a responsabilidade de assistentes, estafetas e postilhões são previstas penalizações para os funcionários incumpridores e recurso a procedimento judicial para os indivíduos acusados de violação de correspondência. Por sua vez, o *Regulamento provisional para o novo estabelecimento do Correi*o estabelece as regras de funcionamento da estrutura nacional dos serviços postais e segmenta a administração dos correios em três ramos distintos: Seguros e registos de encomendas e valores; cartas do reino; e cartas do ultramar e do estrangeiro. A título excepcional, e para estimular a cobertura nacional da imprensa periódica, reduz a metade a tarifa de correio aplicada à expedição de gazetas, jornais e papéis impressos.

No reino, a profunda alteração do sistema de registos e serviços postais, ao implicar a reorganização do serviço de transporte de cartas, dinheiro e encomendas, surge na sequência do reordenamento da rede viária nacional e do lançamento do serviço de diligências entre Lisboa e Coimbra, em 1798. O planeamento e modernização das vias de transporte terrestre proporcionou, portanto, a normalização estatutária das comunicações postais, encaradas como serviço de utilidade pública, desejavelmente, rápido, seguro e rentável para a Fazenda Régia.

A complementaridade estabelecida entre as duas áreas de administração estatal, sendo personificada na figura do mesmo superintendente, refletiu-se, necessariamente, na atuação concertada e no *modus operandi* dos dois organismos que Mascarenhas Neto regulou, organizou, dirigiu e fiscalizou. A par da similaridade de procedimentos na gestão interna dos dois organismos, a concepção unitária subjacente à reorganização do espaço territorial articula-se, estreitamente, com a extensão da rede de correios e com a centralidade que lhe foi conferida em todos os lugares, vilas e cidades do reino. A fim de que "o público fosse servido com exação e celeridade", Mascarenhas Neto estipulava que, em cada terra ou lugar, os Correios seriam "estabelecidos no centro da povoação em edifício commodo e decente que deve estar aberto para entrega das cartas" e ter um "balcão de madeira para que o Povo possa desse modo receber as cartas com boa ordem". A par do anúncio dos horários de recepção e expedição da correspondência, também as balanças utilizadas para pesar e taxar as cartas deviam estar à vista de todos (Ferreira 2008: 53-56). A tabela inicial de preços postais não considerava a distância a percorrer pela correspondência mas tão-só o peso das cartas, aspecto que viria a ser revisto no regulamento adicional de 4 de maio de 1801, que introduzia a variável da distância no cálculo atualizado de portes.

Na viragem do século, e à imagem do que se praticava em outras capitais europeias, Mascarenhas Neto, concebia ainda um sistema inovador de regulação da posta na cidade de Lisboa e principais povoações circunvizinhas. Para o efeito, elaborou um regulamento que previa a divisão da cidade em 17 distritos postais, a imposição de marcos e a recolha postal em vários locais. O regulamento de 7 de maio de 1800 contemplava ainda um serviço cómodo e inovador para a época de entrega domiciliária do correio, mediante pagamento adicional. Esta modalidade de distribuição requeria a demarcação e sinalização rigorosa de ruas e praças e a colocação de números de polícia em todas os prédios e habitações urbanos. Chegou a imprimir-se um roteiro da cidade de apoio à reforma postal, tendo, Mascarenhas Neto chamado o engenheiro militar Joaquim de Oliveira, cujo trabalho abonara na construção das estradas Guimarães-Porto e Lisboa-Coimbra, para desenhar e numerar os arruamentos da capital. Esta modalidade de distribuição postal da capital acabou por só vingar depois da revolução de

1820. Para além daquele colaborador direto, Mascarenhas Neto dialogou intensamente com o seu adjunto Alberto Carlos Meneses. A este jurista e matemático se deve a elaboração, por volta de 1799, de um plano geral da rede de correios articulada com uma proposta, também de sua autoria, de divisão e redução das comarcas do reino[3]. O roteiro nacional de serviço dos correios ideado pelo adjunto do superintendente replicava e levava mais longe a visão global do território subjacente às reformas que Mascarenhas Neto lançou e sustentou, com espírito de sistema, primeiro na Superintendência Geral das Estradas, de 1791 a 1799, e, depois, na dos Correios e Postas, de 1797 a 1805.

Em coordenação com o investimento realizado no reordenamento do sistema de comunicações, Mascarenhas Neto desenvolveu ainda dois outros projetos da maior importância para o bom êxito da sua política intendencial: a administração do papel selado, cuja intendência lhe é confiada em 1797, e o estabelecimento do serviço de diligência na estrada de Lisboa a Coimbra, que regulou e fiscalizou desde a sua criação, em 1798. O recurso ao novo imposto de papel selado, "a contribuição mais suave para os Povos", nas palavras do legislador, era necessário para suprir despesas de segurança e defesa e para socorro das obras públicas. Em observância do alvará de 10 de março de 1797, que institui aquela nova obrigação fiscal, Mascarenhas Neto é chamado a regulamentar os serviços do governo interino e administração do papel selado, tendo redigido para o efeito uma extensa e minuciosa instrução, datada de 12 de junho de 1797 (Silva 1828: 1791 a 1801, 401-407).

Entusiasta de um serviço de transporte público de pessoas e correio em carruagens fechadas de tração animal, chamadas diligências, sustentou, também, contra todas as críticas, o lançamento e a manutenção de duas carreiras semanais entre a capital e a cidade de Coimbra. Em seu entender, o previsível acréscimo de trânsito nesta estrada recém-construída geraria, à luz do "regulamento das barreiras", um acréscimo de receita que poderia servir para assegurar a continuidade de projetos viários planeados e que estavam praticamente suspensos, por falta de meios de financiamento da Fazenda Real (AHMOP, JDMN 8, 4fls.).

Destinada a viajantes nacionais e estrangeiros, a circulação através da mala-posta, em condições de segurança e conforto, fazia-se mediante apresentação de passaporte e aquisição prévia de um título pessoal de transporte adquirido na repartição dos correios, junto do administrador da diligência (Neto 2005: 60 e Moura 2004: 4-25). A oferta deste serviço público envolveu um pesado investimento logístico e a aquisição e manutenção de meios de transporte

[3] O plano contemplava nas 6 províncias do reino a redução de 44 para 35 comarcas e a distribuição do correio por 73 cidades, 774 vilas e coutos e 4254 freguesias. Para uma população estimada em dois milhões e novecentos mil habitantes, a rede de distribuição do correio ideada por Alberto Carlos Meneses aperfeiçoava a existente, criando os lugares de superintendente de província e de correio-mor de comarca (Martins 2014: 1, 243-249).

adequados, em condições de mercado desvantajosas, conforme reconhece o superintendente geral dos correios e postas no balanço que faz do primeiro ano de funcionamento da mala-posta. Nesse documento, dirigido ao ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho, diz:

> "Pelo que pertence á economia das Diligências, tenho empregado o trabalho e zelo que devo, mas encontrei dous annos de cartestia extraordinaria nos preços de palhas, sevadas, e por isso faz a Diligencia no seu primeiro anno, huma diferença passiva, de 3:194$828=; além deste motivo extraordinario, he impossível estabelecer semelhante rammo, exigindo delle lucros no primeiro anno da sua creação" (Ferreira 2008: 62).

Para tornar mais rentável a exploração deste negócio, Mascarenhas Neto advoga que "a condução das cartas seja separada das encomendas" e que "todas as mallas das correspondências das Provincias do Norte" sejam transportadas por diligências confiadas "a mestres de posta por arrendamento". Em relação às postas do Alentejo e Algarve considera vantajosa para a Fazenda Real a regularidade estabelecida, recomendando a redução do número de cavalos por carro, à semelhança do que se praticava em Espanha (Ferreira 2008: 63).

Com o passar dos anos, o serviço de passageiros da mala-posta foi diminuindo, de nada valendo a publicidade feita na *Gazeta de Lisboa* e as comodidades oferecidas aos passageiros. Com uma procura reduzida e com os preços dos bilhetes a subir, a administração do serviço de transporte de pessoas e cartas em diligência foi forçada a suspender, em maio de 1804, por falta de financiamento, o serviço regular da mala-posta entre Lisboa e Coimbra[4].

A falência do transporte regular em diligência naquela estrada ocorre no ocaso da carreira intendencial de Mascarenhas Neto. Cumprida a missão de prover, regulamentar e supervisionar a construção de estradas, as relações postais, a imposição e cobrança do tributo de selo e a qualidade de serviços de mobilidade de passageiros e malas de correio, Mascarenhas Neto é forçado a afastar-se da carreira intendencial, enfrentando o desgaste provocado pelo adiamento na construção da estrada de Coimbra ao Porto e pela insustentabilidade de alguns investimentos, como o da mala-posta.

Num período marcado pela ameaça, cada vez mais próxima, de alastramento das guerras napoleónicas à Península Ibérica, o superintendente não só enfrenta a persistente oposição do ministro e presidente do Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que foi esvaziando as suas funções na administração e cobrança do

---

[4] Com mais informação, vejam-se as cartas de José Diogo Mascarenhas Neto, superintendente do Correio Geral, para o visconde de Anadia, secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre o incêndio verificado na Casa da Posta de Coimbra com referência à ruína da ponte de Coimbra e à urgência do acabamento da estrada, para se poder manter a Diligência do Correio Geral, 1803-1804, (AHM-DIV-1-14-245-24).

imposto de selo[5], como experimenta alguma insegurança perante a ocorrência de casos de violação de correspondência que chegavam ao seu conhecimento. A queixa comunicada por um oficial da secretaria do correio geral ao superintendente, escrita em 24 de novembro de 1800, demonstra bem como foi alastrando a malha da espionagem internacional e quão frágeis eram as normas de segurança vigentes em situação de agravamento dos conflitos internacionais na Europa.

A seguinte notificação ao superintendente valia como sinal de alarme: "Esta manham recebi a malla das correspondencias estrangeiras com huma cortadura quase do tamanho da mesma malla e muitas das cartas que ella contem se achão abertas e com os sobrescriptos deslacrados; naquelas circunstancias se comprendem as cartas que remete V. Ex.ª" (AHM – Div 1-11-07-22).

Enquanto a Intendência Geral da Polícia acolhia notificações secretas do mesmo teor, o governo recebia consultas que revelavam a luta travada no interior do ministério para que fossem revistos os regulamentos e abandonadas as normas de exação, segurança e confidencialidade no serviço de correios, que haviam sido redigidas por José Diogo Mascarenhas Neto[6].

A par da emergência das questões de segurança, que a conjuntura de guerra veio pôr a nu, outros problemas, relacionados com a gestão corrente e com a rendibilidade dos serviços de distribuição postal, mobilizaram a atenção do superintendente. Em finais de 1799, Mascarenhas Neto, depois de sinalizar os pontos fracos e fortes do correio, submetido à administração e à disciplina financeira do Estado, adiantava um novo pacote de reformas tendentes a normalizar e a acelerar o sistema de recolha e entrega postal. Neste sentido, escreve:

> "Por mais que tenha trabalhado ainda não pude reduzir a boa disciplina e simplicidade a distribuição das cartas ao Publico no correio geral apezar mesmo do zelo com que o director se tem empregado na execução deste ramo. Toda a correspondencia das Provincias do Norte, que he a de maior vulto por serem as mesmas Provincias as de maior povoação, chega a Lixboa em hum só dia em cada semana de que se segue na mesma hora quase se ajuntão no correio muitas vezes duas mil pessoas a procurar cartas: a confusão e a perda de tempo de

[5] O ministro da Marinha e do Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, acumula a presidência do Real Erário com as atribuições secretário de Estado da Fazenda, de 1801 a 1803. Em aditamento e ampliação ao alvará de 2 de abril de 1802, redige as *Instruções Para regular a forma da Distribuição do Papel Sellado, a Arrecadação do seu producto, e a Polícia no Governo Económico deste Ramo de Fazenda Real* que interferem com a esfera de ação do intendente do papel selado e limitam o seu poder.

[6] Em tempo de guerra, uma das propostas de reforma de distribuição do correio contempla um conjunto vasto de doze medidas, com destaque para o confisco de correspondência a todos "os viandantes que trazem cartas [...] não marcadas nas terras donde são remetidas, na forma que se acha determinado pelo regulamento provisional do correio do 1º de Abril de 1799 (art. 12)". Acrescente-se que as restantes medidas, ditas de segurança, requeriam "guardas das estradas e caes" na capital e demais cidades do reino. Esta proposta, contendo outras medidas de exceção, é acompanhada de um parecer negativo não datado nem assinado (ANTT- Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 84, n.º 4).

> muitas pessoas que vão inutilmente ao correio examinar se tem ou não cartas são dois males inseparáveis de similhante sistema". (Ferreira 2008: 65)

Para travar o afluxo descontrolado de pessoas ao Palácio do Monteiro-Mor, avança com a ideia de distribuição domiciliária do correio na capital, proposta que, como atrás referimos, vem a regulamentar no ano seguinte, ponderando também as vantagens da existência duas carreiras semanais de diligências e postas para o Norte do país. À escala nacional defende, com bons argumentos, a separação do transporte das malas de cartas, desejavelmente mais célere, do regime de recovagem de encomendas. Por fim, é notável a atenção que dedica à contabilidade das repartições dos correios provinciais que, segundo diz, se encontravam "na maior desordem". Neste contexto, assinala os demandos praticados no correio de Coimbra que, "devendo ser o segundo dos Provinciaes em rendimento, paga somente 1:100$000 reis quando deve render para a Fazenda Real não menos que trez contos de reis". Reconhecendo que a desorganização da contabilidade e o distrato de contas era comum às repartições de correios de quase todas as terras principais do país, não deixa de mencionar o caso do Porto que pagava à caixa do Correio Geral, por ano, pouco mais de três contos quando, em gestão controlada, tinha rendido só em dois meses cerca de dois contos de réis ( Ferreira 2008: 64).

A minuciosa visão de conjunto fornecida por José Diogo Mascarenhas Neto sobre o regime de funcionamento da mala-posta e correio parecia adequada à direção e modernização dos serviços de comunicações no reino. Mesmo assim, foi exonerado das funções que desempenhava naqueles organismos públicos em janeiro de 1805. No mesmo ano foi nomeado juiz conservador da Nação Francesa, por alvará de 18 de Junho de 1805, vereador do Senado da Câmara de Lisboa, desde janeiro de1805, e conselheiro, com carta de título datada de 7 de Janeiro de 1807. Iniciado na maçonaria em data incerta desenvolveu atividade em loja não identificada em Lisboa (Marques 1990: 1, 391). Na capital do reino, retomou ainda a carreira da magistratura como desembargador na Casa da Suplicação, em 1802, tendo recebido carta de privilégio do lugar em 16 de Agosto de 1806 (ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 27, fl. 223V).

## Caminhos do exílio

Durante o período de ocupação do país pelo destacamento militar francês comandado por Junot, ou seja, entre novembro de 1807 a julho de 1808, é notório o envolvimento de José Diogo Mascarenhas Neto na estrutura de governo luso-francês. Assina, ao lado de grandes figuras que haviam servido a monarquia absoluta no período anterior, a representação dirigida pelo conde da Ega a Napoleão (ANTT- Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 36, cx.,

31, 1). Neste documento os peticionários reclamam a refundação da monarquia portuguesa, colocando-a sob tutela político-administrativa francesa. A aliança política então firmada refletia, acima de tudo, o distanciamento crítico de muitos afrancesados em relação à política atlantista e imperial da coroa portuguesa.

Mas não são de excluir outros condicionamentos político-ideológico na aproximação do velho mentor das obras públicas do reino ao sistema continental napoleónico. Condicionamentos desde logo de ordem familiar, pois sabe-se que seu filho, João Mascarenhas Neto serviu o Estado-Maior do exército ocupante durante o governo de Junot, tendo partido voluntariamente para França, após a assinatura da Convenção de Sintra, em 30 de agosto de 1808.

Com o alastramento da guerra, inicia-se um período verdadeiramente trágico para a família de Mascarenhas Neto (Lopes 1841: 439-441). Em março de 1809, o antigo superintendente é confrontado com a notícia da morte, por linchamento popular, durante a entrada do exército comandado por Soult na cidade de Braga, de um antigo colaborador, o engenheiro militar Custódio José Gomes Vilas-Boas, que se havia destacado anteriormente na direção das obras de encanamento do Rio Cávado. Em finais de dezembro do mesmo ano, teme pela sua segurança e da família, ao saber que muitos documentos do arquivo do Grande Oriente Lusitano haviam sido confiscados pela Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino ( Dias 1980: vol. 1. t. II, 534-35; Marques 1990: vol.1, 99). Em agosto de 1810, o respeitado tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros José Auffdiener e outros engenheiros militares que não haviam trabalhado em projetos de grande envergadura tutelados por si na Superintendência Geral das Estradas, nomeadamente, o capitão engenheiro José Dionísio Serra e João Carlos Tamm Moreira, são presos (ANTT- Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 84, n.º 4). José Diogo de Mascarenhas Neto sente o agravamento da vigilância policial e, a 11 de Setembro de 1810, é retirado à noite de sua casa e encarcerado na fortaleza de S. Julião da Barra, acabando por integrar o famoso grupo dos "Setembrizados", deportado para os Açores (ANTT- Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, maço 600, docs. 59 e 93). À semelhança de outros deportados sem culpa formada, mas acusados de jacobinismo e traição, daí parte para Londres e depois para Paris onde permaneceu exilado até 1821. Só regressa a Portugal depois Revolução de 1820, após a publicação de um decreto especial de amnistia votado pelas Cortes Extraordinárias. No ano seguinte é eleito deputado substituto às Cortes pela província do Algarve.

Jacome Ratton, preso e deportado para os Açores, também 1810, anota, nas suas memórias, a forma como ele, o grão-mestre da maçonaria portuguesa e José Diogo Mascarenhas Neto foram desprezados e discriminados pelos governadores do reino no processo da "Setembrizada", apesar da proteção concedida aos três pelas autoridades inglesas. A este respeito escreve:

> "Lord William Stuart, [...] sabendo que eu, o Sr. Sebastião José de Sampaio irmão do Conde deste título, e o Conselheiro José Diogo Mascarenhas Neto, tínhamos passaportes do Ministro de S.M.B. em Lisboa para passarmos a Inglaterra, e não aparecendo os ditos passaportes porque os Governadores do Reino os retiveram, nos assegurou, em uma visita que fez a bordo da Amazona, que não obstante a retenção dos passaportes nós passaríamos a Inglaterra" (Ratton 1920: 177).

Foi longa e penosa a jornada de exílio de José Diogo Mascarenhas Neto. Dois acontecimentos determinantes para a sua adesão às ideias liberais marcaram o seu percurso longe da pátria. Em primeiro lugar, a notícia da trágica perda do filho, condenado à pena capital, em processo sumário de crime, por uma Junta de Inconfidência nomeada pelos governadores do reino (Gonçalves 94: 43-45). João Mascarenhas Neto, que entrara em Portugal integrado no exército de Massena, fora acusado de ser correio do Estado-Maior francês tendo sido, por esse motivo, publicamente executado em Lisboa, no Cais de Sodré, a 29 de março de 1811, o seu cadáver queimado e as respectivas cinzas lançadas ao mar (ANTT- Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 12, cx., 12, 7 e AHM-Div-1-11-7-22). Com esta punição exemplar vingavam-se, também, os chamados atos de traição cometidos por militares da Legião Portuguesa que integraram a terceira expedição napoleónica a Portugal, dirigida por Massena. As sentenças então publicadas visavam não só altas patentes do exército mas também oficiais menores e conhecidas figuras da nobreza, com destaque para o marquês de Alorna, o marquês de Loulé e Inácio Martins Pamplona Corte Real, futuro 1º conde Subserra, julgados à revelia.

No exílio, em Paris, José Diogo Mascarenhas Neto editou e dirigiu uma publicação periódica destinada à divulgação de conhecimentos de carácter científico e literário em língua portuguesa, projeto ao qual associou outros dois redatores, conhecidos pelas suas ideias liberais: o médico Francisco Solano Constâncio e o oficial do exército que fora colega de seu filho na Legião Lusitana, Cândido José Xavier. Com este jornal, denominado *Annaes das Sciências das Artes e das Letras*, publicado entre julho de 1818 e abril de 1822, Mascarenhas Neto procurava promover a instrução pública e divulgar conhecimentos úteis ao desenvolvimento económico e cultural do seu país, preocupação que sempre tivera e que fazia jus à sua condição de sócio da Academia das Ciências de Lisboa e de sócio correspondente da Sociedade do Museu de Paris. No jornal também colaborou, com reflexões literárias e artigos sobre agricultura e indústria, o seu genro, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque que, em Paris, publicou, em 1823, o célebre ensaio intitulado *Ideais sobre a Instrução Pública em Portugal* (Pinheiro 1992).

José Diogo Mascarenhas Neto nunca abandonou as problemáticas da educação e do ordenamento do espaço económico português, continuando, nos arti-

gos que publicou nos *Annaes das Sciências das Artes e das Letras* e no *Catecismo de Agricultura* que editou, em fascículos, nas páginas do jornal, a conferir especial atenção ao planeamento territorial e ao fomento agrário. Não participou diretamente dos preparativos da Revolução de 1820, mas após a implantação do liberalismo instituiu, em Santarém, a Sociedade Patriótica "Agricultura", redigindo e mandando imprimir os seus estatutos[7]. A sociedade seria o embrião prático de disseminação de muitos dos ensinamentos sobre economia e agricultura por si veiculados no jornal de exílio, em Paris. Na pátria, no seio de uma nação de homens livres, a agremiação que fundara tinha como objetivo maior: "respeitar a Constituição: derramar a Instrucção, tendo muito em vista aquella, que for tendente ao verdadeiro conhecimento dos Deveres Sociaies: e fazer os maiores exforços para que se melhore a agricultura do Paiz" (Neto 1823: 3). Simultaneamente e em abono da mesma causa, Adrien Balbi aconselhava o governo liberal vintista a reimprimir o *Catecismo de Agricultura* e a providenciar a sua distribuição "à tous les curés et maîtres d'école, a fin de répandre facilement parmi un plus grand nombre de sujets les connaissances utiles qu'il contient, et d'encourager par là puissament les progrès de l'agriculture" (Balbi 1822: 2, lxxxj)

## Conclusão

Homem das Luzes, portador de uma sólida cultura científica e de uma moderna formação em Direito Natural – segundo o modelo oferecido pela Universidade de Coimbra, reformada em 1772 –, José Diogo Mascarenhas Neto impulsionou um amplo conjunto de reformas em matéria de infraestruturas, comunicações e fiscalidade. A sua incursão no campo das obras públicas, como magistrado régio e na qualidade de superintendente geral das estradas do reino (1791-1799) e de superintendente geral dos correios e postas (1797-1805) marcou, definitivamente, o seu ascendente teórico e prático em matérias como o planeamento da rede comunicações, o serviço de transportes públicos e a política territorial.

A *expertise* do intendente e administrador desenvolveu-se em estreita cooperação com as equipas de engenheiros militares, nacionais e estrangeiros, que colaboraram, ativamente, no planeamento e execução das empreitadas que dirigiu. De facto, na formação e condução das equipas de trabalho de construção de estadas, Mascarenhas Neto nunca deixou de considerar o domínio técnico, matemático e cartográfico dos engenheiros militares. No âmbito desta rede de relações foi fortalecendo amizades e cumplicidades de vária ordem. Tornou-se próximo de ministros e estabeleceu contactos com agentes internacionais. As ramificações maçónicas da rede relações a que estava ligado acabaram, todavia,

[7] *Projecto de Regulamento para a Sociedade Patriotica denominada Agricultura instalada em a Villa de Santarem aos 16 de Dezembro de 1822*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1823.

por merecer a atenção da Intendência Geral da Polícia. Sendo este um tópico a explorar em estudos futuros, saliente-se, por agora, que, depois perseguido e condenado pela monarquia absoluta por afrancesamento, Mascarenhas Neto não renunciou à aspiração de contribuir para o fomento da agricultura nacional colocando no cerne de desenvolvimento económico a infraestruturação viária do país. Desígnio a que fora abrigado a renunciar, em finais de século XVIII, devido à escalada das despesas militares e à consequente suspensão geral de obras públicas, impostas a partir de novembro de 1799.

Apesar do seu entendimento inalterado das gentes e do território, aderiu, circunstancialmente, ao bonapartismo napoleónico. Identificado como crítico da monarquia absoluta, Mascarenhas Neto, tal como outros sectores das elites esclarecidas portuguesas, adequou os ideais das Luzes em matérias como a educação, o progresso e o livre pensamento às mutações políticas operadas na política internacional europeia na viragem do século XVIII para o século XIX. Depois da Revolução de 1820, serviu a causa constitucional com sentido patriótico e permaneceu um liberal moderado até à data sua morte, ocorrida, provavelmente, em 1826, apesar de, estranhamente, lhe ter sido passada uma certidão negativa para o exercício das funções de desembargador na Casa da Suplicação de Lisboa, em 2 de Maio de 1828 (Subtil 2010: 343).

## Abreviaturas

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHMOP- Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

ANTT- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas

AHM, Carta de Luís Pinto de Sousa para José Diogo Mascarenhas Neto, 11 de Maio de 1791, FG-5, livro 9, fls. 170v.

AHM, Cartas de José Diogo Mascarenhas Neto para José de Seabra da Silva e [Luís Pinto de Sousa], 24 de Novembro de 1792, DIV-1-11-7-22.

AHM, Denúncia dirigida a Miguel Pereira Forjaz sobre o preso João Mascarenhas Neto, 22 de Abril de 1811, DIV-1-14-245-24.

AHM, Mapas da população da vila, termo e comarca de Guimarães nos anos de 1781 a 1790, DIV-4-1-11-05.

AHMOP, Memoria para a factura da estrada de Lisboa para o Porto; Regulamento das Barreiras para as estradas novamente construidas; Memoria a respeito da introdução de novos carros, JDMN 2, 6 e 8.

AHMP, Instruções para regular a forma da Distribuição do Papel Sellado, a Arrecadação do seu producto, e a Polícia no Governo Económico deste Ramo de Fazenda Real, (D. Rodrigo de Sousa Coutinho), A-PUB-794, fls. 36-43.

AHMP, Intendência do papel selado. A-PUB-794, fl. 47 e 56; A-PUB-826, fl. 196.

ANTT, Intendência Geral de Polícia, Auto de prisão de José Diogo Mascarenhas Neto e Relação de Presos da Fragata Amazona, maço 600, docs. 59 e 93.

ANTT, Leitura de Bacharéis. Habilitações, maço 50, n.º 30.

ANTT, Ministério do Reino, Mappa de Balanço, e responsabilidade da Superintendencia Geral das Estradas desde o principio do seu estabelecimento em o 1.º de Mayo de 1791, athe 31 de Dezembro do prezente anno de 1799, maço. 493, cx. 614.

ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 11, fl. 218 e liv. 27, fl. 223V.

ANTT, Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Autos do processo crime em que he reo João Mascarenhas Neto, maço 12, caixa 12, n.º 1, doc.7; denúncias e prisões, maço 21, cx.21, n.º 2; maço 84, n.º 4.

AUC, Certidão e Livro de matrículas, 1773, fl. 39; Actos e Graus, n.º 1, fl. 28v, 118V, fl. 136 e fl. 204.

BPMP, Decreto de nomeação de José Diogo Mascarenhas Neto, Conservador da nação francesa em Lisboa, comissário encarregado de receber as reclamações dos Ingleses, 8 de Dezembro de 1807, RES-XIX-C-3, fl. 35.

### Fontes impressas

AMZALAK, Moses Bensabat (introdução e notas) (1943). *A memória económico-política da província da Estremadura de José de Abreu Bacelar Chichorro*. Lisboa: Gráfica Lisbonense.

BALBI, Adrien (1822). *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe*. Paris: Rey et Gravier, Libraires, t 2.

FERREIRA, Godofredo (2008). *Documentos dos séculos XII a XIX relativos a correios Lisboa*: Fundação Portuguesa das Comunicações, vol. 3.

*Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)* (1990-1991), edição e direção de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 5 vols.

*Memórias Económicas Inéditas 1780-1808*. (1987), introdução e notas de José Luís Cardoso e prefácio de Manuel Jacinto Nunes. Lisboa: Academia das Ciências.

NETO, Jozé Diogo Mascarenhas (1790). *Methodo para Construir as Estradas em Portugal, dedicado ao Senhor Dom Joao Principe do Brazil*. Porto: Officina de Antonio Alvarez Ribeiro.

NETO, Jozé Diogo Mascarenhas (1792). "Memoria sobre a Antiguidade de Caldas de Vizela" in *Memorias de Litteratura Portugueza* da Academia das Sciencias de Lisboa, t. 3, 93-110.

NETO, Jozé Diogo Mascarenhas (1823). *Projecto de Regulamento para a Sociedade Patriotica denominada Agricultura instalada em a Villa de Santarem aos 16 de Dezembro de 1822*. Lisboa: Typ. Rollandiana.

RATTON, Jacome (1920). *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. 2º ed. revista por J. M. Teixeira de Carvalho. Lisboa: Imprensa da Universidade.

SÁ, José António de (1783) *Compendio de Observaçoens que Formão o Plano de Viagem Politica e Filosofica que se Deve Fazer dentro da Patria*. Lisboa: Officicina de Francisco Borges de Sousa.

SILVA, António Delgado da (1828). *Colleção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das Ordenações* (1791 a 1801). Lisboa: Typ. Maigrense.

VASCONCELOS, João Rosado de Vilalobos e (1786/87). *Elementos da Policia Geral de hum Estado*. Lisboa: Off. de Francisco Luiz Ameno, 2 tomos.

## Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina (2015). "Cosmopolitismo e Patriotismo. A propósito dos Estatutos Literários e Económicos da Sociedade dos Mancebos Patriotas de Coimbra" in AA.VV., *Tempo e História. Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 325-350.

ARAÚJO, Ana Cristina (2017). "O governo da natureza no pensamento da geração universitária de finais do século XVIII. Os Estatutos Literários e Económicos da Sociedade dos Mancebos Patriotas de Coimbra" in Araújo, Ana Cristina e Fonseca, Fernando Taveira (coord.) *A Universidade Pombalina. Ciência, território e coleções científicas.* Coimbra: IUC, 87-138.

BEAUREPAIRE, Pierre-Yves (2014). *La France des Lumières 1715-1789*, in *Histoire de France* (dir. Joël Cornette). Paris: Éditions Belin.

BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*, tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel.

BRIAN, Éric (1994). *La mesure de l´État. Admnistrateurs et géomètres au XVIIIe siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.

CAPELA, José Viriato (1997). *A Política de Corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu do Antigo Regime (1750-1834)*. Braga: ICS.

CARDOSO, José Luís (1989). *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa.

CAROLINO, LUÍS MIGUEL (2013). "O poder dos livros: a biblioteca de Rodrigo de Sousa Coutinho", Revista *IHGB*, n.º 460, ano 174, 109-140.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa (1993). *Textos Políticos, Económicos e Financeiros, 1783-1811*. Introdução de Andrée Mansuy-Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, t. 1.

CRUZ, António (1970). *Geografia e economia da Provincia do Minho nos fins do século XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*. Porto: Universidade do Porto.

CUNHA, Alexandre Mendes (2010) "Police Science and Cameralism in Portuguese Enlightened Reformism: economic ideas and the administration of the state during the second half of the 18th century", *e-JPH*, 8, n.º 1, 1-11.

DIAS, José Sebastião da Silva (1980). *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: INIC, vol. 1, t. 2.

FERREIRA, Godofredo (2008). *Dos Correios-Mores do Reino aos administradores gerais dos correios e telégrafos*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, 3.ª ed. revista e ampliada.

GONÇALVES, Eduardo Osório (Introd.) (1994). *A 3.ª Invasão Francesa e a Bobadela (Oliveira do Hospital). Esclarecimento de um episódio histórico à luz de documentos inéditos*. Galizes: sn.

KOSELLECK, Reinhart (2003). *Aceleración, Prognosis y secularización*, traducción, introducción y notas de F. Oncina Coves. Valencia: Pre-Textos.

LEPETIT, Bernard (1984). *Chemins de terre et voies d'eau : réseaux de transport et organisation de l'espace en France, 1740-1840.* Paris: EHSESS.

LOPES, João Baptista da Silva (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências, vol. 1.

MACEDO, Jorge Borges de (1982). *Problemas da História da Indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Querco.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (1990). *História da Maçonaria em Portugal*, vol. 1 – *Das origens ao triunfo*. Lisboa: Editorial Presença.

MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues (2014). *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica – O Porto do Douro e a Cidade do Porto*. Coimbra: Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra, 2 vols.

MARTINS, Carlos Moura (2017). "A aplicação da ciência à política do território na transição do século XVIII para o século XIX", in Araújo, Ana Cristina e Fonseca, Fernando Taveira (coord.) *A Universidade Pombalina. Ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: IUC, 245-312.

MATOS, Artur Teodoro de (1980). *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2 vols.

MENDES, José Maria Amado (1981). *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796* (ed. da memória de Columbano Pinto Ribeiro de Castro). Lisboa: INIC.

*MOURA,* Fernando (2004). "Mala-Posta em Portugal", *Códice, Revista da Fundação Portuguesa das Comunicações*, Ano VII, série II, 4-25.

*MOURA,* Fernando (2005). "José Diogo Mascarenhas Neto. O homem da mudança", *Códice, Revista da Fundação Portuguesa das Comunicações*, Ano VIII, série II, 19-33.

NETO, Margarida Sobral (2005). "Os correios na Idade Moderna" in Margarida Sobral Neto (Coord.) *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 15-66.

PATO, António Vaz (1999). "A primeira sinalização rodoviária moderna em Portugal: os marcos do conde de Valadares (1788). Um património a preservar" in *Actas 1º Encontro de Estradas e Arqueologia. Lisboa*: Junta Autónoma das Estradas, 63-76.

PINHEIRO, Magda (1992 ). *Mouzinho de Albuquerque. Um intelectual na revolução*. Lisboa: Quetzal.

SERRÃO, José V; SANTOS, Rui (2011). "Land policies and land markets: Portugal, late eighteenth and early nineteenth centuries" in Gérard Béaur, Phillipp Schoffield (ed.), *Property Rights, Land Markets and Economic Growth in the European Countryside (13th-19th Centuries)*. Turnhout: Brepols Publishers, 1-24.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da (1998). *O Modelo Espacial do Estado Moderno. Reorganização territorial em Portugal nos finais de Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da e HESPANHA, António Manuel (1993). "O quadro espacial" in Matoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol IV – *O Antigo Regime*. (Coord). António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 39-47.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz da (2002-2006): *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares. 1755-1812*, t. I *Les années de formation*: *1755-1796*; t. II *L'homme d'État*: *1796-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

SOUSA, Fernando de (1995). *História da Estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

SUBTIL, José (1993). "Governo e Administração", in Matoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol IV – *O Antigo Regime*. (Coord). António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 157-193.

*SUBTIL*, José (2010). *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*. Lisboa: EDIUAL.

WEBER, Max (1966). *Sociologia da Burocracia*, 1.ª edição alemã 1920, tradução de Edmundo Campos. Rio de Janeiro: Zahar.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_8

# O deputado Mouzinho da Silveira na legislatura cartista de 1826-1828: os caminhos da *Ocasião**

## *The deputy Mouzinho da Silveira in the 1826-1828 portuguese chartist legislature: the paths of the Ocasion*

Fernando Jorge Cardoso Guedes
Mestre em História Contemporânea
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
fjorgeguedes@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 23/04/2017

**Resumo:** A chegada da corveta *Lealdade* à barra de Lisboa em julho de 1826 marcou um novo tempo para Portugal. Portadora de um texto constitucional outorgado por D. Pedro, trazido por um tudo menos inocente correio inglês – Lord Charles Stuart plenipotenciário de S.M. britânica, que antecipadamente informara Londres do conteúdo dos decretos** – pretendeu marcar um novo tempo, de acordo com os ventos liberais que varriam para lá dos Pirenéus. Na concretização de um dos seus trâmites procedeu-se a eleições censitárias em 1826. Instrumento de uma burguesia rural e comercial em ascensão, o poder legislativo demonstrou no seu exercício as suas limitações entre o liberalismo e o ser liberal, fruto das suas ambições políticas e sociais.

Entre os eleitos pela província do Alentejo constava o proprietário, natural de Castelo de Vide, José Xavier Gomide Mouzinho da Silveira, liberal moderado, com uma fecunda atividade política e profissional até então. A sua participação nas Cortes cartistas foi rica em intervenções, quer a título pessoal, quer a título coletivo em sede de comissões. Foi, no entanto, alvo de um processo de esquecimento a sua prestação parlamentar por variadas circunstâncias. Daí a pertinência de um estudo contribuindo para o conhecimento da sua prestação na Câmara, dando enfoque ao que as suas manifestações e propostas legais nos debates transmitiram, na sugestão do modelo de sociedade liberal, ou dita liberal, não esquecendo as influências, políticas e profissionais até então interiorizadas.

**Palavras chave**: Mouzinho da Silveira, Liberalismo, Cartismo, Câmara dos Deputados.

**Abstract:** The arrival of the corvette Lealdade (Loyalty) to the Lisbon docks in July 1826, marked a new era for Portugal. Bearer of a constitution text granted by D. Pedro, which was brought by anything but an innocent english mail – Lord Charles Stuart, the british plenipotentiary minister, who informed London in advance of the content of decrees – intended to mark a

* Este estudo decorreu da investigação para a elaboração da minha dissertação de Mestrado em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O trabalho está condensado, de forma que a produção legislativa individual e em sede de comissões de Mouzinho da Silveira apresentada, não representa a sua totalidade.

** De facto, a Carta também foi dada a conhecer em França antes de o ser em Portugal, na impressão saída em 19 de junho de 1826 do jornal parisiense *L´Étoile.* Recorde-se que a *Gazeta de Lisboa* só na edição de 3 de julho publicou o texto outorgado: Cf. Sá 1978: 70.

new time, according to the liberal winds that swept beyond the Pyrenees. During the achievement of one of its procedures, the census elections took place. Instrument of a rising rural and commercial bourgeoisie, the legislative power showed during its exercise, its limitations between what is liberalism and be liberal, as a result of its political and social ambitions.
Among the ones elected by the Alentejo province was the owner, José Xavier Gomide Mouzinho da Silveira, born in Castelo de Vide, a moderated liberal person with a fruitful professional and political activity until then. His participation in the Chartists Courts was rich in interventions, either personally and collective, during the committee meetings. Nonetheless, his parliamentary contributions were forgotten due to various circumstances. Here lies the purpose of this work: to make his contributions to the Chamber to be known, and to give focus on the contribution of his manifestations and legal proposals during the debates by suggesting a liberal model of society, or so-called liberal, without forgetting the political and professional influences, until then internalised.

**Keywords:** Mouzinho da Silveira, Liberalism, Chartism, House of Representatives.

## Introdução

As sessões da Câmara dos Senhores Deputados eleitos em 1826 na perspetiva do quadro político criado com a Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV – texto de matriz liberal refreado na descontinuidade com o Antigo Regime[1] – ainda inculcada de resquícios de absolutismo[2] pelo poder régio determinante aí presente[3], ou até pelo regresso da classe aristocrática como ator político, consignando-lhe uma Câmara, fornecem no seu estudo, nomeadamente nas intervenções pessoais e trabalhos coletivos desenvolvidos pelas comissões, um meio de se atingir conclusões plausíveis quanto ao quadro mental dos seus membros, como até uma antevisão de média e longa duração da evolução política que viria a tomar o século XIX português. Assumiu especial importância o texto constitucional nesta fase pelo debuxo institucional que imprimiu na primeira legislatura cartista, ao tentar convergir forças que esqueceram tantas vezes a conceptualização da doutrina liberal, contribuindo sobremaneira para o desenlace verificado *a posteriori.* Texto que se pretendia de consensualidade, mas também de esforço que fazia em agradar ao aliado inglês, assim como à nobreza – arredada pelos ímpetos vintistas do cenário político – dando-lhe protagonismo num dos pilares do poder legislativo. Visou igualmente um esforço de continuidade

---

1 A este refreamento não será estranho o "trocadilho sugestivo" de António Pedro Mesquita quando avançou com a ideia de que a "Constituição de 1822 era demasiado democrática para um país monárquico, a de 1826 é demasiado monárquica para um país democrático" (Mesquita 2006: 125).

2 Marcello Caetano definiu na fórmula da outorga, "uma dádiva [ … ] por liberalidade do monarca absoluto" (Caetano 1965: 27); já Gomes Canotilho, descreve-nos um *status quo* escamoteado na feitura da norma máxima, já que a Carta vai "continuar a monarquia sem manifestar declarada inimizade à ideia constitucional", mas para que não restem dúvidas, "«Outorgar» ou «dar» uma constituição significa a reafirmação da prioridade do monarca perante a nação" (Canotilho 1998: 130).

3 Para entender a saída política de D. Pedro v. Sá 1978: 87-88.

da Casa de Bragança não só pela introdução de um princípio abstrato na norma máxima, o poder moderador, mas também por um outro de caráter físico: a manutenção da linhagem da Casa de Bragança no compromisso materializado com o casamento entre a filha de D. Pedro e o tio, numa tentativa de calar as vozes a favor da sucessão de D. Miguel que se manifestariam, já militarmente, em meados de 1826.

É neste contexto que surge José Xavier Gomide Mouzinho da Silveira deputado proprietário eleito pela província do Alentejo em outubro de 1826. A acessibilidade ao seu estudo, no entanto, foi perturbada por fatores vários que levaram ao apagamento da análise merecida, centrando a atenção no trabalho legislativo produzido nos Açores e no paço do Porto, fornecendo *o depois*, e esquecendo *o antes* do primeiro exílio. Miriam Halpern Pereira chamou a atenção para o lapso:

> A obra legislativa destas Câmaras merece ser mais conhecida e o estudo dos debates então travados no interior das Câmaras e entre elas contribuiria para compreender como se preparou o terreno político no qual o miguelismo brotaria. Mouzinho, um dos deputados eleitos em 1826, participou vigorosamente nos trabalhos parlamentares. Membro de várias comissões parlamentares, a sua intervenção foi decisiva na inflexão de vários debates. (Pereira 2009: 65-66)

Assumida a pertinência do estudo, poder-se-á invocar pelo estado da arte relativamente à primeira trajetória parlamentar de Mouzinho da Silveira. Surgem duas constatações. A primeira, remete-nos para o que historiograficamente o século XIX assistiu: um tratamento esmagadoramente maioritário relativo a Mouzinho da Silveira no pós-exílio de 1828. Mas não só. Todo o primeiro período cartista foi insuficientemente investigado sob a perspetiva histórica. Prova-o a abordagem dos historiadores contemporâneos no tratamento das eleições e legislatura cartista, conforme constatou Maria Helena Carvalho dos Santos em tese de doutoramento: "A nossa investigação não nos conduziu a outros terrenos que não fossem os da repetição e cópia daquelas afirmações ou à supressão ou desinteresse daqueles acontecimentos" (Santos 2000: 202-203).

A consciência política saída da vitória liberal também omitiu este período: Herculano[4], Garret[5] ou Oliveira Martins[6] apontando os mais reconhecidos no estudo do objeto, fizeram parte dos que biograficamente passaram em branco estes dois anos. A explicação para este esquecimento poderá residir no facto da dispensabilidade deste tempo, interpretado pela fação vencedora da guerra civil como um tempo menor vivido em Portugal, com os "historiadores portugueses do liberalismo [antes] preocupados em registar os acontecimentos do seu tempo

---

[4] Herculano 1873: 186 e seguintes.

[5] Garret 1849: 12.

[6] Martins 1882: 277 e seguintes; Martins s.d.: 348.

e em explicá-los de modo a justificarem-se e a valorizarem-se a si próprios" (Sá 1978: 43). Oliveira Martins terá solenizado essa opinião na sua descrição dos factos relativos às Cortes cartistas, concluindo pela sua "formalidade inútil, incómoda, cuja supressão se considerava indispensável e próxima" (Martins s.d.: 99).

O século XX deu continuidade a esta insciência sobre o alentejano natural de Castelo de Vide, por força das abordagens pessoais, conjunturais ou de corrente historiográfica.

Provam-no a biografia de Laranjo Coelho em 1918 que dedicava um único parágrafo à experiência parlamentar inicial cartista de Mouzinho[7], ou o Estado Novo, que elegeu o período liberal como antecâmara do "regime abominável do comunismo" (Melo 1932:140), desprezando o seu estudo.

Com manifesta influência na geração de historiadores desalinhados com o regime salazarista – década de 50 e 60 – e por isso forçados ao ostracismo interno ou ao exílio em terras europeias, seguiram-se as "correntes marxistas e neomarxistas, por um lado, o estruturalismo, por outro, a Escola dos *Annales* e a Escola de Bielefeld, por outro ainda, [que] rejeitavam abertamente a biografia enquanto produto não científico" (Maurício 2016: 23). A esta negação correspondeu a associação do indivíduo à *Histoire événementielle,* antítese de abordagem do estudo histórico propagado nas metodologias utilizadas nas correntes que guiaram Clio no pós-guerra: Braudel salientava que "a ciência social tem quase o horror do acontecimento. Não sem razão; o tempo breve é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações" (Braudel 1990: 11); ou na reflexão de Barrclough: o "«tempo individual» é o último, o que menos interessa, ou que menos deveria interessar ao historiador" (Gomes 1988: 303).

Refira-se igualmente o magro estudo dedicado ao desempenho cameral do deputado de Castelo de Vide na legislatura cartista de 1826-1828 nos dicionários de História de Portugal, do qual a emblemática obra dirigida por Joel Serrão é exemplo paradigmático[8], qual herança retroativa, resultado das atenções merecidas pela historiografia portuguesa até então sobre este hiato de tempo na vida política de Mouzinho.

A penúltima década do século XX trouxe novidades – em equipa coordenada por Miriam Halpern Pereira – na publicação de uma edição crítica sobre Mouzinho da Silveira. Ainda que inserida numa dinâmica de "retour de la biographie", foi nítido o afastamento do caminho biográfico tradicional – rol cronológico de factos e acontecimentos sobre um indivíduo – conforme realçou a coordenadora logo na *Introdução* pela trilogia "interação indivíduo – grupo social – acontecimento" (Pereira 2009: Introdução), em abordagem que refletiu as "transformações epistemológicas e metodológicas sofridas pelo género" (Maurício 2016:

---

7 Laranjo 1918: 78.

8 Serrão 1968: 886-891.

26). Em suma, suportada por um trabalho de investigação que permitiu aceder a documentação julgada inexistente, enquadrou-se num dos tipos de biografia em ascensão, que "passa por combinar uma abordagem biográfica (dando primazia às intenções e ações do indivíduo) com uma abordagem estrutural" (Maurício 2016: 30).

Por último a segunda constatação: a magnetização do estado da arte pela legislação produzida na Terceira e no Porto. Marcou de tal forma o corte com o Antigo Regime na estruturação administrativa e judicial que absorveu todo o trabalho já realizado no plano cameral anterior à extinção das Cortes. Mouzinho da Silveira foi também deste modo vítima de si próprio, já que a matéria legislativa por si empreendida, relegou para segundo plano o seu trajeto parlamentar entre 1826-1828 na historiografia portuguesa, reforçado com a atenção menor lavrada por si nos seus documentos biográficos relativamente a este hiato temporal[9].

## José Xavier Gomide Mouzinho da Silveira: de Castelo de Vide ao primeiro exílio em Paris (1780-1828)

Natural de Castelo de Vide, Mouzinho da Silveira (1780-1849) era filho morgado de médico e proprietária abastada. Formou-se em Direito, (Coimbra 1802), onde aderiu às ideias liberais[10]. Esta comunhão política iria desencadear o seu apoio, logo na primeira hora, à revolução desencadeada no Campo de Santo Ovídio no Porto a 24 de agosto de 1820, extravasando o seu entusiasmo junto da população de Portalegre onde exercia as funções de provedor, a quem incitou o apoio ao movimento. Tentou, sem sucesso, a eleição para as Cortes de 1820. A sua postura política na tentativa dos golpes absolutistas da *Vila Francada* e da *Abrilada* foi de fidelidade ao poder real – nem absolutista, nem vintista – mantendo-se intransigentemente com o regime, pelo que não será estranho a relação de amizade que D. João VI lhe dispensou, cumulando-o honorificamente, com o grau de fidalgo cavaleiro da Casa Real em agosto de 1825.

Iniciado na maçonaria, viria mais tarde a desistir dessa condição. Quando destacado em Setúbal, aí contraiu matrimónio com mulher de condição modesta, vindo a ser pai de um filho. Profissionalmente, percorreu várias funções no aparelho judicial, administrativo e executivo do Estado: juiz de Fora em Marvão (1809) e em Setúbal (1813), juiz do Tombo dos bens da casa Real no termo de Lisboa (1814), provedor em Portalegre (1817), administrador-geral das alfândegas (1821) e ministro da Fazenda (31 de maio a 19 de junho de 1823). A sua reputação e experiência como jurisconsulto "tornava-o indispensável em matérias de natureza económica" (Pereira 1989: 66), o que lhe valeu ser

[9] Mouzinho da Silveira 1989: 299-304; 387-389.

[10] Cf. Pereira 1989: 61.

nomeado para várias Juntas e comissões tendo colaborado no projeto-lei para a reforma das pautas (1821-1826), projeto-lei regulador do comércio externo (apresentado nas Cortes em 29 de março de 1823), regimento da alfândega geral a criar em Lisboa (8 de agosto de 1825), na revisão do Tratado de 1810 (12 de novembro de 1825), e em março de 1826, na reavaliação do Tratado de 1825 com o Brasil. Este labor terminaria com a sua eleição em outubro de 1826 para a Câmara dos Senhores Deputados pela província do Alentejo, consequência da sua atitude política como acérrimo defensor da Carta Constitucional. Por fim, em 1828, por força da sua reflexão política gerada com a chegada de D. Miguel, solicitou licença sem vencimento, camuflando a saída para o exílio com um suposto problema de saúde e da necessidade de tratamento no estrangeiro, tendo seguido com a mulher e o filho para Paris.

## Primeira Legislatura, Sessão Extraordinária de 1826[11]

Fruto de um processo que se iniciou no Brasil com a outorga da Carta Constitucional, as eleições para a "Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa" decorreram nos dias 8 e 17 de outubro de 1826. Os seus resultados, recorde-se, produziram uma composição parlamentar restringida aos parâmetros censitários decorrentes do texto constitucional outorgado. Os 131 deputados provinham da burguesia rural e comercial, magistrados de profissão na sua maioria e quase metade dos eleitos, maçons e/ou reeleitos relativamente às Cortes de 1821 e 1823.

O início da Sessão Extraordinária – denominada assim por estar compreendida fora do âmbito de tempo prescrito na Carta Constitucional[12]– aconteceu sob os auspícios do desinteresse popular e da crispação das forças absolutistas, materializada já em pronunciamentos militares ocorridos em junho[13] e até dias antes da abertura do parlamento, de norte a sul do país, com especial importância o protagonizado pelo marquês de Chaves. As contrariedades não se ficariam por aí: a Câmara dos Pares, espécie de segundo pilar do poder legislativo, apresentava-se como contrapoder às aspirações da conjuntura cartista, como logo se verificou na sessão inaugural. É, pois, enquadrado num cenário político, social e militar adverso, de proto guerra civil, que a Câmara dos Deputados no dia 31

---

[11] A fim de evitar equívocos optou-se por aludir às sessões parlamentares anuais e diárias pela palavra escrita inicialmente em maiúscula e minúscula, respetivamente.

[12] "CARTA CONSTITUCIONAL PARA O REINO DE PORTUGAL, ALGARVES E SEUS DOMÍNIOS [...] TÍTULO IV DO PODER LEGISLATIVO CAPÍTULO I DOS RAMOS DO PODER LEGISLATIVO, E SUAS ATRIBUIÇÕES: [...] Artigo 17º – Cada legislatura durará quatro anos; e cada Sessão anual três meses; Artigo 18º – A Sessão Real da Abertura será todos os anos no dia dois de janeiro". A Sessão Extraordinária decorreu entre 31 de outubro e 22 de dezembro de 1826.

[13] Cf. Santos 2000: 203.

de outubro de 1826, às dez horas da manhã, presidida pelo deputado mais velho presente na sala, o conde de Sampaio, deu por aberta a Sessão.

A prestação de Mouzinho na Sessão Extraordinária foi eminentemente de cariz económico e financeiro, nas áreas dos impostos alfandegários e das contas do Estado e em menor participação sobre as liberdades e garantias. Eleito por sorteio para a comissão de Verificação dos Poderes (31 de outubro) e por votação para a da Fazenda, foi o segundo mais votado (8 de novembro)[14], no seguimento da experiência ganha com a sua folha de serviços como membro das várias Juntas sobre comércio, a pasta da Fazenda e o lugar de administrador da alfândega de Lisboa, num claro reconhecimento do seu percurso profissional verificado até então.

Intervindo relativamente às propostas legislativas que visavam a tributação do comércio[15], a sua postura apontou para uma agilização da circulação dos bens comerciais, retirando peso na fiscalidade; remete-nos para a sua visão do ato do comércio, que se quer tendencialmente facilitado, de modo que o princípio de Smith da "propensão [humana] para permutar, negociar e trocar" (Kennedy 2010:163), não fosse traído. A discussão cameral trouxe várias vezes nos trabalhos parlamentares, uma clivagem programática entre o proposto pelo alentejano e os restantes deputados proponentes, pela ousadia das suas ideias. Contemplou uma situação de equiparação de oportunidades de comércio[16] atenuando exceções ou limitações, fossem elas geográficas, fiscais, ou de bandeira, ao arroz importado para Portugal vindo das possessões africanas e asiáticas comparativamente ao Brasil. Foi este um debate paradigmático, já que reflete a sua conceção de atitude política e económica relativamente à "questão brasileira". A sua análise – a par dos manuscritos produzidos sobre as relações económicas com o Brasil redigidos antes da primeira legislatura cartista[17] – consubstancia as

---

[14] "Sendo apurado o escrutínio da 1.ª comissão, saíram eleitos os senhores João Ferreira da Costa Sampaio, com 80 votos; José Xavier Mouzinho da Silveira, com 73; Florido Rodrigues Pereira Ferraz, com 71; Manuel António de Carvalho, com 63; Francisco António de Campos, com 56; Luís José Ribeiro, com 48; Manuel Gonçalves Ferreira, com 44; António Maia, com 43 e Filipe Ferreira de Araújo e Castro, com 42", "Diário da Câmara dos Senhores Deputados", (daqui em diante designado por D.C.D.), 8-11-1826, p. 43.

[15] "Projeto-lei para a redução dos impostos e direitos a um por cento somente, e este nas alfândegas dos portos de mar somente; sobre os direitos, que deverão pagar as madeiras para aduelas, arcos para os toneis e pipas", (apresentado à Câmara a 11 de novembro de 1826 e de sua autoria), D.C.D., 11-11- 1826, p. 69; "Parecer n.º 50 da comissão especial sobre os requerimentos dos negociantes Caetano Martins da Silva, João Paulo Cordeiro e Joaquim Gomes Alves, que pedem diminuição de direitos por entrada no arroz da Índia", ( apresentada à Câmara a 30 de novembro de 1826 pela comissão da Fazenda), D.C.D., 30-11-1826, p. 116.

[16] A sua emenda relativa ao Parecer n.º 50, propõe o fim da desigualdade de direitos de entrada nos portos de mar, colocando no mesmo patamar o arroz de proveniência asiática e africana, relativamente ao do Brasil, D.C.D., 7-12-1826, p. 143.

[17] A questão da importação do arroz do Brasil tinha já merecido variada reflexão de Mouzinho em manuscritos desde 1823. A sua posição é crítica, defendendo a equidade de taxas entre os produtos provenientes de

reflexões de Valentim Alexandre no seu capítulo primeiro das "Obras", "Mouzinho da Silveira e as relações económicas externas" (Alexandre 1989: 121-204), sobre a construção teórica de Mouzinho, mormente no rescaldo que faz das conclusões de Vítor de Sá sobre a interpretação sergiana; i.e., no que ao recém-criado estado sul-americano diz respeito,

> a irreversibilidade da descolonização do Brasil [e] a necessidade de transformação das estruturas internas do país na situação criada pelo desmembramento do império, com a consequente perda das riquezas coloniais e nomeadamente do exclusivo comercial do Brasil. (Alexandre 1989: Introdução)

Seguindo assim o postulado liberal, versado na abolição do exclusivo dos produtos coloniais provenientes do Brasil para o mercado português, pretenderia plausivelmente Mouzinho da Silveira o resultado último da concorrência ou como lhe chamou Flamant: a "harmonia espontânea dos egoísmos" (Flamant 1990: 77).

Note-se, no entanto, que a sua primeira proposta de norma a título individual apresentada à Câmara a 11 de novembro de 1826, "Projeto-lei para a redução dos impostos e direitos a um por cento somente e este nas alfândegas dos portos de mar somente; sobre os direitos, que deverão pagar as madeiras para aduelas, arcos para os toneis e pipas" (D.C.D., 11-11-1826, p. 69) enferma de contradição dogmática. Foi, aliás, uma marca desta legislatura: as propostas normativas do coletivo de deputados sobre o comércio, debateram-se quase sempre entre o *ser* e *parecer* liberal. Nunca conseguiram libertar-se de uma política protecionista. Note-se como Mouzinho no seu projeto-lei inicial não ofereceu igualdade tributária no ir e vir das transações comerciais, esquecendo-se dos princípios presentes no liberalismo. A reflexão sugere questões: na primeira experiência legislativa cartista o "Estado liberal, como bem absoluto, não passa[ria] de um ideal limite ou orientador da experiência política" (Matteucci 1998: 240)? Ou a prática (ser) não se ajustou à teoria (parecer) já que "muitas vezes [...] o liberalismo mais extenso acomodou-se frequentemente com um estanque protecionismo" (Flamant 1990: 32)?

Na questão das contas do reino tendo como pano de fundo o balanço geral das contas do ano fiscal antecedente, a liquidação da dívida pública e um empréstimo ao Estado de "dois mil contos", as suas intervenções identificaram-se na substância política das suas tomadas de posição, antes e depois de da sua primeira eleição, ainda que escondidas na autoria coletiva da comissão. Proporcionou a visualização de dois modelos diferentes de propostas económico e política para a sociedade: a conceção do poder executivo, na proposta do Barão

---

África e da Ásia e o Brasil, Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 1019-1037.

de Sobral, e o da comissão[18]. O primeiro conotou-o com o Antigo Regime, no seu modelo obsoleto de administração do reino, autêntico refém de situações pretéritas assente em confusão de funções, juízos incertos de coleta e prestação de contas[19], não separando, por exemplo, a despesa e receita corrente, da dívida pública[20], não determinando o seu ponto da situação, configurando "os relatórios dos ministros como simples constatações da sua impotência" (Pinheiro 1989: 213). Em contraponto, a recomendação da comissão que relatou no apelo ao rigor das contas por meio do "conhecimento exato de todas as receitas e despesas do Estado" (Pinheiro 1989: 215) à poupança, nomeadamente na que limitava os gastos da Casa Real[21], assim como da necessidade de mudanças que visassem o quadro administrativo nas suas variantes institucionais e legais, "sobre coisas, não sobre homens" (D.C.D., 5-12-1826, p. 130)[22] e o recurso ao crédito público[23]. Este esforço traduziu-se igualmente por uma busca da maximização da rentabilidade do seu maior angariador de receitas, as alfândegas do reino: fosse na sua operacionalidade, pela racionalização dos métodos e dos meios, fosse na taxação fiscal em sede alfandegária dos navios estrangeiros superior à dos nacionais, ou mesmo na conversão dos depósitos dos portos de Lisboa e Porto conferindo-lhes o enquadramento legal de "francos"[24].

---

[18] V. manuscrito de Mouzinho escrito em 1829 que resumidamente descreve a situação económica e administrativa e religiosa herdada do Antigo Regime, e que transmite em linha de continuidade de pensamento as suas intervenções na primeira legislatura cartista (Mouzinho da Silveira 1989: 507-536).

[19] Mouzinho experimentara este tipo de situações quando no exercício das funções de provedor da comarca de Portalegre, pelo que foi um observador privilegiado da realidade administrativa do reino, Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 411-415.

[20] Nesta data Mouzinho já tinha manuscrito dois documentos sobre orçamentos em que prescrevia um tratamento orçamental anual e a separação da despesa e da receita em substituição do método de escrituração "por entrada e saída", Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 1095-1100.

[21] Denunciou a despesa da Casa e Pessoas Reais, numa convivência impossível de suportar para os meios de que o reino dispunha. Segundo a comissão da Fazenda, a França absorvia 1% do rendimento público para as despesas da Casa Real e Pessoas Reais, em contraste com Portugal, que atingia os 12, 5%.

[22] Sobre esta temática Mouzinho tinha já explanado a sua visão prematuramente em manuscrito apresentado às Cortes de 1821-1822 – "Projeto de reforma para a classe de magistratura e exercício da Justiça em Portugal" – onde apontou as deficiências de meios no quadro judicial e prescreveu soluções para a construção dum modelo eficaz. Assim, as intervenções entre 1826 e 1828 dão corpo a uma coerência de ideias dentro do período estudado, Cf. Mouzinho da Silveira 1989:759-781.

[23] "sistema dos Empréstimos com amortização [...] uma tão bela e tão útil invenção [pela qual se formam] Colónias, Cidades, Canais, Pontes e Estradas", D.C.D., 5-12-1826, p. 131 e seguintes.

[24] A defesa da ideia do projeto de porto-franco mereceu da parte de Mouzinho variadas exposições ainda antes da sua eleição como deputado cartista, atestando-se assim a sua linearidade político- económica. Produziu entre 1823 e 1825 sobre esta temática: duas minutas dirigidas ao rei, uma minuta de resposta "contra um documento de autor não identificado que o atacara", duas Considerações, uma delas "em resposta a objeções do conde da Póvoa" ministro da Fazenda, e até uma definição do seu significado, para se entender a sua aplicabilidade, em conformidade com as disposições alfandegárias então existentes, Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 869-890, 897-899.

Assinale-se ainda o confronto de opiniões entre a Câmara dos Deputados com a dos Pares, na discussão em sede de comissão mista[25], sobre as "garantias individuais", ainda com relativo consenso na reunião havida a 13 de dezembro, mas já denotando a posição situacionista da Câmara dos Pares, onde Mouzinho preconiza a liberdade de ação do poder executivo, mas consequentemente, como norteia a ideia liberal, sem ser desligada da responsabilização dos seus atos[26].

A Sessão de 1826 evidenciou assim um Mouzinho da Silveira já balanceado para as questões do comércio nas suas possibilidades tributárias e administrativas. Evidenciou-se uma linha de continuidade com prestações escritas ou patrocinadas desde 1821, assinalando da sua parte uma coerência compatível com uma ideia política, económica e financeira já madura com as suas intervenções camerais. No capítulo económico-financeiro, a título individual ou como relator da comissão da Fazenda, é nítida uma imagem de preocupação com o conservadorismo de métodos na área fiscal e administrativa por parte do Barão de Sobral, ministro da Fazenda, e com as limitações provocadas pelas dificuldades financeiras internas que remetiam inexoravelmente para mais um pedido de empréstimo por parte do Estado. Todo este cenário, cremos, terá plausivelmente conduzido Mouzinho da Silveira para uma expectativa menor, depois do dia 22 de dezembro de 1826, nas possibilidades de sucesso do regime cartista, no encerramento da Sessão.

Por tudo isto o somatório das sessões da Câmara dos Senhores Deputados no ano de 1826 fornece-nos a perspetiva de que o *caminho* de Mouzinho para a criação legislativa de 1832 já se tinha iniciado. Estando aí inscritos sinais demonstrativos da construção teórica que irão constituir o cerne dos preâmbulos legislativos produzidos no arquipélago açoriano e o paço do Porto, a Legislatura Extraordinária de 1826 configura-se como uma das etapas que na espera da circunstância, iriam ter o desenlace na profusa legislação produzida seis anos mais tarde.

## Primeira Legislatura, Sessão Ordinária de 1827

No dia 3 de janeiro de 1827 teve início a Sessão Ordinária de 1827 na Câmara dos Deputados. Cumpriram-se nesse dia as formalidades exigidas pelo Regimento da Câmara na sua abertura e que constaram da eleição dos secre-

---

[25] "CARTA CONSTITUCIONAL PARA O REINO DE PORTUGAL, ALGARVES E SEUS DOMÍNIOS [...] CAPÍTULO IV DA PROPOSIÇÃO, DISCUSSÃO, SANÇÃO E PROMULGAÇÃO DAS LEIS [...] Artigo 54º – Se a Câmara dos Deputados não aprovar as emendas, ou adições da dos Pares, ou vice-versa, e, todavia, a Câmara recusante julgar que o projeto é vantajoso, se nomeará uma comissão de igual número de Pares e Deputados, e o que ela decidir servirá, ou para fazer-se a proposta de Lei, ou para ser recusada".

[26] D.C.D., 15-11-1826, p. 171.

tários e vice-secretários, o sorteio dos deputados pelas sete secções gerais[27] e a votação das várias comissões. No caso da Fazenda foi votada a manutenção da comissão da Sessão transata, onde constava como membro e relator José Xavier Mouzinho da Silveira[28]. Foi igualmente notificada a Câmara da ausência da Regente na Sessão Real da Abertura das Cortes Gerais, em conformidade com o disposto na Carta Constitucional[29], por motivo de "indisposição de saúde" (D.C.D., 3-1-1827, p. 5).

No dia seguinte continuaram os preceitos requeridos pelo Regimento na nomeação dos presidentes e secretários das secções gerais, assim como da composição das comissões Administrativa e das Petições. Foi distribuído o discurso enviado pela Regente: texto que apelava à generosidade patriótica, à imitação dos exemplos pretéritos e na esperança do fim da "desunião" proporcionada com a proto guerra civil; foi, contudo, na ideia do convite à união entre as duas Câmaras e o governo que se destacou, pela presença em vários parágrafos ao longo do discurso "porque sem harmonia dos Poderes o feliz regimento do Estado é impraticável" (D.C.D., 3-1-1827, p. 7). Configuraria uma preocupação pela falta de sintonia verificada entre as duas Câmaras, na discussão da importante matéria que eram as aprovações das contas do "Balanço" e orçamentais pelo ministro da Fazenda, reforçando deste modo a chamada de atenção para os seus membros da sua necessidade.

Sessão em que Mouzinho esteve implicado no período de três meses, em doze projetos-lei, cinco pareceres, uma ata e um artigo adicional. Versando assuntos do foro económico, financeiro, político, judicial, administrativo e militar, pronunciou-se por cinquenta e duas vezes de forma substantiva sobre a produção normativa. Tomando em consideração que o seu nome consta nas faltas às sessões por vinte e seis vezes, é um registo relevante.

Sendo a participação de Mouzinho da Silveira na Sessão de 1827 pautada pela diversidade de matérias legislativas, adquirem importância alguns pontos que primam pela novidade ou pela persistência da exposição dos seus princípios, com oratória em sintonia com manuscritos seus anteriores a esta Sessão e com intervenções nos debates semelhantes ao estilo histórico-pedagógico de Adam Smith, patente nas páginas da "Riqueza das Nações", apelando para a História na ilustração da sua argumentação[30]. Este estilo extravasará inclusivamente para os seus manuscritos onde fará variadas vezes uma abordagem histórica através

---

[27] A Mouzinho da Silveira o sorteio ditou que pertencesse à 6.ª Secção Geral.

[28] A comissão havia de contar mais tarde, pontualmente, com o deputado António Girão.

[29] "CARTA CONSTITUCIONAL PARA O REINO DE PORTUGAL, ALGARVES E SEUS DOMÍNIOS [...] TÍTULO IV DO PODER LEGISLATIVO CAPÍTULO I DOS RAMOS DO PODER LEGISLATIVO, E SUAS ATRIBUIÇÕES [...] Artigo 18º – A Sessão Real da Abertura será todos os anos no dia dois de janeiro".

[30] Cf. Pereira 1989: 24 e 119; Cf. Alexandre 1989: 189-198.

duma cronologia, que visa normalmente reportar dois períodos distintos da história de Portugal: o anterior e o posterior às "Descobertas" com o fito de censurar as políticas mercantilistas e o Antigo Regime.

Esta reincidência de princípios, Valentim Alexandre identificou como sinal do seu caráter alargado a um quadro mais geral da sua atuação pessoal, como uma "excecional persistência" (Alexandre 1989: 200) na discussão das matérias. Produziu intervenções sobre questões como: o Conselho de Estado[31], as eleições das câmaras municipais[32], o comércio, a fiscalidade e as colónias[33], ou as relacionadas com matérias que se articulavam com o setor agrícola[34].

Relativamente aos conselheiros de Estado, mas também de um modo geral para os empregados públicos, prescreve em posições assumidamente pessoais ainda que intervindo em nome da comissão da Fazenda uma abordagem burocrática, remetendo-a para uma lógica racional e montesquiana de separação de poderes (e funções), de corte com as práticas ligadas ao Antigo Regime. O plano legal assumiria particular importância para José Xavier, porque "administrar não é julgar" (D.C.D., 23-3-1827)[35], sendo necessário no seu pensamento afastar deste universo toda uma panóplia de aplicações do foro da jurisprudência, plantada no "terreno usurpado" da administração e estruturada num Direito que enraizado em tempos bem distantes, assentava ainda na exclusividade do Direito romano[36] conforme já denunciara negativamente em manuscrito apresentado às Cortes de 1821-1822[37]. O desajustamento alargava-se ainda mais se tomássemos em conta os novos espaços abertos pela jurisprudência cruzada com a nova vaga política, nomeadamente o Direito francês que se seguiu a 1789, que era a "principal base [da] reforma administrativa" (Pereira 1989: 98) de Mouzinho da Silveira.

A cada emprego público corresponderia um ordenado – negava as gratificações, valorizando a moralização do desempenho – aliado a uma evolução que deriva dum percurso meritocrático com disponibilidade a tempo inteiro e cumu-

---

31 Projeto-lei n.º 80 sobre os ordenados dos conselheiros de Estado.

32 Projeto-lei n.º 100 sobre as eleições das câmaras municipais.

33 Projeto-lei n.º 101 sobre a liberdade do comércio.

34 Artigo adicional n.º 115 sobre o projeto-lei n.º 101 sobre a regulação da importação dos cereais e projeto-lei n.º 108 sobre a isenção do recrutamento dos ganadeiros e maiorais.

35 D.C.D., 23-3-1827, p. 685. Mouzinho manifestara já em 1817 em ofício, exercendo as funções de provedor da comarca de Portalegre, a sua discordância ao rei pela inexistência da separação das funções administrativas e judiciais, Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 407-409.

36 "É preciso alargar as ideias, não digo já da velha administração, porque nunca existiu em Portugal a coisa, e poucas vezes o nome, digo somente as ideias da Jurisprudência Civil, aplicadas à administração pública: como há de florescer um Estado, onde há ainda os nomes viciosos, e romanescos de Jurisdição Contenciosa, e Jurisdição Económica? Que coisa é Jurisdição Económica?", D.C.D., 23-3-1827, p. 685.

37 Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 759-781.

lado de responsabilidade[38]. Sugere pelo seu debuxo da administração pública, de forma prematura, as explicações que viriam mais tarde com Max Weber na sua ideia de "dominação racional" em detrimento das anteriores de "dominação de caráter tradicional" (Weber 1964: 172). Propõe igualmente novas formas de acesso ao funcionalismo público arredando-o dos laços de sangue ou classista, promovendo a acessibilidade por via civil assente em "talentos e virtudes" (Pereira 1989: 104).

A questão do quadro de funcionários do Estado mereceu-lhe sempre o reparo – obsessivo – de excessivo número[39]; apontou-o como uma das causas nucleares dos gastos desnecessários, configurando uma das suas fragilidades na análise do quadro político coevo, remetendo a deslocação do pessoal para os serviços com necessidades, como solução.

O projeto-lei sobre as eleições das câmaras municipais forneceram matéria para o deputado natural de Castelo de Vide explanar em intervenções várias, o vazio existente pela omissão da publicação de uma lei sobre a divisão do território, pelo que consequentemente tornaria, no seu entender, inadequada a atuação municipal no plano administrativo e judicial, remetendo a atuação da mesma para uma indefinição. Como se não bastasse, a proposta normativa pecaria pela falta de operacionalidade, por força do insuficiente número de habitantes que seria crucial para a eleição por sistema censitário em certos concelhos. Subjaz nas suas intervenções uma promoção da articulação entre a premissa *espaço* (divisão territorial), e a do controle do território (administração pública). António Manique explicou a relação:

> A divisão do espaço é correlativa da prática política, por isso as circunscrições administrativas se adequam aos regimes vigentes, são instrumentos do poder que, permitindo a inculcação de valores e normas dominantes, servem para a perpetuação do poder de certos grupos sociais e, consequentemente, o afastamento de outros. A história da divisão administrativa do território é, pois, a relação entre o poder e o espaço. (Manique 1989: 16-17)

É deste modo possível ler uma representação mental em Mouzinho dos vários poderes e competências, com espaços e limites próprios. Aí encontramos a administração do reino, conjunto de corpos de competências diferenciadas, servidos por efetivos sujeitos a regras de aceitação com base no conhecimento e mérito, com remuneração fixa.

---

[38] Para compreender a idealização do modelo administrativo do reino que Mouzinho defendeu, v. Mouzinho da Silveira 1989: 412-415.

[39] Para além da legislatura de 1826-1828, há seis manuscritos da autoria de Mouzinho sobre a reforma das alfândegas e em todos eles insiste na prescrição de medidas para a diminuição do número de empregados: Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 939-947, 949-960.

Na discussão do projeto-lei n.º 10, sobre a liberdade do comércio, mostrou-se inovador, e pode-se afirmar que o texto legislativo contém a sua marca. Fruiu do debate para denunciar as "Descobertas" e as políticas colonialistas, numa crítica que pretendia atingir um alvo bem maior: o Antigo Regime e as suas instituições. A desaprovação não foi fruto do momento, já que desde 1823 há documentos exarados pela sua pena onde faz "considerações gerais sobre o comércio externo", minutas que presumivelmente escreveu ou patrocinou sobre um "projeto de alvará sobre a liberalização do comércio externo português", ou ainda refletindo "sobre a situação portuguesa nas novas circunstâncias da economia mundial" tendo como pano de fundo a revisão do Tratado de 1810[40].

Se Miriam Halpern Pereira adjetiva Mouzinho da Silveira de "suprapartidário" (Pereira 1989: 107) na aproximação que este faz do modelo de Weber, acrescentaria um outro: supranacional, no que ao comércio diz respeito. A redação do projeto-lei dá bem conta disso pelo extremismo da terminologia usada em cada artigo: "navios de *todos* os países" (art.º 1.º); "exterminam-se os *exclusivos e as diferenças*" (art.º 2.º); "faz-se a novidade de admitir os géneros coloniais de *toda* a parte, em lugar de virem do Brasil somente" ou "como temos mercadorias que podem ir para os diferentes países da América [ … ] *não fazemos diferença* da bandeira deles à nossa" e "seria absurdo que uma bandeira qualquer, e com todas as mercadorias, pudesse entrar e fossem *exceção únic*a as do Brasil: esta parte do artigo é essencial, e integrante do espírito e destino do Projeto" (art.º 3º); "a respeito dos couros [ … ] foi melhor *igualar tudo* em 2[%]" (art.º 7º) (D.C.D., 5-2-1827, pp. 245-246, itálico da nossa autoria).

Afasta quadros de favorecimento, mesmo aos nacionais[41], projetando uma precocidade na visão das futuras regras do mercado "porque já não se trata de levar uma carga para um Estado, que nos trata bem, e consome as nossas mercadorias, trata-se simplesmente de abrir uma concorrência geral, a quem melhor navegar" (D.C.D., 6-2-1827, p. 263). Afastou-se deste modo do que chamou "comércio colonialista", e na linha de Adam Smith[42], se condenou o colonialismo, não condenou a existência de colónias como parte do território, pela propriedade que lhes assistia em poder fazer suscitar o ato comercial. Proporcionariam no seu entender, novas centralidades, novos *brasis*. Propôs a harmonização das taxas fiscais entre os territórios das colónias, mas, sem ceder à tentação de as favorecer – numa tentativa de recuperar tempo perdido – relativamente à produção de géneros e criação de infraestruturas, inibindo o crescimento do reino "deixando desertos os campos" (D.C.D., 8-2-1827, p. 277). Mais uma vez patenteou pre-

---

[40] Cf. Mouzinho da Silveira 1989: 867; 903-905; 906; 910-913; 981-983; 1048-1052.

[41] "os Portugueses têm favor onde o devem ter, e onde não pode ser, arrancado e inutilizado", D.C.D., 8-2-1827, p. 273-274.

[42] Cf. Alexandre 1989: 193.

cocidade de pensamento, ao antecipar cenários de fuga demográfica no sentido interior faixa litoral, pela qualidade de vida oferecida por esta relativamente ao restante território do reino.

Ou seja, a questão proporcionada pela discussão legislativa da liberdade no comércio proporcionou-lhe a idealização do ato da troca: retirada das condições de privilégio, o usufruto de plena globalidade e multidireccionalidade nas transações comerciais sem restrições fiscais. Em suma, uma "vasta república de produtores consumidores permutadores" (Gonnard 1942: 121) que a

> formação teórica de Mouzinho, toda baseada em Smith, preparava-o para aceitar [sob a forma de] mutações profundas na economia e na história mundial, e dava-lhe mesmo uma chave para essas mutações: as alterações institucionais que condicionavam o desenvolvimento do comércio mundial. (Alexandre 1989: 196)

A questão agrícola esteve presente no projeto-lei n.º 108[43] e artigo adicional n.º 115[44], concorrendo para uma falta de coerência e imparcialidade no pensamento económico de Mouzinho da Silveira ao votar favoravelmente as duas propostas normativas.

Deambulou no seu trajeto parlamentar de 1827, muito particularmente na discussão destas duas propostas normativas entre o julgamento objetivo e pragmático, e um outro, arbitrário, segundo "o espírito, e não segundo a letra"[45] não se desligando da sua vivência pessoal como homem do campo. Presenciou-se deste modo uma dualidade de atuação na correlação entre o abstrato do art.º 113º da Carta Constitucional[46] e a sua construção teórica, quando alude ao recrutamento. Essa saída foi proporcionada plausivelmente pela falta de uniformidade social onde desagua o liberalismo, fruto do interesse pessoal, mas também pelo risco que acarretaria colocar em causa o paradigma liberal "proprietário". Se acedeu à isenção dos ganadeiros no cumprimento do serviço militar, votando ao lado do lobby agrário alentejano no projeto-lei, no artigo adicional sobre a importação dos cereais fez frente aos proprietários, adjetivando-os de "absentistas" e imputando-lhes responsabilidades pelas opções agrícolas pelos "terrenos parcialmente cultivados e mal aproveitados durante o ano" (D.C.D., 16-2-1827, p. 365). Para o estado que então se vivia relativamente ao problema cerealífero

---

43 D.C.D., 12-2-1827, p. 304 e seguintes.

44 D.C.D., 14-2-1827, p. 331.

45 D.C.D., 12-2-1827, p. 310.

46 "CARTA CONSTITUCIONAL PARA O REINO DE PORTUGAL, ALGARVES E SEUS DOMÍNIOS [...] CAPÍTULO VIII DA FORÇA MILITAR Art.º 113º – Todos os portugueses são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência, e Integridade do Reino, e defendê-lo de seus inimigos externos, e internos."

denunciou a situação criada com legislação passada[47] – carestia da mão de obra – mas também os ganhos altistas e o inflacionismo criado com o oportunismo dos proprietários, que contribuiriam para o fim do Alentejo como "celeiro de Portugal", indo ao encontro da explicação dada por Silbert, século e meio mais tarde, grosso modo[48].

Remeteu deste modo para considerandos vários a discussão destas duas propostas legislativas para além da descontinuidade da coerência de Mouzinho: mentalidades ainda não preparadas para novos modelos de mercado dos proprietários agrícolas alentejanos; inconstância entre a prática e a interiorização de conceitos políticos e económicos liberais; a sintonia com os princípios mais tarde produzidos na legislação exarada nos Açores por parte de Mouzinho da Silveira (decretos-lei n.º 13 – abolição das sisas, portagens, relegos e demais restrições à liberdade do comércio interno e redução de ao imposto único e uniforme de 5% nas transações de bens de raiz – decreto- lei n.º 14 – reforma pautal com abolição de impostos de exportação).

Por último, nesta Sessão o deputado alentejano reafirmou a crítica da má administração do reino – não poupando a da Casa do Infantado e a de Bragança – e a necessidade do rigor na coisa pública, o desajuste entre a Carta Constitucional e o particularismo, numa aceção do utilitarismo aí contido, a aceitação da contração do empréstimo solicitado pelo ministro da Fazenda, mesmo que o compromisso o tenha obrigado a despojar-se doutrinariamente justificando a sua afirmação produzida mais tarde: "Detesto os empréstimos em geral" (Pinheiro 1989: 220). A linearidade com o pensamento smithiano, quando Mouzinho afirma que os empréstimos constrangem no sentido de "sacrificar receitas ordinárias" (Pinheiro 1989: 220), é revista relativamente a esta matéria:

> o capital emprestado pelos primeiros credores ao governo [constituiu] desde o momento do empréstimo uma certa parte do produto anual que, desse modo, deixaria de ter a função de um capital, para desempenhar a de um rédito; deixaria de manter trabalhadores produtivos para manter pessoas inativas e para ser, de um modo geral, *gasto e esbanjado*, ao longo do ano, sem qualquer esperança de futura recuperação. (Smith 1999: 647-648; itálico nosso)

Deparou igualmente com um novo cerrar de fileiras por parte da Câmara dos Pares nesta Sessão pelo radicalismo das suas posições em sede de comissão mista[49], obstaculizando a evolução do processo legislativo. Realce-se o surgimento nos trabalhos parlamentares de um Mouzinho da Silveira enfadado com

---

[47] Decreto n.º 63 de 18 de maio de 1821, (http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/12/7/p62 , consultado em 2016.1.10).

[48] Cf. Silbert 1981: 39-40.

[49] V. ata da comissão mista sobre o empréstimo de dois mil contos, D.C.D., 15-1-1827, p. 96.

o aproveitamento sub-reptício por parte da ação dos Pares na imobilização das decisões camerais, desconcertado (ou desiludido?), com a promoção política dada pela Carta Constitucional à saída dada na resolução dos impasses com as comissões mistas; mas também um outro, o pragmático, lançando para a bancada cameral "quando a necessidade impera, cessam todos os argumentos" (D.C.D., 5-3-1827, p. 506), que a par com despojos doutrinários, visava viabilizar e acelerar os trabalhos camerais, numa atitude que poderá ser plausivelmente interpretada como um esforço pessoal para contribuir para a sobrevivência do regime cartista.

Colocou esta atitude transversalmente praticada na Câmara dos Senhores Deputados em 1827, a fragilidade da ideia de Henrique de Barros relativa à falta de "plasticidade" (Barros 1936: 10) de Mouzinho, na sua trajetória concetual política.

O comportamento cameral de Mouzinho na Legislatura cartista de 1827 veio confirmar o anunciado na Sessão anterior. Um Mouzinho da Silveira maduro de ideias políticas, económicas e financeiras, mas também desassossegado nas suas intervenções pelo modo como interpela os seus colegas ou como se emociona ao intervir, configurando um estado psicológico diferente do verificado até então, o que poderá fornecer a pista para a "mutação essencial embora difícil de datar com precisão" (Pinheiro 1989: 209) que alude Magda Pinheiro processada no deputado alentejano pela

> esperança de reformas progressivas [constantemente travadas pelos prolongados debates na Câmara dos Deputados e pela Câmara dos Pares] Mouzinho passa à consciência da necessidade de grandes transformações que adaptem o aparelho de Estado às novas realidades. A revolução torna-se uma necessidade resultante das próprias transformações económicas e não das ideias dos homens. (Pinheiro 1989: 209)

Mais um *caminho* se percorrera.

## Primeira Legislatura, Sessão Ordinária de 1828

No dia 3 de janeiro pelas nove e meia da manhã foi aberta a **S**essão de 1828 da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, pelo presidente da mesa, o Bispo de Coimbra. Seguindo-se as formalidades exigidas pelo Regimento – eleição dos secretários e vice-secretários – foram lidos os discursos do trono de encerramento da Sessão do ano anterior e o da nova Sessão dirigidos às Câmaras dos Pares e dos Deputados. Deste último, interessa retirar que além de exaltar o trabalho de D. Pedro compaginado no texto máximo outorgado, descreveu a sintonia real entre irmãos, assente em "intenções" e "conformidade", numa mensagem que pretendia afastar dissensões entre portugueses na escolha do plano

gizado vindo além Atlântico. Não escondia as dificuldades que aguardavam o poder executivo, "pelas inquietações do interior", apesar da colaboração do reino vizinho em obstar aos esforços dos rebeldes e do descanso proporcionado pela proteção britânica. A situação financeira não ficou de fora: o "quadro das nossas finanças não é desfavorável ao crédito ao Estado"; remetia, no entanto, para o avanço de medidas, no seguimento das já tomadas, para alterar este quadro e os restantes, com o muito trabalho que ainda faltava, para "assentar completamente, e consolidar o edifício político" (D.C.D., 3-1-1828, p. 7), reconhecendo as debilidades do regime.

No dia seguinte a Câmara votou a constituição da comissão da Fazenda para a nova Sessão anual. A sua eleição levanta questões, pois Mouzinho da Silveira surgiu como o *quarto* mais votado *ex aequo* e cessou as suas funções como relator da comissão[50]: poderá ter traduzido esta votação uma desvalorização, desgaste, ou diminuição da relevância que os seus colegas deputados lhe atribuíam, fruto do seu trajeto parlamentar anterior, ou de outras circunstâncias ocorridas no intervalo entre as duas Sessões?

Valiosa para a consideração de análise na sua participação na Sessão de 1828 o contributo que deu para a aprovação da lei da liberdade da imprensa articulando-a com o modelo de Justiça assente em júris e a questão do número de Relações na discussão sobre a divisão administrativa do território. Na primeira, realce-se o ênfase que dá ao formato e competências dos Júris: dois grupos de jurados, priorizando o "grande Júri", o que efetivamente dava como provada haver matéria *de facto* para julgar, e o "pequeno Júri", que condenava ou não o réu mediante o que ficasse provado restando a aplicação da lei aos juízes de Direito; na segunda – indiciando os decretos de 16 de maio de 1832 – aponta para lógicas construídas separadamente, administrativa e judicial, numa linha de clarificação do seu funcionamento, limites e competências, apoiada em "legislação clara, e conhecida de todos, e não baralhada, escura, e confusa, como grande parte da existente" (D.C.D., 19-1-1828, p. 179). A sua construção mental remete para uma alegada simplificação do sistema judicial pela existência de jurados nas causas crimes e cíveis, o que alegadamente diminuiria drasticamente o número de processos. Negou a conexão do território no sentido físico, com o número de Relações, retirando uma perspetiva determinista do espaço.

Refira-se que esta intervenção do deputado alentejano, pela sua substância, contraria António Pedro Manique na sua obra *Mouzinho da Silveira Liberalismo e Administração Pública*, pela autoria que este atribui às comissões da divisão do território e do Código Administrativo nas propostas "mais significativas" presentes na reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, patente na legislação

[50] Em 1826 Mouzinho da Silveira foi o segundo mais votado para a comissão da Fazenda, D.C.D., 8-11- 1826, p. 43; em 1827 mantiveram-se os membros, também por votação, D.C.D., 3-1-1827, p. 4.

produzida em 1832. Mas não só. A datação atribuída para o alentejano "conceber um projeto de transformação global das realidades nacionais" (Manique 1989: 47-48) está patente na antecipação deste contributo na primeira legislatura cartista, que assim desdiz que este a tenha produzido "após madura reflexão efetuada no período de exilio em França (1828-1831)" (Manique 1989: 47). Presente, portanto, uma conceção político-administrativa precoce em relação ao período de exílio, interiorizada com o processo político ocorrido desde a revolução de 1820, conforme acentuou Marcelo Caetano, longe de um estado de espírito "deslumbrado pela observação das instituições francesas durante a emigração" (Caetano 1994: 360), fruto de um trajeto que se iniciou bem antes do desembarque na ilha Terceira.

Manifestou ainda nesta Sessão "princípios" que ajuizava basilares para o regime, como o cumprimento da Carta Constitucional – mesmo quando resignado pela inferioridade que admitiu na formação das comissões mistas, "uma desigualdade que é da natureza das coisas" (D.C.D., 28-1-1828, p. 266) – a indivisibilidade da legislatura e da Nação, antevendo o perigo que o regime já corria então, perante as divisões verificadas que já minavam os poderes legislativo (Câmara dos Pares), executivo (no seu elenco marcavam já posição ministros pró-miguelistas), e judicial (juízes incumpridores das emanações da Carta); a não cedência a monopólios, do Estado ou particulares[51], numa atitude de influência smithiana; a idealização da legislação em texto claro e preciso, que não cedesse lugar à pulverização normativa, para um cabal e efetivo desempenho dos agentes do poder[52]; o corte com o Antigo Regime, (uma das preocupações centrais que marcaram a sua prestação parlamentar como deputado do primeiro cartismo), nos acessos que este ainda tinha pelos modelos ou figuras herdadas[53].

No campo das novidades proferidas pelo deputado alentejano, esta Sessão assistiu a intervenções em que preconizou a assistência social no desemprego e na doença aos que trabalhavam (estivadores do porto de Lisboa)[54]; a equiparação de todos os indivíduos, procedentes da metrópole ou não, numa atitude de igualdade perante a lei, contrastando com aquela que adotava uma diferenciação entre os indivíduos nascidos dentro e fora do território europeu[55]; mas também

---

[51] D.C.D., 13-2-1828, p. 376, (Parecer da comissão da Fazenda sobre os requerimentos dos fabricantes de seda).

[52] D.C.D., 11-2-1828, p. 413, (Projeto-lei n.º 164 e 164 – A (artigos adicionais): os credores originários da Real Fazenda – sessões de 11, 12, 13 e 28 de fevereiro).

[53] D.C.D., 7-3-1828, p. 719, (Parecer da comissão da Fazenda n.º 179, sobre o requerimento do carcereiro de Belém que pede aumento de ordenado, ou que se lhe paguem pelo Tesouro Público as despesas que faz).

[54] D.C.D., 4-3-1828, pp. 681-682, (Parecer n.º 161 sobre as companhias das alfândegas de Lisboa – sessões de 7, 8 e 9 de fevereiro e 4 de março de 1828).

[55] D.C.D., 28-2-1828, p. 615, (Projeto-lei n.º 164 e 164 – A (artigos adicionais): os credores originários da Real Fazenda – sessões de 11, 12, 13 e 28 de fevereiro).

uma tomada de posição a que chamaríamos hoje de ecológica, mostrando uma preocupação em não estender o comércio da casca de sobro (sobreiro) para além-fronteiras de modo a não massificar a sua utilização internacionalmente, não contribuindo assim para a sua extinção[56].

Apesar do seu ecletismo no que diz respeito aos assuntos em que interveio, e talvez por isso, de menor espessura concetual, das posições inéditas e precoces, da participação ainda numerosa em matérias sempre para si tão caras como as financeiras ou da administração do reino, da articulação que fez com a Justiça e a liberdade de imprensa, assistiu-se a um percurso menos interessante doutrinariamente. Nesta Sessão Ordinária esteve contida menor agressividade de ideias, que não de comportamento, já que por várias vezes foi belicoso nas suas intervenções, demonstrando assim quiçá o seu desencanto com o regime, os seus intervenientes, ou com as dificuldades experimentadas cada vez maiores, da conjuntura cartista vivida então.

Em suma, a Sessão de 1828 marcou uma diminuição clara do protagonismo de Mouzinho da Silveira, seja pelo número das intervenções mais substantivas, seja pela posição que perdeu como relator da comissão da Fazenda, ou mesmo no número de faltas às sessões, que o tornaram um deputado absentista. Aliás, a quantidade de faltas torna-se merecedora de atenção pelo período em que ocorrem maioritariamente: período final da Sessão de 1828, tempo de sinais ameaçadores para o regime cartista, com a chegada de D. Miguel. Plausivelmente marcou a sua intenção em preparar a partida para o exílio, suportada pelo requerimento solicitando licença sem vencimento, para alegadamente tratar problemas de saúde[57], que teve deferimento com a assinatura do ministro da Fazenda, D. Diogo, conde da Lousã[58]. De qualquer forma, ressalte-se, os principais sinais que esta Sessão transmitiu na sua prestação cameral, já que ficaram assinalados mais uma vez, os sinais que apontaram para o desenlace legislativo verificado nos Açores e no paço do Porto, ainda que diluídos por uma prestação menos dogmática, mas ainda assim consolidada nas saídas interventivas a respeito da Fazenda, Administração Pública e Justiça, e que teve na parte final, a par de eventuais problemas de saúde, a preocupação da ida para o exílio.

---

[56] D.C.D., 1-3-1828, p. 651, (Parecer da comissão de Petições sobre o requerimento apresentado por Joaquim José da Mata para poder exportar casca de sobro, sessões de 14 de fevereiro e 1 de março de 1828).

[57] Para uma prova da desconfiança que a situação política já merecia a Mouzinho da Silveira no final da Sessão de 1828, e dos preparativos que já iniciara para a partida para o exílio plausivelmente no final dessa Sessão, ver carta que endereçou à sua mulher: Mouzinho da Silveira 1989: 357.

[58] Para justificar e facilitar a sua saída do país, Mouzinho ainda logrou junto de um médico, Pedro de Andrade, três atestados médicos (datados de 2 de abril de 1828), atribuídos para si, para a sua mulher e para o seu filho, declarando problemas de saúde vários e os respetivos tratamentos: v. Mouzinho da Silveira 1989: 358-359.

## Conclusão

Figurando nas personagens centrais da primeira experiência cartista parlamentar decorridas na Sessão extraordinária de 1826 e nas ordinárias de 1827 e 1828, Mouzinho da Silveira provou aí a sua importância por variadas razões. Concorreu para esta reflexão a reputação junto dos outros deputados, o número de intervenções (mais de cento e trinta), a variedade de assuntos em que se manifestou, com ênfase para a organização do Estado, expressando opiniões que condicionaram votações, infletindo opiniões tantas vezes. Mas para lá dessa constatação, importantes as suas manifestações na Câmara pelo que elas nos forneceram na sua substância para o seu estudo como homem, com o plano político em evidência (mas também o emocional), na prescrição da sua visão de fonte liberal para a sociedade, nem sempre linear dogmaticamente, com um enquadramento, quase diria, religiosamente observado no cumprimento da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro.

Por tudo isto, estudar a primeira experiência parlamentar cartista, atrevemo-nos a dizer, acarreta o compromisso de estudar a prestação cameral de José Xavier Mouzinho da Silveira. O que nos remete para a questão do porquê pelo menosprezo da sua atuação parlamentar neste período de tempo. Primeiro o desinteresse da fação vencedora na guerra civil mais preocupada com as consequências da sua vitória, magnetizada pela sua produção legislativa pós-exílio, identificando o cenário parlamentar e governamental de 1826-1828 como vazio, sem interesse histórico, seguido do paralelo político propagado pelos republicanos (vintismo – república e cartismo – monarquia), numa associação que pretendia negativamente ligar a experiência cartista aos erros supostamente cometidos pelos governos de iniciativa real. M*utatis mutandis,* englobando o cartismo na corrente liberal, o Estado Novo, em mais uma combinação doutrinal, retirou esta temática das prioridades do estudo dos historiadores apostando antes em temáticas que poderiam contribuir para o enaltecer do regime, ainda que distorcidas na sua compreensão. Seria preciso esperar pelo final do século XX, passadas que foram as correntes de preocupações históricas em priorizar conjunturas, para se poder chegar ao estudo que abordava o indivíduo partindo dos ambientes que o circundam, político, económico, social, militar, religioso, afastando-se da História-indivíduo, em edição crítica coordenada por Miriam Halpern Pereira sobre o alentejano. Ou seja, a divulgação da prestação parlamentar de 1826 a 1828 de Mouzinho da Silveira como evento político foi vítima das conjunturas, e porque não, de si próprio, corpo excêntrico, bizarro e atípico no cenário da política portuguesa, antes e depois da primeira experiência legislativa cartista.

O que resultou da sua passagem pela Câmara dos Deputados nas Sessões de 1826-1828, inseriu-se numa aprendizagem em que Montesquieu estaria para o plano político – com John Locke como pano de fundo concetual – como

Adam Smith para o plano económico-financeiro como fontes empíricas. Enquadrando as influências sempre no quadro constitucional cartista manifesta-as nas inúmeras vezes que recorre da lógica montesquiana do equilíbrio dos poderes, numa preocupação constante nas suas intervenções de delinear as áreas de ação do governo e/ou das Câmaras, e dum modo geral de todos os organismos do Estado, denunciando o que lhe merecesse juízo de extrapolações de ação governativa, legislativa ou judicial, revelando soluções de exceção raras vezes. Quanto à interiorização relativa a Adam Smith ela "impregna todas as suas reflexões e todas as suas soluções de índole económica, quando as não dita diretamente" (Alexandre 1989: 190) e é demonstrada profusa e transversalmente nas três Sessões, pelas posições assumidas no âmbito da Economia Política, percorrendo quase todas as matérias em que a Administração Pública, a fiscalidade e a Justiça estão presentes.

Como principais linhas de força: o rompimento dos liames nas estruturas herdadas do Antigo Regime do e para o Estado, nomeadamente as fiscais, que remetiam na sua interpretação, para quadros coloniais mercantilistas ligados aos tempos das "Descobertas" assentes em políticas de monopólios; a tendência humana para o ato da troca comercial correspondida pela liberdade do comércio, numa ótica cosmopolita; a conotação negativa de todos os empréstimos, na sequência do compromisso assumido, desviando o capital de um caráter produtivo; o respeito da propriedade enquanto realidade indivisível. A influência de Smith notou-se ainda na estrutura oratória de Mouzinho pronunciada nos debates pela sua semelhança com o estilo histórico-pedagógico do pensador escocês patente nas páginas da "Riqueza das Nações", no apelo que fez da História correndo-a cronologicamente para justificar as suas razões.

Tal enfoque empírico, no entanto, não atuou isolado na construção mental política do deputado alentejano. São evidentes os sinais nas suas intervenções da sua experiência pessoal, profissional – mormente como administrador geral da alfândega de Lisboa – e ministerial passada. De especial relevância aquela que se prendeu com a sua origem, enquanto alentejano, proprietário e lavrador, que lhe forneceu perspetivas para discussões em matérias do foro agrário; mas também a sua passagem por Coimbra enquanto estudante, onde aderiu ao liberalismo[59]; as várias funções enquanto magistrado, dando-lhe o pulsar do país real; como administrador geral da alfândega de Lisboa – "atividade que tem sido subestimada, sem dúvida por se considerar de caráter burocrático" (Alexandre 1989: 125), onde consolidou ideias a respeito do trânsito aduaneiro e da sua formatação fornecendo-lhe matéria para a sua idealização de modelos alfandegários – ou como ministro da Fazenda, ainda que em breve passagem.

[59] D.C.D., 28-3-1835, p. 702.

Partindo deste conjunto de sinais que enformaram o seu caráter pessoal e político e da leitura que o "Diário da Câmara dos Deputados" nos expõe, interessa relevar os comportamentos distintivos camerais produzidos por Mouzinho da Silveira que este estudo observou. Nesse sentido, na sequência das influências recebidas e interiorizadas a montante de 1826, é visível no seu comportamento como deputado, fragilidade na justificação histórica e económica do estado do reino, em muitos dos debates em que participou na Câmara. A sua interpretação política alicerçada no universo explicativo de Adam Smith para a conjuntura saída do Antigo Regime, condicionou-o variadas vezes para uma preocupação e denúncia quase obsessiva em apontar o quadro mercantilista proporcionado pelas "Descobertas" e os gastos desnecessários com o número de funcionários públicos, na responsabilização das circunstâncias conjunturais. Mas Mouzinho também soube "antepor a realidade à doutrina" num registo de pragmatismo em diferentes matérias, plausivelmente, muito por força da sua observação das contrariedades na caminhada cartista e que direcionam para o campo psicológico do alentejano nas suas reações emocionadas e tipo de linguagem extremada, usada em algumas sessões. Sendo assim, a alegada postura de falta de "plasticidade" do alentejano perde força, tornando-se passível de ser contrariada, pelo menos no que diz respeito a este período parlamentar.

Observável de igual modo nas prestações parlamentares de Mouzinho uma ânsia no corte com todas as referências ao Antigo Regime, materializadas em propostas que se suportem de legislação pretérita ou que sirvam propósitos pessoais, via requerimentos apresentados à comissão de Petições, ou em aproveitamentos religiosos de atos civis. Este modelo de comportamento remete para a modernidade do seu pensamento.

Moderno pelo que prescreveu para a sociedade coeva, antecipando reflexões que Max Weber exporia, mas também pelo que se balança para lá do seu tempo. Revelou precocidade pelas práticas que nos transportam para as políticas atuais de assistência e justiça social; no pagamento de impostos com base nos rendimentos; na igualdade jurídica entre cidadãos nascidos no reino e nas colónias; na questão da mobilidade demográfica, identificando a desertificação do interior como consequência da fuga para as cidades e a faixa litoral, já a ocorrer na época, pela sedução que estas exerciam na possibilidade de melhores condições de vida; mas também na discussão da liberdade do comércio, apercebendo-se do quadro futuro de trocas a nível supranacional e na proteção à natureza.

A par desta antecipação, impregnada de modernidade, registou-se uma outra, aquela que aponta para a produção legislativa dos Açores e do Porto. Pode-se considerar haver pistas para a certificação dum plano mental similar já existente em Mouzinho, corporizado em seis propostas legislativas e um parecer, desde janeiro de 1827 (ver projetos-lei n.º 100, 140 D, 101, 127, 150, artigo adicional n.º 115 e parecer n.º 161), pela substância normativa que é explicitada

nas suas intervenções. Direcionam para decretos em que Mouzinho teve papel preponderante na sua autoria – em sede de comissão ou individualmente – ou responsabilidade na aceitação em propostas de outros deputados por força da sua argumentação pessoal. A analogia é visível por identificação textual ou como sequência das propostas produzidas na Câmara entre 1826-28, em decretos como o que visa regular a alfândega dos Açores (n.º 6), o que abolia parcialmente os morgados e capelas (n.º 7), o que defende a liberdade pessoal contra os abusos de poder (n.º 9), a reforma pautal sobre os impostos de exportação (n.º 14) ou os três decretos de 16 de maio sobre a organização administrativa e judicial do reino (n.º 22, 23 e 24). Neste raciocínio caberá a conclusão de contrariar o estado da arte que propõe um Mouzinho da Silveira com uma construção de sociedade redigida no período pós-exílio, por influência de maturação mental em terras gaulesas ou ainda baseada em considerações externas ao seu pensamento. Consubstanciaram justificações de cariz reacionário relativamente a uma importação do movimento liberal português, que visaria impedir o término do Antigo Regime, fornecendo a leitura dos manuscritos de Mouzinho a prova de que a génese do movimento se encontrava intramuros. Em suma, disponível na tábua cronológica das sessões entre 1826 e 1828 um seriado de conceções de Mouzinho da Silveira, que alinhados, formaram nestes três anos o prólogo da obra que se prolongou no episódio do desvario legislativo açoriano e portuense do alentejano, e do qual o reino serviu de laboratório para as conclusões saídas nos relatórios e leis produzidas no pós-desembarque açoriano. A continuidade teórica exposta por Mouzinho da Silveira na prescrição da construção do modelo de sociedade nacional – e mundial – demonstra a sua linearidade entre o início dos anos vinte e 1832. Assim, assumindo-o como um fruto político já maduro no exercício do seu mandato enquanto deputado entre 1826 e 1828, necessitaria tão só do circunstancialismo, do *caminho* que o conduzisse ao que só se viria verificar na "ditadura liberal" na ilha Terceira e no paço portuense, para a sua perenidade. Garret definiu este momento: a *Ocasião.*

## Fontes impressas:

Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1826-1828.

## Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim (1989). "Mouzinho da Silveira e as relações económicas externas", in Mouzinho da Silveira, Obras, edição crítica, Miriam Halpern Pereira (coord). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 121-204.

GOMES, Raul Rodrigues (1988). Introdução ao pensamento histórico. Lisboa: Livros Horizonte.

BARROS, Henrique (1936). Mouzinho da Silveira e a sua obra. Lisboa: Seara Nova.

BRANDÃO, Fátima, Feijó, Rui (1980). "O discurso reformador de Mouzinho da Silveira", Análise Social, vol. XVI (61-62), 237-258.

BRAUDEL, Fernand (1990). "Histoire et sciences sociales:«la longue dureé»", in Annales E.S.C., n.º 4 oct-déc., 1958, Débats et Combats, 725-753.

CAETANO, Marcelo (1994). Estudos da História da Administração Pública Portuguesa. Coimbra: Coimbra Editora.

Id. (1965). História Breve das Constituições Portuguesas. Lisboa: Verbo.

CANOTILHO, Joaquim Gomes (1998). "As Constituições" in José Mattoso, (dir.), Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque, (coord.), História de Portugal, O liberalismo, vol. 5. Lisboa: Estampa, 125-139.

FINER, Samuel (2005). A história do governo, vol. III, Impérios, monarquias e o Estado Moderno, 1.ª ed.. Mem Martins: Publicações Europa-América.

FLAMANT, Maurice (1990). História do Liberalismo. Mem Martins: Publicações Europa-América.

GARRET, José B. de Almeida (1849). Memória histórica de J. Xavier Mouzinho da Silveira. Lisboa: na Impressão da Época.

GONNARD, René (1942). História das Doutrinas Económicas Tomo III De Quesnay a Stuart Mill. Lisboa: Sá da Costa.

HERCULANO, Alexandre (1873). Opúsculos, II. Lisboa: Viúva Bertrand.

KENNEDY, Gavin (2010). Adam Smith. Lisboa: Atual Editora.

LARANJO, Possidónio M. Laranjo (1918). Mouzinho da Silveira. Lisboa: Livraria Ferin.

MANIQUE, António Pedro (1989). Mouzinho da Silveira Liberalismo e Administração Pública. Lisboa: Livros Horizonte.

MARTINS, J. P. Oliveira (1882). História de Portugal, II. Lisboa: Livraria Bertrand.

Id., (s.d.). Portugal Contemporâneo, I e II, 2.ª ed.. Mem Martins: Publicações Europa-América.

MATTEUCI, Nicola (1998). "Liberalismo" in Norberto Bobbio, Nicola Matteuci, Gianfranco Pasquino (eds.), Dicionário de Política, I., 11.ª ed.. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 686-705.

MAURÍCIO, Carlos (2016). "Da «ilusão biográfica» às novas biografias" in José Neves (org.), Quem faz a história Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo. Lisboa: Autores e Tinta da China, 23-32.

MELO, Manuel de (1932). "História de Portugal dividida em lições. Segundo o programa oficial de 13 de abril de 1929, Decreto n.º 16 730, Ensino Primário Elementar", in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, História da História em Portugal – Séculos XIX – XX Da Historiografia à Memória Histórica, II. Lisboa: Temas e Debates e autores, 140.

MESQUITA, António Pedro (2006). O pensamento político português no século XIX. Uma síntese histórico-crítica. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MOUZINHO DA SILVEIRA (1989). Obras, edição crítica, Miriam Halpern Pereira (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PEREIRA, Miriam Halpern (1989). "Estado e sociedade. Pensamento e ação política de Mouzinho da Silveira" in Mouzinho da Silveira, Obras, edição crítica, Miriam Halpern Pereira (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 19-119.

PEREIRA, Miriam Halpern (2009). Mouzinho da Silveira, Pensamento e Ação Política. Lisboa: Assembleia da República e Texto Editores.

PINHEIRO, Magda (1989). "Mouzinho da Silveira e as finanças públicas" in Mouzinho da Silveira, Obras, edição crítica, Miriam Halpern Pereira (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 205-286.

SÁ, Vítor de (1978). A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852). Tese de doutoramento. Lisboa: Livros Horizonte.

Id., (1983). Mouzinho da Silveira, revolucionário a título póstumo. Porto: Câmara Municipal do Porto.

SANTOS, Maria H. C. dos (2000). A guerra dos dois irmãos. A 2.ª experiência constitucional portuguesa (1826-1828). Estudos de história cultural e política. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII.

SERRÃO, Joel (1968). "SILVEIRA, José Xavier MOUZINHO DA (1780-1849)", in Joel Serrão (dir.), Dicionário de História de Portugal, III/ME-SIN. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 886-891.

SILBERT, Albert (1981). Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista. Lisboa: Livros Horizonte.

SMITH, Adam (1999). Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, II. 3.ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

WEBER, Max (1964). Economia y Sociedad, I. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_9

# A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista[1]

## *Foundlings welfare: Lisbon's wheel closure in the 19th century*

Joana Vieira Paulino
Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
joana_paulino40@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 28/04/2017

**Resumo:** Durante os primeiros 60 anos do século XIX as exposições nas Casas da Roda portuguesas aumentaram fortemente, dada a aceitação jurídica e legal do abandono anónimo infantil. Porém, a elevada mortalidade dos expostos, as suas más condições de vida e os custos da sua criação conduziram a debates em torno da viabilidade do modelo assistencial vigente.

A partir da década de 1860 as rodas foram gradualmente encerradas, as admissões ponderadas e controladas e generalizou-se a concessão de subsídios de lactação. Três anos mais tarde, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), instituição responsável pelos expostos da capital, seguiu esta tendência.

Focando o contexto nacional, mas, sobretudo, lisboeta, reflete-se sobre o percurso das políticas assistenciais face aos expostos ao longo do século XIX, dando maior enfoque ao debate em torno da viabilidade da roda dos expostos, ao seu encerramento e à adoção do novo modelo de acolhimento.

**Palavras-chave:** Políticas de Proteção à Infância, Roda dos Expostos, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

**Abstract:** During the first 60 years of the 19th century, the number of foundlings on the Portuguese institutions increased, due to the juridical and legal acceptance of anonymous abandonment. The high mortality rate of these children, their living conditions and the high costs they represented led to debates considering the wheel's viability and a change in the welfare policy towards the abandoned children.

From the 1860's, the wheels were gradually closed, admissions were restricted and more allowances of lactation were given. Three years later, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), responsible for the foundlings of the Portuguese capital, followed this trend.

[1] Este estudo resulta de uma investigação em curso no âmbito do Doutoramento em História, especialização em História Contemporânea, na FCSH-UNL, com o título *O abandono infantil em Lisboa, antes e depois da extinção da roda dos expostos (1850-1910)*. Conta com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia através de uma Bolsa de Doutoramento (Ref.: SFRH/BD/112019/2015).

Considering national, but, mainly, Lisbon's context, this study aims to reflect about the steps of foundlings welfare policy during the 19th century, particularly, focusing on the debates towards the wheel, it's closure and the adoption of another admission model.

**Keywords:** Child Welfare, Wheel of Foundlings, Santa Casa da Misericórdia of Lisbon.

> "A questão dos expostos, entre todas aquelas de que se ocupa a beneficência pública, é certamente uma das mais sérias e das mais árduas de resolver; nada é bom absolutamente, tudo é relativo, e varia segundo o ponto de vista e princípio em que cada um se coloca" (Rio Maior 1866: 1-2).

## Introdução

Desde 1783, por circular da Intendência Geral da Polícia, generalizaram-se as rodas dos expostos a todos os centros administrativos do reino. O abandono anónimo infantil constituía uma prática legal, à semelhança de outros Estados europeus, com destaque para o Sul católico, nomeadamente, Espanha, França e Itália[2]. Perante este panorama, ao longo do século XIX, as exposições aumentaram dramaticamente, acompanhadas pela elevada mortalidade dos menores entregues nestas instituições, bem como pelas suas más condições de vida e pela enorme despesa que a sua criação representava.

A partir de meados do século, as autoridades estatais e institucionais, intelectuais e políticos, iniciaram debates em torno do encerramento da roda dos expostos e da aplicação de um novo modelo assistencial e de acolhimento da infância abandonada. A administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), responsável pela criação dos expostos da capital, também expressou o seu posicionamento relativamente a este assunto público.

A promulgação do decreto de 1867 representou o corolário máximo do descontentamento face à hecatombe do abandono anónimo infantil. Apesar de ter sido revogado após pouco tempo, as medidas que propunha foram aplicadas um pouco por todo o país – as admissões passaram a ser controladas e ponderadas, os expositores tinham de se identificar e justificar o seu ato, os hospícios substituíram as rodas dos expostos e generalizou-se a concessão de subsídios de lactação. Foi em 1870 que a SCML encerrou a sua roda e adotou, localmente, o novo modelo de admissão.

O presente estudo visa analisar a evolução da política assistencial portuguesa face aos expostos ao longo do século XIX. Embora se inicie em 1783, com a

[2] Sobre o abandono infantil em Espanha vejam-se os estudos de Pérez Moreda (1996 (este último focando toda a Península Ibérica), 2005) e Revuelta Eugercios (2011), sobre França leia-se Fuchs (1984) e Jablonka (2010) e, por fim, relativamente a Itália, destaquem-se as investigações de Hunecke (1985) e Kertzer (1993).

generalização do abandono anónimo e, com ele, das rodas dos expostos, o nosso maior enfoque será a partir de meados de Oitocentos, altura em que o debate em torno do encerramento deste mecanismo se intensifica. Quais foram as críticas apresentadas? Que soluções foram propostas para um novo modelo? Como é que o poder político respondeu aos apelos de mudança e atuou?

É nosso objetivo principal, e partindo do panorama nacional, circunscrever à realidade lisboeta. Como se posicionou a SCML no debate em torno da viabilidade da roda dos expostos? Como respondeu ao decretado pelo poder central? Como se processou o encerramento da roda na capital e a aplicação do novo modelo[3]?

Para persecução do objetivo delineado, no que concerne ao contexto português, recorreu-se aos estudos historiográficos feitos até ao momento, à produção legislativa nacional, debates parlamentares, imprensa e a opúsculos de médicos e intelectuais. De forma a particularizar a realidade da capital, foi da maior importância a documentação contida no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sobretudo as atas da mesa administrativa e os seus relatórios anuais.

## O modelo assistencial face aos expostos da primeira metade do século XIX

Desde as *Ordenações Manuelinas* (1521) nas cidades, vilas ou lugares onde não existissem hospitais ou albergarias que criassem os expostos, a sua tutela recaia sobre as câmaras municipais. O financiamento da sua criação era feito à custa dos bens destas últimas e, quando insuficientes, recorria-se aos contribuintes pelo lançamento de fintas. Algumas misericórdias, a título voluntário, administravam a criação destes menores, sendo os custos suportados pelos municípios. Foi o que aconteceu no caso das cidades do Porto, de Coimbra e, no que diz respeito ao presente estudo, da cidade de Lisboa. Por contrato celebrado em 1635, a Misericórdia da capital passou a administrar a criação dos expostos (Sá 1992: 78).

---

[3] Não existem, até à data, estudos aprofundados sobre o abandono infantil na Lisboa Oitocentista. Não obstante, são frutíferas as investigações sobre esta prática noutras regiões do país. Destaque-se, a título de exemplo, os estudos sobre Alenquer (Reis 1993), Porto (Sá 1995), Viana do Castelo (Fonte 2004), Évora (Abreu 2005), Torres Novas (Cubeiro 2011), Lourinhã e Torres Vedras (Antunes 2015) ou Coimbra (Lopes 2013).

A referida lacuna justifica, em parte, a nossa opção por esta investigação. Some-se, por um lado, o facto de Lisboa ser a maior cidade portuguesa, com uma dimensão ímpar no contexto nacional. Na segunda metade do século XIX, atravessava um período de crescimento populacional e espacial (muito motivado por movimentos migratórios), ao mesmo tempo que a sua dinâmica urbana, económica e social se alterava. Por outro lado, a capital constituía uma exceção no quadro assistencial, sendo que esta Misericórdia foi, como veremos, a única a continuar a gerir a criação dos expostos após 1836, ao mesmo tempo que a sua administração era eleita pelo governo.

Em 1783, Pina Manique (1733-1805), chefe da Intendência Geral da Polícia, decretou que todos os centros administrativos deviam ter uma instituição de assistência aos expostos, com rodas[4]. Generalizou, assim, este mecanismo giratório que permitia abandonar a criança a qualquer hora do dia sem que o expositor fosse visto por quem se encontrava do outro lado da mesma. Previa-se a localização das Casas da Roda em sítios estrategicamente discretos, de fácil acesso e anunciando-se publicamente a sua morada (Ordem Circular da Intendência Geral da Polícia, de 24 de Maio de 1783: 150-152). O abandono passou-se a reger pelo silêncio, segredo e anonimato, não se penalizando ou tentando identificar os expositores[5].

Contudo, a ordem de proliferação destas instituições não foi cumprida em todo o reino. Na repreensão feita por circular de 1800, criticava-se

> "que todos os Juízes de Fora, e Ordinários da sua Comarca, de uns tempos a esta parte se acham esquecidos de suas obrigações (…) que recomendam o estabelecimento das Rodas dos Enjeitados, e a criação destes" (Ofício da Intendência da Polícia, de 5 de Junho de 1800: 152).

O modelo assistencial do início do século XIX apresentava ainda outros problemas estruturais, generalizados a todo o país. As misericórdias tinham elevados encargos com a administração dos expostos, pois nem sempre as câmaras municipais cumpriam a sua função. A falta de amas era constante, bem como os seus baixos e incertos salários. O abandono em rodas vizinhas proliferava tentando-se, através desta via, evitar o aumento dos impostos no concelho de onde a criança exposta era originária (Cubeiro 2011: 10).

Foi perante esta conjuntura que, por decreto de 19 de Setembro de 1836, Passos Manuel (1801-1862) uniformizou o serviço de assistência aos expostos. Deixou de existir a dualidade misericórdias/câmaras municipais, para a responsabilidade passar a recair, unicamente, nestas últimas. Cabia às juntas gerais de distrito determinar as contribuições municipais e a localização das rodas dos expostos. Impôs-se como exceção o caso lisboeta, onde a SCML

---

[4] A roda era um cilindro de madeira oco, que girava sobre um eixo, colocada na janela de um edifício e tendo uma única abertura. A criança era posta no interior da roda e o expositor devia tocar numa campainha, situada na parede, de forma a avisar a rodeira. Esta, no interior do edifício, rodava o cilindro, recolhia a criança e fornecia-lhe os primeiros cuidados de saúde (Sá 1992: 79).

[5] A generalização das Casas da Roda em Portugal no final do século XVIII surgiu com base numa política populacionista, acompanhando a tendência de outros Estados da Europa católica do Sul. Pretendia-se, desta forma, combater o elevado infanticídio, o aborto e o abandono de crianças em locais que não permitiam a sua salvação atempada, privando o país de indivíduos úteis para o seu progresso (Fonte 2004: 133). Segundo Teodoro da Fonte, antes de 1783 já existiam Casas da Roda nas cidades e vilas mais importantes, sobretudo, em associação às respetivas Misericórdias. Contudo, temendo um aumento excessivo do abandono infantil, muitos concelhos ainda não tinham procedido à sua implementação. Foi apenas a partir de 1783 que se oficializou a roda enquanto mecanismo de exposição anónima infantil (Fonte 2004: 134).

continuou a administrar a criação dos abandonados (Decreto de 19 de Setembro de 1836: 8)[6].

Não obstante a reforma de Passos Manuel, os problemas referidos anteriormente persistiram, sendo acompanhados por um grande aumento do abandono infantil. No caso dos expostos de Lisboa, a SCML reconhecia que a crescente aglomeração de menores na instituição afetava a sua qualidade de vida. No seu relatório de 1836, refere-se a falta de condições da Real Casa dos Expostos de Lisboa – por vezes, dormiam três a cinco crianças na mesma cama, estando quase todas afetadas por inflamações nos olhos ou com sarna. O espaço era pouco limpo, com falta de ar puro e sem zonas de recreio. É ainda referida a necessidade de vestuário, sobretudo, durante o Inverno, "de que tanto careciam, para a conservação da sua saúde" (AHSCML, Relatório… 1836: 2).

A concentração de expostos nesta instituição era agravada pela falta de amas. Na mesma fonte, refere-se que nela chegaram a estar reunidos 152 abandonados, havendo apenas 31 amas internas para os aleitar. O reduzido número destas funcionárias era justificado pelo atraso de cinco meses de salários. A falta de pagamento estendia-se também às amas externas não havendo, desta forma, quem criasse estes menores, aumentando a população na Real Casa dos Expostos de Lisboa e, consequentemente, "seguindo-se (…) uma espantosa e horrível mortandade dos inocentes" (AHSCML, Relatório… 1836: 2). A necessidade de amas prolongar-se-ia por toda a centúria, pelo que a SCML estava constantemente a pedir aos párocos para "que promovam a concorrência de amas de leite, que venham a esta Santa Casa buscar expostos, na certeza de pronto pagamento" (AHSCML, Ata… n.º 2, fl. 5-5v)[7].

O abandono infantil em rodas vizinhas também persistiu. A capital era constantemente confrontada com a afluência de abandonados de fora da cidade, prática que a SCML considerava abusiva. Neste sentido, pressionava o governo para fazer cumprir a generalização das rodas dos expostos e para castigar os administradores dos outros concelhos, impondo-lhes penas e, em casos de con-

---

[6] Em 1834, por falta de irmãos eleitores, a mesa da SCML solicitou ao governo que nomeasse os seus membros. Apesar de se pretender que esta situação fosse provisória, acabou por se prolongar no tempo. Tendo sido reformado o seu compromisso em 1851, a SCML passou a divergir das suas pares. A Irmandade deixou de integrar a sua administração, sendo a mesa administrativa e o provedor eleitos por nomeação régia. Desta forma, a SCML era, então, uma "misericórdia" apenas de nome, pois a sua orgânica já não se assemelhava à deste tipo de instituições (Lopes 2013: 20-21).

[7] A instituição chegou mesmo a solicitar um empréstimo para pagamento dos valores em atraso dos salários das amas procurando, por esta via, atrair um maior número de funcionárias (AHSCML, Correspondência, fl. 1). Na década de 1850, existiam entre 25 a 40 amas internas na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Não obstante, considerava-se que a probabilidade de sobrevivência dos menores na instituição era bastante baixa, preferindo-se o seu envio para amas residentes em zonas rurais, sobretudo dos concelhos da Figueira da Foz, Ourém e Batalha, "onde elas [as crianças] se identificam com as famílias das amas, e raras vezes dali regressam para a casa. (…) Muitos não recebem instrução alguma e são simples trabalhadores como os seus irmãos colaços; mas adquirem uma família" (AHSCML, Relatório… 1862: 9).

tinuidade, obrigando-os a pagar a criação destes menores. Este abuso era cometido, sobretudo, pelos concelhos próximos de Lisboa, como o caso ocorrido em 1853 em

> "que consta a esta mesa haver em Torres Vedras uma mulher paga e encarregada pela Misericórdia da mesma Vila de indagar aonde existem puérperas em circunstâncias de expor os filhos, para, mediante a quantia de 1 200 reis por cada um, os trazer à Roda desta Cidade" (AHSCML, Ata… n.º 2, fl.19v).

Reconhecendo as enormes proporções da prática de exposição, os abusos cometidos por outros concelhos e visando diminuir o abandono infantil, a Misericórdia de Lisboa procurou responsabilizar os pais dos abandonados, solicitando ao Patriarca que recomendasse aos párocos que, no confessionário e nas práticas da Quaresma,

> "fizessem sentir o grande pecado que cometiam os pais que enjeitavam filhos, tendo meios de criá-los e permitisse a colocação, em todas as freguesias, de caixas, que em quaisquer pessoas caritativas lançassem esmolas para os enjeitados, e mesmo os pais, que indevidamente tivessem enjeitado os filhos, depositassem a indemnização que entendessem ser por isso devida à Santa Casa" (AHSCML, Correspondência, fl. 2).

## Os debates em torno do encerramento da roda dos expostos

Perante a conjuntura apresentada, agudizou-se o sentimento face às crueldades vividas pelos expostos, ao mesmo tempo que a prática do abandono infantil proliferava. Vários foram aqueles que começaram a questionar a viabilidade deste mecanismo, nomeadamente, políticos, médicos e outros intelectuais, apresentando propostas de um novo modelo assistencial no que concerne ao abandono infantil.

No contexto do seu exílio em Paris, o médico Francisco de Assis e Sousa Vaz (1797-1870), pôde observar os resultados da passagem da roda dos expostos enquanto mecanismo de abandono anónimo para a roda vigiada, o que o levou a concluir que a primeira alimentava a prática da exposição. A forma como estes menores eram tratados até chegarem às Casas da Roda, nestas instituições e a cargo das amas era considerada, pelo médico, uma barbárie, um verdadeiro infanticídio (Vaz 1843: 56).

Outro médico que questionou a viabilidade da roda dos expostos foi Thomaz de Carvalho (1819-1897). Enquanto encarregado da direção da enfermaria de Santa Bárbara do Hospital de São José, em Lisboa, presenciou e concluiu que, das grávidas que aí tiveram os seus filhos, muito poucas os levaram consigo à saída, sendo a maioria destes enviados para a Real Casa dos Expostos da SCML,

sobretudo, devido à miséria ou vergonha da mãe. Assim, Thomaz de Carvalho considerava que a roda era um "açougue de crianças", que incentivava à desmoralização, ao vício e que punha fim ao conceito tradicional de família (Carvalho 1853: 557). Neste contexto, propôs, tal como já havia sido aplicado no mesmo hospital, que "as mulheres conservassem os filhos durante oito a dez dias, que é o tempo que elas demoram no hospital depois do parto", desenvolvendo, desta forma, laços de afeto e dificultando a separação (Carvalho 1853: 568). A esta medida somava a necessidade de uma estrutura combinada entre as admissões ponderadas e a concessão de subsídios de lactação.

Os deputados António Luiz de Souza Henriques Secco (1822-1892) e José Moraes Pinto d'Almeida (s.d.) também consideravam o abandono infantil "um grande cancro que corroí as entranhas das sociedades civis" (AHAR, Câmara dos Senhores Deputados, 1855 – n.º 13: 226). Em 1855, apresentaram à Câmara dos Senhores Deputados um projeto-lei propondo o encerramento das rodas dos expostos e a sua substituição por hospícios nas capitais de distrito. Consideravam ainda uma mais-valia a atribuição de subsídios de lactação, cujos efeitos positivos já eram conhecidos por todo o país (AHAR, Câmara dos Senhores Deputados, 1855 – n.º 13: 225-228).

No seio administrativo da SCML, o adjunto do provedor da instituição, António Figueira e Sousa (1836-1891), 4.º Conde e 1.º Marquês de Rio Maior, redigiu vários opúsculos sobre o forte aumento das exposições e as soluções a adotar. Evidenciou a falta de verba da instituição, criticando que a Câmara Municipal de Lisboa não cumpria a sua responsabilidade para com a criação dos expostos e no auxílio às mães pela concessão de subsídios de lactação. Apontava ainda que as autoridades administrativas não levavam a cabo as devidas intimações parentais. Cria na existêbcia de uma estrutura combinada, conciliando os subsídios com a fiscalização, pois "fechada a roda *simplesmente*, a exposição, em lugar de ser feita em S. Roque, há de exercer-se às portas das igrejas, nas ruas ou nas praças públicas" (Rio Maior 1869: 35).

Grosso modo, a solução apresentada pelos médicos, deputados e intelectuais referidos anteriormente não passava pelo encerramento da roda enquanto instituição – a Casa da Roda –, pois como afirmava o Conde de Rio Maior, não existia em Portugal uma caridade privada (Rio Maior 1866: VII). Propunham, sim, o encerramento da roda enquanto mecanismo giratório de abandono anónimo. A instituição deveria persistir, mas alterando-se o modelo de admissão e criando-se uma estrutura combinada, assente em três pilares – admissões ponderadas e controladas; policiamento das zonas públicas e dos espaços em torno das instituições; e, por fim, generalização dos subsídios de lactação, permitindo às mães manter os seus filhos.

Por contraponto ao posicionamento contra a roda dos expostos, impõe-se um seu apoiante, o estudante de medicina Manuel Caetano da Cunha (s.d.). Na

sua tese final do curso médico-cirúrgico defendeu que a roda permitia a sobrevivência de muitas crianças, pois era uma alternativa ao infanticídio e ao aborto. Comparava este mecanismo "como a mão caridosa da sociedade com que encobre a vergonha de uma fragilidade honesta, ou evita uma grande miséria que arrojaria ao túmulo a mãe e filhinho conjuntamente" (Cunha 1873: 39). Apesar de não concordar com a supressão das rodas dos expostos, tinha consciência da necessidade de reforma do modelo vigente, sobretudo, nos setores da alimentação e educação.

Efetivamente, no final da década de 1850, algumas câmaras municipais começaram a revelar uma mudança de atitude face à legalidade do abandono anónimo nas rodas dos expostos. Tal é-nos transmitido pelo discurso do deputado António Vidal Silveira (1808-1879), que evidencia uma maior vigilância, fiscalização e tentativa de responsabilização parental da parte das autoridades municipais – "em vários concelhos os administradores por meios honestos e sem devassar o seio das famílias, sem vexar nem envergonhar pessoas honestas, faziam educar os filhos ilegítimos pelos seus pais ou mães" (AHAR, Câmara dos Senhores Deputados, 1858 – n.º 2: 45). Em Lisboa, as atas da SCML também faziam transparecer esta tendência, apoiando-se a instituição nas autoridades policiais para descobrir quem eram os expositores e se a sua pobreza era comprovada (AHSCML, Ata… n.º 3, fl. 20v).

O combate às rodas oficializou-se em 1862, com a intervenção do governo no debate público pela nomeação de uma comissão para estudar o problema do serviço de expostos. Esta considerava que a roda era uma instituição moderna, mas que, no entanto, as suas competências foram alargadas, "tornando-se num convite público aos pais que quisessem desembaraçar-se dos filhos", gerando abusos provocados, sobretudo, pela miséria ([anexo ao] Decreto de 21 de Novembro 1867: 892). Assim, a comissão tinha como função formular soluções para uma diminuição das exposições, dos encargos que representava a criação destes menores, bem como para a sua elevada mortalidade (sem que tal tivesse, por contraponto, um aumento dos infanticídios).

> "No ano económico de 1861/62 haviam sido enjeitadas em Portugal 16.429 crianças, no ano seguinte 15.536, a que se acrescentavam os 37.167 expostos com menos de sete anos. Os abandonos correspondiam a um por cada oito nascimentos e a despesa nacional com o sistema da roda ultrapassava os 390 milhões de réis, sendo 70% pagos pelos municípios e 30% pela Misericórdia de Lisboa, distrito onde os expostos atingiram 32% do total" (Lopes 2016: 4).

Foram propostas três soluções estruturantes para a nova política, que consideravam não poder ser fundada numa rutura violenta, mas sim numa transição:

1. Substituição das rodas dos expostos por hospícios distritais de admissão justificada, ponderada e controlada[8].
2. Reforço da declaração de gravidez de mulheres não recatadas[9].
3. Generalização da concessão de subsídios de lactação mediante pobreza comprovada. Este apoio não teria os resultados desejados se não houvesse uma restrição das exposições ([anexo ao] Decreto de 21 de Novembro 1867: 890-899)[10].

No relatório da SCML do mesmo ano é referido que "a nossa voz e os clamores de todas as juntas gerais de distrito foram enfim escutados, e que o governo de Sua Majestade dá presentemente a tão grave questão a importância que ela tem". Caberia à mesa administrativa da SCML "prestar à comissão ( … ) todos os esclarecimentos de que possa dispor, como também apresentar algumas reflexões sobre a matéria, sugeridas pela apreciação dos factos que ela diariamente presenceia" (AHSCML, Relatório… 1862: 4).

A SCML cria que as elevadas exposições não se deviam à miséria, mas sim à própria roda dos expostos "que não só promove cada vez mais o abandono das crianças, mas até parece desculpá-lo, incutindo a ideia de que em semelhante ato nada há de repreensível, visto que a sociedade o aceita com indiferença" (AHSCML, Relatório… 1862: 4). Apoiava o encerramento deste mecanismo, recebendo-se os menores apenas durante o dia, acompanhados de um atestado passado pela autoridade administrativa que confirmava se a criança era ilegítima, de mãe residente em Lisboa e que não a podia manter consigo. Só mediante esta confirmação do poder local, poderia dar entrada na instituição (AHSCML, Relatório… 1862: 5).

Por sua vez, o socorro às mães pobres pela concessão de subsídios de lactação, era perspetivado como uma prática aceite e recomendada, uma consequência necessária do encerramento da roda dos expostos. Não deveriam, contudo, coexistir os dois sistemas – roda e lactações -, como até então vigorava, pois dessa forma não diminuíam as exposições (AHSCML, Relatório… 1862: 5).

---

[8] O sistema de controlo anterior à admissão foi colocado em prática no distrito de Lisboa, excluindo na capital, demonstrando bons resultados. Por sua vez, desde 1865, a investigação posterior à admissão foi aplicada no Porto. A comissão inclinava-se para o primeiro modelo, seguido pelo distrito de Lisboa, que considerava ser mais fácil e rigoroso ([anexo ao] Decreto de 21 de Novembro de 1867: 896).

[9] Esta medida remonta às *Ordenações Filipinas*, tendo sido reforçada por Alvará de 1806. Contudo, segundo Maria Antónia Lopes, só começou a ser aplicada de forma consistente pelas autoridades em meados do século XIX (Lopes 2016: 1-2).

[10] Os subsídios de lactação, instituídos na segunda metade do século XIX, consistiam em prestações pagas às mães solteiras durante os meses de amamentação da criança, altura em que necessitavam de se alimentar melhor e em que tinham a sua capacidade laboral reduzida, permitindo-lhes assim pagar o serviço de uma ama. Na SCML a concessão deste tipo de auxílios aumentou a partir da década de 1850, sendo concedidos não só a mães, mas também a pais e outras pessoas do agregado familiar.

Para além das medidas conducentes ao fim do abandono anónimo e à concessão de pensões, a SCML considerava imprescindível aliar uma estrita fiscalização da Real Casa dos Expostos de Lisboa, entregando esta função a pessoas habilitadas, nomeadamente, às autoridades administrativas locais. Reconhecendo a exigência deste tipo de função, contrapunha com a necessidade de aumento do salário destes funcionários (AHSCML, Relatório … 1862: 5).

Acompanhando a tendência nacional de combate à exposição, a SCML começou a aplicar medidas particulares que considerou bem-sucedidas. Até ao início da década de 60, oferecia-se às parturientes da enfermaria de Santa Bárbara a condução da criança para a Real Casa dos Expostos de Lisboa, por conta do hospital, caso assim o quisessem. A partir de 1862, estas passaram a ser obrigadas a amamentar os seus filhos, levando-os consigo após o internamento. "Algumas, quando saem, efetuam provavelmente o abandono, mas outras haverá que já não enjeitem o filho começando a criar, e sobretudo cessou o escândalo de ser a exposição promovida por um estabelecimento de beneficência pública" (AHSCML, Relatório… 1863: 5).

## O gradual encerramento das rodas dos expostos e o fim (legal) do abandono anónimo

As medidas propostas pela comissão (e defendidas pela Misericórdia de Lisboa) viriam a ganhar forma no decreto de 21 de Novembro de 1867, que aboliu o caráter legal do abandono anónimo em Portugal e, com ele, as rodas dos expostos. A ideia central passava pela responsabilização parental ou de outros familiares da criança.

Em linhas gerais, as rodas dos expostos foram substituídas por hospícios, cabendo às juntas gerais de distrito designar as localidades do seu estabelecimento. Os hospícios dividiam-se em quatro secções: crianças expostas, abandonadas e indigentes; criação paga pelos pais ou outro parente; creches; e, enfermarias de maternidade. Quanto às primeiras, o nosso objeto de estudo, determinou-se recolher crianças: expostas em locais públicos e enviadas pela autoridade administrativa ou pela polícia; cujos pais desapareceram; filhas de pobres, presos, condenados a prisão ou degredo, com doença grave ou idade avançada; órfãs desamparadas; e, por fim, gémeas, tendo obrigatoriamente a mãe de criar um dos filhos (Decreto de 21 de Novembro de 1867: 880-883).

Relativamente às mulheres grávidas recatadas, manteve-se a possibilidade de entrega confidencial dos filhos ilegítimos, durante o período de lactação. Os menores de pais incógnitos podiam ainda ser levados para a instituição por pessoas estranhas, ficando o expositor civil e criminalmente responsável pelas declarações prestadas (Decreto de 21 de Novembro de 1867: 883).

Já os subsídios de lactação, concedidos a mulheres desamparadas ou pobres, deviam ser requeridos pela pessoa interessada, cabendo às juntas gerais de distrito determinar as pensões a ser concedidas (Decreto de 21 de Novembro de 1867: 884).

Por fim, refira-se que, no que diz respeito à cidade de Lisboa, nomeadamente, à Real Casa dos Expostos da sua misericórdia, o decreto de 1867 determinou que "a supressão porém da *roda* deste estabelecimento dependerá de ulterior decreto do governo" (Decreto de 21 de Novembro de 1867: 885).

O decreto de 1867 foi revogado a 14 de Janeiro do ano seguinte, no contexto da Janeirinha, "não podendo por isso subsistir aquele regulamento, até porque estão as suas prescrições em desacordo com a legislação administrativa e penal vigente" (Decreto de 14 de Janeiro de 1868: 92). Porém, dada a insustentabilidade de manutenção do modelo assistencial vigente, as juntas gerais de distrito iniciaram a reestruturação um pouco por todo o país, aplicando as medidas propostas. Assim,

> "a supressão das Rodas foi gradual: em Aveiro, Porto Leiria e concelhos rurais de Lisboa ainda na década de 60, (…) em Coimbra em 1872, em Évora em 1873, em Viseu em 1874… Portugal, uma vez mais, não está isolado. O movimento de extinção das Rodas na Europa situa-se entre 1850 e 1880" (Lopes 2002: 17).

Na capital, o abandono anónimo crescia, em parte, dado o encerramento de outras rodas dos expostos do reino, sobretudo, das mais próximas de Lisboa. No ano económico de 1850-1851 a Real Casa dos Expostos de Lisboa recebeu 2401 crianças abandonadas. Ano após ano, este valor cresceu, chegando aos 2901 menores em 1869-1870 (AHSCML, Relatório… 1871: 3).

Em Agosto de 1870 uma nova mesa administrativa tomou posse na SCML. Numa consulta, criticava a exposição de menores vindos de outros concelhos, a entrada de crianças crescidas na roda dos expostos e, ainda, a possibilidade de abandono a qualquer hora do dia. Propunha que a roda, posicionada na fachada da instituição, virada para a rua e de fácil acesso, transitasse para o seu interior. Colocava ainda a hipótese de restrição dos abandonos ao período diurno, ficando no local de receção um empregado, responsável por evitar a exposição de crianças crescidas e por apontar as declarações das recoveiras, nomeadamente, possíveis filiações (SCML 1998:125).

As medidas anteriores foram autorizadas por portaria de 13 de Setembro e a roda dos expostos da capital viria a ser encerrada a 1 de Dezembro de 1870 findando, com a sua supressão, a legalidade do abandono anónimo infantil em Lisboa. A mudança foi levada a cabo "sem quase contratempos" (AHSCML, Relatório…. 1871: 3). Três dias depois, foram aprovadas as instruções regulamentares para a vigilância e policiamento em torno e na instituição. A admissão

de crianças passou a ser feita durante o dia, numa sala específica para este processo onde se encontrava o fiscal da roda, cargo instituído pelas referidas instruções. Este funcionário redigia o registo de entrada do menor, fazia o inquérito às recoveiras ou outro apresentante, colocava o colar provisório no novo tutelado e entregava-o à rodeira, que lhe fornecia os primeiros cuidados ao entrar na instituição (SCML 1998: 125).

A notícia sintética publicada no *Diário de Notícias* relativa a este acontecimento foi remetida para a segunda página do jornal. O que, na realidade, faz ressaltar é uma manifestação de desagrado pelo encerramento da roda dos expostos, materializada no relato de um caso de infanticídio:

> "ontem apareceu uma criança recém-nascida exposta à porta da escada n.º 129 da rua da Atalaia, [sic] lançado ali, já de dia, o cadáver. Estava de mãos postas e amortalhado nuns trapos-brancos; era muito claro, e não apresentava sinais de violência. A autoridade fez levantar os autos respectivos, e mandou remover o cadáver para se lhe dar sepultura" (Diário de Notícias 1870).

Relativamente a este tipo de situações, a SCML pretendia

> "investigar as causas dos abandonos, examinando o direito com que eles se praticavam e acudindo eficazmente com o subsídio às mães, quando a miséria os legitimasse. (…) O escândalo da exposição pública no largo de S. Roque tinha cessado." (AHSCML, Relatório… 1871: 7).

Porém, nesta fase inicial, nem sempre as investigações para identificação parental foram frutíferas. Frequentemente, as recoveiras prestavam falsas declarações quanto à legitimidade das crianças, filiação e residência dos pais. Chegavam mesmo a levar para a SCML abandonados de fora da capital. Devido a estes abusos, a instituição passou a exigir às recoveiras um documento comprovativo da sua identidade, responsabilizando-as pelas declarações prestadas (AHSCML, Relatório… 1871: 7).

Após um inquérito feito às mães, a SCML concluiu que o motivo subjacente a muitos dos abandonos não residia no vício ou na miséria, mas sim nos embaraços maternos durante o período de lactação. Como tal, visando ainda contrariar o elevado abandono e apelando à responsabilização parental, começou por não estabelecer um regulamento para a concessão dos subsídios, mas apenas breves instruções. Estes poderiam ser atribuídos a: crianças reclamadas no período de um ano; filhos de pais indigentes gémeos menores de um ano; crianças cuja mãe tinha falecido durante a lactação e o pai já não existia ou estivesse impossibilitado de pagar a uma ama; filhos de pais pobres cuja mãe tinha sido abandonada pelo marido ou cujo pai não conseguia sustentar a sua criação; menores cujo pai estivesse preso, sendo a mãe pobre; e, por fim, filhos de mães pobres estando

o pai degredado. Era-lhes concedido mensalmente 1$600 réis pelo peródo de pum ano, tendo ainda acesso a cuidados médicos e farmacêuticos domiciliários (AHSCML, Ata… n.º 7, fl. 124; Relatório… 1871: 8 e 11).

Assim, o encerramento da roda dos expostos fez diminuir quase de imediato o número de abandonos na Real Casa dos Expostos de Lisboa, os quais passaram a representar apenas cerca de 10% do valor médio do período anterior. No ano económico de 1871-1872 foram deixadas na instituição 780 crianças, valor que decresce até ao final do século, alcançando os 260 menores em 1899-1900 (AHSCML, Relatório… 1870-1900).

Não obstante, na década de 1870, a SCML criticava que o número de expostos se mantinha elevado. Apesar das inquirições no ato de admissão, tudo apontava para a continuidade do abandono de crianças procedentes dos concelhos limítrofes a Lisboa. Reconhecendo a dificuldade em averiguar a veracidade desta teoria, em 1871, a instituição regulamentou que as recoveiras tinham de apresentar um comprovativo de residência das mães na capital nos nove meses antecedentes ao parto, de forma a poderem concorrer à admissão (AHSCML, Relatório… 1871: 8).

Para incentivar a recuperação parental, em Fevereiro de 1872, a mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa decidiu oferecer às mães que recuperassem os seus filhos (entre um e dois anos de idade), entrados desde o momento do encerramento da roda dos expostos, a mensalidade de 1$000 réis pelo período de um ano. Alguns meses mais tarde, em Agosto, esta medida foi ampliada aos abandonados até três anos, passando-se a conceder uma gratificação de 9$000 réis, por uma vez somente. A SCML cria que este apoio não representava uma maior despesa, mas sim uma economia, pois caso tivesse de pagar este serviço a uma ama o encargo estender-se-ia por dez anos (AHSCML, Ata… nº 9: 61 e 101; Relatório… 1872: 10).

No mesmo ano, a SCML aplicou medidas que pretendiam acabar com os resquícios de abandono em locais públicos. Neste sentido, "começou por pedir a continuação mais eficaz do auxílio policial" (AHSCML, Relatório… 1872: 6). A mesa administrativa da misericórdia propôs ao governador civil de Lisboa a concessão de prémios de 20$000 réis, "a quem auxiliando a autoridade revelasse à polícia os culpados autores de tais delitos. (…) E na verdade a experiência não foi estéril, porque os abandonos não aumentaram". Por contraponto à diminuição do abandono infantil, a SCML revela não ter aumentado o infanticídio e o aborto (AHSCML, Relatório… 1872: 11)[11].

[11] A SCML reconhecia a dificuldade de atuação dos agentes de autoridade dada a inexistência de um registo civil dos nascimentos (AHSCML, Relatório… 1872: 7).

Outra das preocupações desta instituição, passou por estabelecer um modelo de fiscalização das amas elaborando, para este efeito, o *Regulamento para o Serviço de Inspecções*.

> "Considerando a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que grande parte dos expostos sob sua tutela não recebe das amas o conveniente tratamento e educação, como por vezes tem subido ao seu conhecimento por denúncias e queixas, confirmadas posteriormente pelas informações colhidas das autoridades administrativas" (AHSCML, Regulamento… 1873: 3).

Mais tarde, em 1886, a instituição cria o *Regulamento da Real Casa dos Expostos*. Não se trata de um regulamento sobre o modelo de admissão e/ou acolhimento dos abandonados, mas sim sobre o funcionamento da instituição. Incluí o tipo de funcionários, o seu número e funções (algumas das quais relacionadas com os expostos), bem como algumas disposições gerais. É nestas últimas que se incluem normas de criação dos expostos, nomeadamente, relacionadas com: a sua colocação em bons mestres de ofícios; a entrega de expostas a pessoas de boa moral e conduta para aprendizagem; as emancipações; e, por fim, as normativas em caso de doença (AHSCML, Regulamento… 1886: 44).

No contexto nacional foi apenas em 1888 que se uniformizou e regulamentou a assistência aos expostos, impondo-se o novo modelo a todo o território. "Após um período de indefinições e ambiguidades legislativas" foi aprovado o *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*. Nos hospícios podiam ser admitidas crianças: filhas de pais incógnitos que as desampararam; cujos pais haviam desaparecido; que não pudessem ser criadas pelos pais (por morte, prisão, degredo, idade avançada ou doença grave) ou por outro parente (Fonte 2011: 5; Lopes 2016(b): 3).

A administração destes menores ficou a cargo das câmaras municipais até aos sete anos, peródo em que ficavam junto de amas, transitando, a partir de então, para as juntas gerais de distrito. Previa-se que, até aos doze anos, frequentassem asilos-escola (criados pelos municípios em cada sede de concelho), dotados de oficinas próprias para a aprendizagem de ofícios segundo as apetências de género. A responsabilidade das referidas juntas só cessava quando atingiam os dezoito anos, altura em que os expostos se emancipavam (Cubeiro 2011: 12; Fonte 2011: 5; Lopes 2016: 15).

Relativamente aos subsídios de lactação, estipulou-se a duração máxima de doze meses (extensível a dezoito/vinte e quatro por doença). Caso os pais fossem indigentes, viúvos pobres ou perante invalidez do filho, após os sete anos, podiam pedir o internamento da criança, mediante autorização da junta geral de distrito (Cubeiro 2011: 12; Lopes 2016 :15).

Contudo, por dois decretos de 1892 e após fortes críticas, as juntas gerais de distrito foram extintas passando "para o Estado e para as câmaras municipais as res-

petivas atribuições" e sendo substituídas por comissões distritais. Neste contexto, foi anulada a obrigatoriedade municipal de criação de asilos-escola e a tutela das crianças maiores de sete anos (e até aos dezoito anos ou até poderem desempenhar uma função remunerada) retomou aos municípios (Fonte 2004: 198-199, 2011: 5-6). "Com efeito, as Câmaras Municipais voltaram a reassumir integralmente o processo de criação (…) com a contrapartida de um subsídio do Estado, proporcional ao número de menores que para elas fossem transferidos". Este sistema só se revelou viável, pois o número de expostos apresentava uma tendência decrescente (Fonte 2011: 6)[12].

Não obstante o encerramento da roda dos expostos na capital, a nova regulamentação e a diminuição do abandono infantil, em inícios do século XX a Misericórdia de Lisboa continuava-se a queixar do excessivo número de crianças à sua tutela. Em 1908, menciona-se o "avultado número de expostos menores de 14 anos que se encontram no edifício (…) faltando acomodações próprias para eles dormirem" (AHSCML, Ata… nº 17, fl. 176-176v). Em parte, por este motivo, em 1910 foi elevado o vencimento das amas de leite, uma vez que eram entregues na instituição bastantes crianças em idade de amamentação (AHSCML, Ata… n.º 17, fl. 283-283v).

Apesar da diminuição, no ano económico de 1900-1901 a Misericórdia de Lisboa tinha à sua tutela 2573 crianças, 237 das quais entradas nesse ano. O decréscimo do total da população e das entradas na instituição, contrasta com a concessão de subsídios de lactação, sendo que nesse ano foram atribuídas 4962 pensões (AHSCML, Relatório… 1902).

## Conclusão

Oitocentos foi o século da criança, pautado por uma crescente consciencialização da sua importância para o Estado, que a perspetivou como o progresso da Nação, mas também para a família, visando a sua responsabilização e a permanência dos menores junto desta. Este novo ascendente foi igualmente extensível a um grupo particular de crianças – os expostos. Desta forma se justifica, desde o final do século XVIII e ao longo do século XIX, a intervenção do Estado na assistência aos expostos, inicialmente, tentando combater o infanticídio e, mais tarde, o próprio abandono infantil.

O modelo vigente durante as primeiras 60 décadas de Oitocentos, assente na legalidade da exposição anónima, levou a abusos desta prática e consequentes reflexos na qualidade de vida destes menores. O debate público tornou-o evidente, demonstrando a necessidade de mudança desde meados do século. As soluções

[12] Quanto aos subsídios de lactação, estes passaram a ser pagos trimestralmente às amas, após inspeção (Fonte 2011: 6).

então propostas por médios, políticos e intelectuais, apoiadas pela própria Misericórdia de Lisboa, viriam, em 1867, a contar com a intervenção governamental nesta calamidade pública. O encerramento da roda dos expostos e, com ele, do caráter legal que o abandono anónimo tinha tido até então, visava "tornar o processo de admissão mais transparente, evitando os sucessivos abusos e irregularidades, sem que daí resultassem os esperados ganhos populacionais" (Fonte 2011: 2-3). O mote foi a responsabilização parental. Só mediante a ausência de recursos dos pais interviria a sociedade, passando a representar um encargo da comunidade.

Os reflexos desta transição foram notórios na capital – uma grande diminuição do número de crianças entregues na Real Casa dos Expostos de Lisboa, contrastando com um aumento do número de subsídios de lactação concedidos e não havendo, por contraponto, um acréscimo dos infanticídios. Tal transmite-nos uma crescente consciencialização do abuso face ao mecanismo da roda dos expostos, bem como uma preocupação para com a manutenção dos menores no seu seio familiar.

Para além da SCML ter aplicado o modelo tendencialmente seguido no reino, procurou ainda adaptar as suas medidas à realidade da grande capital, levando a cabo alguns particularismos como são exemplo o pagamento a polícias para descoberta dos pais expositores ou a regulamentação das fiscalizações. Efetivamente, esta instituição demonstrava não só uma grande preocupação na diminuição do abandono, como também no acompanhamento e bom tratamento daqueles que se encontravam à sua tutela, importando a sua criação, alimentação, educação, … em suma, o seu bem-estar e integração social.

Não obstante, alguns elementos do antigo modelo de assistência aos expostos persistiram. Por exemplo, mesmo após o encerramento da roda dos expostos na capital continuou-se a utilizar a denominação Real Casa dos Expostos de Lisboa ou Hospital dos Expostos, mantendo o local onde os mesmos eram entregues o nome de "roda". Também estas crianças levariam para sempre consigo a nomenclatura "exposto".

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas


Arquivo Histórico da Assembleia da República [AHAR]

Debates parlamentares da Câmara dos Senhores Deputados (disponíveis em http://debates.parlamento.pt/?pid=mc) – 1855 (ata n.º 13) e 1858 (ata n.º 2).

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [AHSCML]

Fundo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção Criação dos Expostos (CE)

Correspondência, Cx. 13, Mç. 13, Proc. 1, 11 de Setembro de 1853.

Livros de atas da mesa da administração n.º 2 (1853), 3 (1853), 9 (1871-1873) e 17 (1904-1910).

Relatórios da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1836-1910.

## Fontes impressas

(1870). "Decreto de 14 de Janeiro de 1868", Collecção Official da Legislação Portugueza. Anno de 1869. Lisboa: Imprensa Nacional.

(1837). "Decreto de 19 de Setembro de 1836", Collecção de Leis e de Decretos e outras Providencias Regulamentares, desde 16 até 30 de Setembro. Lisboa: Imprensa Nacional.

(1868). "Decreto de 21 de Novembro de 1867", Collecção Official de Legislação Portugueza, anno de 1867. Lisboa: Imprensa Nacional.

CUNHA, Manuel Caetano da (1873). Breves considerações sobre as rodas dos expostos. Porto: Typographia Franceza e Nacional.

(1862). "Ofício da Intendência Geral da Polícia, de 5 de Junho de 1800", Resoluções do Conselho de Estado na secção do contencioso administrativo, coligidas e explicadas por José Silvestre Ribeiro, Tomo X. Lisboa: Imprensa Nacional.

(1862). "Ordem Circular da Intendência Geral da Polícia, de 24 de Maio de 1783", Resoluções do Conselho de Estado na secção do contencioso administrativo, coligidas e explicadas por José Silvestre Ribeiro, Tomo X. Lisboa: Imprensa Nacional.

RIO MAIOR, Conde de (1869). As finanças e a mortalidade dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional.

RIO MAIOR, Conde de (1866). Uma opinião sobre os expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (1886). Regulamento da Real Casa dos Expostos, Lisboa. Lisboa: Imprensa Democrática.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (1873). Regulamento para o Serviço de Inspecções. Lisboa: Typographia do Futuro.

VAZ, Francisco de Assis (1843). Algumas considerações sobre expostos: fragmento da obra do barão de Gerando. Trad. F. D'Assis e Souza Vaz. Porto: Typ. da Revista.

## Periódicos

Diário de Notícias, 6º Ano, Nº 1 772, 3 de Dezembro de 1870.

CARVALHO, Thomaz (1853). "Abaixo a roda dos expostos", Revista Universal Lisbonense, 46-48, 543-546, 555-557 e 567-568.

## Estudos

ABREU, Laurinda (2005). "Un destin exceptionnel: les enfants abandonnés au travail (Évora, 1650- 1837)", Annales de Démographie Historique, 2, 165-183.

ANTUNES, José Damas (2015). Os Expostos da Roda de Lisboa. Percursos de vida na Lourinhã e em Torres Vedras. Séculos XVII-XIX. Lisboa: Edições Colibri.

CUBEIRO, Tiago (2011). A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910). Coimbra: FL-UC.

FONTE, Teodoro (2004). No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924). Braga: ICS-UM.

FONTE, Teodoro (2011). "República, assistência e protecção social de menores em perigo moral", Estudos Regionais, II Série, 4. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 173-185 (disponível em http://www.ghp.ics.uminho.pt).

FUCHS, Rachel (1984). Foundlings and child welfare in nineteenth century France. Albany: State *University* of New York Press.

HUNECKE, Volker (1985). "Les Enfants Trouvés: Contexte Européen et Cas Milanais (XVIII-XIX siècles)", Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine, 32, 3-29.

JABLONKA, Ivan (2010). Les enfants de la République. L'integration des jeunes de 1789 à nos jours. Paris : Éditions du Seuil.

KERTZER, David (1993). Sacrified for Honor. Italian Infant Abandonment and the Politics of Reproductive Control. Boston: Beacon Press.

LOPES, Maria Antónia (2016-b). "Assistência à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)", Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT, 173-191 (disponível em https://www.academia.edu/).

LOPES, Maria Antónia (2002). "Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu", Revista de História da Sociedade e da Cultura, 2, 155-184 (disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25021).

LOPES, Maria Antónia (2016). "Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonos no distrito de Coimbra, 1850-1890", Do silêncio à ribalta. Os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX). S.l.: Lab2PT, 37-54 (disponível em https://www.academia.edu/).

LOPES, Maria Antónia (2013). "Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)", Estudos do Século XX, 13, 257-280 (disponível em https://www.academia.edu/).

PÉREZ MOREDA, Vicente coord. (1995). Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso de ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica), vol. 3. Porto: Edições Afrontamento.

PÉREZ MOREDA, Vicente (2005). "La infância abandonada en España (siglos XVI-XX). Discurso de ingresso en la Real Academia de la Historia (8 de mayo de 2005)", Mensajeros de la paz. Madrid, 14.

REIS, Maria José (1993). Crianças abandonadas e expostas no Concelho de Alenquer (1866-1871). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

REVUELTA EUGERCIOS, Bárbara (2011). Los usos de la inclusa de Madrid, mortalidade y retorno a princípios del siglo XX (1890-1935). Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

SÁ, Isabel dos Guimarães (1995). A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII. Lisboa: F.C.G. e JNICT.

SÁ, Isabel dos Guimarães (1992). "Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas", Penélope, 8, 75-89.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (1998). Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: SCML.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_10

# O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos

## *The 1878 Portuguese-British treaty: history of a technodiplomatic accord in three acts*

Hugo Silveira Pereira

Centro Interuniversitário de História da Ciência e da Tecnologia
(Universidade Nova de Lisboa)
Institute of Railway Studies
(University of York)
Financiado por Fundos Nacionais Ref.ª SFRH/BPD/95212/2013
hugojose.pereira@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 02/03/2017

**Resumo:** Em 1872 um diferendo alfandegário na Índia entre Portugal e Inglaterra dava início a um processo negocial que culminou na assinatura de um tratado entre aqueles dois países para regular as suas relações naquela parte do mundo. A discussão, que foi alargada a outros aspetos que não apenas os aduaneiros, desde cedo exibiu um grande distanciamento de posições no que respeitava à inclusão de um compromisso para construir um caminho-de-ferro desde o porto de Mormugão em Goa até ao coração da Índia Britânica, desejado por Portugal, mas rejeitado por Inglaterra. Neste artigo iremos analisar este processo diplomático sob o ponto de vista do conceito de tecnodiplomacia. Pretendemos demonstrar que o sublime técnico inerente aos caminhos-de-ferro influenciou indelevelmente a negociação, com consequências sobre a aplicação do tratado na Índia Portuguesa, e assim contribuir para o debate sobre a importância fundamental da tecnologia como elemento cultural da sociedade portuguesa de Oitocentos.

**Palavras-chave:** Índia Portuguesa, Mormugão, História da Tecnologia, tecnodiplomacia, sublime técnico.

**Abstract:** In 1872 a dispute between Portugal and Britain in India regarding a customs nuisance paved the way for a negotiation that culminated in the signature of a treaty between those two nations for the regulation of their relations in that part of the world. In the discussion (broadened to other issues besides customs), a railway from Goa to the heart of British India became involved, but it rapidly became obvious that that commitment was as heartily sought by Portugal, as it was rejected by Britain. In this paper we aim to analyse this diplomatic process under the scope of technodiplomacy. We aim to show that the technical sublime inherent to railways deeply influenced the negotiation and the ulterior application of the treaty in Portuguese India. We hope to contribute to the debate about the fundamental cultural importance of technology in the Portuguese society of the late 19th-century.

**Keywords:** Portuguese India, Mormugão, History of Technology, technodiplomacy, technical sublime.

## Preâmbulo: contexto, objeto de estudo e metodologia

Em 26.12.1878 os plenipotenciários portugueses e britânicos, Andrade Corvo e Robert Morier, assinavam em nome dos respetivos monarcas um tratado de comércio e extradição para regular as relações entre as possessões dos dois países na Índia.

O acordo, que resultava de um processo negocial iniciado seis anos antes, incidia sobre três grandes questões: a criação de uma união aduaneira, a salicultura luso-indiana e a construção de um caminho-de-ferro entre o porto de Mormugão em Goa e a Índia Britânica.

Este último ponto foi o que mereceu maior interesse do lado português da negociação, apesar de servir apenas um dos três enclaves que Portugal possuía na Índia. Era, de acordo com o negociador na Índia, Duarte Gustavo Nogueira Soares,

> a principal vantagem, que podiamos auferir do tratado, [...] uma estipulação que assegurasse a construcção de uma linha ferrea que, tendo por base o nosso porto de Murmugão, se ligasse á rede das linhas ferreas da India ingleza [de tal modo que] para o obter, devíamos fazer todos os sacrificios compativeis com a dignidade nacional e com os recursos do thesouro[1].

Este entusiasmo nacional perante o caminho-de-ferro não era novidade, fazendo parte do ideário saint-simoniano de modernidade de Oitocentos e denotando aquilo que os historiadores de tecnologia designam de sublime técnico.

O saint-simonismo foi uma ideologia desenvolvida em finais do século XVIII pelo aristocrata francês Saint-Simon, que defendia a realização de grandes obras públicas e o estabelecimento de vastas redes de comunicação para promover a criação de riqueza, a associação universal e a igualdade democrática entre os povos. Na década de 1830 um dos seus discípulos, o engenheiro Michel Chevalier, operou uma inflexão na ideologia, passando a considerar as obras públicas e a implementação de novos sistemas tecnológicos como um fim em si. Nas décadas seguintes este ideário foi assimilado por muitos engenheiros portugueses, alunos da Escola de Pontes e Calçadas de Paris, que, uma vez regressados a Portugal, o procuraram aplicar no âmbito da política de melhoramentos do Fontismo, em particular através da abertura de vias-férreas (Macedo 2007: 60-71 e 117-9).

Associado ao saint-simonismo encontramos o sentimento de *sublime técnico*, o prazer retirado de observar uma máquina em funcionamento, como símbolo máximo do triunfo tecnológico do Homem, plasmado intimamente no cami-

[1] Arquivo Histórico-Diplomático (AHD). Documentos apresentados ás cortes na sessão legislativa de 1879. Tratado entre Portugal e a Gran-Bretanha para regular as relações entre a India Portugueza e a India Ingleza (adiante Livro Branco do Tratado da Índia), 112-119 (ofício de 7.7.1877).

nho-de-ferro, "the most common vehicle of the technological sublime" (Kasson 1976: 162-80). É um sentimento/conceito explorado também por Latour e Nye nos seus estudos sobre tecnologia em França e nos Estados Unidos da América (Latour, 2002; Nye 1999: XIII, XVIII e 60).

Com efeito, desde a primeira metade do século XIX que a tecnologia ferroviária se vinha apresentando como a mais espetacular ferramenta de progresso (Hobsbawm 1979: 63), medida do valor civilizacional de cada povo (Adas 1989: 134), impulsionadora de globalização (Darwin 2002: 49-50), fautora do poder do Estado (Mardsen, Smith 2005: 164-7) e reforçadora das identidades nacionais (Nye 1999: 68 e ss.).

No espaço colonial a ferrovia assumira-se como instrumento de imperialismo (Headrick 1981: 5-14; Robinson 1991), meio de acesso aos inacessíveis sertões (Mardsen, Smith 2005: 172), promotora da missão civilizadora das nações europeias e legitimadora da sua presença nos espaços ultramarinos (Adas 2006: 79-80; Diogo 2009).

No contexto nacional, desde meados da década de 1870 que se ponderava levar o caminho-de-ferro às colónias africanas e asiáticas numa aplicação do modelo fontista ao ultramar (Marçal 2016: 115). O caminho-de-ferro era aliás elemento fulcral na estratégia gizada então para as colónias pelo ministro Andrade Corvo, que passava por uma cooperação com Inglaterra no sentido de solidificar a presença portuguesa no litoral e servir os *hinterlands* coloniais (Alexandre, Dias 1998: 103-105)

Os domínios ultramarinos, além de serem provas da grandeza passada de Portugal (mito da herança sagrada, segundo a terminologia de Valentim Alexandre), eram representados como detentores de um enorme potencial económico (mito do Eldorado), capaz de desenvolver a economia nacional e reparar a perda do Brasil na década de 1820 (Alexandre, Dias 1998: 39-48). Neste contexto a ferrovia era encarada como um importante instrumento de apropriação colonial: legitimaria a presença portuguesa no ultramar, promoveria o aproveitamento dos recursos locais e até poderia expandir a área dominada por Portugal, já que as delimitações das áreas de influência europeia, sobretudo em África, estavam ainda por definir.

Na Índia a situação era ligeiramente diferente. Ali, os enclaves de Goa, Damão e Diu, que constituíam o Estado Português da Índia (ou Índia Portuguesa), eram pequenas regiões totalmente rodeadas pela Índia Britânica e pelo mar e portanto sem perspetivas de serem ampliados.

Em todo o caso, era necessário afirmar a presença nacional nos três territórios, cobiçados desde finais do século XVIII pelos britânicos, que em mais do que uma ocasião sugeriram a sua compra, chegando mesmo a insinuar a sua tomada pela força. Aliás, pouco antes do início oficial das negociações para o novo tratado (em 1875), Lord Lytton, embaixador britânico em Lisboa, propôs

uma vez a mais a alienação daquelas possessões. Contudo, os governos nacionais sempre se demonstraram indisponíveis para ceder territórios que evocavam as glórias passadas da nação (Gracias 1934; Ethell 2003: 9).

Adicionalmente, era essencial reavivar a economia do Estado da Índia (aproveitando a abertura do canal do Suez em 1869 que diminuíra drasticamente o tempo de viagem até à Europa). Na década de 1870 a Índia Portuguesa era apenas uma sombra do seu passado. A agricultura era arcaica e produzia somente bens de consumo imediato; a indústria era inexistente e o grau de urbanização irrelevante; o comércio era residual e fazia-se sobretudo com os territórios britânicos vizinhos, já que as trocas com Moçambique e Macau (importantes no início de Oitocentos) tinham desaparecido; o sistema interno de transportes era antiquado (Deloche 1980, vol. 1: 287-91; Souza, Borges 1990: 227-9). As principais atividades eram a produção de sal e bebidas alcoólicas, cujas receitas fiscais contribuíam para um frequente equilíbrio no orçamento colonial, situação rara no panorama ultramarino nacional (Alexandre, Dias 1998: 154-6 e 693-703). São particularmente eloquentes a este respeito os versos de Tomás Ribeiro sobre Goa:

> Jaz em tristeza immensa a tetrica cidade!
> O turbilhão dourado, o estrondear da festa,
> Envolve-os em seu crepe a mistica saudade,
> E abysma-os no mysterio a pavida floresta (Apud. Mendes, 1886, reimpr. 1992: 151-2);

ou a franqueza do governador da Índia, Almeida e Albuquerque, que quando chegou em 1878 ao seu posto sentiu apenas "desalento, e a vontade de volver logo ao meu paiz natal. Recordei-me porém que tinha obrigação de trabalhar" (Portugal 1881: 3).

Neste contexto uma via-férrea legitimaria pela tecnologia a presença portuguesa na Índia (assim sossegando os espíritos mais timoratos, como afirmaria mais tarde Andrade Corvo na apresentação do tratado ao parlamento[2]), modernizaria a rede de transportes local e, ao fornecer uma nova saída marítima aos caminhos-de-ferro indo-britânicos, usufruiria de parte do movimento dos 6500 km daquela rede (Kerr 1995: 211-2; ver mapa 1). Esperava-se que a ferrovia operasse uma mudança radical na Índia, contudo, nem Inglaterra nem a Índia Britânica concordavam com a construção de uma linha até um porto estrangeiro.

É neste sentido que afirmamos que a negociação do tratado assumiu eminentemente contornos tecnodiplomáticos, de acordo com o conceito

[2] Arquivo Histórico Parlamentar (AHP). Câmara dos Deputados. Sec. I/II, mç. 512, Proposta de lei 125-H/XXIII, 12-18.

definido por Schweitzer (1989: V) como "the art and practice of conducting negotiations between countries with conflicting technological interests". Na análise que pretendemos fazer alargaremos a definição para: o recurso à tecnologia para atingir objetivos diplomáticos, inspirando-nos no conceito de *technopolitics* de Hecht (2009). Argumentaremos que, ao longo da discussão, a Inglaterra usou o caminho-de-ferro como meio de impor os seus objectivos políticos e diplomáticos e consequentemente a sua influência económica e comercial sobre a Índia Portuguesa; Portugal tentou usar a mesma estratégia para legitimar a sua presença no subcontinente indiano e desenvolver aí os seus domínios (especialmente Goa).

Dividimos o estudo em três partes ou atos (antecedentes do tratado, negociação do mesmo e consequências da sua ratificação), nas quais identificaremos os seus principais intervenientes ou atores e respetivos papéis. As fontes para os dois primeiros atos encontram-se divididas entre Inglaterra e Portugal (British Library, The National Archives, House of Commons e Arquivos Histórico-Diplomático, Parlamentar e Ultramarino). Sobre as consequências do acordo recorreremos à bibliografia específica sobre o tema e em especial sobre o caminho-de-ferro de Mormugão.

Pretendemos com este artigo contribuir para o debate sobre a importância da tecnologia na sociedade portuguesa de finais do século XIX, não só em termos materiais, mas também em termos sociais, culturais, políticos e – no caso em exame – diplomáticos (ver, entre outros, Saraiva 2007).

## Ato I: os antecedentes

Portugal e Inglaterra discutiam um tratado de comércio desde 1868[3], debate que foi ampliado para um acordo de extradição três anos depois[4]. Em 1872 surgiu uma nova questão diplomática, que incluiu na negociação as possessões de ambos os países na Índia: em Julho o responsável do departamento de receitas da presidência de Bombaim, P. E. Woodhouse, comunicou ao governador português da Índia, Macedo e Couto, a suspensão unilateral do chamado privilégio do Surrate ao comércio português de importação e exportação[5].

Tratava-se de uma regalia alfandegária concedida em 1714 pelo régulo local aos comerciantes lusos, que passavam a pagar apenas 2,5% *ad valorem* sobre as mercadorias entradas e saídas de Surrate. Em 1759 Inglaterra tomou aquela

---

[3] House of Commons Parliamentary Papers (HCPP). Correspondence respecting commercial negotiations with Portugal: 1868-72; Correspondence respecting commercial negotiations with Portugal (1876).

[4] The National Archives (TNA). Home Office. HO 45/9325/18165, ofícios de 9.11.1872 e 30.12.1872.

[5] AHD. Documentos apresentados ás Cortes na Sessão Legislativa de 1876 (adiante Livro Branco de 1876), 87-88 (ofícios de 30.7.1872 e 14.11.1872).

praça, mas não alterou a prerrogativa concedida aos portugueses (Albuquerque 1990: 117; Ethell 2003: 22; Gracias 1940: 62-7)[6].

Todavia, em 1872 o governo de Bombaim alegava que graves irregularidades vinham sendo cometidas à sombra do privilégio, pois comerciantes ingleses usavam congéneres portugueses como testas-de-ferro para introduzir bebidas espirituosas na Índia Britânica, pagando apenas 2,5% de direitos aduaneiros e não a taxa mais elevada cobrada pelas alfândegas inglesas[7]. De acordo com os cálculos das autoridades britânicas, a burla acentuara-se desde 1870, defraudando os cofres públicos em mais de 50 000£ (tabela 1).

**Tabela 1.** Perdas anuais das alfândegas britânicas devido ao privilégio do Surrate, de acordo com as autoridades inglesas (1 rupia = 16 annas = 192 pies = 400 réis; 1 conto = 1 000 000 réis = 222,222£. Gracias 1909: 286; Mata 1993)

| Ano | Rupias | Contos | £ | Ano | Rupias | Contos | £ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1850-1851** | 29,0 | < 0,1 | 2,6 | **1862-1863** | 937,0 | 0,4 | 83,3 |
| **1851-1852** | 14,2 | < 0,1 | 1,3 | **1863-1864** | 720,8 | 0,3 | 64,1 |
| **1852-1853** | 14,2 | < 0,1 | 1,3 | **1864-1865** | 645,1 | 0,3 | 57,4 |
| **1853-1854** | 22,8 | < 0,1 | 2,1 | **1865-1866** | 170,7 | < 0,1 | 15,2 |
| **1854-1855** | 64,3 | < 0,1 | 5,7 | **1866-1867** | 312,1 | 0,1 | 27,8 |
| **1855-1856** | 108,8 | < 0,1 | 9,7 | **1867-1868** | 63,5 | < 0,1 | 5,7 |
| **1856-1857** | 100,5 | < 0,1 | 9,0 | **1868-1869** | 2317,2 | 0,9 | 206,0 |
| **1857-1858** | 51,7 | < 0,1 | 4,6 | **1869-1870** | 6,3 | < 0,1 | 0,6 |
| **1858-1859** | 123,5 | < 0,1 | 11,0 | **1870-1871** | 29 432,0 | 11,7 | 2616,2 |
| **1859-1860** | 558,6 | 0,2 | 49,7 | **1871-1872** | 283 719,6 | 113,5 | 25 219,6 |
| **1860-1861** | 824,0 | 0,3 | 73,3 | **1872 (2.º sem.)** | 296 263,1 | 118,5 | 26 334,5 |
| **1861-1862** | 1004,0 | 0,4 | 89,3 | | | | |

**Fonte:** Livro Branco de 1876, 106-126 (ofício de 28.3.1873). AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 2-3.

O governo de Bombaim argumentava ainda que o privilégio tinha sido concedido informalmente a particulares e não ao rei de Portugal, pelo que Inglaterra não tinha obrigação de o manter nem de pagar qualquer compensação pela sua revogação, por muito que "the claimant was an old and faithful ally to whom the benefit of a doubt would have been gladly conceded"[8] (Ethell 2003: 23-4).

---

[6] Id., 94 (ofício de 28.3.1873). AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 1. Ver também Annaes do Conselho Ultramarino (parte não official), série II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861), 1-6. HCPP. Correspondence respecting the results of the treaty of commerce between Her Majesty and the King of Portugal and the Algarves, signed at Lisbon, December 26, 1878 (adiante Blue Book), 6 (relatório de 5.8.1881).

[7] Livro Branco de 1876, 90-138 (ofício de 28.3.1873). Livro Branco do Tratado da Índia, 6-9 e 14-20 (ofícios de 24.1.1876 e 13.12.1876). AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 1v-2. Blue Book, 6 (relatório de 5.8.1881).

[8] Livro Branco do Tratado da Índia, 15 (ofício de 13.12.1876).

Apesar de reconhecer a existência de abusos, Portugal protestou, invocando o vetusto tratado de 1661, pelo qual Inglaterra se comprometia a defender os interesses nacionais na Índia (Mendes, 1886, reimpr. 1992: 14). As autoridades nacionais declararam anda não estar dispostas a abdicar da regalia[9], muito embora "o commercio licito [português], pouco ou quasi nenhum proveito tinha tirado do privilegio da feitoria do Surrate, no presente seculo"[10].

Para pôr termo a esta questão, em finais de 1875 os dois governos decidiram sentar-se à mesma mesa e alinhavar as cláusulas de um tratado que regulasse as relações entre ambos na Índia (Ethell 2003: 29-30)[11].

## Ato II: a negociação tecnodiplomática

Além do privilégio aduaneiro, os negociadores ingleses (Morier em Lisboa e Louis Mallet na Índia) incluíram na negociação questões ligadas à extradição, a uma união fiscal e monetária e à produção de ópio, álcool e sobretudo sal na Índia Portuguesa, produtos que pelo seu baixo custo de fabrico e pelo alto imposto a que eram sujeitos na Índia Britânica eram contrabandeados através da fronteira[12] (Ethell 2003: 34-7; Fernandes 1905b: 6). O sal era a principal preocupação, já que todos os anos 7500-11 000 t eram exportadas ilegalmente, acarretando um prejuízo alfandegário de 50 000-75 000£ (225-340 contos)[13]. Era um problema que os britânicos tinham enfrentado anteriormente com as possessões francesas em Pondichéry e que se tinha resolvido com a supressão das salinas francesas em troca do pagamento de uma indemnização de 2 000 000 francos (140 contos)[14].

Por seu lado, Andrade Corvo e Nogueira Soares pretendiam que o vinho português pagasse o mesmo que o vinho francês nas aduanas da Índia Britânica[15] e sobretudo que fosse introduzido no tratado um objeto de natureza técnica: um caminho-de-ferro que ligasse Goa à rede férrea indo-britânica.

---

[9] AHD. Caminho de ferro de Goa. 3.º p., arm. 20, mç. 50, proc. 146, relatório de 17.12.1873. Livro Branco de 1876, 86-89, 138-141 e 145 (ofícios de 28.10.1872, 15.1.1873, 24.1.1873, 5.1.1874 e 23.5.1874). Livro Branco do Tratado da Índia, 33-43 (ofício de 8.1.1877).

[10] AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 3v-4.

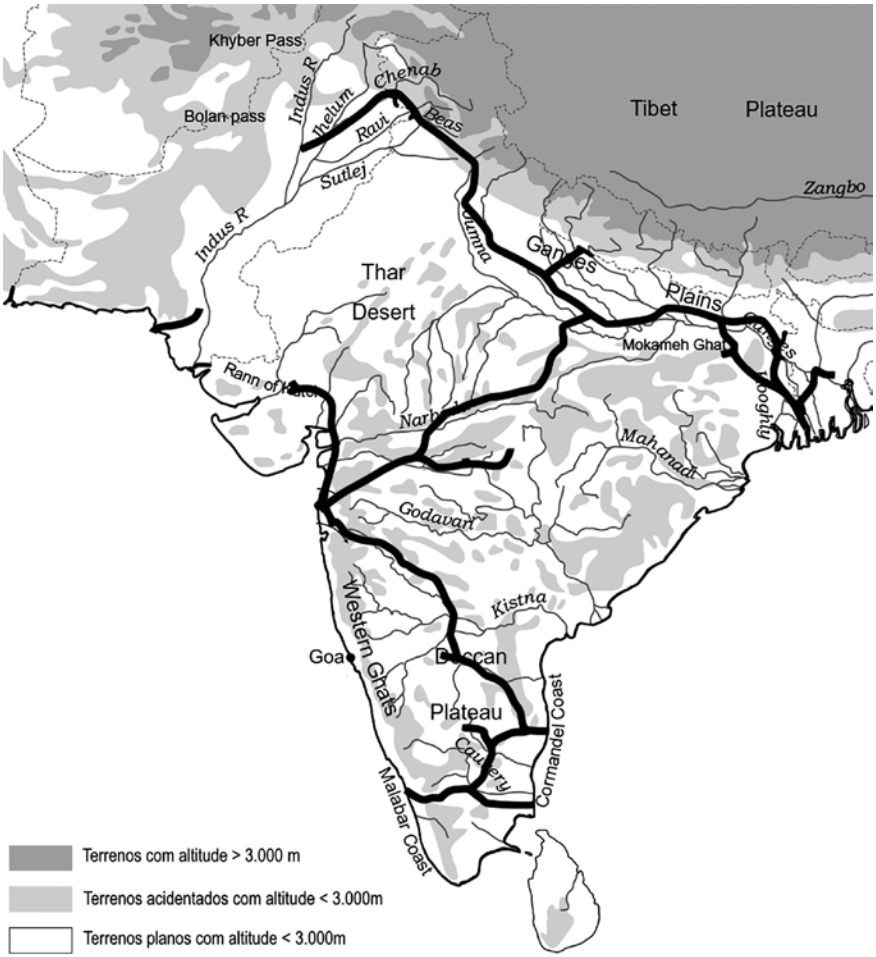
[11] AHD. Caminho de ferro de Goa…, ofícios de 3.12.1875 e 4.12.1875. Livro Branco do Tratado da Índia, 1-3 (ofícios de 23.11.1875 e 2.12.1875).

[12] Livro Branco do Tratado da Índia, 14-20 (ofício de 13.12.1876). AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 10-11.

[13] Blue Book, 8 e 14 (relatório de 5.8.1881). Este relatório indica as quantidades de 200 000-300 000 *maunds*/mãos, cada uma com 82 libras, sendo que cada libra corresponde a 453 g.

[14] Livro Branco do Tratado da Índia, 10-12 e 14-20 (ofícios de 7.2.1876 e 13.12.1876). 1 conto = 5600 francos (Pinheiro 1992).

[15] Livro Branco do Tratado da Índia, 6-9 e 33-43 (ofícios de 24.1.1876 e 8.1.1877). AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 12-18.




**Mapa 1.** Mapa orográfico da Índia com indicação da rede-férrea indo-britânica no início da década de 1870 (Kerr 2007: 4 e 21, adaptado)

A introdução da ferrovia na colónia portuguesa era um assunto debatido desde Julho de 1875, quando Frederick Campbell, alegado representante do Goa & London Syndicate, propôs ao governador da Índia, Tavares de Almeida, a construção de uma linha desde o porto de Mormugão à fronteira[16]. A proposta, que se inseriu num contexto de especulação ferroviária com a formação de sete companhias para estender a rede indo-inglesa aos confins do Império (Albuquerque 1990: 117-8), não foi aceite por conter cláusulas consideradas lesivas

[16] Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Caminho de ferro de Mormugão, mç. 2589, ofício de 8.7.1875.

do interesse nacional[17]. Porém, a ideia do caminho-de-ferro foi acolhida pelas autoridades nacionais e inserido nas negociações sobre o tratado, como sugerido pela Junta Consultiva do Ultramar[18] – foi aliás a primeira base do acordo proposto a Morier[19].

Em teoria, o caminho-de-ferro beneficiaria os dois territórios: ligaria Goa à gigantesca rede indo-britânica e vivificaria a decadente economia da colónia; simultaneamente ofereceria ao sul da Índia Britânica um acesso ao mar mais próximo do que Bombaim (mapa 1).

Contudo, Morier, veiculando a opinião do governo da Índia, desde o início se mostrou contra a inclusão da via-férrea no tratado, esgrimindo argumentos técnicos e práticos. Afirmava que nenhuma secção da linha do interior até à fronteira de Goa estava construída e que a travessia da cordilheira dos Ghats Ocidentais (que separava a costa do interior indiano – ver mapa 1) era impraticável; chegou inclusivamente a ponderar que o custo do caminho-de-ferro seria de tal modo elevado que "the Portuguese Government would find, if they undertook to build it, that they had pledged themselves to a scheme of very questionable prudence from the financial point of view"[20].

Por trás desta argumentação técnico-financeira estava a verdadeira razão da oposição britânica: o facto de o término da linha-férrea se situar em território estrangeiro, quando mais a sul existia um ancoradouro (Karwar) que podia desempenhar a mesma função de escoadouro de todo o tráfego do sul da Índia (Ethell 2003: 43; Pereira 2015: 245)[21].

Todavia, a exclusão do caminho-de-ferro do rascunho do tratado não podia ser aceite por Portugal

> nem mesmo como base de negociação [ … ] Era sobre tudo inadmissivel a idêa de pôr de parte, como irrealisavel, o projecto de unir a India portugueza á rede dos caminhos de ferro britannicos e de aproveitar para o commercio as incontestaveis vantagens que a natureza deu ao porto de Mormugão[22].

O único ponto em que as duas partes estavam em completo acordo era na constituição de uma união aduaneira, sugerida pelos britânicos e entendida pelas autoridades portuguesas como meio de obter "a regeneração economica das possessões portuguezas na India, e mesmo a sua conservação no senhorio de

---

17 Id., relatório de 15.8.1875 e parecer de 28.10.1875.

18 AHD. Caminho de ferro de Goa … , parecer de 31.12.1875.

19 Id., relatório de 1876 (sem indicação de dia e mês), assinado pela Direção dos Consulados e Negócios Comerciais, 1.

20 Livro Branco do Tratado da Índia, 20 e 50-52 (ofícios de 13.12.1876 e 30.3.1877).

21 AHD. Caminho de ferro de Goa … , relatório de 1876, 2-2v.

22 AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 11v.

Portugal"[23]. Aproveitando esta abertura, Portugal argumentava em favor do caminho-de-ferro, encarado como o complemento natural da abolição das alfândegas[24].

A fronteira era de facto um dos principais obstáculos ao tráfego transnacional. Em vários sistemas ferroviários "flows of goods, and to some extent people, between countries were repeatedly disrupted and discouraged by the fragmented nature of railway networks – the tracks, and hence the trains, quite rarely crossed territorial boundaries" (Divall 2003: 195).

Aliás, os governantes portugueses estavam bem a par das dificuldades que os caminhos-de-ferro metropolitanos sentiam em transpor a fronteira com Espanha, o que minava a estratégia de fazer de Lisboa o *cais da Europa* (Pinheiro 1995).

Esta problemática das ligações internacionais de grandes sistemas tecnológicos encontra-se já bem estudada pelo modelo de análise dos *cross-borders/landlocked countries/transnational large technological systems* (Faye 2004; Vleuten 2006; López et al. 2009). Este paradigma estudou vários exemplos de conexões tecnológicas transfronteiriças e identificou fatores indispensáveis para quebrar a truncagem artificial produzida pelas fronteiras e assim estabelecer uma fluida comunicação de fluxos (bens, pessoas, informação, etc.): infraestruturas com características técnicas comuns; boas relações políticas; paz; uniformização de estruturas económicas e jurídicas; e uniformização de processos administrativos para trânsito transfronteiriço.

No caso agora em análise, a união aduaneira uniformizava o espaço económico luso-britânico, permitindo o aproveitamento em pleno do potencial do caminho-de-ferro. No entanto, em termos tecnodiplomáticos havia uma clara oposição de objetivos: Portugal pretendia a linha-férrea para reavivar a economia goesa e reforçar a sua soberania sobre o território; Inglaterra não pretendia investir para servir um porto estrangeiro.

Portugal teve assim que regatear com a produção de ópio, álcool e sobretudo sal, que Inglaterra queria controlar. Andrade Corvo não considerava a supressão pura e simples da salicultura luso-indiana (como acontecera em Pondichéry) aceitável, pois a atividade "constitue uma das principaes fontes da riqueza d'esse paiz e não convem estancal-a", mas admitia entregar o controlo da produção a agentes britânicos[25]. O ópio era uma pouco importante produção de Damão[26]. A questão do álcool era mais consensual, pois o próprio Nogueira Soares admitia que a aplicação das taxas inglesas às bebidas espirituosas indo-portuguesas poderia ser vantajosa, por aumentar a receita fiscal colonial[27].

---

[23] AHD. Caminho de ferro de Goa…, relatório de 1876, 5.

[24] Livro Branco do Tratado da Índia, 122-125 (ofício de 22.4.1877).

[25] Id., 12 (ofício de 7.12.1876). AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 8-9v.

[26] AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 20-21.

[27] Id., 18-20. Livro Branco do Tratado da Índia, 104 (ofício de 1.5.1877).

Quanto ao caminho-de-ferro, existia o esquema Campbell que Portugal tentou *vender* como garantia de construção[28]. Andrade Corvo e Nogueira Soares tinham noção do carácter altamente especulativo da proposta[29], mas tentaram usá-la para impor a inclusão da via-férrea no tratado[30]. Os representantes nacionais não se ficaram por este argumento e procuraram demonstrar também a inferioridade do porto de Karwar face a Mormugão e ainda a maior dificuldade do assentamento da linha até àquele ancoradouro[31]. Um dos principais trunfos foi o relatório do engenheiro inglês, Dundas Taylor, *Superintendent of Marine Surveys to the Government of India*, que elogiava claramente as qualidades de Mormugão face a Karwar, em termos de profundidade de águas, ondulação, área de ancoragem, proteção contra a monção e espaço para infraestruturas portuárias (Brion 1908: 18)[32]. Neste ponto Portugal deu muito mais importância à questão portuária do que ao traçado do caminho-de-ferro, redigindo para este último um muito sucinto relatório (pela direção de Obras Públicas da Índia)[33]. Na verdade as diretrizes para Karwar ou Mormugão eram semelhantes. Em grande medida, tudo dependia da qualidade do porto, término da projetada ferrovia.

Em Janeiro de 1877 Inglaterra e o governo da Índia Britânica já mostravam uma maior abertura ao caminho-de-ferro, nas condições de nenhum subsídio lhe ser conferido e de não ser interditada a construção de uma ligação a Karwar[34]. A abertura ia ao encontro das intenções de Portugal que em Abril de 1877 aprovava uma lei para conceder em concurso a linha de Mormugão à fronteira, sem apoio financeiro público (Pereira 2015: 245). Na Índia, Nogueira Soares tentava convencer Mallet que "concluido o tratado sobre as bases projectadas, não faltariam companhias que a emprehendessem sem subvenção nem garantia de juro", mas ao mesmo tempo não via "rasão alguma que podesse determinar o governo do imperio britannico na India a recusar a uma empreza de que deve auferir tão consideraveis vantagens, o auxilio pecuniario que, sob diversas fórmas, tem concedido" a outras companhias[35] – de facto, a norma na Índia Britânica era conceder garantias de juro à exploração ferroviária (Kerr 2007: 25).

---

[28] AHD. Caminho de ferro de Goa …, ofício de 11.12.1876.

[29] Campbell apresentava listas não-assinadas de investidores, dizia-se formador de várias companhias (cujas firmas não se encontram em qualquer registo britânico) e, quando confrontado com esta e outras faltas e com a discrepância de informação mostrava-se "muito contrariado", de modo que Nogueira Soares lhe fez "sentir que o facto que tanto o affligia tinha uma explicação facil que so podia ser desairosa para elle" (Id., ofício de 27.11.1876, 2v-3).

[30] Livro Branco do Tratado da Índia, 33-43 (ofício de 8.1.1877).

[31] Id., 99-100 (ofício de 3.1.1877).

[32] Id., 375-379 (relatório de 26.3.1877).

[33] Id., 99-100 e 108-109 (ofícios de 3.1.1877 e 19.5.1877).

[34] Id., 45-46 (ofício de 28.1.1877).

[35] Id., 47 (ofício de 30.1.1877).

Para garantir em absoluto a construção, Nogueira Soares procurou ainda por todos os meios incluir no rascunho do tratado uma cláusula que obrigasse os respetivos Estados a assumir diretamente a empreitada, no caso de não aparecerem empresas interessadas. Contudo, a sua iniciativa chocou contra a intransigência inglesa em não ceder mais do que os costumeiros benefícios não-financeiros (cessão de terrenos, carácter de utilidade pública das expropriações, isenções fiscais…) e num renovado interesse na solução Karwar (a partir de Julho de 1877)[36].

Esta intransigência foi catalisada pelo facto de os negociadores portugueses nunca terem sabido esconder a enorme importância que davam ao caminho-de-ferro, o que acabou por enfraquecer a sua posição negocial. Os próprios britânicos afirmavam que "the construction of the Railway [ … ] has been described by Senhor Corvo as making to Portuguese India the difference between life and death"[37].

A solução para o imbróglio passou pela questão do sal. Nogueira Soares acabou por reconhecer perante um outro membro da equipa negocial inglesa, Arbuthnot (membro do governo de Bombaim[38]), que

> si on arrive à un accord pour la construction du chemin de fer on pourra aussi faire un arrangement sur la base de la suppression [do sal], parce que alors les inconvénients résultant de la privation du travail pour un grand nombre de personnes pourraient être remédiés[39].

Admitida esta cedência, Nogueira Soares exigiu maiores garantias para a construção do caminho-de-ferro, mas perante esta posição, Mallet ameaçou com o rompimento de negociações, que chegou mesmo a verificar-se em Agosto de 1877. O diálogo foi retomado um ano depois, em Setembro, com Theodore C. Hope, oficial sénior do governo de Bombaim, e Morier do lado inglês, e Andrade Corvo do lado português. Nogueira Soares fora entretanto afastado[40] (Ethell 2003: 45).

No final, "the objections of Senhor Soares have, with scarcely an exception, been waived by the Portuguese Government"[41] – lia-se no relatório final dos negociadores britânicos. Andrade Corvo cedeu na questão do sal em troca do mero compromisso de Inglaterra concorrer para a construção da linha, *caso* o governo britânico considerasse *idónea* a firma contratada por Portugal para cons-

---

[36] Id., 147-148 e 182 (ofícios de 4.6.1877 e 13.7.1877).

[37] Id., 181 (ofício de 13.7.1877).

[38] Blue Book, 9 (relatório de 5.8.1881).

[39] Livro Branco do Tratado da Índia, 214 (ofício de 26.7.1877).

[40] Id., 219 e 262 (ofícios de 1.8.1877 17.8.1877). Blue Book, 9 (relatório de 5.8.1881).

[41] British Library. India Office Records (BL-IOR). IOR/L/PS/18/D30, memorando de 14.11.1878, 1-6.

truir a sua parte do caminho-de-ferro[42]. Nesta altura, o governo já tinha uma garantia mais sólida da execução da empreitada, uma vez que Campbell obtivera do governo da Índia Britânica (em Abril de 1878) a concessão da via-férrea da fronteira goesa à rede indiana[43].

O controlo da produção salícola era entregue a agentes britânicos, que podiam comprar todo o sal produzido nos domínios portugueses ou exigir a supressão das salinas com quem não chegassem a acordo. Quanto à fiscalização da atividade, e contra a opinião de Nogueira Soares, "Senhor Corvo [ … ] saw no difficulty in the British salt officers possessing all the powers desired for them", ficando ressalvado, porém, e para bem da soberania nacional, que esses poderes derivavam diretamente do rei de Portugal e tinham certos limites (em termos de área de ação e de revista de casas, armazéns e veículos). Em troca, Portugal recebia uma indemnização de 400 000 rupias (160 contos)/ano[44].

Hope elogiava a cedência dos representantes nacionais, "most liberally volunteered by Senhor Corvo", que por seu lado considerou as exigências originais de Nogueira Soares "an exacting and unfair bargaining spirit on the part of Portugal". Morier enalteceu também "the liberal and far-seeing spirit, and the handsome terms [do acordo final], in which it had been conceived and volunteered" por Andrade Corvo, homem de "liberal policy, freedom from petty national pride and prejudice, moral courage, and invariable straight-forwardness"[45].

Outros aspetos mais consensuais do tratado (união aduaneira, uniformização monetária e de medidas, supressão da produção de ópio em Damão, liberdade de comércio e navegação, igualdade de nacionalidades, extradição) foram também acertados. Hope estimava que nenhuma nação ficava favorecida em relação à outra, mas concluía que "financially, our position is largely bettered"[46].

No dia 26.12.1878 os dois plenipotenciários, Morier e Andrade Corvo, assinavam o tratado, pendente de aprovação parlamentar. O próprio Andrade Corvo, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros do governo regenerador, apresentou o diploma à câmara dos deputados (Maio de 1879). A sua descrição da decadência da Índia Portuguesa contrastava com as expectativas em torno do caminho-de-ferro, que conjuntamente com a união aduaneira "são as condições essenciaes da sua futura prosperidade"[47]. O porvir das possessões

---

42 Id. IOR/C/141, 117-134v.

43 AHU. Caminho de ferro de Mormugão, contrato de 27.4.1878. A adjudicação da parte portuguesa seria trespassada duas vezes (Id., carta de 20.3.1879), acabando por ficar nas mãos do Duque de Sutherland e do Stafford House Committee por ele presidido, que formaria a companhia que efetivamente construiu a linha (Pereira 2015: 247-248).

44 British Library. IOR/L/PS/18/D30, memorando de 14.11.1878, 1-6.

45 Ibid.

46 Ibid.

47 AHP, Proposta de lei 125-H/XXIII, 30v.

indianas, e sobretudo de Goa, seria brilhante: "Bombaim será necessariamente egualada pelo novo emporio commercial, que o poder da liberdade, o influxo dos capitaes e as condições com que a natureza dotou Mormugão, hão de fazer surgir em roda d'esse hoje quasi deserto porto"[48].

Todavia, quando o projeto foi posto à discussão, já o governo tinha mudado e Andrade Corvo sentava-se nas bancadas da oposição. Os apoiantes do novo governo progressista apontavam "fundados erros" ao tratado, que consideravam "obra nefasta e monstruosa", mas no final aprovavam-no, "porque da sua regeição poderiam vir inconvenientes graves"[49]. A 6.8.1879 era publicada a lei que ratificava o acordo diplomático, que começou a vigorar desde 14.1.1880 por um prazo de doze anos[50].

## Ato III: as consequências

O acordo foi muito mal recebido em Portugal e na Índia Portuguesa, tendo-se tornado "odioso" durante a sua vigência[51] (Faria 2010: 44; Gracias 1940: 81).

Logo em 1879 Constâncio Roque da Costa, um autodenominado filho da Índia, dava conta d'"o grito de dôr e indignação contra esse tratado, talvez o mais desastroso de todos os d'antes havidos" (1879: 3). Andrade Corvo, "um titere nas mãos do sr. Morier", sobre quem recaíam suspeitas "de ter sido comprado pelo oiro inglez" (1879: 10 e 15), era severamente criticado. Para Costa as estipulações sobre o sal e a adoção do sistema fiscal britânico para as bebidas alcoólicas "são a sentença de morte desse desgraçado torrão" (1879: 23) com consequências diretas sobre a agricultura (o sal era usado como adubo) e pesca (para a salga do peixe); o caminho-de-ferro não passava de uma ilusão, pois a sua construção em território inglês não estava assegurada pelo texto do tratado; o único aspeto positivo era a uniformização de pesos e medidas, se bem que a adoção da moeda britânica e a pauta alfandegária pudesse desfalcar a Fazenda da Índia, na sua opinião (1879: 19-23).

Em Portugal, um irónico opúsculo antevia a renovação do tratado pelos representantes diplomáticos, John Smith e João Magalhães Ferrão de Casal Ribeiro Corvo e Martins. O novo articulado previa que as antigas glórias nacionais eram condição bastante para assegurar a soberania portuguesa sobre a Índia; Goa era dividida em três presidências (à semelhança do que acontecia na vasta Índia Britânica), administradas pelo governador que era elevado à alta dignidade de Imperador da Índia Portuguesa. Era um novo acordo "approvado dictatorial-

---

[48] Id., 33v.

[49] Id. Câmara dos Deputados. Actas das sessões secretas. 1859-1882. Livro sem cota, 110v-111v.

[50] Collecção Official de Legislação Portuguesa (COLP), 1879, 176-196.

[51] Blue Book, 1-2 (ofício de 16.5.1881 e relatório de 21.3.1881).

mente, e applaudido pela voz da Imprensa Nacional por ser vantagiosissimo aos interesses do governo"[52].

As críticas não foram, porém, unânimes, havendo quem reputasse o tratado positivo. Após o seu primeiro ano de vigência, o governador-geral, Almeida e Albuquerque, reportava uma baixa nos preços dos bens de primeira necessidade, um aumento e diversificação das importações e um aumento das exportações nos domínios portugueses na Índia, satisfação que era partilhada pelas autoridades inglesas[53]. Anos mais tarde, o governador Cardoso de Carvalho (1888: 5) ainda o considerava responsável por uma "transformação radical" da colónia, enquanto Francisco Fernandes, funcionário da alfândega da Índia, elogiava a união aduaneira e monetária e a modernização do sistema tributário que acarretou (Fernandes 1905b: 3).

Mas na verdade, no médio prazo, os efeitos do acordo foram genericamente negativos, sobretudo em Damão e Diu que não aproveitam "as vantagens indirectas da linha ferrea" (Arez 1891: 47).

A salicultura foi fortemente afetada pelo tratado, registando uma queda de 67% na sua produção e deixando por ano cerca de 1000 homens sem emprego. Muitas salinas foram simplesmente abandonadas, tendo os seus proprietários lucrado com as indemnizações pagas para não produzir, pelo menos durante a vigência do tratado. O consumo interno também sofreu, já que os agentes britânicos só eram obrigados a fornecer 14 libras de sal/ano aos locais, um valor considerado insuficiente. Expirado o tratado, a atividade não recuperou para os níveis anteriores, pois muitas salinas estiveram paradas durante 12 anos, tendo algumas delas sido reconvertidas para a produção de arroz. Além disso a própria Inglaterra impôs limites à importação de sal indo-português por via marítima. O transporte por via-férrea manteve-se livre, mas os altos fretes cobrados encarregavam-se de tornar o produto pouco concorrencial no mercado indo-britânico (Albuquerque 1990: 120-2; Arez 1891: 7-11, 22 e 31-2; Fernandes 1905a: 109-10; 114 e 208-16; Fernandes 1905b: 8 e 104-20; Gracias 1909: 209-10; Gracias 1940: 81-8; Viegas Júnior 1910: 63-6).

A aplicação do imposto sobre as bebidas alcoólicas (abcári) foi muito mais nefasta para a atividade. Cerca de 30 000 coqueiros deixaram de ser *lavrados à sura* para produzir álcool. Em consequência a produção de jagra (açúcar) do coqueiro foi praticamente extinta e o número de desempregados destas duas atividades aumentou. A Índia Portuguesa deixou de exportar bebidas alcoólicas e passou a importar jagra. Contudo, a receita fiscal do Estado indiano sobre os coqueiros que restavam foi sem dúvida maior (Albuquerque 1990: 120; Arez

---

[52] Biblioteca Universitária João Paulo II, Tratado entre Portugal e a Inglaterra regularizando a possessão portuguesa da Índia, MC-495.

[53] Blue Book, 3-6 (relatório de 21.3.1881 e ofício de 1.9.1881).

1891: 34-7; Fernandes 1905a: 164-5, 193-5 e 202-3; Fernandes 1905b: 3, 8, 75-6, 82, 91 e 94; Gracias 1909: 220-1; Gracias 1940: 90-1; Menezes 1891: 93-8 e 109-10; Viegas Júnior 1910: 69-78).

Os réditos alfandegários decresceram cerca de 100 000 rupias (40 contos)/ano em virtude da união aduaneira e da concessão de isenções de taxas alfandegárias ao material necessário ao caminho-de-ferro, embora a importação e a exportação tenham de facto aumentado. O consumo interno cresceu também devido à diminuição de preços provocada pela abolição de fronteiras (Albuquerque 1990: 119; Arez 1891: 49-58; Fernandes 1905b: 60-4; Gracias 1909: 206-9).

Quanto ao caminho-de-ferro até à fronteira, tornou-se efetivamente uma realidade após o governo português ter contratado o Stafford House Committee, que formou depois a West of India Portuguese Guaranteed Railway Company (WIP), para o construir e operar (juntamente com o porto de Mormugão). A empresa foi considerada idónea pelas autoridades britânicas, que adjudicaram mais tarde a sua parte da linha à Southern Mahratta Railway Company (Pereira 2015: 249).

Tal como acontecera com o tratado com Inglaterra, o contrato com a WIP, negociado por um governo do Partido Progressista, incluía cláusulas potencialmente lesivas para o Tesouro, demonstrando que a rendição ao sublime técnico e a vontade de implementar a tecnologia ferroviária nos territórios nacionais suplantava o bom senso negocial e era comum aos dois partidos que dividiam o poder em Portugal. E tal como anteriormente, o contrato foi negociado por um partido (o Progressista), mas assinado, em 18.4.1881, por outro (o Regenerador), que o fez para alegadamente evitar males maiores (Vilhena 1916, vol. 1: 69-72).

Desde logo o subsídio dado estimulava despesas supérfluas. Portugal aceitou conceder uma garantia de juro de 5% sobre um capital de fixo de 800 000£ e de 6% sobre qualquer capital adicional. É certo que este capital adicional carecia de aprovação pelo parlamento, mas a companhia podia sempre alegar – como alegou – que sem essas verbas o caminho-de-ferro não poderia ser concluído. A WIP acabaria por ver garantido um capital extra de 550 000£, o que perfazia um total de 1 350 000£ (6075 contos). Para o Tesouro português a despesa anual podia subir até um máximo de 73 000£ (328,5 contos), caucionada com os 160 contos que Inglaterra entregava à laia do tratado de 1878 (Pereira 2015: 249-50).

A garantia de juro não era um subsídio incomum, tendo-se generalizado na década de 1880, depois de se ter percebido que o outro sistema de apoio financeiro empregue – subvenção por quilómetro construído – não remunerava devidamente os capitais das companhias envolvidas (Santos 2011: 146-7). Contudo, os contratos normalmente fixavam o capital máximo sobre o qual recaía a garantia (como aconteceu com as concessões das linhas da Beira Baixa ou de

Ambaca) ou então limitavam o valor a despender pelo Estado (caso da adjudicação dos caminhos-de-ferro de Salamanca à fronteira portuguesa, assinado com um consórcio de companhias portuguesas), algo que não aconteceu com a linha de Mormugão (Marçal 2016: 234; Pereira 2012, anexo 18).

Outra facilidade dada à WIP dizia respeito ao sistema de resgate antecipado da concessão (antes do prazo de 99 anos, após o qual o caminho-de-ferro e o porto passariam sem custo para as mãos do governo): era obrigatório para o Estado caso a companhia entendesse que as garantias dadas para pagamento da garantia de juro não fossem seguras; podia também partir da iniciativa da companhia, a qualquer altura, passados 30 anos da concessão. Em qualquer dos casos o Tesouro teria que entregar o valor do capital investido acrescido de 10%, ou seja 1 485 000£ (6682 contos). Pela letra do contrato, a empresa podia pedir o resgate no último ano da concessão recebendo de volta todo o capital que investira[54].

Estas duas cláusulas foram aceites durante a negociação, aprovadas pelo parlamento e ratificadas pelo rei. Da sua rejeição resultava o adiamento da construção de caminho-de-ferro e a perda de uma oportunidade talvez única em que a iniciativa privada se mostrava disponível para investir dum modo que agradava também a Inglaterra.

A linha e o porto foram efetivamente abertos em 1888, mas nos seus primeiros anos o retorno não chegou a 1%, o que obrigou o Tesouro português ao pagamento de uma média de 62 500£ (281 contos)/ano. A indemnização prevista no tratado era de 160 contos, que, não só não eram aplicados a outras obras públicas na Índia (Faria 2010: 366), como nem chegavam para satisfazer as responsabilidades do contrato com a WIP (Pereira 2015: 251-9).

Em 14.1.1892 o tratado expirava. Um ano antes Joaquim Arez foi incumbido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Lobo d'Ávila, de se encontrar com o representante britânico, A. D. Carey, para encetar contactos tendentes à renovação do acordo. Nas primeiras reuniões, Carey fez ver que nenhuma das bases de negociação apresentadas por Arez era admissível e que sobretudo a manutenção do pagamento das 400 000 rupias era completamente inaceitável[55].

Arez viu-se assoberbado pela gravidade e responsabilidade da tarefa e solicitou a sua substituição por um negociador mais experiente. Lobo d'Ávila nomeou então Pinheiro Chagas como ministro plenipotenciário, mas este apresentou uma proposta a Carey que era "even more uncompromising in tone" do que a apresentada por Arez. A diferença de posições era tão grande que Carey optou por abortar as negociações[56].

---

[54] COLP, 1881, 60-61.

[55] BL-IOR. IOR/L/PS/18/D98. TNA. Foreign Office (FO). FO 63/1399 (relatório de 9.2.1892).

[56] TNA. FO. FO 63/1399 (relatório de 9.2.1892).

O desenlace não surpreendeu ninguém. Como dissera Arez a Lobo d'Ávila, "o governo britannico, seguro da construcção da nossa linha e porto de Mormugão, está decidido a não renovar o tratado nos termos do de 26 de dezembro de 1878"[57]. Além do mais, a produção de sal fora manietada e o contrabando reduzido, o mesmo acontecendo com as bebidas espirituosas. Relativamente ao caminho-de-ferro, a expiração do tratado e da indemnização de 400 000 rupias obrigou o governo a procurar uma caução alternativa para o pagamento da garantia de juro, que foi encontrada no imposto do abcári, hipotecado para aquele efeito.

A operação da ferrovia manteve-se incipiente e até 1902, graças a combinações de tarifas entre as companhias ferroviárias que faziam a rota até Bombaim e desviavam tráfego de Mormugão, o seu resultado líquido foi tímido, sendo em alguns anos negativo, o que obrigou o Tesouro ao desembolso de mais de 300 contos/ano à conta da garantia de juro (Pereira 2015: 253-9).

A partir de 1902 e após o arrendamento da linha a uma das companhias britânicas que movia a guerra de tarifas à WIP, a situação começou a melhorar (ver tabela 2), mas o caminho-de-ferro continuou a drenar anualmente a Fazenda nacional de milhares de libras. Só em 1927 a operação daria lucro suficiente para isentar Portugal do pagamento da garantia de juro, numa altura em que os pagamentos à WIP já tinham ultrapassado o valor total do investimento em várias centenas de contos (Kerr, Pereira 2013: 191).

**Tabela 2.** Receita, despesa e resultado líquido do porto e caminho-de-ferro de Mormugão (contos) e garantia de juro paga à WIP (£)

| Ano | Receita | Despesa | Líquido | Garantia |
|---|---|---|---|---|
| **1902** | 188,2 | 148,1 | 40,1 | 73 000 |
| **1903** | 209,9 | 124,3 | 85,5 | 73 000 |
| **1904** | 270,4 | 155,5 | 114,9 | 65 275 |
| **1905** | 248,9 | 141,6 | 107,2 | 57 605 |
| **1906** | 249,4 | 149,9 | 99,5 | 60 532 |
| **1907** | 440,8 | 242,0 | 198,8 | 49 760 |
| **1908** | 425,9 | 269,0 | 156,9 | 43 480 |
| **1909** | 384,1 | 230,3 | 153,8 | 51 486 |
| **1910** | 505,6 | 288,7 | 216,9 | 41 372 |
| **1911** | 488,3 | 275,1 | 213,2 | 44 309 |
| **1912** | 396,8 | 231,0 | 165,8 | 45 741 |
| **1913** | 479,6 | 266,8 | 212,8 | 39 948 |
| **1914** | 387,2 | 227,2 | 160,0 | 47 675 |

**Fonte:** AHU, Caminhos de ferro de Luanda, Ambaca, Malange e Mormugão, liv. 927 1N

[57] AHD. Caminho de ferro de Mormugão, sala 3, est. 98, proc. 6, 38630.

O fraco resultado financeiro duma companhia privada não implica o insucesso dum investimento público (sobretudo no âmbito de um processo tecnodiplomático como o do tratado de 1878 que acarretava profundas alterações sobre a economia local). O caminho-de-ferro podia ser um mau negócio para a WIP, mas, em conjunção com as medidas do tratado luso-britânico, um instrumento de progresso para Goa (e para a Índia Portuguesa).

Contudo, não foi isso que aconteceu. Sem embargo dos 6 000 000 de passageiros e das 4 500 000 t que transportou até 1914[58], a linha, que tanto custara aos cofres nacionais, só beneficiou parte do tráfego indo-britânico, que anteriormente ficava retido atrás dos Ghats. Ao contrário do que esperavam os negociadores portugueses do tratado, não contribuiu para o desenvolvimento da agricultura ou indústria goesas a médio prazo (excepto para uma relativamente florescente atividade de extração de manganês iniciada em 1907[59]), tornando-se "negro e fatal rochedo em que se naufragaram as finanças portuguezas" (Fernandes 1905b: 10; ver também Gracias 1940: 100-5; Pereira 2015: 261; Viegas Júnior 1910: 63-6).

Para pagar à companhia hipotecou-se o imposto do abcári. Para equilibrar as finanças coloniais os impostos foram aumentados e as pautas alfandegárias foram revistas em alta, o que aumentou o custo de vida e prejudicou acrescidamente a agricultura e a indústria (Albuquerque 1990: 121; Gracias 1909: 211-3; Gracias 1940: 106-13).

A redução da atividade económica e consequentemente do emprego empurrou muitos indo-portugueses para a emigração. Até 1926, 120 000 tinham saído de Goa. Ironicamente, eram eles que, com as suas remessas, contribuíam para equilibrar as finanças da sua terra natal (Albuquerque 1990: 123-4; Viegas Júnior 1910: 63-6).

O tratado de 1878 foi muito censurado, não só na altura da sua discussão e vigência, como vimos, mas também posteriormente, sobretudo pela literatura do Estado Novo, que o descrevia como mais um falhanço do regime parlamentar (Abecassis 1951: 51-67; Gracias 1940: 208-251; Lopes 1945). Mais recentemente foi também apontado como uma causa da decadência moral da Índia (Albuquerque 1990: 124). Cremos que é notório que o acordo não contribuiu para o desenvolvimento da colónia, no entanto, outros fatores que lhe eram anteriores (a agiotagem, o regime da propriedade das comunidades que oprimia o desenvolvimento agrícola, a falta de pastagens, o abandono das florestas, o arcaísmo dos processos industriais, a preferência pelo carreirismo público e a falta de carreiras a vapor para o porto de Mormugão) concorreram de igual

[58] AHU, Caminhos de ferro de Luanda, Ambaca, Malange e Mormugão, liv. 927 1N.

[59] The Railway Times, vol. 91, n.º 26, 671 (relatório da WIP).

modo para o estado estacionário da Índia Portuguesa (Menezes 1891: 7, 20; Viegas Júnior 1910: 40-54 e 69-78).

## Epílogo: Mormugão ou o amor pela tecnologia

No seu livro sobre o não-implementado sistema de transporte ferroviário automático conhecido como *Aramis*, Latour, a certa altura, refere-se-lhe nos seguintes termos: "we don't know what it does, but we do know that the president and the minister love it, as long as it's complicated enough to be a symbol of modernization" (Latour 2002: 141). A adequação desta frase ao exemplo tecnológico analisado neste artigo no âmbito da negociação tecnodiplomática do tratado de 1878 parece-nos tão evidente que não hesitamos em nos inspirar no título daquela obra para batizar este capítulo final.

De facto, em 1875, quando se iniciou a discussão do tratado, era impossível conhecer as reais consequências da implementação da tecnologia ferroviária na decadente colónia de Goa. Olhando meramente para um mapa, o projeto fazia sentido, mas para uma análise completa era necessário atentar à agenda ferroviária indo-britânica, a estatísticas de produção ou tráfego, a exames mineralógicos do subsolo de Goa (rico em manganês como se veio a descobrir já bem entrados no século XX) e às reações de outros portos (nomeadamente Bombaim) ao desenvolvimento de um ancoradouro concorrente.

Mas nada disto foi levado em linha de conta (só depois da assinatura do tratado, o engenheiro Xavier Cordeiro faria um estudo prospetivo dos custos e receitas da linha). Muito embora não se soubesse ao certo o que poderia o caminho-de-ferro fazer, ele era um símbolo de progresso e modernidade suficientemente poderoso para valer a restrição voluntária de duas importantes atividades produtivas de Goa e dos restantes enclaves portugueses na Índia, evidenciada nos artigos do tratado de 1878.

Neste sentido, bem lacónico foi Ayalla (1888, reimpr. 2001: 59) quando escreveu que o tratado introduziu na Índia o Fontismo, a política baseada no saint-simonismo, que tinha na sua base a modernização tecnológica da nação e a criação de redes de comunicação, especialmente redes transnacionais que fomentassem uma civilização de circulação (Alegria 1988; Macedo 2007: 117-9; Vleuten 2006: 289-90). Uma política que espelhava igualmente o sublime técnico, a crença na capacidade da tecnologia de mudar o curso da história.

O tratado de 1878 exibia perfeitamente essa sedução e fé na tecnologia – que há três décadas se sentia na metrópole (Saraiva 2007: 270) – e na promessa de quebrar o obstáculo que nem o mais brilhante dos engenheiros conseguia ultrapassar – a fronteira política –, indo assim ao encontro dos ideais saint-simonianos. Um enlevo tal que tornou aceitável a abdicação de duas importantes atividades económicas locais e a sujeição aos interesses comerciais e fiscais ingleses.

## Arquivos


Arquivo Histórico-Diplomático, Caminho de ferro de Goa, 3.º p., arm. 20, mç. 50, proc. 146.

— Caminho de ferro de Mormugão, sala 3, est. 98, proc. 6, 38630.

— Documentos apresentados ás Cortes na Sessão Legislativa de 1876 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros (Livro Branco de 1876).

— Documentos apresentados ás Cortes na Sessão Legislativa de 1879. Tratado entre Portugal e a Gran-Bretanha para regular as relações entre a India Portugueza e a India Ingleza (Livro Branco do Tratado da Índia).

Arquivo Histórico Parlamentar, Câmara dos Deputados, Actas das sessões secretas, 1859-1882, Livro sem cota.

— Câmara dos Deputados, Sec. I/II, mç. 512, Proposta de lei 125-H/XXIII.

Arquivo Histórico Ultramarino, Caminhos de ferro de Luanda, Ambaca, Malange e Mormugão, liv. 927 1N.

— Caminho de ferro de Mormugão, mç. 2589.

Biblioteca Universitária João Paulo II, Tratado entre Portugal e a Inglaterra regularizando a possessão portuguesa da Índia, MC-495.

British Library, India Office Records, IOR/C/141; IOR/L/PS/18/D30 e D98.

House of Commons Parliamentary Papers, Correspondence respecting commercial negotiations with Portugal: 1868-72.

— Correspondence respecting commercial negotiations with Portugal (1876).

— Correspondence respecting the results of the treaty of commerce between Her Majesty and the King of Portugal and the Algarves, signed at Lisbon, December 26, 1878 (Blue Book).

The National Archives, Foreign Office, FO 63/1399.

— Home Office, HO 45/9325/18165.


### Periódicos


Annaes do Conselho Ultramarino (parte não official), série II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861).

Collecção Official de Legislação Portuguesa, 1879 e 1881.

The Railway Times, 1907.


### Monografias


AREZ, J. J. F. (1891). Breves considerações sobre o resultado economico e financeiro do tratado da India de 26 de Dezembro de 1878 nos primeiros nove anos da sua execução. Lisboa: IN.

AYALLA, F. D. (1888, reimpr. 2011). Goa Antiga e Moderna. Lisboa: Ésquilo.

CARVALHO, A. C. C. (1888). Relatorio do governo do estado da India. Lisboa: IN.

COSTA, C. R. (1879). O tratado anglo-portuguez de 26 de Dezembro de 1878. O sr. João Andrade Corvo e os povos da India Portugueza. Margão: Tipografia do Ultramar.

MENDES, A. L. (1886, reimpr. 1992). A India Portugueza. Breve descripção das possessões portuguezas na Asia. Lisboa: Fundação Oriente.

MENEZES, V. G. C. (1891). Estado da Índia. Relatorio do governador geral. 1890. Lisboa: IN.

PORTUGAL. Ministério da Marinha e Ultramar (1881). Relatorios dos governadores geraes da provincia de Cabo Verde e estado da India e dos governadores dos districtos de Damão, Diu e Mossamedes referidos ao anno de 1879. Lisboa: IN.

## Bibliografia

ABECASSIS, C. K. (1951). Condição e enquadramento do problema do porto e caminho de ferro de Mormugão. Lisboa: IN.

ADAS, M. (1989). Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance. Ithaca: Cornell University Press.

— (2006). Dominance by Design: Technological Imperatives and America's Civilizing Mission. Cambridge: Harvard University Press.

ALBUQUERQUE, T. (1990). "The Anglo-Portuguese Treaty of 1878: its impact on the people of Goa", Indica, 27:50-51, 117-24.

ALEGRIA, M. F. (1988). "Política ferroviária do Fontismo. Aspectos da construção e do financiamento da rede", Revista de História Económica e Social, 23, 43-64.

ALEXANDRE, V. e DIAS, J. (coord.) (1998). "O Império Africano 1825-1890", in J. Serrão e A. H. de O. Marques (dir.), Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Estampa, vol. X.

BRION, H. (1908). A India Portugueza. Lisboa: Cooperativa Militar.

DARWIN, J. (2002). "Globalism and Imperialism: the Global Context of British Power, 1830-1960", in S. Akita (ed.), Gentlemanly Capitalism, Imperialism and Global History. Nova York: Palgrave MacMillan, 43-64.

DELOCHE, J. (1980). La circulation en Inde avant la révolution des transports. Paris: École Française d'Extrême Orient. 2 vols.

DIOGO, M. P. (2009). "«Domesticating» the Wilderness»: Portuguese Engineering and the Occupation of Africa", in A. C. Matos, M. P. Diogo, I. Gouzévitch, A. Grelon (eds.), The Quest for a Professional Identity: Engineers between Training and Action. Lisboa: Colibri, 471-81.

DIVALL, C. (2003). "Railway Imperialisms, Railway Nationalisms", in M. Burri, K. T. Elsasser, D. Gugerli (eds.), Die Internationalität der Eisenbahn 1850-1970. Zürich: Chronos, 195-209.

ETHELL, B. D. (2003). "Portugal and Portuguese India, 1870-1961", diss. doutoramento (policopiada), U. London.

FARIA, A. S. (2010). "L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926", diss. doutoramento (policopiada), U. Paris 1.

FAYE, M. L., McArthur, J. W., Sachs, J. D. e Snow, T. (2004). "The challenges facing landlocked developing countries", Journal of Human Development, 5:1, 31-69.

FERNANDES, F. X. E. (1905a). India Portugueza. Estudos economico-sociaes. Bastorá: Tipografia Rangel.

— (1905b). Regimen do sal, abkary e alfandegas da India. Memoria do Tratado de 26 de dezembro de 1878. Lisboa: Tipografia Universal, 1905.

GRACIAS, J. B. A. (1909). Subsidios para a historia economico-financeira da India Portugueza. Nova Goa: IN.

— (1934). Ingleses em Goa ou ocupação de Goa pelas tropas britânicas. Nova Goa: Tipografia Rangel.

— (1940). Caminho de ferro e porto de Mormugão. Bastorá: Tipografia Rangel

HEADRICK, D. R. (1981). The Tools of Empire. Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century. Oxford: Oxford University Press.

HECHT, G. (2009). The radiance of France. Nuclear power and national identity after World War II. Cambridge: The MIT Press.

HOBSBAWM, E. (1979). A era do capital (1848-1875). Lisboa: Presença.

KASSON, J. F. (1976). Civilizing the machine: technology and republican values in America, 1776-1900. Nova York: Grossman.

KERR, I. J. (1995). Building the Railways of the Raj 1850-1900. Delhi: Oxford University Press.

— (2007). Engines of Change: the railroads that made India. Londres: Praeger.

KERR, I. J.; PEREIRA, H. S. (2013). "India and Portugal: the Mormugão and the Tua railways compared", in A. McCants, E. Beira, P. B. Lourenço e J. M. L. Cordeiro (eds.), Railroads in historical context: construction, costs and consequences, Porto: U. Minho, MIT Portugal, EDP, 167-96.

LATOUR, B. (2002). Aramis or the Love of Technology. Cambridge: Harvard University Press.

LOPES, J. C. (1945). "O Pôrto e o caminho de ferro de Mormugão nas suas relações com a Índia Inglesa", Boletim Geral das Colónias, 21:236, 37-42.

LÓPEZ, E.; MONZÓN, A.; ORTEGA, E.; MANCEBO, S. (2009). "Assessment of cross-border spillover effects of national transport infrastructure plans: an accessibility approach", Transport Reviews 29:4, 515-36.

MACEDO, M. C. de (2009). "Projectar e construir a nação. Engenheiros e território em Portugal", diss. doutoramento (policopiada). Coimbra: U. Coimbra.

MARDSEN, B.; SMITH, C. (2005). Engineering Empires. A Cultural History of Technology in Nineteenth-Century Britain. Nova York: Palgrave MacMillan.

MATA, M. E. (1993). As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial. Lisboa: Banco de Portugal.

MARÇAL, B. J. N. (2016). "Um império projectado pelo «silvo da locomotiva». O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)", diss. doutoramento (policopiada), U. Nova de Lisboa.

NYE, D. (1999). American Technological Sublime. Cambridge: The MIT Press.

PEREIRA, H. S. (2012). "A política ferroviária nacional (1845-1899)", diss. doutoramento (policopiada), U. Porto.

— (2015). "Fontismo na Índia Portuguesa: o caminho-de-ferro de Mormugão", Revista Portuguesa de História, 46, 237-62.

PINHEIRO, M. (1992). "Le role de l'Etat dans la construction des chemins de fer du Portugal au XIXe siècle", Histoire, Economie et Societé, 11:1, 173-84.

— (1995). "L'Histoire d'un Divorce: l'Integration des Chemins de Fer Portugais dans le Réseau Ibérique", in M. Merger, A. Carreras, A. Giuntini (dirs), Les réseaux européens transnationaux XIXe-XXe siècles: quels enjeux? Nantes: Ouest Éditions, 337-346.

ROBINSON, R. E. (1991). "Conclusion: Railways and Informal Empire", in C. B. Davids, K. E. Wilburn Jr., R. E. Robinson (eds.), Railway Imperialism. Nova York: Greenwood, 175-97.

SANTOS, L. A. L. (2011). "Política Ferroviaria Ibérica: de principios del siglo XX a la agrupacion de los ferrocarriles", diss. doutoramento (policopiada), U. Complutense.

SARAIVA, T. (2007). "Inventing the Technological Nation: The Example of Portugal (1851-1898)", History and Technology, 23:3, 263-73.

SCHWEITZER, G. E. (1989). Techno-diplomacy. US-Soviet Confrontations in Science and Technology. Nova York: Plenum.

SOUZA, T. R. de; BORGES, C. J. (1990). "Transport and Communications", in T. R. de Souza (ed.), Goa through the ages. Nova Deli: Concept Publishing Company, 227-42.

VIEGAS JÚNIOR, M. F. (1910). A India Portugueza. O que é – o que poderá ser. Porto: Hospital do Conde Ferreira.

VILHENA, J. (1916). Antes da Republica (notas autobiográficas). Coimbra: França & Arménio. 2 vols.

VLEUTEN, E. (2006). "Understanding Network Societies. Two Decades of Large Technical System Studies", in E. Vleuten, A. Kaijser (eds.), Networking Europe. Transnational Infrastructures and the Shaping of Europe, 1850-2000. Sagamore Beach: Science History Publications, 279-314.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_11

# Os amores de Pedro e Inês. Inspiração histórica e Naturalismo na pintura portuguesa oitocentista

## *The love story of Pedro and Inês. Historical subjects and Naturalism in portuguese eighteenth-century painting*

Lara Miguel Bule
Mestranda em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL
lara.bule@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 14/02/2017

**Resumo:** Temática amplamente divulgada pel'*Os Lusíadas* de Camões, o episódio trágico de Inês de Castro repercutiu-se nas artes visuais, em particular na pintura de história, a partir do Romantismo. Com a alusão à Quinta das Lágrimas, nela se insinua também o motivo da paisagem, em sintonia com o Naturalismo e a aproximação aos valores estéticos do Impressionismo pelos artistas portugueses. Uma abertura à modernidade, que inclui a fotografia e o encontro, ainda, com o movimento Pré-Rafaelita, redimensionando o mito no imaginário oitocentista e identitário da arte nacional.

**Palavras-chave:** Inês de Castro, Quinta das Lágrimas, Pintura de História, Naturalismo, Pré-Rafaelitas.

**Abstract:** Subject widely spread by Camões' poem *Os Lusí*adas, the tragic episode of Inês de Castro was translated to visual arts, in particular history painting, with Romanticism. Referring to Quinta das Lágrimas, it also implies the motive of landscape, in harmony with Naturalism and the approach to Impressionism aesthetic values by portuguese artists. An overture to modernity, which encompasses photography and still the confluence with the Pre-Raphaelite movement, resizing the myth in nineteenth-century identity-related imagery of national art.

**Keywords:** Inês de Castro, Quinta das Lágrimas, History Painting, Naturalism, Pre-Raphaelites.

A vida, morte e glorificação de Inês de Castro, acontecimentos que tiveram lugar no Portugal do século XIV, interessaram desde sempre poetas e cronistas portugueses. Atendendo à origem galega de Inês, também os escritores espanhóis narraram e efabularam a sua história, de tal modo que, entre uns e outros, acabou por se transmitir à restante Europa pelo século XVII. Longe de confinada à Península Ibérica, ultrapassou fronteiras, por via da crónica, da poesia, do romance, da tragédia, da ópera e do bailado. De todas as obras literárias, a epopeia de Camões foi o meio de divulgação por excelência dos amores de Pedro e Inês. Com efeito, *Os Lusíadas* conheceram tantas traduções quantas as línguas faladas no espaço europeu. Mas foi o Romantismo que melhor celebrou o mito inesiano e fê-lo não através da obra do português mas

de um francês, Houdar de La Motte, que, informado pela tradição do teatro espanhol, deu a conhecer à Europa uma versão lendária da história[1].

Como se manifesta esse interesse recorrente pelo episódio de Inês de Castro nas artes figurativas? Mais do que responder à questão, o presente artigo visa sobretudo compreender a forma como, por via deste tema, o motivo da paisagem se insinua na pintura de inspiração histórica perante a eclosão do Naturalismo no século XIX. Introduzida na literatura logo no início de Quinhentos, a paisagem tornar-se-á um elemento estruturante do mito inesiano, que só mais tarde a cultura visual integra e explora. Esta descoberta ocorre não apenas no domínio dos *media* tradicionais, como a pintura e o desenho, mas também do *medium* fotográfico, nascido na modernidade. A primeira manifestação artística dedicada ao tema é, todavia, escultórica e decorre dos próprios túmulos de D. Pedro e D. Inês. Seria preciso esperar pelo menos trezentos anos para que o assunto fosse retomado, fora de Portugal, com a gravura francesa de inícios do século XVIII, ilustrativa dos acontecimentos históricos mais ou menos fantasiados.

O período oitocentista foi extremamente fecundo para a pintura inesiana[2]. Numa reação às normas antiquadas do ensino académico, que se satisfaziam em modelos setecentistas romanos e franceses, alguns jovens, liderados por Tomás da Anunciação, protagonizam, em 1844, uma revolução estética, "pacata", mas que consolida e amplia os valores românticos já esboçados em alguma produção de Vieira Portuense e de Domingos António de Sequeira. Abandonando as iconografias clássicas da pintura de história, aqueles artistas operam uma rutura temática que os leva a descobrir o paisagismo, a valorizar a pintura de género e a renovar a própria pintura de história. Todas estas vias serviram ao florescimento da produção pictórica inesiana, num tempo em que os heróis clássicos dão lugar aos heróis históricos, não só contemporâneos mas também medievais.

Esse apelo da Idade Média era também o da recuperação de uma Natureza idílica, intocada pela industrialização. Com efeito, o Romantismo na pintura pautou-se ainda pela recusa das práticas de *atelier*, baseadas na cópia de gravuras, substituindo-as pelo ofício ao ar livre, embora os quadros fossem posteriormente compostos em estúdio. Propunham os nossos jovens escolares um novo conceito de belo, ancorado ao culto do natural, em sintonia com as pulsões de rutura que, em Inglaterra e na Alemanha, orientaram o trabalho de Constable ou Friedrich, e, em França, assistiram ao surgimento do naturalismo da Escola de Barbizon. Por isso, partem à descoberta do Portugal rural de costumes castiços, empreendendo, na feliz expressão de Raquel Henriques da Silva, uma espécie de *Viagens na Minha Terra* no plano da pintura (Silva 1995: 330).

---

[1] Antoine Houdar de La Motte inaugura, em 1723, a tradição dramática francesa de Inês de Castro, fixando elementos fundamentais no tratamento do assunto, ao nível da tragédia, da ópera e do bailado, como seja a morte por envenenamento (Sousa 2005: 178-195).

[2] Puramente temática, a expressão "inesiana/o" é usada neste artigo na aceção que lhe foi conferida por Maria Leonor Machado de Sousa nos estudos literários sobre a figura de Inês de Castro (Sousa 1984; 2005).

As qualidades naturais do principal cenário da história que nos ocupa, a Quinta das Lágrimas, vinham sendo celebradas desde o século XIV, antes mesmo de ser palco dos amores de Pedro e Inês. O local era então referido como Quinta do Pombal e pertencia à comunidade monástica de Santa Cruz de Coimbra. Confinava, a nordeste, com a cerca do Mosteiro de Santa Clara, refundado por D. Isabel de Aragão, que, em 1326, ordena a construção de um aqueduto, aproveitando duas nascentes da quinta para abastecer os edifícios das clarissas. António de Vasconcelos esclarece que a fonte "onde convergia a água das duas nascentes, e da qual ela seguia, reunida num cano único, para a cêrca clarista, aparece-nos, decorridos cêrca de trinta anos [sobre a escritura], designada pelo nome de *fonte dos Amores*" (Vasconcelos 1928: 154). O mesmo autor localiza as várias nascentes da propriedade, incluindo as que "manavam ao meio-dia das adquiridas por D. Isabel" e que constituem a "fonte Nova"[3], conhecida, desde princípios do século XVIII, como "fonte das Lágrimas", nome que empresta à própria quinta.

Antes de Camões, outros poetas cantaram a Fonte dos Amores, embora nenhum tenha relacionado esta designação com a história da Castro. O mérito de tal ficção coube ao autor d'*Os Lusíadas*, que reforça a lenda, imprimindo-lhe veracidade e perenidade, com a definição da toponímia e consequente associação dos nomes dos lugares. Entre as sugestões colhidas nos versos camonianos, a dita "fonte dos Amores", assim designada, como vimos, já em meados do século XIV, acabaria por quase autonomizar-se como tema, sobretudo glosado na poesia de inspiração coimbrã. Uma leitura equívoca da estrofe 135 da epopeia estará na origem da atribuição do nome à segunda fonte, dita "das Lágrimas", "natural herdeira" da Fonte dos Amores, já que esta não passa de uma escura galeria subterrânea. A segunda fonte, pelo contrário, é bem mais aprazível: enquadrada por um arvoredo pitoresco, alimenta um lago e rega as flores do jardim. Acresce que, a partir de 1690, era a única visível para quem passava pela quinta depois da construção de um muro para resguardo do jardim[4]. Perdida a recordação inicial, consumou-se a sua substituição pela Fonte Nova, chamada indiferentemente das Lágrimas ou dos Amores.

Da posse dos Crúzios, a propriedade transitou, em 1545, para a Universidade de Coimbra, tendo o seu domínio útil sido adquirido por particulares em 1730. De visita à quinta, nos inícios de Oitocentos, a convite de António Maria Osório Cabral e Castro, os oficiais ingleses Nicholas Trant e Arthur Wellesley[5] quiseram

---

[3] Esta "fonte Nova" existe, pelo menos, desde 1372, tendo sido adquirida, em 1511, pelas clarissas para substituir a fonte "velha" (Vasconcelos 1925: 181).

[4] Muro depois substituído, no último quartel de Oitocentos, por porta e janela de cantaria simulando as ruínas de um edifício gótico (Vasconcelos 1928: 166-167).

[5] O coronel Nicholas Trant exerceu, em 1809, funções de governador militar de Coimbra e, mais tarde, do Porto; Arthur Wellesley, depois duque de Wellington, foi marechal-general do exército português e comandante-chefe do exército anglo-português no mesmo período. Trata-se, pois, do famoso militar e político britânico, futuro vencedor de Napoleão em Waterloo.

prestar um tributo material à história inesiana: ao primeiro se deve a colocação da lápide com a célebre estrofe d'*Os Lusíadas* junto da Fonte das Lágrimas; ao segundo, a plantação de uma sequoia. Por iniciativa do filho de António Maria, é construído o jardim romântico com espécies vegetais exóticas e, por ação do sobrinho-neto, o portal e vão neogóticos que enobrecem o "cano dos Amores". A lenda não só fixara o assassínio de Inês na Quinta das Lágrimas, como atribuíra ao "cano dos Amores" um papel à altura da sublime designação. Não nos interessa discutir aqui a veracidade histórica destas crenças que alimentam o imaginário coletivo. Mas antes sublinhar o seu contributo para a construção do espírito do lugar e, no plano mítico, de um tópico da própria identidade nacional.

Relatos como o de António Corte-Real, que escreve em 1831, dão conta do fascínio que o sítio exercia sobre a sociedade romântica do século XIX (Corte-Real 1831: 30-46). O autor de *Bellezas de Coimbra* refere-se, inclusivamente, a um "culto da fonte", que "tem frustrado as varias tentativas, que tem feito os Senhores da Quinta para vedar a sua publicidade. Levantão-se muros; mas no dia seguinte aparecem derribados" (1831: 46). Corte-Real testemunha a forma como a devoção popular impediu o muramento a norte da propriedade, junto à estrada que vai para Banhos Secos, chegando a própria Câmara conimbricense a intervir, ao reivindicar serventia pública para a Fonte das Lágrimas[6].

As referências à Quinta das Lágrimas multiplicam-se nas narrativas dos viajantes que, na segunda metade do século XVIII e sobretudo na primeira do século XIX, passam por Coimbra (Sousa 2005: 268-280). Para além da fonte propriamente dita, relevam o seu enquadramento natural, luxuriante, em que se combinam os vários sentidos para apreciar o murmúrio das águas, o perfume das flores, a sombra das árvores. Os cedros adquirem, neste contexto material, elevado valor simbólico, de tal forma que num deles chegou a ser inscrita a frase "eu dei sombra a Ignez formosa", a julgar pelo que nos contam Simão José da Luz Soriano (Soriano 1860: 128) e Sousa Viterbo (Viterbo 1889: 12). O príncipe Lichnowsky não só confirma o facto como acrescenta um dado extremamente revelador desta vontade de materializar tudo aquilo que enforma o universo do mito: a preservação do tronco do dito cedro como relíquia (Lichnowsky 1845: 152).

Tão idílico cenário interessou, por isso, aos pintores do primeiro ciclo do Naturalismo português. João Cristino da Silva, um dos revoltosos de 1844, nele se inspira para um exercício pictórico de acentuados contrastes lumínicos, intitulado *Fonte dos Amores, Quinta das Lágrimas*, do Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea (Fig. 1). Pintura de género, mostra duas crianças a brincar junto à fonte sob o olhar vigilante de uma figura feminina, porventura a mãe, observando-as de pé. Mas a verdadeira protagonista é a paisagem,

[6] Vasconcelos 1928: 151; Júdice 2013: 209-211.

**Fig. 1**.
*Fonte dos Amores, Quinta das Lágrimas.*
João Cristino da Silva, c. 1871. Óleo s/ tela, A.75 x L.100 cm.
Inv. 78 | Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea, Lisboa
© Carlos Monteiro, Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica

**Fig. 2.**
*La Musique aux Tuileries.*
Édouard Manet, 1862. Óleo s/ tela, A.76,2 x L.118,1 cm.
Inv. NG3260 | The National Gallery, Londres
© The National Gallery

sombria, de arvoredo cerrado, interrompido pela abertura na copa de um cedro, projetando uma luz cenográfica que ilumina as crianças e a extremidade do tanque. Junto ao imponente tronco da pinácea, o pintor concentra as anotações de tons quentes, não só as flores como o vestido carmim da mulher, em diálogo com os amarelos das ramagens e da mancha de erva fúlvida; e com as próprias crianças, sobretudo a menina, versão solar da mãe sombria.

Cristino da Silva explorara já na década de 1860 o artifício cenográfico de mergulhar o quadro na penumbra para fazer ressaltar determinada superfície soalheira, compondo uma paisagem eivada de sentimento. Mas a pintura que aqui nos ocupa é ainda mais escura, tal a densidade da ramaria, apenas entrecortada pela nesga de céu, verdadeiro óculo nesta abóbada de folhagem. Interessante mas não inédita, esta solução compositiva fora empregue, quase dez anos antes, por Édouard Manet na célebre obra *La Musique aux Tuileries* (Fig. 2) com resultados

bem diferentes: o negrume dramático de Cristino nada tem que ver com a tensão luminosa de Manet, que privilegiava valores tonais mais altos.

Se alguns autores[7] aproximaram a sua produção aos valores metafísicos do Romantismo alemão, que o português terá observado, por cá, em coleções particulares e revisto em Paris e na Suíça, também é válido supor que contactou com a pintura então praticada em França. Cristino foi um dos artistas escolhidos para representar Portugal na Exposição Universal de Paris, que teve lugar em 1867. Pela mesma altura, e à margem do circuito oficial, dois artistas nos antípodas do academismo organizam mostras individuais às portas do recinto do evento, no Champ-de-Mars: Gustave Courbet, repetindo a audácia de 1855 com o seu *Pavillon du Réalisme*, e Manet, reunindo mais de cinquenta obras num pavilhão construído para o efeito, que o nosso Cristino poderá ter visitado.

Se o fez, dificilmente teria encaixado as inovações deste "pintor da vida moderna". O mais provável é que a solução do óculo celeste seja antes devedora de uma formulação cenográfica da paisagem, composta de modo a criar um "buraco óptico" (Franco 2000: 45), por meio do qual se descortina um horizonte longínquo, como ensaiara já em outras ocasiões. A promessa de um novo fôlego na pintura naturalista portuguesa não chegaria a cumprir-se em Cristino. De novo em Portugal, retoma, em larga medida, o registo costumista e, a partir da década de 70, pouco terá produzido, na sequência de um desequilíbrio nervoso. Nesses anos de menor fervor, o gosto dominante da opinião pública parece ter contribuído para o enegrecimento da paleta do pintor, que envereda pela contenção cromática (Silveira 2000: 33). Com efeito, os "excessos de côr" que Zacarias de Aça lhe apontara (Aça 865: 202) estão ausentes da tela que agora nos interessa, apresentada na Exposição de Belas Artes de Madrid de 1871 e reproduzida em gravura na revista *La Ilustración de Madrid* (La Ilustración de Madrid 1871: 365).

Não obstante o catálogo da exposição citar uma estrofe do episódio inesiano d'*Os Lusíadas*, a alusão ao drama da Castro é aqui simbólica, evocada pelo lugar e pela figura feminina. A produção do artista manifesta o seu empenho romântico na comunhão com a natureza. Uma natureza em que a presença humana não passa de uma circunstância, de um mero apontamento, privilegiando, na demanda do sentimento, ora sereno e melancólico, ora turbulento e dramático, os cenários onde se revela o espírito do lugar: Sintra, o Buçaco, o Mondego ou a Quinta da Lágrimas. Como bem salienta Helena Carvalhão Buescu, há um forte pendor narrativo na abordagem a estes temas, considerando a autora que a paisagem em Cristino, tal como em muito romance da época, constitui o ponto de partida do texto verbal ou pictórico (Buescu 2000:

[7] Silveira 2000: 30-32; Franco 2000: 45.

**Fig. 3.**
*Fonte dos Amores.*
Desenho de João Cristino da Silva, gravura de João Pedroso.
© *Archivo Pittoresco*
1860: 289

104). Em *Fonte dos Amores*, a associação ao romance folhetinesco é-nos sugerida pela evidência material do próprio jornal, que a mulher terá lido, destacando uma das folhas.

O tema inesiano conheceu, no século XIX, uma verdadeira explosão literária, não só no género narrativo, incluindo o romance, a novela, o *feuilleton* e a narrativa de viagem, como no dramático, através da tragédia, do melodrama ou da ópera, e ainda no lírico, sob a forma de sonetos e cantatas. Foram, sobretudo, os poetas que celebraram o cenário bucólico da história inesiana, relevando o elemento da lenda que atraía particularmente os autores românticos: a fonte[8]. E os jornais literários portugueses converteram a matéria, aparentemente inesgotável, num tema frequente de textos em prosa, poemas e ilustrações. Como *O Recreativo* (O Recreativo 1838: 177-179), o *Universo Pittoresco* (Universo Pittoresco 1843-1844: 49-51), ou o *Jardim Litterario* (Jardim Litterario 1847: 17-19). Para, finalmente, o *Archivo Pittoresco* dedicar, em 1860, um artigo à Fonte dos Amores, combinando versos e referências históricas, encabeçado por gravura de João Pedroso (Fig. 3), "reduzida de um quadro a oleo pintado pelo sr. Christino (…) para S. M. el-rei D. Fernando" (Archivo Pittoresco 1860: 289).

Assim, a pintura de 1871 corresponderá a uma segunda versão da mesma paisagem simbólica, cuja formulação original é anterior à publicação da gravura no *Archivo Pittoresco*. Original que data, efectivamente, de 1858, a avaliar pelo comentário de Andrade Ferreira: "o quadro de interior do sr. Christino, a *Estalagem*, (…) e o da *Fonte das lagrimas*, poética fonte que os amores de um principe, e os cantos de um bardo tornaram immortal, constituem em pintura as producções mais notáveis do anno de 1858" (Ferreira 1861: 65). Na verdade,

[8] Sousa 2005: 346-357.

**Fig. 4.**
*Fonte das Lágrimas.*
João Ribeiro Cristino da Silva, último quartel do século XIX.
Óleo s/ tela, A.51 x L.71 cm.
Fundação Inês de Castro, Quinta das Lágrimas, Coimbra.
© Coleção particular

se pensarmos que a *Cruz alta de Cintra*, também exibida em Madrid, já havia conhecido, pelo menos, uma interpretação em 1865, e que, no avançar da década de 70, a pintura de Cristino vive sobretudo de *recordações*, título de muitas das últimas obras, percebemos que o fulgor criativo resvala numa assumida repetição de imagens aclamadas pelo público.

Sem a prova material do quadro que lhe serviu de suporte, mas a avaliar pela gravura de Pedroso, o enquadramento é sensivelmente o mesmo, embora de maiores dimensões na versão primitiva. A marcação do espaço é dada por três imponentes cedros cuja folhagem, abundante, mas não cerrada[9], se interrompe e desenha uma pequena clareira de luz, iluminando as duas figuras na extremidade do tanque. Cristino virá a substituir este casal pelas duas crianças e a personagem em primeiro plano, um saloio dormitando, pela mulher-mãe atenta, cuja atitude carregada pressagia um desenlace funesto e lembra a desaprovação do "pai sesudo", em contraste com a inocência das crianças. Ao fundo, a pedra lapidar que assinala a Fonte das Lágrimas completa o cenário.

João Ribeiro Cristino da Silva conhecia certamente a pintura que o pai executara em 1858, ou pelo menos as suas reproduções gráficas, já que apresenta uma versão praticamente idêntica anos depois (Fig. 4 – coleção particular). O ponto de vista é o mesmo, bem como a composição da paisagem, dominada pelos imponentes e frondosos cedros, agora dois e não três. Ribeiro Cristino atribui ao par maior destaque na medida em que o traz para um plano mais próximo do observador. A figura masculina, colocada de perfil, encara a mulher, que lhe devolve o olhar, inclinando a cabeça na sua direção. A forma de trajar do homem lembra um dos *Cinco Artistas em Sintra*, de casaco com-

[9] Esta pequena alteração dá mais força à hipótese de Cristino ter realmente visto *La Musique aux Tuileries* de Manet, aquando da sua deslocação a Paris em 1867, e dela ter retirado a ideia do óculo celeste.

**Fig. 5.**
*Fonte das Lágrimas* (Coimbra). Gravura de João Ribeiro Cristino da Silva.
© *A Arte* 1880: 100

prido preto, capa e chapéu à Rubens, enquanto a mulher enverga um vestido de saia vermelha e xaile branco pelos ombros. Senhora de uma elegância que recorda a Viscondessa de Meneses, no conhecido retrato em que posa para o marido, figura da geração do pai Cristino. Todos estes aspetos tornam evidente o anacronismo da composição.

Membro do Grupo do Leão, o artista notabilizou-se sobretudo como gravador. Colaborou em diversas revistas, para onde produziu inúmeras gravuras, uma das quais integrou a edição comemorativa do tricentenário da morte de Luís de Camões, publicada pelo jornal *A Arte* em 1880 (Fig. 5). Representa justamente a Fonte das Lágrimas na vista, aqui inabitada, que pai e filho celebraram na pintura. Neste domínio, foi a influência de Silva Porto que o levou para o género paisagístico[10]. Discípulo da geração romântica de Anunciação, Miguel Ângelo Lupi, Pedro de Sousa e Vítor Bastos, deixou-se entusiasmar, como tantos outros, pela inovação técnica e paisagismo ruralista propostos por Silva Porto, unanimemente reconhecido como mestre do longo ciclo do Naturalismo português[11]. Ainda assim, a obra pictórica de Ribeiro Cristino deve à formação académica uma organização compositiva que pouco ou nada tem de espontâneo.

Refira-se que o enquadramento escolhido para estas duas pinturas vinha já fascinando os visitantes da Quinta das Lágrimas, impelidos a registar tão mítico cenário. Como o arqueólogo norte-americano, a quem Borges de Figueiredo

[10] Artur 1903: 46-47.

[11] Sobre a importância de Silva Porto na pintura naturalista portuguesa, veja-se a bibliografia de Raquel Henriques da Silva, designadamente o catálogo da exposição de 1993, comemorativa do centenário da morte do artista.

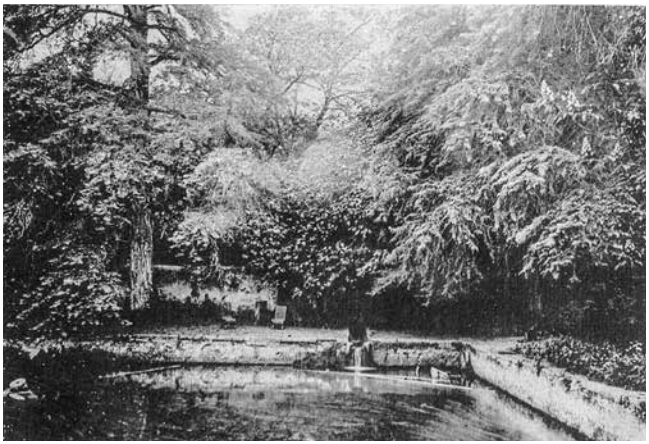


**Fig. 6.**
*Fonte das Lágrimas.*
Fototipia de Emílio Biel, segundo fotografia de J. M. dos Santos.
© Viterbo 1889: s.p.

**Fig. 7.**
*Fonte das Lágrimas.*
Fotografia de Carlos Relvas, c. 1880.
© Casa-Estúdio Carlos Relvas, Golegã

mostra a cidade, talvez no início da década de 1880, que "quis fazer um esboço da fonte e do principal cedro que lhe presta sombra", apesar de o cicerone observar "que em Coimbra podia fazer acquisição de optimas photographias d'aquella recordação histórica" (Figueiredo 1886: 105). Com efeito, o florilégio poético composto por Sousa Viterbo, em 1889, é prefaciado por uma fototipia do alemão Karl Emil Biel, mostrando a Fonte das Lágrimas resguardada pelos melancólicos cedros (Fig. 6). No ano seguinte, a mesma fototipia era reproduzida em gravura por José Pires Marinho na *Revista Illustrada* (Revista Illustrada 1890: 140). Estabelecido no Porto, onde tinha o seu estúdio fotográfico, Biel aprendera com Carlos Relvas o processo da fototipia, da qual o segundo fora o introdutor em Portugal.

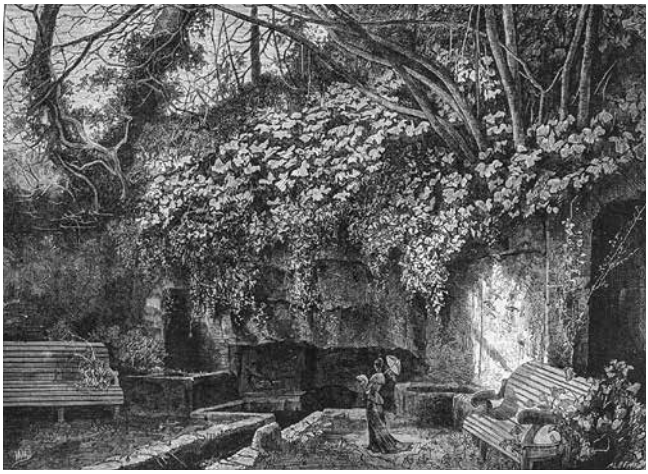


**Fig. 8.**
*A Fonte dos Amores na Quinta das Lágrimas em Coimbra.*
Gravura realizada a partir de uma fotografia de Carlos Relvas, 1880.
© *O Occidente* 1880: 21

**Fig. 9**
*Coimbra – Cedro secular na Fonte dos Amores.*
Desenho de Manuel de Macedo a partir de uma fotografia de Carlos Relvas.
© *O Occidente* 1881: 181

O próprio Carlos Relvas também fotografou a fonte (Fig. 7), oferecendo-nos uma vista de pormenor que *O Occidente* deu à estampa numa edição de 1880 (Fig. 8). Não sem lhe acrescentar um apontamento de costumes, muito ao gosto romântico, mediante a colocação da figura feminina que, voltada para a fonte, lê um jornal. Conhecemos-lhe ainda outra fotografia, a partir de um desenho de Manuel de Macedo, publicado no ano seguinte na mesma revista (Fig. 9). Enquadrando totalmente um dos cedros seculares da Quinta das

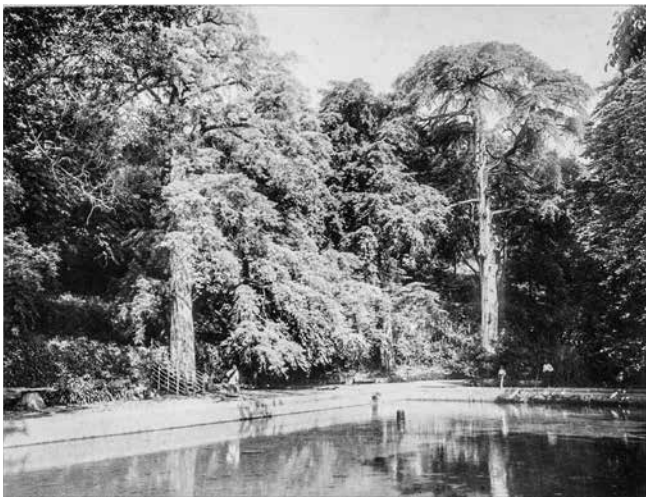


**Fig. 10.**
*Fonte dos Amores na Quinta das Lágrimas – Coimbra*, J. A. Cunha Morais, 1900-1902.
Inv. PT/CPF/CNF-CALVB/0019/000037
Centro Português de Fotografia
© Centro Português de Fotografia

**Fig. 11**
*As ninfas do Mondego chorando a morte de Inês de Castro.*
José Ferreira Chaves, c. 1899.
Óleo s/ tela, A.70 x L.41 cm.
Inv. 1491 | Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea, Lisboa
© José Pessoa, Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica

Lágrimas, o fotógrafo faz dele o protagonista da composição, a tal ponto que mal nos apercebemos da presença humana junto do tronco, à beira do tanque, onde mãe e filha, presumivelmente, contemplam a folhagem. Já em inícios do século XX, as perspetivas diversificavam-se um pouco, como revela a fotografia de J. A. Cunha Moraes no álbum *A Arte e a Natureza em Portugal*[12] (Fig. 10). Por esta altura, o bilhete-postal ilustrado atingia o seu auge em Portugal e são vários os espécimes que se conservam sobre o lugar dos amores de Pedro e Inês, combinando a paisagem ora com o género, ora com o retrato, ou apresentando paisagens "puras".

Regressando à pintura, cujos valores estéticos foram, desde cedo, transportados para a fotografia, também José Ferreira Chaves explora o *topos* histórico da Fonte das Lágrimas. Inspira-se n'*Os Lusíadas*, cuja edição de luxo Biel acabava de publicar, para compor nus femininos ao gosto clássico, que são afinal *As ninfas do Mondego chorando a morte de Inês de Castro* (Fig. 11 – Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea). O quadro, mostra, em baixo, um cano de água que corre para o tanque e, ao fundo, duas figuras infantis que se confortam uma à outra. A parte central é povoada de ninfas, agitando-se e contorcendo-se de forma a exprimir tormento e pesar. Por último, a massa imprecisa do arvoredo denso, deixando apenas descobrir um retalho de céu azul, de onde provém a luz difusa que ilumina o conjunto da composição.

A imprecisão e o tratamento em superfície devem-se ao facto de a obra permanecer inacabada[13] e de o seu autor não ter podido aplicar pinceladas mais finas para os detalhes e trabalhar a modelação volumétrica. Considerado um pintor de transição entre o Romantismo e o Naturalismo, Ferreira Chaves não foi um paisagista nem parece ter cultivado o ar-livrismo, preferindo dedicar-se à natureza-morta e sobretudo ao retrato, género onde alcança notoriedade. Mantendo a sua ligação à Academia por via do ensino, envereda por uma carreira no funcionalismo público, mas nem por isso deixa de figurar em exposições internacionais, como a de Madrid em 1871, onde Cristino da Silva também participou com uma das obras atrás analisadas. Terá sido nessa paisagem que se inspirou para compor uma versão clássica do tema animada pelo imaginário camoniano.

No mesmo certame onde é apresentada a obra de Ferreira Chaves, o jovem Adriano de Sousa Lopes expõe o que poderíamos considerar, usando uma terminologia cinematográfica, a sua prequela, unificado o conjunto pela presença

---

[12] Baptista 2010: 177-179.

[13] José Ferreira Chaves viria a falecer a 9 de Dezembro de 1899 e a tela certificada a 12 de Janeiro de 1900, por José Simões de Almeida Júnior e José Veloso Salgado, para ser exibida, no ano seguinte, na 1.ª Exposição da Sociedade Nacional de Belas-Artes, no âmbito da mostra retrospetiva dedicada ao pintor (Camões nas Colecções do Museu Nacional de Arte Contemporânea 1972: 20).

**Fig. 12**
*Engano d'alma ledo e cego.*
Adriano de Sousa Lopes, 1901.
Óleo s/ tela, A.240 x L.140 cm.
Inv. 7 | Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães
© Sociedade Martins Sarmento

das ninfas lutuosas. *Engano d'alma ledo e cego* (Fig. 12 – Museu da Sociedade Martins Sarmento), é, como a anterior, uma composição ao alto, constituída por dois grupos de figuras: em baixo, apoiando-se nas margens rochosas do Mondego, três ninfas assistem, perturbadas, à cena que acima se desenrola, onde o enlevado casal dá provas do seu afeto. A angústia das divindades expressa-se na ocultação do rosto, como que antecipando o triste fado dos amantes. Ao centro, de pé sobre a riba, Inês apoia-se no príncipe, sentado num plano superior, dirigindo-lhe o olhar, que ele devolve com igual arrebatamento. A identificação dos nus é, mais uma vez, garantida pelo título, que torna a obra numa ilustração da estrofe 120 da epopeia.

Trabalho ainda escolar, longe do fulgor impressionista que haveria de caracterizar parte da sua obra, amadurecida com os estudos parisienses, as visitas regulares ao Museu do Luxemburgo e as sucessivas viagens, em especial a Veneza. Contudo, a prova final do pensionato em França é marcadamente académica, prosseguindo o tom oficial de *Engano d'alma ledo e cego*, de 1901. A inspiração já não é portuguesa, mas alemã[14], e a estética oscila entre o Naturalismo e o Sim-

[14] *As Ondinas* (1908) é o título da obra inspirada no poema com o mesmo nome do romântico alemão Heinrich Heine, traduzido por Gonçalves Crespo.

**Fig. 13**
*Dom Pedro e Dona Inês.*
Ernesto Ferreira Condeixa, finais do século XIX – inícios do século XX.
Óleo s/ tela.
Fundação Inês de Castro, Quinta das Lágrimas, Coimbra.
© Fundação Inês de Castro

bolismo. Nem dez anos depois, em 1910, o "pré-modernista" voltava a buscar inspiração num soneto camoniano, sacrificando, por meio de um colorido inesperado, o natural em favor do fantástico.

Bem diferente é a proposta de Ernesto Ferreira Condeixa, da geração anterior a Sousa Lopes, ao recuperar o medievalismo da temática inesiana numa paisagem naturalista com influências da Escola de Barbizon (Fig. 13 – Fundação Inês de Castro). O pintor representa um casal em atitude de evidente cumplicidade: abraçados, de pé, trocando olhares de devoção e ternura. Além do título, o que identifica o par como sendo Pedro e Inês é a forma de trajar, perfeitamente trecentista. A mulher enverga uma cota branca com cauda e meia manga e o cavaleiro apresenta-se com túnica azul, de punhal à cinta. O doce encontro tem lugar num bosque, sugerido por árvores e arbustos, que permitem vislumbrar, ao fundo, um edifício. Tal cenário é, porventura, a Quinta das Lágrimas, ou Quinta do Pombal, que servia então como couto de caça da família real.

A paleta é clara e a pincelada rápida e matérica, revelando uma aproximação, empírica, a uma estética proto-impressionista, que convive com a orientação académica no que respeita às regras da composição e à preferência por temas de inspiração histórica. Frequentando paralelamente as cadeiras de Lupi e Silva Porto, é na especialidade de pintura histórica que conseguirá, após duas tenta-

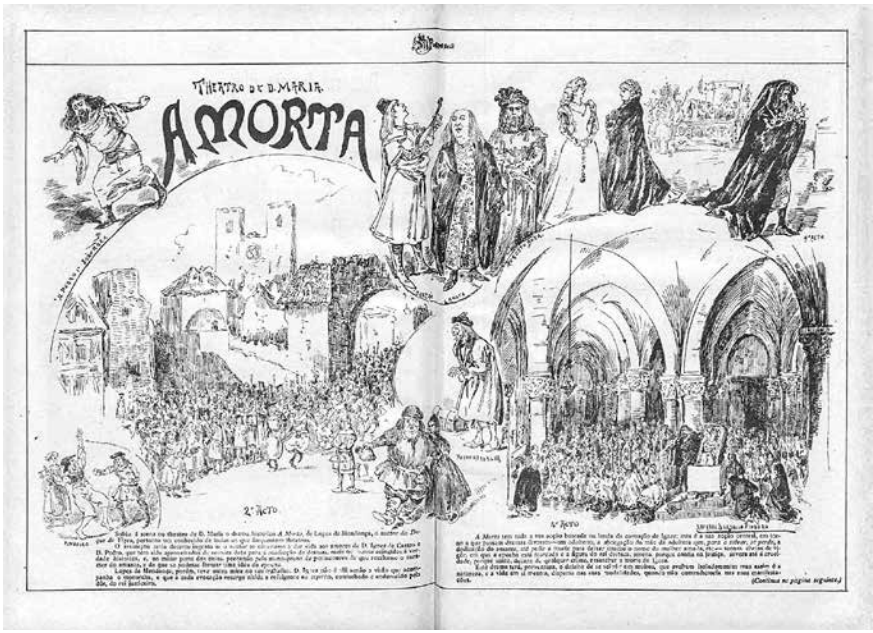



**Fig. 14.** *Teatro de D. Maria. A Morta.* Gravuras de Rafael Bordalo Pinheiro. © Pinheiro 1891: 4-5

**Fig. 15**
*Adelina Abranches e Amelia Vieira na Ignez de Castro, de Maximiliano de Azevedo, (1897) – Papel de D. Constança.*
© *Illustração Portugueza* 1906: 87

tivas frustradas, tornar-se pensionista, no concurso aberto em Junho de 1880. No ano seguinte, já em Paris, é admitido como discípulo de Alexandre Cabanel e Adolphe Yvon. Mas se, sob o seu aprendizado tomou o gosto pelas grandes composições históricas, que lhe valeram algum reconhecimento, dificilmente poderá ter ignorado o sucesso dos artistas de Barbizon junto do público.

Na década de 1880, quando Condeixa está em Paris, já os principais representantes da Escola de Barbizon, Corot, Millet, Díaz e Daubigny, tinham falecido. Sem que a floresta de Fontainebleau deixasse de atrair artistas de todas as nacionalidades, mesmo quando a atenção dos críticos parecia dirigir-se para o grupo de pintores independentes depois conhecido como impressionista. Se não contactou com a obra do núcleo de Barbizon, os valores do Naturalismo foram seguramente incutidos a Condeixa antes ainda da temporada em Paris, durante o discipulado de quase dois anos com Silva Porto. Embora a crítica destaque as suas composições históricas e uma ou outra cena de costumes, ele revela-se sobretudo como paisagista, a partir dos anos 90, a julgar pela quantidade de paisagens que apresentou nas exposições do Grémio Artístico e da Sociedade Nacional de Belas-Artes[15].

Ao articular o culto naturalista patente em paisagens de pequeno formato, que se resolvem na velocidade e materialidade da pincelada, com a inspiração histórica de outras obras mais convencionais, destinadas a satisfazer a crítica e o mercado, esta pintura parece pontual e inconsequente no *corpus* de Condeixa. Não é suficientemente acabada para corresponder a uma prova de aproveitamento escolar, nem relativamente próxima da crónica de costumes que o pintor também praticou. Por isso, o resultado afigura-se singular, manifestando um ecletismo que ultrapassa os géneros da pintura e a estética barbizoniana, em favor de um sentimentalismo de paixões humanas de matriz romântica. Trazendo ao de cima as suas qualidades teatrais, mais do que Pedro e Inês, as personagens recordam os atores principais de uma das muitas companhias que levaram a história aos palcos nacionais e europeus, e que Condeixa transporta, não sem algum artifício, para este ambiente paisagístico.

Com efeito, nesse final de século, alcançava grande sucesso a peça de Henrique Lopes de Mendonça *A Morta*. Representada no Teatro de D. Maria II pela companhia Rosas & Brazão, contou com cenografia do italiano Luigi Manini, suscitando comentários e ilustrações nos periódicos da época[16] (Fig 14.). Outra peça da qual conhecemos cenários e figurinos é *Ignez de Castro* de Maximiliano de Azevedo, estreada em 1894 no Teatro da Rua dos Condes, através da fotografia publicada na *Illustração Portugueza* (Fig. 15). Estes exemplos dão força ao

---

[15] Das 48 obras que expôs ente 1891 e 1906, pelo menos 25 são paisagens e 12 são cenas de género, maioritariamente representadas no exterior.

[16] A título de exemplo, veja-se Pinheiro 1891: 4-6.

argumento, sustentado por Denise Pereira, de que a imagem cenográfica fazia parte da cultura visual oitocentista. De acordo com a autora, o palco "padronizou a imagem do medievalesco, manipulou-a em cena e reduziu-a à sua retórica estética" (Pereira 2012: 156). Fórmula que se ajusta à pintura de Condeixa, acrescendo a circunstância de, em resultado da receção tardia do Naturalismo entre nós, as artes cénicas terem contribuído para a longevidade do projeto historicista. Por esse motivo, o termo "cenográfico" ocorre com (demasiada) frequência na leitura crítica das obras que aqui tratámos, podendo mesmo falar-se num "naturalismo teatral".

Se olharmos para o modo como a paisagem se foi revelando na pintura europeia, primeiro com o Romantismo e logo depois, se não já em sobreposição, com o Naturalismo, verificamos que, tanto em França como em Inglaterra, ela se torna nacional, ao passo que na Alemanha é expressão do sublime e, em Portugal, consagrada ao pitoresco e ao sentimentalismo[17]. No caso inglês, em atitude semelhante à que animou os pintores da geração de Cristino contra o ensino académico, assistimos, pouco tempo depois, à constituição de uma sociedade secreta, a Irmandade Pré-Rafaelita. Como o próprio nome indica, pretendiam estes jovens artistas recuperar a pintura tardo-medieval e renascentista até ao tempo de Rafael, preconizando uma renovação artística com implicações sociais. A rutura com o que denominavam de *sloshy*[18] concretizar-se-á na escolha de assuntos de carácter nobre e moralizante, na utilização de uma paleta de tons luminosos e na descrição pormenorizada da natureza. Este era, aliás, um dos princípios basilares da Irmandade: dotar a arte de verdade natural.

Mais do que qualquer outra corrente estética, a obra de pintores como Dante Gabriel Rossetti, William Holman Hunt e John Everett Millais resulta num casamento feliz entre a história e a paisagem enquanto géneros da pintura. Entendido hoje como o primeiro movimento artístico moderno em Inglaterra[19], o Pré-Rafaelismo não foi bem recebido pela crítica contemporânea, ao contrário de John Ruskin, que valorizava sobretudo a sua dedicação à prática do ar-livrismo e o rigor descritivo na representação da natureza (Ruskin 1851: 22-31). No início da década de 50, já a Irmandade fora dissolvida, mas muitos dos seus membros prosseguiram a mesma orientação artística, inspirando uma segunda geração de Pré-Rafaelitas, que prolongou o movimento até finais do século.

---

[17] França 1990: 254.

[18] O adjetivo *sloshy* resulta da apropriação do nome do primeiro presidente da Academia inglesa, Sir Joshua Reynolds, pejorativamente apelidado, pela Irmandade, de "Sir Sloshua". O termo aplicava-se, segundo William Michael Rossetti, a qualquer coisa ou pessoa de natureza banal ou convencional (Hilton 1970: 46).

[19] Mais recentemente, a exposição organizada pela Tate Britain em 2012 apresentou o Pré-Rafaelismo como uma das primeiras vanguardas históricas (Barringer e Rosenfeld 2012: 9-17).

**Fig. 16**
*A Huguenot, on St Bartholomew's Day, Refusing to Shield Himself from Danger by Wearing the Roman Catholic Badge*, John Everett Millais, 1851-52.
Óleo s/ tela, A.92,7 x L.62,2 cm.
The Makins Collection
© The Makins Collection / Bridgeman Images

Nessas condições, as pinturas inesianas que temos vindo a tratar parecem acompanhar as tendências europeias, se não francesas, pelo menos inglesas. E se o Romantismo desponta entre nós tardiamente, "à distância de uma geração" (França 1990: 259), tal acontece porque o termo de comparação é Paris, a capital do século XIX. Ora, deslocando-nos para o que poderia considerar-se, de algum modo, uma "periferia" artística, as Ilhas Britânicas, apercebemo-nos da simultaneidade das revoluções portuguesa e inglesa, ainda que a primeira se manifeste em esforços isolados, já tarde refletidos na insípida Sociedade Promotora de Belas-Artes, e a segunda nasça de raiz como movimento organizado. Não pretendemos, evidentemente, com isto sugerir qualquer relação entre uma e outra, até porque os nossos artistas contactavam, em larga medida, com os meios internacionais através de periódicos ilustrados e gravuras avulsas.

Um dos casos, sintomático e inequívoco, destes contactos envolve justamente a Castro: como olhar para o par romântico retratado por Condeixa sem nos lembrarmos da conhecida pintura de Millais, *A Huguenot, On St Bartholomew's Day* (Fig. 16 – The Makins Collection)[20]? Mais do que representar dois amantes enlaçados, o pré-rafaelita introduz uma variante dramática: o abraço é,

[20] Existindo aproximações mais válidas do que outras, o critério que prevaleceu na escolha desta pintura para efeitos comparativos não foi tanto temático como formal.

na realidade, a tentativa da mulher proteger o amado numa alusão ao iminente massacre de São Bartolomeu em 1572[21]. A relativa simplicidade da composição, o sentimento terno e a ambiência histórica são aspetos comuns às duas obras. O inglês partiu, todavia, de um exercício de representação fiel da natureza enquanto o português, nascido na geração seguinte, se deixa seduzir, como vimos, pela pintura naturalista francesa, que contrapõe à descrição a sensação.

Exposta juntamente com *Ophelia* em 1852, a tela de Millais conseguiu arrancar comentários positivos da crítica, tornando-se a primeira obra do pintor reproduzida em gravura[22]. No final do século, a sua popularidade era tal que John Guille Millais, na biografia dedicada ao pai, reporta serem as duas pinturas tão familiares em todas as casas inglesas que não precisava sequer de descrevê-las (Millais 1899: 115). Na verdade, o pré-rafaelita alcançou um reconhecimento além-fronteiras incomparável ao de qualquer outro artista britânico da sua época[23]. Millais soube ainda explorar o mercado impresso, através da ilustração de livros e periódicos, desenvolvendo aí uma atividade sem precedentes[24]. Torna-se, por isso, admissível supor uma viagem das formas até Portugal, onde, informadas pelo gosto francês, dominante, se naturalizam e reconvertem mediante a escolha de temas patrióticos, de sentimentalismo melífluo.

Se a inspiração dos Pré-Rafaelitas vem, muitas vezes, da própria literatura inglesa, com destaque para Shakespeare e Keats, a dos nossos artistas é, por maioria de razão, devedora da gesta camoniana. O interesse pelos temas tratados n'*Os Lusíadas* culminaria em 1880 com as comemorações do tricentenário da morte do épico, que reiteraram a tónica nos amores de Pedro e Inês. Mas não só. Também a viagem do Gama, ou mesmo a biografia do próprio Camões, matérias mais ou menos efabuladas, inspiraram os pintores portugueses. Considerando a pintura de história praticada nesses anos de encruzilhada de caminhos estéticos, verificamos que, na verdade, o tema inesiano foi o assunto medieval que mais interessou os nossos artistas.

Com efeito, a inspiração histórica da pintura portuguesa de meados do século em diante concentra-se, sobretudo, na Idade Moderna. A exaltação de Vasco da Gama, herói por excelência da epopeia camoniana, serviu a quase todos, desde Roquemont a Veloso Salgado, passando por Lupi, Costa Lima, Columbano, Condeixa, João Vaz, Félix Costa, José Malhoa e Roque Gameiro. O equivalente feminino do Gama era, necessariamente, Inês de Castro, já que, considerando a

---

[21] Com o subtítulo *Refusing to Shield Himself from Danger by Wearing the Roman Catholic Badge*, a pintura evoca o sangrento e mais divulgado acontecimento das Guerras de Religião em França, sugerido a Millais pela ópera *Les Huguenots* de Giacomo Meyerbeer (Rosenfeld e Smith 2007: 94).

[22] *A Huguenot* não só foi largamente reproduzida em diferentes formatos como o próprio artista, procurando capitalizar com o sucesso da imagem, dela executou várias réplicas.

[23] Rosenfeld e Smith 2007: 12.

[24] Suriano 2005: 131-136.

epopeia no seu todo, foi este episódio o primeiro a ser tratado autonomamente e o que soma maior número de traduções e comentários. Acresce que nesta pintura celebrativa, só a Castro envolve a temática do amor, indissociável da tragédia, é certo, em face do conflito entre o indivíduo e a razão de Estado, mas um amor romântico, não patriótico, não fraternal, de que o Pré-Rafaelismo nos dera inúmeros exemplos.

O núcleo de obras inesianas que aqui apresentámos é revelador da intermedialidade da pintura de história, no sentido em que esta estabelece relações, mais ou menos diretas, com outras práticas artísticas, a literatura, a cenografia e a fotografia. Neste novo paradigma do pitoresco, enquanto categoria estética eleita pelos pintores nacionais, a inspiração histórica é reequacionada "tanto pela escolha de pequenas cenas como pela fragmentação de um passado idealizado em momentos trágicos e melancólicos" (Silveira 2010: CIII). Se, lá fora, o romantismo pictórico era fértil na produção de obras de temática inesiana[25], em Portugal, nos cem anos que medeiam entre as telas de Vieira Portuense e Columbano Bordalo Pinheiro, só Metrass se interessa pela história da Castro, compondo uma cena marginal ao episódio, dominada por um sentimentalismo dramático de influência francesa. O assunto foi ainda trabalhado em esboços, por Marciano Henriques da Silva, Costa Lima e Adolfo de Sousa Rodrigues, todos eles dedicados ao motivo da coroação e do macabro.

Quantitativamente falando, são mais representativas as obras que exploram o lugar dos amores de Pedro e Inês, levando-nos para o campo da pintura de paisagem, do que as que fixam determinado acontecimento da narrativa lendária, por norma situado num interior arquitetónico, domínio da pintura de história. Tal preponderância sugere a nacionalização do tema. Não só pela sua ancoragem a uma geografia eminentemente portuguesa, como pelo tratamento poético de um assunto trágico, que tão bem se prestou, Europa fora, a interpretações fantásticas coloridas pelo filtro da espetacularidade. Quando não se combina com a história, resvalando na cenografia, o naturalismo patente nestas obras equilibra-se com o género, na submissão da pintura a uma narratividade textual que converte a paisagem em documento etnográfico. Estamos, evidentemente, longe das inovações plásticas dos movimentos de rutura modernistas, manifestando os nossos pintores uma hesitação cultural que os torna sensíveis aos reptos do tempo presente, sem, no entanto, assumir novos caminhos arredados da tradição académica. Deste modo, a inspiração histórica sobrevive, resiliente, numa

[25] Em França, o conde de Forbin (1812), Eugénie Servières (1822), Gillot Saint-Èvre (1829), Aimé Benoît Marquet (1839) e Pierre Charles Comte (1849) inspiraram-se na história inesiana para compor grandes quadros históricos. O próprio Ingres ter-se-á interessado pelo tema, deixando, nos seus cadernos, um estudo sobre a morte da Castro. Em Espanha, Salvador Martínez Cubells (1887) e, na Rússia, Karl Brüllov (1834) também trataram o assunto na pintura.

altura em que os Salões das principais cidades europeias continuavam a premiar a "grande pintura".

Com o correr do século, a nobreza do assunto tende a perder importância e a vertente histórica autonomizar-se-á, lentamente, da académica função celebrativa, numa solução de compromisso, a meio caminho entre as novidades formais vindas de fora e o casticismo de um país eminentemente rural, reticente ao progresso, que rememora um passado "dourado" para esquecer o presente. O da crise da década de 80, culminada na humilhação do *Ultimatum* inglês de 1890. Nesses anos, enquanto se comemoravam os centenários da morte de Camões e da viagem do Gama e se promoviam concursos destinados a incentivar uma pintura de história saudosista, a realidade observada era outra: heróis anónimos que apascentam gado e carregam cestos ou que descansam à sombra de uma árvore, ansiando pelo domingo de passeio e romaria. São estes os "capitulos d'uma odyssea rustica nacional" (Almeida 1911: 264), nas palavras de Fialho de Almeida, que vê na pintura de género também uma pintura de histórias.

Componente imprescindível do mito inesiano, tal como ele se exprime na sensibilidade oitocentista por imagens, a paisagem veio assim acrescentar à pintura de história uma dimensão plena de significado, no exato momento em que o Naturalismo se impunha no meio artístico nacional. Paisagem romanticamente entendida não só como reflexo de estados de alma das personagens que a habitam, como ainda memória de tempos, vivências, acontecimentos e tudo aquilo que enforma o conceito de espírito do lugar. Neste sentido, os amores de Pedro e Inês constituem um caso paradigmático de como a força dramática da narrativa histórica se dilui quando confrontada com o potencial lírico oferecido pela natureza, *locus amoenus* (mas também *horrendus*) que a literatura já explorara e, agora, paisagem sentimental que a pintura, o desenho e a fotografia trabalham empenhadamente. Permitindo, talvez, captar o sentido de boa parte da produção da segunda metade do século XIX: discretas cenas protagonizadas por pessoas comuns, em lugares facilmente identificáveis. Sentido que remete para um imaginário bem acima do plano do imediato, participando já do universo heróico coletivo.

## Bibliografia


A Arte (1880), vol. II, 10 de Junho. Lisboa: Christovão A. Rodrigues, 81-100.

AÇA, Zacharias d' (1865). "Palestras Artisticas", Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, vol. V, n.º 4, Julho de 1864. Lisboa: Typ. do Futuro, 193-204.

ALMEIDA, José Valentim Fialho de (1911). Barbear, Pentear. Jornal d'um Vagabundo. Porto: Livraria Clássica de A. M. Teixeira & Cª.

Archivo Pittoresco: Semanário Illustrado (1860), tomo III, n.º 37. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão, 289-296.

ARTUR, Ribeiro (1903). Arte e Artistas Contemporâneos. Vol. III. Lisboa: Livraria Moderna.

BAPTISTA, Paulo Artur Ribeiro (2010). A Casa Biel e as suas Edições Fotográficas no Portugal de Oitocentos. Lisboa: Colibri.

BARRINGER, Tim, Jason Rosenfeld, Alison Smith, eds. (2012). Pre-Raphaelites: Victorian Avant-Garde. Londres: Tate Publishing.

BUESCU, Helena Carvalhão (2000). "João Cristino da Silva e o tema da paisagem na literatura portuguesa de meados do século XIX", in Maria de Aires Silveira (org.), João Cristino da Silva: 1829-1877. Lisboa: Instituto Português de Museus, 77-85.

CAMÕES, Luís de (1572). Os Lusíadas. Lisboa: Antonio Gõçaluez, 1572 (http://purl.pt/1/3, consultado em 2016.05.01).

Camões nas Colecções do Museu Nacional de Arte Contemporânea (1972). Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea.

CORTE-REAL, António Moniz Barreto (1831). Bellezas de Coimbra. Parte Primeira. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de (1886). Coimbra Antiga e Moderna. Lisboa: Livraria Ferreira.

FERREIRA, Andrade (1861). "Revista critica e litteraria de 1858", Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, vol. I, n.º 2, Maio de 1859. 2.ª ed. Lisboa: Typ. do Futuro, 59-66.

FRANÇA, José-Augusto (1990). A Arte em Portugal no século XIX. Vols. I e II. 3.ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand.

FRANCO, Anísio (2000). "João Cristino da Silva: um Romântico Extremado", Arte Ibérica, Ano 4, n.º 35, Maio. Lisboa: Edições Arrábida, 42-45.

HILTON, Timothy (1970). The Pre-Raphaelites. Londres: Thames & Hudson.

Illustração Portugueza (1906), II série, n.º 26, 20 de Agosto. Lisboa: Empreza do Jornal O Século, 65-96.

JÚDICE, Maria da Assunção de Alarcão (2013). "A Fonte dos Amores no Arquivo da Quinta das Lágrimas: 1364-1916", in Maria Helena da Cruz Coelho (coord.), Pedro e Inês – O Futuro do Passado. Congresso Internacional. Vol. I. Coimbra: Associação dos Amigos de D. Pedro e D. Inês, 203-211.

La Ilustración de Madrid. Revista de Política, Ciencias, Artes y Literatura (1871), Ano II, n.º 47, 15 de Dezembro. Madrid: Imp. de El Imparcial, 353-368.

LICHNOWSKY, Felix Maria Vincenz Andreas (1845). Portugal. Recordações do Anno de 1842. 2.ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

MILLAIS, John Guille (1899). The life and letters of Sir John Everett Millais. Vol. I. Londres: Methuen & Co.

O Jardim Litterario. Semanario de Instrucção e Recreio (1847), vol. I, n.º 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 17-24.

O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro (1880), vol. III, n.º 51, 1 de Fevereiro. Lisboa: Empreza do Occidente, 17-24.

O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro (1881), vol. IV, n.º 95, 1 de Agosto. Lisboa: Empreza do Occidente, 177-184.

O Recreativo. Jornal Semanario (1838), n.º 23, 6 de Julho. Lisboa: Typographia de M. F. de Figueiredo, 177-179.

PEREIRA, Denise (2012). "A Cenografia Oitocentista como Fonte de Cultura Visual e de Ideologia", in Joana Cunha Leal e Mariana Pinto dos Santos (coords.), Revista de História da Arte, n.º 10. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 147-175.

PINHEIRO, Rafael Bordalo (1891). "Theatro de D. Maria. A Morta", Pontos nos ii, 7.º Ano, n.º 288, 3 de Janeiro. Lisboa: Imprensa Minerva, 4-6.

PORFÍRIO, José Luís (2009). "Enfim o Romantismo!", in Dalila Rodrigues (coord.), Arte Portuguesa: Da Pré-História ao Século XX, vol. 15. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 26-33.

REVISTA ILLUSTRADA (1890), vol. I, n.º 12, 30 de Setembro. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 133-144.

ROSENFELD, Jason e Alison Smith (2007). Millais. Londres: Tate Publishing.

RUSKIN, John (1851). Pre-Raphaelitism. Nova Iorque: John Wiley.

SILVA, Raquel Henriques da (1995). "Romantismo e pré-naturalismo", in Paulo Pereira (coord.), História da Arte Portuguesa. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 328-367.

SILVEIRA, Maria de Aires (2000). "João Cristino da Silva (1829-77)", in Maria de Aires Silveira (org.), João Cristino da Silva: 1829-1877. Lisboa: Instituto Português de Museus, 15-75.

SILVEIRA, Maria de Aires (2010). "A pintura de história (1850-1895)", in Pedro Lapa, Maria de Aires Silveira (coords), Arte Portuguesa do Século XIX. 1850-1910. Catálogo da Colecção. Vol. I. Lisboa: MNAC – Museu do Chiado / Leya, CIII-CX.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS-ARTES. Primeira Exposição. 1901. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1901.

SORIANO, Simão José da Luz (1860). Revelações da Minha Vida e Memorias de Alguns Factos, e Homens Meus Contemporaneos. Lisboa: Typographia Universal.

SOUSA, Maria Leonor Machado de (1984). Inês de Castro na Literatura Portuguesa. Col. Biblioteca Breve. Vol. 96. 1.ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

SOUSA, Maria Leonor Machado de (2005). Inês de Castro. Um tema Português na Europa. 2.ª ed. Lisboa: ACD Editores.

SURIANO, Gregory R (2005). The British Pre-raphaelite Illustrators. A History of Their Published Prints. New Castle: Oak Knoll Press; Londres: The British Library.

UNIVERSO PITTORESCO. Jornal de Instrucção e Recreio (1843-1844), vol. 3, n.º 4. Lisboa: Imprensa Nacional, 49-64.

VASCONCELOS, António de (1928). Inês de Castro. Estudo para uma Série de Lições no Curso de História de Portugal. Porto: Edições illustradas Marques Abreu.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1925). "Pedro, Inês e a Fonte dos Amores", Lusitania. Revista de Estudos Portugueses, vol. II, fascículo camoniano (V e VI). Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa, 159-182.

VITERBO, Francisco Marques Sousa (1889). A Fonte dos Amores. Florilégio Poético. Lisboa: Imprensa Nacional.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_12

# A intervenção política e governativa de Domingos Leite Pereira durante a Primeira República (1910-1926)

## *The political and governmental intervention of Domingos Leite Pereira during the First Republic (1910-1926)*

Pedro Figueiredo Leal
Mestre em História Contemporânea (FLUL)
tabacaria@sapo.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 25/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 25/02/2017

**Resumo:** Domingos Leite Pereira foi um dos políticos mais importantes da República no ciclo que se seguiu à I Guerra Mundial. Neste tempo marcado por grandes dificuldades sociais e instabilidade política, foi presidente de três governos e ministro de dez. Disputou, especialmente contra António Maria da Silva, a liderança do Partido Republicano Português (PRP), então dominante, mas afectado pelo afastamento do seu líder histórico Afonso Costa. Falhou nesta disputa mas ganhou o reconhecimento geral da classe política pelo papel conciliador que desempenhou enquanto presidente da Câmara dos Deputados, de tal modo que foi a única personalidade aceite para formar o Governo que realizou as últimas eleições da República, em 1925.

**Palavras-chave:** Domingos Leite Pereira, Primeira República, Partido Republicano Português, História Contemporânea, Política.

**Abstract:** Domingos Leite Pereira was one of the most important politicians of the First Republic after the First World War. In this period marked by great social difficulties and political instability, he was president of three governments and minister of ten. He fought, specially against António Maria da Silva, for the leadership of the Portuguese Republican Party (PRP), then dominant, but affected by the retreat of his historical leader Afonso Costa. He lost this fight but gained general approval of the appeasing role he plaied as president of the Chamber of Deputies, so that he was the only one able of forming a government that held First Republic last elections in 1925.

**Keywords:** Domingos Leite Pereira, First Republic, Portuguese Republican Party, Contemporary History, Politics.

## A intervenção política e governativa de Domingos Leite Pereira durante a Primeira República (1910-1926)

Durante a I República, Domingos Leite Pereira foi o político que mais tempo ocupou funções ministeriais, participando em dez governos e presidindo a três deles. Foi também o único chefe do governo a organizar duas eleições legislativas (1919, 1925). Para além disso, foi o Presidente da Câmara dos Depu-

tados que mais tempo ocupou o lugar. Deputado desde a Assembleia Nacional Constituinte, foi também ministro e líder de uma facção dissidente do Partido Republicano Português (PRP).

Apesar do seu extenso currículo, o percurso político de Domingos Pereira tem merecido pouca atenção por parte da historiografia. Na obra *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados* é-lhe feita uma breve referência biográfica. A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* definiu-o como "político, parlamentar e jornalista", orador "brilhante" que prestigiou as "instituições que serviu, algumas vezes em circunstâncias graves e difíceis"; destacou o seu papel como Presidente da Câmara dos Deputados, que conquistou o "respeito dos parlamentares de todas as correntes e adquiriu dedicações, até da parte dos adversários políticos", e como Ministro dos Negócios Estrangeiros, que encetou uma acção "notável" nas "negociações tendentes a restabelecer a boa harmonia entre Portugal e o Vaticano" (vol. XXI: 130-131). No *Dicionário de História de Portugal*, David Ferreira realçou a chefia do seu primeiro Governo, "num momento bastante difícil", em virtude da "agitação social e das lutas políticas" decorrentes do termo da Primeira Guerra Mundial e do "esmagamento das tentativas restauracionistas de Janeiro de 1919"; também destacou o seu papel na presidência da Câmara dos Deputados, "lugar onde, mercê da sua correcção e imparcialidade e do seu feitio conciliador, que não excluía firmeza nem perseverança, alcançou o respeito e a simpatia dos representantes de todas as correntes políticas existentes no Parlamento" (Ferreira 1968, Vol. III: 354). Foram referências sintéticas que justificaram que Oliveira Marques lembrasse, no seu *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, que "outra importante figura da República que aguarda o seu biógrafo é Domingos Leite Pereira" (Marques 1981:490). Ao mesmo Oliveira Marques, bem como a António Ventura, ficou a dever-se o conhecimento do percurso maçónico deste republicano bracarense (Marques 1986, vol.2: 1110-1111; Ventura 2011:242-243). Os estudos mais recentes decalcaram, de modo geral, o que se apurou na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e no *Dicionário de História de Portugal* (Reis 1985,I: 378; Marques 2000: 340-341). Em 2006, Carlos Jaca, na revista *Fórum,* publicou uma obra de divulgação, contendo bastantes informações obtidas pelo acesso a algum espólio familiar (Jaca 2006: 79-117) Na obra *Os Presidentes do Parlamento Português – I República (1910-1926)*, António José Queiroz apresentou uma síntese inovadora incidindo no período em que Domingos Pereira exerceu a presidência da Câmara dos Deputados e durante a oposição ao Estado Novo (Sousa, Pereira 2012, II: 323-341, 385-399, 413-431) Mais recentemente, Ana Catarina Pinto elaborou um sumário da sua vida, no *Dicionário de História da I República e do Republicanismo,* pondo em evidência a sua acção governativa (Pinto 2014, vol. III: 244-246)

O presente artigo pretende ser uma síntese da dissertação de mestrado do autor na qual se procurou desenvolver e contextualizar a intervenção política e governativa de Domingos Leite Pereira durante a I República (Leal 2014).

## Republicano desde jovem

Domingos Pereira nasceu em 1882, em Braga. Em contraste com o ambiente conservador que caracteriza a sua cidade natal, destacou-se, quando era estudante, pela "propaganda republicana e anticlerical", desde "1900, por ocasião da questão religiosa" (*As Constituintes…* 1911:28). Ele mesmo recordou, mais tarde, que se convencera ser a República o mais "natural" dos regimes políticos, a forma constitucional do Estado que mais "facilmente e mais logicamente conduzia um povo à felicidade e à paz, ao bom entendimento entre os cidadãos de uma pátria, entre os povos de uma civilização" (*Sol*, 8.10.1949).

Em termos académicos, frequentou a Faculdade de Teologia, na Universidade de Coimbra, onde concluiu o bacharelato. A sua carreira prosseguiu como professor e jornalista, chegando também a frequentar, em Lisboa, o Curso Superior de Letras.

Desde cedo travou conhecimento com os líderes republicanos nacionais, como Bernardino Machado, António José de Almeida e Afonso Costa. Considerava este último a figura política de maior referência, o "homem mais bem dotado de autênticas qualidades de estadista" que conhecia. Se a sua obra havia falhado, "quem perdeu, verdadeiramente, foi o país". (*O Diabo,* 30.5.1937)

Em Braga, onde o movimento republicano era residual, empenhou-se fortemente, quer em comícios quer na criação de centros republicanos e na fundação de jornais, como *O Radical* e *A Verdade*. Não é, pois, de espantar que, após a implantação da República, Domingos Pereira fosse nomeado administrador do concelho de Braga, acumulando com a presidência da comissão administrativa municipal da cidade. Em 1911, tornou-se presidente do centro republicano distrital de Braga, sendo iniciado na Maçonaria. A partir de maio desse ano integrou a Assembleia Nacional Constituinte como deputado pelo círculo de Barcelos. Após a aprovação da nova Constituição, e da cisão que se seguiu no PRP, fez parte do grupo parlamentar democrático, afeto a Afonso Costa.

Sob a liderança de Afonso Costa, o PRP (também conhecido como Partido Democrático), controlando a máquina eleitoral e as autoridades administrativas, manteve a hegemonia na vida política portuguesa e foi um dos principais responsáveis pela entrada de Portugal na I Guerra Mundial (Teixeira 1996). O agravamento das condições de vida no país, em consequência da participação no conflito, esteve na origem da revolução chefiada por Sidónio Pais, em Dezembro de 1917, que motivou o exílio de Afonso Costa. Durante o consulado «sido-

nista» (até Dezembro de 1918), Domingos Pereira, como muitos membros democráticos, passou por privações e chegou a ser detido.

## Ministro e chefe de vários governos

Domingos Pereira fez parte da nova geração de líderes republicanos que assumiram o poder após a I Guerra Mundial (Meneses 2004: 421-446). As amplas transformações políticas e sociais do pós-guerra marcaram o fim de actuação da primeira linha de líderes como Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho. Assistiu-se então à emergência, no caso do PRP, de novas figuras como António Maria da Silva, Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos e Domingos Pereira (Farinha 2009[b]: 463-484).

A ascensão governativa de Domingos Pereira, como Damião Peres salientou, numa das primeiras histórias gerais da I República, era "um sinal dos novos rumos que ia tomar a República Velha"; na opinião desse historiador, Domingos Pereira era "vulto democrático irrelevante na política" antes de integrar o governo de José Relvas, "mas [ … ] doravante ia passar a figurar entre os grandes do seu partido" (Peres 1954: 220).

O princípio do ano de 1919 marcou a transição do regime sidonista, que não conseguiu sobreviver à morte do seu fundador. Embora fragilizado, o PRP (diga-se, da maioria dos republicanos) definiu como prioridade o combate à insurreição monárquica que deflagrara no norte do país. Era esse o caminho para o seu regresso pleno ao poder. Por isso, aceitou integrar, de forma cautelosa, o ministério de concentração chefiado por José Relvas (que incluía ainda os sidonistas), com a entrada de figuras secundárias, como Domingos Pereira na pasta da Instrução. Ao apreciar o novo Governo, *O Mundo* fixava a sua atenção em Domingos Pereira: embora não se tratasse ainda de uma figura de "primeiro plano", constituía "aquela boa reserva de gente nova, sem impaciência de ambições de curta data" (*O Mundo,* 2.2.1919).

Com o inequívoco apoio e o forte patrocínio deste jornal, dirigido por Carlos Trilho, que se tornaria seu órgão oficioso, o novo ministro começou rapidamente a ganhar notoriedade, especialmente junto dos professores do ensino primário, através do aumento dos respectivos salários. Para o seu mandato, apresentou três desígnios: "contribuir para a conciliação nacional", "enérgica defesa do regime e, ao mesmo tempo, o mais aberto espírito de tolerância" (*O Mundo*, 2.2.1919).

A vitória das forças republicanas sobre a "Monarquia do Norte" fez cessar o frágil equilíbrio que sustentava a governação. Logo começaram a ser ouvidos, em comícios e manifestações, apelos ao saneamento do Estado, expurgando-o dos elementos nocivos (os monárquicos e os sidonistas) ao regime republicano. Este movimento reivindicativo, de que o *Mundo* se tornou o porta-voz, ultrapassou rapidamente os propósitos moderados de José Relvas, que desejava reformular o

sistema politico através de uma alternância bipartidária entre o PRP e elementos conservadores. O chefe do Governo queria evitar que os Democráticos voltassem a monopolizar o poder com risco de levar a uma nova revolução. Contudo, foi obrigado a transigir com o radicalismo, entrando numa ditadura administrativa após a dissolução das câmaras parlamentares sidonistas. E, vendo-se sem apoios, não tardou a pedir a demissão.

Enquanto os vários partidos se digladiavam no acesso ao poder, Domingos Pereira actuava em dois planos, quer colocando-se na vanguarda das aspirações revolucionárias que exigiam a depuração completa do novo regime restaurado, quer procurando meios de consenso com as outras forças partidárias. A sua cordialidade e um feitio conciliador, sem prejuízo de ser firme na defesa da República, foram fundamentais para congregar apoios entre as fações quer moderadas quer radicais. Quando as posições começaram a extremar-se e perante o perigo de uma deriva revolucionária, acabou por surgir, naturalmente, como uma solução de compromisso, entre os vários partidos, na chefia de um novo Governo.

Por ser relativamente desconhecido, Domingos Pereira, que ocupava também a pasta do Interior, pôde apresentar-se perante a população, nomeadamente o operariado, como um "político republicano que ainda não estava queimado", recordaria Alexandre Vieira, diretor de *A Batalha* (Vieira 1950: 112). *O Século* chamava-lhe um Governo de "jovens" (1.4.1919), já que a maioria dos seus membros tinha menos de 40 anos, sem qualquer experiência governativa.

Excluídos os Sidonistas, o executivo foi constituído por Democráticos, Evolucionistas, Unionistas e um Socialista. Pretendia ser como que uma emulação do Governo Provisório da República, procurando refundar o regime e encetar uma vasta legislação reformadora. Mas ao controlar o Ministério do Interior, garantia desde logo ao PRP a vitória nas eleições seguintes.

A defesa do regime perante novas insurreições tornava-se prioritária, sendo, pois, reorganizadas as forças policiais. Esperava-se que a Guarda Nacional Republicana (GNR), dotada de um significativo aumento de efetivos e armamento, servisse como um contrapoder a qualquer levantamento reacionário por parte do Exército, mas também como uma barreira às reivindicações do operariado.

Esses meses foram, de facto, marcados por grande agitação social. Por toda a Europa surgiram, depois da guerra, movimentos a reivindicar melhores condições de vida, maior redistribuição dos bens e da riqueza e um papel mais interventivo dos governos na proteção dos trabalhadores e dos mais carenciados. As revoltas alastravam, influenciados pela experiência soviética. Perante tal agitação, os governos enveredaram por uma política de cedências, tentando captar o operariado.

Em entrevista, Domingos Pereira reconhecia a necessidade de se ir ao "encontro das justas reivindicações do proletariado", para se evitar que "pela desordem permanente, venhamos a dar ao mundo a ideia de um povo de convul-

sionários" (*O Mundo*, 12.4.1919). O Governo funcionava em ditadura administrativa, continuando a utilizar as leis de exceção, aprovadas no início da guerra, que lhe conferiam faculdades legislativas especiais, até às eleições. Para o setor mais radical que tentava tutelar a ação governativa, a total republicanização do Estado – envolvendo o saneamento e julgamento dos revoltosos monárquicos, a depuração do Exército e a institucionalização dos revolucionários civis – seria bastante prejudicada se o sistema se normalizasse do ponto de vista parlamentar, abandonando o seu caráter revolucionário.

Mesmo depois das eleições, porém, o Governo continuou a legislar ao abrigo das leis de exceção, promulgando, em sucessivos suplementos, quase mil decretos assinados com a data da véspera do ato eleitoral, 10 de Maio. Como explicaria Cunha Leal, tratava-se de uma "ditadura disfarçada, feita por bons republicanos, em especiais circunstâncias", significando a "necessidade de fazer, naquele dia, trabalho que o Parlamento levaria meses ou talvez anos a fazer" (Leal 1926: 184-185).

Parte destes decretos concretizaram, por intermédio do ministro socialista do Trabalho, uma intensa legislação social, abrangendo a delimitação do horário de trabalho, a criação dos seguros sociais obrigatórios em casos de doença, desastres no trabalho, invalidez, velhice e sobrevivência; a construção de bairros sociais; a organização das bolsas sociais de trabalho, a fundação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (Pereira 2012: 320-344). Outros decretos remodelaram ministérios e criaram direções-gerais, repartições e institutos, permitindo a entrada massiva de milhares de funcionários, acarretando uma excessiva responsabilidade financeira para o Estado. Para os partidos, em especial o PRP, este processo foi fundamental para voltar a dominar as suas redes clientelares com prebendas, cargos e sinecuras, como forma de pagar favores, agremiar votos, ganhar eleições e sustentar-se no poder. Os suplementos do *Diário do Governo* com a data de 10 de Maio de 1919 ficaram associados ao nome de Domingos Pereira e a todo o regime, simbolizando mais uma política despesista e devorista do que propriamente uma política percursora de um Estado Social (Wheeler 1985: 179-186; Telo 1980, I: 113-125).

As eleições, realizadas em 11 de Maio de 1919 e marcadas por uma elevada abstenção, deram uma vitória esperada ao PRP (Lopes 1994:137-152), permitindo-lhe reafirmar a sua hegemonia na vida política. Todavia, dada a ausência do seu líder histórico, Afonso Costa, o partido entrou numa intensa disputa pela sua liderança, o que veio condicionar de forma decisiva a ação politica, a formação e duração dos governos nos anos seguintes. Álvaro de Castro e António Maria da Silva destacaram-se desde logo neste confronto; mas o capital e a notoriedade que Domingos Pereira começava a receber, aliados a uma intensa propaganda encetada pelo *Mundo*, conferiam-lhe também para tal fortes possibilidades. Neste contexto, a nova bancada parlamentar do partido fragmentou-se

em diversas fações, não dando ao Governo suficiente confiança, donde este foi substituído por outro, presidido pelo coronel Sá Cardoso. Assim Domingos Pereira cedeu a chefia do Governo, mas no mês seguinte, em Julho, foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados e, em Outubro, passou a integrar o Diretório do PRP.

O Governo Sá Cardoso, embora constituído integralmente por membros do PRP e detendo uma maioria numérica no Parlamento, não resistiu mais do que sete meses. Nas suas memórias, Alberto Xavier, chefe de gabinete de Sá Cardoso, denunciou uma "surda luta de ambições e de rivalidades pessoais sem grandeza" (Xavier 1950:63). De facto, a estratégia das várias facções rivais passava por impedir que qualquer uma conseguisse preponderar e consolidar-se no poder, preferindo condicionar e boicotar a sua actividade parlamentar e governativa, anulando-se mutuamente, neutralizando, deste modo, a maioria absoluta que o PRP dispunha.

Assim dividido, este partido dominante não impediu a eleição presidencial de António José de Almeida, oriundo do minoritário Partido Evolucionista; nem impediu a aprovação de uma alteração constitucional no sentido de atribuir ao Presidente da República o poder de dissolução parlamentar, permitindo-lhe oferecer a outro partido a possibilidade de organizar e vencer novas eleições, quebrando o círculo em que o mesmo partido praticamente monopolizava o poder.

Por outro lado, a GNR, fortemente armada, adquiriu um autêntico poder moderador, capaz de interferir na formação dos governos (Palacios Cerezales 2011: 244-254). Assim aconteceu, em Janeiro de 1920, quando, em substituição do Governo Sá Cardoso, o Presidente da República convidou o Partido Liberal, recém-nascido da fusão entre Evolucionistas e Unionistas. Era a primeira tentativa de fazer rodar o poder fora do PRP, o que suscitou uma manifestação hostil, promovida pelas bases republicanas radicais. Então a GNR, sob o comando de Liberato Pinto, mostrou-se neutra, abstendo-se de utilizar a sua grande capacidade militar para reprimir os protestos; de tal modo que o Governo indigitado, percebendo que não dispunha do seu apoio, não chegou a tomar posse.

Perante o impasse, Domingos Pereira foi pela segunda vez chamado a formar Governo. Pretendia formar um governo de união republicana com membros de todos os partidos, no sentido de neutralizar a grande tensão politica. E após demoradas negociações, conseguiu apresentar um executivo com membros do PRP, do Partido Liberal e um socialista, deixando na oposição apenas o pequeno Grupo Popular de Cunha Leal. Contudo, os próprios partidos que compunham o executivo mostravam bastantes reservas na solução política encontrada, demostrando assim a instabilidade permanente que marcaria estes anos (Peres 1954: 261-267).

Os tempos eram diferentes do seu primeiro Governo que promulgara tão vasta legislação. O agravamento da crise económica e financeira nestes anos do

pós-guerra refletiu-se no crescimento exponencial da dívida pública, na forte inflação, na desvalorização da moeda, no aumento da circulação fiduciária e num grande défice na balança comercial; o aumento dos salários não acompanhava o do custo de vida (Medeiros 1978; Telo 1980, I).

Na apresentação parlamentar, Domingos Pereira considerou que o seu programa seria "aquele que as condições atuais do país permitam realizar"; procurava alcançar a mais "rigorosa economia dos dinheiros do Estado", com várias medidas, tais como: a retoma da "lei travão", a remodelação dos serviços públicos e um maior poder de veto ao ministro das Finanças para a contenção de despesas (*Diário da Câmara dos Deputados* (*DCD*), sessões de 3 a 5.2.1920). Mas à semelhança do Governo anterior, Domingos Pereira esteve sempre condicionado por uma atitude desafiante e indisciplinada por parte de um número significativo de deputados do seu próprio partido, sob a influência de António Maria da Silva, que não lhe escondia a sua hostilidade. Durante um debate parlamentar, quando se discutiam despesas exorbitantes nos vários ministérios, António Maria da Silva lançou, em aparte, uma frase que seria muito glosada: "isto é um país que tem estado a saque (Peres 1954: 265-266)

Em março, confrontado com um forte movimento grevista que incluía ferroviários, funcionários públicos, Correios e Telégrafos, Domingos Pereira tentou que o Parlamento aprovasse medidas punitivas sobre os funcionários grevistas. Mas como as suas propostas fossem rejeitadas por elementos do seu próprio partido (*DCD*, 4.3.1920), não lhe restou outra opção senão pedir a demissão.

## Dissidente

A queda do Governo fez avançar as fações internas rivais do PRP. Contudo, quer António Maria das Silva quer Álvaro de Castro viram goradas as suas tentativas para formar um novo executivo, devido a bloqueios mútuos. Álvaro de Castro rompeu definitivamente com o partido, fundando um novo agrupamento: o Partido Reconstituinte (Silva 1996).

Refletindo sobre estes acontecimentos, Domingos Pereira reconheceu o que podia ser considerado como o "fracasso do próprio Partido Democrático", e até, de certo modo, o "fracasso da própria República". Isso devia-se, segundo ele, à falta de "juízo" e por não haver, "entre os republicanos, nem dentro dos partidos, a ordem, o entendimento, a disciplina necessárias" (*A Capital,* 9.3.1920). Permaneceu no partido, em conflito aberto com António Maria da Silva, mas era este, como salientava a imprensa, quem parecia assegurar o "grosso do partido" (*A Capital,* 4.2.1920).

Em Novembro, o frágil equilíbrio que sustinha o PRP acabou por se quebrar quando Álvaro de Castro foi convidado a formar Governo e a direção do partido lhe recusou apoio. Domingos Pereira abriu uma dissidência, acompanhado

por vários deputados, e integrou o novo executivo como ministro dos Negócios Estrangeiros.

Os membros dissidentes esperavam que muitos outros membros do PRP seguissem os seus passos, isolando António Maria da Silva. Mas essa "esperança" redundou em "autêntico fracasso", conforme recordaria Cunha Leal nas suas memórias (Leal 1967, II: 252). E sem maioria parlamentar, o Governo de Álvaro de Castro caiu em poucos dias. Apesar do apoio oficioso do *Mundo*, a maior parte das comissões democráticas manteve-se fiel à sua direção. Quanto à dissidência de Domingos Pereira, limitada a cerca de quinze deputados e sem grande impacto na vida política, resignava-se a um modesto papel parlamentar.

A grande vitória de António Maria da Silva assegurava-lhe o maior número do grupo parlamentar e dos órgãos dirigentes, bem como o uso dos recursos disponibilizados ao maior partido com acesso ao poder. Para além disso, dispunha de uma grande ligação às bases que o seu cargo de administrador-geral dos Correios e Telégrafos, um dos maiores órgãos empregadores do país, ajudava a sustentar.

Em representação do seu Grupo Dissidente, Domingos Pereira participou no Governo que se seguiu, em Novembro de 1920, liderado por Liberato Pinto, o poderoso comandante da GNR. Perante a desagregação partidária, a Guarda Republicana assumia plenamente o papel de salvaguarda do regime, embora o seu crescente poder também começasse a infundir receio na classe política. Apesar da forte expetativa que gerou, foi este mais um Governo que poucos meses durou; e Liberato Pinto não tardou a ser exonerado do cargo de chefe de estado-maior, acusado de concussão (Santos 1999: 220-226).

Domingos Pereira tornou a participar no Governo seguinte, em março de 1921, presidido por Bernardino Machado, que integrava todas as fações e dissidências do PRP. Mas também este Governo caiu, dois meses depois, perante uma sublevação de tropas da GNR, inconformadas com a queda do seu comandante.

Então, o Presidente da República tentou outra vez uma solução fora do PRP dominante – com a anuência de António Maria da Silva, que pretendia liquidar as dissidências – entregando o Governo a Tomé de Barros Queiroz, do Partido Liberal, a quem concedeu também, pela dissolução parlamentar, a faculdade de organizar as eleições. O Grupo de Domingos Pereira procurava desenvolver a sua estrutura animando assembleias e organizando comissões, mas sem conseguir implantar-se no país, pelo que, nas eleições de Julho de 1921, apenas elegeu quatro deputados.

Pela primeira vez os Democráticos não ganhavam uma eleição (sem contar com a de 1918, do regime de Sidónio, à qual não concorreram). Mas o Partido Liberal, dividido entre ex-unionistas e ex-evolucionistas, não aproveitou a vitória para se tornar uma sólida alternativa de direita. Em agosto, ainda dentro do Partido Liberal, a chefia do Governo passou para António Granjo, da fação evolu-

cionista. Mas em diversos meios fermentava uma conspiração para derrubar este Governo, que se tornou alvo de todos os ataques (Silva 1996: 273-283; Farinha 2009:104-107).

O regresso de Afonso Costa à chefia de um governo de salvação nacional republicana era, para muitos e em particular para o Grupo de Domingos Pereira, a solução messiânica do impasse. Todavia, Afonso Costa vira o seu nome comprometido no escândalo dos 50 milhões de dólares, resultado da negociação de um empréstimo financeiro internacional que se revelaria uma enorme burla. Tentando desesperadamente defender o antigo tribuno republicano, o *Mundo* atacava com uma violência cada vez maior o Governo de António Granjo, focando especialmente os interesses religiosos e monárquicos a que ele estaria sujeito, acirrando ainda mais as bases revolucionárias, espalhadas pela Marinha, a GNR e vários centros republicanos de Lisboa (Peres 1954: 305-311: Meneses 2010: 127-146).

A hostilidade acentuou-se com a condenação de Liberato Pinto a um ano de inatividade num quartel, por prática de atos comerciais inconciliáveis com as suas funções militares. E culminou na revolução de 19 de Outubro de 1921, promovida por elementos da GNR e da Marinha, e nos assassinatos de António Granjo e dos «fundadores da República», Machado Santos e José Carlos da Maia. (Pábon 1951: 539-573).

Perante o desfecho sangrento e após a tomada de poder pelas forças revoltosas, Domingos Pereira surgiu como um elo de consenso: usando da sua influência, auxiliou o Presidente da República a formar uma barreira contra os mais radicais, através de um Governo de transição que procurou devolver o regime à normalidade constitucional. A sua atitude foi amplamente elogiada pela imprensa, inclusive pelo *República*, afeto a António Granjo, que o considerou um "ilustre homem público que sempre soube fazer política com correção e lealdade, pelo que conta em todos os seus próprios adversários verdadeiros amigos pessoais" (*República*, 10.12.1921).

## Conciliador

Domingos Pereira e a maioria dos membros dissidentes regressaram ao PRP, após a "Noite Sangrenta", sob o clima de reconciliação. Na sua opinião, a solução do problema político português passava por "todos" os cidadãos colocarem de parte "egoísmos, vaidades e ambições". Que todos se unissem, abatessem "bandeiras partidárias", esquecessem "divergências doutrinárias, ódios pessoais, rivalidades". Só desse modo seria possível fazer frente, como uma muralha, "à onda formidável de indisciplina geral, de horrível agitação que está dissolvendo a nação". Fazia questão de se afirmar também como um "conciliador": era de conciliação que o país necessitava para "abandonar de vez as revoluções" (*O Século,* 26.11.1921).

Em 1922, o regime entrou num relativo apaziguamento. António Maria da Silva assumiu a chefia governativa durante mais de um ano. Na oposição, assistiu-se à fusão do Partido Reconstituinte (de Álvaro de Castro) e do Partido Liberal, dando origem ao Partido Nacionalista. (Baiôa 2015). O Governo aliviou o défice do Estado, mas ao reduzir os efetivos e o armamento da GNR, quebrou o equilíbrio político e militar que esta organização fazia com o Exército. E o Exército, ao assumir doravante a sustentação do regime, passou a ser alvo de apelos cada vez mais frequentes e firmes para uma intervenção salvadora, inspirados nos regimes autoritários que Mussolini e Primo de Rivera iniciavam na Itália e na Espanha e que tanto iriam condicionar o futuro da Europa.

Domingos Pereira regressou à presidência da Câmara de Deputados. Procurou dignificar o papel das "instituições parlamentares", entendendo que "elas, por muito más que sejam, laborando, com todos os seus erros, são sempre superiores a qualquer governo pessoalista, a qualquer homem, por muito superior que seja" (*Diário do Senado,*7.8.1925). A isenção que revelou a conduzir os trabalhos parlamentares foi reconhecida por todas as bancadas, obtendo um inquestionável estatuto de imparcialidade, moderação e conciliação. Quando a atividade parlamentar estava cada vez mais desacreditada, Domingos Pereira fazia questão de lembrar que mais valia "um mau Parlamento que uma boa ditadura" (*Diário de Lisboa*, 23.10.1922).

Como ministro dos Negócios Estrangeiros, manteve uma política de reaproximação com a Santa Sé, que aliás vinha a ser seguida desde o sidonismo. Procurava especialmente cativar os católicos a integrarem-se no regime republicano, afastando-os da órbita monárquica. Em sua opinião, era um "erro" considerar que, "para se ser um bom republicano, se devesse ser agressivo para com a Igreja Católica" (*DCD*, 4.3.1926).

Em 1925, o regime republicano tornou a cair num impasse. E o maior responsável por isso era o PRP, partido dominante, que ajudava a derrubar no Parlamento sucessivos governos mesmo que fossem presididos por elementos seus, como Alfredo Rodrigues Gaspar, Vitorino Guimarães ou José Domingues dos Santos.

Este último executivo tentou enveredar por uma via mais socializante e reformista. Contudo, a prioridade passava agora por sobreviver politicamente a todo o custo, sem hostilizar demasiado a direita politica. Procurando compromissos mais ou menos desesperados, os governos seguintes tentavam enveredar por uma política de cedências em relação às forças vivas, às associações patronais, que tementes do radicalismo republicano, se reorganizavam, formando até associações que não hesitavam em intervir politicamente, como a União dos Interesses Económicos.

A tentativa do golpe de 18 de Abril de 1925 – que contou, pela primeira vez, com a intervenção de altas patentes do Exército – veio demonstrar, apesar de

falhada, que os militares estavam cada vez mais inclinados a intervir na mudança das instituições.

Dentro do PRP assistia-se novamente ao confronto polarizado agora entre os "bonzos" de António Maria da Silva, e os "canhotos" de José Domingues dos Santos. O reacender desta luta pela liderança fomentou uma violenta "guerra civil" partidária, que mais agravou a crise do regime (Queiroz 2008).

Domingos Pereira tentava manter-se ao centro. No congresso partidário desse ano, pediu respeito para aqueles que, divergindo de "opiniões", não deveriam divergir de "princípios". Acima de tudo, devia preconizar-se a "defesa" e a "integridade" da República, a união de todos os republicanos: "não travemos lutas que cheguem às raias do ódio". Enfatizava que o partido não podia querer para si o "monopólio odioso e injustificado da salvação da República"; o regime "não podia viver com um só partido". Deste modo, e querendo deixar bem vincadas as palavras de "calma, justiça e de paz", condenava "todas as intolerâncias", apelando à cooperação de todos os "que honestamente queriam servir a República, até fora das fronteiras partidárias" (*O Rebate; O Século,* 9.6.1925). Ao analisar o congresso, o *Diário de Lisboa* assinalava que o discurso de Domingos Pereira tinha sido "incontestavelmente" o "mais elegante, mais ponderado, mais republicano" de todo o congresso, para além de conseguir os aplausos de todos os "grupos, de todas as correntes" (9.6.1925).

António Maria da Silva conseguiu assegurar a vitória no congresso, derrotando o seu rival, José Domingues dos Santos. Contudo, se conseguiu assegurar para si o controlo do Directório, permaneciam elementos hostis no próprio grupo parlamentar.

As eleições legislativas previstas para o final do ano teriam uma importância capital: quem organizasse e controlasse o processo eleitoral teria um papel decisivo na constituição das novas câmaras, na construção de uma maioria e no redimensionamento do espetro político. As forças que se opunham à liderança de António Maria da Silva, capitaneadas por José Domingues dos Santos, não poderiam permitir que fosse ele a ter esse papel; por isso ajudaram a derrubar o seu quarto Governo, menos de um mês depois de ele ser constituído.

Neste quadro, o próprio Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, ameaçou renunciar. Coube então a Domingos Pereira, como Presidente da Câmara dos Deputados, a tarefa de outra vez formar Governo. A concordância unânime que tinha adquirido nesse cargo, e o seu espírito de conciliação, permitiram-lhe ser o único elo de aceitação entre as várias correntes. Formou um novo ministério à base do PRP, incluindo quatro membros provenientes do gabinete anterior. Para António Maria da Silva não passava de um compasso de espera até regressar ao poder, depois das eleições, com uma nova maioria e um grupo parlamentar saneado da nova dissidência.

Entretanto, procedeu-se ao julgamento dos revoltosos do golpe de 18 de Abril. Desde as primeiras sessões, percebeu-se que, mais do que os revoltosos,

era o próprio regime que estava a ser julgado. Acusados de se levantarem contra a "autoridade" do Presidente da República e dos "ministros do governo", e de incitarem "civis e militares" a saírem dos quartéis sem "ordem legal" (Chorão 2010: 76), os réus assumiram, com orgulho, as suas convicções e propósitos, não escondendo as suas intenções. Sem surpresa, os juízes absolveram-nos, dando como não provados os crimes. Assim mostraram que aquela revolta contra o poder instituído não merecia sanção, mas sim um quase louvor; que qualquer nova revolta estaria sancionada e legitimada pelas altas instâncias militares. Foi um duro golpe para o Governo, acusado de nada ter feito para impedir a absolvição dos acusados. As conspirações militares continuaram, apertando o cerco ao regime e abrindo o caminho para a revolução de 28 de Maio do ano seguinte.

Quanto às eleições, os partidos não pouparam esforços na sua preparação e na mobilização dos eleitores. Seria a última tentativa de se efectuar uma alternância governativa por meios constitucionais. Domingos Pereira frisou que do Ministério do Interior se haviam dado "ordens de toda a espécie" para garantir "a todos a maior liberdade, a maior imparcialidade" (*Diário de Lisboa*, 3.11.1925). Não bastavam "as boas intenções", respondeu o órgão da União dos Interesses Económicos, pois ninguém ignorava como os "truculentos delegados do governo" desobedeciam "às ordens emanadas do Terreiro do Paço e se riem delas" (*O Século*, 7.11.1925). Na realidade, Domingos Pereira era um líder isolado; o seu Governo esteve sempre condicionado pela ação velada do Diretório do PRP, controlado por António Maria da Silva.

Apesar do seu desejo de pacificação, as eleições, realizadas no dia 8 de Novembro, foram marcadas por inúmeros atos de violência, manipulação e acordos eleitorais ilícitos e acusações de fraude, quer na votação, quer no apuramento de resultados (Baiôa 2015: 252-326; Queiroz 2008: 103-125). Confirmaram igualmente a hegemonia do PRP na vida política nacional. Cunha Leal, que então militava no Partido Nacionalista, diria nas suas memórias que, embora Domingos Pereira "fosse bem mais escrupuloso na sua orientação do que o seria António Maria da Silva", a "máquina eleitoral do PRP" "não poderia deixar de sair triunfante desta compita política" (Leal 1967, II: 443).

Em 1926, nos poucos meses que frequentou o Parlamento, por ser afetado por uma grave doença, Domingos Pereira atuou como uma voz da consciência. Alertava sistematicamente para a "falta de entendimento dos homens públicos em Portugal", a "falta de acordo entre os partidos do regime em face dos grandes problemas nacionais, em face da necessidade de mudarmos de vida, de entrarmos num caminho que honre e prestigie a pátria e o regime" *(DCD,* 3.2.1926).

A crise política, contudo, não deixou de se acentuar. A inamovibilidade do PRP de António Maria da Silva, que pela quinta vez chefiava o Governo, remeteu definitivamente os grupos oposicionistas para soluções não constitucionais. O descontentamento generalizado, a questão dos tabacos, o escândalo de notas

falsas de Alves dos Reis, a obstrução parlamentar contínua, a incapacidade de se gerar uma alternância ao partido dominante, tudo isto contribuiu para o desfecho anunciado, que se materializou no golpe de 28 de Maio de 1926, executado pelo Exército.

**Na resistência à Ditadura**

Domingos Pereira estava ainda doente e retirado da política quando se deu o golpe e se entrou numa Ditadura Militar, pela qual os dirigentes republicanos foram desapossados do poder. Só reapareceu em 1928, no prefácio que escreveu de um livro com discursos do ex-deputado católico Juvenal de Araújo; isso mostrava que mesmo fora do campo republicano era reconhecido o papel conciliador que desempenhara como presidente da Câmara dos Deputados. Nesse prefácio reconheceu os erros e o mau funcionamento do Parlamento, mas contestou que a solução fosse demoli-lo, como alguns reclamavam, antes devia ser o aperfeiçoamento da sua mecânica (Araújo 1928).

Alguns anos depois, numa entrevista incluída num livro publicado em 1932, *A ditadura e os políticos*, de Armando de Aguiar, tornou a reconhecer os erros passados, a desunião que atingira o máximo do absurdo, as divergências de opinião até ao excesso da luta de pessoas, e garantiu que os Republicanos estavam firmes na intenção de não repetir tais erros. Até aceitava uma Ditadura que representasse uma necessidade, por tempo limitado para resolver os males encontrados, embora lamentando que a atual Ditadura estivesse a prolongar-se e suprimisse qualquer discussão e discordância. A sua crítica maior, contudo, era que a Ditadura abrisse as fronteiras a caudilhos monárquicos e as fechasse a figuras da República, que deportasse inúmeros republicanos sem uma aparência de base que o justificasse, que demitisse dos seus lugares homens políticos da República para os substituir por monárquicos confessos; receava que os monárquicos tentassem uma restauração, como tinham tentado em 1919 (Monarquia do Norte).

Para futuro, enfim, Domingos Pereira esperava que os partidos políticos se reorganizassem para dar expressão às correntes de opinião (Aguiar 1932: 34-54). No entanto, o futuro não evoluiu bem como ele previa: não se confirmou o perigo monárquico, nem tão pouco os partidos voltaram a ser autorizados, nem os opositores deixaram de ser perseguidos. Também as dissensões entre os Republicanos não se atenuaram durante o combate ao regime ditatorial. Pelo contrário, continuavam bem patentes as querelas antigas.

Domingos Pereira, com o consenso e a cordialidade que sempre o caracterizaram, servia como um elo de ligação entre os vários grupos oposicionistas. As suas atividades valeram-lhe a expulsão do país, em 1935, e a demissão compulsiva do cargo de chefe da secretaria-geral da 5.ª Vara de Lisboa, que detinha desde 1911.

Manteve-se sempre na oposição ao regime, sendo por diversas vezes detido e sujeito a interrogatório. Durante a II Guerra Mundial, esteve ligado ao Movimento Nacional de Unidade Antifascista (MUNAF). A partir de 1945, apoiou o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Em 1949, foi um dos grandes apoiantes da candidatura presidencial de Norton de Matos. E continuou a apoiar todas as iniciativas da oposição moderada, como a Comissão Promotora do Voto e a Causa Republicana.

Quando Domingos Pereira faleceu, a 27 de Outubro de 1956, o jornal *República* colocou em grande destaque, na sua primeira página, que se tinha perdido um "republicano insigne, democrata eminente e cidadão integérrimo" (28.10.1956).

## Conclusão

A partir de 1919, Domingos Leite Pereira foi uma das figuras mais interventivas da República, aquele que mais tempo ocupou funções governativas até 1926.

Como ministro, deputado e presidente da Câmara dos Deputados, Domingos Pereira pugnou sempre pela defesa do regime republicano; pela constitucionalização e legitimação parlamentar do sistema político; pela promoção de governos onde estivessem incluídas o maior número de correntes republicanas – se possível todas –, no sentido de uma maior responsabilidade governativa, também com o objetivo de neutralizar as naturais paixões políticas e as intensas lutas partidárias. A sua ação visava, em suma, captar para a República uma base alargada de apoio, que incluísse o mundo operário, sem exclusão dos sectores católicos, no sentido de uma cada vez mais ampla participação, legitimação e abrangência do sistema republicano.

Lutou também pela liderança do PRP, partido que verdadeiramente nunca conseguiu recuperar da ausência de Afonso Costa. Apesar de ser o maior partido do regime e de garantir sempre as vitórias eleitorais quando controlava o Ministério do Interior, frequentemente a divisão interna anulava a maioria parlamentar de que dispunha. Se a defesa de governos estáveis era uma das grandes linhas de força de Domingos Pereira, a luta pelo controlo do PRP revelou-se um dos maiores factores de turbulência do regime republicano. Em 1920 e 1921, quando a sua disputa com António Maria da Silva foi mais acesa, houve 14 governos, com uma duração média pouco superior a mês e meio.

Domingos Pereira não logrou alcançar a liderança do PRP nem conseguiu demonstrar as mesmas qualidades de um chefe político como Afonso Costa ou António Maria da Silva. Cunha Leal dizia dele que "tinha uma inteligência viva que lhe permitia compreender as causas profundas do mal-estar nacional", mas não era homem para as "grandes, para as decisivas decisões salvadoras e, ainda

quando o fosse, não dispunha de autoridade e força para impô-las" (Leal 1967, II: 193). Segundo Ramada Curto, para quem as "qualidades de chefia" variavam com os "momentos históricos", "Domingos Pereira resignou-se a servir esse momento, que não foi nem brilhante nem forte por culpas que lhe eram estranhas"; "como uma sentinela isolada, posta num lugar perigoso, sabe que ocupa uma posição de sacrifício – mas fica e cumpre porque é o seu dever" (*O Primeiro de Janeiro,* 28.10.1956).

Por ter conduzido o regime até ser derrubado no golpe do 28 de Maio, a geração de Domingos Pereira sofreu um juízo severo de apreciação por parte dos historiadores. Disse Raul Rego que, em relação aos primeiros anos do regime, "baixou nitidamente a qualidade dos governantes" (Rego 1987, IV: 123). Oliveira Marques afirmou por sua vez que os resultados "cifraram-se por incompetência, caos administrativo, descontentamento generalizado" (Marques 1991: 727). Mas não se pode olvidar que foi esta geração que teve de enfrentar os enormes problemas que herdou da geração anterior, em especial os que resultaram da participação de Portugal na Guerra. Algo de semelhante aconteceu, aliás, em outros países europeus, na sequência da Grande Guerra, de tal modo que ocorreu então uma crise mais geral do liberalismo e da democracia.

Foi no papel de Presidente da Câmara dos Deputados que Domingos Pereira alcançou um consenso. Nesse cargo como relembrou Armando Marques Guedes soube manter a "disciplina, a ordem, a cordura, em termos de ser respeitado e acatado por todos os lados da Câmara, apesar da sua conhecida filiação partidária" (O *Primeiro de Janeiro*, 1.11.1956). Nas suas próprias palavras, Domingos Pereira referia que o seu "papel" consistia em "não ter opinião… É uma coisa mais difícil do que parece…" (Guimarães, Santos 1944: 37).

Esse espirito de isenção permitiu que, em 1925, num período fulcral da vida política portuguesa, se tornasse a única personagem a conseguir formar governo e realizar aquelas que seriam as últimas eleições da Primeira República. Esta capacidade de criar consensos, a procura de equilíbrios para conseguir agir e governar, mesmo nas maiores adversidades, acabaram por se tornar num dos seus maiores legados.

## Bibliografia

### Periódicos:

Diabo, (O). Lisboa, 1937
Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa, 1911-1926
Diário do Senado. Lisboa, 1911-1926
Diário de Lisboa. Lisboa, 1921-1956
Mundo (O). Lisboa, 1906-1926

Primeiro de Janeiro (O). Porto, 1910-1956
Rebate (O). Lisboa,1925
República. Lisboa, 1911-1956
Século (O). Lisboa, 1906-1956
Sol. Lisboa, 1949

**Monografias:**

AGUIAR, Armando, 1932 – A ditadura e os políticos. Lisboa: Hércules.

ARAÚJO, Juvenal de, (1928). Trabalhos Parlamentares. Funchal: Tip. Diário da Madeira

As Constituintes de 1911 e os seus deputados, (1911). Lisboa: Livr. Ferreira.

BAIÔA, Manuel, (2015). O Partido Republicano Nacionalista, 1923-1935: "Uma República para todos os portugueses". Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais

CHORÃO, Luís Bigotte, (2010). A Crise da República e a Ditadura Militar. Porto: Sextante Editora

FARINHA, Luís, (2009 [a]). Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde. Lisboa: Assembleia da República / Texto Editores

FARINHA, Luís, (2009 [b]). "A transformação política da República: o PRP dos 'bonzos', tempo dos deuses menores", in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (eds.) História da Primeira República Portuguesa. Lisboa: Tinta da China, 463-484

FERREIRA, David, (1968). "Pereira, Domingos Leite" in Joel Serrão (ed.) Dicionário de História de Portugal, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Vol. III, 354

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, (s.d) Lisboa: Editorial Enciclopédia, vol. XXI

GUIMARÃES, Luís de Oliveira, Santos, José Ribeiro dos, (1944). Memórias dos outros. Lisboa: Marítimo Colonial.

JACA, Carlos, (Jul.- Dez. 2006) "Domingos Pereira, um bracarense na 1ª República: trajectória política" in Revista Fórum, 79-117.

LEAL, Cunha, (1926). Eu, os Políticos e a Nação. Lisboa: Portugal-Brasil.

LEAL, Francisco Cunha, (1967). As Minhas Memórias: coisas de tempos idos. Lisboa: Edição do Autor, II vol.

LEAL, Pedro Manuel Figueiredo, (2014). Domingos Leite Pereira: intervenção política e acção governativa durante a Primeira República. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

LOPES, Fernando Farelo, (1994). Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa. Editorial Estampa: Lisboa.

MARQUES, A.H. de Oliveira, (1981). Guia de História da 1ª República Portuguesa. Lisboa: Estampa.

MARQUES, A.H. de Oliveira, (ed.), (1986). Dicionário de Maçonaria Portuguesa. Lisboa: Delta, vol. 2.

MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.), (1991). Portugal da Monarquia para a República. Nova História de Portugal, Vol. 11, Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.), (2000). Parlamentares e Ministros da 1.ª República. Porto: Edições Afrontamento/Assembleia da República.

MEDEIROS, Fernando, (1978). A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo. Lisboa: A Regra do Jogo.

MENESES, Filipe Ribeiro de, (2004) 'O impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema político português', in Manuel Baiôa (ed.), Elites e poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931). Lisboa: Edições Colibri, 421-446.

MENESES, Filipe Ribeiro de, (2010) Afonso Costa. Lisboa: Texto.

PÁBON, Jesus, (1951). A Revolução portuguesa. Lisboa: Aster.

PALACIOS CEREZALES, Diego, (2011). Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX. Lisboa: Tinta-da-China.

PEREIRA, David Oliveira Ricardo, (2012). As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PERES, Damião, (1954). História de Portugal, Suplemento. Porto: Portucalense Editora.

PINTO, Ana Catarina, (2014). "Pereira, Domingos Leite (1882.1956) " in Maria Fernanda Rollo (ed.) Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Lisboa: Assembleia da República Vol. III, 244-246.

QUEIROZ, António José, (2008). A Esquerda Democrática e o final da Primeira República. Lisboa: Livros Horizonte.

SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, (1999). O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da, (1996). O Partido Reconstituinte: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923), tese de mestrado policopiada. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

REGO, Raul (1987). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. IV.

REIS, António, (1985). "Leite Pereira, Domingos" in Dicionário Ilustrado da História de Portugal, Lisboa: Pub. Alfa, Vol. I, 378.

SOUSA, Fernando de, Pereira, Conceição Meireles (eds.). (2012). Os Presidentes do Parlamento Português – vol. II, I República (1910-1926). Lisboa: Assembleia da República.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, (1996). O poder e a guerra: 1914-1918: objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra, Lisboa: Estampa.

TELO, António José, (1980-1984). Decadência e Queda da I República Portuguesa. Lisboa: A Regra do Jogo, 2 volumes.

VENTURA, António, (2011). Constituintes de 1911 e a Maçonaria. Lisboa: Temas e Debates.

WHEELER, Douglas, (1985). História Política de Portugal de 1910 a 1926. Mem Martins: Europa-América.

VIEIRA, Alexandre (1950). Em volta da minha Profissão: Subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental. Lisboa: Edição do autor.

XAVIER, Alberto, (1950). Memórias da vida pública. Lisboa: Livraria Ferin.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_13

# 1916: Italia-Chile, Barison-Schiavon y sus edificios en el centenario*

## *1916: Italy-Chile, Barison-Schiavon and their buildings in the centenary*

José Alberto Moráis Morán

Profesor de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso de Chile
"Grupo de Estudios Circulación de información, objetos y personas" de la PUCV
jose.morais@pucv.cl.

Texto recebido em/Text submitted on: 01/05/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 06/11/2016

**Resumen:** Se analiza la obra edilicia de los arquitectos italianos Barison y Schiavon en Chile, aportando nuevos datos sobre dos edificios construidos en el año 1916. En el llamado palacio Baburizza se asumieron elementos vernáculos presentes en la arquitectura chilena de finales del siglo XIX, más allá del uso de repertorios *liberty* italianos; mientras que en el palacio Valle no se copiaron las formas de la arquitectura veneciana medieval, tal y como se ha repetido en la historiografía. Al contrario, sus modelos están en las obras decimonónicas "neomedievales" y, con mayor incidencia, en los repertorios de la arquitectura coetánea de la Liguria, de donde era originario el promotor de la obra. Finalmente se aportan otros datos inéditos sobre la trayectoria de estos dos arquitectos, especialmente a partir de sus relaciones con constructores coetáneos, como Esteban Harrington Arellano y Josué Smith Solar.

**Palabras claves:** Barison, Schiavon, arquitectura, Chile, Italia.

**Abstract:** The building work of Italian architects Barison and Schiavon in Chile is analyzed, providing new data on two buildings built in 1916. In the so-called palace Baburizza, vernacular elements seen in the Chilean architecture of the late nineteenth century were assumed, beyond the use of Italian *liberty* repertoires, while in the Valle palace, forms of the Venetian medieval architecture are not copied, as it has been repeated in historiography. On the contrary, their models are in the nineteenth-century "neo-medieval" works and, with the highest incidence, in the repertoires of the contemporary architecture of Liguria, from where the promoter of the work came. Finally other unpublished data on the trajectory of these two architects are given, especially from its relations with contemporary architects such as Esteban Harrington Arellano and Josué Smith Solar.

**Keywords:** Barison, Schiavon, Architecture, Chile, Italy.

En el año 1916 los arquitectos italianos Arnaldo Barison y Renato Schiavon finalizaban dos de las más importantes construcciones históricas conservadas

* Trabajo resultado del Proyecto de Investigación Interno VRIEA-PUCV 039. 363/2016 de la Vicerrectoría de Investigación y Estudios Avanzados de la PUCV.

hoy en Valparaíso y Viña del Mar (Chile): la mansión conocida como Baburizza y el llamado palacio Valle[1].

Hoy, cien años después, ambas estructuras se presentan al investigador como hitos claves del desarrollo de las formas artísticas y los intercambios de filiaciones arquitectónicas entre la Europa de finales del siglo XIX y el Chile de principios del XX, ejemplos supervivientes de dos modelos muy diferentes de afrontar la arquitectura, pero que reflejan la riqueza patrimonial de un momento esencial dentro del eclecticismo europeo y sudamericano, así como la compleja personalidad de sus tracistas.

A pesar de la relevancia de ambas construcciones y de que existen meritorios trabajos que, parcialmente, analizaron uno y otro edificio (Waisberg 1978), no se ha ofrecido una visión conjunta de estas dos vertientes enfrentadas de concebir la arquitectura y sus ornamentos. Y lo mismo cabría indicar para los dos arquitectos citados, de los que apenas contamos con una pequeña monografía y un artículo dedicado a Barison, mientras que Schiavon aún permanece a la espera de una investigación más exhaustiva.

Sirva por lo tanto este trabajo para paliar estas y otras carencias dentro del conocimiento histórico de este brillante patrimonio.

## 1. La Italia triestina como paradigma artístico

Arnaldo Barison Desman nació el 14 de noviembre del año 1883 en Venecia, en el seno de una familia vinculada al mundo del arte, pues su padre, el pintor Giuseppe Barison (1853-1931), desarrolló una interesante carrera vinculada a los temas pintorescos, de recuerdos románticos, y donde la ciudad de los canales se convirtió en la protagonista de sus telas (Gardonio 2006, Agnellini 1998: 24, Bossi y Baf 1997: 169, Scopas 2011). No es descartable por lo tanto una influencia del progenitor sobre la futura carrera del hijo que se inicia en los estudios de arquitectura en la Scuola Industriale de Trieste en el año 1898 (Waisberg 1988: 94-95, Barison 2008, Garrido 2013) (fig. 1).

No se ha profundizado demasiado sobre la labor arquitectónica de Barison en estos primeros momentos. Se indicó que ya aquí participó en múltiples proyectos, como por ejemplo, en el inmueble de apartamentos de la Via Gatteri o en el edificio con destino habitacional para empleados de San Andrés, auspiciado por la constructora Mazorana y Connel (Garrido 2013: 15)

Sin embargo, dentro de la historiografía chilena se obviaron datos importantes que sin duda ayudarán a comprender algunas de las novedades que el arquitecto trasladó a América. La documentación revela que aún en el año

[1] Ubicado el primero en el paseo Yugoslavo número 176 de Valparaíso y el segundo en el paseo Valle, número 387 de Viña del Mar.

1906 Barison colaboró con uno de los más importantes arquitectos del *liberty* italiano, Giuseppe Sommaruga (1867-1917), tal y como demuestran los planos del proyecto para la decoración del palacio Viviani-Giberti de la calle Brunner de Trieste, donde Barison tan sólo materializó la ornamentación, pero que anuncia ya cierta tendencia decorativista en su obra (Barillari 2007, Lorber 2015, Bairati y Riva 1982: 74-79) (fig. 2).

**Fig. 1.**
Fotografía de Barison y Schiavon, Revista *Sucesos*, 1908.

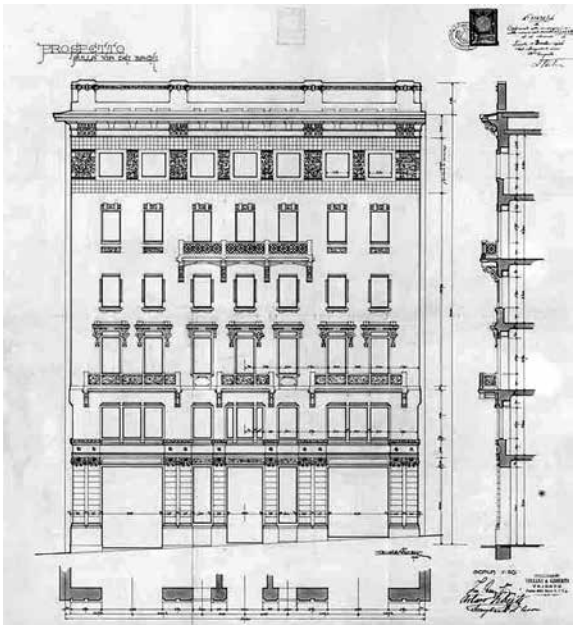


**Fig. 2.**
Proyecto del palacio Viviani--Giberti, de Barison, Trieste, CTs, PU, Archivio técnico disgeni 9437 (tomado de Barillari, 2007).

Un rápido repaso a la arquitectura trazada por Sommaruga (Sommaruga 1908), tanto en Trieste como en Milán, refleja la tendencia modernista en el uso del ornamento, con atención a los detalles escultóricos, los frisos vegetales, la combinación de materiales como la cerámica, el cobre o la madera[2] y la introducción de complejas rejerías[3], todo ello como elementos clásicos del *liberty* italiano. La monumentalidad de cariátides desnudas flanqueando vanos y umbrales, así como el uso de dos columnas de resonancias ciclópeas, con fuerte éntasis, ubicadas en los accesos[4], o la inclusión de picudas cúpulas estilizadas, a veces de forma bulbosa[5], se convertirán en algunos de los referentes que Barison trasladará a la arquitectura chilena.

Tradicionalmente la historiografía sudamericana indicó que fue en el año 1906 cuando Barison se embarcó en el Orozco rumbo al nuevo mundo (Carroll 2014, Cuadra 1991: 152, Garrido 2013: 17), aunque la firma del citado proyecto italiano aún en esa época debe servir para replantear la data (Barillari 2007).

La documentación que permite reconstruir el proceso de migración del arquitecto no es abundante, especialmente a partir de la pérdida de los fondos en incendios y terremotos que históricamente han abatido las ciudades de Valparaíso y Viña del Mar. Aún con todo, la revista *Sucesos*, siempre rica en informaciones, destaca en el año 1908 la presencia en Chile de Barison que había arribado dos años antes con Renato Schiavon (1887-1949), nativo de Pola (Istria) y con el que fundaría un estudio de arquitectura que estaría activo hasta el año 1921. Entre agosto y septiembre la fuente revela el inicio de actividades de los arquitectos:

> "una mañana Schiavon y Barison amanecieron sobre el muelle Prat recién importados de Trieste, mirándose las caras en tierra extraña. Se les había llamado; se les prometía excelente colocación a sus aptitudes de artistas y arquitectos. Pero nadie les esperó en esta tierra tan hospitalaria (…) y estuvieron trabajando en el silencio y en la obscuridad (…) Schiavon empuña el lápiz y empieza a darnos muestras eficaces de su habilidad y su ingenio (…) arquitecto laureado, es una mano diestra para el decorado" (Sucesos 1908b).

---

[2] En el palacio Castiglioni de Milán (1901-1903), por ejemplo, una cornisa vegetal con piñas realizada en cobre recorre toda la parte superior del edificio.

[3] Entre los muchos ejemplos, véanse las rejas del citado palacio Castiglioni o las del palacete del ingeniero Antonio Comi, en Milán (1906). Cf.: Sommaurga 1908: lámina 2 y lámina 23.

[4] Así se concibió el acceso al pabellón italiano para la Exposición Universal de 1904, en Saint Louis, Estados Unidos. *Ibidem*, lámina 14 o en la villa construida en Roma en el año 1897 para el Señor Giovanni Aletti: *Ibidem*, lámina 31.

[5] Son imponentes las que concibió en el proyecto del Gran Hotel Tre Croci (1906) en Varese (Lombardía): *Ibidem*, lámina. 16 y frecuentes en muchas de las mansiones que trazó, como en la casa del ingeniero Giuseppe Faccanoni (Sarnico, Bergamo, 1907), lámina 36 o en la villa de Giovanni Carosio, en Baveno, Lago Maggiore (1906), lámina 35.

Un mes antes la revista indicaba la colaboración de ambos arquitectos en la ornamentación interior del palacio Rivera de Valparaíso, cuyo trazado arquitectónico realizó el italiano Ettore Petri Santini y donde destacó la creación de un ciclo pictórico sobre la bóveda del salón principal, firmado por Schiavon (Sucesos 1908a).

No es el objetivo de este trabajo analizar las obras que Barison y Schiavon realizaron en los inicios de su carrera chilena (Moráis en prensa, Fadda 2012). En todo caso sabemos que desde su llegada iniciaron un proceso de inserción artística en un contexto donde debían competir con otros arquitectos extranjeros apegados a las fórmulas historicistas, especialmente en su vertiente "neorrománica", "neomedieval" y "neoveneciana", y otros artistas y decoradores que, ya bien en Santiago o en el área porteña, hacían el panorama complejo para el establecimiento de un estudio de arquitectura[6] (Estrada 2008: 129, Estrada 1993, Pellegrini 1926: vol. I 164, II 364, 395-398, 423, Pampaloni 1991: vol. III, 17-38).

A todos estos problemas, sin duda el más importante fue el estado en el que se hallaban gran parte de las construcciones porteñas. El recordado terremoto del 16 de agosto de 1906 provocó la destrucción de inmuebles, comunicaciones y un desplazamiento de población desde Valparaíso hacia Viña del Mar, con mayor espacio para levantar las nuevas viviendas que, a partir de ahora, demandaría una élite social bien posicionada en los negocios.

Un terremoto siempre fue acicate para el cambio y la renovación acelerada de la arquitectura en Chile (Aguirre 2004). Aunque se suela elucubrar sobre las causas que animaron a los arquitectos a emigrar, es posible que desde Europa conociesen el estado catastrófico en el que habían quedado las infraestructuras y quizás intuyesen la oportunidad de hacer negocio: "muchos artistas italianos habitan Chile (…) se recuerda a la amada tierra lejana, lo que produce más energía y gusto artístico", declaran aún en 1926 las fuentes (S. A. 1926)[7]. En todo caso, Barison aún puntualizaba en 1962 "nosotros no teníamos intención de venir a reconstruir la ciudad, simplemente cumplir la promesa nacida de un anhelo" (Barison 2008).

---

[6] Los artistas italianos trabajando en estos lugares son innumerables. Por citar algunos que reflejen el contexto, cabe destacar la figura de Federico Fazzini, natural de Ascoli Piceno (La Marche), famoso por sus trabajos de terracota y su negocio de imaginería religiosa. Desde 1910 también trabaja en Valparaíso el escultor Rómulo Tonti, creando un negocio de esculturas que distribuía a Santiago y a Osorno. A Chile llegó en 1887 el escultor Carmelo Faggioni, marmolista y creador de esculturas en cemento y yeso –esenciales para el abastecimiento de los arquitectos que las integraban en sus edificios– y activo también en la erección de mausoleos y, como veremos, una figura esencial en la trayectoria profesional de Barison y Schiavon. Finalmente, recuérdese a Felix Mazzoni, propietario de la Gran Fábrica de Muebles Artísticos, fundada en 1906. Era natural de Florencia y creó los muebles de la iglesia de los Padres Benedictinos de Chorrillos (Viña del Mar).

[7] Esta fuente cita a otros artistas italianos relevantes del momento, como fueron el escultor Di Negri, los broncistas Mina y Rivanello, el pirograbador Manzzoni, el imaginero Alfonso Molina y, junto a ellos, los arquitectos Barison y Schiavon.

**Fig. 3.** Casa del cerro Artillería de Valparaíso, de Barison y Schiavon, 1908.

## 2. La adaptación al locus: asimilación de la arquitectura vernácula

El primero de los edificios que Barison y Schiavon realizan en Chile se ejecutó en el año 1908, cuando Wenceslao Campusano, funcionario de aduanas, les encargó su vivienda en el cerro Artillería de Valparaíso (Waisberg 1988) (fig. 3).

La especial complejidad topográfica de la ciudad obligó a ubicar la construcción al borde del cerro que cae sobre la Plaza de la Aduana, lo que provoca que uno de los lados de la vivienda dé a la Subida Carampangue y el otro se vuelque hacia la quebrada, espacio hacia donde mira la parte privada con los dormitorios (Sepúlveda 2005: 300). A ello se suma la concepción del inmueble íntegramente en madera, con formas muy alejadas de las experiencias arquitectónicas que Barison había desarrollado en Italia.

Aquí prevalece claramente una adaptación al *locus* (Escoda 2006) con la consiguiente renuncia a ciertos postulados de la arquitectura moderna y, especialmente, el olvido de las formas *liberty*, historicistas y, al fin, eclécticas, que dominaban el panorama europeo. Nada recuerda aquí a Italia y todo parece confirmar la adopción de tipos arquitectónicos vernáculos propios de la arquitectura del siglo XIX de la región, con cierta preferencia, entre otros materiales, por la madera (Montecinos y otros 1994), dada su resistencia y flexibilidad ante los azotes sismológicos, pero anclada en la casa sobre un muro perimetral de hormigón armado con perfiles metálicos.

Finalmente, en la casa del cerro Artillería, Barison y Schiavon explotan la espectacularidad del enclave, a partir del uso de galerías, balcones y aleros de gran empaque, volados sobre ménsulas de gran tamaño[8], así como muros de entramado de pino cajeados con adobillo en los tabiques –elementos éstos que se asumirán en sus edificios posteriores –. "Barison y Schiavon dominan el len-

[8] En las páginas siguientes se irán desgranando las principales obras de los arquitectos, pero sirva como ejemplo la perpetuación de esta fórmula de aleros y su utilización en otros edificios, como en el palacio Baburizza o el mismo palacio Rivera de la calle Serrano, ambos en Valparaíso.

guaje *art nouveau* y del racionalismo, pero no pueden desconocer que el medio cultural porteño de la época se identifica aún con las soluciones eclécticas basadas en elementos neoclásicos, y en especial, neogóticos", señalaba Waisberg en su estudio clásico, y aún plenamente vigente (Waisberg 1988: 10).

El primer edificio trazado por Barison y Schiavon refleja varios puntos interesantes de su labor como arquitectos. Por una parte su eclecticismo, propio de unas personalidades acordes con las ideas imperantes en Europa y que les lleva a transitar por diversos movimientos artísticos sin problema, dejando temporalmente de lado las ideas *liberty* para absorber los rasgos propios de la arquitectura porteña y los gustos de unas élites asentadas, entre las que triunfaban los últimos coletazos del historicismo. Es así como se pasa de las construcciones rotundas y de materiales sólidos a la madera, esencial en la arquitectura del siglo XIX chileno y que, en principio, no habían usado nunca en las obras italianas.

Por otra parte, lógicamente Barison y Schiavon debieron interactuar con los arquitectos consolidados de la escena chilena de finales del siglo XIX y principios del XX. En particular, ello se constata al observar la configuración de la casa del cerro Artillería, con la división de las plantas, así como las soluciones de las cubiertas, los amplios aleros sobre ménsulas y, especialmente, el uso de mansardas con ojo de buey central y tejado volado a dos aguas de grandes dimensiones y apeado sobre arcos apuntados peraltados, todo obra lígnea.

Son elementos que remiten a la tipología de vivienda que triunfaba por entonces entre la clase acomodada de Valparaíso, especialmente en el sector de

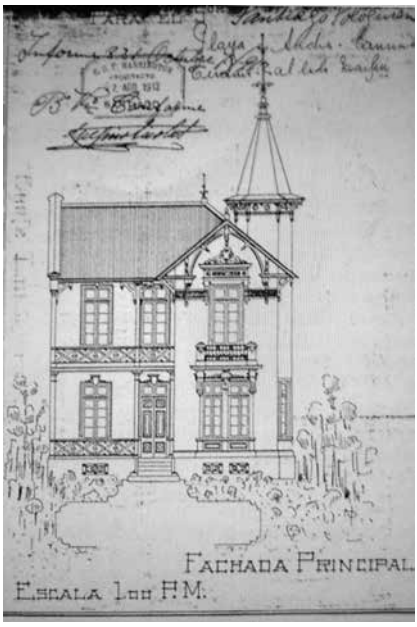



**Fig. 4.**
Casa de la Avenida Gran Bretaña, Playa Ancha, de Esteban Harrington (tomado de Waisberg, 1988).

Playa Ancha y la población Bueras. Allí, el arquitecto de raíces estadounidenses Esteban Orlando Fernando Harrington Arellano (1873-1936) había trazado un importante número de viviendas desde 1908 –siete de ellas en el pasaje que lleva su nombre–, junto con otras de los cerros Alegre y Concepción, realizadas casi siempre en madera y con soluciones que parecen evocar los tipos victorianos coloniales de Estados Unidos y Australia (S. A. 1910, Waisberg 1988: 24). Su obra es extensa, pero baste con citar la casa construida en 1912 por Harrington en la avenida Gran Bretaña para la familia Santiago Sologuren y que retoma muchas de las soluciones usadas por Barison y Schiavon en la casa Artillería del año 1908, especialmente en la articulación de aleros y mansardas enmarcadas por un gran arco[9] (Sepúlveda 2005: 310) (fig. 4).

## 3. Nuevo giro del discurso arquitectónico: la biblioteca Severín

Desde el año 1873 la única biblioteca departamental de Valparaíso era la que hoy conocemos como Santiago Severín, ubicada por entonces en el actual edificio de los Tribunales de Justicia (Valdés 2010). La necesidad de construir un nuevo espacio llevó a Severín Espina, empresario, hijo de un marino danés, comerciante salitrero y recién electo diputado por el Partido Nacional para el distrito de Valparaíso y Casablanca, a donar los recursos necesarios para la nueva obra, ubicada en unos terrenos frente la actual Plaza Simón Bolívar (Sepúlveda 2009: 156, Pacheco 2015: 182). Fue entre 1911 y 1912 cuando se convocó un concurso público donde una comisión valoró las propuestas de los arquitectos.

Nuevamente no existe una investigación particular, ni sobre este proceso, ni menos sobre los proyectos que concursaron y, muy posiblemente las fuentes, planos y propuestas sucumbieron en algún terremoto o incendio. En todo caso, la revista *Sucesos* del año 1912 informa sobre ello:

> "después de estudiados los proyectos, la comisión aceptó tres, exigiendo a su vez algunas modificaciones a los planos para resolver en definitiva. Estudiadas las modificaciones de ambos planos y oídas las explicaciones de los miembros técnicos de la comisión, acordó ésta, por unanimidad, aceptar el plano firmado por Alme Sol. Abierto el sobre respectivo, resultó que ese seudónimo correspondía a los Sres. A. Barison y R. Schiavon, a quienes se acordó dar como premio la suma de cuatro mil pesos de los cinco mil a que se refiere el artículo 2. 0 de las bases de 27 de enero último" (S. A. 1912).

[9] Ubicada en la población Bueras. Se trata de un elemento habitual en el arquitecto, incluso en los años anteriores, como demuestra igualmente la casa de la avenida Federico Errázuriz Echaurren 83, en el llamado pasaje Harrington, construida entre los años 1908-1910 y donde el tejado volado a dos aguas se proyecta tan ampliamente hacia la calle que permite cobijar una terraza y un pórtico de acceso a la vivienda.

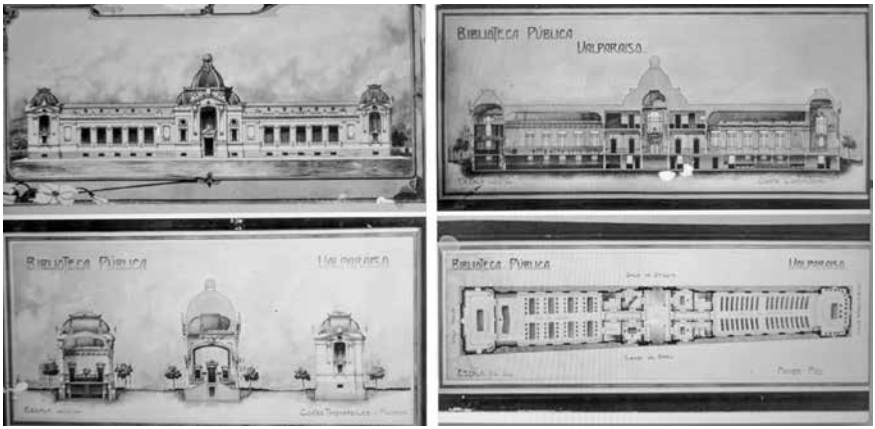



**Fig. 5.** Proyecto para la Biblioteca Pública de Valparaíso, de Esteban Harrington (tomado de Harrington, 1912).

Se indica igualmente que a los arquitectos Lanclot y Aubert, que habían participado bajo el seudónimo de *Bibliotecae*, se les otorgó mil pesos por haber llegado hasta la final. No resulta fácil documentar ni a estos dos arquitectos, de los que desconozco cualquier acercamiento bibliográfico, ni hallar el proyecto que nunca se ejecutó. En todo caso, quizás la fuente se refiera al belga Mauricio Aubert, arquitecto activo en Chile y colaborador de Emilio Jecquier y Enrique Grossín en las trazas del Museo de Bellas Artes de Santiago, inaugurado en el año 1910[10] y que en 1905 había sido condecorado con la segunda medalla en el apartado de artistas extranjeros recompensados en exposiciones[11] (S. A. 1925: 60-61).

La revista *Sucesos* indica en ese punto que se habían aceptado tres proyectos, pero en realidad en el artículo solamente se citan estas dos propuestas. Sin embargo, a partir del Álbum E. O. F. Harrington, donde se incluye el diseño de un proyecto para la biblioteca de Valparaíso, defendemos que se trataría del tercero en cuestión (fig. 5).

Reaparece así la figura de Esteban Harrington en la trayectoria de Barison y Schiavon, bien a pesar de que su propuesta quedó descartada. Esta se basaba en un edificio adaptado a lo estrecho de lugar, con fachada horizontal rematada en los extremos con grandes cúpulas simétricas, con frontispicios verticales abiertos y coronados por frontones partidos. Todo el edificio se asentaba sobre un

[10] La obra referida adopta formas neoclásicas pero con elementos del *art nouveau*, con el uso de estructuras metálicas, como la presente en el hall del edificio, comprada en Bélgica a la Compañía Centrale de Construction de Haine Saint Pierre y trasladada a Chile en el año 1907. Se inspiró en el Petit Palais de París.

[11] La fuente también cita al francés Emilio Jecquier, primera medalla de Santiago en 1910. Ningún dato he podido encontrar sobre el misterioso arquitecto Lanclot que firmó el proyecto de la biblioteca con Aubert.

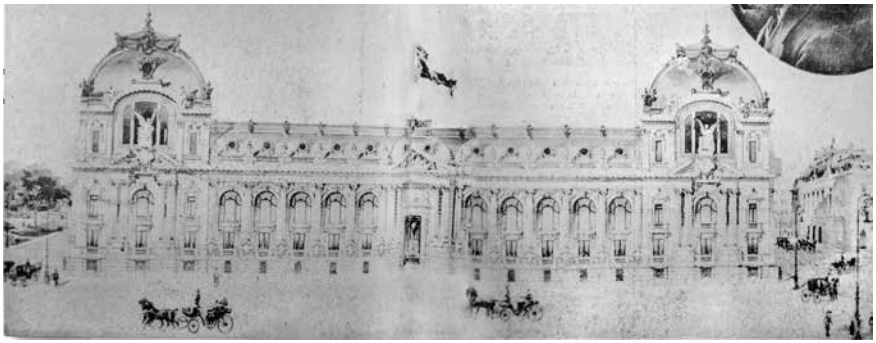


**Fig. 6.** Proyecto para la Biblioteca Pública de Valparaíso, de Barison y Schiavon, Revista *Sucesos*, 1912.

gran basamento macizo con vanos reducidos, mientras que las dos alas simétricas que componían la fachada se concibieron adinteladas y sobre pilares, abiertas también. Todo se replica en el centro compositivo del frontis, rematado por una cúpula de mayor altura.

El proyecto de Barison y Schiavon (fig. 6) en realidad no era muy diverso del de Harrington, constreñido a lo estrecho de la parcela, volvía sobre las fachadas horizontales en el cuerpo interior de éstas, abiertas con vanos de medio punto y rematadas por dos cúpulas en los extremos. Se replican también el uso de frontones partidos rematados por grandes esculturas, posiblemente Victorias aladas y, a diferencia del proyecto del chileno, la cúpula central del eje de fachada no existe. Estos elementos, el gran basamento almohadillado sobre el que se elevaba la obra y el uso del orden jónico, daban a la biblioteca una monumentalidad heredera de los gustos historicistas neoclásicos, con referencias a la arquitectura palacial del Renacimiento y por lo tanto, diametralmente opuesta a su obra tan vernácula del cerro Artillería[12].

[12] Excede los límites de este trabajo analizar más profundamente la biblioteca Severín. Si bien en 1912 el proyecto estaba aceptado, aún la Comisión dictaminó importantes cambios, indicando que debían respetarse ciertas directrices, como los 65 metros de fachada y la capacidad para 60 o 80 mil volúmenes. "La construcción deberá ser completamente incombustible. El sistema de construcción será contra temblores y debe tomarse muy en cuenta lo estrecho del terreno para no usar grandes masas". Quizás esta sea la causa que explique la eliminación de muchos elementos que hoy no existen en el edificio que conservamos y que se finalizó en 1919. Las obras se materializaron en colaboración con el ingeniero suizo Augusto Geiger, autor tendente al neoclasicismo en obras como el edificio del Registro Civil de Valparaíso (año 1912). La Biblioteca actual no posee cúpula alguna, no existe rastro de frontones partidos ni de grandes esculturas. Al contrario, se usa un frontón triangular en el centro de la fachada y dos curvos en los laterales, y se replican estos últimos en todos los vanos del frente del edificio. Todo ello acaba potenciando el sentido clásico de la obra, frente al carácter más barroco y ecléctico del proyecto inicial.

**Fig. 7.** Palacio Baburizza, de Barison y Schiavon, 1916.

## 4. 1916: De lo pintoresco de la arquitectura porteña a la Liguria *liberty* y neomedieval

Barison y Schiavon recibieron el encargo de realizar una casa en el cerro Alegre de Valparaíso por parte del magnate italiano Ottorino Zanelli (?-1916), oriundo de Savona (Liguria) (Nagel 2004, S. A. 1910: 513, Calle 2013).

El proyecto se materializó, según ha puesto de relieve la bibliografía que puntualmente abordó el edificio, a partir de los postulados del *art nouveau*, el *art deco*, el modernismo y la influencia de la Secesión vienesa (Wahr 2006), aunque los estudios no han concretado el peso de cada una de estas tradiciones, y ni tan siquiera se han buscado modelos referenciales ni inspiratorios dentro del *liberty* italiano (Garrido 2013: 24, Sepúlveda 2005: 115)[13], movimiento que casi nunca se cita a la hora de analizar la mansión. Por otra parte, la casa fue años más tarde adquirida por el magnate Pascual Baburizza[14] (Torres 2003, Calvo 2009), quien dio el nombre actual al edificio (fig. 7).

No es el objeto de este trabajo discernir el peso de cada uno de los movimientos citados en la configuración del edificio de Barison y Schiavon, pero, ni son lo mismo, ni tales nomenclaturas se podrán utilizar aleatoriamente, pues se basan en premisas opuestas, aunque parezcan converger (Argan 1991: 174-175). Por otro lado, si bien su encasillamiento dentro del arte modernista se

[13] La autora lo califica como *liberty* o art *nouveau*, que entiende como movimientos sinónimos. El segundo autor lo califica de "estilo ecléctico, con notorios elementos del *art-nouveau*".

[14] Pascual Baburizza Soletic (1875-1941), procedente de Dubrovnic (Croacia), adquiere el palacio para su residencia en el año 1925, donde vivió hasta su muerte. Lógicamente el proyecto ya se encontraba finalizado, a pesar de que Zanelli no llegó a verlo rematado.

ha asentado como una verdad historiográfica, considero que resulta necesario reflexionar sobre tres aspectos esenciales: 1) el conocimiento que del mismo tenían los arquitectos a partir de su vertiente *liberty*, bien asentada en el norte de Italia, 2) los gustos del promotor y 3) las reversiones que pudieron hacer a partir de los tipos arquitectónicos ya asentados en Chile.

En relación con los dos primeros puntos conviene recordar que, por los antecedentes familiares de Ottorino Zanelli, Savona y su arquitectura debieron ser importantes, aunque desde 1874 se encuentra asentado en Chile, primero en Tarapacá y luego en Valparaíso (Pinto 1993: 61-88).

No obstante, precisamente entre el amplio catálogo de villas *liberty* de Savona, destaca la erigida en el año 1907 por los arquitectos Gottardo Gussoni y Pietro Fenoglio para Nicolo Zanelli (Speziali 2013: 8-9, Speziali 2016: 10-12), hermano de Ottorino y que, junto a otros parientes, habían fundado en 1882 la firma salitrera más importante creada por italianos en Chile, hasta que en 1896 fue disuelta. Así, resulta del todo probable que, con los 338.684 pesos que ganó de la operación (Pinto 1993: 76-77), regresase a Italia y erigiese una casa consonante con las preferencias estéticas de las clases altas italianas.

La vivienda es muy diferente a la que Barison y Schiavon planificaron en Chile pero en todo caso no sería descartable la adhesión a los principios *liberty* a partir de los gustos de la familia, escapando en cierta manera del historicismo imperante en la arquitectura porteña. A ello habrá de sumarse el conocimiento que los arquitectos tenían de la obra que Sommaruga realizaba en el norte de Italia y, en particular, en la costa del Adriático.

Sin embargo, a pesar de su conexión con los movimientos europeos, considero que fue precisamente la arquitectura que tenían ante sus ojos en Viña del Mar y Valparaíso la que acabó por definir la construcción de Zanelli, por encima de cualquier filiación con respecto a Europa y aún siendo cierta la adhesión, innovadora, a los principios *liberty*. Es por ello que, frente a los macizos edificios de Sommaruga en Trieste, o las contundentes y monumentales –a veces historicistas *villae* de Savona–, Barison y Schiavon toman como referente, renovándolo, el modelo de chalet pintoresquista con el que la oligarquía chilena venía distinguiendo su tiempo de descanso, asociándolo al campo, el mar y la arquitectura palacial.

Por encima de las referencias al norte italiano parece como si sus tipos arquitectónicos versionasen la arquitectura "de placer" (Booth 2003), difundida en todo el siglo XIX chileno, aunque ahora ya desfasada. Ejemplos como los construidos por el arquitecto chileno Josué Smith Solar (1867-1938), en Miramar (Viña del Mar), entre los años 1910 y 1920, muestran casos de mansiones con rasgos luego presentes en la casa Baburizza: juegos de volúmenes potentes y, particularmente, amplios tejados con mansardas salientes. De hecho, incluso la elevada cúpula alancetada con alero ondulante sobresaliente apeado en colum-

**Fig. 8.** Castillo de San Jorge y chalet Recart Novion, de Josué Smith Solar, 1912 ® Archivo Histórico Nacional de Chile.

nillas que Barison y Schiavon trazan, no es del todo lejana a los perfiles ideados por Smith en el chalet pintoresquista de María Luisa Edwards Mac Clure de Lyon, conocido como el castillo San Jorge, similar a la del Recart Novion, que Smith realiza en 1912 en la playa de Papudo, o a la cúpula de la Villa Riesco en la avenida Los Castaños de Viña del Mar, propiedad de don Luis Riesco y construida por Smith en 1905[15] (Pérez 1993, Booth 2003: 128, Boza 1986) (fig. 8).

Pero si el palacio Baburizza parece reinterpretar soluciones ya conocidas en la arquitectura chilena, serán los elementos ornamentales del edificio los que destaquen especialmente, en una clara alusión a la iconografía *liberty*, difundida con fuerza entre los años 1900 y 1916 a partir de la celebración, en Torino, de la *Prima Esposizione Internazionale d'Arte Decorativa Moderna* (1902) (Etlin 1989) y la proliferación de publicaciones periódicas, como la revista *Modelli d'arte decorativa* que, desde Milán y a cargo de Betesti y Tumminelli, otorgaría a los artistas un amplio catálogo de modelos. De hecho, serán precisamente italianos los encargados de aderezar la construcción de Barison y Schiavon. Alejandro Santambrogio facturó las piezas de metalistería, forjados y rejerías, mientras

[15] En la mayoría de los casos Smith recurre a estas cubiertas a partir de torreones de planta hexagonal o poligonales de diferentes tipos, que otorgan al edificio monumentalidad. Por otra parte, el perfil de la arquitectura viñamarina en la década de los años diez y veinte del siglo XX contaba con ejemplos significativos de torres con cubiertas elevadas, de planta circular o en forma de chapitel. Así aparecen en la casa de Juan Ahumada de Viña del Mar, del arquitecto Manuel Valenzuela o en la de Ignacio Segura, ubicada en la calle Arlegui, estudiadas todas ellas por Cristián Boza.

**Fig. 9.** Palacio Valle, de Barison y Schiavon, 1916.

que Carmelo Faggioni (Pellegrini 1926: II 423)[16] creó los relieves, mármoles y aplicaciones en yeso. Los trabajos de madera se atribuyen al taller de Fábrica de Muebles Artísticos de Félix Mazzoni[17] (S. A. 1926: 13).

Pero en el año 1916 Barison y Schiavon remataron, paralelamente, otro gran encargo que, al igual que la vivienda de los Zanelli, volvía a mirar a la Liguria italiana. Ese año se finalizaban las obras del que hoy conocemos como palacio Valle, situado sobre un promontorio privilegiado de Viña del Mar, mirando hacia al plan y a la por entonces distinguida calle Álvarez. Al palacio se accedía atravesando el paseo homónimo, con casas propiedad de Giovanni Valle, el promotor de todas las obras (fig. 9).

El nuevo edificio es indisociable de la personalidad de su comitente, nacido en Santa Margherita Ligure, balneario de la provincia de Génova pero emigrado a Chile en el año 1879 para dedicarse al negocio de comestibles (Toro 2015). Ello marcará irremediablemente la construcción. Así, a diferencia de las formas empleadas para la familia Zanelli, ahora se recuperar ciertos estilemas histori-

[16] Marmolista, llegado a Chile en el año 1887, cuando funda su taller, que se ubicaba en la Avenida Pedro Montt, números 586-592, trabajando "toda clase de mármoles, con sus respectivos talleres de escultura y ornamentación de cemento y yeso". Precisamente Faggioni recibió la medalla de oro en la Exposición Internacional de Turín del año 1911. Fue conocido también por la importación de mármoles de Carrara.

[17] Aparece citado aún en 1926 como artista relevante en la técnica del pirograbado. Su Gran Fábrica de Muebles Artísticos, fundada en 1906, se ubicaba en la Avenida Merced número 218.

cistas, siendo calificada la obra por la historiografía como "medieval veneciana" (Garrido 2013: 24).

Los arquitectos recuperan la compleja adaptación al lugar que habían ensayado en la casa del cerro Artillería, ahora explotando la vocación escenográfica del acceso a la casa, a partir de rampas zigzagueantes que se adosan a la falda de la colina, en tres tramos, para desembocar en la plataforma superior donde se ancla el edificio y que se retrae unos metros para dejar espacio al jardín, elemento esencial y que obligó a la urbanización de todo el entorno y de cuya relevancia hablan las fuentes[18] (Isotta 1922).

A diferencia del prototipo veneciano de fachada telón expansiva o frontis, aquí se prefiere un modelo que se construye sumando volúmenes, acentuando los desniveles de las dos torres, desiguales, que rematan el edificio en los extremos y, la más alta, que permite generar un gran pórtico de arco de medio punto en su base y por donde se accede a la vivienda.

La técnica constructiva asemeja a otras fábricas coetáneas, presentando una cimentación de hormigón sobre la que se suceden las plantas a partir de entramados de madera rellenos de adobe en los tabiques interiores, repellando el exterior con cemento.

Dicho material se utiliza también para crear los fustes de las columnas encofradas, capiteles y molduras, a veces de mortero y, las interiores, de yeso, material que se convierte nuevamente en el referente para la decoración de techos y otros elementos decorativos, como las ménsulas.

Además de las soluciones arquitectónicas, nos interesan particularmente las ornamentales, al introducir formas contrapuestas a lo que, por los mismos momentos, hacían en la casa Baburizza. Ciertamente parece que se recuperan elementos propios del movimiento medieval, y más en concreto, la arquitectura palacial de Venecia. El uso de tracerías caladas, arcos conopiales y falsos tondos esculpidos, las columnillas laterales sogueadas, los capiteles corintios apilastrados, así como los aleros volados que descansan sobre ménsulas y columnillas, efectivamente, son repertorios muy conocidos en la arquitectura del siglo XV. No obstante, conviene remarcar que Barison y Schiavon no los aprehenden a partir de una visión positivista de la Edad Media.

Su acercamiento al Medievo se realizó a partir de dos vías. Por una parte, tomando como referencia obras propiamente decimonónicas "neomedievales" que se habían erigido en Venecia justo antes de su llegada a Chile. Es así como se inspiran, para la galería de tracerías del cuerpo central –entre torres– y los arcos

[18] Se adopta el modelo de villa italiana ajardinada, punto esencial en la imagen pública que se proyecta. De hecho, aún en el año 1922 y a propósito de la visita a Viña del general Enrico Caviglia para conmemorar el aniversario de la guerra, se publicó una fotografía del jardín, con vistas al plan y urbanizado con una fuente central y grandes maceteros ornamentados.

conopiales del palacio Valle, en las fórmulas presentes en el palacio Genovés, erigido en 1892 por el arquitecto Edoardo Trigomi Mattei.

En segundo lugar, y más importante, parece que nuevamente los arquitectos debieron guiarse por las preferencias del promotor. De hecho, es la arquitectura de Santa Margherita Ligure y sus palacetes desperdigados por suaves colinas ajardinadas y mirando al mar, de naturaleza ecléctica y *liberty*, la que parece perpetuarse aquí. Así, villas como la Luxardo, trazada en 1900 por Enrico Carlo Macchiavelo e inspirada en el *stile neo-gotico veneziano*, ofrecen puntos en común con el palacio Valle.

Ambas obras comparten el uso de una torre con vanos y tracerías de arcos ojivales enmarcadas por taqueado y columnas sogueadas esquineras, la presencia de conopiales coronados por florones y tondos, la articulación de la composición del edificio en diversos volúmenes sobre los que se introducen terrazas y otros detalles escultóricos.

Barison y Schiavon no acuden por lo tanto a un modelo medieval veneciano, tal y como las investigaciones han repetido, sino que el proceso de creación es más complejo. Los italianos retoman tipos edilicios del "neomedievalismo" de Venecia, más las aportaciones de la arquitectura oriunda de la localidad natal de Giovanni Valle.

Finalmente, a ello se suman otros detalles decorativos incluidos en el edificio chileno, que conectan indudablemente con la cultura clásica italiana. Ello es visible, por ejemplo, en el dintel de acceso a la vivienda donde se colocó la inscripción ERECTA ANNO DOMINI MCMXVI[19] o las dos cartelas epigráficas que reciben al visitante en el zaguán de la casa.

En la del lado izquierdo se lee: LABOR OMNIA VINCIT IMPROBVS, texto procedente de la obra *Geórgicas* de Virgilio (ca. 29 a. de C.) y que en su estado completo reza: *Labor omnia vincit improbus et duris urgens in rebus egestas* (Virgilio, *Geórgicas*, Libro I, 145), es decir, "Todo se venció en fuerza de un ímprobo trabajo y de la necesidad, que nos obliga a las cosas más duras".

En la de la derecha se escribió: HONESTA FAMA EST ALTERA PATRIMONIVM, o "Buena fama es un segundo patrimonio", texto de Catón, el filósofo estoicista autor de la Ética (ca. 149 a. de C.), obra basada en preceptos morales o *disticha* (Erasmo 1516).

## 5. Conclusiones

La obra desarrollada en Chile por Arnaldo Barison y Renato Schiavon entre los años 1906 y 1916 presentó unas peculiaridades propias. Pocos contextos geográficos y contados arquitectos contaron con un escenario posterremoto que

[19] Sello personal de los arquitectos que también habían usado, en el mismo lugar, en el palacio Baburizza.

permitió experimentar con lenguajes constructivos tan variados y aplicados en un periodo tan corto de tiempo.

Por lo general, tanto la casa del cerro Artillería, como la biblioteca Severín y los palacios Baburizza y Valle fueron comprendidos en una tendencia historicista y ecléctica. Sin embargo, tales nomenclaturas estilísticas no reflejan la complejidad de sus edificios y su formación artística. Las obras aquí estudiadas no deben entenderse en el marco de una trayectoria homogénea ni reducirse a un simple panorama de herencias y traslados inerciales a Chile desde la arquitectura europea de los siglos XIX y XX.

Un punto relevante del trabajo ha puesto de manifiesto el papel de la arquitectura vernácula, especialmente la concebida en madera –rasgo característico de las construcciones domésticas existentes en Chile antes de la llegada de los italianos–, asumida en sus creaciones. Lejos de perpetuar repertorios europeos, la arquitectura nativa chilena se asume y metaboliza, a partir del contacto de Barison y Schiavon con otros arquitectos coetáneos, como Harrignton y Smith. Las casas de Playa Ancha, Bueras y Miramar, representantes estéticamente del pintoresquismo que definía los gustos estéticos de las élites chilenas decimonónicas, fueron redefinidas por los triestinos en algunos de sus nuevos edificios. No se trata de una estricta dicotomía entre fuentes europeas y locales, ni tan siquiera de una fusión cultural inercial. Más bien se podría hablar de una intencionada capacidad de explotación de las soluciones autóctonas que busca adaptarse a los gustos escogidos de ricos inmigrantes. Estos demandaron viviendas que aunaron elementos visuales y composiciones arquitectónicas con un marcado sesgo de prestigio europeizante, pero incorporados a la tradición vernácula preexistente –el palacio Baburizza es el mejor reflejo de este fenómeno–. Por ello, calificarlo como modernista o *liberty* parece constreñir el análisis de unos modelos arquitecturales más complejos.

La rapidez con la que los arquitectos se mueven entre las diferentes tendencias de la arquitectura está en consonancia con los numerosos encargos, muy variados, que reciben. A ello se sumó la presencia de inmigrantes procedentes de la Liguria italiana, factor propio de esta región latinoamericana. Así, el desarrollo de las llamadas formas historicistas no parece ser una preferencia de Barison y Schiavon, sobre todo si tenemos en cuenta los edificios que el primero realizó antes de 1906 en Trieste. Estos reflejan la acomodación a los gustos del comitente que encarga las viviendas.

Además, se ha definido el papel que debieron jugar en la configuración de las formas usadas por los triestinos en Chile tanto el arquitecto *liberty* Giuseppe Sommaruga, como las obras que trazó en Italia. Del mismo modo, la historiografía ha señalado la tendencia neomedieval que Barison y Schiavon abrazaron en la concepción del palacio Valle. Nuevamente este concepto estilístico resulta inapropiado si por ello entendemos una revisión positivista de la arquitectura

medieval veneciana. Como se ha indicado, los arquitectos revisitan estos lenguajes, pero no a partir de los palacios de Venecia erigidos entre los siglos XIII al XV. Al contrario, es la arquitectura de las villas de Santa Margherita Ligure, lugar de procedencia del comitente del palacio, la que ofrece buenos ejemplos con los que comparar el palacio Valle. Se trataría entonces de un neomedievalismo de segundas, nacido ya a partir de versionar la arquitectura neo y no la propiamente medieval. El origen del palacio Valle está en la arquitectura del siglo XX, no en la Edad Media y, más aún, su funcionamiento estructural se adaptó a las exigencias de un escenario amenazado por los seísmos, donde los arquitectos asumieron las técnicas constructivas propias de Chile. Así se abandonó el uso de la piedra y la sillería, frente a la concepción de los inmuebles a partir de la madera y el adobillo, más flexibles ante los temblores. En definitiva, su arquitectura se basa esencialmente en las fórmulas usadas ya por otros arquitectos tradicionales asentados en el Chile finisecular, pero recubiertas epidérmicamente por elementos ornamentales muy acomodados a los gustos de los comitentes.

## Bibliografía


AGNELLINI, Maurizio (1998). Ottocento italiano: pittori e scultori: opere e mercato 1998-1999. Novara: Istituto geografico de Agostini.

AGUIRRE GONZÁLEZ, Max (2004). La Arquitectura Moderna en Chile. El cambio de la arquitectura en la primera mitad del siglo XX. El rol de la organización gremial de los arquitectos (1907-1942) y el papel de las revistas de arquitectura (1913-1941). Madrid: Universidad Politécnica de Madrid (Tesis Doctoral Inédita).

ARGAN, Giulio Carlo (1991). El arte moderno. Del Iluminismo a los movimientos contemporáneos. Madrid: Akal.

BAIRATI, Eleonora y Riva, Daniele (1982). Giuseppe Sommaruga: un protagonista del liberty italiano. Milano: Mazzotta.

BARILLARI, Diana (2007). "L'architetto Sommaruga a Trieste e il palazzo Liberty lungo il viale", in Archeografo Triestino, 4, 67, 359- 384.

BARISON, Roberts (2008). Gloria, Arnaldo Barison Desman, 1883-1970: retrato de un artista. Chillán: (s. e.).

BOOTH, Rodrigo (2003). "Viña y el mar. Ocio y arquitectura en la conformación de la imagen urbana viñamarina", in Archivum, 5, 121-138.

BOSSI, Lucio y Baf, Severino (1997). Trieste 1900-1999: cent'anni di storia. Trieste: Publisport, 1997, I.

BOZA, Cristián (1986). Balnearios tradicionales de Chile: su arquitectura. Santiago: Montt.

CALVO REBOLLAR, Miguel (1925). "Dinero no veían, sólo fichas. El pago de salarios en las salitreras de Chile hasta 1925", in De Re Metallica, 12, 9-30.

CALLE RECABARREN, Marcos (2013). "La inmigración europea en la provincia de Tarapacá. Su inserción en la estructura política, 1860-1949", in La sociedad del salitre. Protagonistas, migraciones, cultura urbana y espacios públicos. Santiago: Rill, 119-162.

CARROLL BALANGIONE, Robert (2014). "El legado de los italianos en Valparaíso", in Boletín Histórico de la Provincia de Marga-Marga, 12, 121-132.

CUADRA, Manuel (1991). Architektur in Lateinamerika: Die Andenstaaten Chile, Ecuador, Bolivien Und Peru Im 19. Und 20. Jahrhundert: Geschichte, Theorie, Dokumente, Mit 754 Abbildungen. Darmstadt: Jürgen Häusser.

ESCODA PASTOR, Carmen (2006). El magnetismo del lugar en la arquitectura. Un análisis a través del dibujo de las diferentes estrategias de intervención en el paisaje a partir de la arquitectura del Movimiento Moderno. Barcelona: Tesis Doctoral de la Universidad Autónoma de Barcelona.

ESTRADA TURRA, Baldomero (1993). Presencia italiana en Chile. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso.

ESTRADA TURRA, Baldomero (2008). Valparaíso: patrimonio arquitectónico, social y geográfico. Valparaíso: Altazor.

ERASMO DE RÓTERDAM (1516). Contenta in hoc opere sunt haec. Catonis Praecepta moralia, s. l., s. p.

ETLIN, Richard (1989). "Turin 1902: The Search for a Modern Italian Architecture", in The Journal of Decorative and Propaganda Arts, 13, 94-109.

FADDA, Giulietta (2012). "El legado de los arquitectos italianos Barison, Schiavon y Petri a Valparaíso durante el siglo XIX", in La herencia italiana en la región de Valparaíso. Santiago de Chile: Andros, 201-220.

GARDONIO, Matteo (2006). Giuseppe Barison. Trieste: Fondazione CRTS.

GARRIDO, Eugenia (2013). "Arnaldo Barison, arquitecto de la modernidad", in Archivum, 11, 15-28.

ISOTTA MARCHANT, Francisco (1922). La visita del General Caviglia a Chile: Mayo 1922. Santiago: Selecta.

LORBER, Maurizio (2015). "Profilo di una città: Giuseppe Sommaruga a Trieste", in Il Ponte rosso Mensile di Arte e Cultura, 5, 17-19.

MONTECINOS, Hernán, Salinas, Ignacio, Waisberg, Myriam, Basáez, Patricio y Goldsack, Luis (1994). "La vivienda de madera en Chile a finales del siglo XIX. Aportaciones a un proceso arquitectónico interrumpido", in Revista de Arquitectos, 5, 35-37.

MORÁIS MORÁN, José Alberto (en prensa). "El problema del estilo "neomedieval veneciano" en la historia de la arquitectura chilena (1906-1916): la necesidad de concretar un concepto ambiguo".

NAGEL, Lina (2004). "Palazzo Baburizza: un ejemplo de arquitectura y ornamentación. Art Nouveau en Chile", in Arte y crisis en Iberoamérica: segundas Jornadas de Historia del Arte. Santiago: Rill, 410-411.

PACHECO DÍAZ, Angélica María (2015). Las plazas del Barrio Almendral de la ciudad de Valparaíso, Patrimonio Mundial y la importancia de sus atributos como aporte a la preservación de la identidad-es de la ciudad-puerto. Madrid: Tesis Doctoral de la Universidad Rey Juan Carlos.

PAMPALONI, Carla (1991). L'emigrazione nelle Americhe dalla Provincia di Genova. La parte orientale dalla Provincia. Bologna: Patron Editore, III.

PELLEGRINI, Amadeo (1926). El Censo Comercial Industrial de la Colonia Italiana en Chile. Santiago: Colonia.

PÉREZ DE ARCE, Mario (1993). Josué Smith Solar: un arquitecto chileno del 900. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile.

PINTO VALLEJOS, Julio (1993). "La presencia italiana en el ciclo salitrero: Tarapacá 1860-1900", in Presencia italiana en Chile. Valparaíso: Universidad de Valparaíso, 61-88.

S. A. (1908). "El Palacio Rivera. Una obra de arte", in Sucesos (a), VII, 312, 27 de agosto.

S. A. (1908). "D. Renato Schiavon", in Sucesos (b), VII, 316, 24 de septiembre.

S. A. (1910). E. O. F. Harrington. Arquitecto. Valparaíso. Álbum de edificios. S. l: s. e.

S. A. (1910). Gaceta de los tribunales, 7841-7865.

S. A (1912). "La nueva biblioteca de Valparaíso", in Sucesos, XI, 523, 12 septiembre.

S. A. (1925). Exposición de Bellas Artes Salón Oficial. Santiago: s. e.

S. A (1926). "Arte e Artisti italiani nel Pacifico. Dall'Annuario del Pacifico", in La Gazzetta degli Italiani, IV, 4.

SEPÚLVEDA JAMETT, Andrea Valentina (2009). Plan de reconstrucción de Valparaíso 1906-1910: sus ideas urbanas hacia el centenario de la República. Santiago: Tesis de la Universidad Academia de Humanismo Cristiano.

SEPÚLVEDA VOULLIÈME, Daniel (2005). Valparaíso: guía de arquitectura. Sevilla-Valparaíso: Gobierno de Chile.

SOMMARUGA, Giuseppe (1908). L'architettura di Giuseppe Sommaruga. Milano: Preiss e Bestetti.

SCOPAS SOMMER, Rossella (2011). Giacomo Zammattio (Trieste 1855-1927). Architetto e collezionista. Trieste: Tesis Doctoral de la Universitá degli Studi di Trieste.

SPEZIALI, Andrea (2013). Diletto e armonia villeggiature liberty marine. Pesaro: Museo della Marineria.

SPEZIALI, Andrea (2016). Savona Liberty. Villa Zanelli e altre architetture. Savona: Risguardi.

TORO CANESSA, Emilio (2015). "Juan Valle", in Revista Tell, (http://www.tell.cl/magazine/16970 consultado en 2016.08.08).

TORRES-DUJSIN, Isabel (2003). La vida de un croata: Pascual Baburizza Soletic. Valparaíso: Ediciones Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación.

VALDÉS RODRÍGUEZ, Marcela (2010). "Las Bibliotecas Públicas Chilenas: Breve historia y presente", in Infoconexión. Revista Chilena de Bibliotecología y Gestión de Información. 1 (http://eprints.rclis.org/15462/1/Infoconexion%20N°%201,%202010,%20Valdés,%20Marcela.pdf, consultado en 2015.04.30).

WAHR, Andrea (2006). "Esplendor recuperado", in Vivienda, 120, 54-57.

WAISBERG, Myriam (1988). Casas de Playa Ancha: la vivienda de fines del siglo XIX en Valparaíso. Valparaíso: Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico.

WAISBERG, Myriam (1978). En torno a la historia de la arquitectura chilena. Valparaíso: Universidad de Chile.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_14

# A Ação de um Governador – Aspetos do Governo de Maia Magalhães em Macau

## *A Governor and His Action – Aspects of the Government of Maia Magalhães in Macao*

Célia Reis
Instituto de História Contemporânea – FCSH/NOVA
celiareis1@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 25/04/2017

**Resumo:** Este artigo, baseado essencialmente em papéis pessoais do governador Maia Magalhães, mostra alguns aspetos importantes da administração de Macau em 1925-1926. Nele se verifica como as preocupações com o governo da colónia eram entravadas pelas ações, com alguma dificuldade em se implementar e sujeitas à instabilidade ministerial que se viveu em Portugal. Por outro lado, na própria colónia, a ação do governador não se mostrava facilitada, perante o confronto de grupos e interesses muito diferenciados, pressionando no sentido de realizarem os seus propósitos, políticos ou pessoais. No contexto desta colónia específica, a comunidade chinesa ocupava uma posição essencial e este governador preocupou-se especialmente em cultivar o bom relacionamento com ela.

**Palavras-chave:** Macau, administração, colonização, chineses.

**Abstract:** The article, based mainly on the personal papers of governor Maia Magalhães, shows some important facets of Macao's administration in 1925-1926. We can see as the concerns with the colonial government were interrupted by the actions, with some difficulties to implement and subjected to the ministerial instability in Portugal. Besides that, in the colony, the action of the governor was not easy in the confrontation with different groups and interests, that pressed in the way of their political or personal intentions. In the specific context of Macao, the Chinese community occupied an important position and this governor was concerned with the good relationship with it.

**Keywords:** Macao, administration, colonization, Chinese people.

## Introdução

A administração das colónias constitui um assunto complexo pelas múltiplas incidências processuais e pessoais que nela estão implicados. Inclui, de imediato, uma relação entre metrópole e territórios dela dependentes, estruturada em regras mais ou menos definidas, mas sobretudo dependente de diferentes intenções e campos de visão. Foram, por isso, muitas as vezes em que as perceções dos governadores coloniais não coincidiram com as dos ministérios que os

enviaram (por exemplo, Janeiro 2015, 57–58). Mas, para além desta separação física entre dois espaços e concomitante autoridade, a administração entretecia-se igualmente com os presentes em cada colónia: representante do governo metropolitano, o governador cumpria as suas funções num campo de diferentes tensões e aspirações, respondendo aos objetivos de grupos diversificados.

A administração de Macau integrava-se, naturalmente, nesta múltipla dinâmica entre metrópole/colónia e na resposta às solicitações internas diferenciadas. Ganhou igualmente espaço a relação de grande proximidade com a China, pela implicação étnica da maior parte dos seus habitantes. Porém, não eram apenas os chineses que integravam a sociedade local, e muito menos a administração da colónia, pois as elites vindas de Portugal ou os macaenses ocupavam aqui uma posição destacada.

Inserido num meio de poder e de influências, a relação dos governadores com membros destacados da sociedade local desenvolvia-se de formas diferenciadas, respondendo a anseios distintos, levando a que esta ligação assumisse, por vezes, formas conflituosas. Mas o que também se apresentava notória era a tendência para o enredamento político.

O espólio do governador Maia Magalhães [1925-1926], contendo folhas que parecem provir de um diário e o rascunho para o seu relatório de governo[1], dá-nos testemunhos claros destas situações. A sua análise constitui, sem dúvida, um manancial importantíssimo para o conhecimento de Macau, no imediato, e um contributo para as questões mais vastas que importavam ao colonialismo português. E é esse, de facto, o objetivo deste artigo, centrado justamente nessas fontes primárias, complementadas por outras informações.

Existem já alguns estudos sobre Macau nesta época, abrangendo as suas diferentes áreas, quer no campo interno quer externo (com destaque para Reis 2003a, 2003b, 2006, 2007, 2013b, Haberzettl e Ptak 1991, 2003, Dias 2001, 2004; Saldanha 1996; Spooner 2009). Todavia, estas fontes primárias e essencialmente de notas pessoais revelam aspetos concretos dessa vivência política e administrativa, permitindo um conhecimento mais real.

Saliente-se que o que aqui se tem em vista não é a análise de toda a governação de Macau neste período, incapaz de ser integrada no espaço disponível, mas apenas alguns aspetos de política interna.

---

[1] Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), reservados, espólio de Maia Magalhães, n.º 72 (MM), cx. 6 e 7 (outras caixas contêm numerosas fotografias, muitas referentes igualmente a Macau). São particularmente relevantes o rascunho para o relatório de governo (cx. 6) e as folhas soltas equivalentes a um diário (cx. 7). Sempre que as informações foram provenientes deles indica-se no texto respetivamente, (relatório) e (data). Em complemento, usámos também telegramas provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), com a cota 2911 1A MU GM, Macau 1925-1926. No texto será indicado como AHU seguido pelo remetente do telegrama, GM (governador de Macau) ou MC (Ministério/ministro das Colónias) e data deste.

## Manuel Firmino de Maia Magalhães, o governador

Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães nasceu em 1881, em Aveiro, e seguiu a carreira das armas. A sua vida pessoal cruzou-o com a exposição política, sendo irmão do jurisconsulto e várias vezes ministro José Maria Barbosa de Magalhães e cunhado do também militar e ministro Vitorino Magalhães Godinho. Neste ambiente, também Maia Magalhães se enredou politicamente com a República, de imediato com uma participação ativa no 5 de outubro de 1910 e na luta contra as incursões monárquicas, tendo ficado ferido em Chaves.

A sua carreira militar prosseguiu, participando ativamente na I Guerra Mundial, nos teatros africano e europeu. Ligado ao Partido Democrático, opôs-se ao Sidonismo e combateu a Monarquia do Norte. Manteve-se depois vinculado à mesma formação política.

A relação de Maia Magalhães com a governação colonial ocorreu primeiramente entre 1919 e 1921, em Cabo Verde. A 18 de outubro de 1925 assumiu o governo de Macau, onde se manteve até ao início da Ditadura Militar (Godinho 2011; Rodrigues 2013).

Manuel Firmino Maia Magalhães era coronel quando foi nomeado para este governo. Aceitou o encargo com alguns sacrifícios pessoais, tendo de deixar em Portugal uma das suas filhas, devido a doença (25-12-1925, entre outras datas).

## Da nomeação à partida

O processo que decorreu entre a nomeação e a tomada de posse deste governador é importante para se compreenderem os procedimentos coloniais e como o tempo da ação nem sempre coincidia com os propósitos.

Maia Magalhães foi nomeado governador de Macau por decreto de 23 de junho de 1925. A situação da colónia, enfrentando múltiplos problemas mas sem uma autoridade efetiva, justificava uma atuação decisiva de imediato, que afirmasse o poder soberano português.

Rodrigo Rodrigues, o último governador efetivo, tinha deixado Macau a 16 de julho de 1924. Em seu lugar ficou, como governador interino, o coronel Joaquim Augusto dos Santos, do exército colonial[2]. A verdade é que, para além das eventuais qualidades pessoais (e Maia Magalhães louvou-o pela prudência e sensatez), as capacidades jurídicas advindas da interinidade eram limitadas. Apesar disso, a situação prolongou-se, mantendo-se o efetivo em Lisboa, só se procedendo à sua exoneração após um conflito com o ministro Correia da Silva[3].

---

[2] Já tinha sido governador interno no período entre julho e agosto de 1919, então com o posto de tenente-coronel.

[3] Henrique Monteiro Correia da Silva, também conhecido por Henrique Paço d'Arcos (por ser filho do 1.º conde de Paço d'Arcos), era oficial da Marinha. Tinha uma ligação especial a Macau, por ter aí nascido e

Nestas circunstâncias, arrastavam-se os assuntos por resolver – de forma que Maia Magalhães afirmou que nos seus primeiros tempos de governo teve de solucionar muitas questões pendentes, algumas ainda provindo do tempo de Rodrigo Rodrigues. Além disso, esta longa interinidade coincidiu com um contexto especialmente acidentado no Sul da China, em que Macau também se inseriu.

Com efeito, desde o século XIX que na China, então submetida por potências ocidentais, cresciam sentimentos xenófobos (por exemplo, Fairbank, e Twitchett 1978, 10:202, 233, 244, 248, 249; Fairbank, 1978, 12:7, 772). A I Guerra e os resultados frustrantes para os chineses, particularmente a entrega de Shandong aos japoneses, mantiveram vivo o espírito contra a presença de países estrangeiros no seu território, ao mesmo tempo que as lutas internas se intensificavam no país. Numa China em que o poder estava tomado pelos senhores da guerra, Sun Yat-Sen e o seu partido, o Kuomintang, ou Partido Nacionalista, controlavam a zona de Cantão e associaram-se aos comunistas. Neste ambiente, verificaram-se diversos acontecimentos que combinavam a luta de classes com a oposição ao estrangeiro. As greves corresponderam a uma das suas manifestações; a que os marinheiros organizaram em Hong Kong e Cantão, em 1922, exigindo melhores salários, foi uma das mais intensas. Envolvidos nesse contexto, e quando se procurava negociar a arrastada questão dos limites de Macau[4] (Reis 2003b, 187–89) também se fizeram sentir acontecimentos perturbadores nesta colónia: um incidente entre membros do contingente militar e chineses locais deu lugar a demonstrações de protesto, cerco à esquadra e, em consequência, a intervenção do exército, provocando mortos e feridos, e a imposição da lei marcial. Seguiu-se uma greve de grandes proporções (especialmente, Dias 2001).

Os conflitos, agravaram-se em 1925, depois de um incidente em Xangai. A partir daqui incendiaram-se os ânimos no sul da China, provocando igualmente vagas de greves e manifestações contra os estrangeiros. Outro episódio levou à greve geral em Hong Kong e boicote contra os interesses ingleses (Fairbank, 1978, 12:sobretudo cap. 8 e 11; Carroll 2005, 130–39).

Não obstante estes últimos factos não se terem feito sentir diretamente no interior de Macau, a colónia sofreu por arrastamento. Desde logo, pela interrupção das comunicações marítimas com Hong Kong, de que dependía para o seu abastecimento. Apesar de, mesmo assim, conseguirem chegar bens essenciais a Macau, viveram-se momentos difíceis, com uma "carestia vida insustentável" (AHU, GM, 3-11-1925). Além disso, grupos de grevistas instalaram-se na Ilha

por governar a colónia entre 1919 e 1923. Foi ministro das Colónias entre fevereiro e junho de 1925.

[4] Tratado de 1887 não fixara as fronteiras entre os dois países, por isso as tentativas de negociações prosseguiram em diversas ocasiões (sobretudo, Reis 2003b, 2013a, Saldanha 1996, 2006, 2010; Saldanha (apresent. e introd. histórica) e Radulet (leitura e intrdo. literária) 1999).

da Lapa[5] e no terreno que se seguia às Portas do Cerco, a fronteira de Macau com a China, no espaço que era considerado uma zona neutra. Aí construíram barracas e deram lugar a alguns confrontos, a que as autoridades procuravam pôr cobro para evitar maiores consequências (AHU, GM, 16-10-1925, 17-4-1926, 21-4-1926; Reis 2003b, 189–90).

Os factos ocorridos na China, em 1925, acabaram por provocar o alarme em Portugal, chegando a questão ao Parlamento (*Diário da Câmara dos Deputados*, 25-6-1925: 4). Com o objetivo de proteger Macau, o ministro Correia da Silva requisitou armas e homens, enviando-os no Gil Eanes, e fez partir para aí o cruzador República. Mas a defesa, mostrando a soberania portuguesa, era, indubitavelmente, uma exigência premente, impondo a presença de um representante nomeado expressamente pelo Estado.

Outros elementos tornavam igualmente imperiosa a partida de um governador. Nesse momento revelava-se imprescindível uma alteração do padrão económico-financeiro do território, com a oposição crescente ao seu principal rendimento, o monopólio do ópio. Na realidade, se desde há vários anos vinha em crescendo o movimento em favor da abolição deste comércio, nas Conferências de Genebra, em 1924-1925, caminhou-se mais decisivamente nesse sentido, obrigando Macau à adoção progressiva de novas formas de vida. Era já nesse sentido que também se perspetivava o novo porto, que então estava em construção: ele constituía a esperança de um novo caminho, tornando a colónia um centro comercial no Extremo-Oriente e lançando pontes para novos empreendimentos (particularmente Haberzettl e Ptak 1991 e 2003; Dias 2004; Reis 2013; Spooner 2009).

Sem que o governador o soubesse ainda, a colónia atravessava uma fase de défice financeiro, em consequência da diminuição dos exclusivos (por exemplo, AHU, 13-11-1925, 27-11-1925, 4-12-1925, 6-12-1925); no final desse ano de 1925, ele viria a estimar que o saldo negativo anual ascendia a mais de um milhão de patacas, não obstante Macau ter de fazer face a obras que então se reputavam indispensáveis, como as da referida construção do porto (AHU, GM, 12-12-1925).

A nomeação de Maia Magalhães destinava-se a dar as respostas necessárias a todos estes assuntos, devendo partir rapidamente para Macau, pretendendo-se que chegasse ao mesmo tempo que o cruzador República e as tropas enviadas. Contudo, não foi o que sucedeu, arrastando-se o momento da partida. A primeira razão prendeu-se com a necessidade de se inteirar das questões a que urgia dar resposta. Foi, depois, difícil obter as passagens, pelo que só a 8 de setembro é que partiu de Lisboa. Assim, a urgência da decisão retardou na resposta.

---

[5] Uma parte da Ilha da Lapa continuava a ser reclamada por Portugal.

A permanência em Lisboa foi ocupada a conhecer os diversos dossiers relativos à situação de Macau, o que se tornou especialmente difícil dadao o estado dos arquivos, dispersos pelas diversas repartições e ministérios. Deste modo, "Quando se julga conhecer já completamente uma questão, aparece, ás vezes, por acaso, mais um novo elemento arquivado ou esquecido onde menos se esperava" (relatório) . Acrescia ainda a dispersão dos documentos entre Lisboa e a colónia, o que, como o governador entendeu, justificava as divergências que por vezes ocorriam quando se tomavam decisões.

No longo tempo de permanência na capital fizeram-se sentir também os efeitos da instabilidade política interna, com a transição de três ministros das Colónias: Correia da Silva (fevereiro-junho, 1925), Filémon de Almeida (julho--agosto, 1925) e Pereira Leite (julho-setembro, 1925). Dessa mudança acresceu a dificuldade em obter as instruções escritas de que Maia Magalhães se quis munir, esperando que o salvaguardassem de divergências que viessem a ocorrer, o que se apresentava particularmente necessário perante tanta inconstância.

Esta precariedade política traduziu-se na ação do próprio governador, mesmo antes da sua partida. A propósito de uma questão surgida em Macau, sobre a responsabilidade do pagamento do cruzador República, e não obstante estar já nomeado, o ministro não o consultou quando tomou a decisão de obrigar a colónia a suportar o encargo; foi só numa fase posterior que conseguiu falar sobre o assunto com o responsável ministerial (relatório).

Maia Magalhães chegou finalmente à colónia, acompanhado pela mulher, por uma das filhas e pelo seu chefe de gabinete (que se lhes tinha juntado em Marselha), assumindo o governo a 18 de outubro.

## O funcionalismo

O funcionalismo constituía um elemento essencial da sociedade de origem portuguesa. Nele se integravam grupos diferenciados, entre os de origem local e os de carreiras que os faziam transitar por diversas partes do império colonial.

Era frequente os nomeados governadores coloniais escolherem os seus elementos mais próximos de entre aqueles que conheciam e que requisitavam para os acompanharem nas suas deslocações para o seu novo posto. Maia Magalhães requereu em Lisboa dois tenentes para seu ajudante de campo e seu chefe de gabinete, respetivamente Afonso de Albuquerque e Jaime Santos da Cunha Gomes – o primeiro do Quadro Especial dos Serviços de Administração Militar e o segundo da Marinha. Este último fora-lhe indicado por Correia da Silva, por já ter servido sob as suas ordens, tendo, portanto, conhecimento do meio macaense (30-1-1926). E, de facto, a correspondência de Cunha Gomes para o novel responsável por Macau, antes mesmo de o conhecer, remetia para alguns

dos principais assuntos que teriam de ser resolvidos (BNL, MM, cx. 7, cartas de Cunha Gomes, 17-8-1925).

Esta escolha, sem conhecimento pessoal prévio, deu azo a algumas dificuldades de relacionamento: o governador não confiava no seu mais direto colaborador, que recebia mal as admoestações (22-11-1925); pelo seu temperamento, tornou-se-lhe antipático.

Muitos outros funcionários, aqui como noutros espaços, tinham nomeação por influência política. Desta forma, uma comissão política do Partido Republicano de uma freguesia metropolitana solicitou a Maia Magalhães a nomeação de um tenente seu correligionário (BNL, MM, cx 7, carta de 12-1-1926). O governador, aliás, elaborou mesmo uma lista com os nomes dos vários requerentes e dos lugares que desejavam (BNL, MM, cx. 7).

A vinda dos funcionários para as colónias estava associada a regras de deslocação, sendo as passagens pagas pelas colónias, o que equivalia, no geral, a um grande peso para as suas finanças. O regresso fazia-se do mesmo modo, mas implicando a permanência ao longo de toda a comissão de serviço; caso contrário, era ao próprio funcionário que cabia o custo do transporte. Tornava-se, por isso, necessário assegurar formas de contornar a regra, quando possível. Quando Cunha Gomes quis partir antecipadamente, apenas seis meses depois da chegada, teve de contar com a aquiescência do governador, para lhe permitir esse pagamento (11-3-1926). De facto, a sua partida, em abril, surgiu justificada por uma comissão de serviço na metrópole, pelo que não foi exonerado nesse momento, antes substituído interinamente, e como acumulação de serviço, pelo ajudante de campo do governador [Portaria Provincial (PP) 67, 16-4-1926, *Boletim Oficial de Macau* (BO), n. 16, 17-4-1926].

Além dos funcionários ligados diretamente ao governador, outros destacavam-se pela sua posição político-social. Os chefes de serviço ocupavam uma posição superior. No mesmo plano estava o juiz, mas com função independente da ação do governo local, como constava nos diferentes diplomas orgânicos.

Correia Mendes era o responsável pelo setor judicial, até que a sua promoção para Moçambique levou à sua substituição por Pinheiro da Costa. Este movimento revela questões de mal-estar entre eles e o governador. Sobre o primeiro escreveu Maia Magalhães que, não obstante ser seu antigo amigo e condiscípulo, não teve para com ele as atenções devidas, o que o levou a recusar estar presente no jantar de despedida, oferecido por um chinês (10-3-1926). Quanto ao novo juiz, a sua estranheza prendeu-se com o tempo que este levou a vir cumprimentá-lo, receando, sobretudo, que isso evidenciasse algum conflito (9-3-1926).

Não era de menor importância esta preocupação, pois as pressões do funcionalismo mostraram-se especialmente gravosas nesta década, nesta e noutras colónias, contrariando as decisões que afetavam os seus interesses, particularmente financeiros. A posição dos governadores ficou algumas vezes fragilizada

pelas situações de desrespeito (Gracias 1950, II:176–94; Reis 2001, 612). Em Macau, já em 1921 tinha havido conflito a propósito das tabelas de vencimentos (AHU, 2910 1A MU GM, Macau 1921, telegramas de junho a novembro. Também Reis 2003a, 26, 58). Por outro lado, era pequeno o meio em que se moviam, o que gerava frequentes antagonismos de grupos de interesses diferenciados. Os enredos, políticos ou pessoais, eram constantes, por isso Maia Magalhães já se lamentava pelo Natal: "Mas que gente esta difícil de aturar! São conflitos e intrigas por todos os lados. Todos se melindram à mais pequena coisa" (25-12-1925).

## As influências

Neste ambiente, assumia particular acuidade o que parecia ser uma maior atenção dispensada pelo governador a alguns elementos ou grupos. Um mês depois de tomar posse já se falava da "entourage" à sua volta, porque o juiz e outros procuravam estreitar o relacionamento com ele e com a sua mulher, situação que o governador negava (21-11-1925). Pelo contrário, a sua preocupação era antes a procura da equidistância entre personalidades e fações. Deste modo, depois de um jantar oficial honrando os representantes locais no Congresso, convidou o candidato vencido, Santos Monteiro[6], para outra refeição (14-12-1925). Num aspeto mais abrangente, aos sábados recebia todos os que o quisessem visitar, sem convite; ainda assim, quando estava de partida, fizeram-se sentir os ressentimentos dos que, não comparecendo nestes dias, se queixavam por não terem sido solicitados para o palácio (26-7-1926).

Num outro registo, procurando uma posição neutral entre os diferentes interesses locais, Maia Magalhães optou por devolver os presentes de concessionários recebidos pelo Natal (cartas e respostas em BNL, MM, cx, 7)[7]. Agia de forma diferente da que fora seguida por muitos antecessores, pois só Rodrigo Rodrigues e Correia da Silva também os tinham recusado (embora a opção deste último fosse enviá-los para o hospital ou usar outras formas delicadas de devolução) (25-12-1926).

Chegado à colónia, novo no meio local, o governador mostrava-se especialmente vulnerável à influência daqueles que o rodeavam. Ou deveria ser essa a perspetiva, no entender de algum funcionalismo. Maia Magalhães transmitiu-o claramente ao referir-se ao seu chefe de gabinete, dizendo que aquele pretendia que, por não conhecer o meio, se entregasse nas suas mãos; da mesma forma,

---

[6] João dos Santos Monteiro, advogado, era subdiretor geral das colónias do Oriente. Foi candidato a deputado por Macau, em 1921, 1922 (pelo Partido Reconstituinte) e 1925. Desde 1924 que residia na colónia, onde exercia como professor do Liceu Central. Nessa fase dizia-se independente dos partidos, mas considerava-se esquerdista pelas suas preocupações sociais (sobre as suas candidaturas, Reis 2003a, 57–62)

[7] Os ofertantes aceitaram a possibilidade, que tinha sido sugerida, de os presentes serem entregues a instituições de caridade.

Manuel Ferreira da Rocha, deputado e ex-ministro[8], tinha a intenção de ser o seu guia (3-6-1926). Aliás, estes dois elementos caminhavam a par, seguindo os mesmos interesses.

Fruto desta situação, o governador deixou expresso, em múltiplas datas, o conflito com aquele chefe de gabinete, Cunha Gomes. E de tal forma se desenvolveu que já em novembro corria a informação de que este não estava contente com a orientação de governo. A afirmação que o governador fez em seguida é igualmente relevante: pelas consequências desse descontentamento, Maia Magalhães pensava que deixaria Macau em maio ou julho do ano seguinte.

Esta previsão (que se cumpriu, mas por razões diferentes), é sintomática do enredamento que frequentemente existia nas colónias e que, influenciando Lisboa, muitas vezes conduzia, de facto, ao afastamento dos seus responsáveis. O próprio Maia Magalhães foi vítima desta situação, pois já antes do fim da República se começou a verificar o seu declínio. Segundo uma carta que chegou a Macau e que Ferreira da Rocha divulgou em julho, já no tempo em que Vieira da Rocha estava responsável pela pasta das Colónias (outubro de 1925-maio de 1926) se tinha começado a adensar a atmosfera desagradável ao governador, o que este mesmo atribuiu às manobras de Cunha Gomes, após o seu regresso à metrópole (20-7-1926 e relatório).

Esta situação estava também entrelaçada com um confronto entre grupos políticos locais. Pelo menos desde a implantação da República que os membros mais proeminentes da sociedade portuguesa de Macau se encontravam nitidamente divididos em dois grupos. A sua disputa pelo poder local fazia-se em momentos eleitorais, na defesa de posições que afetavam a administração local, ou envolvendo os governadores.

Um dos grupos estava ligado a Constâncio José da Silva, advogado e jornalista, velho republicano e associado a discursos mais radicais. Ao longo dos anos protagonizou várias campanhas de oposição, não se conseguindo, no geral, aproximar dos elementos de governo (Reis 2003a: 33-34).

O outro conjunto integrava Cunha Gomes e o juiz Correia Mendes, mas a figura cimeira e à volta de quem desenvolviam as suas ações era, indubitavelmente, Manuel Ferreira da Rocha. Nesse sentido conseguiram, por exemplo, dispor os lugares dos convidados para que este político ficasse em posição de destaque no jantar que Lou Lim-Ioc deu em honra do governador (29-11-1925). Ao aproximar-se a data marcada para as eleições para deputado, 22 de novem-

[8] Manuel Ferreira da Rocha chegou a Macau como inspetor de fazenda. Como elemento da administração de Macau, o seu percurso passou pela secretaria governamental da colónia, da qual chegou a ser responsável. Foi na qualidade de secretário geral que se ocupou interinamente do governo colonial, depois do governador efetivo José Carlos da Maia ter partido de Macau. Eleito deputado pela colónia em 1919, abriu-se agora a sua carreira parlamentar. Além de outros cargos e comissões, integrou o Conselho Colonial e foi duas vezes ministro das Colónias, entre julho e novembro de 1920 e entre agosto e outubro de 1921.

bro, foram-se tecendo factos para a sua vitória eleitoral, afastando todos os seus opositores. Assim o entendeu a nossa fonte, perante a intriga que lhe foi feita sobre um enfermeiro partidário da candidatura parlamentar de João dos Santos Monteiro, dizendo que ele aliciava soldados para um movimento revolucionário que coincidiria com o que se estava a preparar em Lisboa (14-12-1925).

Neste entrecruzar de interesses pessoais ou políticos batiam-se também pelo domínio dos assentos políticos locais. Os Conselhos Executivo e Legislativo constituíam um dos seus principais objetivos.

Estes dois Conselhos foram criados e constituídos em 1920, pelas leis n. 1005, de 7 de agosto, e n. 1022, de 20 de agosto, seguindo os modelos de administração ingleses. O primeiro destinava-se ao apoio do governador, que o ouvia sobre os atos mais importantes da administração e sobre regulamentos e instruções que se impunham para execução dos diplomas vigentes; era composto por quatro chefes de serviço determinados pelo governador e por outro membro não-oficial da sua nomeação, embora sujeito à confirmação ministerial. Já o Conselho Legislativo, que discutia e votava diplomas legislativos coloniais (embora ainda sujeitos ao veto do governador), integrava os membros do Executivo e vogais não-funcionários; em Macau, estes eram o presidente do Leal Senado da Câmara e um dos seus vereadores, um cidadão elegível para vereador (eleitos pelos trinta maiores contribuintes) e dois representantes da comunidade chinesa.

Esta possibilidade de o governador indicar um elemento para cada um dos Conselhos levava a que fosse alvo de enormes pressões. Nos anos que antecederam a chegada de Maia Magalhães a Macau, o bispo D. José da Costa Nunes[9] teve assento no Conselho Executivo, não obstante as objeções ministeriais. Em dezembro de 1925, aproximando-se a data para nova nomeação anual, também Cunha Gomes e Ferreira da Rocha pressionaram o governador para a sua continuação. A dependência da sanção de Lisboa levou este parlamentar a sugerir ao responsável pela colónia que perguntasse antecipadamente ao ministério se contaria com a confirmação, para não se colocar na situação constrangedora de ver a sua indicação rejeitada (AHU, GM, 9-12-1925). Tendo a resposta chegado com a informação de que esta integração era contra a lei (AHU, MC, 12-12-1925), as forças locais continuaram a fazer-se sentir sobre o governador, para que impusesse aquele personagem (AHU, GM, 21-12-1925)[10]. Mais signifi-

[9] De origem açoriana, veio para Macau como secretário do bispo, em 1903. Aqui ordenado, desempenhou várias missões, até que, por morte do prelado, assumiu o cargo de vigário capitular. Foi ordenado bispo de Macau, em 1921. Desempenhou este cargo até partir para a Índia, em 1941, como arcebispo de Goa e Damão e arcebispo-titular de Cranganor, Primaz do Oriente, Patriarca das Índias Orientais. (sobre o deu desempenho em Macau, Reis 2007).

[10] É sintomático que o governador tenha mostrado no seu "diário" que, sendo o seu chefe de gabinete a cifrar e enviar o tel., previa que ele mudasse os termos. O deputado Ferreira da Rocha e o senador Francisco

cativo ainda é o que Maia Magalhães revela sobre a conversa que tivera com Ferreira da Rocha: se quisesse manter-se na terra deveria aproveitar o auxílio do grupo mais solidamente constituído, mais influente, e não o dos outros "sem cotação" (14-12-1925).

Esta argumentação colocava várias questões da política de Macau. Por um lado, significava, naturalmente, a preocupação em controlar o ambiente político, como se tem procurado mostrar. Por outro, encontrava-se o confronto entre a pessoa e a função. O bispo, homem que há muito se identificava com Macau e mesmo com uma forma de conciliação política (sobretudo, Reis 2007), era manifestamente um "espírito liberal", a quem o governador também reconhecia a sua inteligência, o que lhe dava garantias para o desempenho da função de vogal do Conselho. Porém, a sua posição eclesiástica acarretava a ilegalidade, não obstante se manter há vários anos, num ambiente em que a Igreja católica continuava a manter uma posição essencial. Mas Maia Magalhães ponderava ainda sobre outra consequência desta nomeação: os problemas que ela levantaria com os "avançados" da terra (26-12-1925; 2-1-1926). Assim se confrontaria, de facto, com o outro grupo político, o de Constâncio José da Silva.

A pressão para a escolha do bispo faz-nos entender um elemento importante para a administração, que já atrás identificámos: a ligação especial que se estabelecia, ou se pretendia estabelecer, entre alguns grupos coloniais e personagens determinantes no ministério. Perante o atraso na resposta metropolitana, Cunha Gomes afirmava que seria indubitavelmente afirmativa devido aos telegramas de Ferreira da Rocha; o atraso justificava-se porque Domingos Frias, o diretor geral das colónias do Oriente, fora à terra. Por outro lado, o governador acreditava que uma nomeação que afastasse de imediato o bipo levantaria problemas acrescidos: Ferreira da Rocha passaria a ser seu inimigo no Parlamento e no Conselho Colonial, como fizera com Rodrigo Rodrigues. Teve, pois, de encontrar uma solução de compromisso, nomeando o general reformado Fernando José Rodrigues (PP 2, 2-1-1926, BO, n. 1, 2-1-1926) sem escolher o suplente, mas tencionando que aquele viesse a pedir escusa caso de Lisboa assentissem na nomeação de D. José da Costa Nunes (2-1-1926). A resposta definitiva do ministério só chegou no início de fevereiro e foi contra a nomeação do prelado (4-2-1926).

Mas outra questão não se mostrava fácil de resolver e é refletida no diário do governador: a falta de elementos adequados à nomeação ou a falta de vontade daqueles que poderiam ocupar o cargo. Quando ainda estava por resolver esta questão, viu-se perante a recusa do médico da Misericórdia, dr. José Carlos Soares, que não se mostrou disponível para a regularidade exigida pela nomeação (26-12-1925).

---

Anacleto Silva também enviaram um tel. *Ib.*, 2-1-1926. As comunicações para o governo de Lisboa continuaram.

Os outros membros do mesmo Conselho eram chefes de serviço, cabendo igualmente ao governador a sua escolha. Esta recaiu nos Chefes de Serviços de Saúde, Militares, de Fazenda e no Secretário do Governo, respetivamente José António Filipe de Morais Palha, Eduardo Ferreira Viana, Plínio Tinoco e Manuel José de Meneses Fernandes Costa (PP 1, 2-1-1926, BO, n. 1, 2-1-1926).

Os interesses pessoais correspondiam a outra das intensas correntes que agiam na política local. As páginas que o governador nos foi deixando refletem-nas para as personagens dos dois grupos. Deste modo, em março, Maia Magalhães viu-se perante a informação de que iria ser alvo de uma campanha de insultos e ameaças, o que o levou a constatar que Constâncio José da Silva, então com algumas dificuldades financeiras, pretendia ser nomeado para a Imprensa Nacional, ou para outro emprego (21-3-1926).

Manuel Ferreira da Rocha, o deputado eleito, permaneceu na colónia e, para além de toda a influência política que cultivava, o seu interesse era também a obtenção de uma forma que lhe permitisse continuar em Macau. Indiretamente, ia fazendo o governador tomar consciência desse facto; embora com menos insistência, também o senador Francisco Anacleto da Silva pretendia o mesmo. A razão, para ambos, encontrava-se nas dificuldades que estavam a passar devido aos seus investimentos em Hong Kong (14-3-1926), num momento tão tormentoso para a colónia vizinha e, em geral, para toda a região. Ao longo dos meses foram muitas as referências a manobras suas e de seus amigos para que lhe fosse arranjada uma colocação que justificasse a permanência (3-6-1926, entre outras).

## Maia Magalhães e os chineses

Como atrás se referiu, não nos centramos aqui na política externa, mas saliente-se que as dificuldades se mantiveram e que este novo governador procurou essencialmente evitar conflitos que agravassem a situação, mantendo firme a afirmação de soberania lusa. As conversações com as autoridades de Cantão foram essenciais nesta fase.

Entre a população local, o número de portugueses era muito reduzido face à maioria chinesa. De acordo com a estatística de 1926, e considerando a península e o comando de Taipa e Coloane, limitavam-se a 3816 (2330 naturais da província, 577 de outras províncias ultramarinas e 909 de outras localidades) contra 79807 chineses (Estatística 1926). Todavia, este último cômputo é muito incerto, dada a dificuldade em proceder à contagem e à flutuação populacional caraterística desta área geográfica.

Constituindo esta grande maioria uma comunidade muito diversificada, não se pode aqui realizar a análise aprofundada do relacionamento com as autorida-

des, mas contribuir para esse estudo, a partir das considerações de Maia Magalhães.

Em Hong Kong, o conhecimento sobre este relacionamento está já analisado, tendo-se verificado que a elite sínica se constituiu como grupo à parte, diferente dos seus congéneres na China; através da filantropia e beneficência, praticadas pelas instituições com elas relacionadas, podia exercer influência sobre a restante comunidade. Foi desta forma que os mais destacados membros da sociedade chinesa da colónia britânica puderam agir em favor da ordem e estabilidade em momentos graves, como as greves de 1912-13 ou na década de 1920 (Carroll 2005). Infelizmente, ainda não podemos contar com um estudo mais aprofundado sobre iguais grupos em Macau, ou mesmo sobre as personalidades que assumiram papel especial na sua vida interna.

Uma das figuras centrais da colónia era, indubitavelmente, Lou-lim-Ioc, cujo nome nos surge especialmente associado ao seu jardim (por exemplo, Antunes 2014). Era filho de Lou Cheok Chin [1837-1906][11], negociante que aqui estava estabelecido e que era o principal negociador do jogo, pelo menos da lotaria *vaeseng*. Terá continuado este negócio após a morte de seu pai (Cabral e Chan 1997: 157 e seg.).

Maia Magalhães definiu Lou Lim-Ioc como "um chinês naturalizado" (29-11-1925), "muito rico, concessionário de umas loterias, muito amigo dos portugueses e que costuma convidar os governadores para jantar" (2-11-1925). E, de facto, ao longo do diário muitas são as referências a jantares oferecidos por aquele personagem. A 29 de novembro de 1925, por exemplo, foi realizado um banquete em honra do governador; entre os 140 convidados figuravam, além de portugueses e chineses, igualmente ingleses, holandeses e belgas (29-11-1925).

A Lou-lim-Ioc juntavam-se outros membros da sua família, presentes na sucessão de jantares ou de outros eventos, proporcionados por um ou outro dos lados[12]; Maia Magalhães e a mulher estiveram presentes na inauguração de um novo banco chinês, o Pou Seng, convidado pelo cunhado daquele, um dos membros da direção (aliás, ele e o seu irmão, Lou Hun Chong, também a integravam) (4-1-1926); a mulher, Helena, deslocava-se a casa de Lou Lim Ioc para jogar com a respetiva esposa (1-6-1926). Em complemento, o espólio integra igualmente fotos que lhes foram oferecidos em sinal de amizade, aquando da sua partida (em BNL, MM, cx. 7).

Com diferente posição, outro elemento de proveniência chinesa tem um papel importante na administração e, por isso, nos papéis da nossa fonte: Joel José Choi Anock. Filho de pais chineses, recebeu educação cristã em Macau. Integrou a Marinha portuguesa, mas a sua vida desenvolveu-se essencialmente

---

[11] João de Pina Cabral e Mónica Chan (1997) apontam-nos Lou Gao como progenitor de Lu Lim-Ioc.

[12] O mesmo se encontra no diário da filha, que também se encontra em BNL, MM, cx. 7.

ligado à administração, no palácio do governo de Macau, onde era fiel, antes de, mais tarde, se dedicar ao comércio (veja-se José Choi Anock).

Estas personalidades salientavam-se igualmente no domínio das instituições locais mais proeminentes: o hospital e a Associação Comercial. O primeiro tinha à frente da direção Lou Hun Chong e Anock (14-12-1925). A ação local deste último é particularmente interessante como ponto de união das duas comunidades, pois também integrou a lista de substitutos do Leal Senado votados em 1925 (Reis 2003a: 75).

Sem termos, como se notou, um estudo aprofundado que mostre a relação destas e de outros elementos com a administração, a política e a possível mediação entre comunidades, o manuseamento desta documentação mostra como estas pessoas e instituições ocupavam um papel central na vida macaense.

Não eram, porém, apenas as pessoas gradas que convidavam o governador. Em julho, por exemplo, ele foi jantar a casa da irmã de um padre da Taipa (17-7-1926), sobre o qual nada mais se sabe.

Num outro âmbito, e para além das relações mais ou menos estreitas, Maia Magalhães transmite-nos a sua preocupação em prosseguir numa boa relação com os chineses. Por exemplo, reconhecendo ele o que considerava o seu carater supersticioso, preocupou-se em encontrar uma forma de, sem melindres, poder devolver os presentes de Natal (25-12-1925).

No geral, a ação do governador foi, pelo que consta nas notas do próprio, entendida pela comunidade sínica. Assim, em julho, estando presente num jantar chinês, um padre disse que a proteção que lhes dispensara levara a que todos gostassem dele (17-7-1926). Noutra ocasião, mostraram-lhe como o seu interesse pelo comércio era gerador de confiança, pelos resultados que aí viam (28-12-1926). Aliás, as manifestações contra a sua saída partiram essencialmente de chineses (18-7-1926).

E como é que ele os via? Algumas caraterísticas da cultura sínica foram emergindo nas suas páginas.

Pela visão de Maia Magalhães, os chineses eram muito supersticiosos, o que influenciava a sua vida, mas também os negócios de Macau. Apontando um exemplo, disse que a arrematação do exclusivo de umas lotarias rendera menos porque os candidatos tinham começado a abandonar a sala quando, durante a licitação verbal, mudou o intérprete. Foi também por esse seu caráter que se sentiu preocupado quando devolveu os presentes, como referido (25-12-1925). Noutras ocasiões destacou o que lhe causou estranheza, como a «comida esquisita», apesar de boa, num jantar à chinesa (17-7-1926). Mas, para além das diferenças e das curiosidades, o governador refletiu, sobretudo no seu projeto de relatório, sobre a particularidade do relacionamento dos portugueses e chineses, ultrapassando questões de racismo. Pela sua visão, Macau era o local onde estes últimos se sentiam à vontade, sem restrições de espaço ou de convivência; aqui eram

"Tratados com igualdade e com estima, como se portugueses fossem". Também oficialmente assim foi reconhecido pelo comissário de Negócios Estrangeiros de Cantão, num jantar que Maia Magalhães lhe ofereceu. Segundo o relato, aquele representante chinês enalteceu a boa relação de amizade secular entre os dois países "porque nós, portugueses vindo para a China, nos chinificamos, isto é, nos adaptámos ás condições ao meio, sem veleidades de raça superior e sem querer, como outros povos, impor aos chineses um tratamento desigual e deprimente, e um modo de ser diferente do seu, e respeitámos sempre as suas crenças, as suas tradições, os seus hábitos e os seus costumes, tratando-os como amigos e como eguaes, de tal modo que em Macau não há diferença entre portugueses e chineses". Em complemento à sua reflexão, o rascunho destinado a relatório mostra como esta forma de estar dos portugueses diferia da dos ingleses.

## Representação política dos chineses

Como atrás se indicou, pela legislação publicada em 1920 o Conselho Legislativo de Macau integrava dois representantes da comunidade chinesa. Tratava-se de vogais escolhidos pelo governador, de entre os membros dessa comunidade, com a obrigatoriedade de saberem ler e escrever português e de residirem obrigatoriamente em Macau há, pelo menos, oito anos. Impunha-se ainda que estas pessoas fossem cidadãos portugueses. Caso não fosse possível encontrar quem reunisse todas as condições, os nomeados seriam selecionados de entre os portugueses apurados para vereadores, embora fosse consultada a corporação sínica a quem se reconhecesse maior importância na comunidade. A Associação Comercial Chinesa assumia ordinariamente esta função, não obstante costumar solicitar ao governador a nomeação de quem considerasse adequado, por não ter qualquer representante que obedecesse a todos os requisitos (21-12-1925). Deste modo, a lista destes elementos mostra uma continuidade de portugueses: em 1924, por exemplo, foi nomeado Luís Gonzaga Nolasco da Silva[13] (PP 1, de 4 -1-1924, BO. N. 1, 5-1-1924): no ano seguinte, manteve-se na mesma posição, acompanhado por Carlos de Melo Leitão[14], enquanto António Alexandrino Gonzaga de Melo[15] e José Vicente Jorge[16] ficaram substitutos (PP 357, 27-12-1924, BO, n. 52, 27-12-1924).

Quando, em dezembro, o governador se encontrou com a direção da Associação Comercial Chinesa, a seleção dos representantes da comunidade para

---

[13] Bacharel, era um dos elementos centrais da política macaense, o mesmo sucedendo com seu irmão, Henrique Nolasco da Silva. (Reis 2003a).

[14] Bacharel.

[15] Professor, agente da companhia de vapores que ligava Macau a Hong Kong e Cantão.

[16] Estava aposentado da função de chefe da Repartição do Expediente Sínico.

o Conselho Legislativo foi objeto de conversa. Para Foy Chok Lam, o então responsável pela instituição, considerando que habitualmente eram advogados desconhecedores do meio, das necessidades e costumes que a representavam, o que desejavam era a nomeação de um verdadeiro chinês (14-12-1925). A instituição indicou, posteriormente, quatro nomes (dois para efetivos e outros para suplentes), entre os quais Anock e um amanuense aposentado dos correios. Porém, o próprio governador lhes fez ver a necessidade de outro tipo de pessoas, capazes de estudarem e discutirem leis e regulamentos (19-12-1925). Nesta sequência, a Associação voltou a solicitar a escolha pelo governador, que estava inclinado para que o chefe de repartição do Expediente Sínico[17], António Silva[18] (que fizera entender que pretendia a nomeação), e um chefe de serviço das obras dos portos, José Maria Lopes[19], ocupassem tais lugares (21-12-1925). Assim sucedeu, de facto (PP 3, de 2-1-1926, BO, n. 1, 2-1-1926), embora Anock viesse a ser substituto, em conjunto com Gonzaga de Melo (BO n. 2, 9-1-1926).

É significativa esta situação no contexto da administração local, ou mesmo, num âmbito mais lato, da administração colonial: não obstante a abertura à participação, eram as pessoas já habitualmente ligadas à política ou funções administrativas quem representava a comunidade maioritária.

## O Leal Senado, o órgão paralelo

Constituído já como órgão essencial do poder em Macau desde o século XVI, o Leal Senado de Macau viu os seus poderes alterados no século XIX, quando, no processo de unificação administrativa, com a adoção de Códigos Administrativos, a pesar de conservar a sua designação tradicional, foi remetido à categoria de Câmara Municipal. Apesar dessa situação, pretendeu manter-se como instituição diferenciada, com privilégios especiais, o que, frequentemente, implicou conflitos com os governos (por exemplo, Reis 2014).

Vivendo perante algumas dificuldades financeiras e num meio pequeno, alguns governadores sentiram o Leal Senado como um poder de alguma forma paralelo, acumulando funções que podiam perfeitamente ser assumidas pelos órgãos do Governo. Desta forma, particularmente a partir da República, assistiu-se a diversas tentativas de o suprimir, não obstante se manter a designação histórica atribuída a outros órgãos. As diferentes propostas com vista à promulgação de uma Carta Orgânica para a colónia foram momentos especialmente

---

[17] A Repartição, criada em 1885, responsabilizava-se pela tradução dos documentos e fornecia os intérpretes de chinês que se mostrassem necessários ao serviço do Governo, em Macau ou fora deste território.

[18] Tinha já sido vereador do Leal Senado e representado esta instituição no Conselho Legislativo ( BO n. 1, 5-1-1924). Maia Magalhães autorizou-o a exercer a advocacia (BO, n. 12, 20-3-1926).

[19] Pensamos que se trata de um capitão-tenente da marinha.

marcantes nesse sentido (vejam-se, especialmente, Machado 1911; Reis 2003a; Reis 2004; Reis 2006; Reis 2014). Sem se ter extinto a Câmara, outros governadores procuraram, no entanto, cercear-lhe as atribuições, gerando alguns conflitos. Maia Magalhães também teve de fazer face a esta situação.

O confronto com o Leal Senado iniciou-se sobretudo devido ao controlo da instrução primária, que há muito estava a cargo daquela instituição. Depois da nomeação indevida de um professor (com habilitações consideradas insuficientes e contra a deliberação do Conselho de Instrução Pública), o Conselho Executivo aprovou uma proposta do secretário do governo, Fernandes Costa, para que aquele grau de ensino passasse para o Governo (18-2-1926). Apesar de esta ser a norma habitual nas outras colónias, no contexto local de Macau a proposta assumiu a forma de luta contra a Câmara, tanto mais que estava acompanhada pelo boato, desmentido pelo governador, de que se iriam tomar outras medidas drásticas contra ela (20-2-1926). A publicação da portaria consequente à decisão causou então grande contestação; o próprio deputado Ferreira da Rocha, que noutras épocas se tinha mostrado propenso à supressão da edilidade, foi agora um dos que se realçaram na sua defesa (20, 21-2-1926).

Os conflitos com o Leal Senado mantiveram-se igualmente porque este pretendia a continuidade da prerrogativa de se corresponder diretamente com o Governo de Lisboa, contrariando a lei vigente (AHU, Leal Senado, 6-7-1926).

Facilmente se entende que as manobras políticas interferissem na política mais local, o que parece ter acontecido aqui. Mais tarde o governador viu os membros do Conselho Executivo mudarem de lado em relação ao Leal Senado, o que interpretou como uma influência de Ferreira da Rocha (15-7-1926).

## O fim da República, o fim do governo

"Mais uma revolta em Portugal!", escreveu Maia Magalhães a 1 de junho de 1926. Já há alguns dias que em Macau se tinha conhecimento do acontecimento, mas só agora é que o ministério comunicou a substituição do governo. Era, por isso, sobretudo através de rádios captados e dos jornais da vizinha colónia que chegavam mais notícias. Mas, mesmo perante as múltiplas versões transmitidas por esses meios, o governador entendia que o acontecimento significaria, sem dúvida, o fim da sua governação em Macau (1-6-1926). Apesar de tencionar enviar um telegrama, pondo o seu lugar à disposição do novo ministro, a 3 de junho (3-6-1926), acabou por adiar, seguindo o conselho daqueles que consideravam necessário que se definisse a situação. Neste sentido, contactou o seu irmão José e o Vitorino (sem dúvida que Vitorino Godinho, seu amigo e cunhado) para que o informassem, de forma a poder cumprir a praxe de pedir a exoneração quando mudavam os governantes (5-6-1926).

Era notório, nesta fase, que o democrático Maia Magalhães ainda não se devia ter apercebido da alteração mais profunda que implicava o golpe de 28 de maio, vendo-o antes, provavelmente, como uma das muitas mudanças governamentais ocorridas, embora agora sob a forma de ditadura, com o encerramento de instituições. É nessa sequência que também se entende o seu telegrama de 23 de junho para o ministério, onde, além de apresentar cumprimentos e votos de prosperidade, expressava o seu conhecimento de que o atual ministro estava empenhado em "salvar colonias grave crise atravessam"; solicitava, por isso, a resposta positiva aos seus anteriores telegramas no sentido de ver a aprovação do orçamento e pagamento das dívidas que outras colónias e órgãos deviam a Macau (AHU, GM, 23-6-1926). Continuaram, além disse, as comunicações sobre outros assuntos de administração da colónia. Agia assim de forma contrária a outros governadores, que instaram pela sua saída logo depois da revolta.

O fim do governo de Maia Magalhães acabou por se atrasar e por seguir um rumo ao sabor das mudanças governamentais, como a seguir se vê. Registe-se aqui que algumas figuras portuguesas chegaram a propor ações que impedissem a saída do governador, imediatamente contrariadas por este (11-7-1926). Mas eram poucas, registando-se, pelo contrário, uma fraca aderência à manifestação de oficiais que o chefe de serviços militares pretendia promover; constatava então aquilo que era evidente: estando de partida, já não precisavam dele (26-7-1926).

Ao contrário desta situação, foi a comunidade chinesa, tão presente nas páginas do diário do governador, quem mais se esforçou para a continuidade de Maia Magalhães em Macau. Lou Lim-Ioc telegrafou para Lisboa, em nome da comunidade chinesa, solicitando a manutenção do governador (9-7-1926; outras manifestações, 12-7-1926). O mesmo fizeram os presidentes da Associação Comercial Chinesa e do hospital Keng Wu, num texto gabando a sua ação ao enfrentar os "agitadores políticos" dos arredores, o seu esforço pelo "ressurgimento financeiro" e a "notável acção administrativa" e mostrando como achavam "deplorável" a sua saída (AHU, GM, 10-7-1926). Noutros telegramas, enviados pelos mesamos e por outros chineses, a enaltecer-se a ação desenvolvida, particularmente perante as ameaças externas; os arrematantes do exclusivo do grémio do peixe, em nome da indústria de pesca preocupavam-se essencialmente com a continuidade das obras do porto (AHU, GM, de14, 15/16 e 19-7-1926; referido também no diário).

A 7 de julho, a notícia de que três ministros tinham sido afastados e que entre eles se encontrava o responsável pelas Colónias, Gama Ochôa, coincidiu com a receção do telegrama em que mandavam que Maia Magalhães regressasse à metrópole (7-7-1926; também AHU, MC, 6-7-1926). Depois de no dia seguinte responder que seguiria no primeiro transporte possível (AHU, GM, 8-7-1926),

alguns dias depois o governador escreveu para o ministério indicando a data prevista para a partida, mas essencialmente com o objetivo de saber se os novos responsáveis ministeriais mantinham a decisão de o afastar (12-7-1926). Mas a sua situação ficou, realmente, definida quando, a 23 do mesmo mês, chegou o telegrama anunciando a sua anterior exoneração por decreto de 19 de junho, substituindo-o por Tamagnini Barbosa (23-7-1926; AHU, MC, 21-7-1926). Estranhamente, esta informação chegou mais de um mês depois da assinatura. No mesmo dia também recebeu os jornais da Europa que davam conta da sua substituição (23-7-1926).

Em todo este processo salientamos alguns aspetos. Um deles foi, de facto, a situação de indefinição que se viveu, entre uma ordem para regressar e a vontade de retardar o facto, pelo lado do governador. Não menos interessante foi o processo vivido nesta primeira fase da Ditadura Militar, afetando esta exoneração.

Ainda desconhecendo a situação real do ministério, numa fase de grande volatilidade dos ministros, e perante a possibilidade de Filomeno da Câmara estar responsável pelas Colónias, Maia Magalhães ponderou que a ele se podia dever a sua ordem de regresso (7-7-1926). No entanto, no rascunho para o seu relatório de governo, escrito, portanto, mais tarde, a perspetiva era já outra e, insistindo que nunca lhe foi explicada a razão para a ordem de regresso, atribuiu-a ao general Gomes da Costa. Para isso também desmontou todas as razões dadas para a revolta, demonstrando que nenhuma justificava o seu afastamento: não cultivara a atividade política nem participava nas atividades do Partido Democrático; nunca integrara o Parlamento; era indubitavelmente republicano; participou nos dois palcos da Grande Guerra – aliás, alguns dos que se recusaram a marchar para o conflito é que eram agora recompensados. A resposta estava, portanto, na personalidade do chefe da revolta, que impusera a sua demissão. A razão possível vinha de um facto anterior: quando Maia Magalhães fora nomeado para o governo de Macau, Gomes da Costa pretendia ser o nomeado e tinha a ambição de vir a ser Alto Comissário das Colónias do Oriente.

Foi nessa sequência da ordem chegada a 23 de julho que o governador anunciou que, a 31 de julho, nos termos da legislação, entregaria o governo ao vice-presidente do Conselho Legislativo, dr. Palha (AHU, GM, 26-7-1926). Contudo, este estava à beira da reforma, pelo que, por decisão governamental, o almirante Hugo de Lacerda foi nomeado governador interino (AHU, MC, 29-7-1926) e assumiu o governo naquele dia (AHU, GM, antigo e novo, 31-8-1926).

## Bibliografia citada


ANTUNES, Ana Catarina (2014). "O jardim Lou Lim Ioc", *Macau*, 37 (acessível em http://www.revistamacau.com/2014/04/16/o-jardim-lou-lim-ioc/ – consultado em 2016.12.12).

CABRAL, João de Pina, Chan, Mónica (1997). "O Parasita do Mandarim. A Lotaria dos Exames Imperiais (vaeseng) em Cantão e Macau", *Oceanos*, 32, 157-158 (acessível em http://pina-cabral.org/PDFs/043_O_parasita_do_mandarim.pdf – consultado em 2016-12-11).

CARROLL, John M. (2005). Edge of Empires. Chinese Elites and British Colonials in Hong Kong. Cambridge, Massachusetts; London: Harvard University Press.

DIAS, Alfredo Gomes (2001). "As Neutralidades de Macau (1839-1927)", in Jorge M. dos Santos Alves (coord.), Portugal e a China. Conferências no II Curso livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX), 377–94. Lisboa: Fundação Oriente.

——— (2004). Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925). Macau: Livros do Oriente.

FAIRBANK, John F. (ed. 1978). Republican China, 1912-1949 (part I). Vol. 12. The Cambridge History of China. Cambridge et. al: Cambridge University Press.

FAIRBANK, John F., e Twitchett, Denis (eds.) (1978). Late Ch'ing, 1800-1911 (part I). Vol. 10. The Cambridge History of China. Cambridge et. al: Cambridge University Press.

GRACIAS, João Baptista Amâncio (1950). História Económico-financeira da India Portuguesa, 1910 a 1947. Vol. II. Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

GODINHO, Vitorino Magalhães (org.) (2011). Correspondência da Grande Guerra. Coronel Manuel Maia Magalhães. Lisboa: INCM.

Governo da Província de Macau (1930). Estatística Geral da Colónia de Macau. Ano de 1926. Macau: Imprensa Nacional.

HABERZETTL, Peter, e PTAK, Roderich (1991). "Macao and its Harbour: Projects Planned and Projects Realized (1883-1927)", in Bulletin de l'École Française d'Extreme-Orient, 78, 297-316.

——— (2003). "Vectores da Economia e das Finanças", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor no Período Republicano, IV. Lisboa: Fundação Oriente, 225-285.

JANEIRO, Helena Teresa Ribeiro Pinto (2015). Norton de Matos, o Improvável Republicano. Um Olhar sobre Portugal e o Império entre Afonso Costa e Salazar. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

JOSÉ CHOI ANOCK – Figura Típica e Grada de Macaense, in https://nenotavaiconta.wordpress.com/2013/08/02/leitura-jose-choi-anock-figura-tipica-e-grada-de-macaense-2/ , consultado em 2017.1.4)

MACHADO, Álvaro de Melo (1911). Província de Macau. Relatório do Governo. 1911, s.l.: s.n.

REIS, Célia (2001). "Índia", in . A. H. de Oliveira Marques (coord.), O Império Africano (1890-1930), Nova História da Expansão Portuguesa, XI: Lisboa: Editorial Estampa, 585–654.

——— (2003a). "Conjuntura e Vida Política", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor no Período Republicano, IV. Lisboa: Fundação Oriente, 13-174.

——— (2003b). "Macau e a China", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor no Período Republicano, IV. Lisboa: Fundação Oriente, 177-221.

——— (2004). "Discussões em Torno da Administração de Macau. 1910-1914". Oriente, 10, 40-57.

——— (2006). "Discussões em Torno da Administração de Macau: de 1914 à Centralização dos Anos 30". Oriente, 14, 105-124.

——— (2007). O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República. Lisboa: Livros Horizonte.

——— (2013a). "Macau no seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885-1910)". In Atas do I Congresso de História Contemporânea,. S.l.: Rede de História Contemporânea, Instituto de História Contemporânea Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – IHC e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, 578–86 (http://run.unl.pt/handle/10362/10684).

——— (2013b). "The Portuguese colonies of East and the opium in the context of the League of Nations", Pedro Hispano Lisbon Graduate Conference, Lisboa.

——— (2014). "O Projeto de Reorganização do Ensino em Macau no Início da República". Congresso República e Republicanismo, Biblioteca Nacional, Lisboa.

RODRIGUES, Diogo Campos (2013). "Maia Magalhães: Um Militar "Democrático" na Grande Guerra e na Resistência ao Sidonismo", Ler História, 65, 93-112.

SALDANHA, António Vasconcelos de (1996). Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Cultural de Macau.

——— (2006). O Tratado Impossível. Um Exercício de Diplomacia Luso-Chinesa num Contexto Internacional em Mudança. 1842-1887. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

———(2010). Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a Compreensão dos Actuais Limites da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Internacional de Macau.

——— e RADULET, Carmen (apresent. introd. e leitura) (1999). Missão na China.Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910). Macau: Fundação Macau.

SPOONER, Paul B. (2009). "Macau: The Port for Two Republics". Tese de doutoramento, Universidade de Hong Kong.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_15

# Au cœur des archives du SNI[1] : le regard d'un organisme de l'État Nouveau sur le mouvement des ciné-clubs portugais

## *Inside the SNI's archives: the Portuguese cine-club movement through the eyes of the New State*

Eurydice Da Silva

Doctorante contractuelle à l'Université Paris Nanterre, France
Membre du CRILUS, EA 369 – Études Romanes
eurydice.dasilva@parisnanterre.fr

Texto recebido em/Text submitted on: 22/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 6/04/2017

**Résumé :** Cet article est un extrait d'une recherche réalisée sur une section des archives du Secrétariat National de l'Information (SNI) comportant une documentation relative aux ciné-clubs portugais pendant l'État Nouveau. L'étude s'appuie sur l'analyse des archives de l'État salazariste, comprenant près de quarante ciné-clubs de 1946 à 1968. Cette recherche effectuée dans le cadre de ma thèse « Filmer sous la contrainte : le cinéma portugais pendant l'État Nouveau (1933-1974) », débutée en 2015, et dont un chapitre est consacré aux ciné-clubs portugais, a pour but de comprendre comment l'État percevait ce mouvement, ainsi que le champ d'action du SNI dans le milieu du cinéma portugais pendant la dictature. Il s'agit également d'une contribution visant une histoire globale des ciné-clubs portugais, encore en devenir.

**Mots-Clés :** Cinéma, ciné-clubs, État Nouveau, censure.

**Abstract:** This article is an excerpt of research that focuses on the archives of the National Secretary of Information (SNI), which holds documentation about Portuguese cine-clubs during the New State. This study focuses on more than 40 Portuguese cine-clubs from 1946 to 1968 and begun in 2015 as part of my thesis: "Filming under constraint: Portuguese Cinema during the New State (1933-1974)", with a chapter dedicated to Portuguese cine-clubs. The aim is to understand how the State perceived this movement as well as the SNI's functioning mode regarding Portuguese cinema during the dictatorship. This research also aims to be a contribution towards a comprehensive history of Portuguese cine-clubs, which has yet to be written.

**Keywords:** Cinema, film clubs, New State, censorship.

[1] Créé le 26 octobre 1933, le Secrétariat de la Propagande National (*Secretariado de Propaganda Nacional*) est nommé Secrétariat National de l'Information, de la Culture Populaire et du Tourisme (*Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo)* à partir du 23 février 1944. Dans un contexte dictatorial et suite à la victoire des Alliés, l'usage du mot « propagande » est connoté péjorativement. Le nom des structures de l'État Nouveau changent, mais les organismes restent les mêmes.

## I. Pour la protection et la promotion du cinéma
## Origine et expansion d'un mouvement indépendant

Les premières associations cinématographiques apparaissent au Portugal dès l'époque du muet mais elles ne portent pas encore le nom de « ciné-clubs ». Dans *Breve História da Imprensa Cinématográfica Portuguesa*, Henrique Alves Costa date l'apparition de l'Association des Amis du Cinéma à Porto à 1924 (Costa 1954:14). Dans *Cineclubismo e Censura em Portugal (1943-65)* Paulo Cunha identifie également l'émergence de plusieurs projets de ciné-clubs dans les années 30, comme le ciné-club du Portugal en 1931 à Lisbonne et à Faro, la Section de Cinématographie du *Grémio* de Cinéma et l'Association des Amateurs Cinématographiques du Portugal[2] en 1932. En 1933, sont cités le ciné-club *Movimento* à Porto, le Ciné-club Portugais à Coimbra et la Société Portugaise de Cinématographie à Lisbonne. Puis, en 1934, le Groupe Unique des Amateurs de Cinéma du Portugal (Cunha 2013: 381). Malgré ces premières tentatives, le début du mouvement ciné-clubiste est officiellement daté à 1943 dans l'ouvrage fondateur de Manuel de Azevedo *O Movimento dos Cine-Clubes,* avec l'apparition du Belcine (bien qu'orienté vers le cinéma d'amateurs), puis du Club Portugais de la Cinématographie à Porto en 1945[3] et du Cercle de la Culture Cinématographique à Coimbra. En 1947, les ciné-clubs portugais sont représentés par Manuel de Azevedo à Cannes lors du Congrès International des Ciné-clubs en vue de l'approbation des statuts d'une Fédération Internationale des Ciné-Clubs. À cette date, une Fédération Portugaise des ciné-clubs, inspirée de l'exemple français présidé par Germaine Dulac, n'existe pas encore.

Issu de l'initiative de cinéphiles soucieux de promouvoir le cinéma en tant qu'art et d'encourager la diffusion de la culture, le mouvement des ciné-clubs prend de l'ampleur tout au long des dix années suivantes. En 1951 naissent le ciné-club ABC de Lisbonne et le ciné-club *Imagem*. Le Ciné-club Universitaire de Lisbonne est créé en 1952, ainsi que celui de Rio Maior, associé à la revue *Visor* et connu à l'époque pour être proche du régime en place. De 1954 à 1956, près de 20 ciné-clubs voient le jour à travers le pays (Granja 2002: 32).

Les travaux de recherche existants[4] identifient la Première Rencontre Nationale des ciné-clubs, réalisée à Coimbra le 15 août 1955, comme un événement marquant et significatif dans la direction qu'allait prendre le mouvement des ciné-clubs l'année suivante. Des quinze ciné-clubs alors en activité, douze auraient été

---

[2] Sauf mention du contraire, nous traduirons en français toutes les citations en langue portugaise. Nous mentionnerons « Notre traduction ».

[3] D'après le mémoire de Master de Paulo Jorge Granja, *As Origens do Movimento dos Ciné-clubes em Portugal, 1924-1955*, pp. 45-47, il existe un doute sur le premier ciné-club portugais, s'il s'agit du Belcine en 1943 ou du Club Portugais de la Cinématographie ou Ciné-club de Porto en 1945.

[4] Voir en bibliographie les travaux de Paulo Jorge Granja, de Paulo Cunha, et de Christel Henry.

présents, représentant près de dix mille membres. Cette réunion est à l'origine de la création de deux commissions : « la Commission Représentative, chargée de « demander aux entités officielles des aides et des facilités » ; et la Commission Consultative, « chargée de la constitution de nouveaux ciné-clubs et de la coopération entre les ciné-clubs existants à travers tout le pays »[5] (Cunha 2013: 385). Dès 1955, les ciné-clubs du pays manifestent la volonté de se fédérer pour faire face à l'expansion du mouvement et encourager son développement, mais la nature de cette fédération demeure incertaine et semble susciter des désaccords au sein des ciné-clubs existants.

D'après Christel Henry dans « Le mouvement « cineclubista » au Portugal entre 1945 et 1959 », la publication d'un article de Fernando Duarte (ciné-club de Rio Maior) dans la revue *Visor* aurait scindé les opinions. L'auteur y propose la création d'une Fédération des ciné-clubs en collaboration avec le Ministère de l'Éducation Nationale, car comme il l'écrit en novembre 1955, « (…) Ce n'est qu'en étant officiellement intégrés dans la vie culturelle du pays que les ciné-clubs peuvent, assurément et avec efficacité, contribuer à l'élévation cinématographique de notre peuple » (Henry 2001: 274). Pour Manuel de Azevedo (membre du Club Portugais de la Cinématographie à Porto), soutenu par une majorité des ciné-clubs du pays, une telle fédération mettrait en péril leur l'autonomie. Le SNI lance alors, en collaboration avec la Commission Consultative des Ciné-clubs, les démarches pour l'élaboration d'un projet de loi et la création d'une Fédération Portugaise des Ciné-clubs sous sa direction.

Le 16 avril 1956, suite au décret de loi n° 40 572 (ANTT, SNI, cx. 60), les ciné-clubs sont réunis sous la coupe d'un organisme dépendant du Secrétariat National de l'Information (SNI) : la Fédération Portugaise des Ciné-clubs (FPCC). Cependant, d'après le travail de recherche de Christel Henry, cette Fédération Portugaise des Ciné-clubs ne serait restée qu'à son état embryonnaire de Commission Organisatrice (Henry 2001: 265).

Pour mieux comprendre cet état de choses, nous avons procédé à l'étude des archives du SNI sur plus de quarante ciné-clubs entre 1946 et 1968, conservées par le SNI suite au décret de loi de 1956. La documentation diverse conservée dans la section de la Direction Générale des Services des Spectacles (DGE) des Archives Nationales de la Torre do Tombo à Lisbonne est similaire pour chaque ciné-club ; des comptes rendus d'assemblées générales, les statuts des membres de la direction, de la correspondance variée, des budgets annuels, des bulletins d'information et leur programmation sur plusieurs années. Nous avons également retrouvé des décrets de loi fondamentaux, des circulaires internes ou destinées aux ciné-clubs, l'octroi de bourses ou de subventions, mais aussi

[5] Notre traduction.

des documents d'ordre politique comme des lettres de délation, des fiches de la PIDE[6] sur les membres de la direction des ciné-clubs, ainsi que des lettres confidentielles d'autres entités représentatives de l'autorité locale réparties sur le territoire national. Dans un contexte où politique et cinéma étaient intrinsèquement liés, ces données diverses nous permettent de dresser un tableau du fonctionnement de la dynamique entre ces ciné-clubs dispersés sur le territoire national et l'organisme d'État dont ils dépendaient et qui était chargé d'assurer leur coordination à partir de 1956.

Cette première recherche ne nous a pas permis d'étudier les archives des ciné-clubs des colonies portugaises. Il en existait cependant, d'après les travaux de recherche effectués et cités précédemment. En 1956, le ciné-club de Beira naît au Mozambique, puis, en Angola, ceux de Huambo, Benguela et celui de Huila en 1959. En 1957, nous notons l'apparition des ciné-clubs de Lobito et Moçâmedes en Angola et Lourenço Marques au Mozambique (Cunha 2013: 384). Pour ce premier pas vers une étude des archives des ciné-clubs conservées par le SNI, nous traiterons exclusivement des ciné-clubs du territoire national, bien que l'inclusion des ciné-clubs des colonies dans l'étude du mouvement des ciné-clubs s'avère fondamentale par la suite pour une histoire des ciné-clubs portugais dans le contexte politique de l'État Nouveau[7].

Dans un premier temps, les archives du SNI sur les ciné-clubs semblent constituer un outil de compréhension du phénomène sociétal des ciné-clubs. L'étude de ces sources officielles constitue un point d'entrée privilégié, bien qu'essentiellement institutionnalisé, permettant de comprendre le regard que l'État portait sur le mouvement. Il s'agit par ailleurs de mieux comprendre le mode d'intervention de l'État dans la gestion de l'activité des ciné-clubs et dans le milieu des spectacles pendant l'État Nouveau.

## La peur d'une insurrection politique

Les rapports conflictuels entre certains dirigeants ciné-clubistes et des organismes d'État surgissent dès les années 40 pour des raisons politiques. Certains dirigeants sont liés au Parti Communiste Portugais (PCP), au Mouvement d'Unité Démocratique (MUD)[8] ou au *Movimento de Unidade Democrática*

---

[6] Créée en 1933, la PVDE, Police de Vigilance et Défense de l'État (*Polícia de Vigilância e Defesa do Estado*) est nommée PIDE, Police Internationale de Défense de l'État (*Polícia Internacional e de Defesa do Estado*) en 1945.

[7] L'État Nouveau de Salazar a été instauré le 11 avril 1933 avec l'implantation de la nouvelle constitution, suite au coup d'état militaire du 28 mai 1926.

[8] La dernière des grandes manifestations unitaires de l'opposition à l'État Nouveau se déroule dans le contexte du processus électoral du général républicain Norton de Matos en 1948-1949. Le général retira sa candidature, les conditions pour des élections libres n'étant pas réunies, le MUD fut interdit.

*Juvenil* (MUDJ). Manuel de Azevedo est lui-même détenu à plusieurs reprises (Granja 2002: 99-100). Conscient de la réputation dont bénéficient les ciné-clubs, il écrit en note finale de son ouvrage publié en 1948, concernant les difficultés auxquelles sont confrontés les ciné-clubs :

> « Malgré tout, les ciné-clubs portugais peuvent déjà faire beaucoup pour le spectateur de cinéma. Il suffit d'analyser avec attention ce qu'ils ont fait ces deux dernières années, pour évaluer ce qu'ils pourront accomplir dans le futur, s'ils fortifient leur esprit de coopération et s'ils redressent leurs relations avec les entités officielles » (Azevedo 1948: 68).

Le redressement de ces relations deviendra un enjeu majeur dans la gestion du mouvement. Selon un rapport de la Commission représentative des ciné-clubs portugais datant d'avril 1956 (ANTT, SNI, cx. 60), le nombre d'associés est alors de 15 000 personnes provenant de toutes classes sociales et de différents corps de métiers. Dans le cadre de la politique de surveillance de l'État Nouveau, l'administration du SNI a conservé dans ses archives les coupures de presse des articles plus polémiques, témoignant de ces craintes et de l'hostilité existante envers le mouvement grandissant. Ainsi, nous avons retrouvé un article datant du 4 mars 1956, parut dans *O Diário da Manhã,* journal proche du régime, alertant l'opinion publique de la déviation des objectifs des ciné-clubs et de leurs dangers :

> "Notre pays est en train de connaître la multiplication de la création de petits et grands clubs d'amateurs de bon cinéma, qui – selon leurs organisateurs – prétendent élever le 7ème art à un plan plus élevé que celui de simple récréation de l'esprit, jusqu'à un niveau éducationnel et culturel. Le mouvement, qui suit la même ascension que dans d'autres pays, n'est pas exempt, sur un point ou un autre, de certaines infiltrations communistes. Ce qui n'est pas étonnant, lorsqu'il est de connaissance générale que la propagande marxiste cherche par tous les prétextes et tous les moyens à instiller son venin… » (ANTT, SNI, cx. 60).

Le fait que le SNI conserve ces articles témoigne de sa vigilance envers le mouvement et du souci de connaissance des informations soumises à l'opinion publique. Les réunions mensuelles voire bimensuelles des ciné-clubs, où les membres dirigeants présentent des films nationaux ou étrangers, organisant des débats dans une démarche pédagogique, semblent à l'époque véritablement perçues comme un foyer potentiel d'insurrection politique. La méfiance persistante que l'on retrouve dans la presse de l'époque, affiliée au régime, à l'égard de la menace communiste semble constituer un des principaux motifs d'intervention de l'État dans l'encadrement du mouvement.

## Les diverses formes d'intervention et de soutien de l'État

Mettant fin à plus de dix ans d'activité indépendante, le décret de loi n° 40 572 du 16 avril 1956, érigé par la Présidence du Conseil, décrète la création de la FPCC, centralisant ainsi l'organisation de tous les ciné-clubs du pays qui dépendent désormais officiellement d'un organisme d'état, règlementé et géré par le SNI. Ce décret marque le début d'une ère nouvelle pour les ciné-clubs portugais qui doivent alors justifier de toutes leurs activités. Le SNI archive un article du 5 septembre 1956 de la section des actualités cinématographiques du *Diário de Notícias*, les félicitant de cette initiative :

> « L'expansion que les ciné-clubs sont en train de connaître au Portugal a mené les entités responsables à intervenir dans le mouvement de ceux-ci, de manière à orienter et coordonner ses activités de sorte à ce qu'elles ne s'éloignent pas des objectifs pour lesquels ils ont été créés. Il ne nous reste qu'à applaudir une telle décision et lui souhaiter un succès total » (ANTT, SNI, cx. 60).

En réalité, plusieurs articles du décret de 1956 reprennent les revendications proclamées lors de la première rencontre des ciné-clubs à Coimbra en 1955. Une des prérogatives de cette rencontre était l'élaboration d'un projet de loi pour défendre le statut non-commercial des ciné-clubs, en vue de l'obtention de tarifs de location de films inférieurs à ceux pratiqués par les distributeurs pour le cinéma commercial. Selon le paragraphe 5 de l'article n°3, un des rôles de la FPCC est de « Chercher à obtenir des entreprises de distribution des prix de location avantageux et d'autres facilités pour les films destinés aux sessions des cinéclubs, pouvant convenir d'accords propices à cet effet »[9] (ANTT, SNI, cx. 60). La mise en marche de la Cinémathèque Nationale et le prêt de films faisaient également partie des revendications des ciné-clubs, ce à quoi l'article n°3 répond, le rôle de la FPCC étant aussi de « Leur fournir, à leur demande, des films et de la littérature critique pour leurs programmes, en collaboration avec la Cinémathèque Nationale » (ANTT, SNI, cx. 60). En pratique, ce paragraphe du décret ne prendra effet que deux ans plus tard, en 1958, la Cinémathèque Nationale n'étant pas opérationnelle avant cette date. Dix ans plus tôt, Manuel de Azevedo mentionnait déjà l'importance de l'existence d'une Cinémathèque Portugaise dans son ouvrage de 1948 (Azevedo 1948: 57). La FPCC (ou plus justement le SNI) pouvait aussi faciliter le dialogue avec d'autres institutions, car d'après le paragraphe n°9 de l'article n°3, le rôle de la FPCC est aussi de « Servir d'intermédiaire entre les clubs fédérés et les entités officielles » (ANTT, SNI, cx. 60). En 1964 par exemple, le ciné-club de Santarém a pu bénéficier du prêt de documentaires britanniques par le biais

[9] Notre traduction.

de l'Institut Britannique de Lisbonne. Grâce au soutien de l'Institut français, les enfants de Beja ont pu voir sur l'écran du ciné-club *Crin Blanc* (1953) d'Albert Lamorisse en 1965.

Les ciné-clubs bénéficiaient également d'aides matérielles ponctuelles diverses. Nous avons noté dans les archives des ciné-clubs de Bombarral (de 1962 à 1965), de Beja (de 1961 à 1965), de Estremoz en 1962, du ciné-club Catholique de Lisbonne en 1962, et de Setúbal en 1963, des aides financières attribuées par le SNI allant de 200 à 500 escudos mensuels selon le ciné-club. Des dons ou prêts de matériel étaient également octroyés. À titre d'exemple, suite à une demande exprimée le 2 mars 1961, le ciné-club de Torres Vedras reçoit le 21 mai des ouvrages de cinéma et des numéros de la revue *Panorama*. Quant au ciné-club de Odemira, il adresse une demande de subvention spontanée pour un projecteur 16 mm en 1965. D'autres, comme le ciné-club Universitaire de Lisbonne, dans une lettre de janvier 1959, font appel au SNI pour les disponibilités de sa salle de projection. C'est ainsi qu'à partir de 1956, son action en forme de soutien matériel et logistique place le SNI au centre de l'activité des ciné-clubs.

## II. La mise en place d'une action préventive
## Le processus de vérification

D'après l'article n° 8 du décret de loi n° 40 572, chaque ciné-club devait obligatoirement adhérer à la FPCC et envoyer ses statuts avec une liste des membres dirigeants élus à l'assemblée générale sous peine de suspension de son activité. Nous avons ainsi retrouvé dans les archives du SNI le nom et la fonction des membres de la direction de chaque ciné-club sur plusieurs années, de 1956 à 1968. Une procédure de vérification identitaire en résultait. Nous avons retrouvé des copies carbone de dépêches envoyées à la PIDE et à d'autres entités locales réparties sur le territoire national comme l'Union Nationale, la Légion Portugaise et parfois la préfecture ou la mairie de la ville concernée. Ces entités étaient alors chargées de rapporter les informations disponibles sur chaque membre de la direction du ciné-club pour s'assurer de son « honorabilité politique »[10] et qu'il n'allait pas « à l'encontre de l'ordre établi »[11]. Chaque entité retournait un document où apparaissait toute information compromettante concernant l'appartenance politique des membres de la direction. Leur adresse, leur situation maritale, leur métier et le nom de leurs parents pouvaient aussi y être mentionnés. Ces fiches de vérification identitaire sont présentes dans les archives pour les ciné-clubs de Aveiro, Beja, Boavista, Braga, Coimbra, Espinho, Estremoz,

[10] En portugais, l'expression consacrée et que l'on retrouve de manière récurrente est « *idoneidade política* ».

[11] De même, la formulation « *desafecto à ordem estabelecida* » pour les membres suspects intervient régulièrement dans les archives de chaque ciné-club.

Funchal, Portalegre, Faro, Porto, Moura, Setúbal, Régua, Rio Maior, Santarém, Torres Novas, Torres Vedras, Viana do Castelo, Viseu, le Centre Culturel du Cinéma, les ciné-clubs *Imagem* et ABC de Lisbonne, le ciné-club Catholique de Lisbonne, et le ciné-club Universitaire de Lisbonne. Pour ce dernier, la filiation universitaire des membres est également indiquée par la PIDE ; les membres de la direction venaient de la Faculté de Lettres, la Faculté de Médecine, la Faculté de Sciences, la Faculté de Droit et de l'Institut Supérieur Technique.

Dans ces fiches figurent le signalement de membres de la direction ayant déjà été emprisonnés, mais aussi un grand nombre d'individus suspectés d'être communistes ou communistes avérés[12]. Tout membre dirigeant ayant signé la liste du parti démocratique (MUD) en 1945, soutenu la candidature du Général Norton de Matos, l'opposant au régime en 1949, ou encore celle du Général Humberto Delgado en 1958, qui fut assassiné en 1965, était signalé en rouge. En 1965, dans les archives du ciné-club de Coimbra, un des membres[13] est signalé car d'après la PIDE, il aurait été l'auteur d'un pamphlet de gauche en 1961, lorsqu'il était étudiant. Une autre lettre de l'Union Nationale dénonce l'activité de tout un ciné-club le 19 juillet 1959, celui d'Estremoz. La partie soulignée en noir ci-dessous a été soulignée en rouge par un membre du SNI à la réception de cette lettre de mise en garde contre le ciné-club d'Estremoz :

> « (…) le ciné-club local n'est qu'une affiche démagogique, un prétexte pour regrouper facilement tous les ennemis de l'État Nouveau, une attraction facile pour les ingénus, les apolitiques ou les mécontents. Quant à des cinéphiles purs parmi leurs associés… ils sont en très faible nombre »[14] (ANTT, SNI, cx. 49).

Notons que comme pour les articles de journaux polémiques, le SNI conserve les lettres de représentants locaux à l'égard des ciné-clubs et en souligne les passages problématiques. Ce processus de vérification était effectué chaque année pour tous les ciné-clubs, après l'élection annuelle des nouveaux membres de la direction.

Quant au contrôle physique au sein des ciné-clubs après 1956, des perquisitions de la PIDE pouvaient également avoir lieu. Des traces de ces interventions, comme des lettres envoyées par le SNI à sa police d'État ordonnant le contrôle des sièges sociaux des ciné-clubs, ou encore des rapports de la PIDE comportant des comptes-rendus de leurs interventions sont présentes dans les archives. Le

---

[12] En ce qui concerne les membres des ciné-clubs qui ne faisaient pas partie du conseil de direction, les sources officielles à notre disposition ne nous ont pas permis d'établir s'ils étaient ou non identifiés. Nous sommes ici confrontés aux limites de ces archives officielles. Pour une étude plus approfondie, il s'avèrerait nécessaire de consulter les archives de la PIDE, mais aussi celles des propres ciné-clubs, ou encore de recueillir des témoignages d'anciens membres des ciné-clubs.

[13] Il s'agit de Vasco Manuel Pinto dos Reis. Voir fiche de la PIDE du 10 septembre 1965 in ANTT, SNI, cx. 52.

[14] Notre traduction.

compte-rendu d'inspection d'une perquisition datant de décembre 1962 au sein du Ciné-club ABC de Lisbonne inclut une description détaillée de l'opération : toute la correspondance du ciné-club a été lue et l'absence des actes de certaines réunions y sont notifiées.

Le nouveau cadre législatif des ciné-clubs, tout en leur attribuant le statut de « spectacle », les soumettait au règlement de l'Inspection Générale des Spectacles. Le lieu des projections devait toujours être le même, tout comme il devait obligatoirement être communiqué à l'administration de la Fédération au moins deux semaines avant la séance afin qu'elle puisse obtenir l'autorisation nécessaire auprès de l'Inspection Générale des Spectacles. Lorsqu'un ciné-club ne se soumettait pas à cette règlementation, il pouvait recevoir un avertissement du SNI comme ce fut le cas du Centre Culturel du Cinéma en novembre 1959, et des ciné-clubs de Moura, de Boavista, de Régua et du Ciné-club Catholique de Lisbonne, par un même courrier générique le 14 mai 1960 (ANTT, SNI, cx. 45, 57). On peut penser que ce contrôle de tous les rassemblements vise à dissuader les rendez-vous clandestins et les propos d'ordre politique lors des assemblées.

## Le bâillonnement de la communication

Lorsque les séances de projection étaient précédées d'une présentation orale, le texte écrit était présenté à l'administration de la commission de censure et de classification des spectacles. Nous avons trouvé des vestiges de ces textes de présentation dans les archives des ciné-clubs de Boavista, Espinho, Imagem, Porto, le ciné-club Catholique de Lisbonne et le ciné-club Universitaire de Lisbonne. La découverte des archives des ciné-clubs de Porto[15] révèle que ces textes pouvaient être restitués à l'auteur alors tenu d'appliquer les modifications imposées, lorsqu'il y en avait, en vue de leur présentation publique lors de la projection du film. D'après ces mêmes archives, une note datant du 1er août 1960 jointe au dossier du ciné-club de Porto indique que ces corrections étaient effectuées en règle générale par les mêmes censeurs qui avaient auparavant intégré la commission de censure au film. Cette mesure manifeste aussi d'une volonté de la part du SNI de superviser l'intégralité du processus d'exploitation des films. Le décret de 1956 soumet ce circuit d'exploitation, à l'origine indépendant, à la réglementation de l'État, opérant de manière parallèle au circuit commercial déjà régulé par l'administration de l'État Nouveau.

Les bulletins de programmation, également visés par la censure, constituaient une deuxième source d'information pour le public des ciné-clubs. Les textes originaux de présentation de films, présents dans les bulletins, étaient eux aussi inspectés. Il arrivait que les rédacteurs des ciné-clubs choisissent des

[15] Voir note anonyme du 1/08/1960 in ANTT, SNI, cx. 56.

extraits de bulletins d'autres ciné-clubs, déjà édités, ou des articles de presse soumis à la censure au préalable afin de les inclure dans leur bulletin de programmation. Ils pouvaient également emprunter des textes de présentations de films, à d'autres ciné-clubs, comme ce fut le cas pour le ciné-club d'Estremoz[16], évitant de soumettre leurs propres textes à l'attention de la Commission d'examen et de classification des spectacles et à la censure. Nous pouvons voir dans ce processus une forme d'autocensure, un phénomène qui n'était pas restreint au milieu du cinéma et qui apparaît comme un des effets des procédés de censure sous l'État Nouveau. Dans *Da Liberdade da Imprensa*, Alberto A. de Carvalho en expose les méfaits : « Le mal de la censure (…) – ne réside pas seulement dans ce qu'elle coupe, mais aussi, et surtout, dans ce que nous n'écrivons pas car nous savons, en amont, qu'il est inutile de le faire, car nous savons d'avance que la censure le coupera » (Carvalho 1971: 418). Ainsi, les membres de la rédaction des bulletins de programmation des ciné-clubs anticipaient les coupes, s'interdisant d'écrire des textes orignaux et se contentant de textes préalablement écrits par d'autres et déjà visés par la censure.

Un des enjeux majeurs de l'existence des ciné-clubs, former le public au cinéma, se retrouve dans les divers bulletins d'information des ciné-clubs. Certains, aux moyens plus réduits et avec peu d'adhérents, n'incluent que leur programmation par ailleurs souvent calquée sur celle d'autres ciné-clubs. Pour d'autres, avec plus de moyens, les bulletins de programmation constituaient un mode de transmission de connaissances. C'est le cas du Ciné-club de Espinho, dont le programme comportait un feuillet détachable intitulé « Grammaire du cinéma », où était expliquée l'analyse de films et des éléments techniques. Cette mission éducatrice dont s'investissent les ciné-clubs semble constituer un point sensible pour le SNI. Nous pouvons lire dans le décret de 1956 une volonté d'encadrement de cette mission éducative à l'origine des objectifs des ciné-clubs. Dans le décret, l'objectif stipulé est de protéger et de faciliter l'exercice des fonctions des ciné-clubs afin de promouvoir le cinéma en tant qu'art. En effet, d'après l'article n° 2 :

> « La Fédération vise à coopérer avec les ciné-clubs fédérés de manière à faciliter la réalisation de ses objectifs culturels et éducatifs et à coordonner l'action des dits ciné-clubs, servant d'intermédiaire dans leurs relations avec d'autres entités publiques ou privées, de manière à ce que puissent en résulter des avantages en vue de la réalisation de ces objectifs » (ANTT, SNI, cx. 60).

Nous notons que la mission éducatrice des ciné-clubs doit, dès 1956, être modérée par la FPCC. Dans une lettre du 10 février 1958 adressée au SNI, le

[16] Voir lettre du ciné-club adressée au SNI, datant du 29 janvier 1964 in ANTT, SNI, cx. 49.

Ciné-club de Faro, manifeste sa volonté d'étendre son activité aux établissements scolaires afin de promouvoir l'enseignement du cinéma. Le 6 mars 1958, le directeur général de l'Enseignement Primaire, dépendant du Ministère de l'Éducation Nationale portugais, répond par la dépêche suivante au Secrétaire National de l'Information : « Tant que l'activité des ciné-clubs ne donnera pas de garantie d'honorabilité politique, dans le sens où elle correspondrait aux fins élevées qu'ils prétendent atteindre, aucune session ne sera autorisée dans les établissements scolaires » (ANTT, SNI, cx. 43). Le champ d'action des ciné-clubs reste donc confiné à l'enceinte de leurs sessions mensuelles ou bimensuelles. Comme nous pouvons le constater, la méfiance envers le mouvement persiste après la création de la FPCC.

## III. Messages de résistance
## Des traces de soulèvements

Selon les archives des ciné-clubs, et ce malgré les mesures prises par les représentants de l'autorité de l'État pour contenir ce mouvement, il semblerait que certains d'entre eux aient été réfractaires au décret de loi de 1956. En effet, les archives du ciné-club de Porto révèlent que le 7 juin 1956, une lettre émanant de membres dirigeants de divers ciné-clubs a été adressée au SNI, remettant en question certains points du décret de loi n° 40 572. Les treize signataires s'insurgent contre la légitimité de l'article n° 8 stipulant que « L'inspection et la surveillance[17] de l'activité des ciné-clubs dépendra du Secrétariat National de l'Information » (ANTT, SNI, cx. 60). Leur argument est le suivant :

> « Le manque de définition de ce que l'on doit comprendre par cette inspection et surveillance ne permet pas une analyse complète de ce paragraphe, ce qui constitue un oubli très grave, puisqu'ainsi, aucune limite n'est établie quant à cette inspection et surveillance » (ANTT, SNI, cx. 64)[18].

Nous le comprenons par l'étude des archives sur ces ciné-clubs, les membres dirigeants s'opposent en réalité à l'inspection et à la surveillance du SNI qui comprenait des perquisitions et des contrôles identitaires. Parmi les ciné-clubs réfractaires à l'article n° 8 du décret de loi, le SNI identifie les ciné-club ABC et le ciné-club Universitaire de Lisbonne, le ciné-club *Imagem*, le Club Portugais de Cinématographie, les ciné-clubs de Torres Vedras, de Porto et celui de Coimbra.

---

[17] Le mot employé dans le décret en portugais est « *fiscalização* ». Notre traduction.

[18] Notre traduction.

Cette vague de contestation semble aller de 1956 à 1963. Aux ciné-clubs cités, s'ajoutent ceux de Santarém dès 1958[19], de Viana do Castelo[20] et de Guimarães en 1961. Les archives consacrées au ciné-club de Guimarães révèlent à leur tour une tentative d'action indépendante ; une pétition destinée au SNI a circulé au sein des ciné-clubs du pays en 1961, remettant en question le pouvoir d'attribution de statuts octroyé à la FPCC. Avec l'instauration de ce décret de loi, le SNI avait le droit d'intervenir dans la direction d'un ciné-club. En mars 1962, le ciné-club de Torres Vedras voit ses membres dirigeants remplacés par une commission administrative externe[21]. Parmi les raisons avancées justifiant cette éviction, nous trouvons : « tous les ans, parmi ses membres dirigeants, des membres réfractaires aux institutions établies (…) », mais aussi le fait que le ciné-club « publie (…) dans ses programmes, des affirmations tendancieuses et des textes d'auteurs nationaux et étrangers indiscutablement de formation marxiste ». Leur sont également reprochés « plusieurs actes de rébellion », faisant référence à des lettres envoyées au SNI dans lesquelles le ciné-club s'oppose aux statuts imposés par la commission de la FPCC. Le ciné-club de Torres Vedras est également accusé d'organiser des événements, dont la 5ème Rencontre des Ciné-clubs Portugais, sans passer par la FPCC. Dans une lettre du 13 novembre 1962 conservée par le SNI, le ciné-club de Lisbonne prend la défense du CCS : « Nous considérons l'attitude des entités officielles comme totalement injuste et néfaste au *cinéclubisme* portugais et nous nous identifions entièrement avec l'attitude de protestation assumée par les membres dirigeants du CCS ». Notons qu'il semblait exister une véritable solidarité entre les ciné-clubs du pays. Plusieurs lettres de ciné-clubs prenant la défense d'autres face à l'action du SNI sont conservées dans les archives.

Le 17 mai 1958, lors de son Assemblée Générale, le Ciné-club *Imagem* qualifie l'action du SNI d'arbitraire car elle entraîne une « diminution des pouvoirs de l'Assemblée Générale » (ANTT, SNI, cx. 38). Il emploie encore les mots d'« omniscience du SNI » pour dénoncer cette imposition des statuts, perçue comme une surveillance policière de cet organisme d'État. Certains ciné-clubs, dont l'activité a été suspendue par le SNI, ont également signé cette pétition de 1961 (ANTT, SNI, cx. 42) : les ciné-clubs de Régua, Viana do Castelo, Faro, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Olhão et Viseu. Parmi les autres, toujours en activité, l'on compte également les ciné-clubs de Moura, Portimão, Santiago do Cacém, Vila Real de Santo António et Torres Novas, soit vingt-sept cinéclubs

[19] ANTT, SNI, cx. 37. Voir lettre du 25 juin 1958 du vice-président du cinéclub António Pedro Schiappa adressée au Secrétariat National de l'Information.

[20] ANTT, SNI, cx. 50. Voir le compte-rendu de l'assemblée générale du 14 novembre 1961, lors de laquelle les statuts imposés par le SNI sont rejetés.

[21] ANTT, SNI, cx. 40. Lettre du Chef de la répartition de la culture populaire, M. Júdice da Costa, adressée au Secrétaire National de l'Information et datant du 21 mars 1962.

au total. Comme le remarquent les membres dirigeants du ciné-club *Imagem* dans le compte-rendu de l'Assemblée de 1958 au sujet de la FPCC : « (…) Il s'agit d'un organisme d'État, qui de toute manière allait nous imposer une forme d'illégalité ». Questionner ce décret de loi n° 40 572 en revient à mettre en cause une législation définie par le régime, ce qui place inévitablement les récalcitrants dans l'illégalité.

## La presse entre les lignes : un monde en sous-texte

L'étude des archives des ciné-clubs nous a également permis de savoir que la Direction Générale des Services des Spectacles conservait certains articles de presse plus polémiques parus sur les ciné-clubs. Il semblerait en effet, d'après les quelques entretiens donnés par les représentants de ciné-clubs, que leurs propos aient été surveillés, comme l'atteste un article du *Diário Ilustrado* datant du 20 juin 1959 et présent dans les archives du ciné-club de Coimbra. Júlio Sacadura[22], fondateur du Ciné-club de Coimbra qui comportait en 1959 environ 2000 membres, accorde un entretien au journaliste dans un article traitant de la situation critique du cinéma portugais[23]. Certains de ses propos, soulignés en rouge, laissent supposer qu'ils étaient jugés sensibles par l'administration du SNI : « Le cinéma peut être considéré comme une conséquence de la nécessité de vulgarisation de la culture, qui n'est plus considérée comme un privilège de groupes déterminés d'individus »[24]. Júlio Sacadura parle également de « la nécessité d'élargir constamment les frontières de son monde spirituel, au delà des limites de la langue et de la race, et, en même temps, la nécessité de trouver un point commun de référence entre les diverses couches de la population, avec une culture qui deviendrait de plus en plus démocratique ». Dans le contexte de la dictature portugaise toute référence à la démocratie s'avère problématique. Notons également cette volonté d'accès à la culture étrangère, dont l'importation était contrôlée par le gouvernement, et qui constituerait, selon Júlio Sacadura, un enrichissement. Alors que le régime limitait la circulation des personnes comme celles des idées, cette aspiration à une ouverture culturelle va à l'encontre de l'idéologie de l'État Nouveau. Dans *Salazar, le Portugal et son Chef*[25], écrit par António Ferro, alors directeur du Secrétariat National de la Pro-

---

[22] Notons que Júlio Sacadura a fait partie des signataires de la lettre du 7 juin 1956 citée plus haut et adressée au SNI, remettant en question l'article n°8 du décret de loi n° 40 572.

[23] ANTT, SNI, cx. 52. Voir extrait du *Diário Ilustrado*, « O grande problema do cinema português é um problema de actuação », p.3.

[24] Les parties soulignées en rouge dans le texte d'origine sont ici en noir. Notre traduction.

[25] La première édition de cet ouvrage en portugais, *Salazar o Homem e a Obra*, date de 1933. Traduit en plusieurs langues, il fut traduit en français par Fernanda de Castro et parut aux éditions Grasset en 1934 avec une préface de Paul Valéry.

pagande, Salazar décrit dans la préface datant du 16 janvier 1933, les défauts qu'il attribue au peuple portugais. Parmi ces traits de caractère à réformer il cite « (…) le goût maladif de tout ce qui est étranger, l'ignorance ou le mépris de ce qui est portugais » (Ferro 1934: 51). La correction de ce défaut comportemental attribué aux Portugais est présentée comme une des missions de l'État Nouveau : « L'œuvre éducatrice à réaliser, surtout en ce moment de renaissance nationale, doit partir d'un acte de foi dans la Patrie portugaise et prendre son inspiration dans un sain nationalisme » (Ferro 1934: 48). L'inculcation de ce « sain nationalisme » passe par la méfiance envers l'importation de ce qui est étranger, ce qui expliquerait pourquoi les propos du dirigeant du ciné-club de Coimbra aient été soulignés.

Júlio Sacadura évoque encore les objectifs de l'action cinéclubiste dans cette mission de généralisation et de transmission du savoir : « (…) dès que les circonstances le permettront, former des ciné-clubs de manière à ce qu'ils soient un instrument moderne et actif dans l'éducation populaire[26] ». Comme nous avons pu le voir, cette action de formation à l'éducation développée par les ciné-clubs était encadrée par la loi.

Júlio Sacadura souligne ainsi l'importance des conditionnements imposés par le régime et qui l'empêchent de donner aux ciné-clubs tout leur pouvoir de formation des publics et d'ouverture d'esprit. Ces « autres circonstances » auxquelles il aspire peuvent être interprétées comme l'attente d'un changement de régime[27]. Les agents de l'État ne s'y sont pas trompés puisqu'ils ont précisément souligné en rouge ces éléments du discours de Júlio Sacadura, puis archivé l'article.

## Des appels d'espoir

Nous avons parcouru les bulletins de programmation présents dans les archives du SNI[28] sur une période de douze ans, celle-ci allant de 1956, année de la création de la FPCC, à 1968. Si certains bulletins portent la mention imprimée « visé par la censure », nous pouvons déduire, d'après les clauses du décret de loi et la correspondance échangée au sein du SNI, que tous les bulletins des ciné-

[26] Je développerai dans ma thèse cette définition du concept de culture populaire et d'éducation populaire, des termes dont le sens varie selon que l'on se place du côté des défenseurs du régime (notons la présence du terme dans l'appellation « Secrétariat National de l'Information, de la Culture Populaire et du Tourisme) ou de celui des penseurs de gauche, comme l'étaient certains dirigeants des ciné-clubs.

[27] Notons que l'année précédente, Humberto Delgado, leader de l'opposition, est candidat à l'élection présidentielle de 1958. Il se refugie au Brésil et tente de revenir au Portugal en revenant par l'Espagne où il est assassiné en 1965.

[28] Ces bulletins de programmation ne sont pas tous complets selon les ciné-clubs et les années. Une étude plus approfondie de la programmation intégrale des ciné-clubs reste à être effectuée.

-clubs étaient soumis à la censure. Parmi ces bulletins, seuls véhicules d'expression écrite des ciné-clubs, nous avons trouvé, en dernière page ou dissimulées entre les annonces de programmation, quelques rares citations témoignant d'une remise en question de la société portugaise sous la dictature. Dans le programme de janvier-février 1960 du ciné-club *Imagem*, figure l'annonce de la projection du film *La Traversée de Paris* de Claude Autant-Lara, puis en dernière page du bulletin le poème « Liberté » de Paul Éluard[29], en français. Rien ne semble justifier la présence de ce poème dans le bulletin, si ce n'est la programmation d'un film français qui vient alors légitimer l'emprunt de ce poème. Dans le contexte politique de l'époque, le choix de ce texte semblerait prendre une dimension symbolique de résistance. Qu'il ait survécu à la coupe du censeur ne constitue pas un cas isolé. Nous remarquons que ces citations sont souvent conservées dans leur langue d'origine, et ainsi destinées à un public plus restreint au sein des membres du ciné-club. La barrière de la langue peut expliquer l'indulgence du censeur, mais d'autres messages en portugais ont également été épargnés.

D'autres citations présentent le cinéma, ou l'art de manière plus générale, comme ayant un rôle instrumental dans une prise de conscience politique et sociale. Ainsi, nous retrouvons dans un bulletin du ciné-club de Beja datant de 1967, une citation du révolutionnaire russe marxiste Georges Plekhanov : « La société n'a pas été faite pour l'artiste, mais c'est l'artiste qui a été fait pour la société. L'art doit contribuer au développement de la conscience humaine, pour une amélioration du régime social » (ANTT, SNI, cx. 77, bulletin n°188 : 4). Inscrite dans le contexte dictatorial portugais, cette citation semble d'une part questionner le régime en vigueur qui peut être « amélioré », mais elle appelle également au sens du devoir des artistes portugais dans cette prise de conscience. Il est de leur responsabilité d'amener un savoir aux membres de la société en vue d'atteindre un régime social meilleur. L'usage d'une autre citation de l'artiste portugais Lima de Freitas en avril 1967 renforcerait ce message fort : « Lorsque le pouvoir et la conscience divorcent, l'artiste doit toujours affronter la contradiction essentielle : servir la classe dominante ou servir sa conscience ». La rédaction du ciné-club souligne l'importance de la mission de l'artiste portugais dans une société où l'État privilégie sa mainmise sur la population et abdique de toute forme de responsabilité. Le terme « classe dominante » utilisé par Lima de Freitas fait clairement écho au marxisme.

En dernière page du même bulletin, la rédaction du ciné-club de Beja insère une phrase du Manifeste du Cinéma Italien traduite en portugais : « Un cinéma sans liberté n'est qu'un instrument de spéculation », semblant ainsi dénoncer le manque de liberté d'un cinéma portugais soumis à la censure. Ces citations isolées ne sont jamais expliquées ni contextualisées, laissant au lecteur le soin

[29] Paul Éluard adhère au Parti Communiste Français en 1927.

de les interpréter. Or, seuls certains lecteurs étaient aptes à reconnaître ces signaux dont on pourrait penser qu'ils étaient aussi des signaux envoyés comme en forme de ralliement. La situation critique dans laquelle se trouvait alors le cinéma portugais est dénoncée de manière récurrente par les ciné-clubs du pays. Comme l'écrit Paulo Filipe Monteiro dans l'ouvrage *O Cinema sob o olhar de Salazar*, « Les multiples ciné-clubs (…) protestaient contre la situation du cinéma portugais, que la revue *Imagem* a qualifé, en 1952, de « citadelle d'analphabètes et de commerçants » » (Monteiro 2001: 307). L'étude des archives du SNI à l'égard du ciné-club Guimarães confirme ce point de vue. En octobre 1961, la rédaction du ciné-club inclut en première page de son bulletin mensuel un poème en espagnol de Juan Antonio Bardem, auquel est ajoutée une phrase finale :

> « *En guise d'anecdote… sérieuse,*
> *Après soixante ans, le*
> *Cinéma espagnol est*
> *Politiquement inefficace*
> *Socialement faux*
> *Intellectuellement infime*
> *Esthétiquement inexistant*
> *Industriellement rachitique* »
> Il en est de même pour le cinéma portugais », Vitor Silva Tavares (ANTT, SNI, cx. 91).

Ces messages lancés telles des bouteilles à la mer semblent liés à la mission originelle des ciné-clubs, à leur vocation éducatrice, indissociable d'une prise de conscience sociale et politique. Pour les ciné-clubs, d'après les objectifs présents dans leurs statuts et à travers les divers messages rescapés de la censure et présents dans leurs bulletins de programmation, le cinéma est avant tout un art social, dont la compréhension permet de porter un regard critique sur la société. Luís Reis Torgal interroge la fonction des ciné-clubs et la nature du rapport entre les films et la réception du public :

> « Le cinéma est un art éminemment social, qui a transformé les propres notions d'artiste et de public. Le ciné-club concrétise cette nature sociale du public de cinéma. Par l'activité de l'éducation du goût, qui est son objectif premier, le ciné-club devient en même temps (en faisant des spectateurs) le corrélat indispensable à l'affirmation artistique du cinéma. Car le film a besoin du spectateur autant que le spectateur a besoin du film (…) » (Torgal 2001: 60).

Ainsi, les ciné-clubs cherchent-ils à promouvoir le cinéma comme une forme d'expérience sociale à travers l'art. Comme l'indique cette citation de Fernando Duarte présente dans le bulletin du ciné-club de Beja d'avril 1967 :

> « Le cinéma est un art. C'est un moyen de connaissance et d'éducation. C'est un langage universel. Il peut et doit servir à éduquer, éclairer, répandre l'entente entre les hommes, les rendant plus conscients, plus sensibles, meilleurs. Le cinéma exige une réflexion, car il transmet un message » (ANTT, SNI, cx. 77).

Un message à double-tranchant qui, du point de vue des autorités et du régime en place, s'avérait dérangeant. Par leur nature, leur discours et leur simple existence légitimant la formation de rassemblements, de groupes d'individus pensants, les ciné-clubs semblent constituer une forme de danger et de résistance face à l'État Nouveau, ce qui justifie les moyens déployés par la Direction Générale des Services des Spectacles pour contenir ce mouvement. D'après les documents et la correspondance consultée dans les archives des ciné-clubs de 1946 à 1968, on constate que le SNI, en même temps qu'il soutient les ciné--clubs, se place au centre de l'organisation de leurs activités. Leur existence n'est pas remise en cause, le mouvement n'est pas annexé, ils sont intégrés à une réglementation nouvelle, demandée par eux et créée pour eux, bien que le décret ait suscité des mésententes. Il s'agit d'un contrôle par l'inclusion. Dès 1956, l'action des ciné-clubs devient indissociable de celle de l'État. Cependant, malgré les interdictions en place, certains membres actifs des ciné-clubs portugais n'ont jamais cessé d'aspirer à un cinéma porteur de connaissance et de la liberté d'expression.

## Bibliographie


AZEVEDO, Manuel de (1948). O Movimento dos Cineclubes. Lisbonne : Cadernos da Seara Nova.

CARVALHO, Alberto A. De (1971). Da liberdade de imprensa. Lisbonne : Ed. Meridiano.

COSTA ALVES, Henrique (1954). Breve História da Imprensa Cinematográfica. Porto : Cineclube do Porto.

CUNHA, Paulo (2013). Cineclubismo e censura em Portugal (1943-65). Actes du II Congresso Internacional Historia, Arte en el cine en Español y en portugués. Université de Salamanque.

CUNHA, Paulo (2014). O novo cinema português. Políticas públicas e modos de produção (1949-1980). Manuscrit de thèse de doctorat déposé à l'Université de Coimbra.

GRANJA, Paulo Jorge. As origens do movimento dos cineclubes em Portugal 1924 – 55 (thèse de master). Coimbra : Faculté de Lettres, 2006.

GRANJA, Paulo Jorge. « Dos filmes sonoros ao cineclubismo ». História, 47, 2002, 28-33.

FERRO, António (1950). Teatro e cinema. Lisboa : Edições SNI.

FERRO, António (1934). Salazar, le Portugal et son chef. Paris : Editions Bernard Grasset.

HENRY, Christel (2001). « Le mouvement « cineclubista » au Portugal entre 1945 et 1959 ». Estudos do Século XX, 1, pp. 241-276.

MONTEIRO, Paulo Filipe (2001). « Uma margem no centro: a arte e o poder do « Novo cinema » », in Luis Reis Torgal, O cinema sob o olhar de Salazar. Lisboa: Temas e Debates, 307-308.

TORGAL, Luís Reis (2001). O cinema sob o olhar de Salazar. Lisboa: Temas e Debates.

## Fonds D'archives

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, SNI, DGE, Cineclubes :

ABC Cineclube Lisboa, cx. 39; Aprovação e informações, cx. 60; Aveiro, cx. 88; Barreiro, cx. 73; Beja, cx. 77; Boavista, cx. 46; Bombarral, cx. 51; Braga, cx. 59; Católico de Lisboa, cx. 57; Centro Cultural do Cinema, cx. 55; Coimbra, cx. 52-85; Espinho, cx. 41-65; Estremoz, cx. 49; Extintos por regiões, cx. 58-59; Faro, cx. 43; Figueira da Foz, cx. 61; Guimarães, cx. 42; Imagem, cx. 38-91; Moura, cx. 45; Olhanense, cx. 95 ; Oliveira de Azeméis, cx. 72; Portimão, cx. 59; Porto, cx. 56-64; Régua, cx. 58; Rio Maior, cx. 54; Santarém, cx. 37; Santiago do Cacém cx. 58; Setúbal, cx. 62; Universitário de Lisboa, cx. 53; Torres Novas, cx. 44; Torres Vedras, cx. 40; Viana do Castelo, cx. 50; Viseu, cx. 48; Núcleo de Cineastas Independentes, cx. 80.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_16

# A "neutralidade colaborante" e a propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial

## *"Collaborating neutrality" and propaganda in Portugal during World War II*

Débora Cardoso
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
dcanhotocardoso@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 06/04/2017

**Resumo:** Este artigo procura apresentar e compreender a dimensão e envolvência que a propaganda de guerra teve em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar da declaração de neutralidade, a presença da propaganda de guerra fez com que Portugal se tornasse num Estado colaborante com os beligerantes que, através das suas ações, formaram grupos de influência: Anglófilos e Germanófilos.

Neste artigo pretende-se, em primeiro lugar, dar a conhecer como é que a neutralidade portuguesa lidou com o caso específico dos agentes de propaganda de cada um dos lados beligerantes, dando destaque aos seus movimentos e estratégias. Seguidamente, tomando o caso de duas revistas de carácter propagandístico editadas e distribuídas em Portugal a partir de 1940 – *A Esfera* (pró-Eixo) e *Mundo Gráfico* (pró-Aliados) – expõe-se as mensagens e ideias que se procuraram difundir, com base na análise de registos fotográficos aí publicados. Entre 1940 e 1945 foram vários os momentos de "neutralidade colaborante" realizada em vários aspetos, inclusive na propaganda, permitindo a sua publicação. As revistas *A Esfera* e *Mundo Gráfico* defendem interesses específicos e distintos. No entanto, como se poderá ver neste artigo, apresentam os mesmos meios para fazer chegar a sua mensagem.

**Palavras-chave:** Propaganda de guerra, Segunda Guerra Mundial, Neutralidade Portuguesa, Anglófilos, Germanófilos

**Abstract:** This article aims to present and understand the dimension and the involvement that war propaganda had in Portugal during World War II. Despite the declaration of neutrality, the presence of war propaganda led Portugal to become a cooperating State with the belligerents who, through their actions, formed groups of influence: Anglophiles and Germanophiles.

This article intends, firstly, to make known how Portuguese neutrality dealt with the specific case of the propaganda agents of each belligerent sides, giving prominence to their movements and strategies. Then, taking the case of two magazines of propaganda character published and distributed, in Portugal since 1940 – *A Esfera* (pro-Axis) and *Mundo Gráfico* (pro-Allies) – where the messages and ideas that were sought to base on the analysis of photographic records published there.

Between 1940 and 1945 were several moments of "cooperative neutrality" held on various aspects, including war propaganda, allowing its publication. The magazines *A Esfera* and *Mundo Gráfico* defend specific and distinct interests. However, this article will show that they present the same means to get their message across.

**Keywords:** War Propaganda, World War II, Portuguese Neutrality, Anglophiles, Germanophiles

## Introdução

Considera-se neutralidade a atitude de imparcialidade por parte de um Estado durante um conflito armado. Um Estado que se declare neutro não deve prestar qualquer tipo de apoio aos Estados em guerra, como a cedência do seu território para ações militares ou o estabelecimento de bases militares no seu território (Andrade 1995: 319).

Portugal, apesar de ter declarado a sua neutralidade a 2 de setembro de 1939 – em comunicado na imprensa portuguesa – menosprezou a sua condição de Estado neutro ao longo da duração do conflito. Um exemplo da violação da neutralidade é demonstrado pela cedência do território açoriano às forças militares Aliadas, no final de 1940 e inícios de 1941. Pode-se assim considerar que Portugal não manteve a imparcialidade exigida a um Estado neutral durante um conflito armado, sendo considerada a sua situação uma "neutralidade colaborante". Para além deste aspeto, também manteve relações diplomáticas e económicas com os beligerantes (Teixeira 1945: 20).

A necessidade de manter a Aliança Luso-Britânica foi um dos fatores que influenciou a colaboração de Portugal com os Aliados. A política externa portuguesa levou também a cabo manobras diplomáticas com a intenção de evitar que a Espanha se tornasse um Estado beligerante pelo lado do Eixo, o que poderia resultar num cenário de guerra na Península Ibérica. Enquanto isso, a balança comercial portuguesa lucrava com a exportação de volfrâmio e de outros produtos para os dois lados do conflito. Após o deflagrar da guerra, Lisboa tornou-se gradualmente numa das principais plataformas de circulação internacional. A sua posição geográfica, as excelentes estruturas de expedição marítima de mercadoria para o Mediterrâneo e para as Américas e a existência em Portugal de matérias-primas necessárias e vitais para os beligerantes – como o volfrâmio – atribuíam a Lisboa uma súbita centralidade para os planos de ambos os lados da guerra (Lochery 2012: 27).

Para os beligerantes, os apoios que conseguiam obter em Portugal eram bastante importantes. Apesar de ter limites territoriais reduzidos, a sua posição geográfica permitia que constituísse uma importante via de trânsito de agentes de espionagem. Lisboa era o ponto de comunicação entre a Europa Continental e o resto do Mundo (Telo 1990: 12): "Espanha e Portugal constituem hoje as únicas portas do Continente abertas sobre o Mediterrâneo e sobre o Atlântico – que quer dizer as suas únicas zonas marítimas acessíveis e livres." (Diário de Notícias, 28 julho 1940: 1).

O país abre portas, acolhendo refugiados que trazem riqueza material e intelectual para o país. No entanto, abre-se também uma intensa guerra de propaganda entre os beligerantes.

A guerra de propaganda realizada em Portugal deu origem à formação de grupos de apoio e de defesa dos dois lados beligerantes. Para melhor compreender as mensagens difundidas por esses grupos – Anglófilos e Germanófilos – recorremos a uma metodologia de análise comparada, confrontando a propaganda de guerra Pró-Aliada e Pró-Eixo, privilegiando como fonte os registos fotográficos então publicados. Desta forma, pretendemos desenvolver as seguintes questões:

– Que interpretações se podem retirar da análise comparada entre as duas revistas publicadas em Portugal, uma que defende a causa Aliada e outra que coloca do lado do Eixo?
– Que técnicas de propaganda utilizavam?
– Que mensagem procuraram transmitir?

## A propaganda dos beligerantes em Portugal

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Lisboa era o centro das atenções mundiais e a única cidade europeia onde tanto os Aliados como as potências do Eixo operavam abertamente. Lisboa era a capital de um país que tentava a todo o custo assegurar a sua neutralidade em tempo de guerra, mas que se via, na verdade, cada vez mais comprometido no meio das guerras económicas e políticas entre os Aliados e o Eixo (Lochery 2012: 16).

A crescente chegada de refugiados a Portugal, influenciou uma mudança de mentalidade nos portugueses. Um país que estava fechado em si próprio era nesse momento local de acolhimento de milhares de refugiados com contacto próximo com a guerra. A sua influência foi mais sentida nas regiões em que a população de classe-média urbana era mais numerosa e onde se encontravam grupos intelectuais.

A presença da propaganda realizada pelos beligerantes teve também grande impacto no quotidiano dos portugueses e contribuiu igualmente para a mudança de mentalidade, embora esta fosse em grande parte filtrada pelos meios de censura e controlo de informação. Durante o conflito, os países em guerra dependiam dos resultados da "guerra indireta". A imagem que deixavam nas diferentes pessoas foi um fator determinante na sua campanha contra o inimigo (Cardoso 2013: 386).

Primeiramente manifestou-se a propaganda alemã, seguindo-se os ingleses e os americanos, que começaram a difundir informação em Portugal através de vários meios de comunicação, como os jornais, as revistas, folhetos, cartazes e livros, trazendo a realidade aterradora da guerra. À medida que a propaganda se disseminava, surgiam novos métodos de divulgação de informação, como a rádio e o cinema.

A reação do regime face à implantação de propaganda dos beligerantes foi vista com muita reserva, independentemente da sua origem e conteúdo: "A

nossa posição de neutralidade afirmada pelo Governo de acordo com os mais evidentes imperativos do interesse nacional e exemplarmente seguida tem condicionado a atividade jornalística e publicitária dos portugueses. Procura-se, na atual emergência defender como o bem mais precioso a unidade moral dos portugueses, de todas as paixões e ódios que a possam enfraquecer ou dividir, de modo a nunca permitir que prevaleçam os interesses dos países estrangeiros sobre a Nação portuguesa." (Diário da Manhã, 20 Março 1942: 1).

Foi com alguma surpresa que, a partir de 1940, o regime português se apercebeu do impacto que a propaganda estava a registar. De acordo com o Boletim da União Nacional, com a divulgação de informação com fins propagandísticos "a opinião portuguesa intoxicou-se progressivamente (…) já quase não sabem distinguir a fantasia da realidade." (Pimentel 2013: 69). Para irritação de Salazar, Lisboa, em 1941, tinha-se tornado numa frente de batalha de propaganda dos beligerantes (Menezes 2009: 258).

Para combater as referidas como más influências dessa propaganda e como forma de reforçar a neutralidade portuguesa, o regime esforça-se para controlar a sua divulgação. Os órgãos encarregues dessa função foram o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e os serviços de Censura, com o apoio de forças policiais e alfândega.

Desde o início do conflito, existia uma maior simpatia pelo lado dos Aliados por parte da imprensa nacional (Carrilho 1989: 109). Porém, seguindo as indicações do Governo, a Censura agiu de maneira a favorecer a vinda de notícias provenientes das agências do Eixo, com o objetivo de combater a parcialidade portuguesa (Telo 1990: 26). É possível ver na imprensa portuguesa os vários anúncios dos dois lados beligerantes, nomeadamente das estações radiofónicas representantes do Eixo ("Berlim, a Alemanha fala!") e dos Aliados ("BBC, a voz de Londres fala e o Mundo acredita") (Diário de Lisboa, 24 maio 1942: 2).

No entanto, a luta da Censura em combater a tendência anglófila mostrou-se condenada ao fracasso. Perto do final da guerra, em 1943, segundo o SPN, apenas o jornal *Diário da Manhã* se manteve imparcial, sendo que os restantes periódicos mostravam uma clara preferência pró-aliada, que se manteve após do final da guerra (Telo 1990: 28).

## Germanofilia e Anglofilia

Durante todo o período da guerra, Portugal manteve-se neutral. Porém, tal não significou um elemento de intimidação para os beligerantes, que procuraram em continuidade fazer passar a sua propaganda. Gerou-se então uma situação inesperada: num país privado de liberdade de expressão, a propaganda conseguia espalhar-se sob todos os formatos (Ramalho 2012: 121).

Como foi referido anteriormente, desenvolvimento das ações de propaganda dos beligerantes não era bem vista pelo governo português, pois poderia reunir favoritismos e manipular a opinião pública. Tornava-se necessário proteger a sua condição de neutralidade. Mesmo assim, havia portugueses que se deixavam influenciar pela propaganda e pelos pontos de vista das nações envolvidas no conflito mundial que, com estas ações, desorientavam a opinião pública (Diário da Manhã, 4 dezembro 1941: 1).

Em relação à propaganda realizada pelo Eixo, a Alemanha neste conflito inspirou-se nas medidas de propaganda usadas pela Inglaterra na Primeira Guerra Mundial. Assim que Hitler subiu ao poder, foi criado o Ministério da Educação Popular e Propaganda, entregue a Joseph Goebbels. Assim sendo, a Alemanha tornou-se o primeiro país a criar um ministério dedicado à propaganda ainda em tempo de paz. O chefe da propaganda alemã mostrou ser muito eficiente na exploração dos meios e técnicas de propaganda, usando com grande mestria a rádio, o cinema e as encenações de rua para transmitir uma imagem de forma, poder e futuro que modela a mentalidade alemã na década de 1930. Quando os nazis adquiriram o controlo a nível interno, viraram-se para o exterior. O seu objetivo era dar uma imagem renovada da Alemanha. As transmissões de rádio noutras línguas surgem a partir de 1933.

O primeiro objetivo dos germanófilos era o de persuadir os portugueses a manter o apoio ao regime autoritário e, para tal, enaltecem a figura de Salazar, elogiando-o (Telo 1990: 94). Aproveitando o facto de Portugal contar também com um regime autoritário de direita, a Alemanha nazi começa a salientar as semelhanças do regime português com o nazi (Ninhos 2010: 30), nomeadamente relacionando a Mocidade Portuguesa com a Juventude Hitleriana (A Esfera 20 setembro 1942: 3), sendo uma das suas armas para reunir adeptos para a sua causa.

Nos primeiros meses de guerra, a propaganda do Eixo difundida em Portugal oculta a inglesa, tanto em termos de quantidade como de capacidade. A Alemanha é a primeira a criar centros de propaganda em Portugal, sendo mais tarde seguida pelos ingleses.

A Alemanha mostrou sempre uma versão de propaganda negra[1]. Os agentes de propaganda alemã não hesitaram em aplicar em Portugal novas técnicas e métodos de propaganda. Contudo, como nos primeiros anos de conflito, os principais jornais manifestavam uma tendência pró-aliada, o Eixo criou a sua própria imprensa de propaganda, onde se distinguiram três principais órgãos

[1] A propaganda negra baseia-se na adulteração da mensagem. O emprego desde género de propaganda foi muito utilizado durante a Segunda Guerra Mundial, quando nas mensagens difundidas se nota o exagero, minimização, ocultação ou desfiguração da informação, destacando o que mais interessa ao emissor (Pizarroso Quintero 1993: 19 e 20).

da propaganda alemã: *Sinal*, *A Esfera* (revista editada e publicada em Portugal) e a *Jovem Europa* (Pimentel 2006: 268). A Alemanha nacional-socialista vê em Portugal uma grande possibilidade de implantar as suas ações de propaganda, defendendo desde sempre que a vitória dos Aliados significaria o fim do Estado Novo.

Para os germanófilos, a Aliança Luso-Britânica era um logro. A Alemanha afirmava que essa aliança não era justa para ambas as partes. Procurava antes, mostrar como os interesses britânicos eram favorecidos em relação aos portugueses (Telo 1990: 137).

Por parte da Inglaterra, a propaganda realizada em Portugal foi variada e pode ser dividida em três fases: uma propaganda defensiva até 1942; uma propaganda de equilíbrio até 1943; e até 1945, uma última propaganda ofensiva (Cardoso 2014: 32).

Nas publicações editadas em Portugal, como a *Mundo Gráfico* e a *Anglo Portuguese News* (Martins 1994: 36), preferencialmente promovia-se a figura de Carmona e de personalidades mais ligadas à causa Aliada, elemento acentuado pelo facto de a Inglaterra não se identificar com o regime vigente em Portugal.

O conflito mundial é apresentado como um choque ideológico no qual se jogava o futuro dos regimes democráticos face à ameaça dos regimes fascistas. Esse era um dos trunfos que os Aliados usavam, procurando dar a conhecer as vantagens de um regime democrático através de atividades como o voto e o funcionamento de uma assembleia de deputados (Telo 1990: 65). Estas ações seriam uma forma indireta para influenciar a evolução do regime português em direção a um sistema demoliberal.

A partir de 1941, a Inglaterra apresenta melhores resultados na guerra de propaganda, conseguindo cada vez mais apoiantes. Causa impacto o lançamento da campanha "V", de Vitória, aclamando a Vitória dos Aliados. Em Portugal, esta manifestação surge através de cartazes, tanto com objetivos de propaganda, como de publicidade de empresas ligadas aos Aliados (Telo 1990: 72).

Em 1942, também os EUA manifestam interesse em difundir a sua propaganda em Portugal de forma a reunir simpatizantes, lançando a revista *Em Guarda*. Para além das reportagens de guerra, este periódico reunia vários artigos sobre a cultura e costumes dos países do longínquo continente americano (Cardoso 2014: 33).

## Imprensa de Propaganda – Os casos de *A Esfera* e *Mundo Gráfico*

Os jornais nacionais e regionais estavam sujeitos a censura, como estava instituído. Com a chegada de revistas de propaganda dos lados beligerantes, em 1940, o modo de fazer propaganda transformou-se. Mesmo contrariado, o governo permite a venda de publicações de propaganda, como *A Esfera*

**Fig. 1.** A Esfera, 06-07-1940, p. 1

**Fig. 2.** Mundo GrÁfico, 15-10-1943, p. 1

(Figura 1), com tendências pró-Eixo e *Mundo Gráfico* (Figura 2), com tendências pró-Aliadas, de edição e distribuição portuguesa (Ramalho 2012: 124).

Ambas as revistas tinham uma periodicidade quinzenal e as suas sedes situavam-se em Lisboa. *A Esfera* era distribuída nos dias 5 e 20 de cada mês. O seu primeiro número de série foi publicado no dia 6 de Julho de 1940, sendo a sua última edição no dia 20 de Abril de 1945. A *Mundo Gráfico* era publicada nos dias 15 e 30. A sua primeira publicação foi mais tardia do que *A Esfera* (Pimentel & Ninhos 2013: 107). O primeiro número foi distribuído no dia 15 de outubro de 1940, tendo continuação para além do período do conflito, durando até Fevereiro de 1948.

A revista *A Esfera* teve como primeiro diretor Álvaro Maia, que esteve à frente das primeiras edições até Novembro de 1940, quando o cargo de diretor é assumido por um dos seus colaboradores, Félix Correia[2]. A direção de *Mundo Gráfico* esteve a cargo de Artur Portela[3], não havendo registos de que a revista

[2] Devido à morte de Álvaro Maia, a revista passou a ser dirigida por Félix Correia (Pimentel & Ninhos (2013): 108) que era um Germanófilo assumido, chegando a ter entrevistado Hitler. Durante o seu percurso como jornalista, acompanhou de perto a Guerra Civil Espanhola pelo *Diário de Lisboa*. Foi autor da obra *Quem vem lá? Gente de Paz! Gente de Guerra*, em 1940.

[3] Artur Portela foi jornalista e escritor. Foi um dos jornalistas que esteve presente no território espanhol, durante a guerra civil, onde escreveu a obra *Nas trincheiras de Espanha*, em 1937. Foi repórter de guerra, mas também do quotidiano e do acontecimento. Republicano sem filiações, ficou conhecido por ter entrevistado Churchill.

mudasse de diretor durante a sua existência em Portugal. Estas revistas eram profusamente ilustradas com reportagens fotográficas sobre a guerra.

As reportagens fotográficas têm um cariz de propaganda militar, destinada a desmoralizar os inimigos e a encorajar os aliados durante uma guerra (Thompson 2000: 27). Tal como em toda a propaganda, a sua finalidade é a persuasão através da comunicação, promovendo ideias (Pizarroso Quintero 1993: 10). Para obter sucesso na sua campanha, o propagandista segue algumas regras/princípios de propaganda. É possível detetar a implementação de alguns deles nas reportagens fotográficas apresentadas neste artigo e publicadas pelas revistas em análise.

Nas reportagens que iremos analisar, os princípios de propaganda utilizados são os da Simplificação, da Amplificação e da Orquestração. Na regra de Simplificação, a propaganda personifica-se num só inimigo (Domenach 1975: 61). A mensagem é de fácil compreensão, com um discurso curto e de palavras simples. A regra da Amplificação faz com que se destaque o que lhe interessa. Neste caso, algumas fotografias apresentam-se em maiores dimensões (Domenach 1975: 67). A Orquestração consiste em repetir constantemente os *slogans* e os temas representados que veremos de seguida, com a análise das reportagens fotográficas (Domenach 1975: 68).

Ao ter um primeiro contacto com as fotografias, é possível ver que todas apresentam vários acontecimentos da guerra, os seus soldados, os transportes utilizados e o seu arsenal, ou seja, o poderio militar de cada um dos beligerantes. Num segundo olhar, vemos alguns aspetos que nos direcionam para uma outra forma de olhar a guerra: o lado humano da guerra. O lado humano da guerra é uma vertente que surge nas demonstrações de poderio militar. Pretende comprovar que guerra não é apenas violência e destruição, mas também é palco de alguns momentos de descontração por parte dos militares. Procura demonstrar que se trata de uma guerra indesejada, devida à pressão causada pelo inimigo.

## O poderio militar

Em relação ao poderio militar, os beligerantes pretendem, em primeiro lugar, realçar a sua supremacia. Procuram demonstrar a sua superioridade face ao inimigo, que será derrotado facilmente e que a vitória é inevitável, assim como a destruição do inimigo.

Tenta demonstrar a dignidade das suas forças em relação ao inimigo, a ideia de que o inimigo se rendeu facilmente, de uma forma pacífica e sem o recurso excessivo à violência e à luta armada.

Realçam a ideia de uma Europa condenada à opressão – caso se verifique a vitória por parte do inimigo – e anunciam uma Europa libertada se a vitória

**Fig. 3.** Mundo Gráfico, 30-11-1940, p. 16

**Fig. 4.** A Esfera, 20-07-1944, p. 18

for das suas forças. A sua vinda e conquista de territórios ao inimigo é sinal de libertação e o fim da ameaça e opressão gerada pelo mesmo. Alertam também que uma vitória do inimigo é anúncio de falsa libertação.

A ambição em derrotar o inimigo e a defesa dessa causa é elemento que importa focar. Evidenciam a união entre os países apoiantes de cada uma das causas com o objetivo de intimidar o inimigo. A intenção de intimidar o inimigo também surge na demonstração das suas poderosas armas e na exibição de troféus de guerra.

Usa-se repetidas vezes títulos que sugerem o terminar do conflito. Segundo a propaganda Aliada, o final de 1942 é considerado, "O Ano da Vitória" (Mundo Gráfico 31 dezembro 1942: 10), repetindo até ao final do conflito a ideia de que "É o fim!" (Mundo Gráfico 30 abril 1945: 16).

Na figura 3, numa reportagem fotográfica, a *Mundo Gráfico* mostra o poder da Royal Air Force (RAF) e da marinha britânica. As fotografias dos pilotos em cima do avião, a metralhadora antiaérea a ser carregada e a fotografia do militar inglês pronto para prestar serviço (Figura 3). A propaganda vinda Eixo não difere muito da construída pelos Aliados, como vemos na figura 4. Apresenta novas armas na fase final da guerra, mostrando que não se renderiam facilmente (Figura 4). Ambas as reportagens demonstram o domínio militar através do seu poderoso arsenal, com o objetivo de suscitar sentimentos de intimidação.

**Fig. 5.** A Esfera, 05-08-1941, p. 26

**Fig. 6.** Mundo Gráfico, 15-05-1943, p. 22

No âmbito do poderio militar encontramos também mensagens de propaganda que remetem para a ideia de libertação. Na figura 5, a propaganda do Eixo mostra imagens de uma cidade Lituana onde se pode ver os rostos de felicidade dos populares. Surge também, nesta reportagem, a fotografia de uma criança ucraniana a ser alimentada, demonstrando as dificuldades por que passavam essas pessoas. Com estas mensagens, o Eixo anunciava mais um ato de libertação, no âmbito da chamada "Cruzada Contra o Bolchevismo" (A Esfera 20 outubro 1942: 16). Esta campanha é referente a toda a campanha na frente Leste até à batalha de Estalinegrado e teria como objetivo o de destruir o «monstro» soviético, atribuindo uma dimensão sagrada à sua causa (Figura 5). Com a mesma intenção se apresenta a campanha Aliada, na figura 6. A mensagem que se procura transmitir é a de que os ingleses chegam a uma cidade francesa e derrotam o inimigo, libertando a cidade. Em destaque está a fotografia de uma mulher francesa a abraçar um soldado inglês, reforçando a ideia de que a causa aqui vitoriosa corresponde a um objetivo que transcende o campo politico e militar (Figura 6).

## Lado humano da guerra

O lado humano da guerra é apresentado pelos dois beligerantes de forma similar, procurando associar-lhes elementos que demonstrem a sensibilidade de quem combate e um quotidiano de normalidade. Estão dentro deste âmbito a apresentação das mascotes de guerra, a representação de atos de coragem demonstrada pelos civis – envolvidos num conflito que não desejaram – e a festa que irrompe na altura em que as cidades são libertadas do poder do inimigo. Os indícios de humanidade manifestam-se através de atos de solidariedade para com o inimigo, pela demonstração de afetos para com as mascotes e pela coragem do povo perante o conflito. No que toca à demonstração de solidariedade, Aliados e Eixo difundem exemplos das suas ações que patenteiam esse espirito. A revista *Mundo Gráfico* apresenta uma fotografia em que um piloto alemão ferido é auxiliado por um soldado e um polícia, ambos ingleses (Figura 7). Com a mesma intenção, *A Esfera* publica numa reportagem o salvamento de um piloto inglês que se despenhou no mar e de como dois marinheiros alemães o resgataram, dando-lhe água (Figura 8).

As mascotes também estão presentes nos dois lados da guerra e a sua divulgação permite demonstrar a sensibilidade e descontração de quem está nas frentes de combate. Os Aliados apresentam os seus "amigos" de quatro patas, uns encontrados e outros que lhes pertenciam. Mostram também o hábito de

Como a Inglaterra trata os prisioneiros de guerra. Um piloto inimigo, que caiu ferido, é amparado carinhosamente por um soldado e um polícia

**Fig. 7.** Mundo Gráfico, 30-10-1940, p. 8

**Fig. 8.** A Esfera, 20-03-1942, p. 8

**Fig. 9.** Mundo Gráfico, 30-01-1941, p. 23

**Fig. 10.** A Esfera, 05-07-1942, p. 21

**Fig. 11.** A Esfera, 05-09-1940, p. 4

Numa cidade inglêsa. As bombas caem, mas esta mulher defende com o seu corpo uma criancinha

**Fig. 12.** Mundo Gráfico, 30-12-1940, p. 16

pintar nos seus aviões várias personagens de desenhos animados (Figura 9). A propaganda do Eixo também age no mesmo sentido, mostrando imagens em que acarinham os animais que encontram, procurando suscitar um sentimento de empatia junto da população (Figura 10). Os animais são muitas vezes apresentados como um elemento de alento para os militares, que os faz esquecer os horrores vividos pela guerra, promovendo momentos de boa disposição.

A coragem dos civis, que sofrem com o conflito, também é destacada pelos beligerantes. Na figura 11, *A Esfera* apresenta a fotografia de um militar alemão a alimentar uma criança francesa com um ar terno (Figura 11). Do lado dos Aliados, a *Mundo Gráfico* mostra como uma mulher, num momento de coragem, protege com o seu próprio corpo uma criança dos bombardeamentos a uma cidade inglesa (Figura 12). Estas duas fotografias são exemplos claros da mensagem de que se trata de uma guerra indesejada. Ambos afirmam que o conflito armado foi provocado pelo inimigo.

*

Os dois grandes blocos em conflito – centrados na Alemanha e na Inglaterra – abordam repetidamente duas questões principais: sublinham o poderio e força militar, mas também acentuam o outro lado da guerra, uma vertente mais humana, tentando provar que a guerra não é apenas destruição. Em relação ao poderio militar, ambos os beligerantes pretendem realçar a sua supremacia e mostrar que a vitória é inevitável, assim como a destruição do inimigo. Tal facto, leva a que as fotografias que cada um dos lados divulga procurem demonstrar a sua superioridade face ao inimigo, que será derrotado facilmente, de uma forma harmoniosa e sem um recurso excessivo à violência e luta armada. A dignidade da sua causa e das suas forças em relação ao inimigo é realçada, assim como a ideia de união entre os países apoiantes de cada uma das causas, tal como a exibição das suas poderosas armas e os troféus de guerra conquistados ao inimigo procuram demonstrar.

Ambos os blocos em conflito afirmam que se a vitória for do adversário, a Europa ficará condenada à opressão, acentuando a ideia de que uma Europa libertada só seria concretizada se a vitória for a das suas forças. Reforça-se assim que a tomada e conquista de territórios ao inimigo é sinal libertação e o fim da ameaça e opressão gerada pelo mesmo. Também se deteta aqui bem presente o objetivo de intimidar o inimigo com a demonstração do poder bélico e com a exibição de troféus de guerra.

A exibição de um lado humano da guerra apresenta também bastantes semelhanças no que toca às opiniões que pretende formar. São demonstradas ações de solidariedade para com o inimigo, tendo como objetivo mostrar de que nem tudo é violência e destruição. A coragem do povo perante a adversidade e defesa do mais fraco são fatores que destacam a ideia de uma guerra indesejada, que foi forçada e incentivada pelo inimigo. Do mesmo modo, as demonstrações de dedi-

cação às mascotes de guerra por parte das tropas nas frentes de combate – assim como a importância atribuída às mesmas – permite de trazer alguns episódios de boa disposição e descontração a uma situação de violência e de sofrimento.

Por cada território conquistado ao inimigo, é transmitida a ideia de festa e libertação. Mesmo assim, apesar da alegria, não se deixa de fazer o luto pelo adversário derrotado. No contexto da conquista de territórios, a demonstração de boas intenções e de solidariedade para com o povo conquistado permite afastar a ideia de opressão que a ela poderia estar associada, assim como a denúncia do terror em que vivia essa população durante o período de domínio do inimigo.

Assim sendo, os dois lados beligerantes apresentam temas idênticos e com objetivos semelhantes. Existe, no entanto, uma ligeira divergência no que toca à cronologia da sua publicação, bem como quanto às ideias que procuraram veicular, indo ao encontro das características políticas que definem cada um dos lados beligerantes.

Do lado do regime português, a propaganda vinda dos dois blocos em guerra despertou preocupação, procurando evitar a afirmação muito definida de tendências para com um ou outro lado dos beligerantes, procurando estabelecer algum equilíbrio em relação a manifestações públicas por parte dos mesmos (Carrilho 1989: 107). Do ponto de vista da Censura exercida por parte dos militares, estas revistas eram consideradas pelos mesmos como de interesse militar, devido às fotografias de guerra que apresentavam em cada número, sendo que em 1942 essas revistas continuavam a não integrar a lista de publicações que passavam previamente pela Censura (AHM, Pasta 37/2, doc. 5).

## Conclusão

Durante o conflito, Portugal tentou manter uma política de neutralidade e uma atitude de defesa dos seus interesses que passariam pela não-beligerância. O objetivo afirmado pelo regime português era o de proteger a independência nacional, porém são visíveis momentos de uma "neutralidade colaborante", concretizada em diversos aspetos, inclusive na propaganda realizada pelos beligerantes em Portugal e que cada vez mais fazia parte do quotidiano dos portugueses.

Em colaboração com os beligerantes – que viam vantagens em manter o território português neutro por razões geopolíticas e económicas – foram desenvolvidas as mais variadas ações de propaganda, apesar do regime se mostrar bastante reticente em relação a esta atividade no país.

A "neutralidade colaborante" portuguesa permitiu aos beligerantes a publicação de propaganda nos vários meios sociais, com referências às suas ações e posições. Com isto suscitou que se acentuasse na sociedade portuguesa a divisão entre Anglófilos e Germanófilos, defendendo afincadamente a sua causa.

No caso da propaganda divulgada em Portugal, os beligerantes pretenderam construir uma imagem de que a justiça estava do seu lado e de que uma possível

vitória do inimigo significaria uma catástrofe e um futuro de opressão. Explicam que as suas intenções são boas e que merecem toda a solidariedade e confiança dos cidadãos. Este facto é justificado através das imagens que mostram a sua ação junto das populações que ficam sob o seu domínio, ou em episódios de solidariedade para com o inimigo. A vitória traria, finalmente, a paz, atribuindo às suas campanhas um caráter de transcendência. A propaganda não só atrairia adeptos a partir da bondade das ações, mas também por meio o sentimento de guerra indesejada, da coragem e da defesa do seu território e dos seus habitantes.

Os beligerantes usam sobretudo a propaganda negra. Tentam influenciar o público-alvo e levá-lo a defender a sua causa, usando pequenos títulos para introduzir uma mensagem direta com a intenção de denegrir o adversário com insinuações e argumentos, tentando demonstrar que o inimigo é a personificação do mal e da injustiça. No entanto, procuram também passar a mensagem de que a sua ação é desenvolvida em prol do outro, garantindo auxílio para com o próximo, que é igualmente pautada por momentos de descanso entre batalhas, por sentimentos de partilha e de alegria, por manifestações de festejo e de libertação.

A arte de manipular a opinião pública através da propaganda negra, transformou-se numa guerra onde não se distinguiam civis e militares. A propaganda expandia-se em todo o lado, semeando fanatismos e ódios, tornando-se numa arma letal.

O objeto deste artigo poderá ser pertinente pois traz uma nova perspetiva de estudo da Segunda Guerra Mundial em Portugal e a propaganda difundida pelos beligerantes. Numa perspetiva do estudo da relação história-imagem, poderá abrir novos aspetos no que toca à utilização de imagens na historiografia.

## Fontes:

### Arquivos

Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Pasta 37/2, doc. 5: vários documentos sobre as ações de Censura em Portugal (1939-1945)

### Periódicos

Esfera, A. Lisboa (1940-1945)
Mundo Gráfico. Lisboa (1940-1945)
Diário de Notícias. Lisboa (1940)
Diário de Lisboa. Lisboa (1942)
Diário da Manhã. Lisboa (1942)

### Outras Fontes

TEIXEIRA, Luiz (1945). Portugal e a Guerra. Neutralidade Colaborante. Lisboa: s.e.

## Bibliografia


ANDRADE, Luís (1995). "A neutralidade e os pequenos estados: o caso de Portugal (1939-1945)", Arquipélago, Universidade dos Açores, Ilha Terceira, 1, 319-331.

CARDOSO, Débora (2013). "War Propaganda in Portugal (1940-1945): Analysis of photographies of the World War II in propaganda press published in Portugal". Rollo, Maria Fernanda, Pires, Ana Paula, Novais, Noémia Malva (Eds.). War and propaganda in the XXth Century [Electronic Document]. Lisboa: IHC, CEIS20. 385-401.

CARDOSO, Débora Marina Canhoto (2014). Imagem e Propaganda durante a Segunda Guerra Mundial. [Dissertação de Mestrado] Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

CARRILHO, Maria, Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros, Mário Neves, José Manuel Paquete de Oliveira & José Matos-Cruz (1989). Portugal na Segunda Guerra Mundial: Contributos para uma reavaliação. Lisboa: D. Quixote.

DOMENACH, Jean-Marie (1975). Propaganda Política. Amadora: Bertrand.

LOCHERY, Neill (2012). Lisboa, a guerra nas sombras da cidade da luz. Lisboa: Editorial Presença.

MARTINS, Maria João (1994). O Paraíso triste: O quotidiano em Lisboa durante a II Guerra Mundial, Lisboa: Vega.

MENEZES, Filipe Ribeiro de (2009). Salazar: Uma biografia política. Lisboa: D. Quixote.

NINHOS, Cláudia (2010). Em torno da revista Junges Europa. A Propaganda, a Cultura e a Ideologia ao serviço das relações luso-alemãs (1933-1945). [Dissertação de Mestrado]. Lisboa: FCSH-UNL.

PIMENTEL, Irene Flunser (2006). Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Lisboa: Esfera dos Livros.

PIMENTEL, Irene Flunser (2013). Espiões em Portugal durante a II Guerra Mundial. Lisboa: Esfera dos Livros.

PIMENTEL, Irene Flunser & Ninhos, Cláudia (2013). Salazar, Portugal e o Holocausto. Lisboa: Círculo de Leitores.

PIZARROSO Quintero, Alejandro (1993). História da Propaganda: Notas para um estudo de Propaganda Política e de Guerra. Lisboa: Planeta Editora.

RAMALHO, Margarida de Magalhães (2012). Lisboa, uma cidade em tempo de guerra. Lisboa: Imprensa Editorial – Casa da Moeda.

TELO, António José (1990). Propaganda e Guerra secreta em Portugal: 1939-45. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

THOMPSON, Oliver (2000). Uma História da Propaganda. Lisboa: Temas e Debates.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_17

# Revolução dos Cravos e educação popular. As associações de educação popular em Portugal (1974-1986)

## *"The Carnation Revolution and Popular Education. Popular Education Movements in Portugal (1974-1986)"*

Pierre Marie

Doutorado em História Contemporânea – Universidade de Coimbra/Universidade de Caen
pierregmarie@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 24/11/2016
Texto aprovado em /Text approved on: 08/05/2017

**Resumo:** O processo revolucionário português iniciou uma importante transformação do país. Um projeto educativo alternativo cresceu com base nas associações de educação popular. O desenvolvimento do movimento associativo permitiu ações de alfabetização e de animação cultural nas comunidades. O Estado apoiou estas iniciativas durante o período revolucionário. Com este trabalho, pretendemos reconstituir a trajetória do projeto de educação popular, desde o seu nascimento até à adesão portuguesa à CEE em 1986.

A consolidação do regime democrático em Portugal após 1976 teve consequências no projeto educativo. Os movimentos de educação popular enfrentaram um isolamento crescente. O Estado caraterizou-se por uma ação fragmentada, enquanto as associações constituíram um pilar de continuidade deste projeto de educação popular. Apesar de iniciativas nacionais e regionais, o projeto de educação popular foi enfraquecido com a convergência europeia, a crise do associativismo e a escolarização da educação de adultos.

**Palavras-chave:** Educação Popular, Animação Cultural, Processo Revolucionário Português, Associativismo, Educação de Adultos.

**Abstract**: The portuguese revolucionary process initiated a major transformation of the country. An alternative educacional project emerged, based on the popular education associations. The development of the associative movement allowed for alfabetization and cultural animation among communities. The State supported those iniciatives during the revolucionary period. With this work, we would like to reconstruct the trajectory of the popular education project from its birth till the portuguese membership within the EEC, in 1986.

The consolidation of the democratic regime in Portugal after 1976 had results on the educacional project. Popular education movements faced growing isolement. The State was caracterized by a fragmentated action, while the associations stood for a continuity element of this popular education project. Despite nacional and regional iniciative, the popular education project declined due to european convergence, associations' crisis and transformation of adults education.

**Keywords:** Popular Education, Cultural Animation, Portuguese Revolucionary Process, Associative Movement, Adults Education.

## Introdução

A queda do regime autoritário em abril de 1974 deu lugar a um processo revolucionário que conduziu à democratização do país (Linz 2015). A mobilização das populações e o vigor dos movimentos sociais representaram uma rutura com o período autoritário. Seguindo Michel de Certeau, podemos falar de uma "tomada de palavra" por parte de populações marginalizadas (Certeau 1994). O regresso dos exilados políticos, o aparecimento de partidos e movimentos políticos e sobretudo as liberdades novas trouxeram esperanças de melhoria das condições de vida. Durante dois anos, até à entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa em Abril de 1976, o país viveu ao ritmo das esperanças e das tensões do período revolucionário.

No âmbito cultural e educativo, as heranças deixadas pelo regime salazarista eram urgentes de resolver. As altas taxas de analfabetismo no país, afetando principalmente as mulheres (Instituto Nacional de Estatística 2015), a fraca escolaridade e a marginalização da cultura no antigo regime, entravam em contradição com a democratização do país após 1974. Os governos provisórios, bem como outros atores do período, lançaram iniciativas para desenvolver a educação no país e assim permitir uma verdadeira participação das populações nos processos políticos.

O movimento associativo teve um papel preponderante no desenvolvimento de ações educativas e culturais. Durante os anos 1960 e 1970, as associações e cooperativas culturais participaram na resistência ao regime, usando a cultura como ferramenta de transformação social. Com a queda do regime, criaram-se mecanismos de aprendizagem coletivos assentes numa prática democrática. As iniciativas das associações locais permitiram desenhar um projeto novo de educação popular (Melo 1978). Definida a partir dos trabalhos e das experiências conduzidas por Paulo Freire, a educação popular é caraterizada pela recusa da "educação bancária" e tem como objetivo a conscientização através de aprendizagens coletivas (Freire 1987). Este projeto de educação popular teve ligação com atividades de educação permanente e de educação de adultos, destinadas a uma categoria particular da população. A educação popular define-se pelo seu caráter político: trata-se de construir ferramentas de participação democrática.

Neste artigo, pretendemos seguir a trajetória do projeto de educação popular desde o seu surgimento em 1974 até ao seu progressivo desaparecimento no final dos anos 1980. Esta evolução tem um paralelo com a transição política que aconteceu em Portugal entre a entrada em vigor da Constituição em 1976 e a adesão na Comunidade Económica Europeia em 1986. Iremos mostrar a centralidade do movimento associativo de educação popular na continuidade de um projeto educativo e cultural alternativo após o 25 de abril de

1974. Apesar das iniciativas desenvolvidas por estruturas públicas, o Estado caraterizou-se pela sua fraca vontade política em apoiar um projeto de educação popular. A evolução deste projeto representa uma fonte importante para pensar a trajetória da democracia portuguesa e a sua ligação ao seu momento fundador, o processo revolucionário.

Ao longo deste trabalho, estudaremos a evolução do projeto de educação popular após 1974. Vamos analisar o impacto do 25 de abril nos projetos educativos e culturais e nomeadamente no crescimento das associações de educação popular. O fim do período revolucionário iniciou um recuo do Estado e de programas de apoio às iniciativas locais. Nesta segunda parte, iremos estudar o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA) lançado em 1979 como um regresso do Estado na esfera da educação popular. A última parte será dedicada à avaliação do PNAEBA num contexto de crise do associativismo e de um distanciamento do projeto de educação popular.

## I. A Revolução portuguesa e o projeto de educação popular

### 1. Concretizar a rutura com o regime salazarista

A queda do regime autoritário abriu a possibilidade de transformar o sistema político e cultural no país. Para os principais atores do período revolucionário, tratou-se de ultrapassar as heranças deixadas pelo regime salazarista e de fundamentar uma nova democracia. Os importantes números do analfabetismo – 25,7% em 1970 segundo as estatísticas oficiais do regime (Instituto Nacional de Estatística 2015) – representavam um travão fundamental na democratização do país. O crescimento de movimentos sociais nas diversas estruturas da sociedade, tornou central a reivindicação de um melhor ensino.

O movimento do *poder popular*, que cresceu em torno da mobilização das populações e da constituição de órgãos populares de base, abriu caminho para um novo modelo de transição socialista (Hammond 1988). Tratava-se de potenciar novas formas de gestão assentes na participação das populações. As comissões de trabalhadores e de moradores permitiram, assim, exprimir as reivindicações das populações em torno dos problemas laborais e da habitação. Outros movimentos tiveram também impacto em diversas áreas como a saúde, a agricultura ou ainda a cultura. Os movimentos do poder popular carregam um forte aspeto educativo, com o objetivo da organização e da participação de todos para resolver problemáticas da vida quotidiana. Para Afonso Cautela, "a iniciativa, a capacidade de organização e decisão, o saber estar e dialogar com camaradas, o cívico comportamento democrático numa assembleia de bairro ou num plenário de trabalhadores [ … ] são condições *sine qua non* para que o poder popular avance" (Cautela 1976).

A educação apareceu como uma preocupação urgente do período. Podemos assim ler no *Boletim Informativo das Forças Armadas* que "o movimento pedagógico está intimamente ligado ao movimento político. [...] Os princípios escolares novos só surgirão numa atmosfera de luta pela democracia" (Boletim Informativo das Forças Armada 1975). O historiador Vitorino Magalhães Godinho, Ministro da Educação de dois Governos Provisórios, defendia em novembro de 1974 que "democratizar a cultura é, de facto, permitir que cada qual participe neste processo de invenção constante do futuro" (Godinho 1974:8). As políticas públicas na área da educação mostram uma rutura após 1974. Segundo José Alberto Correia, tratou-se de "contribuir para a qualificação e a construção de comunidade e de cidades locais em busca da sua emancipação" (Correia 2000:8).

Uma multiplicidade de atores lançaram iniciativas em prol da educação. Neste contexto, o Movimento das Forças Armadas (MFA) iniciou as Campanhas de Dinamização Cultural, com vista a "preencher o vácuo cultural" (Almeida 2008). As Campanhas são iniciadas no final de 1974 e visavam principalmente as regiões do Norte e do Interior do país, sob uma forma itinerante. Tratava-se de explicar o programa do MFA às populações e de desconstruir os discursos do antigo regime. Através das Campanhas, os militares do MFA tomaram consciência do estado real do país. Após o 11 de março de 1975, as campanhas são redefinidas e integram a noção de "ação cívica". Permitiram o contato com os órgãos populares locais e a realização de obras para as populações.

As organizações de estudantes tiveram também um envolvimento considerável em iniciativas educativas e culturais. Logo no Verão 1974, a Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses (Pró-UNEP) mobilizou estudantes para a realização de sessões de alfabetização e de educação sanitária em 127 localidades do país (Oliveira 2000). Tratava-se de um processo a dois sentidos, concebido como um meio de formação política para os estudantes. Durante o Verão de 1976, o Movimento Alfa, iniciado pela União dos Estudantes Comunistas, veio dar continuidade a estas iniciativas.

Os Governos Provisórios lançaram iniciativas com vista a reduzir o analfabetismo no país. A implementação do Serviço Cívico Estudantil (SCE) durante os anos escolares 1974/75 e 1975/76 permitiu o desenvolvimento de atividades de animação sociocultural e de recolha de elementos de cultura popular. Em maio de 1975, uma equipa composta por técnicos da Direção-Geral da Educação Permanente, com o apoio da 5ª Divisão do MFA, elaborou um projeto para um "Plano Nacional de Alfabetização" (PNA) (Costa 1998). O *Esquema do Ante-Projecto do PNA*, publicado em junho de 1975, visou apoiar os órgãos populares e permitir uma maior participação democrática através da leitura e da escrita. As medidas apontavam para a eliminação do analfabetismo no período de 3 a 5 anos, com a mobilização de 100 000 monitores e a criação de Centros

de Alfabetização e de Educação Popular. Após o 25 de novembro de 1975, as alterações políticas puseram termo ao PNA que nunca chegou a ser aplicado.

Os deputados da Assembleia Constituinte também destacaram a responsabilidade do novo regime democrático na educação e na cultura. Segundo a Constituição da República Portuguesa, entrada em vigor em abril de 1976, "O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista" (Caldeira 1976:395). Os redatores da Constituição reconheceram também a responsabilidade do Estado em "garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo" (Caldeira 1976:396).

## 2. As associações de educação popular

Ao lado destes programas em prol da educação e da alfabetização, desenvolveram-se iniciativas alternativas, que chamaremos de educação popular. Bhola mostrou a importância das campanhas de alfabetização como ferramenta de mobilização das populações durante um processo revolucionário (Bhola 1986). Os projetos desenvolvidos pelos militares do MFA e pelos estudantes concretizaram-se pela forma de campanhas com um projeto global: conquistar territórios considerados conservadores à causa da revolução. As iniciativas de educação popular, sobretudo levadas a cabo pelo movimento associativo, apresentam uma natureza diferente e abrem uma via alternativa no campo educativo e cultural.

Stephen Stoer e Roger Dale teorizaram as principais diferenças entre estas duas posturas pedagógicas (Stoer; Dale 1999:73). Os autores distinguem dois tipos ideais com a alfabetização e o poder popular. A alfabetização é caraterizada por uma postura *top-down* e visa divulgar no terreno programas educativos definidos a nível central, tendo por objetivo a difusão de uma cultura junto de populações marginalizadas. Tratava-se de "assegurar os ganhos da revolução e criar uma base de poder de Estado que garantisse a transição para uma sociedade socialista" (Stoer; Dale 1999:73).

A postura do poder popular passa pela promoção de aprendizagens coletivas e ação de tipo *bottom-up*. Para Stoer e Dale, "o seu foco era local, o controle democrático espontâneo e imediato de todas as instituições através da ação direta e da luta local" (Stoer; Dale 1999:74). Nas campanhas constituiu-se uma hierarquia entre aqueles que têm o saber e o povo a educar. Os movimentos e associações de educação popular, enraizados localmente, resultam da mobilização das populações. O trabalho educativo era então de mais longo prazo do que as campanhas, por definição limitadas no tempo.

O movimento associativo conheceu um importante crescimento com a queda do regime autoritário. A democratização do regime devolveu um dina-

mismo aos movimentos populares, como as associações e as cooperativas. A nível legal, o Decreto-Lei nº594/74, de novembro de 1974, revogou o regime de autorização de constituição de uma associação e determina que o "direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade" (Diário do Governo 1974b:1342).

Segundo Licínio Lima, os ficheiros da Direção-Geral da Educação Permanente (DGEP) recenseavam 707 associações de educação popular em 1977 (Lima 1986:97). Este número reflete apenas as associações que pediram a sua inscrição junto da DGEP e é obviamente uma amostra do peso real destas associações no país. Em 1979, um inquérito da Secretária de Estado da Cultura e da Fundação Calouste Gulbenkian referia 4817 associações culturais, recreativas e desportivas a nível nacional. O número de associações que desenvolveram atividades de educação popular encontra-se entre estes dois números. Apenas monografias locais permitiram avaliar o número real de associações de educação popular presentes em Portugal durante o período[1].

Publicado em maio de 1976, o Decreto-Lei nº384/76 reconhece legalmente as associações de educação popular através da criação de um novo estatuto. Este regime legal contemplou as associações que desenvolvem atividades culturais e educativas que "possibilitem a aprendizagem coletiva das relações entre os indivíduos, os grupos sociais e o meio em que vivem" (Diário do Governo 1976:1142). Segundo o mesmo documento, estas atividades podiam ter a forma de aulas para adultos, sessões culturais ou ainda grupos de recolha e de estudo do património local e de tradições orais.

O projeto de educação popular representou uma multiplicidade de iniciativas. Os programas iniciados pelas associações tiveram como objetivo principal a mobilização da população, com vista a permitir o seu esclarecimento e a produção de novos saberes. A alfabetização constituiu um passo importante para a construção de novas ferramentas de participação. Seguindo o método de Paulo Freire, este processo era iniciado com a procura coletiva das "palavras geradoras", com vista a adaptar o estudo à vida quotidiana das populações. A animação cultural representou uma outra área central com debates, sessões de esclarecimento e publicação de boletins locais. O teatro representou uma área de atuação importante para as associações locais, nomeadamente com a produção de novos textos dramáticos. Finalmente, o desporto constituiu um canal de transmissão de uma educação focada na participação. Assistiu-se a uma redefinição de um "desporto popular" como ferramenta de democratização da sociedade a partir do apoio do movimento associativo local.

---

[1] Para o distrito de Coimbra, recenseamos 207 associações que desenvolveram atividades de educação popular entre 1974 e 1986.

## 3. Um novo aparelho de Estado ao serviço do movimento associativo

A reorganização do aparelho de Estado após o 25 de abril permitiu definir novos programas, bem como uma redefinição geral dos modos de atuação dos serviços. A Direção-Geral de Educação Permanente, criada em 1972, teve um papel preponderante no apoio às associações de educação popular. Após um conflito entre a direção e os trabalhadores, a DGEP foi suspensa até maio de 1975 e a nomeação de Alberto Melo como diretor-geral em dezembro de 1975 iniciou uma reorganização profunda do serviço. O novo Diretor-Geral definiu alguns meses mais cedo a sua visão política para a DGEP:

> "Poderemos conceber uma estratégia de abrir as comportas à iniciativa popular, de lhe dar todo o apoio – humano e financeiro – necessário para que as massas, organizadas em torno de objetivos de produção e de organização social, possam experimentar as modalidades de ensino que melhor correspondam às suas aspirações e interesses" (Melo 1975:7).

A partir desta data, a DGEP definiu-se como um "serviço de assistência técnica aos grupos de implantação local" (Melo 1976:9). A nova Direção-Geral apontou como objetivo o apoio financeiro, logístico e pedagógico aos grupos locais, nomeadamente às associações de educação popular através de subvenções diretas para iniciativas de educação popular. A DGEP iniciou também uma campanha de recrutamento de animadores colocados junto de associações locais.

A nova equipa da Direcção-Geral definiu o ano de 1976 como um ano de investigação e de experimentação, com vista a construir um plano de intervenção para 1977. Seguindo essa linha estratégica, a DGEP lançou em 1976 um grande inquérito às associações e outras coletividades inseridas localmente e que tinham um potencial para atividades de educação popular. A finalidade era de conhecer a realidade no terreno com vista a potenciar as experiências já existentes.

Se a DGEP teve um papel central nas políticas de apoio ao movimento associativo, não constituiu o único exemplo do período. Podemos referir a Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC), criada a 27 de setembro de 1974, pelo Conselho de Ministros. Concebida como "um dos instrumentos fundamentais de todas as políticas que, por via democrática, se propõem assumir o dinamismo das camadas populares no processo de construção de uma sociedade nova, a animação sociocultural devia definir a ação do aparelho de Estado" (Diário do Governo 1974b:1179). Presidida por Teresa Santa Clara Gomes, a CIASC juntou vários Ministérios e tinha como objetivo a "inventariação dos órgãos e agrupamentos existentes a nível local e regional, suscetíveis de se tornarem motores da dinamização sócio cultural ao nível da base" (Diário do Governo 1974b:1179).

A criação do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) no dia 30 de abril de 1974, pelo Decreto-Lei nº191/74 (Diário do Governo 1974a), serviu estes objetivos de capacitação do movimento associativo. O FAOJ teve como objetivo "estimular o espírito associativo e fomentar a formação democrática e cultural da juventude" (Diário do Governo 1974a). A direção do FAOJ defendeu a animação como uma intervenção com vista a desenvolver uma nova mentalidade. A instituição dispunha de animadores e de programas de apoio para as associações locais. Finalmente, a Direcção-Geral dos Desportos (DGD) reorganizada em dezembro de 1974, participou neste projeto de desenvolvimento de um associativismo educativo. Liderado por Alfredo Melo de Carvalho a partir dessa data, a DGD definiu o desporto como:

> "Fator de democratização das relações humanas, ajudando a afirmar a vontade das populações em tomar nas próprias mãos a condução dos seus próprios destinos, como aglutinador de vontades, provocando o ressurgir da consciência social comunitária, permitindo a expressão da liberdade e o afirmar da personalidade humana" (DGD 1975:29).

A redefinição do aparelho de Estado a seguir ao 25 de abril de 1974 permitiu novas políticas a favor das associações de educação popular. Permitiu também a definição da educação e da cultura como ferramentas de participação popular no âmbito da fundação de um regime democrático.

## II. O PNAEBA como nova oportunidade

### 1. Uma reação a um abandono por parte do Estado

Com a entrada em vigor da Constituição, o regime português conheceu uma estabilização com um primeiro Governo Constitucional. O novo governo suspendeu alguns programas e iniciou uma reorganização dos serviços mais ativos na educação popular. Em junho de 1976, o Conselho de Ministros extinguiu a CIASC. As Campanhas de Dinamização Cultural do MFA foram interrompidas após o 25 de novembro de 1975, bem como o Serviço Cívico Estudantil em 1977.

Em setembro de 1976, o Ministro da Educação Mário Sottomayor Cardia substituiu Alberto Melo por José Sousa Monteiro na Direção-Geral da Educação Permanente. A DGEP conheceu uma profunda reorganização com o afastamento de 24 professores dos serviços de alfabetização em setembro (O Diário 1976). Em outubro, 18 trabalhadores foram afastados e outros 70 dispensados (O Século 1976). Esta restruturação acompanhou-se de uma paralisação da ação da DGEP. O boletim *Viva Voz* lançado em 1976 foi abandonado e o programa

de rádio destinado aos adultos em aprendizagem foi também interrompido. Ao longo do ano 1976, as principais estruturas de apoio ao movimento associativo conheceram uma reorganização similar com a saída dos dirigentes mais envolvidos com o processo revolucionário.

Face as estas mudanças políticas após 1976, o movimento associativo nacional conheceu uma reestruturação. A partir de 1977 foram assim organizados encontros nacionais que podemos analisar como uma organização das associações após o período de intervenção do Estado. O primeiro Encontro nacional das associações de base teve lugar em Coimbra em março de 1977 e permitiu criar coordenações regionais. O segundo Encontro de associações e animadores culturais foi organizado em Lisboa em dezembro de 1978 e juntou 39 associações. Para os organizadores do encontro, as associações culturais têm a capacidade de "*subverter* as relações sociais e as relações de poder existentes – único caminho para a criação de uma cultura que se oponha à cultura dominante" (Intervenção 1979:45-46). Um terceiro Encontro realizou-se em julho de 1979, novamente em Coimbra e juntou 79 associações.

Outros encontros nacionais foram organizados durante o mesmo período. A Associação Portuguesa de Animadores Culturais organizou em Estoril um Encontro nacional de animadores culturais em abril de 1977. Finalmente, um Encontro nacional de associações e monitores de alfabetização foi organizado de 30 de junho a 1 de julho de 1979. Este esforço de estruturação e de coordenação pode ser interpretado como um reconhecimento do recuo da intervenção estatal e pela vontade de romper o isoladamente crescente do movimento associativo. Durante os encontros, as associações criticaram as políticas públicas e realçaram a necessidade da educação popular para o fortalecimento da democracia.

Durante este período, assiste-se à organização de novas estruturas de apoio ao movimento associativo. Em abril do 1975, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) foi transformada em Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL) e desenvolveu projetos de apoio ao associativismo. A criação do Centro de Apoio às Organizações de Base (CAOB) em abril de 1976 mostra bem a evolução da ação estatal. O CAOB parece dar continuidade à postura pedagógica da DGEP *fora* do aparelho de Estado. A estrutura forneceu um apoio técnico e pedagógico às associações de base. Em 1978, o CAOB publicou um inquérito sobre as associações de educação de adultos.

Apesar do recuo da intervenção estatal, um processo legislativo trouxe de volta a problemática da alfabetização e da educação de base. A Lei nº3/79 visando à "eliminação do analfabetismo" foi aprovada a 10 de janeiro de 1979. Durante os debates, os deputados realçaram a permanência do problema cinco anos após o 25 de abril, bem como a falta de vontade política para o resolver (Diário da República 1979). Esta lei iniciou o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA). Segundo o texto de lei, "a alfabeti-

zação e a educação de base são entendidas na dupla perspetiva da valorização pessoal dos adultos e da sua progressiva participação na vida cultural, social e política, tendo em vista a construção de uma sociedade democrática e independente" (Diário da República 1979:35).

## 2. A criação de um novo aparelho de Estado

O PNAEBA ofereceu uma oportunidade para a reorganização da Direção-Geral da Educação Permanente. Em dezembro de 1979 foi criada a Direção-Geral da Educação de Adultos (DGEA) que vem substituir a DGEP. Segundo o Decreto-Lei nº534/79, a DGEA, liderada por Manuel Lucas Estevão, teve como objetivos "servir de modo mais direto e objetivo a educação de adultos, na perspetiva da educação permanente, agora entendida como princípio orientador e inspirador de toda a política educativa" (Diário da República 1979b:205). Além de um apoio teórico e pedagógico, a DGEA dispunha de materiais educativos e de uma rede de animadores para a realização de atividades no terreno. Foi também criado um Fundo de apoio à educação popular destinado às associações culturais e educativas.

Foi igualmente criado o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (CNAEBA) que devia participar na elaboração e na execução do PNAEBA (Diário da República 1979). Este órgão era composto por representantes dos grupos parlamentares, dos departamentos responsáveis pelo PNAEBA, das regiões administrativas e autónomas e de representantes de organizações de educação popular. Segundo a lei, esta composição plural devia permitir "sensibilizar a consciência nacional para as tarefas de alfabetização e educação de base de adultos" (Diário da República 1979:36).

Os documentos programáticos do PNAEBA previam a criação de um Instituto de Educação de Adultos, instituição central nas áreas da alfabetização, da educação de base e do apoio à educação popular (DGEP 1979). O Instituto devia assim investigar nestas áreas e produzir conhecimentos e materiais para os grupos locais. A criação do Instituto de Educação de Adultos devia centralizar os apoios às associações e substituir, a termo, os diversos serviços existentes. Os documentos de previsão do PNAEBA planeavam a instalação do Instituto para o ano de 1983.

O PNAEBA assentou numa nova organização territorial dos serviços de alfabetização e educação de base. Foram criadas coordenações distritais e concelhias com vista a descentralizar a ação da DGEA. As coordenações concelhias tinham como objetivo agilizar o diálogo entre as Câmaras locais e os serviços da Direção-Geral. Em 1979, as primeiras coordenações distritais foram instaladas em Coimbra e no Porto e o território nacional estava coberto a partir de 1983. O processo de seleção dos coordenadores teve como objetivo a independência e a

formação dos atores locais. Os primeiros anos de aplicação do PNAEBA permitiram um crescimento importante dos recursos locais da DGEA e em 1982, 245 professores estavam a trabalhar no seio das coordenações concelhias.

As coordenações distritais e concelhias tinham como objetivo a descentralização da aplicação do PNAEBA. A título experimental, uma nova entidade foi criada com a coordenação da região Centro sediada em Coimbra e que junta os distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco. O objetivo desta experiência era facultar mais autonomia às organizações locais.

### 3. O movimento associativo de novo ao centro

O processo de desenvolvimento do PNAEBA constituiu um regresso às políticas definidas pela DGEP em 1975 e 1976. A própria cronologia da implementação do PNAEBA é assim atípica. A lei foi aprovada em janeiro de 1979 e previa um período de seis meses, durante o qual as equipas da DGEP iriam desenvolver um importante trabalho de terreno com vista a fundamentar o programa. Durante estes seis meses de investigação, o PNAEBA ganhou corpo e as posições defendidas por Alberto Melo em 1975 irão ser retomadas. Mais de uma dezena de relatórios internos sobre a educação de adultos e a educação popular são deste modo publicados durante este curto período.

As equipas da DGEP desenvolveram uma série de entrevistas com animadores ou professores em atividades de educação popular. Num destes relatórios, os autores defendem que "a necessidade da alfabetização surge nas populações como *meio* para atingir determinados objetivos" (Benavente 1979:8), constituindo assim um passo na participação à vida social. As equipas da DGEP reconhecem o papel central das associações na continuidade das ações em prol da educação da população. Lisete de Matos defende num destes relatórios que "por incapacidade do Estado, a alfabetização e educação de adultos, no período que vem do 25 de Abril à atualidade [1979], é obra dos próprios adultos, do seu esforço, entusiasmo e dinamismo, já que o apoio oficial não pode considerar-se significativo" (Matos 1979:44).

O PNAEBA retomou também alguns programas suspensos após 1976. Em 1980, um primeiro número da revista *Viva Voz*, lançada em 1976 é assim publicado. O programa de rádio *A viver também se aprende* na estação *Antena 1* viu também o seu regresso a partir de novembro de 1981, todas as quintas-feiras. Podemos assim analisar o processo de constituição do PNAEBA como um reinvestimento na herança cultural e educativa do período revolucionário. O PNAEBA pretendia dar continuidade aos projetos iniciados após abril de 1974, dando importância às associações inseridas localmente.

O apoio às associações de educação popular constituiu um pilar central da implementação do PNAEBA. A partir de 1980, a DGEA pode conceder bolsas

para atividades em educação de adultos. O número de associações a receber subvenções aumentou progressivamente com o desenvolvimento do PNAEBA e atingiu 477 associações em 1981/82. Além deste apoio financeiro, uma especificidade do plano nacional prendeu-se com a criação de uma rede de animadores colocados junto de associações ou de entidades públicas locais. Entre professores destacados e bolseiros da DGEA, 2190 animadores estavam presentes a nível nacional para o ano letivo 1981/82.

A alfabetização constituiu a ação central destes animadores, mas em nenhum caso a única. O projeto estava enraizado na educação popular e na preocupação de desenvolver práticas emancipadoras. Teresa Cunha, animadora no concelho de Oliveira do Hospital em Coimbra, lembra os objetivos principais:

> "Aquilo que me foi transmitido era olhar pela comunidade como um todo, ter como destinatários principais as pessoas adultas mas não particularmente só as pessoas analfabetas. [ … ] Foi fazer animação comunitária, ou seja, facilitar o que já existia, incentivar, alimentar e eventualmente, juntamente com as associações da própria comunidade, propor novas ideias" (Cunha 2013).

Um ponto central na realização do PNAEBA é a mudança do sistema educativo no seu todo. Existiu assim uma caraterística normativa nos principais documentos do PNAEBA. Tratava-se de aplicar os princípios de uma educação não-formal e emancipadora no resto das estruturas educativas e em primeiro lugar na instituição escolar. O PNAEBA defendia assim que "mais do que um subconjunto do sistema escolar, a educação de adultos é uma linha motriz na transformação de todo o sistema de ensino, segundo as exigências da educação permanente, e o ideal da sociedade educativa" (DGEP 1979:80). Tratava-se de transformar o sistema educativo, *a partir* da implementação de programa de alfabetização e educação de adultos assente no meio associativo.

## III. O apagamento do projeto de educação popular

### 1. O abandono do PNAEBA

O PNAEBA reforçou as dinâmicas da educação popular e permitiu desenvolver atividades nas áreas da alfabetização e da educação de base. Apesar do importante investimento nestas temáticas, o voluntarismo inicial diminuiu nos anos a seguir e o PNAEBA pode ser analisado como mais uma ocasião perdida para a implementação de uma nova política educativa no país. Rui Canário considera assim o PNAEBA como o "canto do cisne" da educação de adultos em Portugal (Canário 2006). Instituição central, o CNAEBA sofreu das divisões políticas e das fracas atribuições orçamentais (Diário Popular 1981a). O enfraquecimento da vontade política traduzia-se diretamente nas questões orçamentais. Em 1982,

Mercier Marques, novo Diretor-Geral da Educação de Adultos, reconheceu que os fundos do PNAEBA para o período 1980-1983 correspondiam a 59% do orçamento inicialmente previsto (Diário de Notícias 1982).

A autonomia da educação de adultos era uma das grandes metas do PNAEBA, com vista a preservar a continuidade dos projetos e descentralizar a sua definição. Esta autonomia tinha duas ferramentas principais com a criação do Instituto de Educação de Adultos e a constituição de Centros de Cultura e Educação Permanente em todas as regiões. Nos 1000 centros previstos, 10 foram criados até 1986 e o Instituto nunca vera a luz. O PNAEBA foi enfraquecido pela ausência de um Instituto, que tinha a responsabilidade da sua definição e orientação.

Uma crise interna no final do ano de 1981 vem também romper com as ambições iniciais do plano. No seguimento de um concurso público para nomear o coordenador distrital da Guarda, o Ministro da Educação Vítor Crespo interferiu no processo, afastando o primeiro classificado. A "filiação partidária" do candidato, diferente da do Governo, foi referida pela imprensa (Diário Popular 1981b). Esta intromissão do político num processo independente motivou uma onda de protesto. Responsáveis da DGEA demitiram-se, incluindo Manuel Lucas Estevão, Diretor-Geral e António Inácio Nogueira, coordenador da Região Centro. O assunto ascendeu à Assembleia da República e em abril de 1982, um novo Diretor-Geral foi nomeado pelo Ministro.

A saída de responsáveis do PNAEBA forneceu uma base para a constituição da Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente (APCEP), legalizada em setembro de 1982. Os membros da APCEP tinham como ambição "favorecer a instauração da democracia cultural, só realizável no quadro mais amplo duma democracia plena" ( Jornal APCEP 1983). Existe uma reprodução da organização da DGEA agora num campo associativo. Manuel Lucas Estevão dirigia assim a APCEP e António Inácio Nogueira é presidente da secção regional de Coimbra. Segundo Lucília Salgado, a APCEP era então vista como "a Direção-Geral no exílio" (Salgado 2014).

A APCEP organizou grandes debates sobre os temas da educação permanente como o Congresso Nacional de Educação de Adultos que teve lugar em Coimbra em 1985 e reuniu mais de 350 participantes. O nascimento da APCEP deve ser interpretado como uma vontade de prolongar as dinâmicas do PNAEBA *fora* do aparelho de Estado. O movimento associativo apareceu novamente como um pilar da continuidade de um projeto de educação popular, face a alterações políticas que emergiam no seio do aparelho de Estado.

As realizações do PNAEBA concentraram-se na alfabetização e nas aulas de educação de base. Entre 1980 e 1986, 8430 cursos foram assim organizados juntando 98017 participantes (DGAEE 1987). Em fevereiro de 1986, as equipas da DGEA publicaram um balanço das realizações do PNAEBA. Os autores avaliam

que 41% dos objetivos iniciais foram cumpridos (DGEA 1986). O PNAEBA foi caraterizado por uma forte vontade política de criar um novo aparelho de Estado para fortalecer a educação popular e a educação de adultos. A avaliação de 1986 mostra, no entanto, um enfraquecimento dessa vontade política nos anos a seguir.

## 2. A escolarização da educação de adultos

O abandono progressivo do PNAEBA passou pela reorganização da DGEA com a criação da Direção-Geral de Apoio à Extensão Educativa em janeiro de 1987. A educação de adultos e a educação permanente fora diluídas nesta nova estrutura que tinha também a seu cargo o ensino do português junto dos portugueses no estrangeiro. Em dezembro de 1988, uma nova mudança institucional criou a Direção-Geral de Extensão Educativa (DGEE), marca da instabilidade do projeto de educação permanente em Portugal. A educação popular conheceu um recuo com uma taxa de analfabetismo ainda de 15,3% em 1991 (Barreto 2000).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), de 14 de outubro de 1986 veio introduzir o conceito de educação extraescolar (Diário da República 1986). Segundo Luís Alcoforado e Sónia Mairos Ferreira, a Lei de 1986 "remeteu a educação de adultos para a periferia das suas prioridades, limitando a oferta a duas valências pouco adequadas" (Alcoforado; Ferreira 2011:14). Tratava-se assim de programas destinados "aos indivíduos que não tiveram a oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação"(Alcoforado; Ferreira 2011:14). A educação recorrente constituiu uma escola de segunda oportunidade e reproduzia os ciclos de formação da escola convencional.

Em fevereiro de 1991, um novo Decreto-Lei veio regular o ensino recorrente e a educação extraescolar. O objetivo de transformação da instituição escolar – ambição inicial do PNAEBA – deu lugar a escolarização da educação de adultos. A educação para os adultos foi então definida como um regresso à escola para aqueles que não tiveram oportunidade de realizar uma escolaridade completa. As associações, centrais nos mecanismos de educação popular, foram marginalizadas nestes processos. Para Lucília Salgado, "quando o Estado oferece Educação de Adultos controla-a dentro das formas com que forma as crianças. Não é por isso de admirar que o sistema de Educação Recorrente não tenha quaisquer processos emancipatórios" (Salgado 2012).

A modificação do projeto educativo foi também influenciada pela centralidade da formação profissional. Regulada por um Decreto-Lei em 1991, a formação profissional tomou um lugar cada vez mais importante nas formações para jovens e adultos. Segundo o programa de 1989 da DGEE – antiga DGEA, responsável pelo PNAEBA – tratava-se de "preparar para uma intervenção

dinâmica no mercado de trabalho ou para a criação de empregos alternativos" (DGEE 1989). O FAOJ conheceu uma evolução similar com a implementação de "bolsa de emprego jovem" no Verão de 1986.

O peso da formação profissional mostra uma alteração fundamental no projeto de educação permanente. Enquanto a educação popular tinha como objetivo a conscientização para a participação na transformação social, a formação profissional tinha de preparar a integração no mercado de trabalho. Um documento da DGEE refere assim um "processo de reajustamento" (DGEE 1990:22). A carga política da educação e da cultura foi posta de lado, substituída por uma adaptação à evolução do mercado de trabalho. A educação popular, como ferramenta de emancipação foi assim marginalizada. O objetivo do desenvolvimento económico substituiu a fundação de uma democracia participativa.

O processo de integração europeia acelerou a modificação do projeto educativo em Portugal. Após a adesão de Portugal à CEE, o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) foi aprovado em junho de 1990. Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) para o período 1990-1994, o PRODEP visava financiar projetos nas várias áreas educativas. O subprograma do PRODEP direcionado para a educação de adultos absorveu 6,7% dos financiamentos. Estes projetos eram vocacionados para "indivíduos que não completaram a escolaridade obrigatória" e a formação "visava as componentes de formação geral necessárias ao ingresso na vida ativa e ao desenvolvimento de capacidades para inserção profissional" (DGEE 1991:54). As políticas educativas europeias e os projetos financiados no âmbito do PRODEP tiveram também uma influência normalizadora para a educação de adultos. O objetivo económico de desenvolvimento de competências para o ingresso no mercado de trabalho superou a construção de ferramentas de participação política.

### 3. Um mundo associativo em crise

Durante este período de redefinição da educação de adultos no país, o movimento associativo conheceu profundas transformações. A institucionalização da animação conduziu à profissionalização do setor. A primeira formação superior de animação cultural foi criada na Cooperativa de ensino artístico Árvore I do Porto em 1986 (Lopes 2006). Segundo Rui Fonte, a criação de cursos conduzia a formação de animadores "a converter-se aos lugares habitados pela educação formal e a desocupar o espaço até então particularmente solícitos à Animação – o associativismo" (Fonte 2012:49).

A animação como ferramenta de conscientização parece perder a sua coerência global. Com o reconhecimento das formações superiores, os animadores eram cada vez mais profissionais da animação. O caráter militante da animação

ao longo do período revolucionário foi assim substituído. Em consequência, as associações como polos locais de animação, inseridas nas populações, são cada vez menos centrais. A animação tornou-se um conjunto de técnicas, substituindo muitas vezes, uma atitude política de participação democrática.

Os anos 1980 representam também um período de maior dificuldade para o movimento associativo, suporte do projeto de educação popular. Segundo dados da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), o número de criação de associações após 1985 foi muito mais reduzido do que no período de 1974 a 1985 (CPCCRD 2009). As dificuldades financeiras são reais, bem como a saída de alguns militantes das associações. Muitas associações populares entraram então numa fase que podemos qualificar de "hibernação" com a saída de animadores. Se muitas associações se mantiveram, as suas atividades eram então reduzidas, nomeadamente a função de convívio.

Em 1993, o Congresso Nacional das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto foi organizado em Almada. Juntando 385 coletividades nacionais, este "congresso da mudança" exprimiu a crise do movimento associativo no país, devido às mudanças na sociedade portuguesa e na falta de apoio do Estado e das autarquias. Durante o congresso, Fernando Barão declarou que "a evolução do movimento associativo está, nos tempos presentes, em verdadeiro declínio" (Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; Federação das Colectividades do Distrito do Porto de Educação, Recreio e Desporto 1995:33).

Existe também uma recomposição do movimento associativo em torno dos tempos livres. O desporto e as atividades culturais constituíram áreas de especialização das associações, pensados como centros de atividades para jovens e adultos. Estas grandes associações funcionam então na prestação de serviços de lazer. O envolvimento e a participação dos associados na vida democrática das associações é reduzida. Uma postura de utente ou até de cliente generalizou-se nestes centros de atividades de tempos livres.

No setor social, a criação do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em dezembro de 1979, uniformizou as atividades das associações. As atividades de solidariedade social tiveram como utentes privilegiados a pequena infância e a terceira idade, muitas vezes numa lógica assistencialista. A participação dos utentes na gestão destas estruturas era reduzida. O Estado apoiou a criação de tais estruturas para a prestação de serviços públicos. O aparecimento do estatuto de IPSS transformou as ações de numerosas associações, permitindo o acesso a um financiamento público através da especialização na ação social.

## Conclusão

Neste trabalho, seguimos a trajetória do projeto de educação popular em Portugal entre 1974 e 1986. A queda do regime salazarista permitiu a emergência de um projeto educativo e cultural alternativo. Este projeto pretendia construir ferramentas de participação e estava assente no movimento associativo então em pleno crescimento. Novas estruturas do aparelho de Estado, nomeadamente a Direção-Geral da Educação Permanente, tiveram um papel importante no apoio às associações de educação popular.

As associações aparecem como um pilar de continuidade deste projeto, enquanto o Estado se carateriza pelos recuos sucessivos. A experiência do PNAEBA comprova assim a centralidade do movimento associativo e a oscilação da vontade política dos vários governos. As transformações consequentes da adesão portuguesa à CEE aceleraram a mudança do projeto educativo em Portugal. A formação profissional e a educação recorrente tomaram o lugar de uma educação popular que se queria politicamente inserida, encerrando em si o fator de participação democrática.

Seguindo Maria de Lourdes Pintasilgo, pensamos o 25 de abril de 1974 como um "ato cultural" que passou pela mobilização e a participação das populações na definição do novo regime (Pintasilgo 1985:4). As associações de educação popular representam uma parte significativa das potencialidades educativas deste ato cultural.

## Fontes

### Publicações periódicas


Boletim Informativo das Forças Armadas (1975). "A função da Escola na construção da democracia portuguesa", 8 de abril de 1975.

Diário de Notícias (1982). "Verbas para alfabetização ficaram aquém do previsto – afirmou o director-geral da Educação de Adultos". 8 de setembro de 1982, 5.

Diário Popular (1981a). "Há dezassete meses. Plano de alfabetização à espera de um parecer". 28 de janeiro de 1981, 23.

Diário Popular (1981b). "No distrito de Guarda. Alfabetização comprometida". 31 de outubro de 1981, 26.

Intervenção (1979). "2º Encontro de Associações e Animadores Culturais", nº10, fevereiro 1979.

Jornal APCEP (1983). "Declaração de princípios", nº1. Maio de 1983, 1.

O Diário (1976). "Dr. Cardia soma e segue. 24 professores afastados dos Serviços de Alfabetização". 28 de setembro de 1976, 5.

O Século (1976). "O MEIC suspendeu toda a Direcção-Geral do Ensino Permanente". 1 de outubro de 1976, 4.

### Legislação

Diário da Assembleia da República (1978). 15 de novembro de 1978, I Série, 9, 94-95.

Diário da República (1979). Lei nº 3/79, de 10 de janeiro, I Sérdezembro, I Série, 300, 204-209.

Diário da República (1986). Lei nº 46/86, de 14 de 0utubro, I Série, 237, 3067-3081.

Diário do Governo (1974a). Decreto-Lei nº179/74 de 30 de abril, I Série, 101.

Diário do Governo (1974b). Resolução do Conselho de Ministros, 7 de outubro de 1974, I Série, 233, 1179-1180.

Diário do Governo (1974c). Decreto-Lei nº 594/74 de 7 de novembro, I Série, 259, 1342-1344.

Diário do Governo (1976). Decreto-Lei nº384/76 de 20 de maio, I Série, 118, 1142-1144.

### Entrevistas

Lucília Salgado (2014). Coimbra, 9 de janeiro (155 min) e 10 de março de 2014 (78 min).

Teresa Cunha (2013). Coimbra, 25 de outubro de 2013 (64 min).

## Bibliografia

ALCOFORADO, Luís; Ferreira, Sónia Mairos (2011). "Introdução Geral. Educação e Formação de Adultos: nótulas sobre a necessidade de descomprometer a Cinderela depois do beijo do Príncipe Encantado" in Educação e Formação de Adultos. Políticas, práticas e investigação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 7-20.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009). Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975). Lisboa: IELT-Colibri.

BARRETO, António (2000). A Situação Social em Portugal 1960-1999. Volume II. Lisboa: ISCTE.

BENAVENTE, Ana (1979). Objectivos, situações e práticas de educação de adultos de Portugal. Lisboa: Direcção-Geral da Educação Permanente.

BHOLA, H. S. (1986). Les campagnes d'alphabétisation. Étude de l'action menée par huit pays au XXe siècle et note à l'intention des décideurs. Paris: Unesco.

CALDEIRA, Reinaldo; Silva, Maria do Céu (1976). A Constituição Política da República Portuguesa de 1976. Lisboa: Bertrand.

CANÁRIO, Rui (2006). "Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal" in Lima, Licínio; Pacheco, José Augusto; Esteves, Manuela; Canário, Rui (2006). A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

CAUTELA, Afonso (1976). "Descolonização cultural – inovação pedagógica. Educação permanente e Poder Popular, condições para uma democracia em bom estado", *O Século*, 24 de fevereiro de 1976, 7.

CERTEAU, Michel de (1994). La prise de parole et autres écrits politiques. Paris: Seuil.

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (2009). Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal. Lisboa: Edição CPCCRD.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO; FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DO PORTO DE EDUCAÇÃO, RECREIO E DESPORTO (1995). Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Actas do Congresso. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CORREIA, José Alberto (2000). As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos. Porto: Edições ASA.

COSTA, Manuel Augusto Abrantes da (1998). Educação de adultos em Portugal em tempos de revolução. Contributo para a sua história. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

DIRECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO PERMANENTE (1979). Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos. Relatório de Síntese. Lisboa: MEIC.

DIRECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS (1986). A educação de adultos 1980/1985. Actividades da DGEA. Ponto da Situação. Lisboa: MEC.

DIRECÇÃO-GERAL DE EXTENSÃO EDUCATIVA (1989). Objectivos, programas, acções. Lisboa: ME.

DIRECÇÃO-GERAL DE EXTENSÃO EDUCATIVA (1990). Tópicos respeitantes a serviços de orientação e aconselhamento destinados a adultos. Lisboa: ME.

DIRECÇÃO-GERAL DE EXTENSÃO EDUCATIVA (1991). Educação de adultos, desenvolvimento e população desfavorecida. Lisboa: ME.

DIRECÇÃO-GERAL DOS DESPORTOS (1975). O desporto na actual sociedade portuguesa. Lisboa: MEIC.

FREIRE, Paulo (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FONTE, Rui (2012). A Formação de Animadores Socioculturais. Canas de Senhorim: Edição de Autor.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1974). "A educação permanente constitui o grande veículo da democratização", *O Século*, 14 de novembro de 1974, 8.

HAMMOND, John L. (1988). Building Popular Power. Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution. New York: Monthly Review Press.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; Pordata (2015). "Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e sexo". (http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517, 2017.03.05).

LIMA, Licínio (1986). Associações para o desenvolvimento no Alto Minho. Viana do Castelo: Cronos.

LINZ, Juan (2015). Autoritarismo e Democracia. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPES, Marcelino de Sousa (2006). Animação sociocultural em Portugal, Amarante: Intervenção.

MATOS, Lisete de (1979). Alfabetização e Educação de Adultos no período compreendido entre Abril de 1974 e a actualidade. Lisboa: DGEP.

MELO, Alberto (1975). "Reforma ou Revolução. Vão passar a coexistir duas concepções diferentes do ensino?", *Diário de Notícias*, 11 de Julho de 1975, 7.

MELO, Alberto (1976). "Descolonização cultural – inovação pedagógica", *O Século*, 23 de Fevereiro de 1976, 16-9.

MELO, Alberto; Benavente, Ana (1978). Expériences d'éducation populaire au Portugal 1974-1976. Paris: UNESCO.

OLIVEIRA, Maria Luísa Brandão Tiago de (2000). O Serviço Cívico estudantil (1974-1977). Estudantes e Povo numa conjuntura revolucionária. Lisboa: ISCTE.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1985). "Projectar Abril é…", Animador, 2, 4.

SALGADO, Lucília (2012). "A Educação de Adultos na sociedade de classes", O Direito de Aprender (https://www.direitodeaprender.com.pt/artigos/educacao-de-adultos-na-sociedade-de-classes, consultado em 2017.03.08).

STOER, Stephen; Dale, Roger (1999). "Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo de Revolução portuguesa", in Educação, Sociedade e Culturas, 11, 67-81.

# *In memoriam*
# Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues (1936-2016)

Maria Alegria Marques

Inesperadamente, no final do ano de 2016, o Centro de História da Sociedade e da Cultura perdia um dos seus mais antigos e mais ilustres membros, o Senhor Doutor Manuel Augusto Rodrigues.

Por sugestão da Senhora Coordenadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Doutora Irene Vaquinhas, coube-me a responsabilidade destas breves linhas em sua memória, tarefa que aceitei com gosto e com muita honra, pelo homenageado[1].

Oriundo de um meio rural, a aldeia do Espinheiro, na freguesia e concelho de Penela, e de uma família de forte crença e vivência religiosa, terminada a instrução primária (de cujo professor guardaria as melhores lembranças) na sua terra, Manuel Augusto Rodrigues foi orientado para a vida eclesiástica. Rumou ao Seminário da Figueira da Foz em 1946, onde se tornou clara a sua preferência pelo estudo das Humanidades, com um elevado pendor para a aprendizagem das línguas, latim incluído. Seguiu-se a frequência do Seminário Maior de Coimbra, durante três anos, durante os quais se acentuou o gosto pelo estudo das línguas e Humanidades, a que se juntaria a Filosofia. O Doutor Manuel Augusto Rodrigues recordaria esses anos com a referência a Mestres ilustres, dos quais realçava a figura de D. Manuel d'Almeida Trindade (mais tarde, bispo de Aveiro) e, com afectuoso carinho, o Senhor Professor Doutor António Nogueira Gonçalves.

A sua presença no(s) Seminário(s) não passou despercebida, a ponto de, em 1955, o então bispo-conde de Coimbra e arcebispo titular de Mitilene, D. Ernesto Sena de Oliveira, propor a sua ida para Roma, a fim de frequentar o curso de licenciatura em Teologia, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1959). Ainda na *Cidade eterna*, seguiu-se a licenciatura em Línguas Semíticas e Ciências Bíblicas, alcançada no Pontifício Instituto Bíblico de Roma (1960). O gosto pelos estudos bíblicos apurava-se. Em prova disso, Manuel Augusto Rodrigues seguia para mais longe, Jerusalém, onde, na École Biblique et d'Archéologie Française alcançou a distinção de "Élève titulaire" (1963). De par

[1] Não só fomos sua aluna no nosso curso de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, como tivemos a feliz honra de o suceder na cadeira n.º 28 da Academia Portuguesa da História. Além de que, nos últimos vinte anos, tivemos a honra e a felicidade de sermos acolhida na sua casa e na sua amizade; jamais esqueceremos a sua amizade e apoio, bem como de Sua Esposa, Senhora Dra. D. Alice Correia Godinho Rodrigues, em momentos menos bons da vida da nossa família.

e como que em saber aplicado (ou em busca dele), percorria o Oriente, Egipto, Turquia, Iraque, Pérsia, Síria, Líbano, Creta e Grécia, por entre lugares de ressonância bíblica. O tempo e os lugares iam fazendo dele um cidadão do mundo.

Regressado a Portugal, nesse mesmo ano de 1963 Manuel Augusto Rodrigues era convidado para professor extraordinário além do quadro da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para reger a cadeira de *História do Cristianismo*; em paralelo, era nomeado capelão da Universidade.

Ainda em 1963, e como corolário do seu percurso de estudos, começava a leccionar as disciplinas de *Exegese Bíblica* e *Hebraico* no Seminário Maior de Coimbra, ao mesmo tempo que era nomeado seu prefeito de estudos e lhe era incumbida a assistência eclesiástica do **C**(entro) **A**(cadémico) de **D**(emocracia) **C**(ristã).

Ficava, assim, traçado o rumo da vida do Professor Manuel Augusto Rodrigues, que o levaria ao Centro de História da Sociedade e da Cultura, razão destas linhas.

Com responsabilidades na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Manuel Augusto Rodrigues aceitou todos os desafios implícitos e, em 1975, doutorava-se em História da Cultura Medieval e Modern, com a dissertação *A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra: primeiro século (1537-1640)*[2]. Em 1978, era aprovado em concurso para Professor Extraordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, em 1980, também por concurso, ascendia a professor catedrático da mesma Faculdade.

Nela, havia de fazer frutificar os muitos e alargados ensinamentos que havia aurido por Roma e pelo Oriente, regendo cadeiras como *História da Antiguidade Oriental, Línguas e Culturas Árabe e Hebraica* (I e II), *História da Península Hispânica*, *História do Cristianismo* e *História Comparada das Religiões*, a que o tempo faria juntar outras muitas, como *História da Época Moderna*, *História da Cultura Portuguesa*, *Problemática de História de Portugal*, *História Cultural e das Mentalidades (séculos XIV-XVIII)*, *História da Universidade*. Daria ainda o seu saber ao Curso de Ciências Documentais, na disciplina de *Instituições e Documentos*, como o faria ao Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na orientação da disciplina de *Hebraístas Portugueses*, do Curso de Mestrado de História e Culturas Pré-Clássicas, ou na recém-criada Universidade dos Açores, onde, durante anos, regeu a cadeira de *História das Civilizações Pré-Clássicas*.

Entretanto, na senda dos estudos conducentes à sua dissertação de doutoramento, uma outra via se tinha aberto no seu espírito: a dos estudos sobre a Universidade, particularmente a de Coimbra, que o haviam de levar à lecionação de vários seminários, mormente sobre História da Universidade de Coimbra e da cadeira de História da Universidade e a outros voos, como veremos.

---

[2] Coimbra: [s.n.], 1974 (Coimbra: Imprensa de Coimbra).

Igualmente, o seu concurso para Professor Extraordinário havia de trazer ao de cima uma outra área de estudos que o Professor Manuel Augusto Rodrigues viria a desenvolver, a da História da Cultura e das Mentalidades na Época Moderna, matéria que não só o levaria a uma nova área de docência (como se viu), mas também o faria aproximar do Professor Doutor José Sebastião da Silva Dias, com quem haveria de construir uma longa e sólida amizade.

Entretanto, na Universidade, foi chamado a outras tarefas e responsabilidades, de que se destaca a de Director do Arquivo da Universidade, em 1980, lugar que ocuparia até 2003.

E, sobrevindo a data do centenário da fundação da Universidade portuguesa e a vontade da sua celebração, em boa hora foi nomeado, pelo então Reitor, Prof. Doutor Rui de Alarcão, pró-reitor da Universidade para as comemorações dos 700 anos da sua fundação (1990-1994).

No entretempo, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, fez parte do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA), de que foi secretário; com o Professor Doutor José Sebastião da Silva Dias esteve na fundação do Instituto de História e Teoria das Ideias, da *Revista de História das Ideias*, vindo a ser director de ambos; foi Presidente da Comissão Científica do Grupo de História, membro da Comissão Organizadora do Congresso sobre a História da Universidade (Março 1990). Ainda com o Professor Doutor José Sebastião da Silva Dias esteve no processo de transformação do antigo Centro de Estudos Históricos no Centro de História da Sociedade e da Cultura, no qual foi responsável científico da Linha 1.

Ainda na Universidade, fez parte do seu Conselho Social e do Conselho da Imprensa da Universidade e, por via das suas diversas funções, teve lugar na Comissão Consultiva do Instituo Português do Património Cultural e do Instituto Nacional de Arquivos, no Centro de Estudos Hebraicos das Universidades Portuguesas (cuja presidência ocupou), a Comissão encarregada da criação do Centro de Estudos Árabes das Universidades Portuguesas. Em funções universitárias, foi ainda membro da Comissão de Avaliação da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Português no primeiro e segundo ciclos (1998-1999 e 2001 -2002); foi ainda secretário da "Cátedra de Humanismo Latino" criada pela Fondazione Cassamarca de Treviso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O seu reconhecido saber e os seus interesses abriram-lhe as portas de reconhecidas e renomadas instituições nacionais e estrangeiras. Sem pretendermos a exaustão, diremos que foi, assim, em Portugal, membro da Academia Portuguesa da História, Academia das Ciências de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, enquanto, no estrangeiro, entrava em 21 instituições, de que destacamos, por todas, a Akademie des Volkes Gottes (Bad Tóltz), Associação Internacional «L'Islam et l'Occident», Centre d'Étu-

des Supérieures de la Renaissance (Tours), European Association for Jewish Studies (Oxford); École Biblique et Achéologique Française de Jerusalém, Görresgesellschaft (Colónia); Institut Dominicain d'Etudes Orientales (Cairo), Institut für Spätmittelalter und Reformation (Tübingen), Institut d'Histoire de la Réformation (Genebra); International Association for the History of the Religions; Pontifício Instituto Bíblico de Roma; Union Européenne des Arabisants et d'Islamistes; World Union of Jewish Studies (Jerusalém); Wurtembergische Bibelanstalt (Deutsche Bibelstiftung).

Apresentadas as linhas gerais do percurso académico do Doutor Manuel Augusto Rodrigues, abeiremo-nos da sua obra. Como docente, para além da lecionação das várias disciplinas que já indicámos, importa referir que participou em mais de uma centena e meia de júris e provas académicas, em Universidades portuguesas e estrangeiras, tendo tido a responsabilidade da orientação de diversos candidatos, nacionais e internacionais, ao grau de Mestre e de Doutor.

No domínio da investigação, o aspecto mais perene da vida de um professor universitário, a obra do Doutor Manuel Augusto Rodrigues percorre temas próprios, como é comum da condição. Neste campo, vamo-nos deixar guiar pelo nosso homenageado. Se, há muito, o tínhamos por pessoa muito prudente, com elevado sentido do efémero da vida, mas também do valor da memória, a última obra que lhe conhecemos, *Quodlibetica*[3], é, em si mesma, um resumo da sua vida pública, um guia para quem a queira conhecer. Apresenta-se organizada em três partes, *1ª parte: na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1963-2004); 2ª parte: no Arquivo da Universidade de Coimbra (1980-2003); 3ª parte: nas Comemorações do 7º Centenário da Alma Mater Conimbrigensis (1988-1994)*, que, ilustrando o trabalho de uma vida, encerram o que, de melhor, o seu Autor quis que dela persistisse na memória dos vindouros. É ela que iremos seguir, nesta nossa breve análise.

Temos, assim, os temas preferenciais da sua investigação: "relacionados com o humanismo, a reforma e a contra-reforma, as ciências bíblicas, as línguas semíticas, a história das religiões, o judaísmo e o islamismo, o diálogo inter-religioso e de civilizações e culturas, e a história da Universidade de Coimbra e das Universidades em geral"[4] que, ainda ele nos indica, se repartem por apartados temáticos específicos: *Sobre a Universidade de Coimbra* (*A Universidade no contexto da cultura medieval e humanística; A Universidade sob o signo da reforma e das luzes até à reforma de Pombal (1772)*; *Da Reforma de 1772 à República*; *Da República até ao presente*); *Hebraística e Judaísmo*; *Arabística e Islamologia*; *Interdisciplinaridade entre humanismo, ciências e eclesiásticas e diálogo de religiões. Culturas e civilizações*.

---

[3] Coimbra, s.n., 2009.

[4] Manuel Augusto Rodrigues, *ob. cit.*, p. 11.

Ainda seguindo as indicações deixadas pelo nosso homenageado[5], estes temas, bem diversos, foram contemplados em quase meio milhar de trabalhos publicados, desde títulos independentes, artigos em Revistas ou outras publicações científicas, a entradas em enciclopédias e dicionários[6]. Por eles e pela sua palavra dita, em congressos e colóquios os mais diversos e por relações com muitas universidades estrangeiras, foi longe, na internacionalização, levando o seu saber e o nome de Portugal a diversos lugares do mundo, pois que se acham informações sobre suas publicações ou intervenções em Portugal (desde os mais importantes centros de cultura, aos lugares mais distantes), Espanha, França, Alemanha, Áustria, Suíça, Bélgica, Inglaterra, Escócia, Itália, Holanda, Israel, Qatar, Bahrain, Iraque, Senegal, Canadá, Estados Unidos da América, China (Macau).

Adivinha-se que seria fastidioso enumerar as suas publicações! Contudo, seja-nos permitido indicar que, procedendo à análise dos títulos publicados, cruzando áreas e números, seguindo ainda o critério orientador indicado pelo Autor acerca das obras sobre a Universidade[7], temos que concluir pela publicação de 76 títulos sobre esta temática, ainda que nem todos de sua autoria ou de sua autoria única[8]. Se é verdade que a sua condição de Director do Arquivo da Universidade lhe dava um especial estatuto, a vários títulos, e lhe permitia o desenvolvimento de uma linha de publicações sobre o tema, se é verdade que o Doutor Manuel Augusto Rodrigues viveu um dos momentos da hodiernidade mais marcantes no que à história da Universidade diz respeito, as comemorações do seu sétimo centenário, em que teve a oportunidade – e cremos que o gosto[9] – de ser um dos protagonistas principais, como Pró-reitor para as citadas comemorações, também é certo e, talvez o mais importante de tudo, que a obra fez-se e está aí, como legado, à fruição de todos. A sua passagem pela direcção do Arquivo da Universidade de Coimbra em simultâneo com a sua condição de Pró-reitor para as comemorações do sétimo centenário da Universidade foi,

---

5 *Ob. cit*, p. 47.

6 Só neste *item,* contámos 247 entradas.

7 Na p. 13, onde inicia a enumeração das obras que publicou, e começando exactamente pela Universidade de Coimbra, indica: "São referidos os trabalhos sobre a *Alma Mater Conimbrigensis* que não foram editados pelo Arquivo da Universidade, pelo que uma secção deve ser contemplada com a outra".

8 Por vezes, mesmo, reedições de obras antigas, como os títulos de António de Vasconcelos, sobre a Universidade ou outros temas de Coimbra (Sé Velha, Isabel de Aragão) primeiro director do Arquivo da Universidade de Coimbra e também primeiro director da Faculdade de Letras da mesma Universidade, personalidade por quem o nosso homenageado nutria uma profunda admiração.

9 Veja-se que a matéria é o conteúdo da 3.ª parte da obra *Quodlibetica*, ocupando as páginas 201 a 362, o que equivale a quase metade do espaço da obra.

sem dúvida, um tempo brilhante da instituição, sob o ponto de vista das suas publicações e da partilha da riqueza do espólio à sua guarda com a sociedade[10].

Diga-se, porém, que sob a direcção e orientação do Professor Manuel Augusto Rodrigues, o Arquivo da Universidade de Coimbra não publicou apenas obras ligadas à Universidade. Coimbra, a sua diocese, os seus bispos, a sua *Rainha Santa*[11], são outros tantos temas presentes nas edições ou reedições do Arquivo da Universidade de Coimbra sob a direcção e orientação ou coordenação do Doutor Manuel Augusto Rodrigues.

Vai longa esta evocação; terminemos, que perante a obra, as palavras são demasia.

Para o Centro de História da Sociedade e da Cultura a figura do Doutor Manuel Augusto Rodrigues fica como a de um dos seus membros mais ilustres, o mais internacionalizado de todos, ousamos afirmar. Nos seus escritos e nas suas palavras, fica a figura de um Professor profundamente admirador da sua *Alma Mater* e preocupado com o seu futuro[12], um intelectual e um homem do seu tempo, de espírito ecuménico, inquieto com a ordem do mundo e a sua deriva[13].

Ao terminarmos esta breve nota, seja-nos permitido deixar testemunho de gratidão – pessoal e pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura – pelos horizontes que a caminhada na companhia do Senhor Doutor Manuel Augusto Rodrigues nos ajudou a rasgar.

Que o exemplo do seu trabalho, na exigência dos seus princípios de investigação e na sua proficiência, e a entrega ao Verdadeiro e ao Autêntico permaneçam connosco como incentivo e critério.

---

[10] Veja-se Quodlibetica, p. 110-122, as rubricas "Catálogos e exposições", "Conferências e Seminários", "Concertos", "Empréstimo de documentos para exposições no exterior".

[11] Referimo-nos concreta e especificamente às obras: *Livro Preto da Sé de Coimbra. Edição crítica. Texto integral.* Direcção e Coordenação de Manuel Augusto Rodrigues. Coordenação científica de Cónego Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999; *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*. Apresentação de Manuel Augusto Rodrigues e transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso. Coimbra: Arquivo da Universidade, 2003; António de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa) – Reprodução fac-similada da edição de 1891-1894.* 2 Vols., Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. Tudo isto sem esquecer a revivificação sustentada do *Buletim do Arquivo da Universidade*.

[12] Além de informar [em 2009] que dirigia "o projecto *Dionisianum* sobre a história da Universidade de Coimbra e das Universidades dos países membros da União Europeia e da Lusofonia", acrescentava que o mesmo projecto tinha como objectivo "a análise da situação actual do Ensino Superior e das perspectivas quanto ao futuro" (*Quodlibetica*, p. 11). Nós própria podemos testemunhar a sua proximidade com outro Mestre e pensador acerca da Universidade portuguesa (e do ensino superior português, de uma maneira geral), também um Mestre de Coimbra, o Professor Doutor José Veiga Simão.

[13] Tão bem expresso no estudo de alguns temas que, de alguma forma, anunciavam problemas candentes do mundo actual, como os problemas do ecumenismo, diálogo entre Ocidente e Oriente, a Igreja no mundo actual, etc. A este propósito são também importantes os muitos escritos que o Doutor Manuel Augusto Rodrigues deixou na impressa de Coimbra, mormente no *Diário As Beiras*.

# Recensões

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_18

**Nestola, Paola (2016). *San Giuseppe da Copertino: dall'estrema Puglia al Portogallo (secc. XVII-XIX)*.** Lecce: Edizioni Grifo. 286 pp., ISBN 97888699404439

A historiografia religiosa mais recente, partindo de fontes há muito conhecidas, documentais e iconográficas, tem vindo a explorar novas perspectivas de tratamento da santidade que apontam para a integração da dimensão antropológica da crença e do culto nas dinâmicas sociais, culturais e políticas das comunidades.

A obra de Paola Nestola, refletindo esta orientação historiográfica, convida à redescoberta da figura de frei Giuseppe Maria Desa (1603-1663), reatualiza a percepção histórica dos sinais prodigiosos atribuídos a San Giuseppe da Copertino (1753-1767) e desvenda os caminhos e os motivos de expansão do seu culto. A autora reuniu neste volume, editado com o apoio do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC), textos inéditos e artigos recentes publicados em revistas científicas e em atas de congressos. O livro é composto por uma esclarecedora introdução e por seis capítulos. Carece de uma sólida conclusão e de uma resenha bibliográfica final, instrumento de referenciação de indiscutível utilidade para o leitor. Anota-se ainda a ausência de um índice onomástico e toponímico de grande valia num estudo tão abrangente.

Distinguida pela Academia Portuguesa de História, em 2016, com o prémio História da Europa, a obra apresenta uma visão de conjunto do culto e da santidade de San Giuseppe da Copertino assente em três premissas fundamentais: a unidade da representação hagiográfica; o carácter polissémico da construção literária e memorial da santidade; e a função aglutinadora do culto.

De facto, a figura histórica do frade inicialmente venerado em Itália, na província da Terra de Otranto, ilustra, de forma muito singular, a relação dos homens e das mulheres com o sagrado na bacia do Mediterrâneo, durante a Época Moderna. A autora coloca a emulação hagiográfica e a ambição de santidade no seio da comunidade dos crentes. Mostra que a santidade fornece ideais de coesão e de identificação grupal e que na organização da fé, nas doutrinas e imagens do sobrenatural e de todos os aléns acessíveis e equilibrantes, a sociedade busca sinais e símbolos de imortalidade terrena e transcendente.

Portanto, o sentimento religioso, captado através de um estudo de caso, como aquele que se apresenta nesta obra, desempenha uma função essencial no processo de afirmação identitário da sociedade moderna. Ao aprofundar alguns traços colectivos de vivência da crença, a autora mostra que o fenómeno religioso não pode ser visto apenas como motivo de aspiração individual ou como matéria do domínio das igrejas. Está para além disso, ou seja, constitui um forte motivo de partilha e um veículo de comunicação imprescindível para a comunidade dos crentes. A este respeito evocamos, na linha dos trabalhos de Hans Belting, a per-

sistência de certas imagens sacras e o que nelas os homens e mulheres projetam de si mesmos ao longo do tempo. Apesar de se conservarem nos altares das igrejas, as figuras sacras, com a sua nudez ou com as suas vestes, com as suas coroas ou sem elas, com atributos milagrosos ou simplesmente como intercessores celestes, habitam o imaginário coletivo e alimentam o silencioso diálogo da fé dos homens. Por mais profunda que seja a tentativa de compreensão da imagética religiosa, ficamos quase sempre aquém do que é nomeado, porque dificilmente acedemos ao interior das experiências de sofrimento e redenção que são narrativamente descritas e reescritas nos relatos hagiográficos, nas relações de milagres ou nas memórias que suportam os processos de beatificação e canonização.

Neste domínio específico, a memória que o franciscano Manuel Dâmaso publicou em Lisboa, em 1755, atesta, de modo inequívoco, o incomensurável pano de fundo humano subjacente a tantas e tão variadas intervenções prodigiosas atribuídas ao beato Giuseppe da Copertino.

Neste livro, é importante reter que a saga narrada tem um nome terreno e um nome celestial. Primeiro nasce Giuseppe Maria Desa (1603-1663), numa comunidade rural de Terra de Otranto, na diocese de Nardò, que abandona o século para professar na ordem de S. Francisco. Depois da sua morte ergue-se o nome do taumaturgo, mais tarde designado San Giuseppe da Copertino, de acordo com o processo de canonização. Neste processo, o primeiro antropónimo é cindido e é-lhe acrescentado um outro elemento de identificação toponímico, Copertino. Apesar da colação beatífica ter principiado no século XVII, só no decurso século XVIII, aquele membro da família franciscana passa a integrar, de pleno direito, a galeria hagiográfica da região italiana "delle Puglia". É beatificado em 1753, por decreto pontifício de Bento XIV, e a cerimónia solene de canonização ocorre em pleno século das Luzes, em Roma, no ano de 1767, sob o pontificado de Clemente XIII. Mas antes destas datas eram já rastreáveis, em Itália e em várias regiões da Europa, as virtudes milagrosas que justificaram a rápida expansão do culto de Giuseppe da Copertino.

Sobre este ângulo de análise, é minucioso o estudo que Paola Nestola faz da biografia do frade franciscano, pulicada por Domenico Bernini, em Roma, em 1722, e reeditada, em Veneza, em 1753, com o título *Vita del servo di Dio fra Giuseppe da Copertino dell'Ordine dei Minori Conventuali*. É também exaustivo o modo como analisa o processo de canonização e como contextualiza a iconografia de San Giusepe da Copertino, iluminando os seus múltiplos sentidos a partir da matriz franciscana e antoniana, de Santo António dos portugueses. Nesta linha, a sua proposta historiográfica contempla tanto a territorialidade originária da devoção ao santo taumaturgo italiano quanto a universalidade do seu culto, conforme explicita nos capítulos I, V e VIII do livro.

Em Portugal, é sensivelmente a partir de 1755, o ano do grande terramoto de Lisboa, que se inicia a difusão do culto do beato "José de Copertino". Mais do que a catástrofe, o facto de o cardial Conti, núncio apostólico em Lisboa, ter sido

elevado ao pontificado com o título de Inocêncio XIII condicionou a boa aceitação daquele culto em terras lusas. Recorde-se que foi sob a égide deste pontífice que se acelerou o processo de beatificação de Giuseppe da Copertino. Dois anos depois de firmada a beatitude do antigo frade franciscano, a lógica de afirmação político-religiosa do novo pontificado de Bento XIV cruza-se com a necessidade de amparo e conforto espiritual dos fiéis depois do trágico terramoto de 1 de Novembro de 1755. Estes factores, de natureza diversa, terão influído no processo de expansão da santidade Giuseppe da Copertino de Itália a Portugal.

É também interessante destacar a similitude que se estabelece entre a representação antropomórfica do novo santo e a tradição imagética antoniana em Portugal. Neste aspecto, Paola Nestola afirma que o culto se particulariza, em Portugal, recorrendo a traços fisionómicos e físicos que não causavam estranheza. Por outro lado, sabe-se que o santo era conhecido pelo seus voos e singulares estado de levitação, traços que, na atmosfera tardo-barroca portuguesa, dialogavam, perfeitamente, com a singularidade das experiências aerostáticas do famoso padre Bartolomeu de Gusmão, que tanto espanto e expectativa causaram na corte portuguesa. Curiosamente, na mesma altura, triunfa, com Giuseppe da Copertino, a antecipação místico-religiosa da possibilidade de elevação física dos corpos no ar, com o óbvio reconhecimento de Roma. São paralelismos interessantes.

No plano da representação social prevalece, a par do tópico dos voos, a proteção dada por San Giuseppe da Copertino aos estudantes, a outros voos, os do conhecimento – atributo este mais vincado nas sociedades do norte da Europa. Estas metáforas mais elitistas de narração da santidade conjugam-se, como demonstra a autora, com outra matriz mais interclassista de configurar a caução espiritual de San Giuseppe da Copertino, que, no imaginário católico, acudia, de igual modo, a ricos e pobres, a homens e mulheres e a plebeus, clérigos e nobres atingidos, indistintamente, pelos pecados da gula e da luxúria.

Com estes atributos e particularidades, a figura de Giuseppe da Copertino apresenta-se como uma magnífica construção cultural, afeita tanto às exigências de espetacularidade do Barroco, quanto à necessidade de inscrição do ensino e do estudo metódico de novos saberes nas margens da religiosidade católica, também ela em franca renovação na Época das Luzes. Toda a magnífica e rebuscada imagem do santo voador se presta a sucessivas leituras e reactualizações, sendo a que resulta da assunção de Giuseppe da Copertino como herói cívico na sua terra natal uma das mais surpreendentes. Estes e outros aspectos, analisados pela autora, com recurso a abundante documentação, conferem enorme abrangência a um livro instigante e inovador no contexto da história religiosa.

*Ana Cristina Araújo*
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura
araujo.anacris@sapo.pt

**Villagrasa Elías, Raúl (2016). La red de hospitales en el Aragón medieval (ss. XII-XV).** Saragoça: Institución Fernando el Católico, 198 pp., ISBN 978-84-9911-380-7.

A obra em epígrafe corresponde à dissertação de mestrado de Raúl Villagrasa Elías, apresentada à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Saragoça, no ano letivo de 2013-2014, e orientada por Germán Navarro Espinach e Concepción Villanueva Morte, que assinam o prólogo da obra. O autor teve como principal objetivo apresentar um estudo geral sobre os hospitais de Aragão medieval, entre o século XII e os finais do século XV, como esclarece logo no início da introdução, ciente de que tanto o âmbito geográfico, como o cronológico são ambiciosos. No entanto, perante a clareza com que Raúl Villagrasa Elías define os seus objetivos mais específicos e no decorrer da leitura, percebemos que este era o caminho lógico a seguir.

O livro estrutura-se em dois grandes capítulos, para além da introdução e da conclusão: II. *La institución hospitalaria* e III. *La red de hospitales en el Aragón Medieval*. Estes, por sua vez, subdividem-se em múltiplos subcapítulos, evidenciando uma estrutura muito clara e adequada aos objetivos. Este rigor metodológico é logo visível na introdução, dividida, ela própria, em cinco subcapítulos, que nos permitem compreender o trabalho que está na base do estudo e que nos guiam na sua leitura. Depois de apresentar os objetivos, o autor faz uma contextualização historiográfica do tema, dando particular ênfase aos estudos aragoneses, nos quais recolheu grande parte da informação. Segue-se a descrição dos passos e metodologia de investigação, a saber, as hipóteses de trabalho, as formas de organização da informação coligida, quer na bibliografia, quer nas fontes, o processo de elaboração de cartografia e a tipologia de fontes inéditas consultadas.

No primeiro capítulo mencionado (II. *La institución hospitalaria*), Raúl Villagrasa Elías analisa a instituição hospitalária nas suas múltiplas vertentes. Começa por definir o conceito de hospital medieval, alertando para alguns aspetos historiográficos que podem limitar o estudo deste tipo de instituição ao longo dos séculos medievais. Entre eles contam-se a importância que tem sido dada aos grandes hospitais de finais da Idade Média, que não deve obliterar o papel desempenhado pelos de menores dimensões; a distinção entre o hospital atual e o medieval, exigindo da parte do historiador atenção na utilização do conceito; e a ênfase colocada no Caminho de Santiago, que, não obstante a sua relevância, não era o único percurso de peregrinação, nem tão-pouco os hospitais medievais se limitavam a receber peregrinos.

Esclarecido o conceito, o autor centra-se na fundação e desenvolvimento dos estabelecimentos hospitalares aragoneses, atendendo a quem promovia a sua criação e a quem os apoiava com fundos e intervinha na sua administração. Neste aspeto, são realçados os principais poderes civis e eclesiásticos (monarquia, Igreja, representada aqui pelo Papado e pela paróquia, e municípios) e a iniciativa leiga (nobreza e confrarias).

A obra continua com a descrição das pessoas que justificavam a existência dos hospitais e que os compunham, garantindo o seu correto funcionamento. Primeiro, é definido o grupo de indivíduos assistidos nestas instituições, distinguindo-se, desde logo, as várias categorias de pobres, de acordo com as condições económicas, as mentalidades, a idade, o género e o desenraizamento. De entre os vários grupos de assistidos, Raúl Villagrasa Elías optou por se focar no exemplo dos leprosos e dos pestíferos, ambos pertencentes ao grupo dos "doentes", e das crianças abandonadas e dos dementes, que agrupou sob a designação de "los inocentes". Em segundo lugar, são abordados os hospitaleiros e hospitaleiras, de quem a vida e funcionamento de um hospital medieval dependiam. Neste subcapítulo salienta-se o destaque dado ao papel da mulher como hospitaleira, tanto enquanto esposa do hospitaleiro, como exercendo essa função de forma independente, sobretudo nos séculos XIV e XV.

O capítulo termina com uma abordagem à questão do financiamento dos hospitais de Aragão. O autor recorreu a várias instituições de cidades como Huesca, Barcelona e Saragoça, entre outras, para exemplificar as diversas origens dos seus rendimentos, demonstrando que muitas delas subsistiam graças ao seu património imóvel e à venda de *censales*.

Na elaboração deste capítulo, Raúl Villagrasa Elías baseou-se, essencialmente, em bibliografia aragonesa, onde recolheu grande parte dos exemplos apresentados, complementados, não raras vezes, com informação proveniente das fontes compulsadas nos arquivos da região.

O último grande capítulo (III. *La red de hospitales en el Aragón Medieval*) corresponde à parte central da obra, pois nele se cumpre o objetivo de traçar a rede de hospitais de Aragão, ao longo da Idade Média. Neste sentido, o reino de Aragão foi dividido em oito regiões, correspondentes aos subcapítulos em que se divide o capítulo em análise. São eles: 1. *El Pirineo aragonés*, 2. *Aragón nororiental – La cuenca del Cinca*, 3. *Huesca y Monegros*, 4. *Las Cinco Villas, Borja y Tarazona*, 5. *Zaragoza, cabecera del Ebro*, 6. *Calatayud, Daroca y Comunidades de Aldeas*, 7. *El Bajo Aragón y las Cuencas Mineras* e 8. *Aragón meridional: Teruel, Albarracín y el Maestrazgo*. Todos seguem o mesmo esquema de análise. Para cada uma das oito regiões, Raúl Villagrasa Elías fez o levantamento de todos os hospitais, apresentando os dados que se conhecem, como data de fundação, invocação e outros elementos mais particulares, e estabelecendo oportunas relações com os espaços onde estavam implantados. Este último aspeto é especialmente visível

no primeiro subcapítulo. A geografia da região, montanhosa e de fronteira entre Aragão e os territórios franceses, determinou uma rede assistencial muito particular, de carácter transfronteiriço e composta por hospitais destinados, sobretudo, a viajantes, comerciantes e peregrinos.

O número de instituições inventariadas para cada região, ao longo de toda a Idade Média, varia entre as duas e as seis dezenas, estando, naturalmente, dependente de inúmeras condicionantes, como a dimensão e importância da área em estudo. Por exemplo, só para a cidade de Saragoça, capital do reino, foram recolhidas referências a quase trinta estabelecimentos hospitalares. Embora o autor tenha optado por apresentar todos os hospitais de uma região ou cidade ao longo dos limites cronológicos em estudo em vez de proceder a uma divisão por intervalos de tempo, a estrutura clara do texto, aliada a frequentes justificações, permite ao leitor ter em conta que, numa grande parte das vezes, as referências são raras e breves e que todas as instituições enumeradas não estiveram ativas em simultâneo, sendo muito comuns novas fundações e extinções.

Uma das mais-valias deste trabalho é a inclusão de um mapa e de uma tabela no final de cada subcapítulo. Em cada mapa estão representados os municípios da região em apreço que tiveram hospitais na época medieval, facilitando a apreensão da distribuição geográfica destes estabelecimentos assistenciais no reino de Aragão. Por sua vez, em cada tabela estão elencados todos os hospitais da região, agrupados por município, com indicação da invocação, data da primeira menção, que podia ser de fundação ou não, tal como assinalado na coluna seguinte, e referência documental ou bibliográfica. Neste caso, apenas consideramos que, dentro de cada município, as instituições deveriam ter sido ordenadas cronologicamente. Não obstante, estas tabelas são um complemento fundamental ao texto e de grande utilidade para o conhecimento de todos os hospitais medievais aragoneses.

Com uma escrita fluída e coerente, o livro de Raúl Villagrasa Elías apresenta-se como um bom contributo para a história dos hospitais medievais, tanto de Aragão, como do restante Ocidente europeu. A sua leitura permite estabelecer comparações, nomeadamente com a realidade portuguesa, podendo até desafiar-nos a colocar diferentes questões às nossas fontes.

*Ana Rita Rocha*
CHSC – Universidade de Coimbra
anarita.srocha@gmail.com

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_19

**Rodrigues, Ana Maria S.A., Silva, Manuela Santos e Faria, Ana Leal de coords. (2017). Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e cerimonial.** Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 978-972-42-5129-5

Do ponto de vista teórico, a divulgação histórica deveria ser o canal através do qual a evolução da investigação académica seria transmitida a todos aqueles que, em maior ou menor medida, se encontram distanciados das universidades e dos centros de investigação. Na prática, esse canal é controlado por editores e profissionais da comunicação, muitos dos quais nem sempre estão familiarizados com essa investigação, mas, em alternativa, consideram-se bons conhecedores daquilo que "o público" (os leitores, os ouvintes, os espectadores) "quer" (ler, ouvir ou ver). Inverte-se assim o processo e a divulgação (ato ou efeito de divulgar, de tornar conhecido do público, de publicar), que em vez de ser uma atividade de disseminação do conhecimento, acaba por ser um exercício – raramente lucrativo – onde os autores, previamente convidados ou convocados, têm de responder a determinadas perguntas. Geralmente importa pouco se essas perguntas fazem algum sentido do ponto de vista de um especialista, se através delas são colocadas questões de interesse ou se o que se procura tem relação com as investigações em curso.

Esta realidade condiciona muito o trabalho dos historiadores, porque limita as vias de comunicação com a sociedade e porque, ao fazê-lo, acaba por isola-los em espaços confinados, onde o diálogo é apenas entre pares. Também limita as suas tarefas e impede que existam perspetivas laborais alternativas, quer para eles, quer para as pessoas por eles formadas. Em consequência, faz deles uma comunidade sustentada quase exclusivamente com fundos públicos, que a sociedade nem sempre compreende e, muitas das vezes, considera inútil e obsoleta. No âmbito da edição, esta situação torna-se um problema especialmente grave. Dado que o historiador não pode mostrar o resultado das suas investigações sob a forma de um novo medicamento, um objeto ou um avanço tecnológico, porque a sua ferramenta – de trabalho e de comunicação – é a escrita, quando essa escrita é obrigada a responder àquilo que um editor considera que é divulgação, a maior parte das vezes não é apenas preciso adapta-la mas também submete-la a coordenadas, temáticas e formas que acabam por transformar o que o autor poderia – e gostaria de – transmitir, num discurso completamente diferente.

Neste contexto, prejudicial não só para o "grémio dos historiadores" mas também para a sociedade da qual fazem parte, há notáveis exceções; e as iniciativas do Círculo de Leitores são um bom exemplo. Com as coleções de biografias

de reis e rainhas, a editora mostrou que é possível "libertar" os especialistas dos constrangimentos impostos e, no entanto, publicar textos acessíveis e de interesse para um conjunto de leitores amplo e não definido. Textos que são, aliás, um contributo para o âmbito científico e um exercício de autorreflexão historiográfica. A monarquia permitia delimitar uma cronologia concreta, que abrangia e determinava um período, simultaneamente vasto e delimitado, da história portuguesa. Possibilitava, aliás, revisitar essa história desde uma perspetiva – aquela que caracteriza o discurso histórico mais tradicional, a da história "historizante" oitocentista – mais reconhecível para as pessoas não relacionadas com a investigação histórica. Paralelamente, para os autores, a temática servia de pretexto para refletirem sobre as suas próprias perspetivas, a sua relação com o passado que estudam, a sua maneira de observa-lo, analisa-lo e descreve-lo.

Através desta nova publicação, *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e cerimonial*, o Círculo de Leitores reforçou, e dalguma maneira 'casou' simbolicamente, as duas coleções anteriores. A obra, dividida em dois volumes de mais de quatrocentas páginas cada um, com um total de vinte artigos e dezassete autores, desenvolve um único discurso, que é sintetizado nas páginas introdutórias. Fala-se nelas de como, até agora, não existia "nenhum estudo de conjunto sobre os casamentos da Casa Real portuguesa", embora existissem "muitas análises sectoriais e sobretudo bons instrumentos de trabalho". A gravidade desta lacuna bibliográfica ressalta a importância do seu preenchimento. Acentue-se que analisar os casamentos é estudar a família e, em consequência, os laços, os relacionamentos, os filhos, a sucessão; e todos estes elementos são essenciais para a monarquia, que em essência é o depósito do poder numa família. Para um membro da família real, casar significava abrir uma via para possibilitar a continuidade – hoje chamada – dinástica. Paralelamente, casar era também contribuir para o fortalecimento da rede político-familiar que formava o conjunto de monarquias europeias. Por último, casar era – e ao longo da história portuguesa há vários exemplos – criar um vínculo como uma outra entidade geopolítica para manter a independência da própria.

Na sessão de lançamento deste único livro, dividido em duas partes, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no dia 23 de fevereiro do presente ano, a singularidade da obra foi destacada. Ao longo das intervenções de Luís Miguel Duarte e de Ana Paula Avelar foi sublinhada a unicidade do texto; mas também foi assinalado como os volumes agrupam um conjunto de trabalhos variados, organizados numa ordem cronológica, que analisam aspetos muito precisos e aproximam o leitor a diversas temáticas: os estudos de género e os estudos sobre as mulheres; a história da diplomacia e a história da política externa; os estudos de corte e a análise das cerimónias; a história das emoções; a história das sepulturas; a história do que poderia ter acontecido mas

não aconteceu. São, assim, tratados não apenas os casamentos e os elementos ligados a eles de maneira direta (negociações, embaixadas, mediações, contratos, dotes, cerimónias, festas), mas também questões que se relacionam com as uniões matrimoniais da família real e ajudam a compreender melhor a história da monarquia como instituição, bem como a história de um país que se formou como – e durante muito tempo foi – um reino.

Importa salientar que o livro é o resultado, e a materialização em papel, de um encontro científico, de duas sessões, realizado na mesma Faculdade de Letras em 2011 e 2013. Com esta publicação se mantem, portanto, aberta essa porta que permite à sociedade comunicar com o mundo científico-académico, sedeado fundamentalmente nas universidades. Trata-se de uma porta necessária, que deve permanecer aberta. O apoio da editora e a sua capacidade de distribuição são, neste sentido, fulcrais. Fazer chegar ao público não académico, não apenas os factos, a informação, o discurso atualizado do relato historiográfico desde a perspetiva do presente, mas também os enfoques e tendências da historiografia atual, o que se faz na academia, é positivo para os historiadores, para as editoras e para a sociedade. O que restaria para concretizar esse panorama ideal, e bastante utópico quando observado desde o presente, era o apoio estatal e o reconhecimento destas atividades divulgativas no âmbito científico. Infelizmente, hoje em dia, a divulgação é ainda pouco respeitada. Tudo o que se relacione com ela é valorizado na teoria, mas muito desconsiderado na prática, e tomado como de pouco peso – quando não conotado como negativo – nas avaliações dos méritos científicos. Publicações como *Casamentos da Família Real Portuguesa* são fundamentais para que esta situação acabe por mudar, o que irá de facto transformar o papel da historiografia atual na sociedade.

Covadonga Valdaliso Casanova
CHSC – U. Coimbra / CHUL – U. Lisboa
covaldaliso@gmail.com

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_20

**Moliner Prada, Antonio (2016). *Episcopado y Secularización en la España del siglo XIX*.** Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 211pp., ISBN 978-84-490-4487-9.

Este livro permite-nos conhecer a leitura que os bispos espanhóis, ao longo do século XIX, iam fazendo das alterações comportamentais verificadas nas suas dioceses, em consonância com o processo de secularização resultante do avanço das doutrinas liberais. O seu autor, professor titular da Universitat Autònoma de Barcelona, com uma importante obra incidindo sobre temas de História Contemporânea, conhece bem os conflitos e as tensões que se foram gerando no interior do campo católico em Espanha, frente ao ímpeto de ideias que, exaltando a liberdade (com particular ênfase para a liberdade de consciência) punham em causa a tradicional aliança entre Trono e Altar. Dos muitos livros publicados anteriormente por Moliner Prada destaco *Felix Sardà i Salvany y el integrismo en la Restauración*, editado em Barcelona em 2000, onde analisa a corrente católica integrista em torno do pensamento e da acção do padre e publicista Felix S. (1841 – 1916), autor, entre muitos outros textos, do polémico opúsculo *El Liberalismo es pecado* que, ainda no seu tempo, foi traduzido em diversas línguas, entre as quais a língua portuguesa.

Quanto ao estudo em causa – *Episcopado y Secularización* ….- Moliner Prada utiliza como fontes essenciais os relatórios que os bispos diocesanos entregavam na Santa Sé por ocasião das deslocações periódicas que faziam a Roma, em visita ao Papa. Quando não era possível realizar a visita – o que acontecia frequentemente -, a entrega do relatório era efectivada por um procurador devidamente credenciado. O autor não se limita a apontar sínteses dos relatórios, vai acompanhando o processo evolutivo da secularização, quase imperceptível nos séculos anteriores à Revolução Francesa, essa revolução que ocupa um lugar central no percurso de emancipação da sociedade civil frente à Igreja Católica, impulsionando os anseios de liberdade, sentidos especialmente nos diversos países de maioria católica. Compreende-se, por isso, que a França seja a grande referência na obra em análise.

A Igreja não estava preparada para o combate. O autor mostra-nos um clero tradicionalista, incapaz de elevar espiritualmente o conjunto de fiéis que, na sua maioria, se limitavam a uma religiosidade externa. Reconhece mesmo que a Igreja Católica não teve um papel dinamizador na sociedade espanhola, antes foi a reboque dos acontecimentos. Sem a protecção estatal, ao contrário do que sucedia no passado, não conseguiu encontrar as armas eficazes para resistir aos movimentos de contestação ao seu poder, ao longo de um século marcado por perturbações políticas e ideológicas. Tais movimentos traduziam-se, num pri-

meiro momento, essencialmente no combate às congregações religiosas – com a desamortização dos seus bens -, assim como no enfraquecer da protecção do Estado (que, entre outras falhas apontadas pelos prelados, não combatia um alegado desregramento nos costumes); num segundo momento, as lamentações alargam-se perante a propagação de outras correntes religiosas (que diligenciavam captar os seus fiéis infringindo o anterior monopólio católico) e frente ao crescer do positivismo, da maçonaria, do krausismo, ao avanço do socialismo e do anarquismo… O processo de rompimento entre Estado / Sociedade e Igreja não acontece de forma homogénea ao longo do século. Os grandes cumes na separação (frequentemente mencionados nos relatórios) são a ocupação francesa (1808-1814) com a guerra da independência (acontecimentos que provocaram em muitos locais a desorganização da vida religiosa); o triénio liberal de 1820 a 1823; a I guerra carlista (1834-1839), com surtos de violência extrema, evidenciada no assassínio de frades e na destruição de conventos; o período subsequente à revolução de 1868 integrando a experiência republicana de 1873 a 1874, conhecido como o *Sexénio Revolucionário* em que a nova constituição reconhecia a liberdade de culto. Enredadas nos conflitos, as guerras carlistas – que, durante décadas, flagelaram Espanha -, iam alimentando clivagens e, no sector mais tradicionalista, a esperança na vitória antiliberal. Numerosos bispos comprometeram-se com esta causa que, a seus olhos, favoreceria os interesses da Igreja, o que inflamava, sobretudo nas regiões mais permeáveis às novas ideias, a hostilidade para com aquela instituição.

Entre estes períodos de maior virulência os ânimos acalmavam um tanto e alguns bispos, aparentemente, recobravam alento, esperançados num regresso aos "bons velhos tempos". Isto parece claro a partir de 1845 e, mais tarde, na sequência da restauração bourbónica, não obstante as recriminações contra a constituição de 1876 que, embora definindo que a religião católica era a religião do Estado, determinava que ninguém poderia ser incomodado pelas suas crenças, conquanto só aos católicos fossem consentidas manifestações de culto públicas.

Os relatórios episcopais permitem sentir, para lá do desânimo ou da esperança, o conservadorismo da grande maioria que persiste na defesa do princípio de que o poder de Deus se sobrepõe ao poder político e que este tem, acima de tudo, o dever de proteger a Igreja Católica. Daí que sejam comuns as recriminações à liberdade, na medida em que tolerava as ideias estrangeiras susceptíveis de corromper os *sãos* costumes tradicionais. Em alguns relatórios, respeitantes às primeiras décadas, sente-se a nostalgia pelos tempos da Inquisição que exercia vigilância sobre as doutrinas e os costumes, bem como a ingénua ilusão de quem pensa travar os rumos da modernidade. São olhares subjectivos, por vezes optimistas, por vezes pessimistas, por vezes com interpretações contraditórias em relação ao parecer do prelado imediatamente anterior. Como o autor adverte,

não se pretende mostrar a visão de toda a Igreja, apenas as opiniões dos bispos. Aliás, não se pode afirmar que existisse coesão no seio do clero espanhol, pois numerosos padres (até mesmo bispos) conseguiram conviver harmoniosamente com governantes mais *progressistas*. O clero estava sulcado por divergências, desde os liberais aos conservadores que, por sua vez, tinham atitudes mais ou menos intransigentes na sua avaliação do mundo moderno.

Ao percorrer as páginas deste livro, em inúmeras ocasiões tive a sensação de me encontrar "em casa", tantas as similitudes entre espanhóis e portugueses, quer nas lamentações volvidas ao poder central pelos responsáveis católicos, quer nos recursos usados ou sugeridos para tentar travar o movimento de emancipação do Estado e da sociedade em relação à alçada religiosa. Nos anos trinta os dois países ibéricos são rasgados por guerras civis que ameaçam o poder da Igreja Católica. De um e de outro lado da fronteira, carlistas e miguelistas sentiam que a causa era comum e, mesmo depois de assinada a paz (1834 no caso português) continuavam a unir esforços, ignorando limites fronteiriços. Os eclesiásticos (portugueses ou espanhóis) tinham um papel activo incentivando os combatentes quando não participavam de forma directa. Dada a proximidade entre esses povos de fronteira, haveria certamente trocas de opiniões, influências nos modos de pensar, que seria interessante conhecer. (Por exemplo, num relatório dos primeiros anos do século XIX o bispo de Ciudad Rodrigo julgou dever explicar que, por sua actuação vigilante, conseguira extirpar as doutrinas jansenistas chegadas à diocese através do oratoriano português António Pereira. Mas, para épocas seguintes os resumos dos relatórios nada adiantam, embora se refira, em casos muito pontuais, a procura de refúgio em território português de prelados que se sentiam inseguros em Espanha).

Tendo embora em conta a subjectividade das avaliações dos prelados, é compreensível que as cidades fossem mais permeáveis às novas ideologias do que os povos mais isolados; do mesmo modo, as cidades portuárias, com estrangeiros instalados ou simplesmente de passagem, estavam mais sujeitas a influências externas do que as do interior.

Contudo, apesar dos embates, apesar da idealização do passado e dos lamentos dos bispos perante o avanço das novas ideias, na primeira metade do século a maior parte dos críticos da Igreja não pretende prescindir da Igreja Católica (o que aconteceu igualmente em Portugal). A importância do catolicismo na sociedade e, mesmo o carácter confessional do Estado, mereciam consenso. Menos consensual era a avaliação em torno da atitude da Igreja, ao pretender manter prerrogativas que facultavam o domínio das consciências, através do ensino e da censura a livros e jornais.

O suceder dos anos e das gerações carreará novos problemas para os líderes católicos. Se, nas primeiras décadas, as queixas incidem em grande parte na perda dos privilégios mais visíveis, porque envolviam o lado material, numa fase poste-

rior deparamos com atentados à sua função espiritual. O protestantismo (mais tarde o espiritismo), o positivismo, a maçonaria, o socialismo e o anarquismo – com novas leituras do mundo e da vida, com promessas de amanhãs risonhos – exigiam a procura de novas soluções. Embora os remédios apresentados fossem variando, o cuidado com o maior esplendor nas cerimónias cultuais (visando mais a emoção do que a razão), é comum às diversas épocas. Para lá da grandiosidade nas festas religiosas, as missões populares e a publicação de pastorais diligenciam proporcionar aos fiéis uma fé mais interiorizada e consciente; cresce a atenção quanto à imprensa católica, incrementam-se os exercícios espirituais, nascem novas associações religiosas (Apostolado da Oração, Filhas de Maria …). Contudo, através dos textos constata-se que os bispos acreditavam pouco no seu poder de convencer, cientes de que, sem o auxílio do Estado, disposto a castigar os recalcitrantes, os resultados seriam diminutos. A partir dos meados do século, quando o incremento industrial conduziu ao aumento das migrações do campo para a cidade, numerosos prelados foram actualizando os discursos, interessando-se por projectos de natureza social. Implementaram associações de socorros mútuos, bancos agrícolas, escolas dominicais e nocturnas para operários e operárias. Isto ainda antes da publicação da célebre *Rerum Novarum*.

Estamos em presença de disposições que nada têm a ver com a tão celebrada tríade da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), antes insistem no valor da caridade cristã como solução para o problema social, o que é bem visível, por exemplo, na *Sociedade dos amigos dos operários, destinada à instrução e auxílio dos operários pobres*, em Barcelona. Nas associações desta natureza os católicos mais afortunados materialmente eram chamados a desempenhar um relevante papel na elevação espiritual e material dos correligionários dos estratos mais baixos. Tais iniciativas não significam que, ideologicamente, os seus promotores se tenham conformado com o liberalismo. Com alguma frequência verifica-se até que as preocupações com os aspectos sociais partem de bispos intransigentes para com as novas ideias.

Não obstante o tom negativista de muitos relatórios, típico de quem tem uma visão pessimista dos homens, aparentemente não haveria motivos sérios para preocupações. De um modo geral, mesmo no virar do século XIX para o século XX, são numerosos os relatos que mostram populações fortemente marcadas por um catolicismo muito arreigado (embora possamos questionar a profundidade desse catolicismo). Tal realidade revela a força da resistência aos argumentos dos que apostavam na secularização da sociedade – ou talvez melhor, na descristianização -, imprescindível, a seus olhos, para que o país alcançasse a modernidade. Essa resistência é susceptível de conduzir, no outro lado da fronteira ideológica, ao exacerbar de um anticatolicismo militantemente extremista, passível de atingir altos níveis de violência.

Assim, à luz do conhecimento proporcionado por diversos episódios da história do século XX, o livro de Antonio Moliner Prada pode ajudar a entender o entrosamento da questão religiosa com a questão social – tão importante na história das mentalidades – nas diversas regiões de Espanha e, mesmo, em todo o espaço peninsular.

Maria Lúcia De Brito Moura
CEHR/UCP
eumariluc@gmail.com

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_21

**Souza, José Antônio de Camargo R. de; BAYONA AZNAR, Bernardo (2016).*Igreja e Estado*: Teorias Políticas e Relações de Poder no Tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334).** Braga: Axioma, 427 pp., ISBN 978-972-697-252-5/DOI; 10.17990/Axi/2016_9789726972518.

Os professores José Antônio de Camargo R. de Souza, Un. Federal de Goiás/Un. do Porto e Bernardo Bayona Aznar/Un. Zaragoza, juntamente com os investigadores Gregorio Piaia/Un. de Pádua, Luís Alberto De Boni/Un. do Porto, Johnny Taliateli do Couto/Un. Federal de Goiás, José Maria da Silva Rosa/Un. da Beira Interior, Armênia Maria de Souza/Un. Federal de Goiás, Esteban Sarasa Sánchez/Un. Zaragoza, José Jivaldo Lima/Un. Federal de Goiás brindam-nos nessa obra com a publicação de profícuos estudos, bem como com a tradução de alguns dos principais documentos escritos durante os pontificados de Bonifácio VIII (1235-1303) e João XXII (1249-1334). Os autores também trazem a lume documentos produzidos por seus principais antagonistas, quais sejam: Filipe IV (1268-1314) rei de *Frância* (a fim de não cometer anacronismo, o termo adotado pelo autor para designar o reino da França à época é *Francia*) e Luís IV (1282-1347) da Baviera, enfocando a celeuma entre as relações de poder e a teoria política na Idade Média.

Na presente publicação, o leitor interessado no tema poderá, ainda, ampliar seus conhecimentos a partir do que foi anteriormente tratado por José Antônio de C. R. de Souza e João Morais Barbosa, no IV capítulo de *O Reino de Deus e o reino dos homens: As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média, (da Reforma Gregoriana a João Quidort),* Porto Alegre, EdiPUCRS, 1997 e Bernardo Bayona Aznar que publicou, *Religión y poder. Marsilio de Padua,* ¿La *primera teoría laica del Estado*?, Biblioteca Nueva/Prensas Universitárias de Zaragoza, 2007.Também examinando temática conexa, José Antônio de Camargo R. Souza publicou *As relações de poder na Idade Média Tardia: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais, e Guilherme de Ockham*. Porto Alegre: Est, 2009, livros estes que se articulam com a presente obra, que verticaliza algumas das reflexões atinentes a esse campo. Esse lançamento tem, entre outros objetivos, instigar o estudioso à análise das diferentes ideias sobre o poder temporal e espiritual, no contexto das querelas envolvendo os referidos papas e seus adversários.

Nesta obra, as Fontes ocupam espaço privilegiado, precedidas por dois capítulos introdutórios que apresentam uma contextualização dos personagens Bonifácio VIII (Parte I) e João XXII e dos seus principais oponentes (Parte II). Os demais capítulos correspondem à documentação produzida durante o pontificado destes dois papas, encabeçados por uma breve crítica interna, sugerindo

temas de investigação para pesquisadores que se interessem por tal temática. Os textos arrolados foram escritos por distintos pensadores, alguns deles identificados, outros anônimos, tendo em comum a reflexão sobre aspectos do poder espiritual ou do poder temporal no período aqui considerado.

Importante ressaltar que o arcabouço retórico e a fundamentação argumentativa de ambos os discursos estão ancorados nas Sagradas Escrituras, na Patrística, nas filosofias neoplatônica e aristotélica e nos direitos canônico e romano.

O livro está organizado em duas partes, acrescidas de uma rica apresentação com informações relevantes acerca da importância do tema e das investigações que vêm sendo feitas e publicadas nesta subárea do conhecimento. A primeira parte, contendo seis capítulos, trata do conflito político-ideológico entre o Papa Bonifácio VIII e Felipe IV da *Frância*. O conceito chave, hierocracia, que norteia as análises, está relacionado à conceção de que o Sumo Pontífice detém o poder pleno sobre as esferas espiritual e temporal na Cristandade. No entanto, a presente obra destaca que, mesmo no interior da Igreja, tal conceção não representou unanimidade no pensamento cristão nos séculos XIII e XIV. Em face desse ideal, no primeiro capítulo, Luís Alberto De Boni, após uma breve exposição conceitual da noção de *plenitudo potestatis* e da atuação política de todos os papas do século XIII, discorre sobre a trajetória política de Benedetto Caetani até ascender ao Papado e, posteriormente, analisa minuciosamente sua atuação, em particular a querela entre ele e Felipe IV, bem como o protagonismo de seus respetivos assessores. Salienta, por exemplo, o papel dos ex cardeais Colonna, que tentaram levar Bonifácio VIII a julgamento em *Frância* e a invalidar sua eleição pontifícia, sob a acusação de ter forçado a renúncia de seu antecessor, Celestino V (1294) e tê-lo mantido prisioneiro no castelo de Fumoni, na cidade de Agnani, até sua morte, em 19 de maio de 1296.

Os capítulos que se seguem à Parte I são dedicados sequencialmente aos seguintes aspectos: capítulo dois, de Johnny Taliateli do Couto, reporta-se ao *Antequam essent clerici,* opúsculo anônimo produzido na corte de Filipe «O Belo», em resposta à bula *Clericis laicos* e à bula *Ineffabilis amoris dulcedine,* e em defesa do direito do rei franco a legislar para o seu reino, principalmente em caso de necessidade de tributar os clérigos e as suas propriedades (essa tributação estava proibida por alguns cânones, promulgados por Inocêncio III durante o IV Concílio de Latrão, 1215); o terceiro capítulo, escrito por José Antônio de C. R. de Souza, discorre sobre a noção de *Plenitudo Potestatis Papalis,* isto é, sobre o poder pleno do Sumo Pontífice, explicitada por Tiago de Viterbo (1255-1307), no capítulo nono da segunda parte do seu tratado *Sobre o governo cristão*; o quarto capítulo, de autoria de José Maria Silva Rosa, contempla o tratado *Rex Pacificus*, de autoria anônima, o qual contém um «elogio à realeza» e ao seu poder; o quinto capítulo, elaborado por José Antônio de C.R. de Souza, examina a *Quaestio in Utramque Partem*, texto anônimo e sem datação expressa, que

defende a tese de que os poderes temporal e espiritual são distintos e visam a fins diversos; logo, por essas razões, nenhum deve intervir no âmbito de atuação do outro.

Finalizando esta parte, Esteban Sarasa Sánchez discorre sobre o governo de Jaime II de Aragão (1291-1327), irmão da rainha Santa Isabel de Portugal, salientando, entre outros aspetos, um desdobramento do tema central do livro, a supressão dos Templários, em seu reino, imposta por Clemente V(1305-1314), sob o «jugo» de Felipe IV, e outras questões políticas, não menos importantes, como a criação do Estudo Geral de Lérida e a devolução da Sicília a Bonifácio VIII, em troca da Sardenha e da Córsega.

A segunda Parte está organizada em cinco capítulos e segue a mesma dinâmica da Primeira. Dedica-se ao período de João XXII, cujo pontificado foi marcado por uma contenda com Luís IV da Baviera, semelhante àquela sob Bonifácio VIII e rei franco, em relação à *plenitudo potestatis papalis*. No capítulo primeiro, Armênia Maria de Souza faz uma introdução ao tema com uma explanação sobre o contexto da Cristandade no início do século XIV e a trajetória de Jacques Duèse de Cahors, que se tornou o papa João XXII, em 1316, após a realização de um conclave, perpassado por conflitos e reviravoltas políticas no Sacro Colégio entre os cardeais italianos, gascões e franceses. As divergências entre o Sumo Pontífice e os frades Menores culminaram na condenação dos *Espirituais* como hereges. Por fim, a obra examina as afirmações contraditórias de João XXII, acerca da *visão beatífica*, ao afirmar «que as almas dos fiéis defuntos, inclusive as dos santos, só iriam fruir da vida eterna e ver Deus, face a face, somente após o Juízo Final».

O embate entre os poderes espiritual e temporal, reiterado no capítulo dois, se inicia com o *Cunctos Populos*, decreto de deposição do Papa João XXII, por iniciativa de Luís IV da Baviera. A explicitação do documento, elaborada por José Antônio de C. R. de Souza, contextualiza o confronto entre o papa e o imperador, detalhando os aspetos formais e de estrutura da fonte documental. As principais acusações nela contidas são de heresia, relacionada à propriedade e à pobreza evangélica, baseada na afirmação de «que Jesus e os Apóstolos não foram totalmente pobres», o que, certamente, alimentou querelas à época de sua veiculação.

O capítulo terceiro, é da autoria de Bernardo Bayona Aznar, analisa *O Tratado sobre o Governo Temporal* do menorita Francisco de Mayronis (1285-1328). A política defendida nesse tratado centra-se na doutrina da plenitude do poder papal e reafirma a subordinação do poder temporal ao espiritual. O quarto capítulo, também redigido por Bayona Aznar, analisa a *Confutação dos Erros de Alguns Mestres*, de autoria do carmelita Guido Terrena (1270-1342), que refuta as "heresias" de Marsílio de Pádua acusando-o de defender ideias contrárias à hierocracia e com fundamentação nos Evangelhos e na Patrística. Afirma que

Marsílio «[…] tinha se posto ao serviço de um inimigo político e militar, tão poderoso como o Imperador, algumas teses corrosivas do Papado […]».

O quinto e último capítulo, de José Jivaldo Lima, trata do opúsculo *De Potestate Ecclesiae*, cuja tradução para o português é inédita e a autoria não identificada. O documento possui como principal fonte as Sagradas Escrituras e pressupõe a ideia de que a Igreja precede os reinos e impérios, pois a criação destes é atribuída pelo autor anônimo a Nemrod e associada à idolatria; portanto, o gládio espiritual seria superior ao temporal. A tese fundamental do opúsculo é a de que a Igreja, na pessoa do Sumo Pontífice, detém o poder temporal e espiritual desde a sua gênese. A originalidade desta fonte, conforme Lima é a fundamentação da hierocracia exclusivamente nas Escrituras Sagradas, a qual tem como objetivo «a salvação dos fiéis e a beatitude celeste».

Diante do ineditismo e da envergadura dos documentos e temas aqui tratados, reiteramos que a seleção de estudos reunida neste livro possui uma relevância fundamental para a continuidade das investigações acerca da Política e Relações de Poder na Idade Média. Ademais, esse livro instiga e incentiva, sobremaneira, os novos pesquisadores, particularmente pela tradução do latim para o português das Fontes, acrescidas de uma prévia análise documental, apontando inúmeras perspectivas de pesquisas.

Nezivânia Xavier Freitas
Programa de Pós-Graduação em História
*Sapientia*: Laboratório de Estudos em Idade Média e Moderna
nxavierfreitas@gmail.com

**Vicente, Maria da Graça (2015). *Povoamento e Propriedade. Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV).*** Lisboa: Edições Colibri/ Academia Portuguesa da História, 384 pp., ISBN 978-989-689-552-5.

Maria da Graça Vicente realizou o seu percurso académico na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre a sua produção historiográfica devemos destacar *Covilhã Medieval. O espaço e as gentes (séculos XII a XV)*[1], correspondente à sua dissertação de mestrado e galardoada com o Prémio Augusto António da Costa Veiga (2012). É na senda desse seu primeiro grande estudo que se insere o presente, que corresponde, com as necessárias adaptações, à sua tese de doutoramento, orientada por Manuela Mendonça, apresentada em 2013 e publicada em 2015, distinguida pela Academia Portuguesa da História, em 2016, com o Prémio Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro.

A presente obra constitui um alargar, ao âmbito regional, do estudo que a autora realizara sobre a Covilhã, principal aglomerado urbano da área geográfica que agora procura perscrutar, correspondente às delimitações geográficas da Beira Baixa e do distrito de Castelo Branco, o *Entre Zêzere e Tejo.* Como António dos Santos Pereira procura destacar no prefácio, a autora guia-se por um modelo de história total, adotando "uma perspetiva global do passado humano em que tudo parece relevante para o explicar" (p. 11).

Esse intento traduziu-se numa estruturação em sete capítulos, de desigual dimensão. Começamos por acompanhar o processo de ocupação e reorganização desta região (caps. I e II), passando depois à análise da ação dos diferentes grupos sociais, tendo em conta as suas interações com o meio e o aproveitamento dos recursos naturais (cap. III), passando pela divisão da propriedade (cap. IV) e pelo desenvolvimento de atividades económicas (cap. V), para terminar com o estudo das estruturas de apoio assistencial e espiritual (cap. VI) e com a análise das relações locais com o poder central (cap. VII).

O primeiro capítulo, *os espaços físicos – património natural e construído*, abre com uma caracterização do espaço geográfico, delimitado em quatro documentos fundacionais, a doação de Idanha-a-Velha e Monsanto à Ordem do Templo (1165), a instituição do concelho da Covilhã (1186), a doação da herdade da Guidintesta à Ordem do Hospital (1194) e a da herdade da *Açafa* à Ordem do Templo (1199). Caracterizam-se os elementos naturais mais relevantes, apontam-se os principais locais de passagem, as condições de defesa e segurança, as

[1] Vicente, Maria da Graça (2012). *Covilhã Medieval. O espaço e as gentes (séculos XII a XV)*. Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História.

características da casa rural e urbana e dá-se conta da progressiva ocupação do espaço.

Para esse fim, apontam-se três fases fundamentais no processo de povoamento, relacionadas com os momentos anteriormente referidos – a tentativa de reanimação de Egitânia (1165/1199), a criação do concelho da Covilhã (1186) e a entrada em cena da Ordem do Hospital (1194), que por sua vez se traduziram em diferentes ritmos de povoamento, mais ou menos coincidentes com as três grandes zonas em que ainda hoje se divide a Beira Baixa. O vasto *Campo* em redor de Castelo Branco, polarizado por aquela vila, onde prepondera o Templo, e depois Cristo; o *Pinhal* ou *Charneca*, espaço de implantação de pequenas vilas como Pedrogão, Sertã, Vila de Rei, Oleiros, Proença-a-Nova ou Amêndoa, onde predomina o Hospital; e a *Cova da Beira,* espaço dominado pela Coroa, em locais integrados no termo da Covilhã, ou pelo menos na sua órbitra.

O capítulo seguinte, consagrado à *primeira organização administrativa,* dedica-se a uma análise da importância dos forais na organização e no povoamento da região, destacando-se a interpretação do foral da Covilhã, outorgado por D. Sancho I, em setembro de 1186, e utilizado como modelo para muitos dos demais forais concedidos na região. Ainda que inicialmente se avance com uma definição de foral, não se chega a fazer uma distinção conceptual entre forais e cartas de foro ou povoamento, razão pela qual, no desenvolvimento do capítulo, e da obra em geral, essa diferenciação, que a nosso ver se revela fundamental, não se torne clara.

O terceiro capítulo é dedicado à *economia e sociedade* e parte de uma tentativa de traçar um esboço demográfico e de uma pesquisa acerca da origem geográfica dos povoadores, tarefas dificultadas pela escassez das fontes. O grosso do capítulo será, consequentemente, dedicado à análise dos grupos sociais em presença, contando o clero, a nobreza e o grupo que a autora designa *as gentes*, subdividido em *lavradores e pastores*; *almocreves e mercadores*; e *oficiais: mecânicos e letrados.* Embora se assuma que *as gentes* são tomadas como sinónimo de *mantenedores*, não nos parece ser o conceito mais operatório para individualizar o terceiro estado.

O capítulo seguinte (IV) versa sobre *a divisão da terra*, concretizando-se numa análise da distribuição e caracterização da propriedade. Embora a autora comece por afirmar que a propriedade se dividia entre seis instituições, verifica que esse número é bastante mais elevado, apontando-se, para além da Coroa, as Ordens Militares do Templo/Cristo, Hospital e Avis; as sés de Coimbra e da Guarda; várias instituições monásticas, como os mosteiros de Salzedas, de S. Maria da Estrela, de S. Francisco da Covilhã, de S. Jorge e de S. Cruz de Coimbra; diversas igrejas paroquiais, confrarias e instituições de assistência, para além dos concelhos. A estas instituições, que permitem níveis de análise muito dife-

rentes, de acordo com o maior ou menor número de documentação produzida e conservada, acrescenta-se a propriedade alodial.

Segue-se um capítulo dedicado ao *trabalho* (V), em que se procede a uma caracterização da agricultura, da pecuária e da pastorícia, das atividades transformadoras e do comércio e seus agentes. Como fica demonstrado, o capítulo 3 não é o único sobre aspetos económicos, pelo que talvez fosse mais claro se apenas se intitulasse *População e Estratificação Social*.

Os dois últimos capítulos são respetivamente dedicados ao *culto e assistência* (VI) e à *relação com o poder central* (VII). Caracterizam-se as comunidades cristãs e judaicas e destaca-se a cobertura assistencial da região, traduzida em albergarias, hospitais e gafarias. No capítulo das relações com o poder central, atenta-se na conflitualidade e na intervenção régia, bem como no ritmo de participação dos concelhos nas Cortes.

A presente obra apresenta uma imagem completa, nas suas mais diversas vertentes, do *Entre Zêzere e Tejo*, nos séculos XII a XIV. Se é verdade que são o *povoamento* e a *propriedade* que subordinam o título, o *Homem*, na sua multifacetada atividade do quotidiano e do extraordinário, de membro e ator social, de proprietário ou usufrutuário, de trabalhador de vários mesteres, de devoto e de defensor dos seus privilégios e prerrogativas, está sempre presente, assumindo, em todas as circunstâncias, o seu merecido lugar de destaque.

No entanto, embora não estejamos numa área privilegiada para a sua implantação, é de lamentar a reduzida atenção conferida à nobreza, apenas se dando conta, com alguma extensão, das estratégias adotadas por duas linhagens, o que numa área geográfica tão vasta é manifestamente reduzido. Destacamos ainda a utilidade que existiria na realização de um maior número de mapas, não só dando a conhecer, com maior profundidade, as áreas dos senhorios de cada instituição, mas apontando também diversos outros elementos como, por exemplo, os relacionados com a rede viária. Consideramos ainda que os elementos relativos à organização paroquial e à distribuição dos direitos senhoriais, também não se encontram explorados em todas as suas potencialidades. Mas justamente estas ausências mantêm aberta a porta para estudos futuros que possam vir a privilegiar esses temas, suprindo as lacunas ainda existentes e continuando a suscitar o interesse dos investigadores por esta região.

Rodolfo Petronilho Feio
rodolfonpfeio@hotmail.com

https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_23

**Murat, Laure (2013), *L´homme qui se prenait pour Napoléon. Pour une histoire politique de la folie,*** Folio, 432 pp., ISBN 978-2-07-044835-7.

Qual o impacto dos acontecimentos históricos sob loucura? Podemos avaliar o papel de uma revolução ou de uma mudança de regime na evolução do discurso da desrazão? Que inquietudes políticas e sociais os delírios comportam? Para responder a estas questões, Laure Murat interrogou os arquivos psiquiátricos dos grandes asilos de alienados do século XIX: Bicêtre, La Salpêtrière, Sainte-Anne e Charenton, num período compreendido entre 1789 a 1871.

No primeiro capítulo, *1793 ou comment perdre la tête,* Laure Murat observa que, sobretudo sob o Terror, há uma relação evidente entre o nascimento da psiquiatria e a invenção da guilhotina, como sugere o duplo sentido da expressão «perder a cabeça». Deste modo, a "psiquiatria e a guilhotina unem-se na relação da cabeça e do corpo, da sua ligação ou do seu divórcio, da integridade do eu e da consciência" (p. 63). As duas foram concebidas pelo corpo médico e ambas respondiam ao mesmo projecto político que visava reformar a sociedade. Em *Spectres de la guillotine,* a autora evidencia o poder que a imagem da guilhotina teve na assombração das consciências. Como nota Laure Murat, "a figura da «cabeça cortada» teve o poder de "petrificar", tanto que nos asilos «o terror tem um rosto: a guilhotina» (p. 101).

No entender da autora, com a Revolução e a investida científica de Pinel, a psiquiatria torna-se uma significante arma ao serviço do Estado. Em *Un médecin au chevet du corpos de l'État,* a investigadora realça a proximidade do discurso psiquiátrico com o discurso político, onde o primeiro surge como uma instância de legitimação do segundo, ao mesmo tempo que explora as contradições do tratamento moral preconizado pelo pai da psiquiatria francesa.

No segundo capítulo, *L'asile, prison politique,* Laure Murat constata que sob o Terror, o poder político mantinha "um estranho casamento entre alienação e repressão", ao requisitar estabelecimentos de cuidados privados para os transformar em prisões. Assim, para a autora instalou-se neste período uma "tripla confusão" fruto da interseção entre a psiquiatria e o poder político: "confusão de *estatuto* entre casa de saúde e casa de detenção (Belhome…), confusão de *natureza* entre o louco e o opositor ao regime (Malet); confusão de *papéis* do alienista, que coopera com o poder, mas protege também os detidos que lhe são confiados (Dubuisson, Casimir Pinel) (p. 137).

Sem procurar questionar a hipotética realidade da doença mental, mas no esforço por "esclarecer os critérios de internamento e o sistema complexo que os ordena" Laure Murat esmiuça no subcapítulo *Dissidence ou démence?,* a ambi-

guidade dos "casos médicos" referentes ao político. A partir de que momento e segundo que critérios "nos afastamos de um discurso político 'razoável'" e a partir de que momento e segundo que critérios "a dissidência se acompanha de excessos considerados 'delirantes'?"

No terceiro capítulo, *L'homme qui se prenait pour Napoléon,* Laure Murat refere que, no dia seguinte ao retorno das cinzas de Napoleão, a 15 de dezembro de 1840, o director de Bicêtre assinala a entrada de quatorze novos "imperadores".

Como explica a autora, o século XIX conhece uma doença específica chamada monomania dita "orgulhosa" ou "ambiciosa", contemporânea de uma certa "heroicização do mundo", que segundo a autora deve muito à figura de Napoleão Bonaparte. Responde também aos anseios de uma sociedade preocupada com a glória individual e que assiste a uma "exaltação do eu" sem precedentes. Neste contexto, para o Dr. François Fabre, não há dúvida de que "a loucura do século é o orgulho" e jamais na história "vimos tantos homens dar-se por sábios, capacitados, talentosos de primeira ordem" (p. 188).

Napoleão é o *maître de l'univers,* é a "figura por excelência do super-homem, o símbolo próprio da dominação e de todo o poder moderno" (p. 217). Face a outros reis europeus, cujos títulos eram herdados através de longas dinastias de direito divino, Napoleão é o *Usurpador* que chega à cabeça da Europa por ele próprio. O exemplo compara-se ao que os Estados Unidos chamam de um *self-made-man.* Neste âmbito, é fácil supor que a projecção de um monarca conquistador tenha catalizado os delírios de centenas de homens e mulheres, "frequentemente frágeis pela existência", e que são uma dia autorizados a identificar-se com Napoleão, esse "prodigioso fenómeno de vontade". Através da sua imagem de conquistador, seguro de que o "impossivel não é francês", o poder torna-se acessível a todo aquele que desejava fundar uma nova dinastia e mudar o mundo (p. 219).

No quarto capítulo, *Morbus democraticus,* Laure Murat nota que a grande maioria dos alienistas do século XIX estigmatizou a exaltação republicana e os seus efeitos nas populações. Os médicos veem-se confrontados, neste período, com um aumento de alienados nos asilos e desta forma "tentam racionalizar e por em palavras de especialista estes desejos de emancipação, de liberdade e de progresso" (p. 242). Como explica a autora, assistimos a uma "psiquiatrização crescente do político", com a aparição de termos como monomania política, depois *morbus democraticus* (doença democrática) ou ainda "paranóia reformadora", para designar a "epidemia" da época.

No subcapítulo *Théroigne de Méricourt ou la melancolie révolutionnaire,* a autora apresenta-nos o célebre caso desta jovem revolucionária, estudo clássico elaborado por Esquirol, da "lipemania" ou melancolia. O dossier que o médico fará da sua paciente é, no entender da autora, a prova da deturpação de um

diagnóstico com base nas convicções políticas e morais do alienista. Para Laure Murat este caso ilustra bem a manipulação e a construção de um diagnóstico, onde Esquirol "muda os factos, e sobretudo interpreta-os, para demonstrar 'clinicamente' os danos supostos da Revolução" (p. 256).

No subcapítulo *L'Asile de la misère,* a autora foca o papel das condições de vida do século XIX enquanto potenciadoras da alienação mental, onde o asilo surge como o espelho de uma sociedade atingida por "um dos grandes flagelos do século: a miséria". Neste âmbito, o delírio entende-se como um "refúgio que tem propriedade de consolação". Os mais miseráveis veem-se subitamente duques e duquesas, reis e rainhas, milionários e donos do mundo; a loucura constituiu para muitas destas pessoas "a última defesa contra o horror de um destino sem saída" (p. 318).

No quinto capítulo, *La Raison Insurgée,* Laure Murat explora as consequências que vários conflitos bélicos do século XIX tiveram na produção dos delírios. Em *Jeanne D'Arcc et les panaphofes gémisseurs* a autora nota que muitas mulheres acreditavam ser Jean d'Arc, cujo processo de canonização começava em 1869, e portanto, as "heroínas de França" que "Deus lhes impôs a tarefa de salvar o país" (p. 333).

Esta obra revela-se de leitura importante sob diversos aspetos. Em primeiro lugar pelo carácter inédito do seu sujeito: o alienado. Laure Murat demonstra ao longo deste livro que o discurso da desrazão tem muito a dizer sobre os grandes acontecimentos políticos, económicos e sociais do século XIX. Os discursos da desrazão, desvalorizados durante muito tempo, escondidos atrás do discurso paradigmático do alienista, dão-nos pistas importantes sobre os medos, as inquietudes, as ansiedades de uma sociedade que assistiu ao conturbado nascimento do mundo contemporâneo. Esta obra, ao explorar o contexto em que foram moldados os alienistas e as suas obras, constitui um indispensável apoio à investigação para todos os que tencionem estudar matérias relacionadas com o desenvolvimento da psiquiatria e os alienistas portugueses, já que todo o corpo científico do alienismo foi forjado precisamente no período que Laure Murat balizou nesta obra.

Tânia Sofia Ferreira
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
– Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais
up201109607@letras.up.pt
tania21mail@sapo.pt

# Notícias

## Portugal Medieval.
## Congresso de Homenagem a Maria Helena da Cruz Coelho

Nos dias 27 e 28 de outubro de 2016, o Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) realizou um congresso de homenagem a Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e investigadora integrada desta unidade de investigação, por ocasião da sua aposentação. A FLUC, onde a Homenageada lecionou e investigou durante 45 anos, acolheu, assim, várias gerações de Historiadores da Idade Média, portugueses e estrangeiros.

A organização deste evento foi levada a cabo por uma comissão composta por Maria José Azevedo Santos, Professora Catedrática da FLUC, pelos Prof. Doutores António Resende de Oliveira, Leontina Ventura e Saul António Gomes, todos especialistas em História da Idade Média Portuguesa e docentes nesta Faculdade, e pela Dr.ª Sónia Nobre, investigadora do CHSC. Associaram-se a esta organização a FLUC, o Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes (DHEEAA) e a Biblioteca Central desta Faculdade. O evento foi apoiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia, pela Fundação Engenheiro António de Almeida, pelo Município de Penela e pela empresa Campolargo.

A refletir a amplitude e o significado da obra e do *curriculum vitae* da Homenageada no panorama da Historiografia portuguesa, o congresso foi subordinado ao tema *Portugal Medieval*. A convite da Comissão Organizadora, reuniram-se nestes dias medievalistas das Universidades de Coimbra, de Évora, de Lisboa (UL e UNL), do Minho e do Porto. Sob o tema principal do congresso, com primazia para enfoques gratos à obra historiográfica da Homenageada, mais de duas dezenas de trabalhos foram apresentados por antigos alunos, colegas e amigos de Maria Helena da Cruz Coelho, provenientes de centros de investigação de Norte a Sul do país (CHSC-UC; CEPESE-UP; CIDEHUS-UÉ; CEHR-UCP; CH-UL; CEH-UNL; CHAM-UNL e UAç; CITCEM-UP; CEAACP-UC e UP; IEM-UNL). A juntar-se às dezenas de investigadores nacionais que preencheram o programa científico deste encontro, integraram a homenagem também medievalistas internacionais das universidades de Buenos Aires, da Sorbonne (Université de Paris IV), de Salamanca e da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro.

Este congresso foi solenemente inaugurado por uma mesa composta pelo Sr. Prof. Doutor João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra, pelo Sr. Prof. Doutor José Pedro Paiva, Diretor da FLUC, pela Homenageada, pelo Prof. Doutor Luís Adão da Fonseca Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (de cuja direção a Homenageada é

presidente), pela Prof. Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa de História (de que a Doutora Maria Helena Coelho é Académica de Número), pela Prof. Doutora Irene Vaquinhas, Coordenadora Científica do CHSC e pela Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos, Presidente da Comissão Organizadora do congresso.

O encontro contemplou seis sessões de comunicações, resultantes de investigações científicas no âmbito da História Económica, Social, Política, Local, Religiosa e das Mentalidades. Foram também apresentados trabalhos no âmbito da História da Arte Medieval, bem como da Paleografia e da Diplomática. Por fim, devem sublinhar-se as reflexões sobre a Historiografia Medieval das últimas décadas, de que se destacaram abordagens com enfoque central na obra historiográfica e no percurso de docência da Homenageada.

As sessões de trabalho deste congresso foram abertas na manhã do dia 27 de outubro pelo Prof. Catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) Doutor Armando de Carvalho Homem que se deteve, precisamente, em torno da obra de Maria Helena Coelho e aproveitou para lançar reptos aos medievalistas e instituições presentes para que, de futuro, se retomassem temas centrais no percurso desta Historiadora como, por exemplo, a História Rural. Por sua vez, a conferência de encerramento do congresso esteve a cargo do Prof. Catedrático aposentado da FLUP Doutor Luís Adão da Fonseca e centrou-se na bibliografia resultante da produção da Historiografia Medieval nas últimas décadas. Numa reflexão global, o conferencista convocou vários temas e autores portugueses e estrangeiros não só de trabalhos historiográficos, como também literários sobre a memória e as representações do passado.

Por fim, no final da tarde do dia 28 de outubro, o encerramento do congresso teve a participação da Prof. Doutora Clara Almeida Santos, Vice-reitora da Universidade de Coimbra, da Homenageada, do Prof. Doutor João Paulo Avelãs Nunes, Diretor do DHEEAA e da Coordenadora Científica do CHSC.

De forma paralela, mas articulada com o congresso, a Comissão Organizadora, a FLUC e a Biblioteca Central dessa Faculdade prepararam uma exposição *Bio-bibliográfica,* com catálogo sobre o percurso académico e a obra de Maria Helena da Cruz Coelho. Dos mais de trezentos títulos da Medievalista, estiveram em destaque obras chave da sua carreira como, por exemplo, a publicação da sua tese de Licenciatura – *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII* (1977) –, a publicação da sua tese de Doutoramento – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* (1986, 2ª ed.) –, a biografia de D. João I – *D. João I: o que recolheu Boa Memória* (2005) – e os seus numerosos trabalhos sobre História do Municipalismo de que destacamos a recente obra sobre Coimbra – *O município de Coimbra: monumentos fundacionais* (2013).

Tal mostra bio-bibliográfica, só por si um retrato completo da carreira profissional desta Historiadora, foi complementada com a exposição de um conjunto

de fotografias da Homenageada nas suas diferentes fases e atribuições académicas. Nelas pudemos ver Maria Helena Coelho enquanto estudante, investigadora, professora, orientadora e jurada, sempre com o seu sorriso amigo e generoso, revelador da Mulher que sustentou a carreira que neste congresso se enalteceu.

Este encontro científico, que se traduziu na reunião de centenas de historiadores, colegas, antigos alunos e amigos pessoais de Maria Helena da Cruz Coelho, contemplou um jantar de convívio e homenagem, abrilhantado por um concerto musical protagonizado pelo grupo *Cordis, piano e guitarra portuguesa*.

O CHSC e a Comissão Organizadora destes diversos atos estão de parabéns pela iniciativa e pela concretização de um evento, que refletindo o percurso profissional da Homenageada, permitiu a convergência num mesmo espaço e com um mesmo propósito, de pessoas e sinergias provenientes de numerosas instituições de ensino universitário e de investigação científica refletindo sobre a História Medieval de Portugal, a Historiografia e a Problemática da construção do Saber Histórico.

Por dois dias, Coimbra foi declaradamente a capital nacional da História da Idade Média de Portugal. A nós, parece-nos não ser demasiado dar-lhe para sempre esse título, uma vez que foi nesta cidade e nesta Universidade que se formou e sempre trabalhou Maria Helena da Cruz Coelho.

Maria Amélia Álvaro de Campos
CHSC-UC e CIDEHUS
melicampos@gmail.com

Filipa Roldão
CHSC-UC e CH-UL
roldão.filipa@gmail.com

Covadonga Valdaliso-Casanova
CHSC-UC e CH-UL
covaldaliso@gmail.com
(orientandas de pós-doutoramento de Maria Helena da Cruz Coelho)

## Colóquio Internacional "*Debuerit habere regnum*. Depor e proclamar reis na Idade Média". Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 12-14 de Outubro de 2016

Entre os dias 12 e 14 de outubro de 2016 celebrou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa e com o grupo de investigação Redes Petristas (Centre for Medieval Literature – University of York / University of Southern Denmark), com o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O encontro pretendia reunir especialistas em História, Literatura e História da Arte para debater os destronamentos e as proclamações irregulares de reis medievais, bem como outras temáticas diretamente relacionadas com estes fenómenos, como a função dos símbolos monárquicos e o desenvolvimento dos processos de legitimação. As conferências e comunicações centraram-se nas cerimónias régias e nas imagens e descrições verbais contemporâneas referidas a elas, nos objetos simbólicos associados à monarquia (coroas, tronos, ceptros, etc.), nos discursos e argumentos utilizados ou criados para legitimar as deposições e as proclamações irregulares, nas justificações posteriores e nas refutações. A variedade de línguas, instituições de origem, temáticas e disciplinas manifestou ao longo desses dias, quer da parte dos participantes quer da dos assistentes, a concretização dos objetivos do colóquio.

Formaram parte da comissão científica Amélia Aguiar Andrade (IEM – U. Nova de Lisboa), Maria Helena da Cruz Coelho (CHSC – U. Coimbra), Saul António Gomes (CHSC – U. Coimbra), Luís Miguel Duarte (CITCEM – U. Porto), José Augusto Sotto Mayor Pizarro (CEPESE – U. Porto), Ana Maria S.A. Rodrigues (CHUL – U. Lisboa), Mª Isabel del Val (U. Valladolid), José Varandas (CHUL – U. Lisboa), Bernardo Vasconcelos e Sousa (IEM – U. Nova de Lisboa) e Hermínia Vilar (CIDEHUS – U. Évora), e da comissão organizadora Isabel de Pina Baleiras (CHUL – IEM), Francisco José Díaz Marcilla (IEM), Tiago Faria (IEM), Hermenegildo Fernandes (CHUL), Rodrigo Furtado (CECUL), Armando Norte (CHUL), Rosa Rodríguez Porto (Centre for Medieval Literature – University of York / University of Southern Denmark), Sacramento Roselló (Centre for Medieval Literature – University of York / University of Southern Denmark) e Manuela Santos Silva (CHUL), sob a coordenação de Covadonga Valdaliso Casanova (CHSC – CHUL). As mais de quarenta propostas recebidas foram selecionadas pelo sistema de pares cegos por uma comissão formada por Louise Berglund (*Örebro* Universitet), Simon Doubleday (Hofstra University), Marcella Lopes Guimarães (U. F. Paraná), María Marcos Cobaleda (U. Nova Lisboa), Alicia Miguélez (U. Nova Lisboa), Carlos R. F. Nogueira (U.

São Paulo), César Olivera Serrano (IH – CSIC), Pablo E. Saracino (U. Buenos Aires), Miriam Shadis (Ohio University) e Francisco Vidal Castro (U. Jaén).

O encontro, de três jornadas, dividiu-se em três conferências, oito sessões de comunicações e dois workshops, o primeiro dedicado a estabelecer redes de contacto entre os investigadores e o segundo a discutir as possibilidades de publicação dos resultados. A primeira conferência – "*Debuerit habere regnum*. A deposição de D. Sancho II de Portugal" – foi proferida por Maria João Branco (IEM – U. Nova de Lisboa) e Hermenegildo Fernandes (CHUL – U. Lisboa); a segunda – "The deposition of Richard II and the English royal treasure" – por Jenny Stratford (U. London); e a terceira – "Ibn al-Jatib y la deposición de Muhammad V de Granada" – por Antonio Peláez Rovira (U. Granada). Estabeleceram-se assim três marcos de trabalho para cada uma das jornadas, a primeira focada na legitimação nos reinos ibéricos, a segunda num contexto geográfico mais amplo – e, na última sessão do dia, no significado dos objetos e das imagens nos processos de legitimação – e a terceira nos discursos e justificações das sucessões irregulares.

A primeira sessão, presidida por Miriam Shadis e comentada por Ana Maria Rodrigues, centrou-se nas mulheres no âmbito das sucessões monárquicas. Rodrigo Furtado (CEC – U. Lisboa) falou do papel das rainhas visigóticas segundo o cânone 5 do III Concílio de Saragoça (691); Lledó Ruiz Domingo (U. València) da coroação das rainhas na Coroa de Aragão na baixa Idade Média; e Manuel Ramos (IF – U. Porto) de D. Leonor de Aragão durante a menoridade de D. Afonso V. Na segunda sessão, presidida por Bernardo Vasconcelos e Sousa e comentada por Francisco José Díaz Marcilla, *Álvaro* Jesús Sanz Martín (U. Valladolid) apresentou uma comunicação sobre o papel dos concelhos em Castela e Leão na altura da deposição de Alfonso X (1282); Isabel de Pina Baleiras (CHUL – U. Lisboa, IEM – U. Nova de Lisboa) estabeleceu uma comparativa das ascensões, legitimações e derrotas nas subidas ao trono nos reinos de Castela e Portugal no período 1350-1398; Maria da Graça Vicente (CHUL – U. Lisboa) focou a sua intervenção no rei D. Afonso V de Portugal; e Víctor Muñoz Gómez (U. La Laguna) falou sobre os objetos, os símbolos e a comunicação nas cerimónias públicas do reinado de Fernando I de Aragón.

O âmbito geográfico das intervenções incluiu o mundo árabe e as áreas checa e francesa na terceira sessão, com as comunicações de Inês Lourinho (CHUL – U. Lisboa), "The secret about the Mahdi's death: the key to the foundation of the Almohad Caliphate? (1130-1132)"; Eloïse Adde (U. Luxembourg), "The justification of the tyrannicide in the *Chronicle of the So-called Dalimil*. The Czech Nobility as the 'mystical body' of the realm"; e Lucie Jollivet (U. Rennes 2), "Débats ouverts par la question du tyrannicide dans les dernières œuvres de Nicolas de Clamanges et des membres du cercle humaniste français, 1407-1430". Na quarta sessão a atenção foi levada para o norte da Europa através das

intervenções de David Brégaint (Norwegian University of Science and Technology) – com a comunicação "A vulture perched on high. King Sverre's exploitation of princely burials in 12th century Norway"; Kerstin Hundahl (Lund University) – "How to Get Rid of the Competition – Christopher I's Ascension in 1252 and his nephews' claim to the Danish throne" – e Cathleen Sarti (U. Mainz) – "Denouncing Allegiance. The Scandinavian Way of Deposing Kings". A última sessão dessa segunda jornada, presidida por Ana Maria Rodrigues e comentada por Alicia Miguélez Cavero, dedicou-se à análise dos objetos e imagens relacionados com a monarquia a partir das comunicações de Diana Pelaz Flores (U. Valladolid) e Covadonga Valdaliso Casanova (CHSC – U. Coimbra / CHUL – U. Lisboa) – "El sentido del objeto. Percepción(es) en torno al valor de la corona en la Corona de Castilla durante la baja Edad Media" –, David Chao Castro (U. Santiago de Compostela) – "La Virgen de Tobed: la búsqueda de la intercesión sagrada como validación legitimadora de la monarquía Trastámara" –, María Pandiello Fernández (IHA – U. Lisboa) – "El rey ha muerto, viva el rey. El papel de la imagen en los rituales de sucesión monárquica peninsular (siglos XIV-XV)" – e Rita A. Melro (CHUL – U. Lisboa) – "Arte e Guerra: Objectos que legitimam o poder dos monarcas na Península Ibérica (séc. XIV)".

A última jornada contou com a participação de Isabel de Barros Dias e dedicou-se aos discursos de legitimação. Ana Miranda (CHUL – U. Lisboa) falou da estratégia de legitimação política dos Abádidas de Sevilha no al-Andalus do século XI; Israel Sanmartín (U. Santiago de Compostela) das justificações régias nas narrações milenaristas de Glaber e Rocatallada; Maria Joana Matos Gomes (IF – U. Porto) da deposição de Garcia da Galiza do ponto de vista da historiografia leonesa-castelhana do século XIII; Carmen Benítez Guerrero (U. Sevilla) da tentativa de deposição de Fernando IV de Castela pelos copistas das crónicas do período; e Gabriel Ensenyat Puyol (U. Illes Balears) dos argumentos utilizados por Pedro o Cerimonioso para reintegrar Mallorca à Coroa de Aragão. O colóquio, que tinha tomado como ponto de partida a deposição de D. Sancho II de Portugal, foi fechado com uma sessão dedicada à proclamação de D. João de Avis. Paulo Accorsi (U. São Paulo) falou do discurso legitimador dos Avis nas crónicas de Fernão Lopes; Francisco José Marcilla (IEM – U. Nova de Lisboa) da ação do clero português na mudança dinástica; Néstor Vigil Montes (CIDEHUS – U. Évora) da maneira em que as fontes castelhanas relataram da proclamação de D. João; e Manuela Santos Silva (CHUL – U. Lisboa) da questão da ilegitimidade do monarca.

Covadonga Valdaliso Casanova
CHSC – U. Coimbra / CHUL – U. Lisboa
covaldaliso@gmail.com

# A Doutora Maria José Azevedo Santos assessora da Xunta do Governo Galego

Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura desde a sua criação, a Doutora Maria José Azevedo Santos, professora catedrática, foi nomeada para integrar o Comité Internacional de Expertos del Camino de Santiago.

É função deste grupo de «sábios» assessorar a Xunta do Governo Galego, emitindo parecer sobre itinerários, publicações, centros de estudo, congressos ou exposições.

A notícia foi amplamente divulgada no jornal espanhol ABC, na sua edição de 1 de Fevereiro de 2015 (pág. 88), na medida em que também se nomearam outros dois membros: Simon Barton, professor da Universidade de Exeter (Reino Unido) e Segundo Pérez, deão de Santiago.

Posta a questão de, cada vez mais, o Caminho de Santiago estar na moda, enriquecida a sua inicial vertente religiosa de uma componente turística crescentemente valorizada, o jornal salienta, de Simon Barton, a frase «Deveríamos celebrar a sua popularidade e não lamentá-lo». De Segundo Pérez, optou-se por sublinhar a ideia de que «a Europa precisa de recursos como este para afirmar a sua identidade». Por seu turno, em relação à Doutora Maria José Azevedo Santos, a opinião que é chamada a título acentua a necessidade de a Igreja manter a espiritualidade do Caminho.

Habituada a saber, desde pequena, da importância que a peregrinação a Santiago de Compostela detém na tradição espiritual cristã da Península Ibérica, não deixou de comentar que a sua devoção infantil depressa encontrou um outro motivo de apreço:

«O conhecimento do Caminho de Santiago foi decisivo para melhor se compreender a introdução de correntes culturais e religiosos no seio do Portugal do século XII».

Dado que o Caminho de Santiago ocupa, indiscutivelmente, lugar cimeiro no quadro dos símbolos religiosos europeus, a Confraria de Santa Isabel assinou, recentemente, por ocasião da inauguração de um albergue no Convento de Santa Clara-a-Nova, um protocolo com o Centro de Estudos Jacobeus – Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, no sentido de mais facilmente se concretizarem os objectivos em vista.

Nesse sentido, uma vez que a investigação histórica desempenha, naturalmente, papel relevante neste âmbito, a nomeação da Doutora Maria José Azevedo Santos, especialista em História Medieval, constitui, sem dúvida, uma honra para si e para a sua Faculdade – nomeação com que muito nos congratulamos, augurando-lhe o maior êxito nestas funções.

J. d'E.
jde@fl.uc.pt

## Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2016
## Breve descrição das atividades desenvolvidas

No período de 1 de Abril de 2016 a 31 de Março de 2017, o CHSC prosseguiu a sua atividade dentro da orgânica e opções estratégicas provenientes do ano anterior, em ligação com o projeto *O Saber Histórico na Construção dos Dinamismos Económicos, Sociais e Culturais no Mundo Contemporâneo*.

Nesse sentido, a produção científica e as atividades dos seus membros enquadraram-se nos grupos de investigação e linha então definidos, que procuraram cobrir áreas e temas considerados fundamentais no âmbito do referido projeto, orientando-se (I) quer para a História Local e Regional, (II) quer para a história portuguesa e suas conexões com a Europa e o mundo; (III) interpelando a evolução da historiografia e a obra dos autores que lhe deram corpo; (IV) incentivando, enfim, direta ou indiretamente, a edição de fontes cuja publicação fosse considerada prioritária.

Procurou igualmente o CHSC nortear-se pelas opções estratégicas definidas, nomeadamente através de: (1) compromisso com a investigação avançada e apoio a atividades de pós-licenciatura; (2) implementação de parcerias e de trabalho em rede com unidades I&D nacionais ou estrangeiras (como nos casos do CHAM, do CIDEHUS, do CITCEM, do LaMOP ou do CRIHAM), com Universidades ou outras instituições nacionais e estrangeiras (APH, Acad. Marinha, CCC-Brasil, Instituto Italiano de Cultura, Universidade de Paris I – Sorbonne); (3) reforço da internacionalização por diferentes vias; (4) maior visibilidade da produção científica e das iniciativas do CHSC; (5) procura de adequação ao modelo da Ciência Aberta; (6) maior abertura à disseminação da cultura científica na sociedade civil; (7) aumento do número dos respetivos membros; (8) envolvimento dos estudantes de doutoramento na dinâmica da investigação, em parceria com investigadores do Centro ou na organização de iniciativas científicas; (9) aumento das atividades propostas e realizadas pelo CHSC – ou com apoio de Investigadores – no âmbito das 18ª e 19ª Semanas Culturais da UC, e continuidade no enquadramento da realização de conferências ou ciclos de estudos, merecendo destaque a organização do Congresso *Portugal Medieval. Homenagem a Maria Helena da Cruz Coelho*, realizado a 27 e 28 de Outubro e que contou com a participação de renomados medievalistas europeus e da América Latina.

Do conjunto diversificado de iniciativas de carácter científico levadas a cabo entre Abril de 2016 e Março de 2017 se dá conta no quadro que – entre publicações e comunicações em congressos e outras reuniões científicas, apoio a ações de Formação avançada, integração em Projetos/Redes de investigação e organizações/coordenações de índole diversa – resume lapidarmente um ano de atividades e iniciativas em que o CHSC teve participação ativa.

| Indicadores | Quantidade realizada |
|---|---|
| **A – Publicações** | |
| Livros [c/ caps. de livros (72) e entradas de dic. e enc. (12)] | 108 |
| Artigos em revistas internacionais | 27 |
| Artigos em revistas nacionais | 24 |
| **B – Comunicações** | |
| Comunicações em encontros científicos internacionais | 78 |
| Comunicações em encontros científicos nacionais | 85 |
| **C – Relatórios** | 28 |
| **D – Organização de seminários e conferências** | 75 |
| **E – Formação avançada** | |
| Teses de Doutoramento | 7 |
| Teses de Mestrado | 24 |
| Outras | 9 |

## Teses de Doutoramento e/ou 3º Ciclo e Dissertações /Relatórios de Mestrado e/ou 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores integrados do CHSC em 2016-2017

Esta rúbrica tem por objetivo disponibilizar informação relativa a Teses de Doutoramento e/ou de 3º Ciclo e Dissertações/Relatórios de Mestrado e/ou de 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentadas e aprovadas no período compreendido entre 1 de Setembro de 2016 e 31 de Julho de 2017.

As referências vão ordenadas, dentro de cada tipo de prova, pela data da sua realização.

### Doutoramento (3º Ciclo)

**Doutoramento (3º Ciclo) em: Altos Estudos em História**
Autor: Filipe Alberto Folque de Mendonça
Título: *O Duque de Loulé - Crónica de um Percurso Político*
Especialidade: Época Contemporânea
Data das provas: 21 de Setembro de 2016
Instituição: Universidade de Coimbra
Orientador: Fernando Taveira da Fonseca
Coorientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão
URI: http://hdl.handle.net/10316/30349

**Doutoramento (3º Ciclo) em: História Social**
Autor: Tânia Maria Pinto de Santana
Título: *Charitas e Misericordiarum: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*
Data das provas: 25 de Outubro de 2016
Instituição: Universidade Federal da Bahia (Brasil)
Orientador: Evergton Sales Souza
Coorientador: Maria Antónia Lopes
URI: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23338

**Doutoramento (3º Ciclo) em: Altos Estudos em História**
Autor: Daniel Norte Giebels
Título: *A Inquisição de Lisboa. No epicentro da dinâmica inquisitorial (1537-1579)*
Especialidade: Época Moderna
Data das provas: 14 de Dezembro de 2016
Instituição: Universidade de Coimbra
Orientador: José Pedro de Matos Paiva
URI: http://hdl.handle.net/10316/32027

**Doutoramento (3º Ciclo) em: Altos Estudos em História**
Autor: Matilde Mendonça dos Santos
Título: *Zelar pela Fé. Inquisição e episcopado na diocese de Cabo Verde (1646-1821)*
Especialidade: Época Moderna
Data das provas: 25 de Janeiro de 2017
Instituição: Universidade de Coimbra
Orientador: José Pedro de Matos Paiva
URI: http://hdl.handle.net/10316/32143

**Doutoramento (3º Ciclo) em: Turismo. Lazer e Cultura**
Autor: José Luís Pimentel Lavrador
Título: *A mesa entre os homens. Comensalidade e Gastronomia nos textos bíblicos. Um discurso para os nossos tempos*
Data das provas: 13 de Março de 2017
Instituição: Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho
Coorientador: Paula Barata Dias

**Doutoramento (3º Ciclo) em: Altos Estudos em História**
Autor: Elen Biguelini
Título: *Tenho escrevinhado muito. Mulheres que escreveram em Portugal (1800--1850)*
Especialidade: Época Contemporânea
Data das provas: 5 de Abril de 2017
Instituição: Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Antónia Lopes

**Doutoramento (3º Ciclo) em: Altos Estudos em História**
Autor: Débora Dias Macambira
Título: A "redescoberta" do Brasil em Joaquim de Carvalho. Uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958)
Especialidade: Época Contemporânea
Data das provas: 13 de Junho de 2017
Instituição: Universidade de Coimbra
Orientador: Fernando José de Almeida Catroga

## Mestrado (e/ou de 2º Ciclo)

**2º Ciclo (Mestrado): 2º Ciclo em Política Cultural Autárquica**
Autor: Ana Filipa Jesus Pereira
Título: *O Museu Municipal de Coimbra: Contributos para o Programa do Núcleo Museológico do Carro Elétrico*

Data das provas: 17 de Outubro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto
URI: http://hdl.handle.net/10316/32628

**2º Ciclo (Mestrado): História**
Autor: Ana Margarida Fernandes Barata
Título: *Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630-1729)*
Especialidade: História da Idade Moderna
Data das provas: 19 de Outubro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Antónia Lopes
URI: http://hdl.handle.net/10316/32544

**2º Ciclo (Mestrado): História**
Autor: Ana Caldeira Cabral Santiago de Faria
Título: *O Regimento de 1640 e a justiça inquisitorial portuguesa – "Conforme a melhor e mais segura opinião do Sancto Officio"*
Especialidade: História da Idade Moderna
Data das provas: 25 de Outubro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: José Pedro de Matos Paiva

**2º Ciclo (Mestrado): História**
Autor: João Carlos dos Santos Simões
Título: *As relações luso-nipónicas durante a Época Mandam (1543-1638). Um caso de paradiplomacia quinhentista*
Especialidade: História da Idade Moderna
Data das provas: 31 de Outubro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto

**2º Ciclo (Mestrado): Política Cultural Autárquica**
Autor: Danielle Cristina Vasconcelos de Brito
Título: *Jornadas de Carnaval. Salvaguarda e proteção*
**Data das provas:** 31 de Outubro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto
Co-orientador: Maria Matilde Costa Lavouras
Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**2º Ciclo (Mestrado): Política Cultural Autárquica**
Autor: Pedro Manuel Chau Peixoto

Título: *O Museu Municipal de Coimbra. Contributos para o Projeto Museológico Coimbra Judaica*
Especialidade: História da Idade Média
Data das provas: 29 de Novembro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho
Co-orientador: Saul António Gomes Coelho da Silva
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**2º Ciclo (Mestrado): História**
Autor: Beatriz Rodrigues Cabral
Título: *O funcionamento das visitas canónicas e o desvio à norma no quotidiano franciscano (Portugal, 1725-1831)*
Especialidade: História da Idade Moderna
Data das provas: 27 de Janeiro de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Antónia Lopes
URI: http://hdl.handle.net/10316/36649

**2º Ciclo (Mestrado): História**
Autor: João Francisco Pereira de Castro Portugal
Título: *Violência em Contexto Senhorial em Documentos de D. Dinis*
Especialidade: História da Idade Média
Data das provas: 16 de Fevereiro de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Leontina Domingos Ventura

**2º Ciclo (Mestrado): História**
Autor: Luciano Augusto dos Santos Moreira
Título: *A evolução paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI*
Especialidade: História da Idade Média - Sociedades Políticas e Religiões
Data das provas: 16 de fevereiro de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Alegria Fernandes Marques

**2º Ciclo: Património Cultural e Museologia**
Autor: João Paulo Castro Martins
Título: *Museu Nacional de Belas-Artes (1884-1911). A arqueologia de um museu e a gestão de coleções*
Data das provas: 24 de Fevereiro de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Irene Vaquinhas
URL: http://hdl.handle.net/10316/36964

**2º Ciclo (Mestrado): 2º Ciclo em Política Cultural Autárquica**
Autor: Helena Ladeiro Freitas
Título: *Ingressos na Universidade de Coimbra ao tempo do reitorado de Manuel Corte-Real de Abranches (1664-1666)*
Data das provas: 28 de Março de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Saul António Gomes Coelho da Silva
Coorientador: Maria Helena da Cruz Coelho

**2º Ciclo (Mestrado): Mestrado Interuniversitário de História Militar**
Autor: António Hermínio Ferreira Coelho
Título: *As feridas da guerra no Portugal medievo. Violência, sofrimento e cuidados médicos no campo de batalha*
Especialidade: História Militar Medieval
Data das provas: 30 de junho de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: João Gouveia Monteiro

**2º Ciclo (Mestrado): Ensino de História no 3º ciclo de Ensino Básico e Ensino Secundário**
Autor: Filipe Miguel de Andrade Campos
Título: *Morte em Coimbra (1750-1777). Da pesquisa à didatização*
Data das provas: 7 de Julho de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Sara Trindade
Coorientador: Maria Antónia Lopes

**2º Ciclo (Mestrado): Mestrado em História**
Autor: Carolina Henriques Pereira
Título: *"Isto é o meu país |...| as Caldas a minha terra". Refugiados da Segunda Grande Guerra nas Caldas da Rainha (1940-1946)*
Especialidade: História Contemporânea
Data das provas: 11 de Julho de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Irene Vaquinhas

**2º Ciclo (Mestrado): Mestrado em História**
Autor: Tiago André Simões Ferreira
Título: *Condeixa-a-Nova e as suas instituições de assistência social (1900-1945)*
Especialidade: História Contemporânea
Data das provas: 13 de Julho de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Antónia Lopes

**2º Ciclo (Mestrado): Mestrado Interuniversitário de História Militar**
Autor: Guilherme Melo Mourão Azevedo Marôco
Título: *Arte militar muçulmana em território português, 1096-1249*
Especialidade: História Militar Medieval
Data das provas: 17 de julho de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: João Gouveia Monteiro

**2º Ciclo (Mestrado): Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade**
Autor: Luís Carlos Duarte Braga
Título: *A alimentação dos mineiros na época áurea do volfrâmio em Arouca*
Data das provas: 26 de Julho de 2017
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

## Artigos


Un exorcismo judío medieval en contexto: el exorcismo de la hija del emperador Basilio I
Eunate Mirones Lozano

Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de "huma livraria copiosa"
Catarina Fernandes Barreira

A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada
João Gouveia Monteiro

Capitães das fortalezas do Índico no tempo do Conselho da Índia – (1604-1614) – Continuidades e rupturas da vertente social do Estado da Índia
Ana Teresa Hilário

Os Borges de Carvalhais, Senhores de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo
Luís Seabra Lopes

Memórias da Casa Pia das Convertidas. Instituição, Espaços e Agentes face ao Problema da Prostituição em Lisboa (Séculos XVI-XX)
Delminda Miguéns Rijo

Território e redes de comunicação em finais do século XVIII. Ideias e projetos do superintendente José Diogo Mascarenhas Neto
Ana Cristina Araújo

O deputado Mouzinho da Silveira na legislatura Cartista de 1826-1828: os caminhos da Ocasião
Fernando Jorge Cardoso Guedes

A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista
Joana Paulino

O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos
Hugo Silveira Pereira

Os amores de Pedro e Inês. Inspiração histórica e Naturalismo na pintura portuguesa oitocentista
Lara Miguel Bule

A intervenção política e governativa de Domingos Leite Pereira durante a Primeira República (1910-1926)
Pedro Figueiredo Leal

1916: Italia-Chile, Barison-Schiavon y sus edificios en el centenario
José Alberto Moráis Morán

A Ação de um Governador – Aspetos do Governo de Maia Magalhães em Macau
Célia Reis

Au cœur des archives du SNI : le regard d'un organisme de l'État Nouveau sur le mouvement des ciné-clubs portugais
Eurydice Da Silva

A "neutralidade colaborante" e a propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial
Débora Cardoso

Revolução dos Cravos e educação popular. As associações de educação popular em Portugal (1974-1986)
Pierre Marie



CHSC
CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

COMPETE
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Governo da República Portuguesa

ISSN 1645-2259